

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



Tese de Doutorado

A instrução da mocidade rio-grandina:
o ensino secundário na cidade do Rio Grande/RS (1850-1889)

Vanessa Barrozo Teixeira

Pelotas, 2017

VANESSA BARROZO TEIXEIRA

A instrução da mocidade rio-grandina:

o ensino secundário na cidade do Rio Grande/RS (1850-1889)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Elomar Antônio Callegaro Tambara.

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

T266i Teixeira, Vanessa Barrozo

A instrução da mocidade rio-grandina : o ensino secundário na cidade do Rio Grande/RS (1850-1889) / Vanessa Barrozo Teixeira ; Elomar Antonio Callegaro Tambara, orientador. — Pelotas, 2017.

385 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Ensino secundário. 2. Colégios particulares. 3. Período imperial. 4. Cidade do Rio Grande. I. Tambara, Elomar Antonio Callegaro, orient. II. Título.

CDD : 370

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Elomar Tambara por todo o aprendizado, por todas as conversas e orientações que tivemos ao longo desses anos. Serei eternamente grata por ter sido acolhida pelos demais professores do grupo de pesquisa CEIHE – Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, Prof. Dr. Eduardo Arriada, Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral e Prof^a. Dr^a. Patrícia Weiduschadt, que me proporcionaram momentos únicos de troca e amizade. Não posso deixar de agradecer pela possibilidade de ter atuado no CEDOC – Centro de Documentação do CEIHE, onde pude aprender muito com os bolsistas e funcionários da instituição, além de poder ter me dedicado a uma das minhas grandes paixões que é a preservação de acervos escolares. Muito obrigada pela oportunidade!

Faço um agradecimento especial às diferentes instituições de pesquisa e aos seus funcionários que me receberam ao longo da construção da tese, em especial à Biblioteca Rio-Grandense, ao Arquivo Histórico do RS, ao Arquivo Histórico da cidade do Rio Grande, ao Arquivo Público do RS, ao Arquivo Histórico do Exército, ao Museu da Cidade do Rio Grande, ao Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM) e ao CEDOC/CEIHE.

Agradeço à Faculdade de Educação (FAE) por todo auxílio em diversos momentos da minha caminhada como aluna deste Programa de Pós-Graduação. Agradeço à Universidade Federal de Pelotas (UFPel) por proporcionar a realização de toda a minha formação acadêmica em uma instituição pública e de muita qualidade. Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em especial ao Curso de Bacharelado em Museologia, por me conceder um período de afastamento das minhas atividades docentes para que eu pudesse concluir meu Doutorado. Muito obrigada por este apoio, foi fundamental!

Não poderia deixar de agradecer à minha família que sempre incentivou os meus estudos e a minha formação. Aos meus queridos amigos pelos momentos de descontração e apoio. Faço um agradecimento especial ao meu querido Bruno por sempre estar ao meu lado, acreditando em todos os meus sonhos e sonhando junto comigo. Por fim, agradeço pelas valiosas

contribuições da banca examinadora deste trabalho, que foram fundamentais para que eu pudesse lapidar e aprimorar este estudo. Muito obrigada pela leitura atenta e pelo carinho.

***“Não há instituição sem história e não há história
sem sentido”.***

(SANFELICE, 2007, p. 79).

Resumo

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. ***A instrução da mocidade rio-grandina: o ensino secundário na cidade do Rio Grande/RS (1850-1889)***. 2017. 385f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

O presente estudo situa-se no âmbito da História da Educação e tem como objetivo central demonstrar como se desenvolveu o ensino secundário na cidade do Rio Grande/RS a partir da segunda metade do século XIX, de forma a abarcar outras demandas para além da formação para o ingresso no ensino superior. Desse modo, utilizamos como *corpus* documental os anúncios dos colégios e aulas particulares publicados na imprensa local, sobretudo, no jornal *Diário do Rio Grande* de 1848 a 1890, juntamente com Relatórios, Ofícios, Mapas, Estatutos, Catálogos, Anuários e Almanques da Província, entre outros documentos. O intuito desta tese é comprovar que o ensino secundário rio-grandino estabeleceu um novo paradigma para a educação formal, consolidando-se como uma alternativa viável para a formação intelectual de outros grupos sociais que não almejavam o ingresso no ensino superior. O ensino secundário nesta cidade diferenciava-se justamente por redimensionar a sua finalidade neste período, possibilitando que outros públicos ascendessem socialmente por meio da instrução secundária. Para corroborar com a presente tese analisamos a significativa oferta de instituições de ensino secundário presentes na cidade, ao longo do período analisado, sinalizando a existência de uma demanda local oriunda de determinados grupos sociais que tinham como objetivo manter certa situação de classe que seria responsável por consolidar e sustentar os interesses das gerações anteriores e, que também estavam voltados à ascensão social através da educação formal. Identificamos que esta formação intelectual, proporcionada pelo ensino secundário, não estava somente voltada ao ingresso no ensino superior, mas, sobretudo, a uma formação cultural e profissional que o ensino primário não contemplava e que precisava ser amparada através de novas ofertas de ensino que o setor público não conseguiu abarcar, e nem mesmo, rivalizar. Desse modo, conseguimos identificar, através de diferentes indícios, que a instrução secundária, de caráter laico e particular que se desenvolveu ao longo do período imperial, consolidou-se em função de diferentes necessidades da sociedade rio-grandina que não incluía apenas a preparação para os exames de preparatórios, mas também, a formação para atuar no comércio, na política e na docência.

Palavras-chave: ensino secundário; colégios particulares; período imperial; cidade do Rio Grande.

Abstract

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. *The education of rio-grandina youth: secondary education in the city of Rio Grande/RS (1850-1889)*. 2017. 385f. Thesis (Doctorate Degree in Education) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

The present study lies within the History of Education scope and aims to show how secondary education was developed in the city of Rio Grande / Rio Grande do Sul State from the second half of the nineteenth century so as to cover other demands beyond training towards higher education entrance. For that purpose, school and private class announcements published by the local press, especially in the *Diario do Rio Grande* newspaper from 1848 to 1890, together with Provincial Reports, Official letters, Maps, Statutes, Catalogs, Yearbooks and Almanacs, among others, were consulted. This thesis aims to prove that the Rio Grande high school system established a new paradigm for formal education, consolidating itself as a viable alternative for the intellectual formation of other social groups that did not intend to follow higher education studies. Secondary education in this city was differentiated precisely by reshaping its purpose in this period, allowing public at large to ascend socially through high school. In order to support this thesis, a significant supply of secondary education institutions in the city during the aforementioned period was analyzed, signaling the existence of a local demand by some groups that sought to maintain their social status, which served the purpose of consolidating and maintaining the interests of previous generations and which were also aimed at social ascent through formal education. This identified intellectual formation provided by secondary education was not only directed towards entering higher education, but provided, above all, cultural and professional formation that primary education did not contemplate and needed to be supported by new educational offers that the public system could not and did not rival. In this way, and through different indicators, secondary education of secular and particular character that was consolidated during the imperial period due to different needs of the Rio Grande society, including not only preparation for preparatory exams but also training in trade, politics and teaching, was identified.

Key words: secondary education; private schools; imperial period; city of Rio Grande

Lista de Figuras

Figura 1	Anúncio do <i>Collegio de Instrução Primaria e Secundaria</i> do Prof. Hilário Gonçalves Lopes Ferrugem.....	73
Figura 2	Parecer presente no livro <i>Complemento do Compendio de Grammatica Portuguesa</i> de Bibiano Francisco de Almeida (1888).....	79
Figura 3	Anúncio do <i>Collegio Pelotense</i> dirigido pelo Prof. Emilio Francisco Grauert.....	84
Figura 4	Anúncio do <i>Collegio Clarmont</i> na cidade de Pelotas, dirigido pelo Prof. Carlos Clarmont.....	87
Figura 5	Anúncio do <i>Collegio União</i> da cidade de Pelotas, dirigido pelo professor Antonio de Vasconcellos Vieira Diniz.....	89
Figura 6	Anúncio do <i>Collegio União</i> da cidade de Pelotas, dirigido por Vasconcellos & Pereira.....	90
Figura 7	Lista de obras existentes no Gabinete de Leitura na década de 1850.....	120
Figura 8	Anúncios comerciais do estabelecimento de A. Lemos Junior.....	125
Figura 9	Anúncio das aulas em exercício na Imperial Sociedade Instrução e Recreio.....	130
Figura 10	Anúncio do <i>Collegio Brasil</i> , dirigido pelo Prof. W. Reugé d'Orloff.....	134
Figura 11	Anúncio de <i>soirée</i> científico na Sociedade União Litteraria.....	142
Figura 12	Anúncio da aula particular de língua inglesa pelo Prof. Guilherme Dendy.....	163
Figura 13	Aviso sobre a abertura do <i>Collegio Rio Grandense</i>	164
Figura 14	Anúncio da aula particular do Prof. Carlos Wichmann.....	180
Figura 15	Anúncio do <i>Collegio Pelotense</i> , sob direção do Prof. Carlos Wichmann.....	181
Figura 16	Anúncio do <i>Collegio de S. Francisco de Paula</i> , dirigido pelos professores Carlos de Koseritz e Emílio Francisco Grauert.....	183
Figura 17	Anúncio do <i>Instituto Rio-Grandense</i> , dirigido pelo Prof. Isidoro Paulo de Oliveira.....	185
Figura 18	Anúncio do <i>Collegio Minerva</i> , dirigido pelos Professores Isidoro Paulo de Oliveira e Julio Temotheo de Araujo.....	188
Figura 19	Anúncio do <i>Collegio S. Pedro</i> , dirigido pelo Prof. José Vicente Thibaut.....	192
Figura 20	Anúncio da venda do livro produzido pelo Prof. José Vicente Thibaut, diretor do <i>Collegio S. Pedro</i>	195
Figura 21	Anúncio do livro do Prof. Carlos Hoefer no <i>Diario do Rio Grande</i>	197
Figura 22	Anúncio do <i>Collegio S. Pedro</i> , dirigido pelo Prof. José Vicente Thibaut.....	198
Figura 23	Ofício do <i>Collegio de S. Pedro</i> (1878).....	203
Figura 24	Ofício do <i>Collegio de S. Pedro</i> (1883).....	205

Figura 25	Capa do <i>Compendio de Grammatica Ingleza</i> do Prof. Eduardo Grauert (1861).....	212
Figura 26	Anúncio do <i>Collegio União</i> , dirigido pelo Prof. Eduardo Grauert.....	213
Figura 27	Anúncio do <i>Collegio União</i> , dirigido pelo Prof. Eduardo Grauert.....	219
Figura 28	Carta de Bacharel da Escola Militar do Rio Grande do Sul (1895).....	229
Figura 29	Diploma de Agrimensor da Escola Militar do Rio Grande do Sul (1891).....	230
Figura 30	Anúncio do <i>Collegio Ernst</i> , dirigido pelo Prof. Arno Ernst.....	235
Figura 31	Capa do <i>Compendio de Geographia</i> traduzido pelo Prof. Arno Ernst (1884).....	236
Figura 32	Anúncio do <i>Collegio Minerva</i> , dirigido pela Prof ^a Ignez de Oliveira Soares.....	239
Figura 33	Anúncio da Aula de Caligrafia do Prof. H. Machado.....	247
Figura 34	Anúncio do <i>Collegio Esperança</i> e da <i>Aula de Alvim Junior</i>	248
Figura 35	Anúncio do <i>Collegio Esperança</i> , dirigido pela Prof ^a Adelaide Gonzaga Alvim.....	249
Figura 36	Anúncio do <i>Collegio Alvim</i> , dirigido pelo Prof. Cândido Alvim Junior.....	252
Figura 37	Anúncios do <i>Collegio Alvim</i> em português e alemão.....	257
Figura 38	Anúncio do <i>Externato Apollo</i> , dirigido por D. Ourique Lusitano.....	262
Figura 39	Anúncio do <i>Collegio S. João</i> , dirigido pelo Prof. Rodrigo da Costa Almeida Lobo.....	266
Figura 40	Anúncios do <i>Collegio S. João</i>	267
Figura 41	Anúncio da <i>Escola Noturna da Sociedade Propagadora da Instrução</i>	271
Figura 42	Anúncio do <i>Collegio Brasil</i>	272
Figura 43	Anúncio da Drogaria inglesa de Hallawell e C. (1875).....	274
Figura 44	Anúncio da Drogaria inglesa de Hallawell e C. (1877).....	274
Figura 45	Anúncio da Companhia de Seguros contra o fogo <i>Liverpool e London & Globe</i>	275
Figura 46	Anúncio do <i>The New London & Brazilian Bank, Limited</i>	276
Figura 47	Anúncio da empresa Southern Brazilian Rio Grande do Sul.....	277
Figura 48	Anúncio da loja italiana de Corvetto & Vinelli.....	278
Figura 49	Anúncio do <i>Collegio Brasileiro Italiano</i>	279
Figura 50	Cópia da capa da Tese de Rita Lobato Velho Lopes apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1887.....	289
Figura 51	Anúncio do <i>Collegio Instrução e Moralidade</i> , dirigido pela Prof ^a Ernestina da Silva Alves.....	292

Figura 52	Anúncio do <i>Athenêo Luzo-Brasileiro</i>	295
Figura 53	Anúncio do <i>Instituto Rio-Grandense</i> , dirigido pelo Prof. Cypriano Porto Alegre.....	300
Figura 54	Capa do livro <i>Auras</i> de autoria do Prof. Cypriano Porto Alegre (1899).....	301
Figura 55	Anúncio do Curso primário e secundário do Prof. Ramalho.....	302
Figura 56	Anúncio do <i>Collegio Dupont</i> , dirigido pelo Prof. Charles Dupont.....	304
Figura 57	Anúncio do <i>Collegio Evaristo</i>	307
Figura 58	Capa do <i>Compendio de Grammatica Portugueza</i> (1887).....	311
Figura 59	Capa do <i>Complemento do Compendio de Grammatica Portugueza</i> (1888).....	312
Figura 60	Alunos do <i>Gymnasio Brasileiro</i> aprovados nos exames de preparatórios em 1887.....	313
Figura 61	Comerciantes da cidade do Rio Grande no início do século XX (1913).....	317
Figura 62	Anúncio da casa comercial de J. Westendorff.....	318
Figura 63	Anúncios da loja de Francisco Hormain.....	319
Figura 64	Anúncio da loja de H. Schutel Ambauer & C.....	320
Figura 65	Anúncio do <i>Collegio particular de meninas</i> da Prof ^a Camilla Ambauer Calcagno.....	321
Figura 66	Anúncio da Loja do Lontra.....	321
Figura 67	Anúncio da Fábrica de calçados de João Flandim.....	322
Figura 68	Anúncio da casa comercial de Tigre & Irmão.....	323
Figura 69	Anúncios da Pharmacia de Godoy & Filho.....	324
Figura 70	Imagem do Sr. Crescentino Batista de Carvalho.....	326
Figura 71	Imagem do Sr. Alipio Cadaval.....	327
Figura 72	Imagem do Sr. Virgilino José da Porciuncula Junior.....	328
Figura 73	Cabeçalho do Jornal <i>Diario do Rio Grande</i>	330
Figura 74	Notícia sobre os exames de preparatórios na Província do Espírito Santo.....	338
Figura 75	Imagem do Sr. Antônio Carlos Lopes.....	346

Lista de Tabelas

Tabela 1	Dados sobre a instrução secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1859.....	78
Tabela 2	Frequência de alunos na <i>Escola Noturna Propagadora de Instrução</i> de 01 a 30 de setembro de 1886, dirigida pelo Prof. Rodrigo da Costa Almeida Lobo.....	270

Lista de Quadros

Quadro 1	Relação das aulas de instrução secundária da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1849.....	71
Quadro 2	Relação dos colégios particulares de ensino secundário em 1865.....	91
Quadro 3	Aulas de instrução secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1846.....	148
Quadro 4	Aulas e colégios particulares de instrução primária e secundária existentes na cidade do Rio Grande de janeiro de 1857 a junho de 1858.....	167
Quadro 5	Disciplinas oferecidas pelo <i>Collegio União</i> em 1878.....	223

Sumário

1.	Introdução.....	15
2.	Por uma história das instituições educativas na cidade do Rio Grande.....	24
2.1.	Os intelectuais e suas redes de sociabilidade no campo educacional: aspectos de estratificação social.....	34
2.2.	Vestígios do patrimônio histórico-educativo rio-grandino: preservar para não esquecer.....	44
3.	O ensino secundário no Império.....	57
3.1.	A constituição do ensino secundário no Brasil.....	57
3.2.	O ensino secundário na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um privilégio para poucos.....	67
4.	Rio Grande, uma cidade cosmopolita: o porto, o comércio e a indústria	94
4.1.	Entre livros, <i>soirées</i> e conferências científicas: os espaços de sociabilidade da elite rio-grandina e sua relação com a educação.....	115
5.	O ensino secundário na cidade do Rio Grande.....	146
5.1.	A educação na cidade do Rio Grande: o ensino secundário público	146
5.2.	A hegemonia da iniciativa privada no ensino secundário: os <i>collegios</i> e aulas particulares da cidade do Rio Grande.....	155
5.2.1.	As instituições de estudos secundários na década de 1850: <i>a instrução da mocidade rio-grandense</i>	156
5.2.2.	As instituições de estudos secundários na década de 1860: <i>a mais segura garantia à educação da juventude</i>	209
5.2.3.	As instituições de estudos secundários na década de 1870: <i>a moralidade exemplar, disciplina constante e estudos assíduos</i>	244
5.2.4.	As instituições de estudos secundários na década de 1880: <i>instruí-los e prepará-los para os grandes certames do futuro</i>	285
5.3.	Entre indícios, vestígios e sinais: fragmentos da trajetória do corpo discente do ensino secundário da cidade do Rio Grande.....	315
6.	Considerações finais.....	352
	Referências.....	362
	Anexos.....	383
	Anexo A: Estatutos do Collegio Brasil.....	383

1. Introdução

O presente trabalho contempla, dentro da linha de Filosofia e História da Educação, uma análise histórico-educativa sobre como se desenvolveu o ensino secundário na cidade do Rio Grande/RS a partir da segunda metade do século XIX. Este estudo visa contribuir com a história da cidade, em específico com a História da Educação deste município, considerado uma das mais antigas povoações do Rio Grande do Sul (KÜHN, 2002) e que ainda carece de investigações que abordem as instituições escolares locais e os aspectos histórico-educativos que influenciaram diretamente as diferentes configurações desses espaços ao longo do tempo.

Neste sentido, esta pesquisa busca apresentar o ensino secundário rio-grandino, predominantemente privado, através das instituições educativas, que funcionaram no município, do início dos anos de 1850 até 1889, bem como suas relações com a comunidade rio-grandina. A delimitação da pesquisa se justifica por ter como marco temporal a Reforma Couto Ferraz, decreto 1.331 de 17 de fevereiro de 1854 e, a escolha pelo término da pesquisa em 1889, se justifica pelo interesse em se pesquisar apenas os reflexos do período imperial na História da Educação da cidade do Rio Grande/RS. Mesmo com a delimitação definida, o estudo retrocede e avança no tempo e no espaço, sempre que necessário, priorizando uma reflexão que abrangesse o contexto histórico nacional, regional e local na referida análise. Convém lembrar que no período imperial acontecem três grandes reformas educacionais: a Lei de 15 de outubro de 1827, a Reforma Couto Ferraz de 1854 e a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879 (TAMBARA; ARRIADA, 2005). Todavia, no que diz respeito ao ensino secundário, e mais especificamente ao ensino secundário privado, são as reformas de 1854 e 1879 que abordam os possíveis impactos da legislação para este grau de instrução.

A partir do estado da arte da referida temática e das fontes de pesquisa que possibilitaram o desenvolvimento desta investigação, levantamos a seguinte questão de pesquisa: Por que existia uma expressiva oferta de estabelecimentos de ensino secundário em Rio Grande em meados do século XIX? É importante afirmar que cursar o ensino secundário, um ensino que se

consolidou como propedêutico, em uma instituição formal não era uma exigência nem se configurava como um pré-requisito para a realização dos exames de preparatórios, processo seletivo estabelecido pela legislação educacional do período para o ingresso nas Academias do Império. Por que então cursar o ensino secundário nessa cidade localizada no interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que até então não possuía instituições de ensino superior que abrangessem essa demanda oriunda do ensino secundário?

Como uma das hipóteses dessa questão de pesquisa, é possível identificar que se constituiu neste período uma cultura educativa voltada para os estudos secundários, ou seja, se estabeleceu como um processo “natural” que, após a realização do ensino primário, era necessário cursar o ensino secundário, independentemente de almejar ou não o ingresso no ensino superior, sobretudo como forma de ascensão social. Cabe ressaltar que, neste período, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ainda não possuía instituições de ensino superior em seu território e as que existiam, em outras províncias, eram de natureza privada, fazendo com que apenas uma parcela vinculada a um determinado grupo social, uma elite local, almejasse esta possibilidade. Outra hipótese que pode justificar a significativa oferta de ensino secundário seria a de que os alunos não cursassem esse grau de ensino visando à realização dos exames de preparatórios, mas sim, vislumbrando-o como um ensino profissionalizante capaz de prepará-los para o ingresso em outras carreiras, como, por exemplo, a comercial, a militar e a docente.

Como objetivo geral esse estudo procurou demonstrar como o ensino secundário na cidade do Rio Grande/RS se desenvolveu e se consolidou ao longo do período imperial, de forma que abarcasse outras demandas além da formação para ingresso no ensino superior. Para isso, pesquisamos a história e os fragmentos de trajetória das instituições escolares do período, documentadas, principalmente, por meio de anúncios publicados na imprensa local, que se tornaram significativas fontes para conhecer e compreender a história das instituições secundárias em Rio Grande. Com esse mapeamento, foi possível visualizar um panorama da oferta de ensino secundário local e, a partir desse inventário, houve um direcionamento para outros documentos de

diferentes tipologias, como Relatórios, Ofícios, Mapas, Estatutos, Catálogos, Anuários e Almanques da Província, entre outros.

Nessa perspectiva, defendemos a seguinte tese: O ensino secundário rio-grandino estabeleceu um novo paradigma para a educação formal, consolidando-se como uma alternativa viável para a formação intelectual de outros grupos sociais que não almejavam o ingresso no ensino superior. O ensino secundário, nesta cidade, diferenciava-se justamente por redimensionar a sua finalidade neste período, possibilitando que outros públicos ascendessem socialmente por meio da instrução secundária.

Cabe destacar que o ensino secundário rio-grandino caracterizou-se como laico e dependente da iniciativa privada, privilegiando tanto o público masculino quanto o feminino. A educação masculina era voltada, sobretudo a uma formação intelectual de cunho profissionalizante visando à ascensão social de diferentes grupos sociais ou a manutenção de uma situação de classe. Em contrapartida, a educação feminina estava voltada a reforçar o papel social da mulher na época, valorizando o prestígio social a partir de uma formação para o âmbito privado, que tinha como ênfase o ensino de Belas Artes e de línguas estrangeiras.

É necessário pontuar que a questão da hegemonia da iniciativa privada no campo do ensino secundário não se diferencia de outros municípios da Província, como é o caso da cidade vizinha de Pelotas (AMARAL, 1999, 2003; NEVES, 2007, 2012) e, conseqüentemente, de todo o Império. Sendo assim, temos como hipótese central que a larga oferta de instituições de ensino secundário presentes na cidade, ao longo do período analisado, demonstra que existia uma demanda local de determinados grupos sociais que intencionavam manter certa situação de classe (WEBER, 1982) que seria responsável por consolidar e sustentar os interesses das gerações anteriores e, que também estavam voltados à ascensão social através da educação formal. Uma formação intelectual, que não estava somente voltada para o ingresso no ensino superior, mas, sobretudo, para uma formação cultural e profissional não contemplada pelo ensino primário e que precisava ser amparada através de novas ofertas de ensino que o setor público não tinha interesse em investir.

A presente tese se justifica pela lacuna existente na História da Educação brasileira, no que tange às investigações sobre a educação na Província de São Pedro durante o período imperial. Embora existam alguns trabalhos basilares (TAMBARA, 2000; STEPHANOU; BASTOS, 2005; GIOLO, 2006; GONDRA; SCHUELER, 2008; ARRIADA, 2007; LUCHESE; CORSETTI, 2011), diversos aspectos da educação secundária ainda não foram contemplados. Além disso, pesquisar a História da Educação do município de Rio Grande, sob o viés da história das instituições educativas, reforça o ineditismo desta tese, já que há uma ausência de trabalhos sobre educação que abordem a cidade e o período pretendido (ARRIADA, NOGUEIRA, VAHL, 2012; TAMBARA, 2000).

No momento inicial da pesquisa, foi preciso atentar-se a algumas questões básicas de organização, questões de cunho teórico e metodológico que foram responsáveis por nortear toda a investigação. Vale ressaltar que, antes do cuidado com tais questões, ocorreu a escolha, a seleção do assunto e do tema, bem como a verificação da sua viabilidade em determinada área do conhecimento, neste caso a História da Educação. Minha aproximação com o objeto de pesquisa deu-se logo no início da minha trajetória profissional como Museóloga em um espaço de memória localizado na cidade do Rio Grande. Ao atuar como responsável pelo tratamento técnico do acervo do Núcleo de Memória Engº Francisco Martins Bastos (NUME) fui me apropriando de novas perspectivas sobre a preservação da cultura material, em específico da cultura material escolar, afinal tratava-se de um acervo escolar de um espaço de memória universitário cuja missão era salvaguardar a história das instituições de ensino superior da cidade, antes mesmo da criação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Ao realizar o diagnóstico museológico do acervo, pude perceber as lacunas existentes na documentação das coleções, ou seja, faltava pesquisa museológica sobre os artefatos que faziam parte daquele acervo ímpar sobre a história da educação da cidade.

Ao conhecer a linha de pesquisa de Filosofia e História da Educação (FHE) e ao me aproximar do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-FAE-UFPe), percebi as inúmeras

possibilidades de diálogo existente entre a Museologia e a História da Educação e, como a partir dessa parceria entre essas áreas do conhecimento, eu poderia realizar estudos sobre uma determinada coleção pertencente ao acervo do NUME. Foi então que selecionei a coleção da Escola de Engenharia Industrial (EEI) para realizar minha pesquisa de Mestrado. Após a realização da minha dissertação, a qual aborda as origens do ensino superior na cidade do Rio Grande, que tem início na década de 1950, fui percebendo que algumas inquietações permaneciam principalmente no que diz respeito à História da Educação da cidade do Rio Grande.

Pesquisar a gênese do ensino superior foi um desafio de muito aprendizado sobre a história da cidade, que me permitiu interrogar o que antecedeu esse grau de ensino, que inicia tardiamente, em relação a outras cidades do Estado, como, por exemplo, Pelotas e Porto Alegre que já ofereciam este tipo de instrução desde o final do século XIX (TAMBARA, 1991; AMARAL, 1999). Tais reflexões suscitaram novos questionamentos acerca das formas de ensino existentes e quais instituições educativas abrangiam a demanda de educação formal da sociedade local até aquele momento.

Para tanto, ao iniciar a pesquisa de Doutorado, a intenção era realizar um estudo sobre a história do Gabinete de Leitura da cidade, criado em 1846 e que no final da década de 1870 passou a denominar-se *Bibliotheca Rio-Grandense*. A trajetória desta instituição sempre esteve vinculada à educação do município, por oferecer ou alugar seu espaço para diferentes instituições educativas, tais como a Escola de Engenharia Industrial, que antes de possuir seu prédio próprio, oferecia suas aulas na Biblioteca. Contudo, ao partir para a pesquisa empírica sobre a história do Gabinete de Leitura, nos jornais locais, foi praticamente impossível não notar a recorrência de anúncios e artigos que abordavam instituições de ensino secundário na cidade e a forte ligação que este espaço cultural possuía com a educação do município desde o século XIX. A grande oferta e a diversidade de instituições particulares, voltadas tanto ao público masculino quanto ao feminino, com programas e métodos de ensino, corpo docente e discente, entre outras informações, me fez optar, juntamente com o devido apoio do meu Orientador, por investigar a história do ensino

secundário privado na cidade do Rio Grande, um estudo até então não realizado pelos pesquisadores da área.

Foi a partir desses primeiros movimentos de pesquisa, que a história das instituições educativas se consolidou como uma das categorias centrais do presente estudo. Afinal, os anúncios e artigos presentes no Jornal *Diário do Rio Grande*, podem ser considerados vestígios, sinais, indícios (GINZBURG, 2006; 2012) significativos da existência e da história dessas instituições locais e, através dessa materialidade, é possível entrar em contato com o que ficou preservado da cultura escolar de uma determinada época.

Nessa perspectiva, esta pesquisa respalda-se sob a perspectiva da História Cultural, cujo referencial embasa todo o desenvolvimento deste trabalho. Trata-se de uma perspectiva histórica que busca reconstruir narrativas e não uma única verdade, mas uma entre tantas possíveis (BURKE, 1992). Por meio dessa vertente historiográfica, o diálogo interdisciplinar com diferentes áreas do conhecimento, como a História da Educação, a Sociologia e a Museologia, torna-se aceito e profícuo. Partindo desse pressuposto, realizamos a análise histórico-educativa propriamente dita, a qual envolveu a triangulação entre a fundamentação teórica, o *corpus* documental e o olhar do pesquisador sobre todo o material selecionado a fim de comprovar a presente tese.

Deste modo, foram elencadas as principais categorias que compõem este estudo, como, por exemplo, as categorias *história das instituições educativas e cultura escolar*, dando ênfase ao período imperial brasileiro, embasadas nas leituras de Justino Magalhães (2010, 2004, 1999), Dominique Julia (2001), Margarida Felgueiras (2005), Augustín Escolano Benito (2010), Antonio Viñao-Frago (2011, 2005, 1995), Diana Gonçalves Vidal (2005), para citar alguns autores. Também trabalhamos com a definição de público e privado como categoria de análise no âmbito da História da Educação, e, para isso, foram referências autores como Dermeval Saviani (2005, 2010), José Carlos Souza Araújo (2005), Luciano Mendes de Faria Filho (2011), José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008), Luiz Antônio Cunha (2007) e Elomar Tambara (2000, 2005). A categoria *ensino secundário* foi analisada a partir das leituras de André Chervel (1990, 1992), Ariclê Vecchia (2005), Circe

Bittencourt (2003), Eduardo Arriada (2011; 2012), Giana Lange do Amaral (1999; 2003), Jean-Claude Forquin (1995) e Helena de Araújo Neves (2007; 2012). A categoria *situação de classe* foi trabalhada a partir da perspectiva de Max Weber, para analisar a questão da caracterização de uma determinada *classe*, constituída a partir da teoria da estratificação social (WEBER, 1982), a fim de compreender como se organizam determinados grupos sociais em determinados contextos históricos. Nessa linha de raciocínio, a categoria *elite mercantil* definida por Helen Osório (1999; 2000) e por Gabriel Berute (2011) e a categoria *intelectual mediador*, baseada nos estudos de Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016), também foram utilizadas para analisar as redes de sociabilidade que se estruturaram na cidade e que exerciam certa influência na educação formal dentro deste período.

Logo, a presente investigação se estruturou em quatro eixos de pesquisa. O segundo capítulo aborda a discussão conceitual das principais categorias deste estudo no âmbito da História da Educação, além de evidenciar a relevância dessa abordagem teórico-metodológica para compreender a história da própria cidade do Rio Grande. Neste capítulo também será discutida a importância da preservação do patrimônio histórico-educativo em diferentes materialidades, como é o caso dos anúncios produzidos pelas instituições de ensino secundário local, no decorrer do século XIX, e que proporcionaram novos saberes e novas interpretações acerca de uma dada realidade educacional.

O terceiro capítulo discorre sobre a estruturação do ensino secundário brasileiro no Império e na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, levando em consideração as reformas educacionais do período e seus reflexos na instrução pública e privada. O quarto capítulo discorre acerca da cidade do Rio Grande e sua constituição como uma cidade cosmopolita, apresentando o contexto local, a influência do porto e do comércio na sociedade rio-grandina, as redes de sociabilidades mantidas por uma elite mercantil e intelectual constituída por imigrantes, além de abordar alguns aspectos históricos de determinados espaços de sociabilidade que se organizavam como espaços educativo-culturais, que reuniam diferentes agentes, os quais exerciam influências distintas na cidade, inclusive na educação formal.

O quinto e último capítulo analisa o ensino secundário na cidade do Rio Grande a partir dos primeiros movimentos da educação secundária na cidade no âmbito público e privado a partir dos anos de 1850. Neste capítulo são apresentadas e analisadas, também, as instituições educativas privadas de nível secundário, masculinas e femininas, que se destacaram em cada década dentro do recorte temporal delimitado. Nesta parte destacamos, ainda, alguns aspectos da cultura escolar desses *collegios*: as disciplinas oferecidas e sua relação com os interesses profissionais do público; os fragmentos de trajetória de alguns docentes na cidade do Rio Grande e em outras localidades; a estrutura institucional e as práticas escolares que foram estabelecidas nessa época. Por fim, como forma de corroborar a presente tese, ressaltamos os itinerários de alguns egressos que pertenceram ao corpo discente das instituições pesquisadas, que optaram por realizar o ensino secundário como formação intelectual para ingressarem em diferentes carreiras profissionais, sem a necessidade de seguirem para o ensino superior.

É necessário ressaltar que este estudo não abordará o anúncio impresso do século XIX sob seu viés gráfico, nem sob o viés publicitário, como já investigado por outros pesquisadores em História da Educação (NEVES, 2007; 2012). O interesse é pontual em poder inventariar e compreender a história dessas instituições educativas, por meio dos elementos da cultura escolar que estão presentes nesses indícios de uma determinada época. Logo, o foco do inventário foi o aparecimento dos colégios, femininos e masculinos, ao longo do período delimitado. Cabe destacar que esta investigação também não possui a pretensão de esgotar o tema em questão ou reconstituir uma história do ensino secundário da cidade do Rio Grande. Nesta pesquisa, respaldada pela perspectiva da História Cultural, nossa intenção é apresentar, problematizar e refletir sobre os aspectos histórico-educativos do ensino secundário local a partir de documentos e leituras especializadas que nos permitem questionar e interpretar como este tipo de ensino foi se estruturando e por que a oferta deste tipo de ensino era tão significativa na cidade do Rio Grande a partir da segunda metade do século XIX. A intenção é contribuir com a História da Educação da cidade que, como já mencionado, carece de estudos nesse campo, sempre vislumbrando proporcionar um olhar sobre uma determinada realidade, sem

esquecer as múltiplas leituras possíveis que poderão ser realizadas (BURKE, 2002; 2008).

Diante do exposto, o estudo, que será apresentado a seguir, visa contribuir com as pesquisas sobre o ensino secundário brasileiro, acreditando que, ao realizar estudos longitudinais dessa categoria, torna-se possível compreender seus reflexos não somente no período imperial, mas também no que diz respeito às questões atuais que permeiam o campo da educação.

2. Por uma história das instituições educativas na cidade do Rio Grande

Produzir um estudo no âmbito da História da Educação nos permitiu compreender como se organizaram e como foram sendo estabelecidas as relações socioculturais em uma das cidades mais antigas do Rio Grande do Sul, a cidade do Rio Grande. Conhecer um pouco sobre o seu passado educacional possibilitou conhecer a sua formação econômica e social, trajetórias de vida, avanços e mudanças que demarcaram uma época.

Ao realizar o presente estudo, o qual se insere no campo da História da Educação, domínio científico responsável por estudar as especificidades da educação sob uma perspectiva histórica, é preciso salientar que essa área do conhecimento se propõe a investigar o fenômeno educativo levando em consideração suas transformações. Sendo assim, esta área contempla:

Basicamente, o campo do fenômeno educativo, na sociedade moderna (pós-medieval), abarca as práticas predominantemente escolares (embora também se vislumbrem as extraescolares) da educação, suas representações (o pensamento, as propostas educacionais) e a regulamentação dessa atividade (legislação, políticas educacionais), em suas transformações no espaço e no tempo (CASTANHO, 2010, p. 90).

Nesse sentido, vale ressaltar que a História da Educação constitui um campo interdisciplinar que se encontra aberto às inovações dos processos histórico-educacionais. Afinal,

Historiar a educação é compreender que as grandes movimentações da história contemporânea, desenvolvendo-se sob a forma de revolução, reforma ou resistência, não constituem aplicações de princípios e que, em si mesmos, os princípios são inseparáveis das circunstâncias históricas. Desenvolvendo-se, a educação integra constelações teórico-práticas, conferindo nexos às transformações individuais, grupais e sociais (MAGALHÃES, 2004, p. 88).

Esse caráter interdisciplinar e a multiplicidade de estudos presentes na História da Educação fazem com que ela possa encontrar-se ancorada nos princípios da História Cultural, movimento de caráter internacional, que foi “redescoberto” na década de 1970¹. Para compreender como se dá essa interlocução como aporte teórico para a História da Educação, basta refletir sobre os caminhos propiciados por essa vertente historiográfica, como, por

1 De acordo com Peter Burke (2008) a História Cultural já era praticada na Alemanha desde o século XIX e existem obras anteriores, que remontam ao século XVIII, que abordavam a história da cultura humana ou de regiões ou nações.

exemplo, novos campos e novos objetos de análise que anteriormente acabariam sendo menosprezados por serem considerados sem relevância para a compreensão dos processos educacionais, como a história das instituições educativas ou das práticas escolares. Determinado tipo de abordagem que é feita, os documentos utilizados ou a ênfase dada a certas questões, sem a presença da História Cultural acabariam sendo descartadas pelos pesquisadores. Sobre esta questão, Pesavento (2008) reforça tais mudanças da seguinte forma:

Não mais a posse dos documentos ou a busca de verdades definitivas. Não mais uma era de certezas normativas, de leis e modelos a regerem o social. Uma era da dúvida, talvez, da suspeita, por certo, na qual tudo é posto em interrogação, pondo em causa a coerência do mundo. Tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas (PESAVENTO, 2008, p. 15-16).

Sem buscar defender verdades absolutas, mas sim pontos de vista possíveis dentro de um determinado contexto, a História Cultural permitiu novas possibilidades de pesquisa para a História da Educação e, desse modo, outros olhares sobre os objetos de estudo e novas possibilidades de enfoque foram se consolidando no cenário de pesquisas nacionais e internacionais. Sobre as diferentes interpretações dadas à História Cultural, Viñao-Frago (1995) aponta algumas contribuições interpretativas:

Para unos se trata sólo de un nombre más que viene a sustituir a la ya desgastada y siempre no bien definida historia de las mentalidades. Para otros, esta nueva historia cultural abarcaría la historia de la cultura material y la del mundo de las emociones, los sentimientos y lo imaginario, así como el de las representaciones e imágenes mentales, la de la cultura de la élite o de los grandes pensadores — historia intelectual en sentido estricto — y la de la cultura popular, la de la mente humana como producto sociohistórico — en el sentido vigostkyano — y la de los sistemas de significados compartidos — en el sentido geertziano — u otros objetos culturales producto de esa misma mente, y entre ellos, cómo no, el lenguaje y las formaciones discursivas creadoras de sujetos y realidades sociales. Todo ello, además, no desde una perspectiva fragmentada sino conectada e integrada (VIÑAO-FRAGO, 1995, p. 64).

Com base nesses pressupostos e na possibilidade de interlocuções com outras áreas do conhecimento, é que se tornou viável desenvolver este estudo no âmbito da História da Educação, respaldado pelo viés da História Cultural. Segundo Roger Chartier, em seu livro *História Cultural: entre práticas e representações*, a História Cultural tem como principal objetivo “identificar o

modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Sob essa perspectiva é que se estruturou esta investigação, ao optar pela investigação de como a presença significativa de instituições secundárias particulares na cidade do Rio Grande, na segunda metade do século XIX, pode estar associada com diferentes demandas locais provenientes de grupos sociais que buscavam a ascensão e o prestígio social por meio da educação formal. Todavia, é preciso reiterar que:

[...] no campo da História Cultural, o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita a História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas (PESAVENTO, 2008, p. 51).

Desse modo, a pesquisa apresenta interpretações possíveis acerca dessas histórias institucionais, a partir da seleção e problematização de documentos da época, sem buscar uma única verdade ou uma verdade absoluta sobre este objeto de estudo. A intenção desta investigação é interpretar e tornar inteligível o contexto histórico-educativo da época, compreender os atores envolvidos, seus interesses e relações.

Por se caracterizar como uma corrente histórica que se interessa por toda atividade humana e que possibilita outros olhares acerca de objetos de pesquisa já vislumbrados, a ampliação de tipologias de fontes e métodos de investigação, a História Cultural acaba por permitir que a História da Educação, através de suas relações interdisciplinaridades, alcance uma “maior centralidade nos discursos, nas práticas educativas e nas representações simbólicas” (MAGALHÃES, 2004, p. 91). Desse modo,

Verifica-se que o avanço da História Cultural, em extensão, apresenta-se como rápido e incessante movimento de descoberta e incorporação de uma variedade quase ilimitada de objetos e abordagens descritos ou rotulados, genericamente, de novos ou, em certos casos, esquecidos [...]. Assim, uma vez concebida como um campo de múltiplos temas e saberes, a História Cultural ora é pensada como um leque disciplinar, ora como área de investigação interdisciplinar ou mesmo metadisciplinar, capaz de dar conta de todas as práticas e representações sociais (FALCON, 2002, p. 105).

A partir dessa concepção é que se consolidou, como um dos temas fundamentais para a historiografia da educação, o estudo sobre a história das

instituições educativas, justamente por proporcionar novas interpretações sobre os diferentes processos histórico-educativos. Esta categoria auxilia na compreensão das distintas realidades educacionais, deixando evidente que cada instituição é um universo específico, capaz de se apropriar e redimensionar os reflexos econômicos, sociais e culturais de cunho nacional, regional e local.

A escolha desta categoria surge, dentro da História da Educação, como uma possibilidade de pesquisa. Afinal, trata-se de uma história institucional que corresponde à memória de um local, de um determinado contexto e de determinados indivíduos. A pesquisa sobre as instituições educativas demarca um importante campo temático da historiografia da educação brasileira (GATTI JÚNIOR, 2002), o qual abrange uma série de estudos e fontes de análise capazes de auxiliar na compreensão dos processos históricos e educativos brasileiros. Como afirma Magalhães (2004, p. 67), “a instituição é contexto, representação, materialidade e é apropriação” e dentro dessa perspectiva é que se pretende considerar este objeto, buscando problematizar os fragmentos de trajetória de determinadas instituições de ensino secundário na cidade do Rio Grande ao longo da segunda metade do século XIX.

A história das instituições educacionais integra uma tendência recente da historiografia, que confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo na área educacional, faziam-se presentes (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 4).

Este foco da historiografia, característico dos paradigmas trazidos pela História Cultural, ao mudar a perspectiva do geral ao particular, tem a intenção de demonstrar as diferenças e as semelhanças existentes nas singularidades de cada objeto de análise, privilegiando as instituições como “um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 4). O historiador Roger Chartier atenta para o que considera como um dos principais desafios à História Cultural, o qual seria “como pensar a articulação entre os discursos e as práticas” (CHARTIER, 2009, p. 47). Na esteira desse raciocínio, é possível identificar como esta

investigação, no âmbito da História da Educação, pode estar ancorada nos preceitos da História Cultural, afinal:

O objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que limitam – de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação - o que lhes é possível pensar, dizer e fazer. Essa observação é válida também para as obras letradas e as criações estéticas, sempre inscritas nas heranças e nas referências que as fazem concebíveis, comunicáveis e compreensíveis. É válida, desse modo, para as práticas ordinárias, disseminadas e silenciosas, que inventam o cotidiano (CHARTIER, 2009, p. 49).

É importante ressaltar que esta categoria dentro da História da Educação engloba uma série de análises possíveis, como o corpo docente, o corpo discente, as disciplinas escolares, as relações sociais e políticas, entre outras. Diante disso, torna-se relevante destacar que:

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. A dimensão material alarga-se das estruturas e dos meios ao processo, à participação e ao produto, enquanto a dimensão simbólica reporta à participação e à construção educacional. Trata-se, portanto, de uma construção subjetiva que depende das circunstâncias históricas, das imagens e representações dos sujeitos, e que é afetada por dados de natureza biográfica e grupal (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Logo, o conceito de instituição, demarcado por essa categoria, pode ser definido como uma estrutura de caráter permanente, e como afirma Saviani (2007), é produzida para satisfazer uma necessidade humana, ou seja,

As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem (SAVIANI, 2007, p. 5).

É importante destacar o uso recorrente dos termos instituições educativas e instituições escolares nas investigações que contemplam análises histórico-educativas. Logo, o termo instituições educativas foi o escolhido para ser utilizado neste estudo, pois ele nos permite agregar outras instituições, além daquelas de educação formal. Seguindo essa lógica, são considerados exemplos de instituições educativas estabelecidas na cidade do Rio Grande, no

período pesquisado: Sociedades recreativas, Agremiações Literárias e um Gabinete de Leitura que se transforma em biblioteca municipal no final da década de 1870. Sobre essa categoria cabe ressaltar:

[...] o que constatamos é uma imbricação de instituições de diferentes tipos, não especificamente educativas que, nem por isso, deixam de cuidar, de algum modo, da educação. Assim, para além da instituição familiar consagrada, pelas suas próprias características, ao exercício da educação espontânea, vale dizer, do trabalho pedagógico primário, encontramos instituições como sindicatos, igrejas, partidos, associações de diferentes tipos, leigas e confessionais, que, além de desenvolver atividade educativa informal, pode, também, desenvolver trabalho pedagógico secundário, seja organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal, seja mantendo escolas em caráter permanente (SAVIANI, 2007, p. 7).

Nesse sentido, é importante sinalizar a existência da diferença entre instituições educativas, compreendidas em um sentido amplo, e instituições escolares, compreendidas em um sentido mais exato, pois configuram categorias que não são sinônimos e que são amplamente utilizadas no âmbito da História da Educação². Na investigação em pauta, a categoria história das instituições educativas, contempla os espaços de educação formal, como, por exemplo, colégios e aulas particulares, bem como os espaços de educação não formal, mas, que também ofereciam aulas na cidade do Rio Grande.

[...] a expressão “instituições educativas” resulta num expediente para distinguir-se esse tipo de instituição dos outros tipos não ligados à educação. Em suma, cabe considerar que, do mesmo modo que nem toda educação é institucionalizada, também nem toda instituição é educativa (SAVIANI, 2013, p. 46).

Ao eleger investigar o ensino secundário oitocentista no sul do Brasil, nos deparamos com a necessidade de interpretação de uma história das instituições educativas para poder compreender e, sob certos aspectos, preservar a história da educação desta cidade. Por isso, foi imprescindível ter a noção de que:

[...] propor-se a reconstruir historicamente as instituições escolares brasileiras implica admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos como **necessitamos conhecer** (SAVIANI, 2007, p. 24, grifo nosso).

² Para um maior aprofundamento sobre essas categorias no âmbito da História da Educação, ver, entre outros: BUFFA (2002), GATTI JÚNIOR (2002), GATTI JÚNIOR; PESSANHA (2005), LOMBARDI & NASCIMENTO (2004), MAGALHÃES (1999, 2004, 2005), OLIVEIRA; GATTI JÚNIOR (2002), WERLE (2004); WERLE; BRITTO; COLAU (2007).

E sob esse viés de conhecer e compreender a história das instituições de ensino secundário em Rio Grande percebemos a partir da seleção do *corpus* documental, que cada história institucional é única e para que seja possível uma análise com rigor científico torna-se necessário:

[...] correlacioná-las com as condições sociais nas quais emergiram segundo contextos histórico-geográficos determinados. Levando isso em conta, um eixo importante de articulação das análises será dado pelo público-alvo. Ou seja, trata-se de formular a questão: a quem se destina a instituição que estou me propondo a reconstruir e que resultados ela pretende atingir com a ação empreendida? A busca de informações sobre o alunado será, pois, um elemento importante na reconstrução histórica das instituições escolares, uma vez que, além de ajudar na definição do perfil institucional, trará, também, indicações importantes sobre sua relevância social (SAVIANI, 2007, p. 25).

Justamente nessa perspectiva é que este estudo se insere, pois ao realizar o mapeamento das instituições educativas localizadas em Rio Grande, muitas até então desconhecidas, foi possível definir o público alvo e o perfil institucional desses espaços de instrução. Além disso, ao inventariar os colégios, aulas particulares e outros estabelecimentos, que ofereciam esse tipo de ensino, associando-os ao contexto histórico e geográfico as relações e redes existentes se sobressaíram, assim como a relevância social desses espaços para a população local naquele período. Aspectos que corroboram com a assertiva de Justino Magalhães, que define a história das instituições educativas como “um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos” (MAGALHÃES, 2004, p. 67).

No interior das instituições há um quebra-cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de se fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares. Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos e infinitas outras coisas ali se cruzam. Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica, etc.) que agem e interagem entre si, “acomodando-se” dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade (SANFELICE, 2007, p. 77).

Nesta pesquisa a categoria cultura escolar aparece relacionada com a categoria instituição educativa, uma interagindo com a outra, uma vinculada à outra. Cultura escolar é tomada neste estudo como um conceito que permite compreender como se dá a organização de determinadas instituições

educativas, de ensino secundário e de caráter laico e particular em um determinado período, e por meio dela poder entender as “múltiplas facetas da experiência escolar” (FARIA FILHO, 2007, p. 197) e de que forma essas facetas podem se moldar de acordo com determinada realidade. Nesse sentido, através de um olhar voltado também para a cultura escolar presente nas instituições selecionadas, identificadas na materialidade dos vestígios que ainda se encontram preservados, foi possível identificar, questionar e interpretar: os programas de ensino e as disciplinas escolares oferecidas pelas instituições; quem eram os professores que faziam parte do corpo docente desses estabelecimentos e quais eram suas trajetórias no magistério gaúcho; quais alunos eram esperados por esses colégios e aulas particulares, além de outros elementos que foram mapeados.

A instituição educativa apresenta uma identidade que não varia significativamente com as circunstâncias geográficas ou com as circunstâncias históricas. É, porém, na relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como na medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem sua própria identidade histórica (MAGALHÃES, 2004, p. 68).

Segundo Julia (2001, p. 10), a cultura escolar é responsável por delimitar um “conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. A partir da compreensão de que a cultura escolar além de categoria analítica também pode ser considerada um objeto histórico é possível identificar e articular os saberes e práticas educativas que permeiam a história de determinadas instituições. Conforme afirma Faria Filho (2007),

[...] há na categoria cultura escolar um potencial analítico que está ancorado, por um lado, na articulação dos diversos elementos constitutivos da experiência escolar que se propõe, e, de outro, na visibilidade que dá às práticas de divulgação, de imposição e de apropriação efetivadas no interior do campo educacional em dado momento histórico (FARIA FILHO, 2007, p. 197).

A apropriação dessa cultura escolar, no interior de uma determinada instituição educativa, surge a partir do processo de escolarização e é capaz de adquirir novos sentidos em cada época, em cada contexto histórico. Para

Viñao-Frago (1995, p. 68), a cultura escolar se caracteriza como um “conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizan a la escuela como organización” e este conjunto de aspectos incluem:

[...] prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos — la historia cotidiana del hacer escolar —, objetos materiales — función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición... —, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. [...] la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer (VIÑAO-FRAGO, 1995, p. 68-69).

A categoria cultura escolar é reconhecida como “uma renovação nos estudos em história da educação brasileira” (FARIA FILHO *et all*, 2004, p. 150), principalmente quando associada aos estudos específicos que envolvem a história das instituições educativas. Esse enfoque sobre a cultura escolar atrelado às instituições demonstra que:

[...] tais pesquisas têm contribuído para uma **desnaturalização da própria instituição escolar no Brasil**. Isto não é pouco se considerarmos que até bem pouco tempo as reflexões e pesquisas desenvolvidas em várias áreas da educação, inclusive na história da educação, acabavam por trabalhar e produzir uma representação da escola como uma instituição estática e acabada desde os tempos coloniais (FARIA FILHO *et all*, 2004, p.152, grifos nossos).

A contribuição desta pesquisa se dá, justamente, ao propor a desnaturalização na concepção e estruturação das instituições de ensino de caráter formal, como consequência do trabalho com a história das instituições educativas de ensino secundário da cidade do Rio Grande, no século XIX, em que é possível perceber diferentes discursos, movimentos e particularidades. Cada instituição é única, mesmo oferecendo o mesmo nível de instrução. Por isso, é significativo refletir sobre a sua finalidade e o tipo de público que buscavam contemplar, afinal, eles poderiam ser redimensionados e ressignificados conforme as relações com o contexto em que esses estabelecimentos encontravam-se inseridos, sem esquecer a concorrência e parcerias no âmbito da iniciativa privada que demarcam essa época. Assim sendo, as instituições educativas podem ser caracterizadas como instituições sociais, culturais e simbólicas, afinal:

Toda instituição vem cobrir uma carência, preencher um vazio, e, para perdurar no tempo, deve satisfazer uma necessidade social; é por isso que os objetivos e os métodos empregados em cada organização vão diferir de acordo com o ideal de homem a que aspire

tal sociedade. Portanto, toda instituição deverá ter a flexibilidade necessária para sofrer as transformações requeridas a fim de adequar-se às necessidades que incluam o contexto institucional e macrocontexto (CREMA, 1998, p. 139).

Justino Magalhães (2010) ressalta que o fundamento da definição da categoria cultura escolar residiu “na dialéctica entre cultura escrita, escola e sociedade” (MAGALHÃES, 2010, p. 65). A partir dessa interpretação, é relevante destacar que o processo de desnaturalização das instituições educativas formais e da cultura escolar na sociedade brasileira, faz com que se ponderem algumas questões ao se tratar de uma pesquisa que aborda a História da Educação no século XIX:

[...] podemos dizer que pode ocorrer que num determinado momento inicial do processo de escolarização não haja uma cultura escolar ou que esta seja rarefeita a ponto de tornar-se quase imperceptível. No entanto, uma cultura escolar densa e “madura” implica necessariamente a complexificação da escola e do processo de escolarização (FARIA FILHO, 2007, p. 201).

É nesse sentido que foi preciso identificar e analisar diversos vestígios, com base na perspectiva do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (2012), que foram “deixados” por determinadas instituições educativas secundárias da cidade do Rio Grande, durante o período imperial, para, então, conseguir conhecer e interpretar como esse tipo de ensino se consolidou a partir de uma demanda local específica, a qual pode ter redimensionado a finalidade do ensino secundário em um dado momento. Através da história dessas instituições educativas, revelam-se novas nuances, diferentes atores e outras possibilidades para os alunos interessados em obter uma educação secundária, onde ingressar no ensino superior poderia não ser a única opção e nem a única finalidade deste tipo de ensino, que acabou por englobar outros rumos profissionais e permitir a ascensão social de certos sujeitos históricos por meio desta formação intelectual específica. Ademais, cabe destacar que, além da ascensão social por meio dos estudos secundários, havia um grupo social vinculado à elite local que almejava, com essa formação, sustentar uma situação de classe já consolidada no município, como serão abordados nos capítulos 4 e 5.

2.1. Os intelectuais e suas redes de sociabilidade no campo educacional: aspectos de estratificação social

No decorrer desta investigação, outra categoria emergiu como possibilidade de análise dos atores vinculados ao cenário educacional local: a categoria de intelectual. É válido salientar que a noção de intelectual possui um caráter polissêmico e um aspecto polimorfo (SIRINELLI, 2003), sendo capaz de agregar diferentes definições e enquadramentos na sociedade ocidental. Para Gramsci (1982, p. 7) “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. Nessa perspectiva, Jean-François Sirinelli aponta duas concepções que definiam o intelectual no âmbito da sociedade francesa no final do século XIX até meados do século XX:

[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, **o professor secundário como o erudito**. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura (SIRINELLI, 2003, p. 242, grifos nossos).

Seguindo essas duas acepções, a trajetória do conceito de intelectual, de modo geral, remete a uma categoria de profissionais vinculados a algum saber científico e, sobretudo, a determinados grupos sociais. Segundo Christophe Charle (2003, p. 143), para ser considerado um intelectual, na França do século XIX, era preciso “viver profissionalmente de sua pena”. Nesse rol de profissionais estavam, por exemplo, os homens de letras e os cientistas. Todavia, a partir das contribuições proporcionadas pela História Cultural surgem outras perspectivas acerca do conceito de intelectual, dentre as quais se destacam:

[...] de um lado, um “desencantamento” da figura do intelectual como gênio, fator explicativo de transformações culturais, científicas e artísticas, tratamento que, justificadamente, gerava suspeitas entre historiadores. De outro, aumentam os esforços para a construção de novas categorias ou para uma retomada de categorias com sentidos renovados, que pudessem enriquecer o tratamento dado a esses sujeitos históricos nomeados como intelectuais (GOMES; HANSEN, 2016, p. 11).

Por conseguinte, a figura do intelectual ganha outros contornos, onde os sujeitos históricos passam a se conectar com outros atores sociais, atuando em diferentes instituições, estabelecendo redes e formando grupos capazes de dialogar sobre as questões políticas e sociais vinculadas a um determinado contexto. Dentro dessa nova acepção, cabe destacar que

[...] a história cultural se interessa pelas operações de apreensão da realidade social, priorizando os sentidos assumidos por essa realidade, em função dos pontos de vista de seus sujeitos históricos, ou seja, das percepções cognitivas e afetivas desses sujeitos. Além disso, ela prioriza as preocupações com as dinâmicas de produção dos bens culturais, sendo, portanto, fundamental atentar para os fenômenos de sua “mediação”. Eles se tornam absolutamente estratégicos, pois, se a história cultural volta-se para processos socioculturais de produção e alteração de significados pelos diversos sujeitos históricos, é imprescindível compreender as dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais, que, por princípio teórico, sempre envolvem mudanças em seus sentidos ou, dito de outra forma, naqueles presentes nas intenções de seus produtores (GOMES; HANSEN, 2016, p. 13).

Ao identificar esses sujeitos na pesquisa, seus lugares de atuação e suas trajetórias profissionais e pessoais, o conceito de “intelectual mediador” foi selecionado como uma categoria relevante neste estudo, capaz de definir um determinado grupo social, através de suas ações no campo da educação. A categoria “intelectual mediador” reúne os sujeitos históricos identificados como intelectuais que “atuam, exclusiva ou paralelamente, como mediadores culturais” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 9). No presente estudo, foram identificados indivíduos que formam o que se pode denominar como uma rede de sociabilidade, uma rede de relações e de espaços de sociabilidade que reúnem o que se compreende como intelectuais mediadores, com atuações em diferentes âmbitos sociais e políticos na cidade do Rio Grande. Cabe destacar, nesta rede, a presença de diversos professores e diretores de instituições educativas de ensino secundário, que também são considerados intelectuais da época.

[...] a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular (SIRINELLI, 2003, p. 252-253).

É necessário esclarecer que nesta pesquisa foram considerados intelectuais mediadores certos sujeitos que estavam vinculados ao cenário educacional rio-grandino e que de alguma forma eram responsáveis por oferecer um determinado bem cultural à comunidade local. No caso dos docentes investigados, a transmissão desse bem cultural se dava nas instituições educativas particulares voltadas ao ensino secundário. Também existiam outros intelectuais mediadores na cidade, os quais possibilitavam o acesso a diferentes bens culturais vinculados à educação, como, por exemplo, aulas particulares, conferências científicas e obras literárias nacionais e estrangeiras. É importante mencionar que esses intelectuais estabeleciam redes ou “estruturas de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 249) com outros intelectuais da cidade, vinculados ou não ao ensino. Esses contatos se estabeleciam por suas posições sociais e políticas, podendo estar ligados através das instituições educativas que atuavam, mas também por meio de agremiações e sociedades literárias, espaços de sociabilidade prioritariamente masculinos. Tal acepção vai ao encontro de outra categoria, que é a de sociabilidade intelectual.

A sociabilidade intelectual é entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas -, para atuar no interior de uma sociedade mais ampla. Nessas redes e lugares dominam tanto dinâmicas organizacionais, que conferem estrutura ao grupo e posições aos que dele participam; como o compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição (GOMES; HANSEN, 2016, p. 24).

Sendo assim, é significativo para este estudo investigar os percursos, as trajetórias profissionais desses intelectuais, a fim de compreender os vínculos, as parcerias e as intenções desses sujeitos. Delimitar esse grupo de intelectuais permite vislumbrar seus projetos e contribuições para a sociedade local, sempre atrelado a um determinado grupo social mais abastado, o qual era capaz de reconhecê-los como figuras públicas e que exerciam influências políticas e culturais na sociedade local.

Esses intelectuais acabam por constituir um seleto grupo de pessoas, com diferentes atuações e formações profissionais no município, mas que se unem em prol de movimentos de cunho educativo, como, por exemplo, a

criação e a manutenção de um Gabinete de Leitura na primeira metade do século XIX, de aulas noturnas na Biblioteca Rio-Grandense e de discussão de teses e conferências de diferentes temas em sociedades literárias. Com essas trocas, na constituição dessas redes de sociabilidade, é que se transmitem os saberes, as ideias e os ideais de um determinado grupo pertencente a um tempo e um espaço específicos. Portanto, é preciso ressaltar que:

Os mediadores, sejam indivíduos ou grupos, estão integrados em redes que se constituem em espaços propícios ao surgimento de novas maneiras de pensar e sentir. Assim, se a categoria de vanguarda tem um forte vínculo com a inovação, na lógica da interpretação que aqui defendemos, a categoria de mediação, ao “inventar” um produto híbrido, resultado dos processos de trocas culturais, também produz algo novo, que igualmente traz impactos político-sociais (GOMES; HANSEN, 2016, p. 33).

No sentido de transmissão de saberes de um bem cultural, vale destacar a formação de novos grupos de intelectuais para a cidade, sendo eles bacharéis, militares, políticos ou comerciantes. Afinal, essa rede de sociabilidade intelectual era constituída por uma elite cultural que também fazia parte da elite mercantil da cidade, as quais se encontram, sob certos aspectos, interligadas no contexto local. O conceito de elite cultural é compreendido sob a perspectiva de Sirinelli (1998), que afirma que

[...] as elites culturais, mesmo quando seja legítimo isolá-las para efeitos de análise não existem como entidades autônomas, em posição de extraterritorialidade. Estão, pelo contrário, ligadas à sociedade que as rodeia e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhes conferem uma identidade (SIRINELLI, 1998, p. 264).

Por essas razões, essa elite intelectual e cultural será analisada juntamente com a elite mercantil do município, pois acredita-se que ambas estão unidas por meio dos interesses de uma determinada classe. Conforme Sirinelli (1998), as elites culturais podem ser entendidas como “dotadas de uma certa capacidade de ressonância e de amplificação, noutros termos, de um poder de influência” (SIRINELLI, 1998, p. 261), o que não as difere das características que envolvem os conceitos de ação social e situação de classe (WEBER, 1982) e de elite mercantil (OSORIO, 2000; BERUTE, 2011) que serão abordados nesta investigação.

Cabe destacar que a concepção de elite mercantil da pesquisadora Helen Osorio (2000) abrange as diferentes composições de negócios que eram realizados pelo grupo mercantil sulista e suas relações comerciais durante o período colonial. Segundo a autora, os negociantes “foram identificados como sendo a elite econômica do Rio Grande do Sul colonial (e não os estancieiros, como já se pensou)” (OSORIO, 2000, p. 114). Porém, esse grupo de negociantes não estava inserido na esfera mais ampla dos circuitos mercantis da época, situação que era abarcada pela elite mercantil carioca. Sobre as atividades mercantis sulistas, Osorio destaca:

[...] tem-se que eles apenas predominavam no comércio local, participavam de forma minoritária na comercialização dos produtos destinados ao mercado interno da América Portuguesa e não tinham condições de estarem presentes em circuitos mercantis mais amplos. Da mesma forma, não atuavam no setor financeiro (Banco do Brasil e seguradoras), nem nos contratos da Coroa. A elite mercantil do Rio de Janeiro, mais antiga e rica, monopolizava estes tipos de negócio, impedindo sua participação, justamente aos que permitiam uma maior acumulação (OSORIO, 2000, p. 129).

Mesmo que a elite mercantil da cidade não atingisse os circuitos mercantis mais amplos fora da Província, conforme afirma Osorio (2000), ao longo do século XIX essa elite se manteve organizada e atuante na própria cidade do Rio Grande, como veremos no quarto capítulo. Na pesquisa realizada por Osorio, a autora ainda destaca a diversificação dos negócios como uma característica do grupo naquele período, fator que acabava por constituir “o principal indicador do sucesso mercantil de um negociante e de sua participação na elite” (OSORIO, 2000, p. 116). Essa diversificação nos negócios pode também estar atrelada à diversificação de atividades que eram desenvolvidas por essa elite mercantil, como, por exemplo, a participação em sociedades particulares com diferentes finalidades, mas que eram organizadas e mantidas por um determinado grupo social. Ao traçarmos um paralelo com os sujeitos históricos que iremos analisar neste estudo, é relevante observar que manter certos vínculos sociais e culturais pode ser encarado como uma característica desta elite mercantil, que também pode ser identificada como elite cultural em função de seus interesses de caráter simbólico e não somente econômico.

A diversificação dos ramos de negócio foi, simultaneamente, uma das principais características da elite mercantil, uma das explicações de seu sucesso e uma necessidade. Ela estava presente tanto nos negociantes de grosso trato da Europa pré-industrial quanto nos da América colonial, e respondia às características destes mercados. A rapidez das mudanças conjunturais obrigava o negociante a diversificar suas atividades como medida de segurança. A crise em determinado negócio, produto ou região, era compensada pelas outras aplicações, reduzindo os prejuízos do negociante e proporcionando-lhe uma certa estabilidade. A instabilidade do mercado pré-capitalista obrigava à diferenciação dos ramos de negócio. Por outro lado, o caráter restrito do mercado, suas escassas opções econômicas, sua falta de elasticidade e demanda restrita, não permitiam a aplicação de todo o investimento do grande comerciante em um único setor de atividade (OSORIO, 2000, p. 115).

Considerando que este grupo social pertencia a uma elite mercantil que também fazia parte de uma elite cultural local, cabe destacar que essas categorizações estão diretamente vinculadas aos interesses desses indivíduos em determinado contexto. A diversificação dos negócios como forma de manter-se ativo e pertencente à elite mercantil pode adquirir outros contornos, como, por exemplo, na diversificação de atividades assumidas para além dos negócios, atividades de cunho social, mas que de certa forma mantinham ativas as relações entre os membros do grupo mercantil e, entre os negociantes locais. Essas relações são percebidas nas diferentes sociedades particulares criadas no recorte temporal deste estudo, o que demonstra que existia uma rede de sociabilidade que unia esse grupo, com interesses em comum, que poderiam ser tanto econômicos quanto culturais e que também o mantinha vinculado à educação formal do município. Para Sirinelli (1998), a questão educacional está diretamente conectada à estrutura das elites culturais:

A morfologia das elites culturais é igualmente função das modalidades de acesso ao seu meio. Especialmente com a questão do papel da Escola. Porque, nas sociedades modernas da Europa industrializada, do fim do século XIX e do século XX, a competência, essencial ao espelho social, é teoricamente ao mesmo tempo garantida e legitimada pelo diploma. O que coloca *de facto* as instâncias encarregadas de entregar o diploma no centro dos maquinismos dessas sociedades (SIRINELLI, 1998, p. 267, grifo do autor).

Consequentemente, se o diploma, ou seja, se a educação formal se caracterizava como um elemento essencial para a formação das elites culturais, é significativo refletir sobre a ocupação escolhida por esses novos

grupos que estavam sendo formados na cidade, já que a ocupação pode ser considerada um “indicador de classe social” (CARVALHO, 1996, p. 83). Nesse contexto, caberia destacar que a ocupação “principalmente se organizada em profissão, pode constituir importante elemento unificador mediante a transmissão de valores, do treinamento e dos interesses materiais em que se baseia” (CARVALHO, 1996, p. 83). O que se percebe, no panorama local, é a existência de uma ampla oferta de instituições de ensino secundário, bem como de aulas particulares de disciplinas específicas, o que caracteriza a existência de uma demanda por formação em nível secundário, cujo objetivo estava relacionado à carreira profissional ambicionada.

Com base nas categorias analíticas vinculadas ao conceito de intelectual e de suas relações no contexto local é possível compreender as formas de organização dos grupos sociais existentes na cidade do Rio Grande no período delimitado. Para tanto, a perspectiva weberiana será utilizada para analisar os valores e estilos de vida desses sujeitos históricos, especialmente por ter como pressupostos teórico-metodológicos um “tipo particular de sociologia histórico-comparativa centrada no sentido subjetivo dos atores sociais” (KALBERG, 2010, p. 12). A “sociologia compreensiva” de Max Weber tem como finalidade compreender a ação social do ângulo do próprio agente/ator social, pois visa considerar os vários motivos possíveis para que uma dada ação possa ter acontecido para, enfim, interpretar o significado desta ação em uma dada sociedade. Sendo assim, é fundamental observar “de que maneira o *sentido* subjetivo de um ato varia conforme suas diversas motivações e as importantes diferenças que disso decorrem para o curso da ação” (KALBERG, 2010, p. 35, grifo do autor).

Caracterizada por sua impressionante amplitude histórica e comparativa, a sociologia de Max Weber investiga a ação social das pessoas com respeito a valores, tradições, interesses e emoções. Busca fazer análises causais de casos únicos e toma como referência tipos ideais, domínios sociais, contextos sociais e significados subjetivos. Seus estudos ressaltam que o passado está inelutavelmente ligado ao presente, e afirmam que a orientação da ação social em direção a fatores de toda sorte – religiosos, econômicos, jurídicos, familiares, de dominação e de estamento – deve ser reconhecida como tendo significação causal; fatores geográficos, poder, “portadores” sociais, eventos históricos, competição, conflito e tecnologia devem ser igualmente reconhecidos como forças causais viáveis (KALBERG, 2010, p. 120).

Sendo assim, este estudo se baseia na perspectiva weberiana para observar as regularidades e descontinuidades das ações sociais baseada em valores, objetivos, interesses e outros fatores que, atrelados ao contexto onde eles estavam inseridos, podem ter condicionado ou influenciado as ações vinculadas à educação do município do Rio Grande no século XIX. É pertinente salientar que, para Weber, a ação social “só se torna sociologicamente relevante se acontece dentro de grupos definidos de pessoas” (KALBERG, 2010, p. 84, grifo do autor). Seguindo essa lógica,

Em toda sociedade, apenas determinados padrões de ação significativa de orientação tradicional, afetiva, racional com referência a valores e racional com referência a fins conseguem fortes expoentes e se convertem em aspectos relevantes do tecido social. Na visão de Weber, estamentos, classes e organizações funcionam como os grandes “portadores” da ação social. Cada um “carrega” uma configuração de orientações definidas de ação (KALBERG, 2010, p. 85).

Portanto, o uso do termo *classe* será utilizado na perspectiva weberiana a fim de compreender como esses grupos sociais, elitizados ou não, estavam organizados e quais interesses motivavam suas ações sociais no município. Por isso, é necessário abordar o conceito de estratificação social, com destaque aos modos de mobilidade social identificados nesse meio. Sendo assim,

[...] a estratificação é a maneira pela qual os indivíduos se reproduzem socialmente e, de acordo com Weber (1974), toda a discussão relativa à estratificação social requer, inicialmente, atenção ao conceito de poder. Entende-se “por poder a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência se outros que participam da ação” (WEBER, 1974, p.211). Portanto, o modo de estruturação de qualquer ordem social influencia a distribuição de poder, econômico ou outro, dentro dos limites de cada sociedade (LEMOS, 2012, p. 116).

Logo, entende-se que a estratificação social na tradição weberiana direciona para a concepção de *situação de classe*, que o autor defende como sendo dividida em categorias capazes de estabelecer sentidos para os grupos sociais. Para Max Weber, “casta, classes, estamentos e partidos são fenômenos da distribuição de poder dentro de uma comunidade” (WEBER, 1982, p. 212). Nesse sentido, é possível utilizar o conceito de *classe* a partir da concepção de *situação de classe* atribuída pelo autor como:

[...] a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. **A palavra classe refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontram na mesma situação de classe** (WEBER, 1982, p.212, grifo nosso).

É preciso relacionar o conceito de classe aos diferentes aspectos de estratificação social, funções e papéis sociais, bem como a mobilidade social existente em determinadas sociedades (SILVA; SILVA, 2014). Segundo Weber (1982), a ordem econômica atrelada à ordem social é o que estabelece sentido ao *status* existente em um determinado grupo social. A partir da soma desses fatores se consegue definir o “poder” deste grupo perante os demais e o que os define como elite no município do Rio Grande.

A forma pela qual as honras sociais são distribuídas numa comunidade, entre grupos típicos que participam nessa distribuição, pode ser chamada de “ordem social”. Ela e a ordem econômica estão, decerto, relacionadas da mesma forma com a “ordem jurídica”. Não são, porém, idênticas. A ordem social é, para nós simplesmente a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados. **A ordem social é, decerto, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez influi nela** (WEBER, 1982, p. 212, grifo nosso).

Desse modo, os intelectuais mediadores da cidade do Rio Grande, conferidos de um poder de influência social, organizavam suas redes de sociabilidade através de instituições com objetivo, entre tantos outros, de proporcionar espaços de educação e cultura para a comunidade local. Lembrando que para fazer parte dessas redes e, mais ainda, no caso deste objeto de pesquisa em questão, o ensino secundário particular, era preciso possuir certo poder aquisitivo e, para isso, era preciso estar inserido em uma determinada situação de classe. A estratificação social está diretamente vinculada à classe, e, conseqüentemente, às possibilidades de ascensão social ocorriam por meio da educação, neste caso, da formação secundária. Nesse sentido, é significativo apresentar o conceito de mobilidade social, que está diretamente vinculado à perspectiva weberiana de classe. Conforme Peter Burke (2002), o conceito de mobilidade social pode ser ponderado a partir de três distinções:

A primeira é entre movimento ascendente e descendente na escala social; [...] A segunda distinção é aquela entre mobilidade dentro de

uma existência individual (“intrageracional”, como dizem os sociólogos) e a mobilidade difundida por várias gerações (“intergeracional”). A terceira distinção é a estabelecida entre a mobilidade individual e a do grupo (BURKE, 2002, p. 93).

O autor defende ser improvável que qualquer sociedade estratificada alguma vez tenha se encontrado em completa imobilidade social (BURKE, 2002), reforçando a ideia de que isto “significaria que todos os filhos e filhas desfrutavam (ou padeciam) do mesmo status que seus pais” (BURKE, 2002, p. 94). Uma questão importante sobre mobilidade social diz respeito aos seus modos, ou seja, “aos vários caminhos para atingir o topo e aos diferentes obstáculos enfrentados por potenciais candidatos à ascensão [...] Se o desejo de subir na vida é uma constante, o modo de ascensão varia de lugar para lugar e muda com o passar do tempo” (BURKE, 2002, p. 95). Um exemplo dessa perspectiva era encontrado na China, do final do século VI ao início do século XII, onde a ascensão era propiciada pelo sistema de concursos (BURKE, 2002). Nesse caso:

O êxito em concursos era o principal meio de acesso à burocracia chinesa, e os postos burocráticos conferiam status, riqueza e poder. Na prática, o sistema era menos meritocrático que na teoria, pois os filhos dos pobres não tinham acesso às escolas onde se adquiriam os conhecimentos necessários ao êxito nos exames (BURKE, 2002, p. 95).

Com base nesse exemplo, Peter Burke destaca que o próprio Max Weber observou que “na sociedade ocidental se perguntaria a um estranho quem era seu pai, mas na China lhe perguntariam em quantos concursos fora aprovado” (BURKE, 2002, p. 95). Outro exemplo, que o autor apresenta, é o da Europa pré-industrial, que via na Igreja um dos principais caminhos da mobilidade social. Segundo o autor:

O filho de um camponês talvez pudesse terminar sua carreira eclesiástica como papa, como ocorreu com Xisto V no fim do século VI. Sacerdotes importantes também poderiam ocupar altos postos no Estado. [...] Para os governantes europeus, uma das vantagens da nomeação de membros do clero católico, em especial, como ministros era sua impossibilidade de ter filhos legítimos que pudessem reivindicar a sucessão dos cargos (BURKE, 2002, p. 96-97).

É possível traçar um comparativo referente aos modos de mobilidade social existentes na cidade do Rio Grande, em meados do século XIX, onde para ascender socialmente e adquirir certo *status* nas carreiras profissionais da

época era necessário ter acesso às instituições de ensino secundário da cidade, hegemonicamente privadas. Não podemos deixar de mencionar o interesse de outros grupos sociais em manter uma situação de classe, já estabelecida pelas gerações anteriores. Tais grupos viam na formação secundária uma forma de dar continuidade ao que já havia sido construído por sua família, como é o caso da carreira comercial.

Nesse sentido, para que fosse possível elencar, identificar e sistematizar esses diferentes grupos sociais, bem como as instituições educativas privadas existentes na cidade do Rio Grande, no período delimitado, foi necessário recorrer a um tipo de documentação capaz de auxiliar o pesquisador a conhecer, compreender e questionar o cotidiano de uma época. Por meio de indícios selecionados na imprensa local e em outros documentos, foi possível realizar esta investigação escolhendo e ponderando o que viria a se transformar no *corpus* documental da pesquisa.

2.2. Vestígios do patrimônio histórico-educativo rio-grandino: preservar para não esquecer

Uma das diretrizes básicas do pesquisador é o questionamento do material selecionado como fonte, ou seja, material este que adquire um novo *status* na investigação, no momento que passa a ser problematizado, transformando-se em um documento. Cabe destacar que não existe neutralidade nesse material, ou seja, é preciso questionar cada documento que foi selecionado para compor o *corpus* documental da pesquisa. Sendo assim, as fontes de pesquisa constituem:

[...] o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2013, p. 13).

Também é significativo ressaltar que as fontes históricas são produções humanas, nesse caso, sua criação, existência e preservação estão diretamente atreladas a processos de seleção constantes. Quando o pesquisador seleciona um documento, está atribuindo a ele um “valor de testemunho” (LE GOFF,

2003, p. 537), reforçando a subjetividade das intervenções ao longo do tempo e o fato de que não existe neutralidade nessas seleções.

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 2003, p. 525).

Outra questão que merece destaque diz respeito à inesgotabilidade das fontes, principalmente quando nos respaldamos na perspectiva da História Cultural para desenvolver e legitimar a investigação. Jenkins (2009, p. 35) lança a seguinte proposta: “[...] mude o olhar, desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações”. Considerando que os documentos são fontes inesgotáveis de pesquisa, torna-se plausível crer que “[...] sempre que a elas retornamos tendemos a descobrir novos elementos, novos significados, novas informações que nos tinham escapado por ocasião das incursões anteriores” (SAVIANI, 2013, p. 13).

Reconhecer que o *corpus* documental elencado deve ser considerado como patrimônio histórico-educativo da cidade do Rio Grande, significa enxergar seu potencial como herança, como categoria de pensamento (GONÇALVES, 2009), como cultura material, composta de diversos valores e significados que legitimam sua seleção em detrimento do seu descarte ou esquecimento. É preciso compreender que o que se considera como patrimônio faz parte de um processo “*inacabable de construcción y reconstrucción*” (VIÑAO, 2011, p. 34) e que ele é um fato social (MENESES, 2012). Nessa perspectiva, Possamai (2012) nos faz refletir acerca das aproximações entre o conceito de patrimônio e as pesquisas no âmbito da História da Educação:

As investigações em história da educação contam com um repertório de documentos históricos a pesquisar que tem ampliado consideravelmente as possibilidades de compreensão dos processos educativos na sociedade brasileira. A preponderância de investigações calcadas na documentação escrita ampliou-se nos últimos anos para a cultura material e também para a cultura visual. Nesse repertório específico encontram-se, muitas vezes, os bens culturais configurados estritamente como patrimônio histórico, seja nacional, regional ou municipal (POSSAMAI, 2012, p. 116).

É preciso reconhecer que aquilo que foi preservado sobre a história das instituições educativas oitocentistas, que existiram no município, encontra-se

disperso em diferentes acervos – bibliotecas, arquivos, centros de documentação e acervos particulares. A seleção desses documentos impressos e manuscritos (Anúncios, Artigos, Estatutos, Regimentos, Ofícios, Discursos, Relatórios) considerados vestígios, testemunhos da cultura escolar de uma época, possibilitaram o preenchimento de lacunas tanto na História da Educação quanto na própria história da cidade. Ao conhecer a história dessas instituições que já não existem, conhece-se a história de sujeitos influentes e até então desconhecidos no cenário educacional local. São percursos, disputas e relações que se colocam diante do pesquisador e que por sua singularidade e relevância podem ser consideradas como patrimônio histórico-educativo da cidade do Rio Grande. Além disso, comunicar esse patrimônio é fundamental e este estudo também visa contribuir para isso, afinal, comunicar também é uma forma de preservar essa documentação (CURY, 2005).

Sendo assim, optou-se por questionar e analisar essa documentação através do *paradigma indiciário* de Carlo Ginzburg (2012). Trata-se de um conjunto de princípios e procedimentos interpretativos centrado nos vestígios, sinais e indícios de uma dada realidade, que permite afirmar situações e realidades possíveis, não verdades absolutas (GINZBURG, 2012). O historiador italiano Carlo Ginzburg faz uma analogia entre os três métodos utilizados por Giovanni Morelli, Sherlock Holmes, personagem criado por Arthur Conan Doyle, e Sigmund Freud, para definir o *paradigma indiciário* como método de análise. Segundo o autor, nos três casos “pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes) e signos pictóricos (no caso de Morelli)” (GINZBURG, 2012, p. 150). O autor ainda problematiza a diferença entre as ciências naturais e exatas e as ciências humanas e sociais, enfatizando o fato das disciplinas qualitativas se aproximarem do que ele denomina de “disciplinas indiciárias”, por possuírem como objeto de estudo casos, situações e documentos individuais.

Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explicita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja um grupo social ou uma sociedade inteira). Nesse sentido, o historiador é

comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural (GINZBURG, 2012, p. 156-157).

No caso do estudo em questão, esses procedimentos interpretativos, oriundos do paradigma indiciário, permitem-nos considerar a existência de outras finalidades que estavam vinculadas ao fato de se optar por cursar o ensino secundário, no século XIX, na cidade do Rio Grande. Com a observação das recorrências e particularidades deste tipo de ensino, foi possível perceber de que maneira ele se consolidou como um novo paradigma de formação intelectual da época, o qual permitia tanto a ascensão social quanto a manutenção de uma situação de classe. Ao preencher as lacunas, identificar e unir esses elementos, através da história dessas instituições atrelada à trajetória de alguns egressos do ensino secundário local, com base no paradigma indiciário, foi possível perceber a convergência de diferentes carreiras profissionais almejadas pelo público que cursava o ensino secundário nas instituições privadas do município. Nesse sentido,

[...] a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. **Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.** Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. **Minúsculas particularidades paleográficas foram empregadas como pistas que permitiam reconstruir trocas e transformações culturais [...]** (GINZBURG, 2012, p. 177, grifos nossos).

É significativo afirmar que nesta investigação, seguindo a perspectiva do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (2012), constatou-se que houve um redimensionamento do ensino secundário rio-grandino na segunda metade do século XIX, ou seja, os indivíduos que procuravam e faziam este tipo de ensino, os quais pertenciam a diferentes grupos sociais, enxergavam essa formação com diferentes potencialidades, como, por exemplo: o ingresso e a formação no ensino superior (fora da Província) visando as carreiras liberais, o ingresso e a formação na carreira militar (Escola Militar de Porto Alegre) e o exercício de uma carreira comercial. Tal assertiva, com base na metodologia de análise documental, utilizada para entrecruzar e analisar os indícios,

vestígios e sinais, a partir de diferentes documentos, demonstra que o ensino secundário na cidade do Rio Grande, neste período, estava em sintonia com as demandas locais, regionais e nacionais da época, inclusive, demonstrando certas particularidades, como, por exemplo, a sua realização como capacitação profissional em diferentes áreas do conhecimento. Essa metodologia, segundo Lüdke e André (1986, p. 38), pode ser definida como uma “técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Além disso, os autores reforçam que a documentação selecionada pode oferecer uma maior estabilidade aos resultados que são obtidos, já que:

[...] constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (*idem*, 1986, p. 39).

Por meio do uso dessa metodologia, atrelada aos procedimentos interpretativos do paradigma indiciário, foi possível analisar e problematizar documentos de diferentes origens, sobretudo manuscritos e impressos, buscando, através desse processo de entrecruzamento, descobrir as circunstâncias, as relações existentes entre essa documentação bem como o contexto da época em que foram produzidos. Richardson (1999, p. 230) lembra que o método de análise documental mais conhecido é o histórico, que “consiste em estudar os documentos visando investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sócio-cultural-cronológico”. Tal aplicação metodológica torna-se fundamental para uma pesquisa que busca compreender os processos históricos e educativos que envolvem a história de instituições educativas.

Cabe ressaltar que todos os indícios e sinais selecionados ajudam a compor alguns aspectos que caracterizam a cultura escolar oitocentista do município do Rio Grande. Através dos anúncios institucionais, planos de ensino, artigos de professores na imprensa, documentos oficiais produzidos pela instituição como Estatutos, Discursos, Ofícios e Relatórios, entre outros, é possível tecer novas leituras e olhares acerca da história do ensino secundário da cidade. Todavia, todos esses elementos da cultura escolar necessitam ser

problematizados, afinal ela “se concreta en este juego de silencios y palabras, de hipótesis y lecturas, de interpretaciones compartidas o debatidas” (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 21). No caso desta documentação, produzida no século XIX, permanecemos com mais perguntas do que respostas, em diversos momentos, em razão das lacunas produzidas pelo tempo, atreladas à difícil tarefa de salvaguardar essa materialidade. No que se refere aos anúncios e ao uso do jornal como fonte para a História da Educação, foi possível flagrar instituições e profissionais do ensino até então pouco mencionados ou desconhecidos da história da educação da cidade, como também recuperar aspectos histórico-educativos sobre o ensino secundário do século XIX.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 535-536).

Ao refletir sobre a noção de documento/monumento apresentada por Jacques Le Goff em sua obra *História e Memória* (2003), cabe-nos ter a consciência da problematização constante das fontes e, acima de tudo, sempre levar em consideração “as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 2003, p. 538), de forma que seja possível desconstruir e desnaturalizar certas concepções e imagens de uma determinada sociedade.

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento (LE GOFF, 2003, p. 537-538).

Assim como é preciso questionar e desconstruir constantemente os documentos selecionados para a produção de um estudo de cunho histórico-educativo, é fundamental levar em consideração a subjetividade do olhar do próprio pesquisador. As escolhas, as construções pessoais e os rumos da pesquisa acabam também sendo moldados por ele. Sobre essa premissa Keith Jenkins (2009) propõe uma reflexão:

O passado que “conhecemos” é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio “presente”. Assim como somos produtos do passado, assim também o passado conhecido (a história) é um artefato nosso. Ninguém, não importando quão imerso esteja no passado, consegue despojar-se de seu conhecimento e de suas pressuposições (JENKINS, 2009, p. 33).

Ao mesmo tempo, é importante que o pesquisador não seja “seduzido” pela documentação, acreditando que o que é apresentado por ela não necessite de questionamento. É preciso considerar que se tratam de “[...] elementos da realidade que, por sua aparição em determinado momento histórico, produzem sentido. É sobre sua aparição que é preciso trabalhar, é nisso que se deve tentar decifrá-lo” (FARGE, 2009, p. 35). Sobre essa questão a autora reitera:

Quando a pesquisa tropeça na opacidade dos documentos, e o arquivo não declina mais tão facilmente os traços cheios e finos de um cômodo “era assim porque está escrito”, o trabalho pode realmente começar. [...] Quando o arquivo, ao contrário, parece dar acesso facilmente ao que se supõe nele, o trabalho é ainda mais exigente. É preciso se livrar pacientemente da “simpatia” natural que se sente por ele, e considerá-lo como um adversário a ser combatido, um pedaço de saber que não se anexa, mas que perturba. Não é simples abrir mão da facilidade excessiva de encontrar um sentido para ele; para poder conhecê-lo, é preciso desaprendê-lo, e não imaginar reconhecê-lo logo na primeira linha (FARGE, 2009, p. 72-73).

Por conseguinte, é necessário refletir sobre a gama de possibilidades interpretativas que se pode encontrar após a constituição do *corpus* documental da pesquisa, gama essa que é justificada através da própria constituição da História da Educação como domínio científico. Esta área do conhecimento é enfatizada por Justino Magalhães (2004, p. 71) como um “[...] campo em aberto, marcado pela construção de novos campos e objetos de investigação, por uma associação investigação-ação, por uma renovação conceitual e epistêmica de base interdisciplinar”. E, para compor esse *corpus* documental, é fundamental

O regresso aos arquivos a partir de problemáticas complexas, interpretadas mediante uma hermenêutica de presente-passado e informadas numa base de abertura e de cruzamento de fontes orais, museológicas, imagéticas, compreendidas e explicadas por meio de uma dialética entre historicismo e hermenêutica, vê fomentando uma história conceitualizante e aberta à interdisciplinaridade, que permite articular, de forma substantiva, e integrar, de forma intelectiva, os processos de institucionalização e de inovação do educacional (MAGALHÃES, 2004, p. 92).

Regressar aos acervos, em busca de testemunhos e de vestígios desse passado educacional, foi uma tarefa longa e de muito aprendizado. Pesquisar jornais, manuscritos e inventários do século XIX, por exemplo, permitem-nos acessar outras realidades para além das instituições educativas em questão. São documentos que possibilitam enxergar outros ângulos sobre o contexto local e regional, além das relações sociais que se estabeleceram em um determinado período na cidade do Rio Grande e que, no caso desta investigação, tem como ponto central, o ensino secundário por meio da história das instituições educativas existentes.

Conhecer e analisar a história dessas instituições educativas de ensino secundário só foi possível através dos muitos anúncios e da larga oferta existente em um dos principais jornais da cidade na época, o jornal *Diário do Rio Grande*. Primeiramente, foi importante questionar: *O que os anúncios revelam sobre o ensino secundário privado da cidade do Rio Grande?* Essa provocação revelou algumas particularidades sobre o contexto e sobre a própria história desses estabelecimentos de ensino. Com base nesse levantamento, foi possível partir para outros acervos e encontrar outros documentos para, enfim, compor um arcabouço documental, lembrando que tais documentos podem ser considerados elementos capazes de retratar aspectos da cultura escolar de uma determinada época. Logo foi através dos anúncios selecionados, desta cultura material presente nos jornais do período, que se tornou possível identificar e colaborar para a escrita sobre o ensino secundário na cidade do Rio Grande.

Pensando especificamente sobre a questão das fontes de pesquisa, é imprescindível refletir sobre o uso do jornal como documento em História da Educação. Em um primeiro momento, é necessário reconhecer que a imprensa é “tanto um veículo educativo quanto um meio de ocupação da esfera pública” (CAMPOS, 2012, p. 56), e, por isso, constitui um importante elemento, capaz de reunir diversos fragmentos de um determinado contexto histórico. No caso do jornal, este merece ser reconhecido como importante estratégia educativa, afinal, ele servia como “estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes” (FARIA FILHO, 2002, p. 134).

Páginas amarelcidas que também trazem as marcas do processo de trabalho que juntou máquinas, tintas, papel, texto e iconografia, fruto da paciente ordenação do paginador e da composição manual e caprichosa de cada linha do texto pelo tipógrafo, passando pelos ágeis operadores das linotipos [...] É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural (LUCCA, 2010, p. 132).

Há de se considerar que não se pode deixar de pensar nas entrelinhas, na intencionalidade que podem existir não só nos jornais, mas também, em todos os documentos que foram utilizados neste trabalho. Afinal, os jornais,

[...] são antes de tudo ambientes de sociabilidade entre pares, espaços de visibilidade de determinados grupos e de silenciamento de outros; locais privilegiados para a constituição de distinções simbólicas e para a construção, reconfiguração e exposição de valores, ideias e sensibilidades. Mas eles são veículos peculiares, porque também se constituem como suportes de diferentes temporalidades e de falas que emanam tanto do tempo presente, do acontecimento ou da opinião imediata, da notícia dada em primeira mão – matéria-prima por excelência do jornalismo – quanto de um passado às vezes imemorial (CAMPOS, 2012, p. 64).

Dessa forma, é necessário refletir sobre o papel do jornal *Diário do Rio Grande*, produzido no interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O jornal em questão pertence ao acervo da Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense³ e foi fundado em 1848, tendo como primeiro redator Antônio José Caetano da Silva⁴ (ALVES, 2010).

Foi seu fundador o Sr. Antônio José Caetano da Silva, que a esse tempo era administrador da mesa de rendas, o qual era também seu redator. Era sócio e administrador da empresa Candido Augusto de Mello. Encarregado do escriptorio o Sr. Antonio Estevão de Bittencourt e Silva. Os seus primeiros typographos foram o Sr. Francisco Mauricio Gonçalves, actual proprietario da *Gazeta Mercantil*, e Manoel Alves Ferreira, irmão do Sr. João Alves Ferreira. Entregador Manoel Joaquim Novaes, vulgo *Coringa*. Foi o primeiro jornal diário que publicou-se n'esta província (DRG, 16 de outubro de 1888, grifos dos autores).

Desse modo, um dos critérios para sua seleção nesta pesquisa está no fato de ter sido um dos primeiros jornais publicados diariamente na Província, fato enaltecido na edição de comemoração dos seus 40 anos de atividades

³ Na hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense encontra-se a coleção completa deste periódico (1848-1910).

⁴ Um breve perfil deste sujeito histórico é traçado por Alves (1995), como sendo um “elemento com vinculações políticas aos saquaremas (conservadores), que ocupou cargos político-administrativos ligados à cidade e com experiência anterior nos trabalhos relacionados à imprensa” (ALVES, 1995, p. 85).

ininterruptas em 16 de outubro de 1888. Para que se tenha uma ideia de como se dava o processamento das notícias que chegavam à Província, no século XIX, Lourival Vianna (1977), em sua obra sobre a imprensa gaúcha, no período de 1827 até 1852, aponta as dificuldades existentes na época para que a publicação pudesse refletir o que estava acontecendo naquele momento no Brasil, na Província e no mundo.

O autor ainda traz a seguinte reflexão para justificar o atraso das notícias que chegavam até a capital da Província no período, “[...] os fatos do país e do mundo só podiam chegar-lhes ao conhecimento através dos jornais do Rio ou da Europa, trazidos pelos navios que, nesse tempo, chegavam apenas até o porto de Rio Grande” (VIANNA, 1977, p. 37). São fatos relevantes de um determinado contexto histórico e cultural que reforçam a singularidade deste periódico.

O uso dos jornais como fonte de pesquisa torna-se significativo especialmente ao serem apreciados como vestígios de um determinado tempo, de um determinado lugar e de um determinado contexto. São produtos do seu tempo, de sua cultura, os quais permitem que se problematizem diversas questões que perpassam tanto o universo da sociedade local e regional, quanto o da educação.

Trabalhar com jornais antigos para a escrita da história da educação significa compreendê-los, portanto, muito mais como fragmentos verossímeis da cultura de um tempo e de um espaço do que pensá-los como provas fidedignas do passado. [...] Significa reconhecer e problematizar o espaço gráfico dado por esta ou aquela crônica, propaganda, notícia ou artigo. Significa transformá-los em objeto de pesquisa (CAMPOS, 2012, p. 66).

Vale destacar, que como os jornais nesse período eram de pequenas dimensões, o papel do redator se resumia a organizar o material, como um “diagramador” ou “editor” (VIANNA, 1977).

Os jornais desse tempo tinham suas principais fontes de receita nas assinaturas e nos poucos anúncios, mandados publicar por particulares, ou, ainda – os que contavam com as simpatias do governo provincial – nos comunicados oficiais. [...] os jornais eram entregues unicamente aos assinantes, ou, como se chamava à época, aos “subscritores”. Não havia, também, uma atividade econômica – nem comercial e menos ainda industrial – que conseguisse, na sua promoção publicitária, garantir a sustentação desses jornais (VIANNA, 1977, p. 39).

Sobre o conteúdo dos periódicos desse período, pontua-se a presença dos atos oficiais, das correspondências ou cartas de leitores, artigos e comentários, principalmente sobre política, pequenos anúncios, em sua maioria referentes ao comércio em geral, vendas e fugas de escravos, programas de instituições educativas públicas e privadas e também notícias e lembretes de reuniões e de assembleias de sociedades, agremiações e lojas maçônicas. A recorrência de anúncios sobre as instituições educativas de ensino secundário e de caráter privado da cidade do Rio Grande/RS foi também um dos critérios utilizados na seleção desse jornal em específico. Nesses anúncios, é possível identificar diversos elementos que contemplam o cotidiano dessas instituições, os quais nos permitem reunir uma série de informações que permeiam a história do ensino secundário no município.

Os meios de subsistência para quem se envolvia e investia no jornalismo da época são dados interessantes para se pensar no jornal como um artefato cultural (CHARTIER, 2004). Esses meios eram característicos de um elemento novo que começava a fazer parte do cotidiano imperial nas províncias brasileiras. Por isso, era comum que os jornais criados no século XIX tivessem pouca duração ou que tivessem periodicidade irregular. Conforme pesquisa de Francisco das Neves Alves, sobre os primórdios da imprensa sul-rio-grandense (2010), o autor pontua que este jornal em específico:

Teve como principal mote editorial o compromisso com a informação, buscando manter um certo primado da notícia, embora tenha possuído níveis variáveis de ligação com as duas agremiações partidárias imperiais, numa primeira fase com os conservadores, para, posteriormente, com uma mudança de proprietário, aproximar-se dos liberais. Dentre as publicações riograndinas do século XIX, foi a que obteve melhor equilíbrio entre a expressão de seus princípios político-ideológicos e a manutenção de seus interesses financeiros de sustentação que exigiam um certo autocontrole nas formas de manifestação daquele tipo de pensamento (ALVES, 2010, p. 57).

Manteve-se “vivo” na sociedade rio-grandina por 62 anos, permanecendo sob a propriedade de Antônio J. C. da Silva até o ano de 1854, quando passa a ser de propriedade de Antônio Estevão de Bittencourt e Silva, o que provocou algumas mudanças no periódico:

Em 1º de outubro de 1854 passava o jornal às mãos de Antônio Estevam de Betancourt e Silva, que deu inteligente feição ao periódico, tornando-o lido em quase toda a província. O progresso que teve levou o proprietário a comprar o

acervo tipográfico do “Rio-Grandense”, quando este deixou de circular por morte de Bernardino Berlink, e a importar um terceiro prelo, de Nova York, para obras miúdas (BARRETO, 1986, p. 182).

É significativo reiterar que a intenção deste trabalho não é analisar a história da imprensa rio-grandina e, sim, tornar acessível ao público essa importante fonte de pesquisa, que é o jornal *Diario do Rio Grande*. O uso dos anúncios e dos artigos que compõem o *corpus* documental da pesquisa foi o ponto de partida para os primeiros questionamentos da investigação. Todavia, eles se consolidaram como fonte de análise através do entrecruzamento realizado com outros documentos, preservados em diferentes acervos públicos e particulares.

Fazem parte do *corpus* documental: Inventários *post-mortem* e Processos do Judiciário, localizados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul; Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; Relatórios da Intendência Municipal da cidade do Rio Grande; Relatórios da Instrução Pública localizados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; publicações realizadas sobre a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, como o *Almanak Litterario e Estatístico* (1889) e o *Annuario da Província* (1884, 1887, 1888, 1889) ambos disponibilizados gratuitamente pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁵; Estatutos, Discursos, Ofícios e Mapas produzidos pelos diretores das instituições secundárias da cidade do Rio Grande, que se encontram no acervo da Biblioteca Rio-Grandense e, sobretudo, no acervo do Centro de Documentação pertencente ao Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEDOC/CEIHE/UFPel); Fés de ofício de egressos da Escola Militar de Porto Alegre que se encontram no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, além de outros documentos.

Considerar essa gama documental, com destaque aos anúncios e aos manuscritos e publicações produzidas por estas instituições educativas de ensino secundário, como patrimônio histórico-educativo da cidade do Rio Grande, significa inseri-los em uma nova categoria, percebendo o potencial que

⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

esses vestígios, que essa cultura material e, mais do que isso, que essa cultura material escolar, preservada através desses documentos, é capaz de nos apresentar. São “marcas” de diferentes histórias institucionais e de trajetórias de vida de uma época, as quais foram reproduzidas com um objetivo e que hoje são interpretadas com outros olhares e que serão reinterpretadas constantemente. Neste caso, são leituras de História da Educação, leituras que almejam preservar, de certa forma, essas histórias, esse patrimônio local, esses indivíduos que fizeram parte da construção deste cenário educacional. Creio que uma das contribuições dos historiadores da educação, que se preocupam com as memórias escolares, é a preservação desse patrimônio histórico-educativo por meio da divulgação de suas pesquisas.

Posto isso, o capítulo seguinte se aterá à abordagem do ensino secundário brasileiro no Período Imperial, sua organização e estrutura, levando em consideração a legislação educacional do período vigente, estabelecendo as conexões com o ensino secundário na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

3. O ensino secundário no Império

No presente capítulo serão abordados aspectos históricos que constituíram o ensino secundário brasileiro no século XIX, bem como os reflexos da política educacional do período. Por fim, se discutirá a estrutura do ensino secundário existente na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com ênfase nas cidades de Porto Alegre e Pelotas, principais polos econômicos da província, juntamente com a cidade do Rio Grande que será discutida propriamente no quarto capítulo.

3.1. A constituição do ensino secundário no Brasil

Para compreender os delineamentos do ensino secundário brasileiro no período imperial é fundamental entender as origens, a formação deste tipo de ensino e como ele vai sendo apropriado e reinventado no Brasil. Segundo António Nóvoa, investigar a história do ensino secundário, no âmbito da História da Educação, permite-nos compreender as transformações e as peculiaridades deste ensino que se mantém nas sociedades contemporâneas como “a mais importante instituição especializada na formação dos alunos após a infância e antes da idade adulta” (NÓVOA, 2003, p. 4).

No Brasil colonial, o que se considerava como educação secundária era organizada e mantida pelas ordens religiosas, com destaque para a Companhia de Jesus, que estabeleceu cerca de “17 Colégios, desde o litoral nordestino até a Ilha do Desterro, em Santa Catarina” (VECHIA, CAVAZOTTI, 2003, p. 10) no período de 1570 a 1759. O ensino era predominantemente humanista e visava à formação da jovem elite brasileira, que após a conclusão dos estudos secundários, iria cursar Teologia, Direito ou Medicina em Coimbra ou nas universidades da França (VECHIA, CAVAZOTTI, 2003). Sobre a educação na Colônia cabe ressaltar:

Enquanto os padres da Companhia de Jesus residiram no Brasil, mantiveram numerosas escolas dirigidas por professores verdadeiramente hábeis. Depois de sua expulsão, as outras ordens religiosas procuraram continuar a obra do ensino público, mas permaneceram muito aquém de seus predecessores. [...] a instrução primária dada ao povo, às expensas do governo colonial, ficou muito abaixo do que se possa imaginar. Os estudos secundários somente poderiam ser seguidos nos seminários episcopais e em um pequeno número de seminários civis, onde se ensinavam aritmética, álgebra, geometria, latim e grego, retórica e um pouco de filosofia. Para

continuar os estudos, era preciso atravessar o oceano e ir a Coimbra (ALMEIDA, 2000, p. 30).

Após a expulsão da Ordem dos Jesuítas, em 1759, ocorre a implantação das “aulas régias⁶” ou aulas avulsas decorrentes das Reformas Pombalinas, as quais perduraram até meados do século XIX (TRINDADE, 2003). Para Dermeval Saviani (2014), o século XIX se consolida como um dos breves períodos na História da Educação brasileira, tendo início “com a promulgação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, indo até 1890, com a implantação dos grupos escolares” (SAVIANI, 2014, p. 10). Dentro do legado educacional deste século, o autor destaca as principais medidas políticas propostas pelo Império e as divide em quatro momentos:

[...] o primeiro (1823-1827) iniciou-se ainda na vigência do “breve século XVIII” e nele se deram os antecedentes que prepararam o início do “breve século XIX”; [...] o segundo (1827-1854) transcorreu sob a égide da Lei das Escolas de Primeiras Letras, cuja tentativa de implantação em âmbito nacional se transferiu do governo central para os governos das províncias a partir do Ato Adicional à Constituição imperial, promulgado em 1834; no terceiro momento (1854-1867), a política educacional trará como elemento característico o princípio da obrigatoriedade do ensino, instituído pelo Regulamento de 1854; finalmente, o último período (1867-1890), que tem em seu centro o decreto de 1879 que promulgou a Reforma Leôncio de Carvalho, será fértil em debates ligados à ideia de organizar a educação em âmbito nacional (SAVIANI, 2014, p. 10-11).

É na esteira desses movimentos sociais e políticos que vai ser colocada em questão a necessidade de construção de um sistema nacional de instrução pública no Brasil, período pós Independência e, para isso, é promulgada a Lei de 15 de outubro de 1827, a qual procurou criar um sistema de ensino para todos os cidadãos do Império. Contudo, o cumprimento dessa padronização do ensino não ficou garantido unicamente pela legislação. A instrução pública elementar acabou se resumindo nas denominadas Escolas de Primeiras Letras e sua criação e manutenção era de responsabilidade das Províncias (TAMBARA; ARRIADA, 2005). Sobre o ensino que deveria ser oferecido por essas escolas, consta no Artigo 6º da Lei de instrução de 1827:

Art. 6º. Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as

⁶ Termo utilizado para definir as aulas isoladas de Gramática Latina, Grego e Retórica na capital do Império e principais capitânias (TRINDADE, 2003).

noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 1827 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 24).

Entretanto, a implementação desta Lei não se cumpriu, de maneira que a criação efetiva de um sistema nacional de instrução pública permanecia apenas no papel. Uma das questões que influenciou a parca oferta de instrução pública nesse período é a omissão do poder central em relação à oferta de ensino público, e que irá se sustentar ao longo de todo século XIX, destacando o Ato Adicional de 1834 como a emenda constitucional que oficializa esse distanciamento por parte do governo. O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, em seu Artigo 10º, inciso II, delega às Assembleias Legislativas provinciais o direito de legislar sobre a instrução primária e secundária, em seus respectivos domínios, mantendo sob responsabilidade do Governo Central os estabelecimentos de ensino superior e o ensino na capital do Império (ALMEIDA, 2000). A descentralização da educação, decretada pelo Ato Adicional, suscitou uma série de consequências para a população, sendo considerado na historiografia da educação como “um obstáculo ao desenvolvimento da educação escolar no Brasil Imperial” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 35). O pouco investimento das províncias e do Governo Central, responsável unicamente pela instrução na capital do Império e pelo ensino superior, tornou inviável o projeto de oferecer uma educação básica e gratuita para todo o Império. Sobre o fracasso desta proposta, Sucupira defende que:

Numa sociedade patriarcal, escravagista como a brasileira do Império, num Estado patrimonialista dominado pelas grandes oligarquias do patriciado rural, as classes dirigentes não se sensibilizavam com o imperativo democrático da universalização da educação básica. Para elas, o mais importante era uma escola superior destinada a preparar as elites políticas e quadros profissionais de nível superior em estreita consonância com a ideologia política e social do Estado, de modo a garantir a “construção da ordem”, a estabilidade das instituições monárquicas e a preservação do regime oligárquico (SUCUPIRA, 2001, p. 67).

Esse fenômeno analisado por Sucupira, essa busca por ascensão social através do ensino superior, foi legitimado por uma determinada classe cujos

interesses não estavam voltados para o ensino público brasileiro, o que é demonstrado pelos rumos que este ensino iria tomar no decorrer do século XIX. No que diz respeito às causas que influenciaram essa “demanda social por ensino superior”, destacam-se os fatores práticos, os de ordem ideológica e os econômico-sociais. Os fatores práticos estão vinculados à carência de profissionais qualificados para exercerem os quadros administrativos do Estado e do setor de administração privada. Já os fatores de ordem ideológica são definidos como manifestações de uma determinada elite intelectual que almejava difundir a instrução e a ciência como forma de tornar a nação civilizada. Por fim, os fatores de cunho econômico-sociais estavam relacionados à limitação da ascensão dos indivíduos e dos grupos tanto na atividade econômica como na hierarquia social (XAVIER *et al*, 1994).

Compunham a camada média brasileira, em todo o período de que tratamos, os indivíduos ligados ao funcionalismo estatal, militar e civil, profissionais liberais, os chamados literatos (professores, artistas, jornalistas, publicistas e padres) e os comerciantes. Em maior ou menor grau, como no caso desses últimos, a escolaridade, particularmente a de nível superior, desempenhava papel decisivo na conquista da posição social desses grupos. [...] A ascensão social era procurada na distribuição de bens, como faziam os comerciantes, na produção de bens culturais, como faziam os literatos, e na produção de serviços públicos e privados. Daí a ausência de efetiva procura e de pressão social por ensino popular, elementar e técnico. A demanda por essa espécie de ensino só encontrava espaço na retórica das elites e nas reivindicações de uma vanguarda social progressista, escassa e isolada (XAVIER *et al*, 1994, p. 67).

Com a precariedade e o pouco incentivo à educação, por parte das Províncias, fatores reforçados pela falta de continuidade das políticas e das “multiplicidades dos atos legais, bem como das suas orientações, fator devedor do pouco tempo que os presidentes de província permaneciam no cargo e da fragilidade das Assembleias Provinciais” (FARIA FILHO, 2011, p. 138), o ensino privado acaba por encontrar um ambiente propício para se desenvolver. A busca de ascensão social por determinados grupos sociais necessitava de bons alicerces no ensino primário e, primordialmente, no ensino secundário, para que fosse possível o ingresso no ensino superior. Logo, a iniciativa privada se propaga visando preencher essa lacuna na educação, formação essa que os governos provinciais não conseguiam respaldar. O domínio da iniciativa privada, no âmbito do ensino secundário nas Províncias, reforçou o

caráter de hierarquização e distinção social daqueles que tinham acesso a este tipo de ensino.

A transformação que esses colégios sofreram no decorrer do século XIX, no sentido de se tornarem meros cursos preparatórios para o ensino superior, foi uma decorrência da pressão exercida pela classe dominante, a fim de acelerar o preparo de seus filhos e assim interligá-los no rol dos homens cultos. A legislação decorrente desse processo culminou com a isenção da obrigatoriedade de frequência, com o que se instituiu a matrícula por disciplina e se eliminou a seriação. Aos poucos, tanto liceus provinciais, quanto colégios particulares foram-se convertendo em meros cursinhos preparatórios para os exames de admissão ao ensino superior existente (ROMANELLI, 1988, p. 40).

É significativo pontuar que cursar o ensino secundário não era uma obrigatoriedade para o ingresso no ensino superior no período em questão. Esse ingresso, bastante concorrido em razão da moderada oferta de cursos deste nível no país, era controlado pelos *exames de preparatórios*⁷, os quais exigiam os conhecimentos considerados básicos para a admissão no curso desejado. Era esse processo seletivo que fazia com que a oferta de ensino secundário fosse tão expressiva nos municípios e capitais das Províncias. Esse ritual era dispensado apenas aos alunos que tivessem cursado o ensino secundário no Collegio Pedro II, instituição modelo da época (HAIDAR, 2008).

Até os anos 50 do século XIX, os exames preparatórios eram feitos nas próprias faculdades e tinham validade específica. A partir de 1851, até o ano de 1873, esse exame seletivo passou a ser realizado também, e com validade nacional, na Inspeção do Ensino Público e no Colégio D. Pedro II, ambos no Município da Corte. [...] A partir de 1879, passaram a ser reconhecidos os exames realizados nos liceus que seguiam o mesmo programa de estudos do Colégio D. Pedro II. Essa ampliação da vinculação dos exames preparatórios ao curso secundário representava, em nosso sistema de ensino, a consolidação da associação, ou mesmo da identificação entre ensino secundário e curso preparatório ou propedêutico (XAVIER *et al*, 1994, p. 77).

Sobre o Collegio Pedro II, é necessário tecer alguns comentários de cunho contextual, afinal, essa instituição é a responsável por nortear toda organização do ensino secundário brasileiro nesse período. Maria de Lourdes Haidar (2008), referência sobre ensino secundário no Brasil Imperial, destaca que a organicidade existente no ensino secundário brasileiro no século XIX só assumiu seus aspectos característicos após o Ato Adicional de 1834. Antes

⁷ Sobre os exames preparatórios ver subcapítulo 4.4.

desta reforma, os estudos secundários se constituíam em aulas avulsas, no estilo das aulas régias existentes no século XVIII. Como a fiscalização das instituições de ensino era escassa, detendo-se, na maioria dos casos, na verificação da frequência dos professores, isso permitia que as aulas, os professores, os alunos e os estabelecimentos se organizassem segundo suas necessidades.

Escolhiam os professores o horário de suas lições. Matriculavam-se os estudantes a qualquer época do ano, retirando-se quando bem lhes aprouvesse, circunstância que impedia a realização de cursos regulares e impunha a convivência, na mesma classe, de alunos de diferentes idades e diversos graus de aproveitamento. Diante de tal variedade, recorriam os mestres ao método do ensino mútuo, dividindo a classe em decúrias e repartindo entre elas os seus cuidados e as poucas horas de suas lições (HAIDAR, 2008, p. 94).

Com o surgimento dos liceus e, principalmente, do Imperial Colégio de Pedro II na Corte em 1837 é que as características organizacionais e curriculares, dos estudos secundários, começam a ser delineadas.

Os liceus das Províncias e posteriormente dos estados brasileiros e os colégios particulares, para obter a equivalência de estudos, deveriam conformar seus planos de estudos e programas de ensino, bem como adotar os mesmos livros didáticos utilizados no Collegio de Pedro II. Desta forma, os modelos de estudos adotados no Collegio de Pedro II deveriam nortear os estudos secundários de todo o Brasil (VECHIA, 2003, p. 34).

O Colégio Pedro II foi instalado no antigo Seminário de São Joaquim, que foi restaurado e disposto para receber 100 alunos, inclusive pensionistas. As cadeiras oferecidas nos primeiros anos da instituição eram: Latim, Grego, Francês, Inglês, Retórica e Poética, Geografia, História, Filosofia, Zoologia, Mineralogia, Botânica, Física, Aritmética, Álgebra, Geometria e Astronomia (ALMEIDA, 2000). Segundo previa o Regulamento do Collegio, de 31 de janeiro de 1838, para o aluno que concluísse todas as séries exigidas pela instituição era concedido o diploma de Bacharel em Letras e com este título ele garantia a matrícula nas Academias do Império, sem precisar prestar os exames de preparatórios⁸ (ALMEIDA, 2000).

Criado com a finalidade de formar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira, o Collegio de Pedro II foi considerado modelo a ser seguido pelos congêneres em todo o país. Durante o período

⁸ Segundo Haidar (2008) essa concessão de diploma só foi reconhecida com o Decreto nº 296 de 30 de setembro de 1843.

imperial, os demais liceus, colégios provinciais públicos e os particulares foram incentivados a adequar seus planos de estudos e programas de ensino aos adotados pelo referido Colégio, uma vez que, a partir de 1854, os exames de preparatórios, deveriam ser realizados em conformidade com os programas daquela instituição. Foi a maneira encontrada, por via indireta, de padronizar o ensino secundário em todo o país (VECHIA, CAVAZOTTI, 2003, p. 11).

Desse modo, as instituições secundárias que surgem nesse período são diretamente influenciadas pelo Colégio Pedro II que, por sua vez, seguia o padrão dos Liceus europeus, em específico, o modelo dos Liceus franceses, que também surgem no século XIX.

A criação dos liceus na França no ano de 1802, constitui uma referência para muitos países, ainda que, mais tarde, os “reais-ginásios” alemães tenham exercido uma grande influência, sobretudo na Europa central e oriental. Iniciado com o fim do Antigo Regime, este processo procura dar resposta às novas necessidades de educação e instrução. Nos países católicos, era urgente encontrar uma forma de substituir o trabalho docente desempenhado pelas congregações religiosas, nomeadamente pelos jesuítas (NÓVOA, 2003, p. 2).

Portanto, para que se possa entender a formação do ensino secundário imperial é necessário apreender as particularidades do ensino secundário francês, que irá influenciar diretamente este tipo de ensino no Brasil. André Chervel (1992), em seu estudo sobre a origem do ensino secundário na França, atribui como sendo uma de suas características, ou seja, o que o diferenciava do ensino primário e do superior, a oferta do ensino das línguas antigas, com destaque para o Latim. Segundo o autor, foi em 1815 que se nota o “emprego, pela primeira vez, do termo “secundário” em seu sentido moderno para designar todos os estabelecimentos do tipo liceu ou colégio” (CHERVEL, 1992, p. 99). Contudo, a utilização do termo “secundário” na França será empregada em linguagem corrente a partir da década de 1840, e servirá para tratar do nível intermediário do denominado sistema ternário de instrução (primário, secundário e superior) (CHERVEL, 1992). Sobre o ensino secundário francês cabe destacar que:

É o ensino essencialmente “de classe” e elitista. É um ensino do Estado, mesmo com a intromissão da Igreja e da iniciativa privada; e seu quadro de funcionários é ou se tornará laico. [...] o que marcou de forma durável a mentalidade francesa foi o fato de o secundário ser pago e o que se paga no secundário é o latim. No decorrer do século XIX, os novos ricos não se enganarão: seus filhos estudarão latim (CHERVEL, 1992, p. 111).

Esse imposto vinculado ao ensino do Latim, cobrado pelas instituições secundárias francesas, sinalizava um elemento de prestígio para a classe que podia realizar esse tipo de ensino. Essa característica de distinção social também está presente nas instituições de ensino secundário brasileiras, por serem majoritariamente privadas e por se constituírem como espaços cuja finalidade era receber os jovens de grupos sociais abastados.

Com duração média de quatro a seis anos, com custo elevado, somente os filhos de famílias de posse poderiam desfrutar de uma vida acadêmica tão longa. Típicas escolas preparatórias, os colégios tinham uma única preocupação: preparar adequadamente os jovens para o ingresso nas academias. Não sendo escolas voltadas para uma formação do “saber-fazer”, isto é, não tinham como ideário uma formação para o trabalho. Sendo relativamente onerosas e com um currículo centrado no humanismo, acabavam sendo privilégio de poucos (ARRIADA, NOGUEIRA, VAHL, 2012, p. 40).

Outro aspecto importante diz respeito ao que deveria ser ensinado por essas instituições, ou seja, quais saberes escolares cabia ao currículo desses espaços. Para tanto, é imprescindível compreender qual é o papel das disciplinas escolares para a história das instituições educativas. A concepção da instituição educativa como espaço organizado, de formação e de produção de conhecimento (NÓVOA, 1995), está intrinsecamente ligada à seleção das disciplinas escolares que são ministradas pelas instituições. Estas, assim como tantos outros elementos, devem ser reconhecidas como parte fundamental da cultura escolar de cada espaço educacional. Afinal,

[...] a história das disciplinas escolares deve ser analisada como parte integrante da cultura escolar para que se possam entender as relações estabelecidas com o exterior, com a cultura geral e a sociedade. Conteúdos e métodos, nessa perspectiva, não podem ser entendidos separadamente e, ainda, os conteúdos escolares não são vulgarizações ou meras adaptações de um conhecimento produzido em um “outro lugar” [...] A seleção dos conteúdos escolares depende intrinsecamente de finalidades específicas e, assim como os métodos, não são decorrentes dos objetivos das ciências de referência (BITTENCOURT, 2003, p. 26).

Nesse sentido, é fundamental compreender qual o papel dos saberes e das disciplinas escolares no âmbito da história das instituições educativas de ensino secundário e quais os seus reflexos nas diferentes concepções educacionais que serão analisadas. Para Julia (2001), as disciplinas escolares são um produto específico da instituição educativa e, através delas é possível

reconhecer o caráter criativo do sistema escolar. Sobre as pesquisas que abordam esse elemento da cultura escolar, o autor indica:

Convém examinar atentamente a evolução das disciplinas escolares, levando em conta diversos elementos que, em ordem de importância variada, compõem esta estranha alquimia: os conteúdos ensinados, os exercícios, as práticas de motivação e de estimulação dos alunos, que fazem parte destas “inovações” que não são vistas, as provas de natureza quantitativa que asseguram o controle das aquisições (JULIA, 2001, p. 34).

Para entender as concepções e trajetórias do ensino secundário rio-grandino do século XIX, é necessário conhecer e entender os aspectos histórico-educativos que norteiam o ensino secundário brasileiro neste período. Para tanto, é importante notar a relevância e o papel da história das disciplinas escolares que fazem parte do percurso deste sistema escolar. Logo,

Desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural (CHERVEL, 1990, p. 184).

Segundo André Chervel (1990), a história do uso do termo “disciplina”, compreendido como aquilo que se ensina nas instituições educativas, é recente, assumindo esse sentido no século XX, estando, até então, mais atrelada às questões disciplinares, vinculadas à conduta dos estudantes. Conforme Chervel (1990, p. 178), as expressões utilizadas no século XIX para definir uma disciplina escolar eram: “objetos”, “partes”, “ramos”, ou ainda, “matérias de ensino”. Todavia, a ideia de “disciplinar” se mantém presente nessa nova concepção, afinal

Uma “disciplina”, é igualmente, para nós, em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte (CHERVEL, 1990, p. 180).

Neste estudo, utilizaremos os termos disciplinas, matérias e cadeiras para definir o que vinha sendo oferecido pelo currículo das instituições secundárias pesquisadas. Compreendemos currículo na perspectiva de Forquin (1992) que propõe o uso deste termo para designar a seleção cultural escolar e afirma que “a questão do currículo como forma institucionalizada de

estruturação e de programação de conteúdos de ensino deveria estar no centro de toda reflexão sociológica sobre a educação” (FORQUIN, 1992, p. 28). O autor acrescenta, ainda, a existência de uma oposição entre “currículo formal ou oficial” e “currículo real”, respaldado por Philippe Perrenoud, ou seja, trata-se da oposição entre o que é definido oficialmente pelos responsáveis pela construção, elaboração e seleção dos programas de ensino e o que acaba sendo aplicado, reorganizado e enfatizado nas instituições (FORQUIN, 1992). Essa oposição será observada a partir dos currículos dos colégios secundários rio-grandinos que oferecem um grande número de disciplinas escolares exigidas por lei. Contudo, nos exames finais publicados por eles, o que se percebe é a procura singular e recorrente por determinadas matérias, o que nos leva a crer que muito do que era oferecido pelo “currículo formal” acabava não sendo colocado em prática no “currículo real”. Cabe destacar que o currículo real se encontra afinado com os diferentes públicos que a instituição pretendia atingir, situação esta que também será problematizada no capítulo seguinte.

[...] se a escola pode muito bem aparecer como o lugar e a matriz de saberes típicos e de formas típicas de atividades intelectuais, é preciso reconhecer que estes elementos originais não permanecem sempre encerrados nos limites do mundo escolar, mas são capazes também, por seu poder de modelagem de habitus, de influenciar o conjunto das práticas culturais e os modos de pensamento que têm curso num país num momento dado (FORQUIN, 1992, p. 36).

O autor assinala como característica dos saberes escolares, a sua organização em forma de disciplinas, ou matérias de ensino, contendo suas fronteiras e hierarquias particulares segundo os tipos e níveis de ensino, bem como a época em que estão inseridas. Tal reflexão é semelhante à de André Chervel no que tange à constituição da história das disciplinas escolares. No ensino secundário, por exemplo, existe uma compartimentação das disciplinas e é necessário contar com diferentes docentes, especializados nas matérias deste tipo de ensino. Diferentemente do ensino primário, onde um único docente está encarregado de todas as matérias ofertadas (FORQUIN, 1992). Na instrução secundária encontramos, por exemplo, o ensino de línguas estrangeiras, como Inglês e Francês, além do Latim, o ensino de Geografia, História, Filosofia e Retórica. Para Chervel:

[...] a disciplina é, por sua evolução, um dos elementos motores da escolarização, e que se encontra sua marca em todos os níveis e em todas as rubricas da história tradicional do ensino, desde a história das construções escolares até a das políticas educacionais ou dos corpos docentes. As disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade. Seu aspecto fundamental é o de preparar a aculturação dos alunos em conformidade com certas finalidades: é isso que explica sua gênese e constitui sua razão social (CHERVEL, 1990, p. 220).

Desse modo, iremos nos debruçar, também, nos currículos oferecidos através dos programas e planos de ensino das instituições secundárias da cidade do Rio Grande, visando problematizar o público a que este tipo de ensino estava voltado, compreendendo que a realidade local pode exercer grande influência na “seleção cultural escolar”, apresentada por esses colégios particulares. A influência do ensino secundário definido e delimitado pelo currículo e estrutura do Collegio Pedro II, juntamente com a legislação educacional do período, estará presente nos estabelecimentos criados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, como poderá ser observado a seguir.

3.2. O ensino secundário na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um privilégio para poucos

No que tange ao período delimitado pela pesquisa (1854-1889), vale destacar que no decurso do século XIX havia uma intensa discussão, em várias províncias, sobre a necessidade de escolarização da população (FARIA FILHO, 2011). É relevante mencionar que para analisar essa questão foi necessário compreender o papel do Estado, a partir da legislação educacional da época, para então poder perceber como as iniciativas privadas de ensino secundário tiveram ampla disseminação nas províncias, dando ênfase à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, mais especificamente, analisando a situação de determinadas instituições existentes na capital e na cidade de Pelotas⁹⁹, para conseguir adentrar na história do ensino secundário na cidade do Rio Grande. Nesse sentido, é importante ressaltar que:

⁹⁹ A escolha por abordar as cidades de Porto Alegre e Pelotas, para posteriormente adentrar no objeto de estudo desta pesquisa, que se encontra localizado na cidade do Rio Grande, se deu

[...] a materialização das diversas reformas educacionais representa tanto o processo de “empoderamento” de determinada concepção de mundo na estrutura formal da sociedade política regional como também, a acomodação desta em um sistema social maior, o do Império brasileiro, por exemplo. De maneira que as ideias que germinam na província gaúcha não estão imunes aos fatores extrínsecos que emergem tanto no Brasil como no mundo como um todo na área da educação (TAMBARA; ARRIADA, 2017, p. 462).

Em relação à educação na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, durante o período imperial, alguns dos autores já pesquisados, demonstram que, assim como nas demais províncias do Império, não houve um processo de institucionalização da escolarização pública, sendo fragmentadas as iniciativas privadas na época, o que caracterizava que a educação escolar era um privilégio de poucos (ARRIADA, 2007; CORSETTI; LUCHESE, 2011; GONDRA, SCHUELER, 2008; GIOLO, 2006; TAMBARA, 2000; SCHNEIDER, 1993). Segundo Jaime Giolo (2006),

As aulas estavam essencialmente voltadas aos filhos da classe dominante e serviam de trampolins para os cursos superiores médicos e jurídicos, destinados a suprir os quadros do minguado aparelho jurídico e político da época ou as funções de prestígio social. Essas ocupações distintas requeriam formação intelectual razoável, mas seu número era tão pequeno que ficava mais prático recorrer às escolas das províncias centrais (ou mesmo de outros países) do que organizar um aparato escolar eficiente e suficiente na própria província (GIOLO, 2006, p. 456).

Vale destacar que durante os 67 anos de regime monárquico, a província de São Pedro teve 102 presidentes (GIOLO, 2006). Fato que auxilia na compreensão de como a instabilidade política acabou se transformando em uma característica e em um problema para a população rio-grandense no que diz respeito a dar continuidade a propostas e projetos políticos. Tal fato se refletiu diretamente na oferta de instrução pública e de reformas educacionais durante o período oitocentista. Todavia, para determinados grupos sociais, a educação continuava sendo uma prioridade e uma forma de ascensão social, e por isso, acabavam buscando na iniciativa privada formas de preencher essa lacuna consentida pelo Governo.

em razão da consolidação dessas três cidades como polos econômicos do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX. Segundo Martins (2006, p. 67), após o término da Revolução Farroupilha “as cidades portuárias e redistribuidoras de produtos de importação tinham vantagem econômica, o que propiciou o desenvolvimento das três principais cidades portuárias do Estado, duas das quais com portos fluviais, Pelotas e Porto Alegre”.

Os latifundiários queriam filhos bacharéis ou “doutores”, não só como meio de lhes dar a formação desejável para o bom desempenho das atividades políticas e o aumento do prestígio familiar, como, também, estratégia preventiva para atenuar possíveis situações de destituição social e econômica. Os trabalhadores urbanos e os colonos estrangeiros, por sua vez, viam na escolarização dos filhos um meio de aumentar as chances destes alcançarem melhores condições de vida (CUNHA, 2011, p. 157).

Conforme já abordado, o ensino secundário esteve intimamente vinculado à iniciativa privada, inclusive sendo legitimado por deliberações do Governo, que em certa medida corroboraram para que essa situação educacional se instalasse no país, como foi o caso do Ato Adicional de 1834. A descentralização da educação, decretada pelo Ato Adicional, suscitou uma série de consequências para a população, pois o pouco investimento das províncias e do Governo Central tornou inviável o projeto de oferecer uma educação básica e gratuita para todo o Império.

Mesmo com as imposições da legislação vigente, as províncias não conseguiam pôr em prática as melhorias e modificações necessárias no ensino primário e no ensino secundário. Com base no relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1846, período pós Revolução Farroupilha¹⁰, é possível perceber a situação em que se encontrava o ensino secundário naquele momento.

É tão pouca a instrução secundaria, e dada tão sem methodo, que mui longe está o proveito que della se tira da despesa que com ella se faz, posto que não avultada. Consta apenas nesta Capital de uma Aula de Grammatica Latina frequentada por sete alumnos, uma de Francez por 30 alumnos, uma de Geometria e Arithmetica por 29, e uma de Philosophia por 2. [...] Alem destas ha mais duas Cadeiras de Grammatica Latina, uma no Rio Grande frequentada por 5 alumnos e outra no Rio Pardo por 8. [...] e enfim uma de Francez e de Geographia e Desenho, por mim creada na cidade do Rio Grande [...] (RELATÓRIO, 1846, p. 11).

Em 1848, no relatório do general José de Souza Soares Andréa, o ensino secundário é alvo de críticas por parte do então presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul,

¹⁰ Sobre este período Almeida (2000, p. 78) defende: “Esta província, uma das mais assoladas pelas guerras estrangeiras e lutas civis, não podia, em razão destas circunstâncias, dar à instrução pública todo o desenvolvimento que ela reclama. As tentativas feitas, em diversas épocas, pelos chefes da administração, com o fim de melhorar esta situação, não obtiveram os resultados que mereciam os seus esforços; só a paz podia fazê-los frutificar”.

Na instrução secundária ainda ha mais luxo e **mais desperdício**. Espalhão-se em longa profusão Professores de Latim, de Francez, de Philosophia, de Geometria, de Dezenho e de tudo quanto lembra por essas Cidades, e Villas, aonde concorrem, ou se apresentam tão poucos discipulos, (a pezar dos rogos dos Mestres para que se matriculem) que não pode approvar-se a existencia de taes aulas; pois não tem o governo obrigação de dar um Mestre, para trez ou quatro discipulos, e só lhe cumpre dar a instrução primaria. Segundo entendo, basta que em cada Província haja uma Escola Geral ou Lycêo na Capital d'ella; e **os chefes de família, que quizerem dar a seos filhos melhor instrução, que a paguem por meio de fortes matriculas** mandando-os aos logares, em que ella, se franqueia, e não é pequena vantagem achar ahi muitos Mestres reunidos, para se aproveitarem de quanto lhes convier (RELATÓRIO, 1848, p. 17, grifo nosso).

Essa crítica sobre a realidade do ensino público, por parte do Presidente Soares Andréa, após um longo período de conflitos militares na Província¹¹, pode ser interpretada de duas maneiras: como uma justificativa para que a iniciativa privada assumisse a oferta de ensino secundário e também como uma análise sobre a baixa procura de alunos interessados em cursar as aulas públicas de ensino secundário. Tal situação acarretaria mais gastos ao Governo, que segundo seu ponto de vista, só tinha como obrigação oferecer instrução primária. Só restaria aos estudantes interessados render-se à iniciativa privada para continuar seus estudos. Como alternativa, o Diretor da Instrução Primária, Dr. Luiz da Silva Flores¹², propôs ao Presidente da Província reunir as aulas públicas de ensino secundário em um único local, a fim de diminuir os gastos do Governo com aluguéis.

Em *Pelotas*, alugou a propriedade de Antonio José Domingues e ali reuniu três aulas de instrução secundária. Em *Rio Grande*, houve contrato com a Diretoria do Gabinete de Leitura para a cedência de duas salas para o mesmo fim. Em *Porto Alegre*, a contar de 1º de

¹¹ A Revolução Farroupilha foi um conflito militar que ocorreu de 1835 a 1845 e durante este período coexistiram dois governos no território rio-grandense: o provincial imperial e o da República Rio-Grandense (PADOIN, 2006). Para maior aprofundamento nos aspectos educativos, que ocorreram neste período, sugiro a leitura dos seguintes trabalhos: GIOLO, Jaime. **Lança & Grafite – A instrução no Rio Grande do Sul**: da primeira escola ao fim do Império. Passo Fundo: Gráfica e Editora da UPF, 1994; VALLE, Hardalla Santos do. As propostas educacionais da administração de Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias): um estudo da instrução Rio-grandense do século XIX (1842-1871). **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2013; XAVIER, Itamaragiba Chaves. A instrução Pública na República RioGrandense. (1836-1845). **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2009.

¹² Conforme a Lei Provincial de 13 de maio de 1846, o diretor da Instrução Primária da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, também era responsável por inspecionar o ensino secundário (SCHNEIDER, 1993).

fevereiro de 1848, foi alugada a casa de propriedade do major Pedro Maria Xavier de Oliveira Meirelles, por 45 mil réis mensais para abrigar as aulas dos quatro professores de instrução secundária da cidade (SCHNEIDER, 1993, p. 92).

A fim de problematizar um pouco mais essa questão da oferta pública de ensino secundário, merece destaque a relação de aulas existentes e o número de alunos que as frequentavam em 1849. Algumas com baixo número de alunos, mas outras podendo reunir de 40 a 50 alunos, conforme quadro a seguir:

Quadro 1: Relação das aulas de instrução secundária da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1849

Localidade	Aulas	Professores	Número de alunos
Porto Alegre	Latim	Pe. Francisco Aurélio Martins Pinheiro	40
	Francez e Geographia	Leopoldino Joaquim de Freitas	50
	Philosophia moral e racional	Pe. João de Santa Barbara	5
	Geometria	Belchior Corrêa da Camara	40
	Tachigraphia	Amaro da Silva Velho	16
Rio Grande	Latim	Pe. Manoel José da Conceição Braga	8
	Francez e Geographia	Dr. José de Pontes França	18
	Geometria	Dr. Cyro José Pedrosa ¹³	16
	Inglez	Manoel Coelho da Rocha Junior	10
Pelotas	Francez e Geographia	Telemaco Bouliech ¹⁴	22
	Latim	Antonio José Domingos	8
	Geometria	Vaga	-
Rio Pardo	Latim	José Maria de Andrade	9

Fonte: SCHNEIDER, 1993, p. 93 (quadro adaptado).

A pouca oferta da educação pública em nível primário e secundário estava atrelada aos reflexos do Ato Adicional de 1834, o qual permitiu a ampliação da atuação de outros agentes. No caso do Rio Grande do Sul, essa presença “foi estimulada, senão por outros mecanismos, pelo menos pela omissão do Estado em monopolizar o ensino elementar” (TAMBARA, 1991, p. 184). Conforme Tambara (1991):

[...] o Governo Central nunca se mostrou interessado em assumir o

¹³ Segundo Schneider (1993, p. 93): “O dr. Cyro José Pedroza era Provedor da Saúde da cidade do Rio Grande, cargo do qual pediu demissão. Em vista disso, o Presidente da Província – Manoel Antonio Galvão – expediu ordem para que ele entrasse no exercício do cargo de professor de Geometria daquela cidade, em abril de 1847”.

¹⁴ O professor também atuou na iniciativa privada na cidade de Pelotas, onde dirigiu o *Collegio União* na década de 1850 (ARRIADA, 2007) e na cidade do Rio Grande na década de 1860 onde dirigiu o *Collegio Rio-Grandense* (O COMMERCIAL, 4 de abril de 1860).

encargo de universalizar a educação pública, afirmando não ter condições de arcar com mais este ônus, preferindo, portanto, não se ocupar com este problema. Na medida, então, em que o Poder Executivo não mostrava disposição alguma em envolver-se com educação elementar, e em que no Poder Legislativo encontrava-se uma bancada extremamente coesa e ativa que legitimava esta pretensão, tornou-se difícil qualquer mudança (TAMBARA, 1991, p. 184).

A proposta de reunir as aulas isoladas públicas de ensino secundário em uma única instituição acaba por culminar na criação de um Liceu na década de 1850 na cidade de Porto Alegre, capital da Província. Em 1846, houve a tentativa oficial de criação desta instituição, durante o governo do Conde de Caxias, denominada Liceu D. Afonso¹⁵. Segundo Eduardo Arriada (2007), o Liceu inicia seu funcionamento em 1851 sendo fechado em 1871¹⁶, recebendo uma nova denominação, Ateneu Rio-Grandense, o qual encerrou suas atividades no ano de 1873. Primitivo Moacyr (1939), destaca no ano de 1846 a proposta de criação da instituição:

Lembra o presidente a *criação de um Liceu* onde se reúnem todas as aulas praticas da capital, e se mais as cadeiras de inglês, geografia, *astronomia*, historia, algebra, retorica, desenho e musica distribuindo todas estas materias em seis anos, tudo conforme os estatutos organisados segundo o método simultaneo, adotado nos colégios da Europa e do Pedro II, do Rio de Janeiro, do qual se tem obtido os melhores resultados (MOACYR, 1939, p. 434, grifos do autor).

Antes do início do funcionamento do Liceu D. Afonso, a iniciativa privada já dava demonstrações de sua atuação no cenário da educação secundária em Porto Alegre. Em 1848, no Relatório do Presidente João Capistrano Miranda de Castro, consta um destaque ao colégio particular de Hilario Gonçalves Lopes Ferrugem que possuía a “frequência de 179 estudantes que cursam aulas de primeiras letras, latim, português, aritmética, francês, geografia, inglês, álgebra, geometria, desenho e musica” (MOACYR, 1939, p. 437). Essa renomada instituição não estava voltada apenas aos estudantes da capital, pois também visava atrair estudantes do interior. Na década de 1850, são recorrentes os

¹⁵ Conforme Giolo (2006, p. 471), Caxias “[...] escolheu o local, planejou e prédio a ser construído e confeccionou o primeiro estatuto do liceu. Aproveitando a passagem do imperador pelo Rio Grande, Caxias organizou as cerimônias para o lançamento da pedra fundamental, no dia 1º de fevereiro de 1846. O prédio seria construído no centro da cidade e chamar-se-ia Liceu D. Afonso, em homenagem ao primogênito de dom Pedro II, que nasceu em 1845”.

¹⁶ Segundo Arriada, o Liceu D. Afonso é fechado pela Lei Provincial nº 777 de 4 de maio de 1871, sendo esta mesma lei responsável por estabelecer no lugar do Liceu, o Ateneu Rio-Grandense (ARRIADA, 2007).

anúncios (Figura 1) desta instituição no *Jornal Diário do Rio Grande*, periódico da cidade do Rio Grande, onde eram enaltecidas as qualidades do ensino, seu qualificado corpo docente e a gama de disciplinas dos ensinos primário e secundário.

Figura 1: Anúncio do Collegio de Instrução Primaria e Secundaria do Prof. Hilário Gonçalves Lopes Ferrugem

COLLEGIO

DE

INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA.

ESTABELECIDO EM PORTO ALEGRE, RUA DE BRAGANÇA N. 130.

17.º ANNO DE SUA INSTITUIÇÃO.

Acha-se aberto este estabelecimento desde o dia 14 de janeiro. As materias de ensino das diversas aulas que entram em exercicio no presente anno são as seguintes :

ENSINO PRIMARIO.

Leitura de prosa e verso, calligraphia, arithmetica theorica e pratica, doutrina e civilidade christan, theoria da grammatica, e analyse grammatical em prosa e verso, exercicios de orthographia e de composição; elementos de geographia e da historia do Brasil, e noções da historia Sagrada.

ENSINO SECUNDARIO.

Latim, francez, inglez, allemão, italiano, contabilidade e escripturação mercantil por partidas singelas e dobradas, arithmetica, algebra, geometria e trigonometria; historia universal, geographia, chronologia, philosophia racional e moral, rhetorica e poetica.

BELLAS-ARTES.

Desenho de figura; desenho linear, e topographico; musica, dança, esgrima e gymnastica.

SÃO PROFESSORES OS SRS.:

Rev. padre-mestre João de Santa Barbara.
 Rev. padre-mestre Francisco das Chagas M. Avila e Sousa.
 Rev. padre-mestre Vicente Zeferino Dias Lopes.
 Dr. Jeronymo da Cunha Galvão.
 Francisco de Paula Soares.
 Antero Vieira de Castro.
 Capitão de engenheiros Maximiliano Emerich.
 Engenheiro civil e militar Paulo Mauricio Lischke.
 Carlos Jansen.
 Bernardo Grasselli.
 Raphael Lino da Silva.
 Joaquim Balbino Cordeiro.
 Frederico G. Kaiser.
 José Gonçalves Lopes Ferrugem Filho.
 O Director.

Dança.....	40000
Esgrima.....	40000
Gymnastica.....	20000

As aulas de esgrima e gymnastica são dadas gratuitamente a todos os alumnos pensionistas, cujo desenvolvimento physico e intellectual fôr confiado ao collegio.

Todos os vencimentos dos alumnos pensionistas, e meios pensionistas são pagos por trimestres adiantados, sem que se faça abatimento algum por ausencia ou férias; exceptuam-se porém os casos de molestia, que excederem o tempo de um mez, em que pagarão somente metade dos vencimentos.

As gratificações dos externos são pagas mensalmente, ficando sujeitos ás mesmas condições dos internos.

Os alumnos que sahirem antes do fim do mez, pagarão o mez por inteiro; exceptuam-se os qua forem expulsos, que pagarão até o dia da sahida.

Papel, tinta, pennas, lapis, canetas, regoas, pedras, mappas, globos e todos os mais objectos necessarios, tanto para o ensino primario como secundario, são fornecidos gratuitamente pelo collegio, á excepção dos livros que são pagos pelos alumnos.

Os pensionistas são obrigados a ter o seguinte enxoval: 2 colxas de chita, 6 lençoes, 2 ditos de enxugar, 3 fronhas e 3 toalhas de mãos, tudo sem babados; 1 cobertor de lan encarnado, 12 camizas de morim, 3 ditas de chita para dormir, 6 ceroulas, 12 pares de meias curtas, 6 lençoes de mãos, 1 gravata de seda preta, 1 sobre-casaca ou palitô preto, 4 jaquetas ou paletôs de côr, 1 calça preta, 5 ditas de côr, 3 colletes de côr, 2 pares de suspensorios, 1 chapéo preto, 1 capsa ou ponche para o inverno, 2 ceroulas de baetilha para banhos do rio, 1 sacco para roupa suja, 1 par de sapatos grossos, 1 dito envernizados, 1 espelho pequeno, 1 escova de fato, 1 dita de dentes, 1 dita de cabelo, 1 dita de calcado, 1 pente fino, 1 dito de alizar, 1 tesoura de unhas e 1 bahu para a roupa.

O collegio fornece cama, colção, travesseiro, mesa, moxo, lavatorio, bacia de rosto e de banho, etc., mediante a quantia de 30000 rs. por todo o tempo que o alumno estiver no estabelecimento.

O director grato e reconhecido pela confiança que sempre tem merecido do publico d'esta provincia no espaço de 16 annos, que tem se dedicado a este ministerio, assegura que será incansavel no desempenho das obrigações a que se tem ligado, e fará tudo o que estiver a seu alcance para, promovendo que seus alumnos recebam, a par da instrução litteraria, educação moral, civil e religiosa, não desmentir a confiança que n'elle se tem depositado.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1856.

O DIRECTOR,

Hilario G. Lopes Ferrugem.

PREÇOS MENSAES.

ENSINO PRIMARIO.

Pensionistas.....	28000
Meios pensionistas.....	12000
Externos.....	40000

ENSINO SECUNDARIO.

Pensionistas.....	32000
Meios pensionistas.....	16000
Externos.....	8000

BELLAS-ARTES.

Desenho.....	6000
Musica.....	6000

4-3

É significativo destacar, que no ano de 1853, o *Collegio de Instrucção Primaria e Secundaria*, dirigido pelo Professor Hilário Gonçalves Lopes Ferrugem, em um dos seus anúncios, destaca a criação, no ano anterior, de uma *Aula de Commercio* (Contabilidade e Escrituração Mercantil) focada nos profissionais já inseridos no mercado de trabalho local, destacando que “para que possa ser frequentada por qualquer pessoa do commercio ou empregado publico, sem interrupção do serviço a que seja obrigado, terá logar esta aula das 6 ás 7 horas da tarde” (DRG, 16 de maio de 1853). Neste mesmo anúncio, o diretor ressalta, também, a futura criação de aulas de *Teologia dogmática e moral* na instituição, a fim de atender ao público interessado em seguir a carreira eclesiástica.

O director annuncia igualmente que crear-se-ão no collegio aulas de theologia dogmatica e moral, attenta a falta que d’essas aulas existe na província, e a necessidade da instrucção em taes materias, assaz indispensaveis aos que em nosso bispado quizerem dedicar-se ao estudo eclesiástico (DRG, 16/05/1853).

É possível perceber a ampla intenção e o empenho dos estabelecimentos particulares em preencher as lacunas existentes no ensino provincial. Não somente visando contemplar o ensino primário e secundário, mas também o ensino profissional, com ênfase no comércio, e em outras demandas locais que não estavam sendo abarcadas pelo Governo. Logicamente, trata-se de demandas vinculadas a determinados grupos sociais com as condições financeiras necessárias para obter essa qualificação. No capítulo seguinte retomaremos com maior aprofundamento essas diferentes ofertas, provenientes das instituições educativas particulares na cidade do Rio Grande.

Em 1851, ano que o Liceu D. Afonso passa a funcionar na capital, o Presidente Pedro Ferreira de Oliveira informa ao seu sucessor, Conde de Caxias, a situação em que se encontrava a instrução pública na Província, além de apontar as possíveis causas para tal conjuntura:

A Instrucção Publica na Provincia deixa muito á dezejar, tanto pelo que respeita á primaria, como relativamente á seccundaria. O Estado excepcional em que se tem achado esta Provincia diminuindo seus recursos econômicos, a limitada população em relação á grande extensão de seu territorio, o erro talvez d’aquelles, que desconhecendo seus verdadeiros interesses industriaes, considerão a instrucção menos como uma necessidade moral, do que

simplesmente o cumprimento de um dever social, são causas além de outras, que conspiram para que se ache ainda tão pouco adiantado este importantíssimo ramo do publico serviço, que reclama as mais incessantes e uteis providencias para seu melhoramento; porque, como V. Exc. sabe, a mocidade é a chave do futuro da sociedade, e instrui-la, que é um dever dos Governos, é também uma necessidade política, cuja importância não é dado conhecer (RELATORIO, 1851, p. 8).

Em outubro do mesmo ano, o então Presidente Patricio Corrêa da Camara salienta, na Assembleia Provincial, o quadro do ensino secundário público que na época contava com “uma cadeira de Philosophia, algumas de Geometria, Latim e Francez, eis em que consiste a instrucção secundaria na província. [...] sem systema, sem uniformidade e não sofrendo uma inspecção” (RELATÓRIO, 1851, p. 7). O Liceu D. Afonso trouxe novos horizontes para o ensino secundário provincial, porém sempre precisou disputar espaço com os colégios particulares já existentes, além de passar por uma série de adversidades desde sua fundação:

Podem-se perceber as imensas dificuldades enfrentadas pelo Liceu nesses primeiros anos: falta de um prédio próprio e adequado, sendo obrigado a utilizar casas alugadas; concorrência dos cursos particulares que podiam atender alunos vindos do interior, pois possuíam internato; além dos “afamados” educandários do centro do país. Diversos regulamentos, o que demonstra uma série de problemas. Outro aspecto a ser ressaltado era a não gratuidade. Mesmo tratando-se de uma instituição pública, os alunos eram obrigados a contribuir com uma parte das despesas (ARRIADA, 2007, p. 72).

Entre os percalços enfrentados pelo Liceu, estavam as disciplinas que eram oferecidas pela instituição. A maioria das reformas propostas pelo Governo Provincial acabava por criar ou suprimir cadeiras (ARRIADA, 2007). Em 1853, o Presidente Sinimbú frisa a questão curricular do Liceu e questiona as outras demandas existentes na sociedade, considerando que possam existir interessados no ensino secundário que não almejem o ensino superior:

Não vedes que com as materias que se estudão no vosso Lycêo só fazeis preparar as jovens intelligencias para a carreira das sciencias! E aquelles que depois de terem estudado as Bellas-Artes, não quizerem ou não poderem seguir o ensino superior nas Academias, o que farão? Seguirão o sacerdocio? Não, porque esta carreira exige também este ramo de conhecimento, e além disto, requer a vida disciplinar do noviciado, que só se adquire á Sombra da Igreja em Seminários proprios. Seguirão a carreira militar? Também não, porque esta classe tem já uma educação determinada, em que sem tantos estudos se póde ganhar maior tempo de serviço. Essa mocidade que tendes conduzido ao limiar das sciencias, sem que nellas possa ter ingresso, se volverá para a carreira administrativa, e ahi a vereis,

apertando-se um contra o outro, forcejar para obter um emprego insignificante, em quanto as Boas Artes, a Industria, a Agricultura, o Commercio, que tantos empregos poderão offerecer-lhe se para esses ramos tivesse ella recebido uma instrucção appropriada, continuarão nas mãos da rotina a offerecer o contraste entre seu estado estacionário e o progresso das classes scientificas. [...] eu vos proporei que na reforma do vosso Lycêo, além das cadeiras já creadas, se estebeleção também outras, em que se dê o ensino completo das mathematicas elementares com applicação á Mechanica e á Agrimensura; da Phisica experimental; da Chimica applicada ás Artes, da Botanica com applicação á Agronomia e da Veterinaria (RELATÓRIO, 1853, p. 17)

As demandas apontadas no Relatório são de fundamento e serão alvo de constantes debates até o final do período imperial. Todavia, a necessidade do ensino secundário de se adaptar a outras necessidades, exigidas pelas diferentes carreiras profissionais existentes, para além do ensino superior, acabará sendo suprida de alguma forma, em cada localidade, por meio da organização da estrutura curricular proposta pelos estabelecimentos privados ao longo do século XIX, através dos colégios e aulas particulares, como poderá ser observado no ensino secundário oferecido na cidade do Rio Grande.

No Relatório produzido pelo Vice-presidente da Província Luiz Alves Leite de Oliveira Bello e entregue à Presidência em 1855, cujo Presidente era o Barão de Muritiba, consta a seguinte declaração sobre o Liceu D. Afonso: “acha-se em completa desorganisação o unico estabelecimento publico de instrucção secundaria, que ha n’esta provincia” (RELATÓRIO, 1855, p. 20). O Conselheiro Barão de Muritiba em seu Relatório entregue ao novo Presidente da Província, General Jeronymo Francisco Coelho, em 1856, trata da seguinte forma as conjunturas que enfrentava o Liceu:

As cadeiras do lycêo, unico estabelecimento publico de instrucção secundaria da provincia, são apenas as de língua franceza e latina, de historia, geographia, e a de arithmetica e geometria; de língua latina, ingleza e franceza existem 4 cadeiras nas cidades do Rio Grande e Pelotas, frequentadas por 44 alumnos. [...] Está vaga a cadeira de philosophia racional e moral, por ter sido licenciado o seu professor sem tempo definido [...] A cadeira de rhetorica foi supprimida como a de allemão e inglez. Melhor seria acabar inteiramente com o lycêo do que tê-lo em condições tão anormaes, posto que eu creio, que ainda mesmo estabelecido o curso completo de humanidades, não haverá para ahi grande concurrencia de alumnos (RELATÓRIO, 1856, p. 34).

Este Relatório ainda acrescenta uma informação relevante sobre a instrução secundária particular na Província, apontando que existiam, naquele

período, nove estabelecimentos particulares: quatro localizados em Porto Alegre, três na cidade do Rio Grande, um em Pelotas e um no Rio Pardo (RELATÓRIO, 1856). Dados que demonstram que Rio Grande, nesse período, já possuía uma oferta considerável de instituições de ensino secundário para o município e região sul, fator que irá se ampliar no decorrer do século.

Cabe destacar que segundo o Regulamento para a instrução primária e secundária da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1857, os alunos que concluíssem o curso completo do Liceu teriam as seguintes vantagens, conforme o Artigo 88º: “§1º. Será preferido para os empregos provinciales independentes de exames. § 2º. Ficará isento das provas de capacidade para exercer o magisterio da instrução primaria” (REGULAMENTO, 1857 apud TAMBARA; ARRIADA, 2004, p. 63). Essas vantagens eram semelhantes ao que era oferecido aos alunos que concluíssem o curso completo no Collegio Pedro II, para obtenção do diploma de Bacharel em Letras, que também garantia a matrícula nas Academias do Império, sem a necessidade de realizar os exames de preparatórios. Contudo, mesmo com esses privilégios, a procura pelo ensino secundário público oferecido pelo Liceu da capital só declinava com relação à procura pelo ensino secundário privado.

No primeiro semestre de 1859, a Província contava com 18 estabelecimentos privados de instrução secundária, que contavam com a frequência de 413 alunos do sexo masculino e 176 do feminino (RELATÓRIO, 1859). No Relatório de novembro de 1859 consta a seguinte informação sobre o cenário particular:

As aulas particulares de instrução secundaria são em numero de cinquenta, pertencendo quarenta e quatro ao sexo masculino, e seis ao feminino. O numero dos alumnos que as frequentão de um e outro sexo é de duzentos cinquenta e dous (RELATÓRIO, 1859, p. 27-28).

A próxima tabela (Tabela 1) é uma adaptação dos dados obtidos através deste Relatório que foi apresentado à Assembleia Provincial pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão (1859) e demonstra a presença da iniciativa privada no ensino secundário nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande¹⁷, com destaque para as instituições voltadas ao ensino masculino.

¹⁷ No quadro presente no Relatório são elencadas as instituições particulares de instrução

Tabela 1: Dados sobre a instrução secundária particular na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1859

Município	Número de aulas Sexo masculino	Número de alunos Sexo masculino	Número de aulas Sexo feminino	Número de alunos Sexo feminino
Porto Alegre	19	128	6	30
Rio Grande	10	35	-	-
Pelotas	15	59	-	-
Total	44	222	6	30

Fonte: RELATÓRIO, 1859, p. 28.

É significativo ponderar que esses dados, apresentados na tabela anterior, são aqueles obtidos a partir do envio de documentação pelas próprias instituições e, como a fiscalização não era periódica, é preciso relativizá-los, afinal poderia existir um número maior de aulas do sexo feminino nas cidades de Pelotas e Rio Grande, por exemplo, e que não foram contabilizadas por este levantamento. Em 1864, a Província já contava com 25 estabelecimentos particulares de ensino secundário (RELATÓRIO, 1864). É preciso frisar que neste mesmo período surge, em Porto Alegre, uma instituição de ensino secundário privado que teve uma trajetória marcante na história da educação da Província, o *Collegio Gomes*.

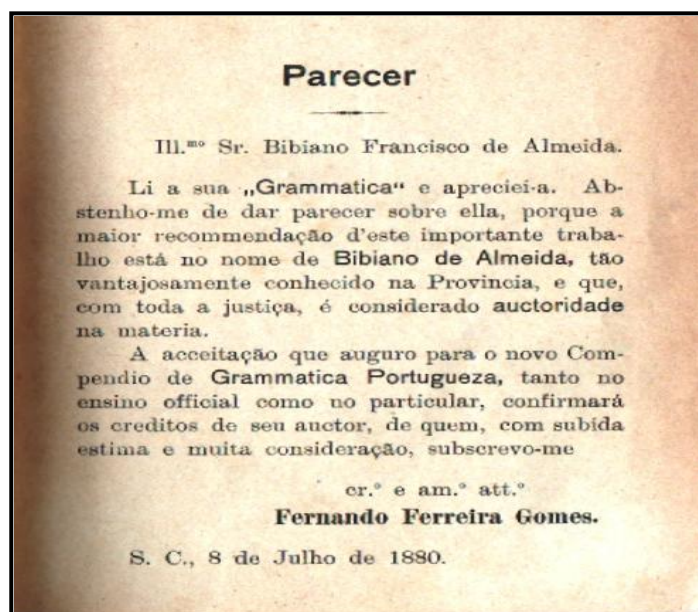
A instituição, que recebe o nome do seu diretor, professor Fernando Ferreira Gomes¹⁸, foi criada na década de 1860 e oferecia o curso primário e o secundário. Dentre o rol de alunos ilustres, que vinham inclusive do interior para estudar na capital, estão: Barros Cassal, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Landell de Moura e Protásio Alves (RIBEIRO, 2007). O professor Fernando Gomes além dirigir e atuar no Colégio Gomes também lecionava em

primária e secundária. Além das cidades mencionadas na Tabela 1, o quadro também fornece dados dos municípios de Alegrete, Caçapava, Cachoeira, Uruguai, Santana do Livramento, Encruzilhada e São Leopoldo. Contudo, apenas as cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas possuíam estabelecimentos de ensino secundário privado nesse período (RELATÓRIO, 1859).

¹⁸ Segundo Tambara (2003) o Prof. Fernando Gomes nasceu em Porto Alegre em 03 de maio de 1830, falecendo em 28 de dezembro de 1894. Realizou os estudos preparatórios e a Escola Central no Rio de Janeiro em 1845-1846, foi professor em Vassouras/RJ de 1849 a 1852 retornando à Porto Alegre em 1853, onde fundou e dirigiu o Colégio Gomes até 1878. Foi poeta e autor didático, publicando as seguintes obras: "*Tratado da Divisibilidade dos Números*. Porto Alegre; *Curso Graduado de letra manuscrita*. Porto Alegre: Selbach, 1897, 98p; *Nova gramática analítica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1881, 626p" (TAMBARA, 2003, p. 122). Para conhecer mais sobre a vida do professor Fernando Gomes ver a obra: RIBEIRO, Celia. **Fernando Gomes**: um mestre no século XIX. Porto Alegre: L&PM, 2007.

outras instituições e participava como membro de bancas examinadoras, além de dar pareceres sobre livros didáticos. Um exemplo desses pareceres é o que foi feito para o *Compendio de Grammatica Portugueza* do professor Bibiano Francisco de Almeida publicado na década de 1880 (Figura 2):

Figura 2: Parecer presente no livro *Complemento do Compendio de Grammatica Portugueza* de Bibiano Francisco de Almeida (1888)



Fonte: *Complemento do Compendio de Grammatica Portugueza* de Bibiano Francisco de Almeida ou exercicios de analyse phraseologica e lexicológica da oração portugueza para uso dos estudantes d'esta língua pelo mesmo autor. Primeira edição. Porto Alegre: Rodolpho José Machado, Livreiro Editor, 1888. Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Vale destacar que o Prof. Bibiano de Almeida integrou o corpo docente do Colégio Gomes e também atuou em outras instituições da Província¹⁹, dirigindo, inclusive, colégios particulares nas cidades de Pelotas e Rio Grande, como será abordado no capítulo seguinte. Ainda sobre o Colégio Gomes, conforme aponta Arriada (2007, p. 104), este “não apenas era o preferido da

¹⁹ Segundo Relatório de 1872, o professor Bibiano Francisco de Almeida foi nomeado interinamente para revezar com os professores: cônego José Gonçalves Vianna e Porfírio Barbosa Madureira, as cadeiras de Latim, Filosofia e Gramática Portuguesa na Escola Normal (RELATORIO, 1872, p. 19). Também atuou no Liceu D. Afonso e posteriormente foi contratado para trabalhar no Ateneu Rio-Grandense ministrando a disciplina de Português (ARRIADA, 2007, p. 85).

elite porto-alegrense, como se tornou modelo para os demais”. Para o autor, o ensino privado se consolidou como superior perante o ensino público, sendo reconhecido inclusive pelas autoridades públicas (ARRIADA, 2007). O professor Fernando Gomes também foi indicado para assumir o cargo de diretor do Ateneu Rio-Grandense, fato que reforça sua relevante atuação no ensino secundário privado gaúcho.

Ensino secundario – ‘E de opinião o inspector geral que emquanto não for estabelecido no Athenêo Rio Grandense o internato creado por lei, a instrucção publica secundaria continuará paralsada, fazendo-se sem proveito não pequena despeza com o seu pessoal. [...] Com a criação do internato espera o inspector da instrucção publica que se consigão melhores resultados e propôz para exercer o lugar de director o cidadão **Fernando Ferreira Gomes**, cujas habilitações especiaes não precisão de recommendação (FALLA, 1873, p. 10, grifo nosso).

Em 1871, foram mapeados 108 estabelecimentos particulares de instrução primária e secundária, frequentados por 4.402 alunos, sendo que 2.935 eram do sexo masculino e 1.467 do sexo feminino. Ao passo que no Liceu, principal instituição pública de ensino secundário da Província, foi registrada a matrícula de 24 alunos, sendo que 11 desistiram e apenas 13 realizaram os exames finais (FALLA, 1872, p. 12). Esses dados estatísticos apontam que existia uma demanda de interessados em cursar o ensino secundário na Província, mas que esse público não reconhecia o Liceu como uma instituição modelo tal como era considerado o Collegio Pedro II, provavelmente por suas diversas carências, como a falta de um prédio próprio, a precariedade do seu funcionamento, o fato de não possuir um internato para receber os estudantes do interior, bem como as inúmeras reformas curriculares (ARRIADA, 2007). Esse público buscava nas suas cidades ou até mesmo na capital, os estabelecimentos particulares como principal meio de dar continuidade a uma formação intelectual em nível secundário.

De longa data, perpetuava-se à crise do Liceu D. Afonso, cada vez mais havia uma diminuição dos alunos; propostas e reformulações eram elaboradas sem, contudo obstaculizar o mau funcionamento; diversas cadeiras continuavam vagas; era rotineira a ausência não justificada de vários professores; continuava o mesmo funcionando em prédios inadequados e alugados; a falta de material didático era constante, não existindo às vezes nem um simples dicionário ou uma gramática [...] (ARRIADA, 2007, p. 81).

Após longos anos de instabilidade, o Liceu D. Afonso é fechado a partir

da Lei Provincial nº 777 de 04 de maio de 1870 e em seu lugar é criado o Ateneu Rio-Grandense, sendo estabelecido em 1871 (ARRIADA, 2007). Todavia, o Ateneu tem uma curta trajetória como estabelecimento público de ensino secundário na Província, sendo fechado em 1873.

Tanto o Liceu D. Afonso como depois o seu sucedâneo Ateneu Rio-Grandense passaram por um longo processo desestabilizador haja visto os vários regulamentos que em diversos momentos modificavam o curso, às vezes de duração de 4 anos outras de 5 anos, mudanças profundas no currículo, adoção de novos métodos, tentativas de implantação de um internato. Essas faltas de certezas e uma política incoerente e desorganizada acabaram minando profundamente a possibilidade de um bom funcionamento do Liceu (ARRIADA, 2007, p. 89).

Nessa perspectiva, o autor afirma que a desoficialização do ensino secundário na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi uma consequência do modelo de educação adotado no Brasil no século XIX. Sendo assim, o ensino secundário privado tornou-se o grande responsável por garantir a formação necessária para os que desejavam ingressar no ensino superior por meio dos exames de preparatórios. As tentativas do governo provincial em aprimorar e manter o Liceu D. Afonso e posteriormente o Ateneu Rio-Grandense, únicos estabelecimentos públicos de ensino, acabaram por sucumbir, sendo decretada “a falência de um ensino seriado, longo e metódico” (ARRIADA, 2007, p. 6) na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo em que decrescia a frequência aos liceus, multiplicavam-se as matrículas nos melhores e nos piores estabelecimentos particulares de ensino. [...] satisfaziam os estabelecimentos particulares os mais diversos interesses. Para servir àqueles que, contando com a desmoralização dos exames, buscavam o preparo rapidíssimo destinado a salvar as aparências, lá estavam os milagreiros a vender sua mercadoria a bom preço... Se desejassem os pais melhor preparo para os seus filhos, lá estavam, também, os melhores colégios particulares que, tangidos pela concorrência e pela perspectiva dos lucros, tinham, a acoroçoar seu zelo, estímulos desconhecidos aos professores das aulas públicas. Com a decadência dos liceus que definhavam a minguada de alunos, achava-se quase que exclusivamente confiado à iniciativa particular o ensino secundário nas Províncias (HAIDAR, 2008, p. 84-85).

Nos Relatórios referentes ao estado em que se encontrava o ensino secundário na Província, o Governo se manifestava com pesar por não contar mais com um estabelecimento público de instrução secundária pois, além do

Ateneu, a única aula de Francês²⁰ pública que existia na cidade do Rio Grande também foi fechada em 1873 (SCHNEIDER, 1993). Contudo, mesmo com a falta de instituições públicas, o Governo reconhecia que a iniciativa privada estava, de certa maneira, preenchendo essa lacuna na educação, tecendo sua leitura a partir do número de aprovados nos exames de preparatórios que tiveram início em novembro de 1874 na cidade de Porto Alegre²¹.

Não funcionando o estabelecimento destinado á instrucção secundaria na província, é ella ministrada unicamente nos diversos collegios particulares existentes, e a leitura da estatística das approvações nos exames preparatórios feitos no anno findo deixa vêr que esta parte do ensino é nelles vantajosamente cuidada (FALLA, 1876, p. 22).

No Relatório da Instrução Pública de 1883, referente ao ensino secundário na Província, consta que os estabelecimentos particulares eram o único meio de receber esse grau de instrução. Como destaque, o Relatório cita alguns desses estabelecimentos: “[...] nesta capital: o Gymnazio S. Pedro, o Instituto Brasileiro, o collegio Souza Lobo e o collegio Vert; em Pelotas, o collegio Sul Americano; e em São Leopoldo o dos Jesuitas” (RELATÓRIO, 1883, p. 9).

Como destacado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Graciano Alves de Azambuja, em outras cidades da Província a iniciativa privada também se sobressaía no que diz respeito à oferta de ensino secundário. A constituição do ensino privado na cidade de Pelotas no século XIX foi mapeada através das pesquisas de Helena de Araújo Neves (2007; 2012) por meio da propaganda impressa preservada nos jornais locais. Essa extensa pesquisa permitiu identificar as semelhanças e particularidades existentes entre a capital, a cidade de Pelotas e a cidade do Rio Grande, no que diz respeito ao ensino secundário privado.

Neves (2012) afirma que para cada século analisado em suas

²⁰ Segundo o Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública apresentado pelo Diretor Fausto de Freitas e Castro de 1874, consta no item *Instrucção Secundaria* que: “A Assembleia Provincial, em sua ultima sessão, suspendeu o ensino secundario ao Atheneu Rio Grandense, bem como o da lingua franceza na cidade do Rio Grande – Art. 8º da lei n. 882 de 5 de maio de 1873” (RELATÓRIO, 1874, p. 8).

²¹ “Estes exames, tanto de línguas quanto de sciencias, creados nas provincias pelo decreto n. 5.429 de 2 de outubro do anno passado, tiveram começo nesta capital, em virtude da autorisação do Exm. Sr. Ministro do Imperio, em aviso de 28 de Setembro ultimo, no dia 9 de novembro do anno passado” (FALLA, 1875, p. 15).

pesquisas, houve ciclos específicos envolvendo o ensino privado de Pelotas. O século XIX, delimitação temporal deste estudo, foi classificado como fazendo parte do que ela denomina de primeiro ciclo, no qual a autora destaca que:

[...] a educação era ofertada ao mercado por um proprietário ou por um grupo de docentes, que a ofereciam a educação em um processo mais sofisticado do que as aulas avulsas existentes na cidade. Nos colégios, diferentemente das aulas avulsas, os professores dividiam as disciplinas com outros docentes ficando responsáveis por áreas do conhecimento. É uma fase eminentemente privada, caracterizada por um sistema claramente capitalista mercantil (NEVES, 2012, p. 143).

Ao analisar este primeiro ciclo, que vai de 1832 a 1895, a autora apresenta uma relação das principais instituições pelotenses de ensino privado. Nesse sentido, Neves organizou um inventário das instituições escolares que mantinham, junto à imprensa local, um registro de sua trajetória por meio de seus anúncios. É significativo destacar o crescimento da oferta de ensino na cidade ao longo do século XIX:

Em 1847 havia 11 escolas públicas e particulares em Pelotas, em 1861 passam a existir 14 escolas. No ano de 1873 esse número cresce para 28 escolas, já em 1891 ela contava com um total de 46 escolas (NEVES, 2012, p. 154).

Dos colégios citados na pesquisa de Neves (2007; 2012), cabe observar que, além de divulgarem suas instituições na imprensa pelotense, eles também buscavam atrair alunos na cidade vizinha, fato que será objeto deste estudo. Um desses exemplos é o *Collegio Pelotense*, que no arrolamento de Neves, aparece apenas como instituição de ensino primário, masculina, com recorrência de anúncios nos anos de 1877 a 1880, somando um total de 49 propagandas em três anos de atuação (NEVES, 2012, p. 147). Contudo, já no final da década de 1850 encontra-se um anúncio na imprensa rio-grandina (Figura 3), de uma instituição privada, com a mesma denominação cujo diretor era o professor Emilio Francisco Grauert, mas que antecede o recorte temporal das pesquisas desenvolvidas por Neves (2007; 2012). Instituições com a mesma nomenclatura eram recorrentes nesse período, porém, neste caso, nota-se que não se trata do mesmo estabelecimento de ensino (NEVES, 2007). Desse modo, julga-se importante acrescentar essa instituição no inventário pertencente à História da Educação de Pelotas.

Figura 3: Anúncio do *Collegio Pelotense* dirigido pelo Prof. Emilio Francisco Grauert.

**COLLEGIO
PELOTENSE**
(*Praça do Mercado, sobrado da Sra. D.
Rosaura Viana.*)

O abaixo assignado, já vantajosamente conhecido n'esta cidade e na do Rio Grande, acaba de estabelecer um *collegio de ensino primario e secundario*. O mesmo colloca afoutamente o seu novo estabelecimento sob a generosa protecção do illustrado publico, cuja confiança elle tem a certeza de merecer tanto por uma dedicação incansavel, como pela habilitação que tem adquirido pela pratica e os estudos de muitos annos. Estante nos estudos pedagogicos, feitos n'uma das melhores universidades da Europa, e ajudado por professores mui habilitados, ella espera não desmentir a expectação dos illustres pais de familias fundada nos felizes resultados que teve a satisfação de apresentar.

OBJECTOS DE ENSINO.

1.º ENSINO PRIMARIO.— Leitura, escripta, arithmetica até os quebrados, doutrina christã.

2.º ENSINO SECUNDARIO.— Gramatica nacional, Francez, Inglez, Latim, Allemão. Grego; arithmetica completa, algebra, geometria, e trigonometria; historia universal, esagrada; historia do Brasil; geographia, historia natural; principios de physica e chimica; philosophia; rhetorica; logica; psychologia.

BELLAS ARTES.— Musica instrumental e vocal; dança; gymnastica, desenho.

PENSÕES E GRATIFICAÇÕES.

Ensino primario.		
Pensionistas internos.		25\$000 mensaes.
Meios pensionistas.		14\$000 "
Externos.		5\$000 "
Ensino secundario.		
Pensionistas internos.		32\$000 "
Meios pensionistas.		18\$000 "
Externos.		10\$000 "

As pensões e meias pensões serão pagas por timestre adiantadas; os externos pagarão mensalmente.

As aulas de musica instrumental, de dança, e de desenho serão pagas por 4\$000 rs. mensaes.

O collegio encarega-se da lavagem da roupa dos alumnos internos, cujos pais assim quizerem, mediante a retribuição de 4\$000 rs. mensaes.

Cada alumno interno deve trazer apparel de costume, como: uma camisa, plote, mesa de gaveta, pentes e escovas de dentes e de fato, lavatorio com hachá e jarro, etc.

O collegio se encarrega do fornecimento dos artigos mencionados, se os Srs. pais assim o desejarem.

Pelotas, 24 de agosto de 1858.

O Director.—*Emilio Francisco Grauert.*

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 30 de agosto de 1858.

Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

É significativo esclarecer que o professor Emilio Francisco Grauert, antes de fundar seu estabelecimento de ensino em Pelotas, cria uma instituição na cidade do Rio Grande, juntamente com o professor Carlos Wichmann. Mesmo sem um nome definido²², o colégio é aclamado na imprensa rio-grandina que aguarda ansiosa por mais um colégio de meninos:

²² Em anúncio do dia 6 de janeiro de 1857 o professor Emilio Grauert apresenta à comunidade o *Pedagogio Rio-Grandense*, instituição particular de instrução primária e secundária que passaria a funcionar no dia 7 de março de 1857 na Rua da Praia n. 167 (DIARIO DO RIO GRANDE, 6 de janeiro de 1857).

RIO GRANDE – Felizmente podemos anunciar que a cidade do Rio Grande conta hoje com mais um collegio para o ensino de meninos. O Sr. Emilio Francisco Grauert, natural d'Allemanha, moço conhecedor de vários idiomas e de muita intelligencia, cursado nos estudos pedagógicos, pensa em breve abrir um collegio na rua da Praia, sobrado em frente ao da moradia do Sr. P.F. Nunes. O interesse que essa nova propaganda da civilização trará á juventude rio grandense é garantia que podemos dar aos Srs. interessados pelo bom methodo, ordem e qualidade dos insinos applicaveis no futuro collegio: basta dizer que o seu director, o Sr. Grauert, é muito conhecido entre nós, além do que faz parte da direcção o Sr. Carlos Wichmann (DRG, 03/03/1856).

Através da imprensa, é possível identificar a transferência do professor Emilio Grauert para atuar na cidade de Pelotas. Tal fato se dá no final de 1857, quando este assume a direção do *Collegio de São Francisco de Paula* que também tinha em seu corpo dirigente o professor Carlos Von Koseritz²³.

DECLARAÇÃO – O abaixo-assinado, director do collegio de S. Francisco de Paula, faz publico, que n'esta data associou o Sr. Emilio Francisco Grauert na direcção do mesmo estabelecimento. Pelotas, 17 de novembro de 1857. Carlos de Koseritz (DRG, 19/11/1857).

Posteriormente, Emilio Grauert fundará o *Collegio Pelotense* e no ano de 1859 contará com o professor Eduardo Grauert como vice-diretor da instituição (DRG, 19/06/1859). Nesse período, o colégio contava com conhecidos professores de Pelotas e Rio Grande em seu corpo docente, como, por exemplo, os professores Antonio de Vasconcellos Vieira Diniz, Emilio de Missimy e Isidoro Paulo de Oliveira, além dos diretores. Vale destacar que Eduardo Grauert fundará, na década de 1860, o *Collegio União*, na cidade do Rio Grande, o qual será devidamente analisado no capítulo seguinte.

Outra instituição, que também era anunciada na cidade do Rio Grande, no mesmo período era o *Collegio Clarmont*, colégio particular dirigido pelo professor Carlos Clarmont. Compreendemos que este estabelecimento também merece ser apresentado neste estudo a fim de agregar novas

²³ Karl von Koseritz, também conhecido como Carlos de Koseritz atuou como professor particular nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande ao longo do século XIX. Segundo Arriada (2007, p. 112): “Não apenas como professor, mas acima de tudo como intelectual, Koseritz teve uma participação ativa na intelectualidade rio-grandense. Foi escritor, jornalista, político, deputado, professor, agente da imigração. [...] Em 1856, na cidade de Pelotas atua como professor do Colégio União, educandário dirigido por seu amigo Telêmaco Bouliech. Em 1857, transfere-se para Rio Grande onde passa a ministrar aulas no Colégio de Thibaut, além de fundar e dirigir o Ateneu Rio Grandense, nessa mesma cidade, instituição de ensino primário e secundário”.

informações para a História da Educação de Pelotas. Cabe destacar que este estabelecimento funcionou na cidade do Rio Grande sendo transferido para a cidade de Pelotas no primeiro semestre de 1859, conforme anúncio (Figura 4). Por razão dessa transferência que teve como foco principalmente os estudantes da cidade, acredita-se que este anúncio em específico possa ter circulado apenas na imprensa rio-grandina. Essa hipótese é plausível já que em janeiro de 1859 ainda circulava na cidade que a instituição daria continuidade aos trabalhos normalmente:

Colégio Clarmont – Continuarão no anno de 1859 os trabalhos d'este estabelecimento, abrindo-se as aulas no dia 7 de janeiro. A instrucção secundaria ficará a cargo do director, nas materias que lhe competir, coadjuvado no ensaio das outras materias por professores habilitados. A classe preparatória ou dos menores será regida por um professor especial habilitado por uma larga pratica no magistério. O abaixo-assignado julga opportuno fazer as seguintes modificações no seu primeiro prospecto: d'aqui por diante a pensão dos externos se pagará mensalmente e adiantada como segue. Externos, seguindo um só curso dos idiomas francez, inglez ou latim – 10\$000. Os mesmos seguindo dous cursos 12\$000. Tendo a experiencia demonstrado os inconvenientes de uma excessiva complicação nos estudos, a nenhum alumno será permittido seguir simultaneamente mais de duas aulas nas materias sobreditas. Os externos que seguirem exclusivamente o curso do ensino primário pagarão 6\$000 por mez adiantados. As condições da admissão como as contribuições dos pensionistas e meios pensionistas, ficam sem alteração. O desenho será retribuído separadamente com 3\$ rs mensaes. Rio Grande, 24 de dezembro de 1858. Carlos Clarmont (DRG, 01/01/1859).

Outra hipótese possível é que esta instituição não chegou a se consolidar nas décadas seguintes na cidade de Pelotas e por isso, não se encontram vestígios de sua propaganda impressa nos jornais locais²⁴.

²⁴ Cabe mencionar que no levantamento realizado por Helena Neves (2012) o único jornal analisado foi o Diário Popular, portanto, podemos considerar a possibilidade do *Collegio Clarmont* optar por divulgar suas atividades em outros jornais locais.

Figura 4: Anúncio do *Collegio Clarmont* na cidade de Pelotas, dirigido pelo Prof. Carlos Clarmont.

Collegio
CLARMONT.

Na cidade de Pelotas.

Carlos Clarmont, director do sobredito collegio, competentemente autorizado, tem a honra de participar aos Illmos. Srs. habitantes da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, que transferio o seu estabelecimento da cidade do Rio Grande para a de Pelotás, onde abrir-se-hão os cursos annunciados pelo presente prospectus, a principiar do dia 1º de abril de 1859, no sebrado situado pa do Comercio n. 42.

O abaixo assignado além de ser coadjuvado por professores habilitados, confia merecer a adhesão dos Srs. pais de familias, baseando esta esperança, não só nas suas habilitações adquiridas em muitos annos de estudo e de pratica, como também pelos cuidados paternaes que sempre foram e serão prodigalizados aos pensionistas pela propria familia do director.

Ensino primario.

Lei ura, calligraphia, arithmetica, grammatica, doutrina, gisteria sagrada, eographia.

Ensino secundario.

Lingua nacional, latin, francez, inglez, contabilidade e escripturação commercial, mathematicas, geographia completa, historia antiga e moderna.

Classes accessorias.

DESENHO, MUSICA E ESGRIMA.

OS PREÇO, PAGOS ADIANTADOS, SÃO OS SEGUINTEs.

Instrucção primaria,

Pensionistas.	25\$000
Meios Pensionistas	14\$ 00
Externos	5\$000

Instrucção secundaria.

Pensionistas.	32\$000
Meios pensionistas.	18\$000
Externos	10\$000

O estabelecimento encarrega-se da lavagem de roupa mediante a quantia de 4\$000 mensaes.

CURSO PARTICULAR.

O curso particular tera lugar de noite, principiando as 7 horas ate as 9, ao qual poderam assistir todas as pessoas que desejarem a prender francez, inglez, contabilidade e escripturação commercial e esgrima, mediante a quantia de 5\$000 por cada um dos ramos designados.

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 30 de março de 1859.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Ainda sobre o anúncio do *Collegio Clarmont* vale destacar a oferta de um curso particular noturno, além do ensino primário e secundário que eram oferecidos pela instituição. Esse curso noturno sinaliza uma nova abordagem dos colégios e aulas particulares que irão se estabelecer no decorrer do século XIX. Na cidade do Rio Grande não será diferente, como será abordado no próximo capítulo, e muitas instituições oferecerão, em turnos inversos ao horário de trabalho no comércio e na indústria local, aulas de Línguas estrangeiras, de Escrituração Mercantil e Contabilidade. No caso do colégio Clarmont, este oferecia em seu curso “francez, inglez, conptabilidade escripturação commercial e esgrima” (DIARIO DO RIO GRANDE, 30 de março de 1859).

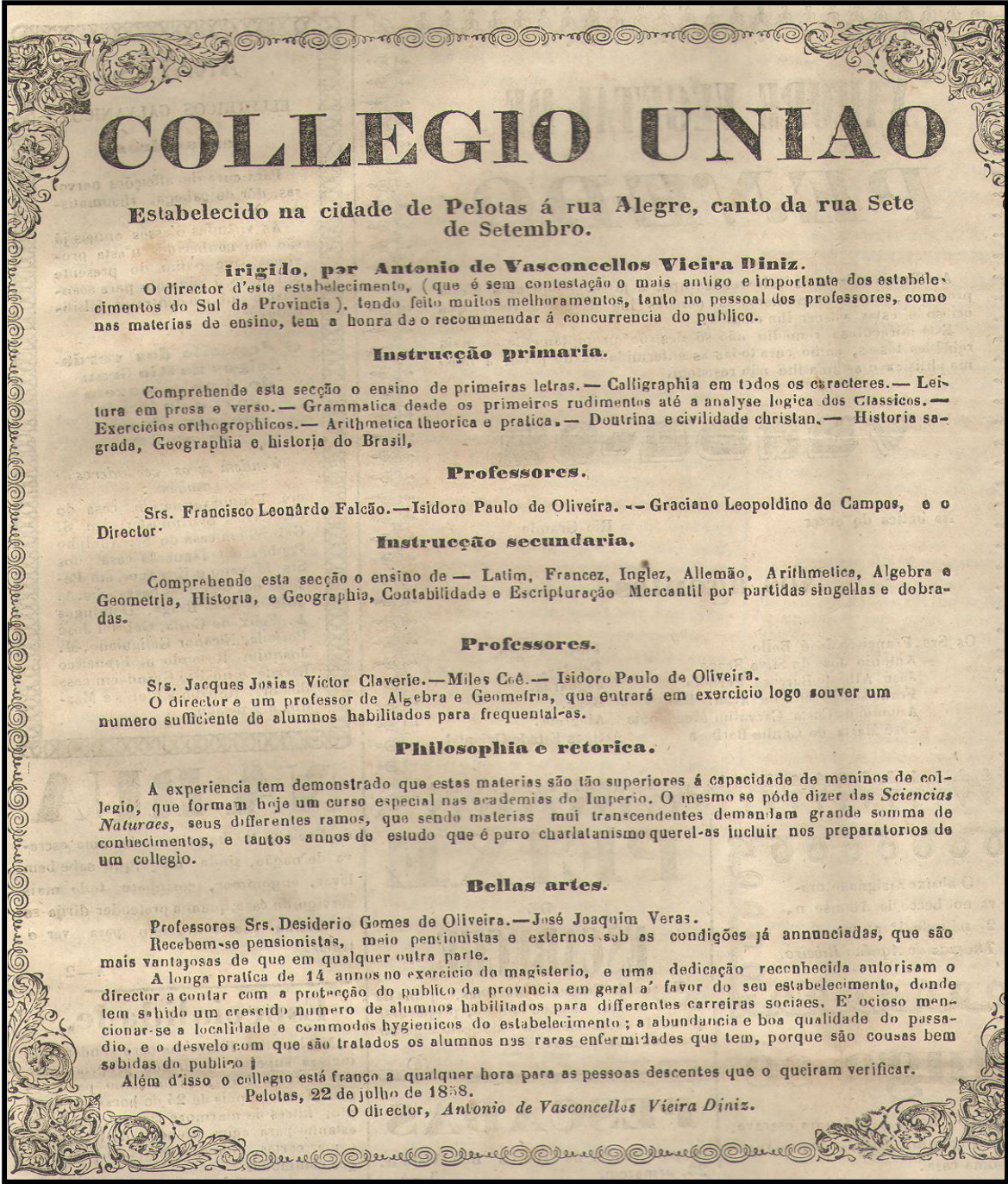
O *Collegio União*, outra instituição pelotense de ensino secundário particular, passa a publicar regularmente seus anúncios na imprensa rio-grandina na década de 1850. Essa nomenclatura foi marcante nesse período, pois na cidade do Rio Grande também foi criado um *Collegio União* na década de 1860²⁵. Em julho de 1854, o colégio União anuncia a criação do estabelecimento, o qual oferecerá a formação primária e secundária aos interessados, bem como uma estrutura de externato, semi-internato e internato.

COLLEGIO UNIÃO - dirigido por Antonio de Vasconcellos Vieira Diniz e João Felipe Sowersby – estabelecido na cidade de Pelotas na Rua Alegre canto da Rua do Poço. Abrir-se-á este estabelecimento de instrucção primaria e secundaria do 1º mez de agosto p.f. em diante. As principaes materias serão leccionadas pelos directores, sendo as demais por habeis professores (DRG, 10/07/1854).

No primeiro semestre de 1858, nota-se a dissolução da sociedade entre os professores e a instituição passa a contar apenas com um único diretor (Figura 5). Conforme o anúncio de julho de 1858, a instituição se apresenta como “o mais antigo e importante dos estabelecimentos do Sul da Província” (DRG, 31/07/1858).

²⁵ O *Collegio União*, localizado na cidade do Rio Grande foi criado e dirigido pelo Professor de língua inglesa, Eduardo Grauert e posteriormente passa a ser dirigido por diferentes professores, mantendo a mesma nomenclatura até o início dos anos de 1880 quando encerrará suas atividades no município.

Figura 5: Anúncio do Collegio União da cidade de Pelotas, dirigido pelo professor Antonio de Vasconcellos Vieira Diniz.



COLLEGIO UNIAO

Estabelecido na cidade de Pelotas á rua Alegre, canto da rua Sete de Setembro.

Dirigido, por Antonio de Vasconcellos Vieira Diniz.

O director d'este estabelecimento, (que é sem contestação o mais antigo e importante dos estabelecimentos do Sul da Provincia), tendo feito muitos melhoramentos, tanto no pessoal dos professores, como nas materias de ensino, tem a honra de o recomendar á concurrencia do publico.

Instrucção primaria.

Comprehende esta secção o ensino de primeiras letras. — Calligraphia em todos os caracteres. — Lectura em prosa e verso. — Grammatica desde os primeiros rudimentos até a analyse logica dos Classicos. — Exercícios orthographicos. — Arithmetica theorica e pratica. — Doutrina e civilidade christã. — Historia sagrada, Geographia e historia do Brasil,

Professores.

Srs. Francisco Leonárdo Falcão. — Isidoro Paulo de Oliveira. — Graciano Leopoldino de Campos, e o Director.

Instrucção secundaria.

Comprehende esta secção o ensino de — Latin, Francez, Inglez, Allemão, Arithmetica, Algebra e Geometria, Historia, e Geographia, Contabilidade e Escripção Mercantil por partidas singellas e dobradas.

Professores.

Srs. Jacques Josias Victor Claverie. — Miles Coé. — Isidoro Paulo de Oliveira.

O director e um professor de Algebra e Geometria, que entrará em exercício logo souber um numero sufficiente de alumnos habilitados para frequental-as.

Philosophia e retorica.

A experiencia tem demonstrado que estas materias são tão superiores á capacidade de meninos do collegio, que formam hoje um curso especial nas academias do Imperio. O mesmo se pôde dizer das *Sciencias Naturaes*, seus diferentes ramos, que sendo materias mui transcendentis demandam grande somma de conhecimentos, e tantos annos de estudo que é puro charlatanismo querel-as incluir nos preparatorios de um collegio.

Bellas artes.

Professores Srs. Desiderio Gomes de Oliveira. — José Joaquim Veras.

Recebem-se pensionistas, meo pensionistas e externos sob as condições já annunciadas, que são mais vantajosas de que em qualquer outra parte.

A longa pratica de 14 annos no exercicio da magisterio, e uma dedicação reconhecida autorisam o director a contar com a protecção do publico da provincia em geral a' favor do seu estabelecimento, donde tem sahido um crecido numero de alumnos habilitados para diferentes carreiras sociaes. E' ocioso mencionar-se a localidade e commodos hygienicos do estabelecimento; a abundancia e boa qualidade do passadio, e o desvelo com que são tratados os alumnos nas raras enfermidades que tem, porque são cousas bem sabidas do publico.

Além d'isso o collegio está franco a qualquer hora para as pessoas descentes que o queiram verificar.

Pelotas, 22 de julho de 1858.

O director, Antonio de Vasconcellos Vieira Diniz.

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 31 de julho de 1858.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

No final do ano de 1858, a instituição sofre novas alterações em seu corpo dirigente e o Professor Antonio José Rodrigues Pereira passa a fazer parte do corpo docente e a atuar também como diretor do colégio. Nesse

momento, a instituição passa a assinar os anúncios como Vasconcellos & Pereira (Figura 6).

Figura 6: Anúncio do Collegio União da cidade de Pelotas, dirigido por Vasconcellos & Pereira.

COLLEGIO UNIÃO

ESTABELECIDO

Na cidade de Pelotas

à rua Alegre, canto da rua Sete de Setembro.

Antonio de Vasconcellos Vieira Diniz, e Antonio José Rodrigues Pereira, tendo feito uma associação n'este estabelecimento por um contracto publico, participam este melhoramento aos interessados. Toda a administração fica a cargo do socio, Antonio José Rodrigues Pereira, que reside no collegio com sua familia.

As reformas exigidas pela experiencia que brevemente se hão de effectuar, para maior vantagem e utilidade na educação e instrução dos alumnos, e a residencia da familia do socio gerente no estabelecimento, são uma nova garantia, para que o collegio continue a merecer a confiança e protecção dos Srs. pais de familia, a fim de que esta util instituição possa progredir.

O collegio continua a receber pensionistas, meios pensionistas, e externos, sob as seguintes condições, que são as mesmas de outr'ora.

Além dos alumnos já matriculados não se recebem os maiores de 16 annos.

academias do imperio, ou para outra carreira social.

Por agora os alumnos, que quizerem dedicar-se a qualquer estudo das Bellas-Artes, o collegio sómente proporcione uma das suas salas para isso; devendo todas as mais despesas com mestres, methodos, compendios, e instrumentos serem feitas por seus pais, ou correspondentes sem cujo assentimento não lhes será isso admitido.

As pensões, e meias pensões serão pagas por trimestres adiantados sem abatimento algum por ferias ou faltas; e sómente nos casos de molestia tratadas fóra do estabelecimento excedendo de um mez, perceberá o collegio metade da pensão, os externos pagarão mensalmente sob as mesmas condições.

Cada alumno pensionista pagará mais na occasião sómente da entrada a quantia de quarenta mil reis para o fornecimento dos objectos de ensino (a excepção de livros) e para occupação (enquanto demorar-se no collegio) dos moveis do seu uso, devendo trazer, alem de um uniforme economico, que o collegio tem adoptado para os alumnos nos passeios, um espelho, um pente fino, outro de alizar, uma escova de dentes, uma de fato, uma de cabelo, e uma thesoura para unhas.

Os alumnos que adoeccerem e forem tratados no collegio pagarão as despesas de medico e botica.

O socio gerente não poupará sacrificios, para elevar o estabelecimento ao ponto que exigem as conveniencias da sociedade, esperando a coadjunção dos Srs. pais de familias para a manutenção a prosecução d'este nobre empenho.

O collegio será franco para todas as pessoas competentes, que o quizerem honrar com suas visitas, e por se verificarem as vantagens offerecidas.

Pelotas, 20 de novembro de 1858.

Vasconcellos & Pereira.

Ensino primario.

Pensionistas	25\$000
Meios pensionistas	16\$000
Externos	5\$000

Esta secção comprehende o ensino das primeiras letras, grammatica nacional, arithmetica ate quebrados, doutrina christian, noções de historia sagrada; historia e geographia patria.

Ensino secundario.

Pensionistas	32\$000
Meios pensionistas	16\$000
Externos	10\$000

Comprehende esta secção os preparatorios para qualquer das

6-1

O colégio continuava contando com a mesma estrutura, recebendo alunos pensionistas e externos, mantendo praticamente intacta sua estrutura docente. É importante frisar que os dois diretores do *Collegio União*, Antonio José Rodrigues Pereira e Antonio de Vasconcellos Vieira Diniz, são mencionados como diretores de colégios particulares em Pelotas no Relatório da Instrução Pública apresentado em 1866. Em quadro organizado por Arriada (2007, p. 78), o colégio de Antonio Pereira contabilizava 129 alunos e o de Antonio Diniz contava com 101 alunos, números expressivos para os estabelecimentos de ensino secundário existentes no período. No entanto, os dois colégios particulares, existentes na cidade do Rio Grande na mesma época, também rivalizavam em quantidade de alunos com os colégios da cidade vizinha (Quadro 2).

Quadro 2: Relação dos colégios particulares de ensino secundário em 1865

LOCALIDADE	DIRETORES	ALUNOS MATRICULADOS
PORTO ALEGRE	Fernando Ferreira Gomes	170
	José de Noronha Nápoles Massa	57
	Carlos Hoeffler	15
	José das Dores Siqueira Rovisco	46
	Modesto Carvalho da Silva Rosa	70
PELOTAS	Antônio José Rodrigues Pereira	129
	José de Seixas	101
	Antônio de Vasconcelos Vieira Diniz	101
RIO GRANDE	José Vicente Thibaut	130
	Eduardo Grauert	130

Fonte: ARRIADA, 2007, p. 78 (quadro adaptado).

É importante ressaltar que os dados apresentados no quadro anterior foram apurados a partir dos relatórios e mapas entregues ao Inspetor Geral da Instrução Pública, informações que passaram a ser exigidas a partir da Reforma Couto Ferraz de 1854 e que foram reiteradas pelo Regulamento para a Instrução Primária e Secundária da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1857. Em ambas as Leis, consta um Capítulo Único, praticamente idêntico, que trata sobre o ensino particular primário e secundário, o qual determina que:

Os professores e directores de estabelecimentos particulares são obrigados: §1º. A remetter-se aos respectivos Delegados relatórios trimensaes de seus trabalhos, declarando o numero de alumnos, a

disciplina e compêndios adoptados e fazendo as observações que entenderem convenientes. §2º. A participar-lhes qualquer alteração que projectem no regimen dos seus estabelecimentos com a precisa antecedencia e solicitar autorisação para isso. §3º. A franquear-lhes as aulas, dormitórios e mais dependências dos estabelecimentos, no caso em que os queirão inspeccionar (REGULAMENTO, 1857 [2004], p.76).

Todavia, mesmo se tratando de uma exigência da legislação, as informações sobre os estabelecimentos de ensino particular continuavam incompletas, já que nem todas as instituições entregavam os documentos exigidos. Nesse sentido, é válido mencionar a possibilidade da existência de outros colégios no período em questão, mas que não foram contabilizados pelos Inspectores. Também é importante atentar para a situação da falta de fiscalização dos estabelecimentos de ensino neste período, o que acarreta situações de descaso com o envio das documentações exigidas pelo poder público. O Relatório de 1878, produzido durante a administração de Francisco de Faria Lemos, afirmava que: “Infelizmente é nulla a fiscalização escolar nesta província” (RELATÓRIO, 1878, p 55). Segundo Jaime Giolo,

A inspeção na Província funcionava mal. As distâncias, grandes para serem percorridas com precários meios de transportes e sobre caminhos difíceis e ruins, dificultavam o trabalho dos inspetores. Afora isso, os delegados nem sempre primavam pela severidade e espírito público. É que serviços não remunerados não funcionam, ou funcionam apenas as exceções (GIOLO, 1994, p. 92).

O ensino particular na década de 1870 passa a ser livre na Província, segundo a Lei nº 771 de 04 de maio de 1871²⁶, situação que corroborou para que a maioria das instituições particulares continuasse recusando-se a enviar os dados exigidos pela Inspeção Geral da Instrução Pública, mesmo sob pena de multa (SCHNEIDER, 1993). Compete destacar que essa lei antecipou as resoluções que foram apresentadas pela Reforma Leôncio de Carvalho de 1879, fato que demonstra as semelhanças nos temas presentes na legislação e “demonstra a generalização das discussões” (GIOLO, 2004, p. 479) sobre educação que estavam acontecendo em todo Império.

²⁶ A Lei 771 de 4 de maio de 1871 reformulou “o Conselho Diretor da Instrução Pública, dividiu a província em seis distritos literários, regulamentou o ensino privado, propôs reformas na escola normal, a reorganização do ensino primário e sua obrigatoriedade etc.” (GIOLO, 2004, p. 479).

Ainda sobre a questão da liberdade de ensino, a legislação beneficiou determinadas conjunturas para a instrução privada se consolidar ainda mais na Província, tal como a situação dos professores estrangeiros que podiam abrir aulas e colégios particulares sem possuir qualquer habilitação em língua portuguesa, condição que “dificultava aos alunos a aprendizagem do idioma nacional” (SCHNEIDER, 1993, p. 283). A atuação de estrangeiros na educação privada era recorrente nas principais cidades da Província, como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. No caso das cidades de Pelotas e Rio Grande²⁷ são observadas certas semelhanças no que diz respeito à carreira dos professores estrangeiros, uma vez que em um primeiro momento eles atuavam oferecendo aulas avulsas e, posteriormente, criavam um colégio e/ou eram associados ao corpo docente de instituições particulares já existentes na cidade (NEVES, 2007).

É significativo salientar que o ensino secundário na Província, ao longo do século XIX, consolidou-se como um ramo estratégico da iniciativa privada, reconhecido inclusive pelo poder público. Nessa perspectiva, coube ao governo provincial apenas “o papel de agência reguladora, regulamentando e fiscalizando o trabalho feito pelas escolas particulares” (GIOLO, 2004, p. 482).

Ao final do período imperial, a Província de São Pedro possuía um rol de instituições privadas de ensino secundário nas suas principais cidades, as quais eram responsáveis por instruir um grupo seletivo de estudantes interessados neste grau de instrução, cujo principal objetivo era auxiliar nos exames para o ingresso no ensino superior. Todavia, na cidade do Rio Grande, percebemos que esta formação secundária irá se consolidar como uma alternativa para outros grupos sociais que não estavam necessariamente interessados em seguir para as Academias do Império, demonstrando que este tipo de instrução na cidade foi adquirindo outro papel para além de capacitar os alunos para os exames de preparatórios. Logo, o próximo capítulo abordará, em específico, o contexto onde estavam inseridas essas instituições secundárias a fim de conhecer e compreender como se constituiu esse tipo de ensino em uma das povoações mais antigas da Província.

²⁷ Esse cenário será aprofundado no capítulo 5.

4. Rio Grande, uma cidade cosmopolita: o porto, o comércio e a indústria

Pesquisar a História da Educação do século XIX exige um estudo extenso e aprofundado de um determinado período em que os sujeitos históricos já não podem mais ser entrevistados e em que a cultura material pode ser considerada uma raridade. É um trabalho metódico, no qual, imergir em documentos, em sua maioria com mais de 150 anos, torna-se uma rotina, uma viagem no tempo, uma busca incansável por vestígios, indícios, sinais (GINZBURG, 2012) do que acontecia em uma das cidades mais antigas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a cidade do Rio Grande.

O povoado de Rio Grande²⁸ foi fundado em 1737 com a criação da fortaleza-presídio de Jesus-Maria-José, integrando o projeto expansionista português na região platina (PESAVENTO, 1982). Foi elevado à categoria de vila em 1747, vindo a se consolidar como o primeiro núcleo administrativo da Capitania, situação que só foi alterada em 1763 com a invasão espanhola²⁹. Neste período, houve um significativo retrocesso econômico, urbanístico e populacional, cenário que perdurou até 1776, quando houve a retomada lusitana do território (ALVES, 2007). Em 1835, Rio Grande é elevado à categoria de cidade e durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) chegou a ser sede do governo provincial. Conforme Alves (2007), no decorrer do século XIX, a cidade seguia se destacando no contexto sul-rio-grandense, o que demonstrava sua importância político-administrativa na Província.

Em 1860, quando o Rio Grande do Sul foi dividido em dois distritos eleitorais enquanto Porto Alegre sediava o primeiro, Rio Grande era a sede do segundo. Essa divisão provincial foi alterada, em 1881, para seis distritos eleitorais, e, como, Porto Alegre, Cruz Alta, Alegrete, Pelotas e Rio Pardo, a cidade do Rio Grande passava a ser a “cabeça” de um dos distritos, o quinto, que compreendia diversas localidades da zona centro-sul da Província (ALVES, 2007, p. 108).

²⁸ Conforme Paulitsch (2008, p. 39) “O município do Rio Grande está localizado na planície costeira atlântica do Rio Grande do Sul, junto ao ecossistema oceânico costeiro, lacustre, lagunar-estuarino, sendo este formado pela Lagoa Mirim e zona estuarina da Lagoa dos Patos. O território do município compreende uma faixa de terras baixas, na restinga do Rio Grande, a sudoeste da desembocadura da Laguna dos Patos. Está situado ao sul do Trópico de Capricórnio, sujeito a condições climáticas temperadas brandas, com forte influência oceânica. Limita-se ao norte com o município de Pelotas e Laguna dos Patos”.

²⁹ Sobre a invasão espanhola na vila do Rio Grande cabe destacar que esta “provocou uma dispersão da população beneficiando muitos outros núcleos populacionais como a região de Pelotas e de Viamão. Sendo que a esta última freguesia foi transferida a capital da capitania pelo governador Ignácio Eloy de Madureira, status que o município do Rio Grande nunca mais recuperaria” (TAMBARA; ARRIADA; TEIXEIRA, 2017, p. 1291).

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico da cidade do período da Revolução até o início da década de 1850, é válido assinalar o aumento da população e das casas de comércio. Franco (1983) destaca que o período da guerra civil na Província beneficiou a cidade, sobretudo devido aos:

[...] gastos militares, aos dez anos de presença de um exército e às facilidades de comércio com a campanha uruguaia. A tais fatos, também se acrescentava a instalação de várias casas comerciais estrangeiras e uma “espantosa imigração oriental e argentina”, em decorrência das desordens políticas dos países platinos (FRANCO, 1983, p. 31).

Ao longo da primeira metade do século XIX, a Província de São Pedro passa a ser o maior fornecedor de charque do mercado brasileiro³⁰ (PESAVENTO, 1982; PAULITSCH, 2008). As charqueadas se desenvolveram em diferentes partes do Rio Grande do Sul como, por exemplo, Porto Alegre, Jaguarão e Rio Grande. Contudo, a cidade de Pelotas, no sul do Estado, acabou se consolidando como o “centro charqueador gaúcho”, em função de seu posicionamento estratégico, já que possuía “fácil acesso aos rebanhos de gado e às vias de escoamento fluviais e marítimas (o porto de Rio Grande)” (KÜHN, 2002, p. 69).

As duas principais consequências do desenvolvimento da economia charqueadora foram a valorização do rebanho bovino e o aumento do número de escravos africanos, utilizados como mão-de-obra preferencial. A charqueada intensificou a utilização da mão-de-obra escrava no Rio Grande do Sul, o que levou os charqueadores a uma dependência em relação aos traficantes de escravos, além de criar problemas de competitividade com o charque platino, que utilizava mão-de-obra livre, com menores custos de produção (KÜHN, 2002, p. 69).

O charque acabou por fazer parte da base econômica do RS juntamente com o cultivo do trigo³¹. No entanto, a partir da segunda metade do século se estabelece a crise das charqueadas rio-grandenses (PESAVENTO, 1982) e começam a despontar no cenário gaúcho outras atividades mercantis, de comércio e indústria, as quais estão diretamente associadas com a vinda dos

³⁰ Segundo Kühn (2002, p. 68) “Os principais mercados consumidores do charque gaúcho eram o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco”.

³¹ Conforme afirma Sandra Pesavento (1982, p. 17): “[...] ao mesmo tempo em que se desenvolvia o trigo, teve início a mercantilização da pecuária através do charque. [...] O charque veio a transformar-se num pólo de atração muito forte, ao criar um mercado regional para o gado, conferir um novo valor para a carne e ligar-se a um mercado que independia das flutuações da economia nacional (servia de alimento para a escravidão)”.

imigrantes europeus. Vale destacar que nesse movimento de imigração estrangeira se destacavam os municípios considerados luso-brasileiros, como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, os quais receberam uma grande parcela de imigrantes tanto na zona urbana quanto na zona rural (COPSTEIN, 1975). É significativo pontuar que a imigração açoriana no RS teve início no século XVIII e foi uma estratégia utilizada pelo governo português para resguardar os seus domínios beneficiando, assim, a vinda dos imigrantes (KÜHN, 2002).

A partir de 1746 foi autorizada pela Coroa a vinda dos açorianos, estabelecendo as condições da migração e as concessões do Estado: limite máximo de 40 anos para os homens e 30 anos para as mulheres; ajuda de custo; instrumentos agrícolas; animais; farinha no primeiro ano; isenção de serviço militar nas tropas pagas; um quarto de légua quadrada de terra (KÜHN, 2002, p. 58).

No caso da vila do Rio Grande, a presença dos imigrantes açorianos causou uma série de impactos demográficos na localidade. Segundo Kühn (2002), houve um acréscimo expressivo da população que praticamente dobrou em menos de cinco anos. Para corroborar essa assertiva, o autor aponta, com base nos registros paroquiais, que “no ano de 1751, somente quatro registros eram de filhos de açorianos (7,5% do total). Já em 1757, foram 148 registros (86,5% do total)” (KÜHN, 2002, p. 59).

De maneira geral, a chegada de estrangeiros acontecia através do único porto marítimo da Província, o porto de Rio Grande. Desde as primeiras décadas do século XIX, ele passa a atuar como um importante “entrepoto comercial da Capitania/Província, servindo como escoadouro da produção pecuário-charqueadora rio-grandense e “porta de entrada” do Rio Grande do Sul” (ALVES, 2007, p. 9). Neste período, são diversos os fatores que continuaram beneficiando a vinda e o estabelecimento de imigrantes na cidade, conforme aponta Raphael Copstein em seu artigo sobre o trabalho estrangeiro no município:

O Rio Grande urbano recebeu preciosa contribuição alienígena praticamente em todos os ramos de atividade. A fixação de estrangeiros, no porto provincial, refletiu a combinação de fatores internos e externos responsáveis pela posição geográfica do Rio Grande. Entre os primeiros deve-se distinguir: a peculiaridade física local diante do conjunto costeiro rio-grandense, as relações comerciais com a principal área econômica da Província, o sistema viário então dominante (hidrovias) e a instalação da alfândega rio-grandina. Externamente, contribuíram a existência de um comércio europeu agressivo e, particularmente, no âmbito americano, a

desorganização da área concorrente platina envolvida nas lutas de independência (COPSTEIN, 1975, p.21).

Cabe ressaltar que o porto da cidade do Rio Grande, além de proporcionar uma série de conjunturas favoráveis para a vinda de estrangeiros, englobava outros diferenciais. Por se tratar da única entrada da Província, no período em que a navegação era o principal meio de transporte (COPSTEIN, 1975), ele se consolidou como uma rota importante de circulação, na qual transitavam “além das mercadorias advindas do comércio, homens, jornais, livros e idéias, num constante fluxo de natureza econômica, social, política, ideológica e, enfim, cultural” (ALVES, 2007, p. 10). Muitas dessas influências estrangeiras permaneceram na cidade e se estruturaram com diferentes finalidades, dentre as quais iremos destacar as de cunho educativo-cultural, organizadas por entidades civis.

A inexistência de outro meio de transporte que ligasse o solo gaúcho com o restante do país e que pudesse fazer concorrência com o transporte marítimo também representou um fator significativo para o desenvolvimento comercial da cidade. A exceção era as tropas de gado, que além de demoradas, eram de difícil percurso. [...] seria somente através do porto que se daria a principal relação comercial entre o Rio Grande do Sul e o resto do mundo, principalmente num período em que se importava quase tudo no que se refere a produtos manufaturados (MARTINS, 2006, p. 74).

Como importante polo econômico, foi por meio das atividades de exportação e importação, realizadas através do porto, que a cidade obteve um crescimento comercial significativo ao longo do século XIX (MARTINS, 2006). No final da década de 1840, Rio Grande e São José do Norte, considerados os “grandes portos do charque” (FRANCO, 1983, p. 33) exportavam 2.132 e 940 contos de réis respectivamente, enquanto que a capital da Província exportava aproximadamente 86 contos de réis em couros secos e salgados (FRANCO, 1983).

Por ser o único porto marítimo da província, o porto de Rio Grande constituía passagem obrigatória de embarcações nacionais e estrangeiras que entravam e saíam da Barra da Laguna dos Patos transportando mercadorias e passageiros. O papel de intermediário no comércio de importação e exportação o inseria em circuitos amplos da navegação de cabotagem, da navegação interna e de longo curso, de forma que este porto se converteu numa referência na navegação comercial brasileira e atlântica (OLIVEIRA, 2013, p. 58).

Outro fator que impulsionou o desenvolvimento econômico local foi a presença de imigrantes europeus, de primeira e segunda geração, no mercado de trabalho, o qual se consolidou em diferentes ramos vinculados à importação e exportação (MARTINS, 2006). Conforme aponta Gabriel Berute (2011), em sua tese³² sobre as atividades mercantis no Rio Grande de São Pedro, os homens de negócio ou negociantes de grosso trato, uma expressão recorrente nos estudos de Helen Osorio (2000), foram os responsáveis pelo desenvolvimento da economia rio-grandense na primeira metade do século XIX, os quais se destacaram, sobretudo, no ramo do comércio de importação e exportação através do porto da cidade do Rio Grande.

A elite mercantil, de destacados comerciantes de grosso trato, estava inserida no comércio de longa distância. Ao longo da primeira metade do século XIX, essa elite mercantil brasileira expandiu-se, impulsionada pela separação do jugo português. Em meados do século, os portos brasileiros, que mantinham ligações com o mercado internacional, também abrigavam uma elite mercantil, cuja importância aumentava à medida que o mercado nacional expandia. [...] Nesse contexto, a cidade de Rio Grande, em função do porto e das ligações comerciais com portos nacionais e internacionais, abrigou uma elite mercantil, ocupando um importante destaque entre as praças comerciais do Brasil (SILVEIRA, 2007, p. 8).

Berute (2011) ainda reitera a importância das relações e alianças estabelecidas nesse período, para sustentar o poder desta que se consolidou como uma elite mercantil vinculada às atividades de importação e exportação.

Entre as décadas de 1830 e 1850 já era possível observar uma nova geração de homens de negócios na província rio-grandense, muitos deles com relações de parentesco (filhos, genros e sobrinhos) com os principais negociantes que atuavam na virada do século XVIII para o XIX. [...] Nesse sentido as alianças matrimoniais e familiares, além dos laços de compadrio que se estabeleciam em busca de posições privilegiadas na sociedade, continuaram a ser estratégias importantes para a manutenção do poder por parte dos negociantes e demais envolvidos na atividade mercantil (BERUTE, 2011, p. 19).

Um exemplo da proporção que a economia rio-grandina voltada ao comércio de importação e exportação estava adquirindo é a presença das companhias de seguros marítimos e terrestres que existiam na cidade neste período delimitado. Esse tipo de investimento demarca os resultados da acumulação de capital ocasionada pelo comércio e segundo Pesavento (1982, p. 49): “O comerciante enriquecido diversificou paulatinamente suas atividades,

³² Para mais informações ver BERUTE, 2011.

aplicando capital não só na indústria como em empresas de navegação, bancos, companhias de seguros, loteamento, hotéis”. Dentro dessa perspectiva, merece destaque a Companhia de Seguros Marítimos Fidelidade, uma das mais antigas da cidade e que, no Relatório do Presidente da Província de 1858, recebe uma distinção na pauta sobre o Comércio.

Das companhias de seguros existentes nesta província, unicamente pude obter informações sobre as seguintes: Agencia de seguros marítimos e terrestres do Rio de Janeiro e da Fidelidade de Rio Grande. [...] A companhia de Seguros Maritimos Fidelidade, estabelecida na cidade do Rio Grande, foi incorporada, em virtude do decreto nº 1069 de 1852, com o capital de 300:000\$000rs. Este capital, por decreto de 1854 sob n. 1408, foi elevado a 500:000\$000rs, dividido em 5,000 acções. De janeiro de 1853, em que começaram suas operações, até 15 de maio último, os seguros effectuados importarão em 15,077:105\$675rs, o valor das mercadorias, e em 1,1018:600\$rs, o valor dos cascos de navios (RELATÓRIO, 1858, p. 53).

Essa companhia de seguros atuava garantindo a proteção de mercadorias, navios e sinistros, conforme consta em seus Estatutos:

Art. 8º. A Companhia toma seguros sómente sobre navios que sahirem deste porto ou de outros portos para este; exceptuam-se desta regra os navios ou mercadorias de negociantes desta província, cuja navegação tenha lugar do porto de Pernambuco (e intermediarios) até ao do Rio da Prata e vice-versa (ESTATUTOS, 1859, p. 4).

No ano de sua fundação, 1852, sua diretoria era formada por Joaquim de Freitas Vasconcellos³³, José Antonio Leite Guimarães e João Barbosa Coelho³⁴. O último, vice-cônsul de Portugal na cidade, fazia parte do que se pode chamar de uma “elite mercantil” local (OSÓRIO, 2000), além de estar vinculado, também, à categoria de “intelectual mediador” (GOMES; HANSEN, 2016), em razão de sua atuação em entidades civis em prol da criação e da manutenção de instituições educativo-culturais na cidade.

Entendemos como intelectuais mediadores (GOMES; HANSEN, 2016) aqueles sujeitos históricos engajados em alguma demanda local, neste caso, no âmbito da educação e da cultura, mas que ainda não haviam sido reconhecidos como intelectuais propriamente ditos afinal, esta é uma categoria

³³ Era proprietário de uma das principais firmas exportadoras de charque da cidade do Rio Grande na década de 1850 (SILVEIRA, 2007).

³⁴ Cabe ressaltar que os três membros da Diretoria da Companhia eram comerciantes de relevância no município, pois também integravam a lista de associados da Associação Comercial da cidade do Rio Grande (BERUTE, 2011).

que ainda remete à interpretação de que se tratam de gênios, homens de letras ou cientistas (CHARLE, 2003; GOMES; HANSEN, 2016). Contudo, neste estudo, esses sujeitos históricos, em sua maioria empresários, também irão exercer o papel de intelectuais mediadores no que diz respeito às redes de sociabilidade que constroem e também às instituições educativo-culturais que amparam, como, por exemplo, o Gabinete de Leitura, as sociedades recreativas e as agremiações literárias. Logo, compreendemos que:

[...] são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideais, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem a posição de reconhecimento variável na vida social (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10).

No decorrer deste capítulo, iremos destacar alguns dos atores estratégicos que exerceram certa influência no município, tanto na área política como na área da educação e cultura. Um dos integrantes da elite mercantil e intelectual da cidade do Rio Grande que merece distinção foi João Barbosa Coelho, imigrante português que atuou como comerciante na cidade sendo um dos proprietários da firma *Barbosa Coelho & C.*, um armazém de cabos que funcionava na Rua Riachuelo, localização estratégica do comércio local³⁵, sendo extinta na década de 1870³⁶ (DRG, 13/10/1872). Exerceu diversas funções administrativas de relevância para o comércio local, atuando como secretário da *Praça do Commercio* na década de 1840 (OFFICIO³⁷, 1848) e 1860 (OFFICIO³⁸, 1861), vinculada à Associação Comercial da cidade do Rio

³⁵ Segundo Martins (2006, p. 75): “A dragagem e a construção do primeiro porto da cidade foram concluídas em 1823, junto ao aterro da Rua Nova das Flores, mais tarde Rua da Boa Vista (hoje Riachuelo), paralela à Rua da Praia, contribuindo para o fortalecimento das atividades comerciais e portuárias que então se desenvolviam na cidade”.

³⁶ Uma das razões para o encerramento de suas atividades comerciais em Rio Grande pode estar relacionada à sua mudança para o Rio de Janeiro, conforme nota publicada no no *Jornal Diario do Rio Grande* do dia 13 de outubro de 1872: “JOÃO BARBOSA COELHO: partindo para o Rio de Janeiro no vapor Calderon, pede às pessoas de sua amizade desculpa de não ir pessoalmente receber suas ordens; e aproveita a ocasião para, muito em particular, agradecer aos dignos commerciantes com quem está relacionado, a benevolência que lhes tem dispensado, e lhes oferece seus serviços na corte” (DRG, 13/10/1872).

³⁷ Ofício manuscrito enviado ao Presidente da Província Francisco José de Souza Soares d’Andréa, pela Comissão da Praça do Comércio da cidade do Rio Grande no dia 04 de outubro de 1848, relativo ao imposto cobrado para os couros *vacuns* que eram exportados para os portos estrangeiros. Fundo documental da Junta Comercial (Maço 3/Caixa 129) - Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

³⁸ Ofício manuscrito enviado ao Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão pela

Grande. Também foi membro da diretoria da Sociedade Companhia Esperança, outra companhia de seguros marítimos e contra incêndios, que atuava como uma seguradora para os comerciantes locais (DRG, 18/11/1860).

Como intelectual mediador, sua grande contribuição para a cidade se deu com a fundação do Gabinete de Leitura, criado em 15 de agosto de 1846, algo notável para a época, já que o Gabinete Real Português de Leitura, localizado no Rio de Janeiro, capital da Corte, fora criado em 1837 (ANACLETO, 2004), contabilizando um intervalo de apenas nove anos entre a criação desses espaços de leitura, fato que evidencia a relevância desta instituição no circuito intelectual da Província de São Pedro e do próprio Império, sendo um dos primeiros gabinetes de leitura do Brasil. No final da década de 1870, o Gabinete se transformará em Biblioteca Rio-Grandense, a qual se encontra em funcionamento até os dias de hoje³⁹.

No que tange o comércio de importação e exportação, cabe mencionar a existência de outras companhias de seguros marítimos e terrestres na cidade do Rio Grande, no período delimitado, como, por exemplo, a Companhia Confiança, a Sociedade Companhia Esperança e a Companhia Perseverança (DRG, 01/01/1873). A demanda por seguradoras deste tipo estava vinculada ao desenvolvimento das atividades mercantis que eram realizadas através do único porto marítimo da Província, que garantia aos comerciantes novas oportunidades de negócios, sendo responsáveis pelos circuitos locais de distribuição e abastecimento de mercadorias (OSÓRIO, 2000).

É pertinente salientar que as companhias Fidelidade, Confiança e Perseverança⁴⁰ mantiveram suas atividades na cidade até o ano de 1886, quando decidem unificar as agências, transformando-as em uma única entidade: a Companhia Rio-Grandense de Seguros. Esta foi fundada em 06 de

Comissão da Praça do Comércio da cidade do Rio Grande no dia 25 de abril de 1861, relativo às obras no Porto e Barra da cidade para melhoria da navegação e conseqüentemente, do comércio de importação e exportação. Fundo documental da Junta Comercial (Maço 3/Caixa 129) - Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

³⁹ A criação e a trajetória do Gabinete de Leitura na História da Educação da cidade do Rio Grande serão problematizadas no próximo subcapítulo.

⁴⁰ Segundo Pimentel (1944, p. 463): “A Companhia Fidelidade, obrigada por sinistros de maior vulto, resolveu liquidar, tendo as outras, por solicitação dos seus acionistas, convocado assembleias gerais, nas quais foi resolvido que entrassem em liquidação, desde que no prazo de sessenta dias se constituísse, legalmente, uma outra Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres, à qual deveriam ser dados, em resseguros, todos os valores em risco e cujo capital e lucros fossem rateados pelos próprios acionistas”.

outubro de 1886 em assembleia convocada pelos acionistas das antigas companhias, a qual foi presidida pelo Sr. Carlos Guilherme Rheingantz, empresário que funda a Fábrica Rheingantz no final da década de 1870, na cidade do Rio Grande (PIMENTEL, 1944).

Cabe destacar que, a partir da década de 1870, a Província de São Pedro passa a se dividir em dois eixos ou polos econômicos: Rio Grande-Pelotas e Porto Alegre (LONER, 1999). Segundo Copstein (1975), até esse período, o setor fabril da cidade do Rio Grande contava apenas com estabelecimentos artesanais que estavam voltados para o comércio local. A produção têxtil irá liderar o ramo industrial na Província, fazendo com que a concorrência entre as os polos industriais movimentassem o mercado interno. Conforme afirma Loner (1999), o perfil das empresas que se estabeleceram na cidade do Rio Grande era diferente em relação às da capital e às da cidade de Pelotas. Rio Grande caracterizava-se pelos “grandes estabelecimentos, de poucos ramos industriais (tecelagem, couros, conservas alimentícias, moinhos)” (LONER, 1999, p. 53), já Porto Alegre possuía empresas menores, mas em maior quantidade, que investiam em diversos ramos de produção. Pelotas diferenciava-se em razão da sua “estrutura mista de industrialização” (LONER, 1999, p. 53) conciliando empresas de produtos derivados da pecuária destinados à exportação, bem como pequenos estabelecimentos com características artesanais voltados para o mercado regional (LONER, 1999).

É nesse período que a *Rheingantz & Vater* é fundada na cidade do Rio Grande (1874), sendo a pioneira no ramo das fábricas de tecido no RS, tornando-se “a primeira indústria de tecidos de lã do Brasil” (PAULITSCH, 2008, p. 31-32). A empresa foi fundada pelo comerciante Carlos Guilherme Rheingantz, natural da cidade de Pelotas e filho de imigrantes⁴¹, juntamente com seu sogro Miguel Tito de Sá, figura com ampla atuação em entidades civis educativo-culturais da cidade, e que faz parte do grupo de intelectuais mediadores desta pesquisa, e Herman Vater, imigrante alemão. Sobre a trajetória pessoal do empresário Carlos Rheingantz cabe salientar:

⁴¹ Conforme afirma Paulitsch (2008, p.56) em seu livro sobre a história da Vila Operária da Fábrica Rheingantz, Carlos Guilherme Rheingantz era filho de “Jacob Rheingantz, natural da Renânia (Alemanha), e de Maria Carolina Von Fella, nascida numa fragata dinamarquesa ao entrar na barra do Rio Grande”.

Carlos Guilherme Rheingantz estudou na Europa, como era costume com quase todos os filhos de grandes comerciantes e industriais, e de lá trouxe experiência tecnológica e organizacional para seus negócios. Ao retornar para o Brasil, após percorrer vários países europeus e terminar sua formação intelectual e cultural, dedica-se ao comércio em Pelotas. Em 1º de março de 1873, casa-se com Maria Francisca de Sá (PAULITSCH, 2008, p. 57).

É significativo traçar os vínculos existentes neste momento, já que a esposa de Carlos Rheingantz, Maria Francisca de Sá, era filha do Tenente Coronel Miguel Tito de Sá, sujeito histórico que integra a elite rio-grandina da época. Sua trajetória de vida na cidade do Rio Grande faz com que ele seja incluído no grupo dos intelectuais mediadores que exerciam influências políticas e culturais na sociedade. Como estes se organizavam em redes de sociabilidade, Miguel Tito de Sá e Barbosa Coelho transitavam nos mesmos ambientes e espaços organizados pela e para a elite masculina do município. Como empresário, ele manteve uma sociedade no comércio juntamente com Porfírio Ferreira Nunes⁴² (DRG, 5/10/1856), importante membro da elite mercantil local⁴³, além de ter exercido os cargos de secretário e tesoureiro da Associação Comercial da cidade ao longo da década de 1850, vindo a ser presidente no ano de 1870 (PIMENTEL, 1944). É importante destacar sua atuação nesta associação denominada de *Praça do Commercio*, a qual reunia os representantes da classe comercial da cidade. A primeira associação⁴⁴ deste tipo no RS foi a de Rio Grande, fundada em 1844, a da capital só será criada em 1858 (FRANCO, 1983). Conforme a Lei nº 556 de 25 de junho de 1850⁴⁵

⁴² Porfírio Ferreira Nunes assumiu diversos cargos administrativos junto à Associação Comercial da cidade do Rio Grande: Tesoureiro em 1845, Vice-Presidente em 1846 e Presidente em 1847 (PIMENTEL, 1944; BERUTE, 2011) e em 1854, tendo como secretário Miguel Tito de Sá (OFFICIO, 10/04/1854). Também foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia no final da década de 1850, conforme consta na publicação *Canhenho do Diario do Rio Grande* (DRG, 06/03/1859).

⁴³ Esse comerciante era proprietário de uma empresa (*Porfírio Ferreira Nunes & Cia*) considerada uma das maiores importadoras de sal e exportadoras de charque da cidade do Rio Grande na década de 1850 (SILVEIRA, 2007). Segundo Silveira (2007, p. 51-52): “O uso do sal era fundamental para a produção do charque, que era em grande quantidade escoado para o mercado interno [...]. Além disso, as charqueadas também tratavam o couro para ser exportado, sendo que uma das técnicas de conservação era a salga. Isso é mais um elemento para reforçar a grande demanda pelo sal”.

⁴⁴ A Associação Comercial também teve um papel fundamental no que diz respeito à influência nos setores públicos visando melhorias no Porto e Barra da cidade - melhoramentos que só serão concluídas no início do século XX - a fim de beneficiar a navegação e consequentemente, o comércio de importação e exportação (MARTINS, 2006).

⁴⁵ Lei disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm> Acesso em 11

ficou instituído o *Código Commercial*⁴⁶ do Império o qual definia a importância e as atribuições das Praças do Comércio.

Art. 32 - Praça do comércio é não só o local, mas também a reunião dos comerciantes, capitães e mestres de navios, corretores e mais pessoas empregadas no comércio. [...]

Art. 33 - O resultado das negociações que se operarem na praça determinará o curso do câmbio e o preço corrente das mercadorias, seguros, fretes, transportes de terra e água, fundos públicos, nacionais ou estrangeiros, e de outros quaisquer papéis de crédito, cujo curso possa ser anotado.

Art. 34 - Os comerciantes de qualquer Praça poderão eleger dentre si uma comissão que represente o corpo do comércio da mesma Praça (FRANCO, 1983, p. 41-42).

Miguel Tito de Sá e João Barbosa Coelho, integrantes da elite mercantil e intelectual da cidade, foram escolhidos para compor a comissão que representava os comerciantes da cidade no início da década de 1850. O relevante papel que exercia essa comissão pode ser corroborado a partir de um ofício encaminhado ao governo imperial solicitando providências no que diz respeito ao uso de moeda estrangeira.

Neste documento, os membros da comissão da *Praça do Commercio* da cidade do Rio Grande fazem um apelo a Vossa Majestade Imperial solicitando uma atitude frente aos prejuízos que estes estão sofrendo no que diz respeito ao comércio de exportação, que por consequência afeta toda a economia da Província. Os membros alegam haver um desaparecimento da moeda nacional no comércio e um aumento do giro da moeda estrangeira no território gaúcho, justamente pela “insuficiência de moedas metálicas de cunho nacional, e pela substituição das sêdulas provinciais por papel geral” (OFFICIO⁴⁷, 1852, p. 1). Logo, a comissão solicita ao governo algumas providências a fim de auxiliar o comércio local para que este continue a “poder satisfazer os direitos nas repartições fiscaes” (OFFICIO, 1852, p. 1). A preocupação dos comerciantes está ligada à Lei nº 552, de 31 de maio de 1850⁴⁸, que autorizou o Governo a

de agosto de 2017.

⁴⁶ É importante destacar que o Código Comercial “[...] representou o fim da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, órgão governamental criado por D. João VI responsável pela legislação e fiscalização do comércio até aquele momento” (BERUTE, 2011, p. 22).

⁴⁷ Ofício manuscrito enviado ao Imperador D. Pedro II pela Comissão da Praça do Comércio da cidade do Rio Grande no dia 15 de novembro de 1852. Fundo documental da Junta Comercial (Maço 3/Caixa 129) - Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

⁴⁸ Lei nº 552 de 31 de maio de 1850 se encontra disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=63163&norma=79056>. Acesso

substituir algumas ou todas as classes de valores do papel, por notas de giro limitado. O cumprimento efetivo desta lei iria beneficiar os trâmites mercantis da cidade, contudo, os representantes dessa categoria também defendiam que a moeda estrangeira pudesse ser aceita nas repartições públicas, fato que auxiliaria os comerciantes locais no pagamento das taxas e impostos. Segundo a comissão da Praça do Comércio de Rio Grande, o aceite da moeda estrangeira não causaria qualquer malefício às finanças imperiais:

[...] a fazenda pública nada virá a perder com o recebimento da moeda estrangeira pela facilidade da sua emissão nos pagamentos dos exercitos, e dos empregados públicos e em todos os seus contractos, o que faz com que toda moeda aqui recebida seja despendida dentro da Provincia, sem prejuízo do Thesouro público e offensa aos direitos da união (OFFICIO, 1852, p. 2).

Este ofício, que data de 15 de novembro de 1852, foi assinado pelos seguintes membros da Associação Comercial: Delfino Lorena de Souza⁴⁹ (Presidente), Diogo Law Nice (Vice-Presidente), Miguel Tito de Sá (Secretário), Antonio de Sousa Ribeiro Guimarães, José Antonio Leite Guimarães⁵⁰, Jorge Uptom e João Barbosa Coelho. Com esse documento, é possível perceber a influência desse seleto grupo de comerciantes locais, que buscavam solucionar um impasse que só foi resolvido em meados da década de 1860. Conforme afirma Sérgio da Costa Franco,

Até a época da Guerra do Paraguai, quando uma política emissionista se fez indispensável, a insuficiência do meio circulante era de tal vulto, que a moeda-papel oficial, quando necessária ao pagamento de impostos, chegava a gozar de ágios de 6 a 10 por cento. Mas, simultaneamente, tinham grande aceitação em toda a Campanha rio-grandense as moedas de ouro e prata estrangeiras, algumas até partidas em quatro ou cinco frações, como as “balastracas”, para facilitar a circulação e o troco. O comércio com o Prata era intenso, sobretudo o que se realizava clandestinamente, à base do descaminho de tributos. E isso explica a constante introdução de moedas oriundas das repúblicas hispano-americanas (FRANCO, 1983, p. 51).

Miguel Tito de Sá exerceu o cargo de Cônsul de Lübeck na Província de

em: 11 de agosto de 2017.

⁴⁹ Delfino Lorena de Souza também foi presidente da Associação Comercial nos anos de 1851 e 1852 (PIMENTEL, 1944).

⁵⁰ Este comerciante, juntamente com João Barbosa Coelho, também fazia parte da diretoria da Companhia de Seguros Marítimos Fidelidade, criada na década de 1850 na cidade do Rio Grande. Também foi proprietário de uma das principais firmas exportadoras de charque e de couros secos da cidade na década de 1850 (SILVEIRA, 2007).

São Pedro do Rio Grande do Sul (DRG, 03/03/1854), o que reforça a possibilidade de sua descendência alemã⁵¹. Tornou-se vereador na Câmara Municipal em janeiro de 1858 (DRG, 11/01/1858) e foi diretor e secretário da caixa filial do Banco do Brasil em Rio Grande no final da década de 1860 (DRG 12/10/1866; 18/08/1867).

Como figura representativa, foi condecorado como Oficial da Imperial Ordem da Rosa e Comandante Superior interino da guarda nacional dos municípios do Rio Grande e São José do Norte (DRG, 14/06/1872). É importante elucidar que ser um Oficial da Imperial Ordem da Rosa significava ter recebido uma ordem honorífica, através da concessão de mercês (OLIVEIRA, 2016), o que reafirma a posição que este sujeito ocupava naquela sociedade. Segundo os estudos de Martins (2006) e Paulitsch (2008), Miguel Tito de Sá é sempre tratado como Comendador, título que pode estar vinculado à ordem honorífica que ele havia recebido. Sobre as ordens honoríficas Oliveira salienta que:

D. Pedro criou três ordens Honoríficas para condecorar seus súditos e retribuir a fidelidade jurada. A Ordem Imperial do Cruzeiro, de 1º de dezembro de 1822, com os graus de Grão Cruzes, Dignatários, Oficiais e Cavaleiros. Em 16 de abril de 1826, para marcar o momento do reconhecimento da Independência do Brasil, criou a Ordem de D. Pedro I, com graus de Grão Cruzes, Comendadores e Cavaleiros. **A Imperial Ordem da Rosa, foi criada em 17 de outubro de 1829, para celebrar o seu segundo casamento com a princesa Amélia de Leuchtemberg. Seus graus eram Grão Cruzes, Grande Dignatários, Dignatários, Comendador, Oficiais e Cavaleiros** (OLIVEIRA, 2016, p. 1036, grifos nossos).

Essas condecorações foram apontadas nos relatos do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire em sua viagem ao Rio Grande do Sul na década de 1820. Saint-Hilaire, ao visitar a Vila do Rio Grande tece uma série de considerações sobre a localidade e também sobre os negociantes que ali viviam. No trecho a seguir, o botânico destaca as características desse grupo e também reitera a expressiva recorrência de títulos de honra que estes indivíduos possuíam naquele período:

Entre os homens do Rio Grande, todos negociantes, talvez a mesma indiferença e os mesmos modos desdenhosos dos habitantes do Rio de Janeiro. São, em parte, europeus, nascidos em um meio inferior e que não receberam educação alguma. Começam como caixeiros de lojas e terminam fazendo negócios por conta própria. Como os lucros

⁵¹ Segundo Martins (2006, p. 105) Miguel Tito de Sá era fluminense radicado em Rio Grande.

do comércio são consideráveis neste país, não tardam a fazer fortuna que jamais conseguiriam em sua pátria; seu orgulho cresce à medida que vão enriquecendo e chegam, então, ao cúmulo de comprar à Secretaria do Estado **a comenda da Ordem de Cristo**, hoje, considerada como **símbolo da riqueza** e fruto da corrupção. Fora do Rio de Janeiro, não vi, em parte alguma, um número tão grande de homens condecorados; **isso nada mais é do que uma das provas da riqueza do lugar** (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 95-96, grifos nossos).

Seguindo na perspectiva dos “símbolos de notoriedade” dos integrantes desta elite, cabe problematizar o cargo de “Comandante Superior interino da Guarda Nacional dos municípios do Rio Grande e São José do Norte”, que também pode ser um indicador de sua posição social e política no município. A condecoração de civis com patentes militares era recorrente no Período Imperial. No caso das elites baianas, as patentes eram oferecidas aos grandes proprietários de terra, sem precisar exercer a carreira militar como atividade principal (OLIVEIRA, 2016), situação essa que também acontecia na cidade do Rio Grande. Ao invés de serem proprietários de terra, eram os grandes comerciantes que recebiam essa titulação. Logo,

[...] essa titulação está associada à condição de grandes proprietários de terras, e podemos considerar como mais **um indicador da influência ou prestígio que desfrutavam nos termos das vilas e cidade onde possuíam suas propriedades**. Não era raro que a condição de militares e proprietários de terras fosse ocupada pelos mesmos indivíduos, uma vez que, desde o período colonial, a defesa e manutenção da ordem em terra foram delegadas pela Coroa aos proprietários rurais (OLIVEIRA, 2016, p. 1040-1041, grifos nossos).

Nesse mesmo período, foi membro da Companhia de seguros Fidelidade (DRG, 01/01/1873), além de ser provedor da Santa Casa de Misericórdia desde o final da década de 1860. Vale destacar que ser provedor desta entidade evidenciava a posição social que este sujeito exercia na sociedade local. Nos estudos realizados por Nara de Cássia Gomes de Oliveira sobre as elites políticas da Bahia no século XIX (2016) esta titulação estava vinculada aos símbolos de ostentação das elites do período. Para Oliveira:

Fazer parte do quadro de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia era motivo de orgulho para os mais abastados e aspiração para aqueles que queriam ascender socialmente. [...] **Ser Provedor da Misericórdia era, sem dúvida, ter um lugar de relevo na Santa Casa e na sociedade**. Ele era escolhido entre os irmãos de maior recurso, boa posição social e capacidade de liderança (OLIVEIRA, 2016, p. 1035, grifos nossos).

Sua inserção nas instituições de cunho educativo-cultural aconteceu

através de sua presença no Gabinete de Leitura, onde foi Presidente no ano de 1854, na *Sociedade Imperial Instrução e Recreio*, sendo Diretor no ano de 1867 (DRG, 10/10/1867) e atuando como Presidente do Asylo do Coração de Maria nas gestões de 1863-1864, 1869-1870, 1871-1872 e 1872-1873⁵². Esta última instituição, fundada em 1861, também possuía um colégio feminino com relevante presença na educação de jovens órfãs e de famílias de baixa renda. Após um período adoentado, Tito de Sá vem a falecer no dia 09 de abril de 1875, e em seu inventário *post-mortem* consta uma dívida, como sócio da *Sociedade Promotora de Bellas Artes* em Portugal, que estava assinada por Antônio Joaquim Pinto da Rocha, em 19 de julho de 1876. Mais um dado que corrobora o envolvimento deste sujeito com instituições educativo-culturais inclusive fora do Brasil⁵³.

Esse grupo de intelectuais mediadores, membros de uma elite mercantil local, insere-se na proposta de tese que está sendo defendida por este estudo, já que esses sujeitos históricos contribuíram para introduzir instituições de cunho educativo-cultural no município e, de certa forma, também investiram na educação do município. Ademais, vale destacar que seus filhos, herdeiros desta elite que buscava manter uma determinada situação de classe (WEBER, 1982), realizaram seus estudos secundários na cidade do Rio Grande⁵⁴, portanto, é interessante notar que:

[...] esse intelectual muitas vezes ocupa um cargo estratégico numa instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos (GOMES; HANSEN, 2016, p. 19).

É importante ressaltar que esse grupo de empresários do ramo comercial, ao se organizarem e se relacionarem em espaços específicos de

⁵² Informações obtidas através do Jornal *Diario do Rio Grande* das seguintes datas: 20/04/1863, 02/09/1869, 27/08/1871 e 28/08/1872.

⁵³ Miguel Tito de Sá, inventário, 20 de julho de 1875, p. 76, 1º Cartório de Orphãos e Providoria da cidade do Rio Grande, autos nº 989, mç. nº 46, Archivo Publico do Rio Grande do Sul.

⁵⁴ Segundo a listagem de alunos matriculados no *Collegio União*, publicada pelo jornal *Diario do Rio Grande* em 22 de abril de 1863, colégio então dirigido pelo Prof. Eduardo Grauert, constam os nomes de João Eugenio Barboza Coelho e José Eugenio Barboza Coelho, possíveis filhos de João Barbosa Coelho. Os filhos de Miguel Tito de Sá também estudaram em instituições privadas de ensino na cidade do Rio Grande. Seu filho Miguel Tito de Sá foi aprovado nos exames da aula particular do Prof. Cândido Alvim Junior, em 1875, antes de este fundar o *Collegio Alvim* (DRG, 12/12/1875) e seu filho Eduardo Tito de Sá, foi aprovado nos exames de francês e história realizados no *Collegio União em 1880* (DRG, 08/12/1880).

representação na sociedade local, buscavam manter o que se denomina por uma “situação de classe”, conceito weberiano (1982) capaz de compreender um grupo de pessoas que se interliga e se identifica com as mesmas condições, hábitos sociais e experiências pessoais de vida e como membros de uma mesma classe. Neste caso, tratamos de uma elite mercantil e intelectual que busca por meio de sua influência econômica, política e cultural, manter-se unida em rede e atuando em prol da solidificação de determinadas instituições educativas do município, a fim de garantir sua situação de classe e consequentemente, seu *status* dentro do grupo social a qual pertencem. Desse modo, é possível afirmar que a partir da situação de classe que os reúne enquanto elite local foram organizadas “ações comunitárias” ou “ações societárias” decorrentes dos interesses dessa classe. Segundo Max Weber:

A ação comunitária refere-se à ação que é orientada pelo sentimento dos agentes de pertencerem a um todo. A ação societária, por sua vez, é orientada no sentido de um ajustamento de interesses racionalmente motivado. O aparecimento de uma ação societária ou mesmo comunitária, partindo de uma situação comum de classe, não é de modo algum um fenômeno universal. [...] O grau no qual a “ação comunitária” e possivelmente a “ação societária” surgem das “ações de massa” dos membros de uma classe depende de condições culturais gerais, especialmente as do **tipo intelectual** (WEBER, 1982, p. 215, grifos nossos).

Logo, as instituições educativas criadas por esse grupo ao longo do século XIX, integram o que Weber irá definir como “ações comunitárias” e “ações societárias”, afinal, estes sujeitos se encontram motivados por interesses comuns e, de certo modo, irão sustentar essas atividades mesmo em momentos de crise ou de falta de apoio da sociedade local. Portanto, é importante compreender as trajetórias individuais e coletivas desses sujeitos e suas articulações em redes de sociabilidade.

Torna-se pertinente pontuar que a estruturação dessa elite mercantil e intelectual se constituiu a partir das iniciativas oriundas dos imigrantes que irão atuar em diferentes ramos do comércio e posteriormente da indústria, e que segundo Copstein (1975) foram os responsáveis pela modificação da base econômica da cidade. Segundo o autor:

Rio Grande, único porto da arenosa e retilínea costa gaúcha, durante muito tempo, foi a maneira exclusiva de comunicação comercial brasileira da então rica hinterlândia criatória com o resto do país e com o exterior. A condição portuária foi o atrativo para o estabelecimento de grandes casas comerciais de estrangeiros e para

transformar, também, os mais audaciosos dos varejistas bem sucedidos em negociantes por atacado. No decorrer do tempo, uma indústria de moldes modernos para a época surgiu e incorporou-se a paisagem urbana. O desenvolvimento desse setor foi, principalmente, iniciativa alienígena (COPSTEIN, 1975, p.42).

O reflexo da presença dos imigrantes, tanto no complexo colonial quanto como empresários na zona urbana, demonstra sua vinculação com a ascensão da industrialização no RS. Conforme afirma Pesavento (1992), foram eles que investiram seu capital nos diferentes ramos do comércio e da indústria, colaborando com as modificações urbanas da época. Para a autora:

[...] não houve no Rio Grande do Sul uma atividade agrária de conotação capitalista que antecederesse ou servisse de base para a emergência de uma ordem urbano-industrial. Pelo contrário, o capital que permitiu a inversão em indústrias proveio, predominantemente, da comercialização dos produtos coloniais ou das reservas de alguns poucos “burgueses imigrantes” que, vindos da Europa com um certo capital, aqui passavam a investir. Mesmo no caso de empresas que se formaram em Pelotas ou em Rio Grande, cidades integradas ao complexo da pecuária tradicional, o capital inicial foi acumulado através da comercialização dos produtos pecuários, mas por ação de imigrantes que naquela região se estabeleceram (PESAVENTO, 1992, p. 16).

Na década de 1880, a situação econômica e industrial da cidade já se encontrava em outro patamar. Em 1885, a cidade contava com cerca de 646 estabelecimentos industriais e comerciais, como “fábricas, oficinas, lojas, postos de venda e escritórios profissionais” (LONER, 1999, p. 60). Nesse mesmo levantamento, Beatriz Loner aponta a existência dos seguintes empreendimentos:

[...] uma fábrica de tecidos, de bonés, de conservas, de fogos de artifício e de gás para iluminação; duas fábricas de carroça, três fábricas de cerveja e cinco fábricas de sabão e velas. Uma fundição e cinco curtumes completavam o quadro, que ainda apresentava várias oficinas (LONER, 1999, p. 59).

A presença do setor industrial na cidade do Rio Grande trouxe mudanças e crescimento. Os espaços da cidade transformam os hábitos e costumes e também são influenciados por essas variações. Para Pesavento (1992, p. 32), “[...] a emergência da urbanização associada ao capitalismo representou muito mais do que inovações na organização da produção, inaugurando novas formas de comportamento e novos valores”. Nesse sentido, também nos interessa compreender como esta elite rio-grandina irá se estruturar mantendo certas similaridades com outros grupos sociais da época,

como a elite pelotense, que se moldou a partir de uma visão aristocrática de sociedade.

Com uma elite formada a partir da posse da terra, que consolidou suas posições com o recurso ao poder político, tanto no sentido de fornecer quadros para partidos do Império e da República, quanto no de conseguir regalias e benefícios através do Estado, Pelotas se destacava também pela sua sofisticada cultura e estilo de vida, que a diferenciava das outras cidades gaúchas do interior. Era uma sociedade onde havia a valorização de qualidades relacionadas com a **nobreza** e a **ociosidade**, como o cavalheirismo, a cultura e o desprendimento do dinheiro (LONER, 1999, p. 65, grifos nossos).

A elite pelotense buscou enaltecer uma “situação de classe” que ambicionava valorizar os aspectos de “nobreza” que deveriam caracterizar estes sujeitos da elite, os quais visavam manter um determinado *status*, que era nutrido pelas influências europeias que foram sendo apropriadas pela sociedade local. Segundo Neves (2007), a vida cultural da cidade era intensa e, nesse contexto, desenvolveram-se diversas instituições culturais, por exemplo, o *Theatro 7 de Abril*, inaugurado em 1834 e a *Bibliotheca Pública Pelotense*, criada em 1875. Amaral (2003) aponta que essas influências podem ser um reflexo do envio dos filhos para estudarem nos centros do país e no exterior:

[...] ao retornarem, traziam consigo hábitos sociais requintados que se refletiam aqui num ambiente de efervescência social e cultural com características peculiares que fizeram inclusive com que a cidade ficasse conhecida como a “Atenas Rio-Grandense” (AMARAL, 2003, p. 56).

Na cidade do Rio Grande, podemos dizer que as influências europeias provinham do próprio núcleo da elite mercantil e intelectual, composta por imigrantes da primeira ou segunda geração, que residiam no município. Semelhante à elite pelotense, os filhos de importantes membros da sociedade local também realizaram seus estudos nos centros do país, mas, de fato, o que será perceptível ao longo deste capítulo é que a educação secundária também se dava na cidade, por meio dos colégios e aulas particulares que permitiam aos jovens estudantes optar por diferentes rumos profissionais. A pesquisadora Giana Lange do Amaral, em suas investigações sobre o ensino secundário em Pelotas⁵⁵, destaca o significado da obtenção deste grau de ensino na Primeira

⁵⁵ Para maior aprofundamento sobre o assunto ver: AMARAL, Giana Lange do. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria**: uma face da história da educação em Pelotas. Pelotas: Seiva Publicações/Ed. Universitária –UFPel, 1999; AMARAL, Giana Lange do. *Gatos pelados X*

República.

[...] freqüentar uma escola de ensino secundário e ter o grau de “bacharel” já era algo que conferia aos indivíduos um status diferenciado. Um diploma de curso superior, então, era algo realmente importante. Corresponhia a uma forma de manutenção de um status conseguido pela riqueza, assim como um meio de ascensão social para os indivíduos oriundos das camadas médias, que aspiravam a um trabalho mais intelectualizado, sendo, portanto, muito significativo o título de “doutor” (AMARAL, 1999, p. 114).

É importante salientar que mesmo se tratando de outro contexto temporal e espacial, a construção dessa valorização do ensino secundário, por meio do grau de Bacharel, e do ensino superior nas elites sul-rio-grandenses foi se consolidando ao longo da segunda metade do século XIX. A elite rio-grandina que estamos tratando neste estudo, formada por um grupo seletivo de empresários, estava preocupada em manter um nível de educação e cultura na cidade, sem enaltecer características aristocráticas, tendo na figura dos estrangeiros a consolidação do seu desenvolvimento econômico e cultural. Muitos dos imigrantes que ali se estabeleceram trouxeram uma série de influências culturais que permitiram transformar a cidade em um local não apenas de trabalho, mas também de desenvolvimento intelectual.

A partir dessas influências, foram se formando o que podemos denominar de “redes de sociabilidade”, entre diversos grupos sociais, com base em uma elite mercantil e intelectual, mas fundamentalmente voltadas para o estabelecimento e a manutenção de instituições educativas. Vale ressaltar que estes grupos sociais se reuniam e investiam em instituições desse tipo, principalmente por estarem articulados em prol de benefícios próprios e, que consequentemente, atingiam a cidade. Essas articulações em rede caracterizam a manutenção de uma “situação de classe”, conceito que indica a necessidade de um determinado grupo de sujeitos históricos em se manter ou em buscar ascender socialmente através de determinadas atividades.

Contudo, mesmo que a cidade possuisse uma “elite menos sofisticada e rica” (LONER, 1999) em relação à cidade de Pelotas, é possível notar que a elite rio-grandina investia em outras questões para além da sofisticação e da

ostentação características da cidade vizinha. Podemos afirmar, a partir da documentação analisada, que esta elite, constituída por empresários locais, também optou por investir em espaços educativo-culturais, demonstrando, sob certos aspectos, que se tratava de uma elite formada por intelectuais, os quais mantinham relações de troca de natureza simbólica, através dos espaços de sociabilidade que estes criaram na cidade ao longo da segunda metade do século XIX.

Precisamos esclarecer que dentro dessa categoria de intelectual mediador também estão incluídos os proprietários/diretores/professores de colégios particulares da cidade. Estes não faziam parte da “elite mercantil” local (OSORIO, 2000), mas, como elite intelectual, participavam das redes de sociabilidade organizadas pelos membros desse grupo, bem como, eram os responsáveis por educar os filhos/herdeiros dos diferentes grupos sociais da cidade.

Outros mediadores culturais podem ser identificados nos leitores, contadores de histórias, guias de instituições, pais e outros agentes educadores encarregados da socialização de crianças e jovens em diversas situações. Tais mediadores, de enorme relevância na construção de identidades culturais de indivíduos e comunidades, geralmente não são identificados e não se identificam pela categoria de intelectual (GOMES; HANSEN, 2016, p. 9).

Compete mencionar que as trajetórias de alguns desses professores/intelectuais mediadores serão abordadas nos próximos subcapítulos, que tratarão em específico da história da educação do município do Rio Grande ao longo do século XIX, dando ênfase às instituições masculinas e femininas voltadas ao ensino secundário. É importante salientar que através da imprensa foi possível identificar, conhecer e questionar a história desses sujeitos históricos, bem como a própria história do município. A cidade modificou-se e a imprensa, de certo modo, auxiliou na preservação dessa história local. Os artigos, notas e anúncios encontrados no Jornal *Diário do Rio Grande* são considerados indícios, vestígios, sinais (GINZBURG, 2012) que nos permitem conhecer e tecer novas leituras sobre a História da Educação da cidade do Rio Grande. A partir desses indícios, deu-se a busca por outros documentos que nos auxiliaram a validar a tese defendida por este estudo. O entrecruzamento da teoria com o *corpus* documental permitiu-nos

interpretar e analisar a história do ensino secundário local. Sendo assim, consideramos o jornal como um elemento da cultura material capaz de salvaguardar a história da cidade.

A cidade do Rio Grande possuiu por muitas décadas uma imprensa das mais importantes no contexto regional e até nacional, praticando-se na cidade portuária aquilo que se poderia caracterizar como “um jornalismo de ponta” para os padrões da época (ALVES, 2007, p. 64-65).

A escolha deste jornal em específico deu-se através dos critérios de longevidade, periodicidade diária e conservação. Sua coleção completa, que tem início em 1848 e vai até 1910 encontra-se preservada na Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense e está acessível ao pesquisador. Como forma de reforçar a seleção deste periódico, destacamos as considerações do Prof. Dr. Francisco das Neves Alves, que se dedica a pesquisar a história da imprensa na cidade do Rio Grande:

Entre os jornais mais longevos da cidade do Rio Grande, destacaram-se aqueles criados no século XIX, como o *Diário do Rio Grande* (1848-1910), cuja principal característica, apesar de manifesta simpatia pelas greis partidárias, foi a busca de uma primada da notícia como norte editorial. [...] A imprensa diária rio-grandina, tendo em vista a longevidade dos periódicos, cobria incessantemente o conjunto da formação histórica rio-grandina, rio-grandense, brasileira e mundial desde os anos quarenta do século XIX, de forma ininterrupta. Os jornais que representavam essa imprensa constantemente se colocavam como defensores dos interesses da população, no âmbito local, no regional ou no nacional, de modo que reivindicações por melhorias constituíam recorrência em suas páginas (ALVES, 2007, p. 68).

Logo, em decorrência da formação de uma rede de sociabilidade com características específicas, constituída por membros de uma elite mercantil e intelectual rio-grandina, foi possível estabelecer vínculos com a educação formal do município, através da criação e da manutenção de instituições educativo-culturais com diferentes finalidades. A fim de compreender como estas dialogavam e relacionavam-se com as demandas de educação local, a seguir iremos abordar especificamente a trajetória de alguns desses espaços de sociabilidade.

4.1 Entre livros, *soirées* e conferências científicas: os espaços de sociabilidade da elite rio-grandina e sua relação com a educação

A elite da cidade do Rio Grande além de se dedicar às atividades econômicas do município também estava engajada em estruturar espaços de sociabilidade, responsáveis por manter a circulação de livros, jornais e outras publicações do Brasil e do exterior, bem como promover a discussão de diferentes assuntos do cotidiano, incluindo a educação. Esses espaços de sociabilidade podem ser compreendidos como instituições voltadas para o lazer desses homens de negócio, mas que também estavam envolvidas com outros interesses, como auxiliar na instrução oferecendo aulas e cursos particulares e gratuitos para a comunidade local.

Cabe destacar que as redes de sociabilidade estão diretamente atreladas ao *status* profissional dos indivíduos, o que reforça o uso do conceito weberiano de “situação de classe”, conceito que se insere na organização desta elite, o qual envolve a distribuição de poder dentro de uma comunidade (WEBER, 1982). Para sustentar determinada situação de classe, esses sujeitos organizavam-se em redes, como veremos no decorrer deste capítulo. É significativo destacar que, segundo o Dicionário de Ciências Humanas (2010), as redes de sociabilidade possuem alguns padrões, os quais podem ser vislumbrados nesta pesquisa:

Quanto mais se ascende na escala social, mais numerosas se tornam as relações sociais. Ademais constata-se uma forte “homogamia”, ou “homofilia”, das relações, confirmando a velha máxima: “Cada qual com seu igual”. Por fim, as redes de sociabilidade estão fortemente ancoradas em contextos sociais preciosos: as relações sociais se constituem a partir da família, do local de trabalho, da residência e dos lares (DORTIER, 2010, p. 596).

Veremos que nesses espaços, considerados também instituições educativas, reforçavam-se novas práticas estabelecendo, assim, uma rede de sociabilidade. Cabe ressaltar que alguns integrantes dessa rede também mantinham conexões em outros âmbitos, de cunho econômico e político, constituindo o que compreendemos como uma elite mercantil e intelectual da cidade. Por tais razões, o conceito de intelectual mediador se insere nessa perspectiva, afinal é importante acentuar que esses mediadores culturais

encontram-se em “um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político (GOMES; HANSEN, 2016, p. 12). Por essa razão, esse grupo social também pode ser interpretado como compondo a elite intelectual na sociedade rio-grandina da época.

No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projectando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões. As instituições educativas são projectos arquitectados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais (MAGALHÃES, 1998, p. 62).

Uma das primeiras e mais significativas instituições educativas identificadas nesta investigação é o Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande, criado em 15 de agosto de 1846. Cabe salientar que a origem dos Gabinetes de Leitura no Brasil data do período imperial e, conforme Martins (1999, p. 396), eles foram “as primeiras bibliotecas populares e públicas do país”. Tratava-se de espaços inovadores com ênfase na prática da leitura, o que entra em contradição direta com a realidade brasileira da época, que era constituída por uma sociedade de maioria analfabeta, onde a instrução pública sofria com a carência de recursos, de professores e de instituições escolares (VECHIA, 2005).

Nelson Shapochnik (2005), afirma que além da precariedade do sistema de instrução pública e consequente índice de analfabetismo, outras questões como as altas taxas de impressão e encadernação dos livros, também confirmam a dificuldade de criação de espaços de leitura em território brasileiro no período imperial. Todavia, apesar das adversidades, essas instituições foram surgindo e se estabelecendo ao longo do século XIX, sendo sustentadas por uma elite intelectual com influência econômica, no caso de Rio Grande, uma elite formada por empresários do ramo do comércio. De acordo com Shapochnik (2005) o ápice do surgimento desses estabelecimentos devotados à leitura e ao empréstimo de livros, tanto gabinetes como bibliotecas públicas, deu-se nas décadas de 1860 e 1870, dado que reforça um movimento de

vanguarda intelectual na cidade do Rio Grande que criou o Gabinete de Leitura no final da década de 1840.

Um dos gabinetes mais antigos do Brasil é o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro⁵⁶, criado em 1837. Cabe salientar que este gabinete, criado na sede do governo, distancia-se apenas nove anos do Gabinete de Leitura criado na cidade do Rio Grande, ao sul da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Tal fato evidencia um importante foco de intelectualidade que começava a se constituir, apesar da distância do centro cultural do país.

Ao longo do período imperial, já existia o que se pode definir como uma “rede de bibliotecas” (SCHAPOCHNIK, 2005, p. 243) instaladas e em pleno funcionamento no território brasileiro. Os gabinetes de leitura ou clubes de leitura (DARNTON, 2010), também denominados de bibliotecas associativas eram espaços masculinos de sociabilidade e podem ser definidos como:

[...] sociedades de caráter privado, implicando no pagamento de jóia ou na aquisição de ações. Em muitos casos, a emergência destas associações foi capitaneada pelas comunidades estrangeiras radicadas nestas terras, franqueando a leitura nas salas e demais dependências da instituição e favorecendo o empréstimo externo de obras. Eventualmente fornidos de bilhares e bares, os gabinetes de leitura e as associações literárias e culturais, não raro também se converteram em espaços de convivialidade e de reiteração dos vínculos identitários. Sobejamente, mediados pela cultura letrada e imprensa disponibilizada aos seus associados sob a forma de fundos variados, quer no número de volumes e exemplares, quer na disponibilidade de autores e temas, materializados em livros encadernados, brochuras e periódicos nacionais e estrangeiros (SHAPOCHNIK, 2005, p. 236).

De acordo com Shapochnik (2005), os gabinetes de leitura foram fundados por grupos estrangeiros, entre os quais se destacam: portugueses, alemães, ingleses e suíços. De acordo com o autor, os gabinetes vinculados à comunidade lusitana foram oito, enquanto Anacleto (2004) menciona que os

⁵⁶ O gabinete português surge a partir da reunião de 43 portugueses que residiam e trabalhavam na cidade do Rio de Janeiro, os quais iniciaram a organização de uma associação que tinha como principal objetivo “promover a instrução e melhorar o nível de conhecimento dos compatriotas que chegavam para realizar seus projetos de vida no país de acolhimento” (ANACLETO, 2004, p. 6). Segundo Almeida (2000, p. 256) “Por volta de 1837, os acontecimentos políticos em Portugal repercutiram vivamente nos espíritos no Brasil; como a mãe-pátria, os portugueses do Rio de Janeiro estavam divididos pelas posições políticas, mas permaneciam unidos quando se tratava do bem-estar e da instrução pública. Os homens mais influentes agrupavam-se, então, ao redor do cônsul-geral de Portugal, o Conselheiro João Batista Moreira ou Dr. Coelho Lousada. Entre eles nasceu a ideia da fundação do Gabinete Português de Leitura”. Em 1880 o Gabinete Português era considerado a biblioteca mais importante do Brasil, depois da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. Neste período, o gabinete contava com 91 títulos de publicações periódicas de todo o mundo (ANACLETO, 2004).

gabinetes de caráter português criados no Brasil foram três: um no Rio de Janeiro, um em Recife em 1850 e outro em Salvador em 1863. Vale ressaltar que os autores não pontuam a existência do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande, fato que reforça a relevância de abordar a trajetória desta instituição atrelada à educação, nesta pesquisa.

Conforme Anacleto (2004), estes modelos de gabinetes de leitura teriam sido inspirados pelo modelo francês que se intitulam *boutiques à lire*, que surgem na França no final do século XVIII. Estes locais tinham como finalidade emprestar livros, mediante pagamento de empréstimo. Segundo Darnton (2010), em 1770 na França, Nicholas Gerlache, com sua esposa, funda uma pequena livraria e oficina de encadernação, a qual futuramente também contará com um clube de leitura (*cabinet litteraire*) “onde os moradores da cidade, principalmente os soldados da guarnição local, podiam ler qualquer coisa em sua loja por três libras mensais” (DARNTON, 2010, p. 164).

No caso dos gabinetes de caráter português, é importante lembrar que eles possuem algumas particularidades que acabam convergindo com os gabinetes de leitura brasileiros que vão surgindo ao longo do século XIX.

[...] os gabinetes têm duas particularidades a distingui-los: a primeira, porque não tinham fins lucrativos e a segunda, porque seus dirigentes, desde o início, passaram a adquirir coleções e obras raras, “manuscritos de mérito da língua portuguesa”, como se intuíssem que, no futuro, eles ganhariam uma outra dimensão que não apenas a de atender ao interesse imediato de leitura de seus associados (ANACLETO, 2004, p. 6).

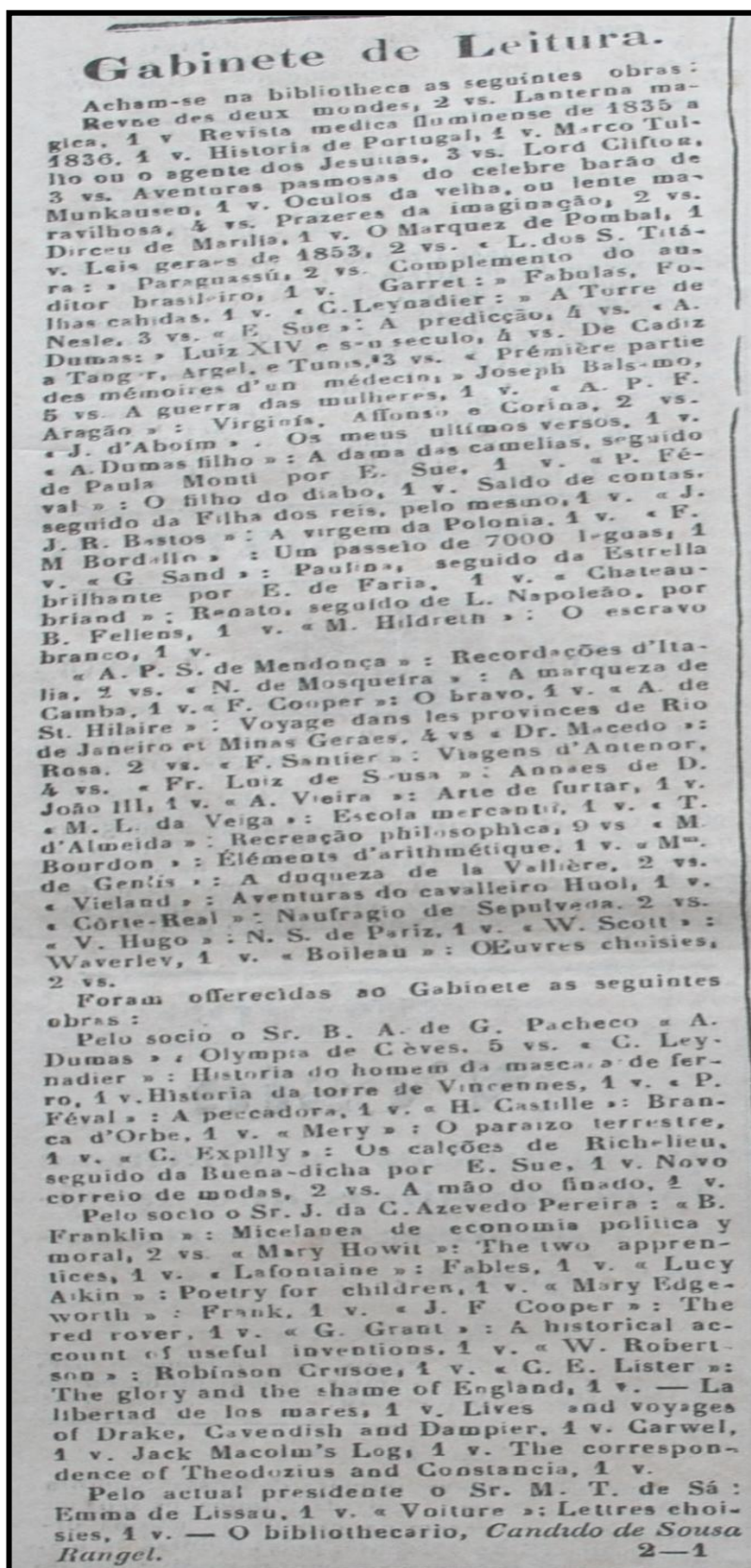
No caso do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande, algumas dessas características podem ser percebidas. Um dos membros fundadores do Gabinete foi João Barbosa Coelho, comerciante português membro da elite mercantil local, vice-cônsul de Portugal, que, em razão desse feito, recebe o título de sócio benemérito pelos serviços prestados àquela sociedade, sendo reconhecido principalmente por ter sido o “criador do Gabinete” (DRG, 28/01/1856). A finalidade principal deste espaço de sociabilidade, segundo seus Estatutos, era “organizar uma bibliotheca para instrucção e recreio dos accionistas e socios” (ESTATUTOS, 1855, p. 3). Os acionistas e sócios tinham o direito de frequentar o espaço, utilizar os livros e periódicos, inclusive levando-os para casa, além de poder indicar outras obras para que a Diretoria

pudesse manter o acervo do Gabinete em constante atualização. É importante reconhecer que existia um movimento de compras de obras, o qual era divulgado na imprensa local: “GABINETE DE LEITURA – Participa-se aos Srs. accionistas e sócios do gabinete de leitura, que as obras que se mandaram vir do **Rio de Janeiro e Lisboa**, já se acham a disposição dos mesmos senhores. Viegas, secretario” (DRG, 16/02/1859, grifos nossos). Por ser uma cidade com grande presença de imigrantes portugueses, como foi o caso de Barbosa Coelho, a encomenda de obras vindas de Lisboa era constante:

Gabinete de Leitura: Os srs. acionistas e sócios que se acham em atrazo com suas mensalidades, são rogados a mandar pagar a importancia das mesmas para não incorrerem nas disposições dos art. 11 e 12 dos estatutos, e poder satisfazer-se a encommenda de livros modernos e dos melhores autores, que chegaram de Lisboa na barca portugueza Isolina. J. Miranda R, 1º secretário (DRG, 07/12/1867).

Além dos livros, revistas e jornais que eram adquiridos pela instituição, muitos sócios também doavam obras de suas bibliotecas particulares para o Gabinete, como podemos verificar na figura seguinte.

Figura 7: Lista de obras existentes no Gabinete de Leitura na década de 1850.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 30 de janeiro de 1856.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

É válido destacar a grande quantidade de obras em Inglês e Francês, além das diferentes temáticas que existiam neste acervo, que reunia desde livros didáticos, como *Éléments d'arithmétique*, até traduções de obras de autores renomados da época como Alexandre Dumas e Victor Hugo. Na imprensa local, o Gabinete alertava constantemente seus sócios: “Já se acha á disposição dos Srs. accionistas a nova collecção de romances, e algumas obras históricas e de litteratura, em portuguez e francez, vindas ultimamente do Rio de Janeiro. O bibliothecario, J.V. Tourinho Filho” (DRG, 16/10/1849). Através do Catálogo dos livros do Gabinete de Leitura, publicado em 1877, podemos perceber que muitas das obras ali existentes eram consideradas “proibidas” para a época, sendo essa uma característica dos gabinetes fundados no período imperial. Segundo Ana Luiza Martins:

A rigor, tratava-se de uma casa de livros proibidos. *Proibidos* porque laicos, quando as tradicionais bibliotecas públicas do país apresentavam perfil religioso, guardando na sua maioria livros sacros ou de ciências naturais. *Proibidos* porque continham títulos importantes do pensamento iluminista, não obstante sua defasagem com o tempo europeu. Se na Europa os escritos de Marx já eram temidos diante da proletarização da sociedade, no Brasil rural e escravocrata se vivia ainda o temor do livre arbítrio e do liberalismo. *Proibidos* porque introduziam a escola realista e naturalista. *Proibidos* porque abundavam de romances-folhetins, leitura para a mulher, por excelência, alguns percebidos como perniciosos para a formação das mentes (MARTINS, 2007, p. 404, grifos da autora).

No acervo, identificamos obras em diversos idiomas como Francês, Inglês, Latim, Espanhol, Alemão e Português. Na perspectiva de livros que poderiam ser considerados proibidos na época, optamos por destacar algumas seções presentes no Catálogo. Na Seção IX, que reunia os livros voltados à *Crítica, Filosofia, Retórica e Lógica*, encontram-se 66 obras e 99 volumes disponíveis para consulta. Nessa coleção, identificamos diversas obras voltadas ao Espiritismo, muitas traduções e originais de Alan Kardec, o que de certa forma entra em contraposição às obras voltadas à razão, como *Critique de la raison pure* de Kant (1845) e *Filosofia de la historia* de Voltaire (1825), em espanhol. Na Seção X, voltada para a *Educação*, incluindo gramáticas e dicionários, são registradas 82 obras e 119 volumes. Dessa coleção destacamos o *Systema brittanico de educação* de Lancaster (1823), sistema

indicado pela Lei Geral do Ensino de 1827⁵⁷; a *Grammatica franceza* de E. Sévene⁵⁸ (1843); *Aventuras de Telemaco* por Fénelon⁵⁹ (1845), disponibilizada em diversos idiomas, e na sua versão em espanhol a edição data de 1798; *Emilie ou de la educacion* de Rousseau (1794); *Codigo do bom tom, ou regras de civilidade, e de bem viver no século XIX* de Roquette (1845) e *Curso normal para os professores de primeiras lettras* por Degerando⁶⁰ (1839), são obras que constam nesta coleção.

Na *Seção XV – Literatura*, encontramos diversas obras de autores iluministas como Montesquieu, Rosseau e Voltaire, os quais “embasavam a postura revolucionária do século XVIII” (MARTINS, 2007, p. 406). Destacamos as seguintes obras: *Oeuvreus completes de J.J. Rousseau* (1825); *Oeuvreus completes de Voltaire* (1822); *Oeuvreus de Montesquieu* (1805).

Na *Seção XVIII*, voltada às *Novelas e Romances* encontramos José de Alencar, Camillo Castelo Branco, o qual revelava “a crise da tradição e dos velhos interesses rurais, com uma produção que ia do amor trágico ao romance trágico e romance histórico” (MARTINS, 2007, p. 406-407), com 43 obras no acervo. Na língua francesa destacamos: Alexandre Dumas com 72 livros, alguns com muitas cópias disponíveis como *Rainha Margot* com 05 cópias e *Mohicanos de Paris* com 15 cópias (CATÁLOGO, 1877, p. 53-54); Paul Feval;

⁵⁷ O método Lancaster ou método de ensino mútuo foi definido para todas as escolas do Império a partir da Lei Geral do Ensino de 15 de outubro de 1827 (TAMBARA; ARRIADA, 2005). De acordo com seu Artigo 4º: “[...] As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se” (BRASIL, 1827 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 24).

⁵⁸ Segundo Arriada (2007, p. 289), essa gramática integrava o Programa de ensino do Liceu D. Afonso desde 1859: “A Gramática de Emílio Sevène, publicada em dois tomos (o primeiro trata da gramática, o segundo é dedicado aos exercícios), foi adotada pelo Liceu D. Afonso. Desde 1856, o Colégio Pedro II adotava a obra, substituída no programa de 1877 pela de Halbout”.

⁵⁹ Conforme Arriada (2007), Fénelon também fazia parte do Programa de 1859 do Liceu D. Afonso, o qual seguia o Programa do Collegio Pedro II de 1858. Segundo o pesquisador: “Alguns desses textos tinham explicitamente um caráter pedagógico, caso típico de Fénelon e La Fontaine. Trechos escolhidos desses autores eram exaustivamente trabalhados em sala de aula. “Aventuras de Telêmaco”, por exemplo, deviam cativar os alunos pela sua linguagem épica e mitológica, sendo um dos autores mais lembrados na memória dos estudantes brasileiros. Nessa obra, Fénelon aborda noções de mitologia, de história, de literatura, de filosofia, com conselhos de procedimento, de conduta. Ao mesmo tempo que pode ser caracterizada como um romance, também não deixa de ser um tratado de educação e política” (ARRIADA, 2007, p. 291).

⁶⁰ Segundo Tambara (2003), essa obra foi traduzida por João Candido de Deus Silva e possui 421 páginas, as quais apresentam orientações para o ensino normal. Cabe destacar que a tradução desta obra é “acompanhada das leis gerais e provinciais sobre o ensino primário da época” (TAMBARA, 2003, p. 94).

Gustave Flaubert, autor de *Madame Bovary*, com *Salambó*; Victor Hugo com *Os Miseráveis*⁶¹.

Os Gabinetes de Leitura surgem no Brasil, em sua maioria, na segunda metade do século XIX e irão se concentrar em núcleos de economia expressiva, como era a cidade do Rio Grande neste período, consolidando-se como espaços que “permitiam a troca de ideias, formalizavam a sociabilidade das camadas médias urbanas, divulgavam a seu modo, novas práticas culturais” (MARTINS, 2007, p. 408).

Outra questão relevante diz respeito às relações que o Gabinete possuía com a educação do município. Nos seus Estatutos, no Capítulo VI – Do Edifício, já constava a parceria público/privada que a instituição possuía com o governo provincial:

Art. 42º. O edificio será aquelle que a directoria achar mais apropriado e vantajoso, no qual residirá sómente o guarda. Haverá n'elle uma sala ou salas, onde funccionem as aulas nacionaes de inglez e francez e outras em identicas circustancias, ficando todavia sem direito ao uso aos livros e mappas do Gabinete (ESTATUTOS, 1855, p. 12).

Desde o início da década de 1850, como será analisado no subcapítulo seguinte, as aulas secundárias públicas de Inglês, Francês e Geografia aconteciam no Gabinete de Leitura, que cobrava um aluguel mensal à Diretoria da Instrução Pública. Essa parceria será interrompida em 1873, quando o governo suspendeu a oferta de ensino secundário público na Província e consequentemente, extinguiu a única aula secundária avulsa que existia e que funcionava na cidade do Rio Grande.

Na década de 1850, um dos sócios do Gabinete foi Miguel Tito de Sá, outro importante comerciante local, que atuou, inclusive, na gestão da

⁶¹ É significativo mensurar o movimento do Gabinete de Leitura no mês de julho de 1878, evidenciando a circulação e a prática de leitura: “RIO GRANDE: Movimento do Gabinete de Leitura d’esta cidade no mez de julho: Sahiram: 760 volumes; Entraram: 718 volumes; Ficam fora: 245 volumes; Durante o mesmo mez fizeram as seguintes offertas de obras, os Srs: Pedro Marcos Rozendo: 74 volumes; Affonso Moreira Pinto: 7 volumes; Luiz Alexandre Duarte: 5 vol; **Dr. Eduardo Grauert: 20 vol**; Manuel Gaspar d’Oliveira: 11 vol; Euzebio José da Silva: 3 vol; Eduardo Alves da Cruz Secco: 4 vol; Benjamim Flores: 1 vol; Julio Antonio Vasques: 1 vol; Annaes da Bibliotheca Nacional: 5 vol; Total: 131 volumes; João Gualberto Silvino Vidal, 18 numeros “Revista do Rio de Janeiro”; Julio Antonio Vasques, 3 numeros da “Revista do Rio de Janeiro”; Carlos Eugenio Fontana, “El siglo”, jornal de Montevideo. Recebeu-se também a “Democracia”, jornal de Maceió” (DRG, 01/08/1878, grifos nossos). Grifamos na citação o nome do Prof. Eduardo Grauert, também pode ser considerado membro da elite intelectual local, pois além de estar vinculado ao Gabinete de Leitura atuou como professor particular e fundador do *Collegio União*, importante colégio particular criado na década de 1860.

instituição, exercendo as funções de Secretário em 1851 (DRG, 2/07/1851) e Presidente do Gabinete em 1854-1855 (ESTATUTOS, 1855, p. 16). Como já foi exposto, Tito de Sá exerceu diversas atividades mercantis na cidade do Rio Grande, e, portanto, consolidou-se como membro desta elite e, com base na sua trajetória e presença em determinadas entidades civis, podemos considerá-lo como um indivíduo influente tanto economicamente quanto politicamente.

É interessante ilustrar que ao longo dos séculos XVIII e XIX consolidou-se, o que pode ser definida como a elite mercantil da Província de São Pedro. Tal afirmativa pode ser justificada principalmente com o respaldo dos estudos que evidenciam a forte presença e influência dos “homens de negócio” do Rio de Janeiro, capital do Império, na cidade do Rio Grande (OSÓRIO, 2000). Tal fato, de certa forma, pode ter influenciado ou instigado essa elite rio-grandense a pensar e, por fim, a criar o primeiro espaço público de leitura da província, já que a sede da Corte já contava com seu gabinete de leitura desde 1837. Outra hipótese estaria vinculada às origens desses imigrantes vindos de diferentes países da Europa e que, de certa forma, já exerciam essa prática de leitura e frequentavam outros espaços de sociabilidade, como Gabinetes de Leitura.

Um dos fatores determinantes para a formação dessa elite mercantil no sul do Brasil é a existência de um estratégico porto marítimo na cidade do Rio Grande, o que garantia aos comerciantes do Rio de Janeiro novas oportunidades de negócios, permitindo o abastecimento interno dos territórios luso-brasileiros desde o final do século XVIII (OSÓRIO, 2000). Como essa elite mercantil rio-grandense era responsável pelos circuitos locais de distribuição e abastecimento de mercadorias, suas negociações com o Rio de Janeiro eram constantes. Segundo Osório (2000, p. 122) os negociantes:

[...] eram abastecidos de todo tipo de mercadorias pelo porto do Rio de Janeiro para onde era escoada a maior parte da produção de charque, trigo e demais derivados do gado. Com Bahia e Pernambuco entretinham o comércio de charque e recebiam sal, produto básico para o processamento das carnes (OSÓRIO, 2000, p. 122).

Este contato constante com a sede da Corte e com a “elite mercantil carioca” pode ter influenciado e proporcionado a compra de livros e periódicos para o acervo do primeiro Gabinete de Leitura da Província de São Pedro do

Rio Grande do Sul, como já pode ser observado nas publicações da imprensa local.

Outro comerciante, de origem portuguesa, que merece ser mencionado neste estudo devido a sua intensa atuação na economia do município e por sua participação ativa em instituições educativo-culturais, como o Gabinete de Leitura, foi o português Antonio Manoel de Lemos Júnior. Este empresário, natural da cidade do Porto (CESAR, 2007), atuava no ramo de couro, calçados e outros materiais de vestuário importados, como podemos observar nos anúncios seguintes:

Figura 8: Anúncios comerciais do estabelecimento de A. Lemos Junior.



Fonte: Jornal Diário do Rio Grande, 30 de agosto de 1877.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

No Gabinete de Leitura, Lemos Junior exerceu a função de Secretário na década de 1860⁶² e concorreu para o cargo de Tesoureiro nas eleições de 1877 (DRG, 27/01/1877), uma função importante no cotidiano da instituição. Segundo o Artigo 31º dos Estatutos, entre as principais funções do Secretário do Gabinete estavam:

⁶² “Gabinete de Leitura: conservar-se o gabinete aberto nas grandes noites de inverno, devidamente iluminado. Abrindo das 11 às 14h e das 4 para fechar às 9h da noite. O secretario A. M. de Lemos Junior” (DRG, 30/03/1860).

§1º. Lavrar as actas das sessões tanto d'assembléia geral como da directoria; § 2º. Organisar e conservar o archivo em boa ordem; [...] §4º. Assignar com o presidente toda a correspondencia e actas, fiscalisar a escripturação e a contabilidade (ESTATUTOS, 1855, p. 10).

Cabe destacar que, na ausência do Presidente e do Vice-presidente, quem deveria substituí-los era o Secretário (ESTATUTOS, 1855), tamanha era a responsabilidade deste cargo. Outro membro dessa elite intelectual, que atuou na função de Secretário do Gabinete foi o Prof. Ignácio de Miranda Ribeiro⁶³ (CATÁLOGO, 1877). Ele foi membro do corpo docente do *Collegio S. Pedro* e do *Collegio S. João*, importantes instituições particulares de ensino primário e secundário da cidade, além de ter participado como membro de bancas avaliadoras dos exames realizados por diversas instituições, como o *Collegio S. José*⁶⁴, estabelecimentos que serão devidamente apresentados e analisados no decorrer deste capítulo. O Prof. Ignácio também fará parte de outras sociedades literárias⁶⁵ que surgem na cidade neste período, ratificando sua posição como membro da elite cultural rio-grandina.

A trajetória de Lemos Junior como empresário no comércio local merece algumas observações. Este comerciante português investia e transitava em outras entidades, por exemplo: foi Presidente da Companhia Carris Urbanos do Rio Grande (DRG, 22/02/1889), era acionista de importantes companhias da cidade, como a Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Rio-Grandense onde possuía 25 ações em 1890, conforme relatório da companhia (RELATÓRIO, 1891), e na Companhia Carros e Estrada de Ferro à Costa do Mar possuía 150 ações (RELATÓRIO, 1893). Além disso, foi Diretor da Companhia Industrial e Mercantil Rio-Grandense (RELATÓRIO, 1894) e

⁶³ Nas eleições de 1877 para a diretoria do Gabinete concorreu como 1º Secretário na mesma chapa de Antonio Manoel de Lemos Junior (DRG, 27/01/1877).

⁶⁴ Conforme anúncio no jornal *Diario do Rio Grande*: “Começaram hontem os exames do Collegio S. José de direcção do Sr. Francisco Rodrigues de Souza. Fizeram exames as classes de portuguez, grammatica, arithmetica e geographia. [...] **Foi examinador em grammatica o Sr. Ignacio de Miranda Ribeiro.** Estavam como julgadores os Srs. Dr. Alves Pitombo e Arthur Rocha (DRG, 07/12/1880, grifos nossos).

⁶⁵ Foi Secretário do *Gremio Litterario Rio-Grandense* em 1869 (DRG, 19/07/1869) e sócio da *Sociedade Juvenil Litteraria* criada em 1875 e da *Sociedade União Litteraria*, participando ativamente das discussões e defesas de “theses” que aconteciam nas reuniões. No extrato da sessão que aconteceu no dia 25 de maio de 1876, ele apresentou duas teses para debate: “A organização actual da instrucção publica no Brasil póde satisfazer as necessidades sociaes, e se não póde qual será a melhor forma de organização?; A falta de educação moral e intellectual das classes desvallidas concorre e acoroçoa a propaganda dos vícios, que contornisam a sociedade” (DRG, 01/06/1876).

também membro do Conselho Fiscal da “Sociedade Commanditaria em acções Rheingantz & C.” (DRG, 09/10/1889). Sua circulação e seu investimento em diferentes companhias demonstram uma visão empreendedora para a época, pois, ao obter êxito financeiro com seu estabelecimento comercial, ele optava por investir seu capital em outros empreendimentos da cidade, os quais eram organizados e mantidos pelos próprios membros desta elite local.

Em seu testamento, Lemos Junior consolida sua trajetória como membro de uma elite mercantil e intelectual, deixando diversos legados a instituições literárias, beneficentes e de ensino na cidade do Porto e de Lisboa, sugerindo que se criasse, a partir do seu legado, um prêmio denominado “Lemos Junior” para os “seis professores que maior numero de alumnos se distinguirem nos exames do 1º curso completo do Lyceu Portuense, e dois terços do mesmo rendimento pelos ditos alumnos, tambem como premio” (TESTAMENTO, 1902 apud CESAR, 2007, p. 282). Para a educação da cidade do Rio Grande ele também deixa uma importante contribuição:

À Câmara Municipal da cidade do Rio Grande lego o usufruto de 150 acções da Companhia União Fabril para coadjuvar a estabelecer nesta cidade, no prazo de três anos, uma escola de curso superior, cujos exames sejam validos nas Escolas e Academias da Republica. Se o Conselho Municipal se esforçar por conseguir este desideratum, que evite os estudantes de ir à capital do Estado prestar exame na instrução pública, e puder ou quiser estabelecer uma escola politécnica denominada **Lemos Júnior**, autorizo o meu testamenteiro a elevar o donativo à cifra de 200 contos de réis (CESAR, 2007, p. 32).

O primeiro curso de ensino superior da cidade não foi criado nesse período⁶⁶, porém, sua doação possibilitou a criação do Ginásio Municipal Lemos Jr, em julho de 1906, sendo reconhecido pelo Governo Federal em 17 de junho de 1907 (CESAR, 2007, p. 275). Seu interesse em investimentos na educação pode ser um anseio vivido quando seu filho, Demócrito Martins de Lemos, teve que se mudar para o Rio de Janeiro para cursar a Faculdade de Medicina. Demócrito vem a falecer no segundo ano do Curso, aos 20 anos. Segundo Willy Cesar (2007), ele pode ter realizado seus estudos primários e secundários em Rio Grande, contudo não identificamos seu nome nas listas de alunos matriculados ou aprovados em exames nos colégios particulares mapeadas até 1890.

⁶⁶ Sobre a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande ver TEIXEIRA (2013).

A infância de Demócrito e como estuda antes de ir embora do Rio Grande são assuntos pouco conhecidos. Para o ensino primário, há algumas alternativas em matéria de escolas na cidade, mas, como não tem ginásio, a saída é estudar com professores particulares, ou mudar-se para outro município. Segundo Daoiz de la Rocha, Demócrito estuda no Rio Grande o tempo todo até aprontar-se para o curso superior, a ser feito no Rio de Janeiro. Ele se muda para a capital federal, ingressando na Academia de Medicina (CESAR, 2007, p. 31).

Lemos Junior foi membro atuante do Gabinete de Leitura de Rio Grande nas décadas de 1860 e 1870, período em que a instituição passou por momentos de instabilidade institucional, quase sendo extinta. Tal situação era constantemente reproduzida na imprensa, como forma de mobilizar a população sobre a importância deste espaço de sociabilidade. Em campanha para novas eleições do Gabinete, no ano de 1860⁶⁷, as notas na imprensa destacam a situação delicada em que se encontrava a instituição:

O Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande, está a morrer, está abandonado, atirado as moscas: é preciso que uma mão forte o levante do torpor a que o atiraram, e isso não se fará se os Srs. sócios e accionistas não deliberarem na organização de uma directoria digna d'esse nome e dos sufragios dos interessados (DRG, 11/02/1860).

Ao completar 26 anos de existência no município, a situação do Gabinete ainda era preocupante. No Relatório apresentado pelo então Presidente, Rodrigo José de Lamare, em janeiro de 1873, são publicadas críticas ao pouco investimento por parte do governo e à falta de dedicação da comunidade a esse espaço, mencionando, inclusive, que a grande maioria da população rio-grandina, que era marcada por um “espírito mercantil”, acabava só se preocupando com as “transações comerciais” e não investia naquilo que significava “alimento do espírito e da alma”⁶⁸.

É doloroso á directoria o ter de aqui consignar que a vida ephemera que arrasta esta util associação, ameaça extingui-la, e o fará, se um braço forte e esforços bem combinados, não vierem o mais breve possível, alenta-la de nova seiva, fazendo-a sahir do marasmo em que vegeta ha alguns annos. É para sentir, na verdade, que instituição unica d'esta ordem na província, tão pouco favorecida seja, quer dos particulares ou mesmo por parte do governo (DRG, 01/02/1873).

⁶⁷ Um das chapas para nova diretoria do Gabinete tinha como candidatos à presidência do Gabinete: Dr. José de Pontes França, médico e professor público da cadeira de Francês na cidade e João Barbosa Coelho.

⁶⁸ Segundo o Relatório de 1873 a população do município era de quatorze mil pessoas e apenas cento e quarenta estavam vinculadas ao Gabinete de Leitura (DRG, 01/02/1873).

É importante problematizar que essa instituição estava voltada ao público masculino pertencente a uma elite mercantil e intelectual, todavia, cabe lembrar que a grande maioria da população ainda era analfabeta e o Governo Provincial pouco investia na instrução pública neste período, extinguindo, até mesmo, a única oferta de ensino secundário existente na cidade neste mesmo ano. Contudo, a crítica estava voltada ao seleto grupo de empresários locais que poderiam investir seu capital nesta instituição, mas optavam por investir em outros espaços, inclusive em outras sociedades recreativas, como a *Imperial Sociedade de Instrução e Recreio*, criada na década de 1850.

É significativo pontuar, mesmo de forma breve, que a atuação dessa sociedade recreativa particular era voltada para os grupos sociais com certo poder aquisitivo para a manutenção das redes de sociabilidade da elite mercantil e intelectual da cidade. Vamos notar que muitos membros do Gabinete de Leitura também se farão presentes nesse espaço de sociabilidade. A *Imperial Sociedade de Instrução e Recreio*, com longa trajetória na cidade, tinha como principais objetivos “o conagraçamento e o oferecimento de oportunidades de lazer a seus membros” (LONER, 1999, p. 118). Contudo, além das atividades de cunho recreativo como jogos, bailes e saraus, essa instituição percebendo a demanda das famílias dos seus sócios, passou a oferecer, também, aulas particulares noturnas:

Sociedade Instrução e Recreio – Por ordem da directoria avisa-se aos Srs. sócios que os ensinos principiam domingo 6 do corrente, e se acham distribuídos da maneira seguinte: **Francez** às segundas, quartas e sextas feiras das 6 ½ às 8 ½ horas da noite; **Inglez** nos mesmos dias das 8 ½ às 10 horas da noite. **Esgrima** aos domingos das 11 horas á uma da tarde, e ás terças feiras das 8 horas da noite em diante, **Dança** ás quintas feiras e domingos das 6 ½ da noite em diante. – O secretario, **Candido de Sousa Rangel** (DRG, 06/08/1854, grifos nossos).

Sociedade Instrução e Recreio – A directoria avisa aos Srs. sócios que tendo sido creado o **curso de pianno**, as lições terão lugar as terças feiras das 8 ás 9 horas da noite, e aos domingos das 11 ás 12 da manham a principiar do próximo domingo. Rio Grande, 21 de novembro de 1854 – O secretario, **Candido de Sousa Rangel** (DRG, 22/11/1854, grifos nossos).

Retomando a questão das redes de sociabilidade, o Secretário da Imperial Sociedade, Candido de Souza Rangel, também exercia, nesse mesmo período, a função de Bibliotecário no Gabinete de Leitura da cidade

(ESTATUTOS, 1855), sendo Tesoureiro da instituição na década de 1890 (RELATÓRIO, 1893). Cabe destacar que as aulas noturnas oferecidas pela instituição eram, em sua maioria, voltadas ao ensino de Línguas estrangeiras, como Inglês, Francês e Alemão, uma demanda local para os indivíduos que atuavam nas casas comerciais, muitas de origem estrangeira, e que precisavam estar aptos a compreender as transações de importação e exportação. Seguindo essa perspectiva, também foi criada uma aula de Escrituração Mercantil na década de 1850 (Figura 9), formação que estava diretamente voltada aos que tinham interesse em seguir a carreira comercial, como veremos no decorrer deste estudo.

Figura 9: Anúncio das aulas em exercício na Imperial Sociedade Instrução e Recreio.



Fonte: Jornal Diário do Rio Grande, 07 de abril de 1859.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Ao longo de toda a segunda metade do século XIX, essa instituição, não apenas se dedicou às atividades de lazer de seus associados, como manteve as aulas noturnas como forma de suprir uma lacuna existente na educação do município, atendendo a demanda oriunda desse grupo social. Do mesmo modo o Gabinete de Leitura, no final da década de 1870, também irá oferecer aulas noturnas, como veremos na sequência.

Retomando a trajetória do Gabinete, percebemos, no Relatório de 1873, as nuances das relações entre público e privado que existiam na educação, já observadas nos Estatutos da instituição. No caso do Gabinete de Leitura, alugar suas salas para as aulas públicas de instrução secundária no município, poderia ser uma das alternativas para o fim da crise financeira que ele vinha enfrentando, afinal, nas décadas de 1850 e 1860 existia um acordo entre a Diretoria do Gabinete e a Diretoria da Instrução Pública.

Na impossibilidade, portanto, de obtermos a protecção dos particulares, relevem-nos os illustres cavalheiros que serão nossos successores, que lhe indiquemos a idéa de que um auxilio qualquer pecuniário, por parte do governo provincial, será de summa utilidade e facil em sua obtenção, uma vez que se offereção as salas do gabinete para n'ellas terem lugar as aulas do ensino secundario n'esta cidade (DRG, 01/02/1873).

Porém, com a Lei nº 882, de 05 de maio de 1873, são suspensas as únicas ofertas públicas de ensino secundário na Província, encerrando as aulas no Ateneu Rio-Grandense na capital da Província e a cadeira de Francês que era oferecida na cidade do Rio Grande (ARRIADA, 2007), impossibilitando que esta parceria, Gabinete e aulas públicas, voltasse a ser firmada. Ao longo da década de 1870, a crise se amplia⁶⁹ e surgem notas na imprensa de sócios do Gabinete de Leitura em busca de alguma solução para encerrar esse quadro delicado. Um sócio, sem se identificar, criticava o descaso de alguns membros da elite local que não se interessavam em fazer parte deste importante espaço da cultura letrada:

Muito limitado é hoje o numero de subscriptores com que conta o Gabinete. Podemos garantir que tem apenas cento e dez socios e accionistas, quando em tempos que já lá vão chegou a ter mais de quatrocentos. E d'estes cento e dez assignantes a maioria jovens de nossa sociedade, inclusive algumas illustres senhoras; notando-se com admirável pezar que os homens de letras, os formados, os proprietarios e os commerciantes não estejam inscriptos no numero de seus sócios (DRG, 27/01/1877, grifos nossos).

⁶⁹ As manifestações da crise que estava vivenciando o Gabinete eram constantes na imprensa, que chegou a enviar cartas circulares convidando outros membros da elite local para se associarem ao estabelecimento, como podemos visualizar na nota: “[...] O gabinete de leitura d'esta cidade, único em seu gênero que, infelizmente existe entre nós, no louvável empenho de atingir a um desejado grau de augmento e prosperidade, **acaba de dirigir a vários cavalheiros de nossa sociedade, cartas circulares convidando-os a fazer parte d'essa útil e proveitosa instituição, que, tem lutado até aqui com o mais condemnável e enervador indiferentismo.** Sabemos que muitos d'elles, têm aceito sem o menor constrangimento o convite da directoria que dirige actualmente aquelle estabelecimento. Louvamos tão acertada idéia; e possa ella trazer ao GABINETE DE LEITURA d'esta cidade elementos de estabilidade e progresso (DRG, 25/04/1878, grifos nossos).

A única alternativa viável, encontrada pelos gestores do Gabinete, foi transformá-lo em uma biblioteca municipal. Dessa forma, em 04 de junho de 1878, o Gabinete passa a denominar-se *Bibliotheca Rio Grandense*, uma “sociedade de recreio espiritual e de difusão da instrução” (FONTOURA, 1933, p. 28). Um dos responsáveis pela nova concepção desse espaço foi o Sr. Francisco Antônio Affonso, mais conhecido como Barão de Villa Izabel⁷⁰. Foi presidente da Biblioteca em 1878 e em 1879⁷¹, recebendo elogios pelas demonstrações de dedicação com a instituição:

A re-eleição do digno presidente d’aquelle utilíssimo estabelecimento Sr. Barão de Villa Izabel, foi um merecido acto de justiça e reconhecimento aos importantes serviços prestados por S. Ex. á prosperidade da Bibliotheca, durante o tempo que exerce com a maior dedicação aquelle honroso cargo. Á sua influencia e ao interesse que tem tomado peles destinos da Bibliotheca deve Ella em parte o gráo de prosperidade em que actualmente se acha e a longa estababilidade que promette (DRG, 13/01/1879).

Neste mesmo ano a Biblioteca passa a oferecer aulas noturnas em seu espaço. Esse movimento fazia parte do que outros Gabinetes de Leitura já vinham desenvolvendo em outras partes do Império, como o caso dos Gabinetes da Província de São Paulo (MARTINS, 2007).

[...] uma rede de estabelecimentos voltados para a leitura e que, dotados de estatutos homogêneos, previam a formação de uma biblioteca de gêneros e títulos diversificados, onde se podiam alugar livros; previam, igualmente, uma escola de primeiras letras, que formasse leitores para consumo daquele acervo enquanto encetavam a alfabetização dos segmentos menos favorecidos da sociedade (MARTINS, 1999, p. 401).

⁷⁰ Segundo Neves (1989), o Barão de Vila Isabel era natural da cidade do Porto e veio ainda criança com a família para a cidade do Rio Grande. Seus pais adquiriram grande área na Ilha dos Marinheiros, que mais tarde foi herdada por Francisco Antônio. Fora “autodidata e compenetrado estudioso, desde mocinho tornou-se cidadão muito culto e prestativo” (NEVES, 1989, p. 51). Recebeu o título de Barão em 1877, segundo nota publicada na imprensa: “Constava na côrte que fôra agraciado com o título de barão de Villa Izabel o Sr. Francisco Antonio Affonso, residente n’esta cidade” (DRG, 17/09/1877).

⁷¹ A diretoria da Biblioteca para o ano de 1879 era composta por: Presidente: Barão de Villa Isabel, reeleito; Vice-presidente: Capitão Dr. Francisco Clementino Santiago Dantas; 1º secretário: Alfredo Luiz de Mello, reeleito; 2º secretário: **Alfredo Antonio Santos**; Tesoureiro: Eduardo Gomes Pereira, reeleito; Bibliotecário: Arnaldo José Pereira; Diretores: Carlos Eugenio Fontana; Apolinário Francisco de Oliveira; Comissão de Contas: **Hilário Ribeiro de Andrade e Silva**; Anselmo José Pereira, Joaquim Antunes Guimarães (DRG, 27/01/1879, grifos nossos). Destacamos os nomes dos membros Alfredo Antonio dos Santos e Hilário Ribeiro de Andrade e Silva, pois estes exerceram importantes funções na educação do município: Alfredo dos Santos foi diretor do *Collegio União* e depois professor do *Collegio Ernst*, já Hilário Ribeiro foi professor em Porto Alegre, um dos fundadores do *Partenon Literário* e criou um curso noturno na cidade do Rio Grande no final da década de 1870.

Vale frisar que durante as últimas décadas do século XIX, muitas mudanças vinham ocorrendo no país e que direta ou indiretamente influenciavam o cotidiano das Províncias. Segundo Peres (2002), alguns projetos de instrução pública foram desencadeados por uma série de transformações significativas durante esse período.

Circulavam ideias de formação do espírito nacional, do progresso, da soberania, da modernidade, pois, além da abolição, outras significativas mudanças ocorriam no país: a disseminação dos ideais positivistas, a chegada de grandes contingentes de imigrantes, o advento da República, fomentando ainda mais estas discussões e preocupações. Tais ideias e acontecimentos influenciaram sobremaneira as principais medidas no campo educacional nas últimas décadas do século XIX. Foram estas ideias, por conseguinte, que sustentaram a criação e expansão de cursos noturnos de instrução primária em quase todas as principais cidades das Províncias do Império (PERES, 2002, p. 24).

Um exemplo semelhante ao da Biblioteca Pública Rio-Grandense é o da Biblioteca Pública Pelotense, criada em 1875, e que em 1877 passava a oferecer cursos noturnos de instrução primária. Além desses cursos, ainda oferecia aulas de Inglês e Francês, aulas de caráter independente ao de instrução primária (PERES, 2002). Segundo Peres, respaldada por Moacyr (2002), a década de 1870 pode ser descrita como o momento de criação das aulas noturnas no Brasil. Em 17 de março de 1879, foi inaugurada a primeira aula noturna de Primeiras Letras, na Biblioteca Rio-Grandense, iniciando com 35 alunos e tendo como professor responsável Francisco Rodrigo de Souza⁷² (RELATÓRIO, 1888). Este será substituído pelo Prof. Cypriano Porto Alegre⁷³ na década de 1890, registrando o significativo número de 79 alunos matriculados no segundo semestre de 1892 (RELATÓRIO, 1893, p. 25-26). Entretanto, o curso será suspenso em 1896 devido à baixa frequência dos alunos:

Durante o decorrido anno funcionaram as aulas, com mais ou menos regularidade, sob a direcção do abalisado professor o Sr. Cypriano Porto Alegre. Tendo, porem, nos últimos tempos diminuído

⁷² O Prof. Francisco Rodrigo de Souza também vai ministrar aulas no *Collegio Brasil* e será diretor de dois estabelecimentos particulares de educação primária e secundária, o *Collegio S. José* e o *Athenêo Luzo-Brasileiro*, criados na década de 1880 na cidade do Rio Grande. Também cabe mencionar que o Prof. Francisco foi secretário no ano de 1889 da *Imperial Sociedade de Instrução e Recreio*, demonstrando fazer parte também das redes de sociabilidade existentes no município (DRG, 20/06/1889).

⁷³ O Prof. Cypriano Porto Alegre foi colega do Prof. Francisco no *Collegio Brasil* e na década de 1880 também irá fundar o colégio *Amôr ao Estudo* e o *Instituto Riograndense*, instituições de instrução primária e secundária na cidade do Rio Grande.

sensivelmente a frequencia dos alumnos, achou a directoria avisado suspender o curso temporariamente; até que se estudem as medidas mais acertadas para que a aula nocturna, que a Biblioteca com sacrifício sustenta, possa corresponder ao fim para que foi creada (RELATÓRIO, 1896, p. 11).

No Regulamento Interno da Biblioteca, publicado na imprensa local, existia um capítulo voltado apenas para as *Aulas Nocturnas*, o qual declarava:

Art. I. Serão admitidos á matrícula: §1º. As pessoas de qualquer nacionalidade, maiores de 14 annos, que estiverem no caso de receberem instrucção gratuita. §2º. Os menores, que justificarem não poder frequentar as aulas publicas por suas occupações diurnas, das quaes tirem os meios de subsistencia (DRG, 21/06/1879).

É importante destacar que a Biblioteca, a fim de poder manter-se financeiramente, continuava alugando salas para outras instituições que precisassem de espaço físico. No final da década de 1870, vão funcionar as aulas do *Collegio Brasil*, colégio particular dirigido por W. Reugé d'Orloff (Figura 10), e também um curso particular de Taquigrafia, disciplina vinculada ao ensino secundário (ARRIADA, 2007), mas que não era oferecida nos programas de ensino dos colégios particulares da cidade.

Tachygraphia: Acham-se abertas e continuam francas as matriculas de ensino da arte tachygraphica em curso publico e particular pelo professor Sebastião Mestrinho, sem distincção de sexo nem classe, estando nas condições, na Bibliotheca Rio Grandense (DRG, 07/11/1878).

Figura 10: Anúncio do Collegio Brasil, dirigido pelo Prof. W. Reugé d'Orloff.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 29 de maio de 1879.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Em face disso, pode-se afirmar que a partir desse momento essa instituição cultural acentua suas características como biblioteca e amplia sua função social, criando e mantendo aulas noturnas gratuitas, conferências literárias, entre outras atividades que demonstram sua intenção de consolidar-se como um espaço educativo capaz de criar uma rede de sociabilidade com a elite da cidade do Rio Grande. Essas singularidades da instituição devem ser ressaltadas, afinal existia uma ausência de um público leitor para a época, já que, como mencionado anteriormente, quase 80% da população brasileira era analfabeta neste período (ALMEIDA JÚNIOR, 1997). Portanto, pode-se notar que existia um investimento por parte desse grupo seletivo – uma elite mercantil e intelectual - que se reunia para criar esse espaço de sociabilidade voltado para a educação e cultura.

Além de fornecer aulas de Primeiras Letras, a instituição passa a oferecer aulas de Desenho e Escrituração mercantil na década de 1880 (RELATÓRIO, 1888). O curso de Desenho, inaugurado em 1881, era um curso particular, mas que ficou fechado durante certo período em função da falta de professor (RELATÓRIO, 1888, p. 50). Este funcionava duas vezes por semana, chegando a um total de 18 alunos em dezembro de 1887, ano em que o curso foi reaberto, sob a responsabilidade do Professor Frederico Blaw (RELATÓRIO, 1888). Por meio do Relatório apresentado pela Diretoria da Biblioteca à Assembleia Geral em janeiro de 1888, é possível observar a preocupação com a baixa procura pelo curso, tendo tal situação justificada principalmente por seu caráter particular.

Seria uma medida de grande utilidade se este curso fosse gratuito, em proveito ainda dos alumnos extremamente pobres que, por não poderem pagar uma contribuição, deixam muitas vezes de receber a instrução que lhes poderia ser dada gratuitamente (RELATÓRIO, 1888, p. 51).

O curso de Escrituração Mercantil também passou por semelhante situação, pois cobrava mensalidade dos alunos até março de 1887, quando por sugestão da Diretoria e aprovação da Assembleia, passou a ser gratuito (RELATÓRIO, 1888). Todavia, essa mudança não surtiu o efeito esperado pela direção da Biblioteca, que acreditava que por oferecer cursos gratuitos, a comunidade acabaria se interessando e aproveitando a oportunidade que lhes

proporcionava. Sobre este curso, em específico, a diretoria manifesta seu posicionamento:

Sendo esta aula uma das que mais aproveita à mocidade e, muito principalmente, **áquelles que se dedicarem à carreira do Commercio**, é de lastimar que com as vantagens offerecidas pela Bibliotheca, não só de ser o curso livre de qualquer contribuição, como também de estar confinado aos cuidados de um distincto Professor, o numero de alumnos não corresponda aos sacrificios feitos. Apesar dos esforços empregados por esta Comissão, já convidando pessoalmente, já por meio da imprensa, já **offerecendo no fim de cada anno attestados de habilitações perante o commercio**, o mez em que conseguimos maior frequência de alumnos não foi o seu número além de 19 (RELATÓRIO, 1888, p. 51, grifos nossos).

Conforme destaques na citação anterior, as aulas de Escrituração Mercantil eram imprescindíveis para aqueles que buscavam se dedicar à carreira comercial. No decorrer deste capítulo, iremos destacar a significativa oferta de aulas particulares diurnas e noturnas com ênfase nesta formação, o que pode caracterizar a existência de uma demanda local. O Prof. Francisco José de Mattos Abreu foi o responsável pela cadeira de Escrituração da Biblioteca durante os seus três primeiros anos. Com seu falecimento, ele será substituído pelo Professor público Joaquim Ribeiro Louzada Júnior⁷⁴.

Na década de 1880, a Biblioteca, além dos cursos noturnos, também passa a oferecer um espaço para as Conferências Literárias, reuniões abertas ao público, onde eram realizadas discussões e defesas de temas contemporâneos e que dialogavam com os anseios da sociedade da época. É necessário salientar que a cidade do Rio Grande contava, desde a década de 1860, com esse tipo de associações literárias, as quais merecem ser explicitadas neste estudo.

Uma das mais antigas instituições literárias do município foi o *Gremio Litterario Rio-Grandense*, criado em 1869, que funcionava nos salões da *Imperial Sociedade de Instrucção e Recreio* e nos salões do Gabinete de Leitura (DRG, 25/02/1869). Essa sociedade, bem como as demais deste gênero, tinha como principal finalidade a discussão oral de teses com

⁷⁴ O Prof. Joaquim trabalhava como professor particular na cidade do Rio Grande desde o início da década de 1870, ministrando lições particulares de português, francês, história, geografia, aritmética, escrituração mercantil e sistema métrico-decimal. No final da década de 1870 foi contratado para trabalhar como professor da aula criada na Fábrica Rheingantz que funcionava aos domingos, onde ele ensinava escrita, leitura, aritmética e sistema métrico.

apresentação de pareceres pelos sócios interessados em discutir temas que circundavam o contexto mundial, nacional, regional e local, como podemos ver na sessão de abril de 1869:

Gremio Litterario Rio-Grandense: Os srs. sócios são convidados para se reunirem em sessão ordinária, na sala do Gabinete de Leitura, no dia 11 do corrente, às 11 horas da manhã. Ordem do dia: apresentação das theses: 1ª: **A guerra do Paraguay, considerada de qualquer maneira, foi útil ou não útil ao Brasil?** Pelo Sr. Antonio Joaquim Dias; 2ª: **Da liberdade religiosa resultará utilidade pratica e real para o Brasil? Estará ella de accordo com os princípios de progresso e civilização do século?** Pelo Sr. B. A. Gouvêa Pacheco; 3ª: **A língua portugueza deve ou não ser considerada nascida da latina?** Pelo Sr. João Candido Ribeiro. Apresentação dos pareceres de vários sócios. Secretaria do *Gremio Litterario Rio-Grandense*, 8 de abril de 1869. O 1º secretario, José Vicente Thibaut, Cavalleiro da Ordem da Rosa (DRG, 09/04/1869, grifos nossos).

É importante mencionar novamente a questão das redes de sociabilidade, já que o Secretário desta agremiação era o Prof. José Vicente Thibaut, diretor do *Collegio S. Pedro*, importante instituição particular voltada para o ensino primário e secundário, que também será analisada neste capítulo.

Na década de 1870 foram criadas a *Litteraria Rio-Grandense* e a *Juvenil Litteraria*. Em 1875, a imprensa celebrava a criação de mais uma sociedade literária na cidade, ainda mais tendo como sócio-fundador e Tesoureiro o Prof. Rodrigo da Costa Almeida Lobo, diretor do *Collegio S. João*, colégio particular que será criado nesse mesmo período.

RIO GRANDE: Mais uma sociedade litteraria vai surgir entre nós. Hoje às 4 horas da tarde, na aula particular do Sr. Rodrigo da Costa Almeida Lobo, se hão reunir diversos cavalheiros para a fundação da nova sociedade que denomina-se JUVENIL LITTERARIA. Conta já com quarenta e tres sócios, e o Sr. Almeida Lobo esforça-se para obter maior numero ainda. Felicitamos ao Sr. Lobo por ver coroados seus esforços, desejando longa e prospera vida á JUVENIL LITTERARIA (DRG, 18/07/1875).

As primeiras sessões com discussões de teses aconteceram em janeiro de 1876. Nessas reuniões, eram organizadas comissões responsáveis por elaborarem os pareceres das respectivas teses, que após as suas leituras e debate, eram aprovados ou não pelos presentes⁷⁵.

⁷⁵ No caso da tese: *Luiz XVI devia ser decapitado?*, que foi apresentada no dia 26 de janeiro de 1876 na *Sociedade Juvenil Litteraria*, teve dois pareceres elaborados pelos sócios Argemiro

Juvenil Litteraria: Extracto da acta da sessão ordinária que teve lugar a 23 de janeiro de 1876. Presidencia do Sr. Ildefonso Cardoso; Membro: Almeida Lobo. Ordem do dia: O **Sr. Alfredo dos Santos** apresentou o parecer sobre a these: *O fuzilamento de Maximiliano no México foi ou não um acto de inaudita barbaridade?* Orou em favor do parecer o Sr. Rocha Gallo e contra o **Sr. Crescentino de Carvalho**. O Sr. Barém Júnior requereu o encerramento da these; posta a votos o requerimento se devia ou não ser encerrada, prevaleceu que sim. É apresentado pelo Sr. Louzada um requerimento, pedindo para que fossem imprimidos vinte exemplares dos estatutos da sociedade para serem distribuídos pelos sócios correspondentes (DRG, 24/01/1876, grifos nossos).

Um dos membros dessa sociedade, que estava presente nos debates do dia 23 de janeiro de 1876, era Crescentino de Carvalho, ex-aluno do *Collegio União* na década de 1860 (DRG, 22/04/1863), outra instituição particular relevante na cidade. Sua atuação nessa sociedade literária pode significar a presença de jovens estudantes que haviam concluído os estudos secundários no município e que se inseriam nesses espaços intelectuais talvez por influência desta formação intelectual em nível secundário. Outros membros recorrentes nas sociedades literárias eram os professores e diretores de colégios particulares, como o Prof. Almeida Lobo e o Prof. Alfredo dos Santos, diretor do *Collegio União* na década de 1870.

A sessão ordinária da *Litteraria Rio-Grandense*, também em janeiro de 1876, contou com a apresentação de três teses, sendo presidida pelo Sr. Dr. Carlos Flôres, que em janeiro de 1876 foi nomeado Delegado da Instrução Pública da Comarca de Rio Grande (DRG, 30/01/1876).

Litteraria Rio-Grandense: Extracto da acta da sessão ordinária que teve lugar a 20 de janeiro de 1876. Presidencia do Illm Sr. Dr. Carlos Flôres. Ordem do dia: É posta em discussão a these apresentada pelo Sr. Silvino Vidal: *Bruto devia assistir a execução de seus filhos?* Ora contra o parecer do Sr. Idelfonso Cardoso, opinando pelas idéias do Sr. Moreira Cezar o Sr. Argimiro Galvão. Não havendo mais quem pedisse a palavra, foi adiada a discussão. Tomou palavra pela ordem, tratando de negócios relativos á sociedade, os Srs. Godinho Valdez e Ignacio de Miranda. O Sr. Argimiro apresenta a seguinte these histórica: *Que papel representou Tira-Dentes, na conspiração mineira?* É nomeado para dar o parecer o Sr. Ignacio de Miranda. Nada havendo mais a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão ás 9 ³/₄ da noite, depois de designar para a ordem do dia da próxima sessão, as seguintes theses: *Bruto devia assistir a execução de seus filhos? Será o fanatismo o delírio das grandes virtudes? Terá o Brazil uma litteratura própria?* (DRG, 22/01/1876, grifos do autor).

Galvão e Almeida Lobo, e após os debates ficou “decidido pela casa que Luiz XVI não devia ser decapitado” (DRG, 29/01/1876).

Como percebido, essas duas sociedades literárias acabavam disputando o público intelectual local e, justamente por apresentarem dificuldades em manter esse público constante em suas reuniões, resolveram se unir e criar a *Sociedade União Litteraria* (DRG, 25/04/1876). Como diferencial dessa nova sociedade, destacamos o fato dela aceitar uma mulher como sócia, algo relevante para a época, afinal, esses espaços de sociabilidade eram exclusivamente masculinos.

Pelo Sr. Alfredo Guimarães foi proposto sócio a Exma. joven **D. Ercilia Celina de Mello**, sendo pelo escrutínio unanimemente aprovado, facto este que muito congratulou a sociedade União Litteraria, pois é mais um passo dado na senda do progresso (DRG, 01/06/1876, grifos nossos).

Além disso, a instituição também passa a oferecer aulas noturnas particulares e gratuitas de Português, Aritmética, Geografia do Brasil, História Pátria, Desenho, Sistema Métrico e Escrituração mercantil, matérias de nível secundário que estavam sob a responsabilidade dos colégios particulares do município.

Declarações – UNIÃO LITTERARIA: Tendo de se instalar as aulas noturnas d'esta sociedade no dia 8 do corrente, previne-se aos Srs. Sócios e mais pessoas que se queiram matricular que, no edificio da mesma sociedade, acha-se aberto o livro de matrícula, das 6 horas da tarde ás 8 ½ da noute. As condições são as seguintes: 1ª: que o pretendente não seja maior de 30 annos ou menor de 7; 2ª: que tenha residência fixa n'esta cidade; 3ª: que se obrigue ao pagamento de 2\$ réis mensaes não sendo sócio e 1\$000 réis sendo; 4ª: que tenha boa conducta, afiançada esta por algum associado, não o sendo o pretendente. OBSERVAÇÕES: **O individuo que justifique escassez de recursos para o pagamento exigido na 3ª condição, ficará dispensado d'elle.** Os filhos, irmãos e tutelados dos associados, pagarão unicamente as mensalidades designadas na 3ª condição para os próprios associados. As aulas noturnas principiarão a funcionar leccionando-se somente as seguintes matérias: portuguez, arithmetica, grographia do Brasil, historia pátria, desenho linear, systema métrico e escripturação mercantil. Sala das sessões da sociedade *União Litteraria* no Rio Grande, 2 de setembro de 1876. Pedro Celestino Boa Nova, 1º secretário (DRG, 04/09/1876, grifos nossos).

As aulas noturnas, como já mencionado, fazem parte de um movimento da década de 1870 que também pode ser percebido na cidade do Rio Grande. Outra sociedade literária, que surge nesse período, é o *Club Litterario Beneficente Luzo-Brasileiro*, o qual também passa a oferecer aulas noturnas para os sócios e seus filhos a partir de março de 1877 nas suas dependências

(DRG, 04/03/1877). Essa iniciativa seguirá na década de 1880, conforme anúncio a seguir:

DECLARAÇÕES: Club Litterario e Beneficiente “Luzo Brasileiro” – AULAS NOCTURNAS. As aulas nocturnas deste club, continuam a funcionar regularmente nos dias segundas, terças, quintas e sextas-feiras as 7 horas da noute, sobre a direcção de um hábil professor, achando-se a disposição dos Srs. Sócios e seus filhos a respectiva matricula; previne-se que funcionarão com qualquer número. O 1º secretário, Jovino Pinto de Souza (DRG, 11/03/1880).

É válido acrescentar a existência de mais uma sociedade voltada para a comunidade luso-brasileira residente na cidade do Rio Grande, que também irá se estabelecer na década de 1880. Trata-se do *Congresso Portuguez D. Luiz I*, sociedade recreativa voltada para os cidadãos portugueses que viviam no município. Vale frisar que a presença lusitana foi fundamental na formação da cidade, conforme afirma Copstein:

A mais numerosa e importante das colônias estrangeiras e a que maior influência exerceu sobre a cidade do Rio Grande foi, fora de qualquer dúvida, a portuguesa. Em todos os campos de atividade o trabalho português se fez sentir tanto no tempo como no espaço. No setor primário, além da agricultura já citada, a pesca teve nele um dos seus esteios. No comércio foi particularmente o setor de secos e molhados que constituiu a área de preferência lusitana. Os estabelecimentos varejistas, até o advento dos supermercados, além de numerosos eram facilmente reconhecíveis pelos nomes com que se os batizavam. Lembravam a terra de origem ou ostentavam denominações pitorescas tão ao gosto luso. De forma semelhante, se pode falar dos seus restaurantes, cafés populares e padarias. Sua presença foi uma constante no mercado público, seja nas bancas de verdura ou nos “quartos” (COPSTEIN, 1975, p. 36).

Essa sociedade, semelhante ao *Club Litterario*, também oferecia aulas aos sócios e filhos dos sócios. Em julho de 1888, o Presidente Sr. Manoel Corrêa d’Azevedo, apresentou a situação em que se encontravam as aulas de Primeiras letras, Português e Francês que eram frequentadas pelos sócios⁷⁶.

AULAS E PROFESSORES – Teem funcionado com toda a regularidade as aulas de portuguez e francez, que se acham instituídas, e que são frequentadas por sócios e filhos de sócios. Um dos nossos companheiros de directoria teve occasião de assistir aos trabalhos escolares, para conhecer do adiantamento dos estudantes e ficou bastante satisfeito por ver os progressos, em leitura, escripta e operações arithmeticas de alguns alumnos, que ali começaram a receber as primeiras noções da instrucção. Para mais amplos esclarecimentos transcrevemos aqui os dados que oficialmente nos forneceu o actual professor de portuguez, os quaes são: “Tenho prazer em poder declarar que todos os Srs. Alumnos têm colhido

⁷⁶ É significativo mencionar que um dos sócios era o Barão de Villa Izabel, sócio e ex-presidente da Biblioteca Rio-Grandense.

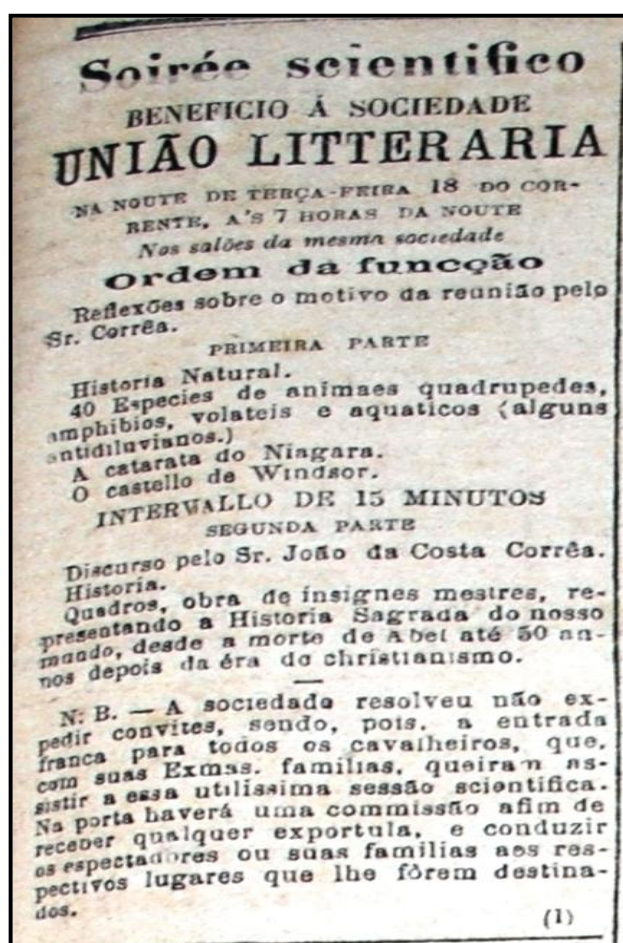
resultados satisfactorios das lições que teem recebido, destacando-se em arithmetica o Sr. Candido Mendes de Moraes, e em portuguez o Sr. Antonio Simões Henriques. O alumno Sr. Bento da Silva Cyntrão Junior, intelligente como é, é de se esperar que para o futuro torne-se um dos melhores alumnos deste curso. [...] Tendo o illustrado cavalheiro, Sr. **Cypriano Porto Alegre** que com notável proficiência exercia a missão de professor de portuguez, pedido a sua demissão, por ter de ausentar-se para Santa Victoria do Palmar, reccomendou a esta directoria o distincto professor **Sr. Joaquim R. Louzada Junior**, que tendo sido admittido, ha desempenhado com manifesta aptidão as suas respectivas funcções. Continua a leccionar o francez o Sr. Affonso Faveret que tem merecido louvores da directoria pelo modo como exerce a sua missão. **Cumprimos aqui um dever de gratidão testificando ao talentoso pedagogo Sr. Cypriano Porto Alegre o nosso reconhecimento pelos serviços intellectuaes que, por longo tempo, dispensou a este Congresso**, e, ampliando por igual motivo os nossos agradecimentos aos Srs. Louzada e Faveret, apresentamol-os á nova directoria, como dignos de toda a consideração (DRG, 31/07/1888, grifos nossos).

Na citação anterior, destacamos novamente a presença dos professores Cypriano Porto Alegre e Joaquim Louzada Junior atuando nesses espaços de sociabilidade que também estavam voltados à educação formal. Esses professores trabalhavam na iniciativa particular na cidade e também desempenhavam sua profissão nessas instituições literárias. Essa reincidência, de serem sempre os mesmos professores, demonstra, sob certos aspectos, que existia também uma rede entre esses docentes/intelectuais, os quais se mantinham vinculados a esses espaços e, por consequência, acabavam promovendo seus colégios e aulas particulares aos sócios, através da sua atuação nesses espaços. Outra hipótese plausível seria a baixa remuneração desses professores e a concorrência com outras instituições de ensino. Assim sendo, eles também necessitariam ministrar aulas em outros locais, como nas sociedades recreativas e literárias a fim de complementar suas rendas. Elomar Tambara (1998), ao escrever sobre o magistério sul-rio-grandense do século XIX, destaca que a docência, mesmo estando vinculada a certo prestígio social e intelectual, não possuía reconhecimento financeiro o que significava a necessidade de complementação da renda familiar. Helena Neves (2007; 2012) também identificou essa realidade na cidade de Pelotas o que fazia com os que os docentes destinassem suas horas vagas ao ensino em suas residências ou na casa dos alunos.

Mesmo com todo esse movimento de criação de estabelecimentos literários, o término de algumas dessas sociedades e agremiações pode ser

percebido no final da década de 1870. A *Sociedade União Litteraria*, mesmo contando com uma lista extensa de 115 sócios na cidade e mais de 25 correspondentes de diversas cidades da Província⁷⁷ e fora dela, como Rio de Janeiro e São Paulo, além do Sr. Marçal da Costa Amaro correspondente em Buenos Aires (DRG, 07/07/1876), acaba sendo extinta em 1878 (DRG, 10/05/1878). No segundo semestre de 1877, a instituição, sentindo a proximidade do seu término, procurava reinventar-se e angariar novos públicos, promovendo, assim, um *soirée científico*:

Figura 11: Anúncio de *soirée científico* na Sociedade União Litteraria



Fonte Jornal Diario do Rio Grande, 16 de setembro de 1877.
 Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense

⁷⁷ Na cidade de Porto Alegre destacamos os seguintes correspondentes da *União Litteraria*: Achilles Porto Alegre, Appolinario José Gomes Porto Alegre, Appelles José Gomes Porto Alegre, J. Damasceno Vieira Fernandes e Vicente Zeferino Dias Lopes (DRG, 07/07/1876). Os quatro primeiros foram membros fundadores da *Sociedade Partenon Literário* criada 18/06/1868 na capital (ARRIADA, 2007) e o último foi diretor do *Liceu D. Afonso* e, posteriormente, do *Ateneu Rio-Grandense* que funcionava na capital, o que demonstra que a rede que envolvia os intelectuais da cidade do Rio Grande também dialogava e mantinha relações com outros intelectuais de outras localidades.

A Biblioteca Rio-Grandense é uma exceção e se mantém em funcionamento na cidade do Rio Grande até os dias de hoje, contabilizando mais de 170 anos de atividades. Uma das atividades que marcou a trajetória da instituição, além das aulas noturnas, foram as conferências que têm início na década de 1880. Ao longo do ano de 1881, por exemplo, foram identificadas três conferências, com diferentes temáticas: *Educação da mulher e deveres das mães de família* pelo Sr. Alexandre Moura (DRG, 20/07/1881); *Utilidade do desenvolvimento da navegação* pelo 1º tenente Antonio de Souza Reis (DRG, 11/08/1881) e no dia 30 de novembro, a partir das 19h30min, nos salões da Biblioteca, a tese defendida seria *A educação da mulher* pelo monsenhor João Peixoto de Miranda Veras (DRG, 27/11/1881).

Outro acontecimento significativo que ocorreu nos salões da Biblioteca, e que demonstra a sua representatividade na sociedade local, foi a entrega de 140 cartas de alforria no simbólico 07 de setembro de 1884⁷⁸. É importante pontuar que houve um movimento abolicionista, por parte das elites, no Império e que este reverberou em toda a Província de São Pedro na década de 1880. Conforme Krob (2011, p. 15), esse movimento “se organizou através das sociedades emancipadoras, clubes e centros abolicionistas, coordenando a propaganda contra a escravidão através da imprensa, promovendo palestras e conferências públicas etc.”. Todavia, a autora destaca que, no caso da capital da Província, o discurso não era puramente libertário:

O movimento abolicionista da Capital, como um todo privilegiou a política conciliatória da libertação sob cláusulas de prestação de serviços, mostrando ser este um pacto entre as forças políticas em torno de uma abolição gradual, que deveria respeitar o direito a propriedade e a indenização, além de manter presente a ideia de que o liberto deveria ser controlado ou naturalmente cairia no ócio. O próprio caráter das festividades abolicionistas, como banquetes, eventos no Teatro São Pedro e a Quermesse promovida para arrecadar fundos para a campanha, anunciam um movimento formado e encabeçado majoritariamente pelas elites e setores mais abastados em geral, a quem certamente não interessava medidas radicais (KROB, 2011, p. 25-26).

Abordando pontualmente a questão da abolição, podemos destacar que

⁷⁸ Segundo foi publicado na imprensa local: “Nos salões da Bibliotheca Rio-Grandense entregar-se-hão, hoje, às 4 horas da tarde, 140 cartas de liberdade. É franca a concorrência a essa patriótica festa, para o brilhantismo da qual, segundo somos informados, far-se-hão ouvir diversos cavalheiros. É provável pois, que, como é costume, acham-se logo apinhoados de curiosos os salões da alludida associação” (DRG, 07/07/1884).

a *Sociedade Juvenil Litteraria*, criada na década de 1870, na sessão de 16 de fevereiro de 1876, teve a apresentação da seguinte tese: *A escravidão é offensiva as leis da natureza*, defendida pelo Sr. Barém Junior (DRG, 19/02/1876), o que pode demonstrar que essas questões já estavam repercutindo nos meios intelectuais da cidade antes mesmo do início da década de 1880.

Por fim, é significativo mencionar que, cumprindo seu papel de espaço de sociabilidade voltado à leitura e à instrução, o acervo da Biblioteca Rio-Grandense, em 1887, contava com um número expressivo de 10.424 volumes distribuídos entre livros, jornais, revistas, mapas, entre outros (RELATÓRIO, 1888). Neste mesmo ano, a Biblioteca adquiriu, por meio de compra, um total de 43 livros e recebeu, por meio de doação, 895 obras literárias, 75 números de jornais e 3 mapas (RELATÓRIO, 1888, p. 30). Em 1891 o acervo da Biblioteca já possuía 12.222 volumes, um aumento relativamente significativo em quatro anos (RELATÓRIO, 1893, p. 9).

É importante reconhecer que todo investimento desta instituição e das demais, já mencionadas neste estudo, esteve sempre atrelado à educação do município. Essa ligação se deu, tanto por meio de aulas públicas e particulares, quanto, pelo acesso à leitura de publicações de diversas origens e pelas discussões de teses e realização de conferências que visavam debater temas relacionados à vida da sociedade daquele período. Não podemos deixar de reconhecer que as instituições educativas eram voltadas para determinados grupos sociais, mas que em alguns momentos, como foi o caso dos cursos noturnos oferecidos pela *Sociedade União Litteraria* e pela *Biblioteca Rio Grandense*, buscaram contemplar e beneficiar outros públicos. Nesse sentido, compreendemos essas instituições como espaços de educação, afinal elas se inserem em “um facto educativo total” (MAGALHÃES, 1998, p.60).

Dentro dessa acepção, adentraremos no capítulo final desta tese o qual abordará a oferta de ensino secundário existente na cidade do Rio Grande, que foi se consolidando concomitantemente com a criação e o desenvolvimento desses espaços de sociabilidade. Nesse sentido, analisaremos a formação, a organização e o desenvolvimento do ensino secundário local, bem como as

relações que ele mantinha com as demandas de instrução provenientes do público rio-grandino.

5. O ensino secundário na cidade do Rio Grande

A' sahida do lyceu.
Um menino de dez annos bem vestido e seguido de um criado de libré que lhe
leva os livros, vê approximar-se d'elle um rapaz andrajoso:
- Um vintém, por amor de Deus, que sou muito desgraçado...
O fidalguinho olhando para ele com espanto:
*- Desgraçado, tu! Não tens que aprender o latim, e ainda te queixas!*⁷⁹

Neste capítulo, serão retomados alguns dos conceitos-chave desta investigação, a fim de compreender como se estruturou o ensino secundário na cidade do Rio Grande, organizado, sobretudo, pela iniciativa privada. Assim, este capítulo irá analisar a criação e a finalidade de alguns dos principais colégios masculinos e femininos da cidade, bem como o itinerário de alguns estudantes rio-grandinos que cursaram o ensino secundário na cidade.

5.1. A educação na cidade do Rio Grande: o ensino secundário público

Em 1809, a cidade do Rio Grande era um dos quatro municípios da Província de São Pedro⁸⁰. Em 1851, foram criados outros 20 municípios, chegando a 50 em 1889 (CORSETTI; LUCHESE, 2011). Contudo, mesmo com o crescimento urbano e, conseqüentemente, populacional, o investimento público em educação no município, nas primeiras décadas do século XIX, não conseguia abranger as demandas locais.

Todavia, para tratar da História da Educação rio-grandina, é primordial compreender como se deu o processo de escolarização de uma das povoações mais antigas da Província de São Pedro. No final do século XVIII, a Vila de Rio Grande passa a oferecer aulas de primeiras letras, e segundo Bittencourt (1999), essas aulas eram ministradas por um professor baiano chamado Manoel Simões Xavier, que ensinava a ler, escrever e contar. De acordo com este autor, Xavier, após um período lecionando em Rio Grande, transferiu-se para Porto Alegre. Na década de 1780, mais dois professores são nomeados: um para Rio Grande e outro para o Povo Novo. Esses professores recebiam a nomeação de mestres e eram responsáveis por ensinar “leitura,

⁷⁹ *Sessão para rir* – primeira página do *Jornal Diario do Rio Grande* de 10 de agosto de 1884.

⁸⁰ Os outros municípios que faziam parte da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul eram: Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha (CORSETTI; LUCHESE, 2011).

escrita, as quatro operações aritméticas e doutrina cristã” (BITTENCOURT, 1999, p. 111). A primeira escola de primeiras letras, criada em Rio Grande neste período, iniciou suas atividades no antigo presídio, mas após um período, acabou transferindo-se para Porto Alegre (PIMENTEL, 1944). Segundo Pimentel, o ensino:

[...] principiava pelo alfabeto, num cartaz, seguiam-se as cartas de nomes e doutrina cristã, tudo manuscrito, e as quatro operações. Com o correr do tempo, notadamente no governo de Paulo da Gama, criaram-se escolas de primeiras letras e abriu-se a primeira cadeira de gramática latina, a que seguiu-se outra de filosofia, regida pelo padre Santa Barbara (PIMENTEL, 1944, p. 13).

Contudo, a oferta de instrução pública na Província era, ainda, muito precária. Nas Memórias Econômico-Políticas de Antônio José Gonçalves Chaves, publicadas em 1822 e 1823, ele discorre acerca das causas para a falta de homens de letras na Província de São Pedro:

1º. A falta de escolas até de primeiras letras. Quem diria que em toda esta província até 1820 havia uma única aula de Latim, a de Porto Alegre, e que não havia uma escola de primeiras letras paga pelo Estado em toda a província! Em 1821 abriu-se uma aula de Filosofia Racional em Porto Alegre, e duas de Latim, no Rio Grande e em Rio Pardo. E as aulas de primeiras letras que se mandavam criar nas freguesias ninguém as tem querido, porque o honorário é só de 100\$000 e com menos de 400\$000 não se pode achar um mestre. 2ª causa nos parece ser a pouca idade da província. Há hoje muitas casas de capitais, mas todos são adquiridos há pouco tempo e nós mesmos conhecemos pessoas que, quando há poucos tempos se viram com capital suficiente, lamentavam ver seus filhos já homens e sem estarem habilitados a entrar em estudos (CHAVES, 1978, p. 212).

Como mencionado anteriormente, apenas em 1820 Rio Grande passa a contar com aulas de instrução secundária como o Latim, oferecida no modelo das aulas avulsas, juntamente com Rio Pardo, enquanto Porto Alegre, além da aula de Latim, também passou a ter uma aula de Filosofia Racional (TAMBARA, 2000).

Apenas em 15 de outubro de 1827 foi criada a primeira Lei Geral do Ensino, que decretava em seu artigo 1º: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 23). No entanto, mesmo que a legislação do período buscasse inculcar algumas questões, como, por exemplo, a obrigatoriedade do ensino no Império, a precariedade da educação durante as

primeiras décadas do século XIX é notável. É significativo mencionar que na obra⁸¹ de José Ricardo Pires de Almeida, sobre a história da instrução pública no Brasil, publicada em 1889, constam os seguintes dados:

A estatística oficial de 1832 elenca, em todo o Império, 162 escolas de meninos e 18 de meninas; estas escolas estavam estabelecidas no Rio de Janeiro e na Província do mesmo nome e também nas províncias da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Mato Grosso, Goiás e S. Pedro do Rio Grande do Sul; sobre estas 180 escolas, havia ao menos 40 nas quais o lugar de professor estava vacante, e deste número, 8 eram escolas de meninas. Havia, pois, em todo o Brasil 10 escolas para o sexo feminino (ALMEIDA, 2000, p. 61).

No que tange à oferta de ensino secundário de caráter público, a situação não era diferente. Em 23 de março de 1836, o Vice-Presidente da Província, Américo Cabral de Melo, sancionou a seguinte lei: “Art. Único – Estabelecer-se-á na cidade do Rio Grande uma cadeira de gramática da Língua Francesa e seu professor vencerá o ordenado anual de 400\$000 réis” (LEIS E DECRETOS PROVINCIAIS, 1836⁸²). Após a Revolução Farroupilha, a situação do ensino secundário na Província encontrava-se da seguinte forma:

Quadro 3: Aulas de instrução secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1846

Cidades	Matérias	Nº	Professores	Provimento	Nº de alunos
Porto Alegre	Filosofia	1	Pe. João de Santa Bárbara	31/07/1844	2
	Gramática Latina	1	Isidoro Joze Lopes	09/05/1835	7
	Francês	1	Leopoldino Joaquim de Freitas	31/10/1842	30
	Geometria e Aritmética	1	Belchior Corrêa da Camara	08/10/1842	29
Rio Grande	Gramática Latina	1	Antonio José Domingues	28/10/1842	5
	Francês, Geografia e Desenho	1	Thimoleon Zalloni	26/04/1844	26
Pelotas	Gramática Latina	1	José Maria de Andrade	06/03/1845	8

Fonte: Quadro adaptado de SCHNEIDER, 1993.

⁸¹ A obra “*Instrução pública no Brasil (1500-1889)*”, de José Ricardo Pires de Almeida, “foi originalmente publicada em francês, em 1889, no Rio de Janeiro. Inclui referências ao movimento das ideias pedagógicas, aos acontecimentos que cercaram a criação de escolas, as tendências e problemas relevantes da época, constituindo um rico repositório de informações, indicações de fontes sobre a educação no período imperial, indispensáveis ao conhecimento histórico da educação nacional” (ALMEIDA, 2000, p. 5).

⁸² A cópia desse Decreto se encontra no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul na Pasta do *Museu Julio de Castilhos* - Caixa 04 Maço 3, Dossiê Educação.

Conforme afirma Schneider (1993), as cadeiras de Francês, Geografia e Desenho, na cidade do Rio Grande, foram criadas pelo Conde de Caxias após o período da Revolução. A autora destaca, ainda, como se estruturava o ensino secundário na época:

O estudo, era, a esse tempo, de livre escolha e, conforme o conde de Caxias, era preciso tirar aos pais mal avisados, e aos discípulos em geral nada cuidadosos do futuro, a iniciativa da escolha das matérias do estudo, obrigando ao estudo de todas elas no tempo e ordem que fosse determinado. Não havia, pois, na Província, um currículo básico para o ensino secundário. Cada matéria era ensinada em aulas que funcionavam separadamente (SCHNEIDER, 1993, p. 76).

É nesse mesmo período que Caxias irá propor a criação de um Liceu⁸³ que reunisse todas as aulas avulsas de ensino secundário, em um mesmo local, a fim de estabelecer um sistema de ensino organizado. Como legado de sua gestão ficou a Lei nº 45 de 12 de maio de 1846, que criou de modo definitivo uma aula de Francês e uma aula de Geometria na cidade do Rio Grande (COLLECÇÃO, 1846). No final da década de 1840, é possível encontrar, na imprensa local, o registro do funcionamento da aula de Francês e Geografia, ministrada pelo Dr. José de Pontes França⁸⁴, conforme anúncio de janeiro de 1849: “O anno lectivo da aula de francez e geographia começa no dia 8 de janeiro: as pessoas que se quizerem matricular poderão dirigir-se à Rua do Rosario nº 50” (DRG, 02/01/1849). É importante mencionar a Lei nº 47, de 13 de maio de 1846, que estabeleceu que as aulas de Francês e Geometria fossem vinculadas ao ensino secundário, também trazia em seus artigos algumas particularidades sobre a forma de organização do ensino:

[...] Art. 2º. Nas aulas públicas de Francez, ensinar-se-hão a leitura, a escripta, e a traducção da Lingua Franceza, e noções geraes de Geographia. [...] Art. 4º. As lições da primeira destas aulas durarão trez horas, sendo duas para o Francez, e uma para a Geographia [...] e terão lugar pela manhã, ou á tarde, segundo fôr determinado em

⁸³ Sobre a história do Liceu D. Afonso ver ARRIADA, 2007.

⁸⁴ Segundo Schneider (1993, p. 93), o presidente da Província Manoel Antonio Galvão, por despacho de 6 de novembro de 1847, passou a Provisão ao Dr. França para que este regesse a cadeira de Francês da cidade do Rio Grande. Além de ser professor das aulas públicas de ensino secundário, também atuava como médico na cidade, seu consultório ficava localizado na Rua da Caridade número 16 (DRG, 06/03/1859). Prestou seus serviços médicos ao comerciante Miguel Tito de Sá antes deste vir a falecer em 9 de abril de 1875, segundo consta no seu Inventário *post-mortem* localizado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) (Miguel Tito de Sá, inventário, 20 de julho de 1875, p. 58, 1º Cartório de Orphãos e Providoria da cidade do Rio Grande, autos nº 989, mç. nº 46, Archivo Publico do Rio Grande do Sul). Na década de 1850 também exerceu a função de Inspetor da Instrução Pública na cidade (DRG, 15/01/1855).

Regulamento, ou pelo Presidente da Província [...] (COLLECÇÃO, 1846, p. 43).

No início da década de 1850, as disciplinas de Francês e Geografia continuavam a ser ofertadas com o acréscimo da cadeira de Língua Inglesa, criada pela Lei 122, de 13 de dezembro de 1847 (SCHNEIDER, 1993), que era ministrada pelo professor Manoel Coelho da Rocha⁸⁵. Tal fato é corroborado com os anúncios encontrados na imprensa que sinalizam o funcionamento desta cadeira, em janeiro de 1850 no Gabinete de Leitura da cidade.

A aula de língua ingleza d'esta cidade principia o seu curso no dia 7 do corrente; as pessoas que quizerem matricular dirijam-se ao gabinete de leitura, no becco do Affonso, onde poderão deixar seus nomes. Rio Grande, 1º de janeiro de 1850. – *Manoel Coelho da Rocha Junior*, professor publico (DRG, 04/01/1850).

Nesse período, os anúncios das aulas públicas de ensino secundário giravam em torno das disciplinas de Inglês, Francês e Geografia, contudo, consta no Relatório apresentado pela Câmara Municipal à Assembleia Legislativa Provincial, em setembro de 1850, quatro aulas de instrução secundária no município. As duas aulas que não foram identificadas por meio da imprensa são as cadeiras de Geometria, que na época era ministrada pelo Dr. Cyro José Pedroza⁸⁶ e de Latim, ministrada pelo Pe. Manoel José da Conceição Braga⁸⁷ (SCHNEIDER, 1993, p. 93).

INSTRUÇÃO PUBLICA - Existem n'esta cidade quatro aulas de instrucção primaria, para ambos os sexos. A primeira de meninos, dirigida pelo professor João José Gomes da Costa e Silva; é freqüentada por 91 alumnos; dos quaes a generalidade tem aproveitamento, devido ao zelo, e interesse d'aquelle professor; a segunda está dirigida no impedimento do professor proprietário, por José Antonio de Andrade que cumpre seus deveres e tem 70 alumnos. As duas professoras de meninas, desempenham

⁸⁵ O professor Manuel Coelho da Rocha Junior foi nomeado para a função de professor público de Latim na cidade do Rio Grande em 23 de março de 1848 (DECRETO, 1848 - A cópia desse Decreto se encontra no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul na Pasta do *Museu Julio de Castilhos* - Caixa 04 Maço 3, Dossiê Educação - Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)).

⁸⁶ É significativo mencionar que o Dr. Cyro José Pedroza foi nomeado para a função de professor público de Geometria na cidade do Rio Grande em 19 de dezembro de 1846 (DECRETO, 1846 - A cópia desse Decreto se encontra no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul na Pasta do *Museu Julio de Castilhos* - Caixa 04 Maço 3, Dossiê Educação) e atuou como Diretor da Instrução Pública da Província na década de 1850 e Diretor do Liceu D. Afonso de 1851 até 1857 (ARRIADA, 2007).

⁸⁷ O Pe. Manoel José da Conceição Braga foi nomeado em 17 de novembro de 1846 para a função de professor público de Latim na cidade do Rio Grande (DECRETO, 1846 - A cópia desse Decreto se encontra no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul na Pasta do *Museu Julio de Castilhos* - Caixa 04 Maço 3, Dossiê Educação) e também trabalhou no Liceu D. Afonso como professor substituto da cadeira de Latim (ARRIADA, 2007).

satisfatoriamente o seu magistério, e leccionam a 164 discipulas. **As quatro aulas de instrução secundária, não são frequentadas por avultado numero de estudantes**; sendo porém de presumir que o contrario aconteça, á medida que forem sendo conhecidos os beneficios, que d'ellas provém á sociedade. Seus professores são dignos de consideração. Paço da Camara Municipal da Cidade do Rio Grande, aos 30 de setembro de 1850 (DRG, 13/10/1850, grifo nosso).

Conforme grifo na citação anterior, os representantes municipais também teciam críticas acerca da baixa frequência de alunos nas aulas públicas de ensino secundário. A partir do número de alunos que frequentaram as aulas secundárias na cidade no ano de 1849, pode-se ter uma ideia mais precisa do que vinha sendo levantado pela administração municipal. Segundo Schneider (1993, p. 93), a aula de Francês e Geografia contava com a frequência de 18 alunos; a aula de Latim possuía apenas 8 alunos; a aula de Inglês 10 alunos e a aula de Geometria tinha 16 alunos. Essa questão era constantemente levantada nos Relatórios da Instrução Pública da Província, conforme já apresentado no terceiro capítulo. Esses relatórios reforçavam que os gastos com a instrução secundária eram muito altos para poucos interessados, ainda mais por se tratarem de aulas avulsas que aconteciam em prédios alugados.

Com base nas manifestações sobre a questão dos gastos com aulas isoladas e com a falta de organicidade no ensino secundário, o Governo decide dar início ao funcionamento do Liceu D. Afonso na capital e, com a Lei nº 199 de 05 de dezembro de 1850 em seu Artigo 5º, estabelecia as seguintes resoluções:

§1º - Ficam extintas as aulas maiores da Província, e seus professores serão empregados no Liceu, como proprietários, ou substitutos, não podendo receber os seus vencimentos sem atestado de frequência, passando pelo Diretor do Liceu. § 2º - Será concedida licença sem limitação de tempo aos atuais Professores, que recusarem vir lecionar no Liceu: esta licença será concedida com duas terças partes do respectivo ordenado aos que contarem doze anos de serviço, e com metade aos que tiverem só oito (SCHNEIDER, 1993, p. 103).

Sendo assim, por uma decisão arbitrária do Governo, os professores de instrução secundária deveriam ir trabalhar no Liceu em Porto Alegre ou seriam obrigados a licenciar-se. Os professores de Rio Grande, que assumiram cadeiras no Liceu, foram Dr. Cyro Pedroza (Geometria) e Pe. Manoel Braga (Latim), este último como substituto. Os demais professores se licenciaram,

porém, seguiram ministrando suas respectivas aulas na cidade, conforme anúncio de janeiro de 1852:

Tendo obtido licença para leccionarem gratuitamente **os professores públicos de francez, geographia e inglez das extinctas cadeiras d'esta cidade**, principiam os seus trabalhos no dia 3 de fevereiro nas salas do gabinete de leitura; que continuam, assim como os demais objectos necessários; a ser prestados pela administração do mesmo (DRG, 25/01/1852, grifos nossos).

A atitude dos professores merece destaque, afinal, mesmo que estes cobrassem alguma taxa dos alunos secundaristas, ou eles pagariam o aluguel da sala do Gabinete de Leitura ou garantiriam seus ordenados, já que eles solicitaram um ano de licença a partir de dezembro de 1851, sem vencimentos (SCHNEIDER, 1993; ARRIADA, 2007). É válido mencionar que o ordenado dos professores públicos de ensino secundário era de 66\$660 réis mensais⁸⁸. Como se tratava de uma instituição educativa particular, com sócios pertencentes a uma elite mercantil e intelectual da cidade, é provável que estes possam ter arcado com os gastos das aulas nesse período. Outro dado relevante é o fato do Prof. Manoel Coelho da Rocha Junior⁸⁹ e do Prof. França⁹⁰ serem sócios do Gabinete de Leitura, onde funcionavam as aulas, posição que pode ter influenciado no prosseguimento do ensino secundário público no município.

As aulas públicas foram retomadas pela administração provincial no ano de 1853, fato documentado nas correspondências trocadas⁹¹ entre o Dr. Pontes e o Inspetor Florêncio José Cosme dos Reis. Nessas cartas se discute a questão do aluguel do espaço designado para receber as aulas secundárias de Francês, Geografia e Inglês, no município, ficando registrado que o Gabinete de Leitura continuaria sendo o local das aulas e o valor cobrado por esta instituição seria de 25 mil réis mensais por uma sala mobiliada e livros para consulta (LIVRO DE REGISTRO, 15 de janeiro de 1853). No final de

⁸⁸ Essa documentação se encontra no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul na Pasta do *Museu Júlio de Castilhos* - Caixa 04 Maço 3, Dossiê Educação.

⁸⁹ Na gestão de 1852-1853, Manoel Coelho da Rocha foi secretário do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande (DRG, 06/12/1852; 15/11/1853).

⁹⁰ No ano de 1860, o Dr. José de Pontes França foi candidato à Presidente do Gabinete de Leitura, tendo como Vice-Presidente João Barbosa Coelho (DRG, 11/02/1860).

⁹¹ Essas correspondências se encontram preservadas no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) nos *Livros de registro das Correspondências da Directoria da Geral da instrução Pública para o presidente da Província* – Fundo documental *Instrução Pública*.

janeiro, desse mesmo ano, os professores divulgam a retomada das aulas de ensino secundário:

Tendo sido restabelecida pela **lei provincial n. 244 de 23 de novembro de 1852**, a aula publica da língua ingleza d'esta cidade, em conformidade da ordem de 12 de janeiro d'esta anno, do Exm. Sr. presidente da Província, o respectivo professor faz publico que principiará os seus trabalhos do 1º de fevereiro próximo futuro ás 4 horas da tarde, na casa do gabinete de leitura. As pessoas que quizerem freqüentar o curso d'esta língua poderão dirigir-se á rua Direita n. 26 das 3 horas da tarde em diante, afim de se matricularem. Manuel Coelho da Rocha, professor publico (DRG, 24/01/1853).

Tendo sido restabelecida **pela lei provincial n. 244 de 23 de novembro de 1852** a aula publica de língua franceza d'esta cidade, e em conformidade da ordem de 12 de janeiro d'este anno do Exm. Sr. presidente da província, o respectivo professor faz publico que principiará os seus trabalhos do 1º de fevereiro próximo futuro ás 11 horas da manham, na casa do gabinete de leitura. As pessoas que quizerem freqüentar o curso d'esta língua poderão dirigir-se á casa do professor na rua da Caridade, afim de se matricularem. Dr. José de Pontes França, professor publico (DRG, 26/01/1853, grifos nossos).

A Lei 244, de 23 de novembro de 1852, foi a responsável por restabelecer as aulas de Francês e Inglês na cidade do Rio Grande, bem como as de Latim e Francês na cidade de Pelotas, “[...] sendo admitidos os professores licenciados ou sendo as cadeiras providas na forma da lei, caso esses professores se recusassem a voltar a lecionar” (SCHNEIDER, 1993, p. 113). Conforme apresentado nos anúncios, os professores de Rio Grande se manifestaram positivamente sobre o retorno das aulas em janeiro de 1853.

No ano seguinte, a cidade continuava contando apenas com três aulas públicas de ensino secundário – Francês, Geografia e Inglês, todas funcionando em sala alugada pelo Gabinete de Leitura. Conforme nota da imprensa, as seguintes informações sobre os professores públicos da cidade podem ser constatadas:

PROFESSORES PUBLICOS: **Aula de francez**, regida pelo **Dr. José de Pontes França**, no edifício do Gabinete de Leitura, becco do Martins, esquina da rua da Boa Vista; **Aula de inglez**, regida por **Manuel Coelho da Rocha** n'aquelle mesmo edifício; Aula de primeiras lettras para meninos regida por João José Gomes da Costa e Silva, rua da Praia defronte ao becco do Affonso; Dita dita regida por Joaquim Pedro de Alcantara Dourado, rua Direita defronte ao becco do Castro; Aula de primeiras lettras para meninas, regida por D. Eurydice Euphrosina Penalta, na rua Direita junto ao becco do Martins; Dita dita, regida por D. Leocadia Leopoldina dos Santos, na rua da Praia junto á praça Municipal (DRG, 25/03/1854, grifo nosso).

No final da década de 1850, os cortes continuam e a cidade passa a contar apenas com as cadeiras de Francês e Geografia oferecidas pelo governo provincial. No “*Mappa das aulas publicas providas e por prover interina ou definitivamente existentes no Município do Rio Grande*”⁹², de 1º de agosto de 1858, assinado pelo Delegado da Inspeção Geral da Instrução Pública, Dr. Luis Candido d’Assis Araújo, constam 6 aulas de instrução primária, sendo que a do Distrito do *Tahim* estava vaga, contabilizando 3 aulas masculinas e 2 aulas femininas. Neste mesmo documento, encontram-se as únicas aulas de instrução secundária que eram oferecidas ao público masculino, ministradas pelo Dr. José de Pontes França, responsável por lecionar Francês e Geografia no Gabinete de Leitura da cidade.

A configuração do ensino secundário público não será diferente nas últimas décadas do Império. A aula de Francês e o Liceu D. Afonso, que posteriormente será fechado e transformado em Ateneu Rio-Grandense, no ano de 1871, serão os únicos estabelecimentos de instrução secundária providos pelo Governo Provincial nesse período. Por meio da Lei nº 882, de 05 de maio de 1873, foi suspenso o funcionamento do Ateneu (ARRIADA, 2007) e, nessa mesma lei, a única aula secundária avulsa que existia na Província também foi suspensa, chegando ao fim a oferta de instrução pública de nível secundário na cidade do Rio Grande.

Entretanto, o ensino secundário no município não se limitava à educação pública, pelo contrário, era a educação particular que se destacava como principal meio de formação dos alunos interessados em seguir os estudos na cidade. A fim de conhecer e compreender como se constituiu o ensino secundário particular em Rio Grande e qual era seu público alvo, os próximos subcapítulos abordarão a história de algumas das principais instituições educativas que perduraram ao longo da segunda metade do século XIX.

⁹² Este documento pertence ao acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) no Fundo documental *Instrução Pública*.

5.2. A hegemonia da iniciativa privada no ensino secundário: os *collegios* e aulas particulares da cidade do Rio Grande

Para compreender a história das instituições educativas particulares da cidade do Rio Grande é necessário apresentar e caracterizar cada estabelecimento em sua organização como espaço educacional, capaz de alterar realidades, lugares e sujeitos. Afinal,

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa é integrá-la de forma interactiva no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. A sistematização e a (re) escrita do itinerário histórico de uma instituição educativa na multidimensionalidade e na construção de um sentido encontram nesta relação a sua principal base de informação e de orientação (MAGALHÃES, 2007, p. 70).

A história do ensino secundário se mistura à história do município que, conseqüentemente, está ligada às trajetórias de determinados sujeitos históricos que foram imprescindíveis para o seu desenvolvimento na cidade. Para conseguir interpretar os processos educacionais é necessário buscar conhecer os diferentes contextos, os agentes envolvidos, os interesses e as expectativas que motivaram a criação de uma série de instituições, de caráter educativo, em uma cidade no interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX.

Em primeiro lugar, será importante compreender a constituição do que se entende por uma rede de instituições voltadas ao ensino secundário particular no município, a fim de identificar quem eram os professores, os programas de ensino e suas relações com as demandas locais que envolviam este tipo de formação. Desse modo, este estudo buscou organizar as instituições por décadas, apresentando e analisando suas trajetórias e transformações ao longo do período delimitado (1850-1889), recuando e avançando no recorte temporal sempre que necessário. Sendo assim, neste capítulo, além de abordarmos a instrução secundária voltada ao público masculino, também iremos discorrer sobre o ensino secundário feminino. Ao final, iremos salientar a trajetória de alguns membros do corpo discente dessas

instituições particulares, problematizando as escolhas profissionais desses egressos após a conclusão dos estudos secundários na cidade do Rio Grande.

5.2.1. As instituições de estudos secundários na década de 1850: a instrução da mocidade rio-grandense⁹³

Na década de 1850, o ensino secundário rio-grandino privado já reunia um conjunto significativo de opções de formação para os alunos interessados em dar continuidade aos estudos primários. É importante esclarecer que nessa época o termo “collegio” era utilizado de modo geral “a toda espécie de escola, mesmo as mais elementares” (ALMEIDA, 2000, p. 95). Portanto, teremos colégios particulares que funcionavam em espaços escolares que se resumiam a uma sala alugada ou a um ambiente da própria casa do professor/proprietário do estabelecimento. Nesse período, a instrução privada vai adquirindo particularidades que serão mantidas até o final do Império. A questão da oferta de aulas avulsas, a falta de organicidade no currículo e a possibilidade dos alunos de cursarem livremente qualquer disciplina ofertada pelas instituições, são características deste ensino. Sobre o panorama da educação privada nos anos 1850, Schneider (1993) reitera que:

O ensino particular desenvolve-se, mas com uma mentalidade empresarial, pois firma-se apenas nos lugares onde a população é maior, e não segundo as necessidades da Província, como nos pequenos povoados. Por outro lado, as escolas particulares, não estão sujeitas à mesma inspeção e legislação das escolas públicas, não enviam dados necessários à avaliação da situação escolar provincial pelas autoridades, ocasionando desconhecimento da realidade e correspondente dificuldade para a tomada de providências (SCHNEIDER, 1993, p. 97).

As considerações de Regina Schneider na citação anterior reforçam a dificuldade e as lacunas existentes quando se investiga o ensino particular na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A parca documentação remetida pelas instituições, a falta de fiscalização e falta de cobrança da administração provincial tornou ainda mais minucioso e desafiador o mapeamento das possíveis fontes que nos auxiliaram a compreender essa história educacional. Essa situação foi corroborada pelas pesquisadoras

⁹³ Trecho de um dos anúncios do *Collegio S. Pedro*, colégio masculino dirigido pelo Prof. José Vicente Thibaut (DRG, 24/12/1859).

Terciane Luchese e Berenice Corsetti (2011, p. 464) quando elas afirmam que existe uma “grande lacuna quanto aos estudos sobre a instrução na província gaúcha durante o período imperial”. Sendo assim, este estudo também se justifica na busca e no entrecruzamento de diferentes documentos, a fim de apresentar um olhar em relação ao ensino secundário privado da cidade do Rio Grande, uma das povoações mais antigas do RS e que ainda não havia sido objeto direto de pesquisa no âmbito da História da Educação.

O ensino secundário no período imperial será o responsável por reunir uma formação em estudos clássicos, com destaque para o ensino de Latim, aliados aos estudos matemáticos, das línguas modernas e também das cadeiras de Geografia e História (HAIDAR, 2008). As transformações e influências sofridas ao longo do século XIX fizeram com que este grau de instrução fosse reconhecido por seu “papel de transição” entre o ensino primário e o ensino superior. Desse modo, ele se caracterizava como um “ensino preparatório, propedêutico e secundário” (ARRIADA, 2007, p. 25). Na cidade do Rio Grande, a realização deste ensino consolidou-se como forma de ascensão social para a sociedade da época, almejado tanto por aqueles que tinham interesse em ingressar no ensino superior, como por aqueles que ambicionavam uma formação intelectual e profissionalizante.

Um dos primeiros professores a oferecer aulas particulares deste tipo na cidade foi o Padre Thomaz Aquino de Las Casas. Nas correspondências da Diretoria Geral da Instrução Pública para o Presidente da Província⁹⁴, consta o pedido deste professor, realizado em 10 de setembro de 1847, para lecionar as primeiras letras, Latim, Francês e Geografia na cidade. Em 1849, seus anúncios já eram constantes na imprensa local onde se apresentava ao público como:

[...] professor jubilado em uma das cadeiras de Latim da cõrte do Rio de Janeiro, por S.M.I. o Senhor D. Pedro II, e ora residindo, com a competente licença sem limite de tempo n'esta cidade de S. Pedro do Rio Grande do Sul, onde é já conhecida a sua prestante diligencia no ensino de primeiras letras, francez, e latim, e este por methodo meditado e com feliz successo experimentado no longo espaço de 23 annos de exercício activo e útil. [...] (DRG, 07/03/1849).

⁹⁴ Os *Livros de registro das Correspondências da Directoria da Geral da instrucção Pública para o presidente da Província* estão disponíveis no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) no fundo documental – *Instrução Pública*.

Sua instituição, além de oferecer instrução primária e secundária, também funcionava como internato e semi-internato, fato que será reforçado em seus anúncios na medida em que o estabelecimento vai sendo ampliado:

No collegio do professor jubilado padre Thomaz de Aquino de las Casas há novos comodors para admittir mais seis ou sete pensionistas internos, alugou-se a casa immediata ao mesmo collegio e abriu-se no interior porta para communicação (DRG, 03/01/1854).

Neste mesmo ano, o Prof. Thomaz foi o único proprietário de uma instituição de ensino particular a remeter ao governo provincial os dados relativos ao andamento de suas aulas e alunos. A realização da inspeção e fiscalização do ensino particular primário e secundário era uma determinação presente na legislação educacional desde a Reforma Couto Ferraz. O Decreto nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854, proposto pelo Ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte, que acaba tendo reflexos em todo o Império. Dentro desta Reforma, merece destaque a introdução da regularização da Inspeção dos estabelecimentos públicos e privados de instrução primária e secundária que gerou a criação do cargo de Inspetor Geral e a formação de um Conselho Diretor e de Delegados de distrito (TAMBARA; ARRIADA, 2005). Conforme o Título I, Capítulo Único, § 3º, entre os encargos do Inspetor Geral se encontra: “Autorisar a abertura de escolas e estabelecimentos particulares de instrucção, guardadas as disposições deste regulamento” (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 31). Ou seja, a partir desse Decreto se intenta regularizar a situação da criação acentuada de estabelecimentos de instrução particulares, que funcionavam sem qualquer tipo de critério e fiscalização.

No caso particular do ensino secundário, além do controle cuidadoso das habilitações de professores e diretores, julgadas em exames públicos, estimulou-se de muitas maneiras a elevação do nível do ensino nos estabelecimentos particulares e sua reorganização segundo o modelo oferecido pelo Colégio de Pedro II: os Exames Gerais de preparatórios instituídos na Corte realizar-se-iam tomando por base os compêndios e programas adotados para o ensino oficial; publicar-se-iam relações dos aprovados em tais exames com a indicação dos professores ou dos colégios que os tivessem habilitado (HAIDAR, 2008, p. 115).

Após a autorização para criação e abertura dos estabelecimentos por parte do Inspetor Geral, cabia aos Delegados de distrito manter a fiscalização,

segundo o Artigo 7º do Decreto de 1854:

§ 3º Visitar ao menos huma vez em cada trimestre, todos os estabelecimentos particulares deste gênero, que tenham sido autorizados, observando se nelles são guardados os preceitos da moral e as regras hygienicas; se o ensino dado não he contrario á Constituição, á moral e ás Leis; e se cumprem as disposições deste Regulamento (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 34-35).

É preciso reiterar que com a pouca oferta e o alto custo das aulas públicas de ensino secundário para as Províncias e com a baixa procura por essas aulas por parte da população, a iniciativa privada opta por investir nesse campo, viabilizando novas expectativas para a educação imperial. Nessa perspectiva, a Reforma Couto Ferraz de 1854 é considerada um “divisor de águas” na legislação sobre educação nesse período, pois confere novos encargos ao ensino privado, que até então não existiam. A proposta da Reforma foi organizada a fim de

[...] reestruturar o sistema educacional no município da Corte, mas que na prática se constituiu no elemento balizador das reformas dos regulamentos de instrução pública em todas as províncias. Assim, por exemplo, uma série de reformas elaboradas em diversas províncias do Império brasileiro constituiu-se a partir da reforma efetuada por Couto Ferraz adotando, a maioria de seus princípios e diretrizes (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 14).

Sobre essa importante reforma na educação imperial, destacam-se os regulamentos para o controle e fiscalização do ensino privado, algo ainda inédito na História da Educação brasileira. É preciso notar que, naquele determinado momento, ocorre a proliferação das aulas avulsas e particulares de ensino secundário, que funcionavam sem qualquer fiscalização e unidade de pensamento (RIBEIRO, 2007). Com a aprovação dessa Reforma, em fevereiro de 1854, seus reflexos serão visíveis nos regulamentos de instrução das províncias, como foi o caso do Regulamento para a Instrução Primária e Secundária da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1º de junho de 1857 (TAMBARA; ARRIADA, 2004), que é praticamente uma cópia da Reforma proposta pelo Governo. É pertinente destacar alguns dos principais aspectos abordados na Reforma Couto Ferraz:

[...] a obrigatoriedade do ensino elementar; a criação de classes especiais para adultos; proibição dos escravos de frequentarem a escola pública; grande atenção ao magistério, ressaltando: sua função social, melhoria dos ordenados, recrutamento seletivo por

concurso, equiparação dos mestres pombalinos aos novos, assembleias anuais do magistério; colégios preparatórios anexos às faculdades; controle e fiscalização do ensino particular (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 15).

É preciso observar que, mesmo com a imposição feita pela legislação sobre a fiscalização rigorosa da iniciativa privada, a intenção não era minimizar a oferta do ensino secundário por particulares, mas sim, criar uma “política de subvenção às escolas privadas” (HAIDAR, 2008, p. 165). Nesse sentido, podem-se destacar alguns dos “benefícios” presentes na Reforma Couto Ferraz:

Na falta de escolas públicas o Regulamento previa uma “gratificação razoável” aos professores particulares que admitissem, gratuitamente, alunos pobres. A reforma autorizava, igualmente, a concessão de prêmios aos estabelecimentos particulares de ensino secundário que apresentassem maior número de alunos aprovados nos exames gerais de preparatórios instituídos na Capital do Império (HAIDAR, 2008, p. 165).

No Artigo 104º do decreto ficava clara a obrigação dos diretores e professores particulares de remeterem relatórios trimestrais sobre as aulas, número de alunos, disciplina e compêndios utilizados (TAMBARA; ARRIADA, 2005). Todavia, cabe problematizar qual era o comprometimento que o governo provincial gostaria de assumir com relação à instrução particular, afinal, desde o Ato Adicional de 1834, as Províncias eram as responsáveis pelo ensino primário e secundário, sendo que este último era constantemente alvo de críticas com relação aos gastos e à baixa procura.

As políticas educacionais procuravam traçar linhas gerais para o ensino, visando a estimular ações de particulares para sua proliferação. **Para justificar essa prática, utilizavam-se, como argumento, os poucos recursos públicos e as inúmeras dívidas do Estado, contudo isso não significava ausência de recursos em outros setores.** O discurso era pela valorização da escola pública e, na prática, esta era atropelada por questões mais urgentes (MACHADO, 2011, p. 181, grifos nossos).

Nesse sentido, por meio da iniciativa privada, a instrução secundária deixou de ser um contratempo aos cofres públicos e a fiscalização desses estabelecimentos acabava por ficar em segundo plano. Desse modo, foram sendo construídas as relações entre o público e o privado na educação do

período imperial, representadas por uma série de imbricações políticas e sociais.

Nas Províncias, o controle das atividades da iniciativa particular não se fez com o mesmo zelo e ficou, com poucas exceções, apenas na letra da lei. A inoperância da fiscalização entregue a agentes não remunerados, e a crença de total liberdade de abrir escolas favorecia a expansão do já pujante ensino particular, cujo desenvolvimento deveria cobrir as lacunas do precário sistema provincial, acabaram por consagrar, primeiramente de fato e posteriormente também de direito, na maioria das Províncias, a completa liberdade do ensino primário e médio (HAIDAR, 2008, p. 169).

No Relatório do Diretor da Instrução Primária, Leopoldino Joaquim de Freitas, dirigido ao Presidente da Província, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, em 1854, o Prof. Thomaz de Aquino de las Casas é o único professor particular da cidade do Rio Grande a ser mencionado:

Dentre cinco escolas para meninos, e nove para meninas, com mais ou menos discípulos, que existem no município do Rio Grande, só o Padre-mestre Thomaz de Aquino de las Casas, logo que foi advertido, remeteu o mapa, pelo qual se conhece que a sua aula, onde também ensina latim e francês, foi frequentada por quarenta e um alunos, por não poder receber maior número. Todos os outros professores, a despeito das ordens, do regulamento e da lei, não ministram estes dados estatísticos tão simples, e tão necessários para as comparações com as escolas públicas (RELATÓRIO, 1854 apud SCHNEIDER, 1993, p. 123).

Cabe destacar que nesse mesmo período, diferentes aulas particulares se instalavam na cidade. Através do currículo formal oferecido pode-se perceber o tipo de público para o qual elas estavam direcionadas. Dentre as aulas particulares avulsas, encontramos, com regularidade as voltadas para o ensino de Línguas estrangeiras, as aulas de Desenho e as aulas de Escrituração Mercantil. Na sequência, destacamos alguns dos anúncios recorrentes na imprensa:

Um moço recentemente chegado, bastante habilitado para guarda-livros de qualquer casa commercial, offerece-se para ser empregado, quer n'esta cidade, quer para fora; pois entende de escripturações, tanto por partidas dobradas, como por singelas: outro sim se offerece para em certo período do dia incumbir-se de escripturações pelo mesmo systema, e se propõe a leccionar arithmetica em casas particulares: quem quizer utilizar-se dirija-se ao Gabinete de Leitura, onde se dirá com quem se deve tratar (DRG, 02/02/1849).

Aula de desenho e retratos – Rua da Praia nº 39. Luiz Nepomuceno Martins Ubaldos, professor de desenho e pintura, tem a honra de participar ao respeitável publico que propõe-se a tirar retratos com a maior perfeição e semelhança, de todos os tamanhos e a oleo. Lecciona em sua aula desenho por todos os systemas, e com todos os ramos pertencentes á mesma arte; assim como geometria liniar,

perspectiva, anatomia pitorica, musica de canto e pianno e dança, dá lições de desenho em casas particulares. As pessoas que quizerem utilizar-se de seu prestimo, dirijam se á casa acima indicada, desde ás 10 horas da manham até ás 3 da tarde (DRG, 15/09/1852).

Curso de escripturação por partidas dobradas – J.Felippe Serversby, professor dos idiomas inglez, francez e allemão, avisa aos Srs. que desejarem ainda assistir ao curso de escripturação, que principiará segunda feira 17 do corrente. Outrossim que no mesmo dia abrirá um curso de inglez e outro de francez, o primeiro nas segundas, quartas e sextas feiras das 8 ás 9 ½ horas da noite, e o segundo nas terças, quintas e sabbados á mesma hora (DRG, 10/01/1853).

Lições da língua ingleza - Guilherme Dendy⁹⁵ participa aos habitantes do Rio Grande, que sua demora n'esta cidade, será só por poucos mezes, e que tenciona dar um curso de lições da língua ingleza, devendo dar principio no dia 9 de novembro ás 7 horas da manham. A subscrição para o dito curso será o mais moderado. Os senhores que quizerem aproveitar esta oportunidade, queirão dirigir-se a casa do annunciante, rua da Caridade n. 10 esquina da rua Direita. A classe para meninos continua todos os dias desde ás 11 horas da manham até ás 2 horas da tarde. Lições particulares como o usual (DRG, 02/11/1854).

Os alunos interessados em cursar essas aulas poderiam aproveitá-las para se preparem para os exames exigidos para o ingresso das Academias e Escolas Militares do Império. Do mesmo modo, o aprendizado de Línguas estrangeiras e de Escrituração Mercantil era fundamental para os interessados em seguir a carreira comercial. A presença de estrangeiros no município e no comércio local pode sinalizar uma necessidade de capacitação em diferentes idiomas para os interessados em ingressar no mercado de trabalho. Em vista disso, podemos notar anúncios como o do Prof. Guilherme Dendy, que oferecia um curso de Língua Inglesa aos estrangeiros de origem francesa que residiam na cidade:

⁹⁵ Esse professor, natural de Londres, ainda oferecia aulas particulares de língua inglesa para o público feminino: “Lições de inglez na cidade do Rio Grande – Guilherme Dendy, professor da língua ingleza leciona todos os dias o seu idioma, das 11 horas ás 2 da tarde para meninos, e **as outras horas para senhoras**. Na rua Direita, canto do becco do Magano” (DRG, 28/06/1854, grifo nosso).

Figura 12: Anúncio da aula particular de língua inglesa pelo Prof. Guilherme Dendy.

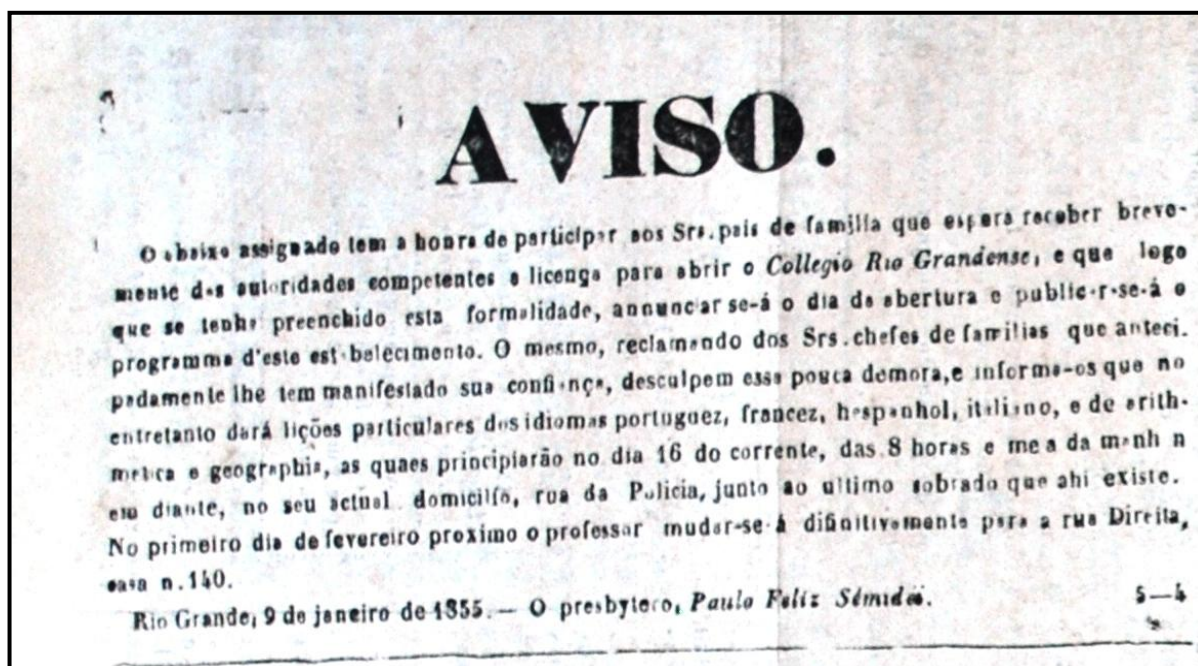


Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 02 de fevereiro de 1855.
Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Nessa mesma época, outro estabelecimento estava para ser criado na cidade. O presbítero, Prof. Paul Felix Sémidié lecionava Francês, particularmente, desde 1854, conforme anúncio a seguir. Contudo, sua intenção era fundar um colégio de instrução primária e secundária, finalidade esta que ficou registrada através da licença obtida na Diretoria de Instrução Pública da Província⁹⁶ em 1855 e nos avisos publicados na imprensa (Figura 13).

Lições particulares da língua franceza – Pelo professor Paul Felix Sémidié, rua da Polícia perto das rua dos Comoros, principiarão no dia 2 de novembro, ao meio dia em ponto, e às 7 horas da tarde. Os outros ensinos, para os quaes dispõe-se o mesmo professor, terão princípio no mez de janeiro próximo com abertura do seu collegio (28/10/1854).

⁹⁶ Segundo correspondência da Diretoria da Instrução Primária, consta o seguinte pedido: “Gymnasio Rio-Grandense: director o abbade **Paul Felix Semidei** [...] licença para ensinar matérias de instrução primária e secundária no dia 11 de janeiro de 1855”. Os *Livros de registro das Correspondências da Directoria da Geral da Instrução Pública para o presidente da Província* estão disponíveis no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) no fundo documental – *Instrução Pública*.

Figura 13: Aviso sobre a abertura do *Collegio Rio Grandense*.

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 16 de janeiro de 1855.
Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Todavia, não identificamos a efetiva criação deste estabelecimento de estudos primários e secundários na cidade do Rio Grande que seria dirigido pelo Pe. Paulo Felix. É importante destacar que havia um movimento de criação de instituições secundárias já na década de 1850, como foi o caso do *Collegio de Instrução Primaria e Secundaria*, que começou a funcionar em janeiro de 1851, na Rua Direita nº 176, tendo como diretor o Prof. José Antônio de Andrade, que possuía uma prática de 7 anos de ensino (DRG, 24/11/1850). Nos primeiros anúncios da instituição, o diretor se preocupava em divulgar, em separado, os valores para cada matéria oferecida, incluindo as gramáticas que seriam utilizadas por ele nas disciplinas do ensino secundário, conforme grifos no anúncio.

Collegio de Instrução Primaria e Secundaria – Rua Direita, nº 176. Disciplinas: Primeiras letras (Grammatica nacional, leitura, escripta, orthographia, contabilidade mercantil, doutrina christã, e etc.); 4 mil réis. Francez (**Exercícios práticos das grammatica de Emilio de Sève e Noel et Chopsal**, versão de Francez para o idioma nacional e vice versa e exercícios para desenvolvimento da conversação); 6 mil réis. Inglez (igual a Francesa porém com a **Grammatica de Constancio**) – 6 mil réis. Logo que conseguir mais proporções admitirá pensionistas e meios pensionistas. Casa do Prof. – Rua Direita, num. 126 (DRG, 24/11/1850, grifos nossos).

No que diz respeito ao currículo desta instituição, com ênfase nos livros didáticos selecionados pelo professor, importantes elementos da cultura escolar, cabe destacar que se tratam de obras renomadas e de uso nos grandes estabelecimentos de ensino do Brasil, como a Gramática de Emilio de Sèvene para a Língua Francesa e a Gramática de Constancio para a Língua Inglesa. Segundo Eduardo Arriada (2007, p. 294), nos primeiros programas de ensino do Liceu D. Afonso constava para o ensino do Inglês o uso de “Constâncio para a Gramática e para leitura e tradução”. A gramática francesa adotada pelo colégio rio-grandino também estava arrolada nos principais currículos de estudos secundários do Império, demonstrando a preocupação e o conhecimento do professor perante o que estava sendo utilizado na área:

A Gramática de Emílio Sevène, publicada em dois tomos (o primeiro trata da gramática, o segundo é dedicado aos exercícios), foi adotada pelo Liceu D. Afonso. Desde 1856, o Colégio Pedro II adotava a obra, substituída no programa de 1877 pela de Halbout (ARRIADA, 2007, p. 289).

No ano de 1851, o colégio também passou a funcionar com a estrutura de internato, fato que demonstra que a cidade do Rio Grande estava se consolidando como um centro educacional já nesse período, principalmente por manter características regionais no que diz respeito às instituições secundárias deste tipo, conservando certas similaridades com as grandes cidades da Província. Tal situação pode ser verificada no anúncio a seguir, bem como a quantidade significativa de alunos que a instituição já contabilizava, mesmo com pouco tempo de funcionamento.

COLLEGIO DE INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA – N'este estabelecimento tem-se recebido **pensionistas e meios pensionistas** por preços mui rasoaveis, tendo estes a seu favor o ensino primário, o conhecimento dos idiomas francez e inglez, e de todas as materias já publicadas no programma exceptuando o desenho, a dansa e a musica. **A matrícula conta já o numero de 51 alumnos.** O director, vendo auxiliados em grande parte os seus esforços, redobra de zelo para bem desempenhar a sua missão, tendo obtido, como fará ver em sua exposição, sufficientes resultados que comprovam o adiantamento e progressos d'alguns alumnos, cujos princípios datam apenas da fundação do estabelecimento. O director, José Antonio d'Andrade (DRG, 09/10/1851, grifos nossos).

No decorrer do ano de 1851, o professor José Antonio de Andrade enfrenta alguns problemas de saúde e por esse motivo, mesmo contratando professores para auxiliá-lo com as demandas do colégio, acaba por fechar seu

estabelecimento no ano de 1852. Neste mesmo ano surge o *Collegio de Instrucção Elementar Rio-Grandense*, dirigido pelo Prof. Sebastião Coutinho Sant'Anna. O currículo da instituição contemplava as disciplinas de: “primeiras letras, francez, latim, philosophia racional e moral” (DRG, 08/01/1852).

No ano seguinte, o colégio irá ampliar seu corpo docente acrescentando um novo professor que em um primeiro momento estabelece uma aula particular de Francês na cidade. Essa era uma estratégia comum utilizada pelos professores estrangeiros recém-chegados na Província, buscando se associar a algum estabelecimento já consolidado para conseguir atingir a clientela local. Um exemplo disso é o caso do Prof. Julio Duclos:

LINGUA FRANCEZA. Julio Duclos bacharel em letras pela universidade de França, tem a honra de fazer sciente ao publico e em particular aos Srs. pais de família, que elle **se encarrega de leccionar nas casas particulares a lingua Franceza**. No 1º do mez próximo abrir-se há também um curso publico **em casa do Sr. Sebastião Coutinho de Sant'Anna**; as lições principiarão ás 7 horas da noite e concluir-se-hão ás nove. Os interessados pôdem, todos os dias procurar o annunciante desde ás 10 horas até ao meio dia em casa do dito Sr. Sant'Anna (DRG, 21/04/1853, grifos nossos).

Em 1855, o Prof. Duclos irá integrar o corpo docente e dirigente junto ao Prof. Sant'Anna. Esse cenário também era recorrente na cidade de Pelotas. Segundo Helena Neves (2007, p. 117), em um primeiro momento eles ofereciam aulas particulares em domicílio e, em um segundo momento, “eram absorvidos pelos colégios já existentes, ou abriam suas próprias escolas”, conseguindo desse modo, otimizar o processo de ensino em um único ambiente escolar.

Nesse período o *Collegio de Instrucção Elementar Rio-Grandense* passa a ser denominado de *Collegio de Instrucção Primaria e Secundaria*, mantendo-se como um dos mais longevos da década. Em janeiro de 1855 muda de endereço, passando a funcionar na Rua da Alfândega nº 10, amplia seu programa de ensino e mantém a estrutura de internato.

Além da instrução primaria que comprehende um curso theorico d'arithmetica, e um resumo da historia do Brasil, continuar-se-á a leccionar-se: latim – francez – historia - geographia e bellas-artes. Á instrução secundária é dirigida pelo bacharel J. Julio Duclos. No mesmo collegio continua a aula de meninas debaixo da direcção da Sra. D. Joanna Sant'Anna. O anno escolar principiará no dia 8 do corrente. Admitem-se pensionistas, meios pensionistas e externos. S. Coutinho de Sant'Anna; J. Julio Duclos (DRG, 04/01/1855).

A alteração da nomenclatura dos colégios era algo comum, inclusive o colégio dirigido pelo Prof. Sant'Anna passa a denominar-se *Collegio Rio-Grandense*⁹⁷, em 1856. Neste mesmo ano, o professor renovou sua licença para “continuar com o Collegio de instrucção primaria e secundaria, que estabeleceu na cidade do Rio Grande” (LIVRO DE REGISTRO, 05/05/1856)⁹⁸ e, nos anos finais da década de 1850, essa será uma das poucas instituições a figurar na cidade. Esses dados foram obtidos através da imprensa e da documentação enviada trimestralmente à administração provincial. No mapa referente às aulas e colégios particulares, organizado pelo Delegado da Inspeção Geral da Instrução Pública, Luis Candido d'Assis Araujo, de 01 de agosto de 1858, encontram-se alguns dos estabelecimentos que funcionavam nesta cidade.

Quadro 4: Aulas e colégios particulares de instrução primária e secundária existentes na cidade do Rio Grande, de janeiro de 1857 a junho de 1858.

Professores	Instituição	Alunos 1857	Alunos 1858	Obs
Carlos Clarmont	Collegio	-----	14	Nada diz o mappa a respeito do adiantamento dos alumnos.
Paulo Felix Sémididé	Collegio	33	18	15 alunos saíram por diversos motivos
Padre Thomaz d'Aquino de Las Casas	Aula	18	3	5 alunos saíram por diversos motivos
Eugenio Magno Peixoto	Aula	23	14	-----
Sebastião Coutinho de Sant'anna	Aula	30	15	3 alunos saíram, pois estavam prontos

Fonte: Quadro adaptado a partir do *Mappa demonstrativo dos collegios e aulas particulares primárias e secundárias existentes nesta cidade durante o tempo decorrido de 1º de janeiro de 1857 a 30 de junho de 1858*. Acervo: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

Vale lembrar que, conforme já problematizado, o levantamento presente no quadro anterior considerou apenas as instituições que efetivamente enviaram a documentação exigida pelo Governo. Como pode ser vislumbrado neste estudo, por meio da imprensa e de outros documentos, foram localizadas

⁹⁷ “COLLEGIO RIO-GRANDENSE – Instrucção primaria e secundaria. O director participa aos pais de seus alumnos que mudou seu estabelecimento da rua Direita para a rua da Praia n. 41. Esta casa tendo todas as proporções convenientes, elle aceitará d’ora avante pensionistas e meios pensionistas. S.C de Sant’Anna” (DRG, 09/08/1856).

⁹⁸ Os *Livros de registro das Correspondências da Directoria da Geral da Instrucção Pública para o presidente da Província* estão disponíveis no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) no fundo documental – *Instrucção Pública*.

outras aulas e colégios particulares que não constam nesta documentação oficial. De certa forma, a seleção de outros documentos para constituir o *corpus* documental nos permitiu conhecer e questionar outros aspectos do ensino particular da Província, em específico, da cidade do Rio Grande.

Em 1859, vamos encontrar os últimos registros das atividades do *Collegio Rio-Grandense* no município. Neste anúncio, o diretor destaca o currículo do ensino secundário, demonstrando um acréscimo de matérias, com relação aos anos anteriores, indicando, inclusive, a possibilidade de criação de uma aula de Alemão⁹⁹ quando houvesse número suficiente de alunos interessados.

COLLEGIO RIO-GRANDENSE– Rua de Francisco Marques. A abertura das aulas está fixada para o dia 7 de janeiro. Ensino do collegio: Instrucção primaria: Comprehende esta secção o ensino de primeiras letras, leitura em prosa e verso, grammatica nacional, analyse gramatica nacional, exercícios orthographicos, arithmetica até quebrados, e doutrina christan. **Instrucção secundaria: Latim, francez, inglez, historia e geographia**, a aula de **alemão** entrará em exercício logo que houver numero sufficiente de alumnos. Valores: Primário: P - 24\$000; M.P – 12\$000; Secundário: P – 28\$000; M.P – 14\$000 (pagos mensalmente). Rio Grande, 3 de janeiro de 1859. S.C. Sant’Anna (DRG, 05/01/1859, grifos nossos).

O acréscimo de disciplinas no currículo da instrução secundária também estava seguindo o que tinha sido proposto pelo Decreto de 1854, que buscava de certa forma padronizar, em todo Império, o ensino secundário, o qual deveria estar em conformidade com o programa de ensino do *Collegio Pedro II*. Em vista disso, as instituições particulares buscarão estar de acordo com esse quesito da legislação, tendo como foco angariar os alunos interessados em realizar os exames de preparatórios para ingresso no ensino superior, onde essas matérias seriam exigidas. Entretanto, podemos perceber que a quantidade de disciplinas do currículo pertencentes à instrução secundária desta instituição ainda era muito reduzido com relação ao que era proposto pela legislação.

⁹⁹ A oferta do ensino de línguas estrangeiras, com destaque para a língua alemã, também pode estar atrelada ao fato da cidade possuir um número significativo de escritórios e empresas geridas por estrangeiros de diferentes nacionalidades, os quais mantinham relações mercantis com o mercado internacional. Segundo Raphael Copstein (1975) os imigrantes germânicos tiveram grande contribuição no desenvolvimento econômico da cidade do Rio Grande, com destaque para as empresas de comércio de importação e exportação. Entre as principais firmas alemãs destaca-se a *Fraeb Cia* criada em 1829.

A Reforma Couto Ferraz reforça os ensinamentos específicos que deveriam ser oferecidos pelas instituições secundárias públicas e particulares existentes, com destaque para as disciplinas de **Latim, Grego, Inglês, Francês, Alemão, Filosofia racional e moral, Retórica e Poética, História, Geografia, Matemáticas elementares (aritmética, álgebra, geometria e trigonometria retilínea) e Ciências Naturais** (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005). Compete frisar que no Artigo 84º encontra-se a seguinte informação: “Os alumnos poderão matricular-se em qualquer dos annos do curso, com tanto que sejam approvados em exame das matérias do anno ou dos annos anteriores (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 59). Tal fato acaba por reforçar o caráter de não obrigatoriedade e de não cumprimento de um nível de ensino secundário seriado e orgânico, fazendo com que os alunos cursassem apenas as matérias que lhes conviessem ou as que eram exigidas pelos exames de preparatórios. Dentro desse contexto, percebemos que havia uma “seleção cultural escolar” (FORQUIN, 1992) nos currículos dos colégios particulares da cidade do Rio Grande, fazendo com que apenas algumas disciplinas secundárias fizessem parte da estrutura da instituição. Almeida (2000) destaca as reprovações nos exames de preparatórios realizados na década de 1860 nas Faculdades de Direito de Recife¹⁰⁰ e São Paulo como resultado da má organização do ensino secundário brasileiro.

Dois fatos principais, dois vícios radicais paralisam os esforços dos professores, alguns hábeis e devotados: em primeiro lugar, deixa-se aos estudantes a mais completa liberdade de se inscreverem ou de seguirem este ou aquele curso, e desta liberdade resulta que, desconhecendo as relações que existem entre as ciências, entre as diversas matérias do ensino, os alunos estudam o que melhor lhes apraz ou menor lhes apraz, sem observar nenhuma ordem, sem método nem regularidade. Em segundo lugar, nenhuma regra era fixada para a frequência dos cursos, de maneira que cada aluno seguia ou deixava o curso à sua vontade e se considerava como suficientemente preparado, desde que adquirisse algumas noções superficiais, com as quais, contando com a proteção e indulgência dos examinadores, esperava ao menos uma aprovação simples (ALMEIDA, 2000, p. 105).

Nessa perspectiva, o ensino secundário que deveria ser administrado pelas Províncias, afirma-se como nível de instrução, cuja finalidade era o

¹⁰⁰ A Faculdade de Direito foi criada em 1828 e funcionava na cidade de Olinda, sendo transferida para Recife em 1854 (SCHWARCZ, 1993).

preparo para o ingresso no ensino superior, de forma a focar em algumas disciplinas específicas cobradas nos exames dos Cursos de Medicina e Direito, por exemplo. Desse modo, a formação secundária ao longo do período imperial acabou se consolidando como uma “ponte de passagem” (GONDRA; SCHUELER, 2008) para as Academias do Império.

Ao entender que existiu certo movimento em prol do ensino superior no Brasil, neste período, que foi criado antes da estruturação do ensino secundário propriamente dito, fica perceptível a influência exercida pelas escolas superiores sobre este tipo de ensino, que deveria ser mantido pelas administrações provinciais, mas que acabava sendo majoritariamente sustentado pela iniciativa privada (HAIDAR, 2008). O ensino superior imperial começa a se organizar a partir de 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, quando então são criados cursos e academias “destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos; como subproduto, **formar profissionais liberais**” (CUNHA, 2007, p. 63, grifos nossos). Nesse sentido, vale notar que:

O quadro da educação superior na colônia só começou a mudar com a chegada da Corte em 1808. Uma Real Academia dos Guardas-Marinhas e uma Academia Real Militar foram logo criadas (1808 e 1810), seguidas pelas Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (1813 e 1815) e, em 1820, pela Academia de Belas-Artes. Mas as escolas dedicadas explicitamente à formação da elite política só surgiram após a Independência. Trata-se dos dois cursos de direito criados em 1827 e iniciados em 1828, um na cidade de São Paulo, outro em Olinda, transferido em 1854 para Recife. Além desses, uma Escola de Farmácia foi criada em Ouro Preto em 1839 e no mesmo local instalou-se uma Escola de Minas em 1876. Em 1858 a engenharia civil foi retirada da Academia Militar e transferida para a Escola Central que, por sua vez, se transformou na Escola Politécnica em 1874, copiando a instituição francesa do mesmo nome (CARVALHO, 1996, p. 64).

Mesmo com algumas mudanças na legislação ao longo do século XIX, a função do ensino secundário de ser propedêutico, voltado para os exames de preparatórios, os quais permitiam o ingresso nas escolas superiores, se manteve intacta.

O ensino secundário provincial, embora enriquecido graças à ampliação dos estudos matemáticos, ao maior desenvolvimento dado às línguas modernas e à criação de cadeiras de geografia e história, antes praticamente inexistentes, limitava-se, entretanto, com pouquíssimas exceções, às disciplinas exigidas como preparatórios para ingresso nas Academias (HAIDAR, 2008, p. 21).

Precisamos reiterar que a demanda pelo ensino secundário existia em toda a Província de São Pedro, fato que pode ser observado com o fechamento do colégio do Prof. Sebastião Coutinho Sant'Anna na cidade do Rio Grande e da abertura de um estabelecimento semelhante em Porto Alegre, que rapidamente se torna reconhecido na capital. Segundo Eduardo Arriada (2007, p. 101, grifos nossos), respaldado pelo Relatório de Francisco de Assis Pereira Rocha de 1862, os colégios masculinos que funcionavam na capital eram: **“Sebastião Coitinho de Sant'Ana, com 96 alunos**; Fernando Ferreira Gomes, com 153 alunos; Eudoro Brasileiro Berlinck, com 81 alunos; e o de Carlos Hoefffer, com 77 alunos”. Na década de 1870, sua instituição continua figurando nos relatórios da instrução particular da cidade de Porto Alegre e no Almanaque de Azevedo Lima, de 1873, constava sua localização e disciplinas ministradas: “[...] ensino de português, francês e geografia: Sebastião Coutinho de Sant'Ana, Rua Duque de Caxias” (AZEVEDO LIMA, 1873 apud ARRIADA, 2007, p. 114).

Precisamos salientar que no quadro 4, referente às aulas e aos colégios particulares existentes no município na década de 1850, também aparecem outros professores que possuíam estabelecimentos no mesmo período: Carlos Clarmont e Eugenio Magno Peixoto. O primeiro professor fundou um colégio voltado para a instrução secundária, o *Collegio Clarmont*, onde era o responsável por ministrar as disciplinas de Inglês, Aritmética e Escrituração Mercantil. O professor Clarmont possuía larga experiência como docente, além de ter realizado sua formação acadêmica no exterior:

Educado nas melhores escolas da França e Inglaterra completou seus estudos na celebra escola polythecnica de Paris, e depois de muitos annos dirigindo o collegio de St. Martin, e finalmente foi contractado para o collegio Callogeras em Petropolis no Rio de Janeiro. Ao cumprir sua nobre tarefa tem o abaixo-assignado a satisfação de ver collocados em **empregos importantes nas sciencias, nas administrações, e nos escriptorios comerciais muitos dos seus educandos** (DRG, 25/12/1857, grifos nossos).

Em seus anúncios, Clarmont frisava que os alunos, depois de concluído o curso secundário, cujas matérias incluíam: Latim, Português, Francês, Inglês, Ciências matemáticas, História, Geografia, Retórica, Filosofia e Escrituração mercantil, encontrariam-se aptos para “appresentarem-se às diferentes

academias do império, ou de sahirem promptos para o escriptorio mercantil, nacional ou estrangeiro” (DRG, 25/12/1857). Este era o público ambicionado pela instituição: alunos interessados em cursar o ensino secundário para continuar uma formação em nível superior ou seguir os negócios da família, nas casas comerciais e escritórios vinculados às atividades mercantis locais. A instituição ainda oferecia uma “aula preparatória” voltada para o reforço das matérias exigidas pelos exames da época, tais como: “leitura, calligraphia, principios de arithmetica e de geographia; grammatica portugueza, doutrina, historia sagrada” (DRG, 25/12/1857). Como já mencionado, o ensino secundário, nesse período, também estava voltado a determinados grupos sociais que tinham condições financeiras para investir na formação intelectual de seus filhos fora da Província, que podem ser compreendidos da seguinte forma:

Os filhos de famílias de recursos, que podiam aspirar a uma educação superior, iniciavam a formação com tutores particulares, passavam depois por algum liceu, seminário ou, preferencialmente, pelo Pedro II, e afinal iam para a Europa ou escolhiam entre as quatro escolas de direito e medicina. As quatro cobravam anuidades e seus cursos duravam cinco anos (direito) e seis anos (medicina). Um estudante típico entraria numa dessas escolas na idade de 16 anos e se formaria entre 21 e 22 anos. Outra alternativa para os ricos era a Escola Naval, sucessora da Real Academia de 1808, onde apesar da gratuidade do ensino, era mantido um recrutamento seletivo baseado em mecanismos discriminatórios, o mais importante dos quais a exigência de custosos enxovais (CARVALHO, 1996, p.64).

Após um curto período de funcionamento na cidade do Rio Grande, o *Collegio Clarmont* se transfere para a cidade de Pelotas iniciando suas atividades em abril de 1859 (DRG, 30/03/1859). Tal fato pode apontar para três hipóteses: que não houve uma boa receptividade por parte dos alunos interessados na formação secundária oferecida pela instituição; que houvesse uma concorrência significativa entre colégios e aulas particulares na cidade ou que a cidade de Pelotas oferecesse melhores condições, como também um público com o perfil idealizado pela instituição, e por isso, o Prof. Clarmont optou por transferir seu estabelecimento para a cidade vizinha e se unir ao Prof. Emilio de Messimy, apontado como vice-diretor do colégio (DRG, 30/03/1859). Todavia, nas pesquisas realizadas por Helena de Araújo Neves

sobre o ensino privado na cidade de Pelotas¹⁰¹, que apresenta um extenso recorte temporal (1875-2011), nem o colégio nem o professor foram identificados na documentação consultada. Por outro lado, o Prof. Messimy atuou no *Collegio Pelotense*¹⁰² e no *Collegio Racional* na segunda metade do século XIX¹⁰³, demonstrando, assim, que esse profissional teve uma trajetória docente na cidade de Pelotas. Tal situação nos leva a crer que a instituição *Clarmont* pode não ter iniciado suas atividades e que o professor possa, novamente, ter se transferido para outra cidade do interior ou para fora da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

O Prof. Eugenio Magno Peixoto, que também consta no levantamento oficial da educação privada da cidade em 1857-1858, já oferecia aulas particulares de primeiras letras desde 1854 (DRG, 02/04/1854). Este irá se associar ao Prof. Carlos Wichmann na criação do *Collegio de S. Pedro*, conforme pode ser vislumbrado no anúncio a seguir:

Collegio de S. Pedro. Os abaixo-assignados tem a honra de participarem aos Srs. pais de família rio-grandenses, que abrirão o seu collegio de instrucção primaria e secundaria provisoriamente na rua do Rosário n. 26, o qual principiou a funcionar no dia 9 do corrente. Os dous professores repartirão entre si as materias de ensino do modo seguinte: O **Sr. Eugenio Magno Peixoto** ensinará caligraphia, leitura, arithmetica, grammatica (regência, analyse), contabilidade mercantil e doutrina christan. O **Sr. Carlos Wichmann** ensinará: francez, inglez, allemão, latim, historia, geographia, e em caso de necessidade philosophia e lógica. A geometria e álgebra serão ensinadas pelo Illm. Sr. engenheiro Roberto Ditrick. Achando o collegio apoio e protecção da parte dos habitantes do Rio Grande contractar-se-ão outros professores. Os abaixo-assignados habilitados no magistério por uma practica de muitos annos, não pouparam esforços para tornarem o estabelecimento digno d'esta cidade. Os preços são os seguintes: Instrucção primaria: Primeira secção – 4\$000, Segunda secção – 5\$000; Instrucção secundaria: Primeira secção – 8\$000, Segunda secção – 10\$000; Pensionistas: Instrucção primaria: 28\$000; Instrucção secundaria: 32\$000; Meios pensionistas: 18\$000. Os pensionistas necessitam trazer: marquezia com colção, roupa para a cama, bacia, pente, escova, etc. Rio Grande, 8 de novembro de 1857. Carlos Wichmann, Eugenio Magno Peixoto (DRG, 9/11/1857).

¹⁰¹ Para mais informações ver NEVES, 2007; 2012.

¹⁰² Segundo anúncio publicado no jornal *Diario do Rio Grande*, o *Collegio Pelotense* era composto dos seguintes professores: “Collegio Pelotense – director Emilio Francisco Grauert – vice-director: Eduardo Grauert; Professores do ensino primário: Antonio de Vasconcellos V. Diniz, Eduardo Grauert, **Emilio de Messimy**; Ensino secundário: Isidoro Paulo de Oliveira, Lourenço José Domingues, José Carlos Feijó e Silva, Emilio Francisco Grauert” (DRG, 19/06/1859, grifo nosso).

¹⁰³ O Prof. E. Messimy lecionou no *Collegio Racional*, instituição particular da cidade de Pelotas que iniciou suas atividades no final da década de 1870 (NEVES, 2007, p. 161).

Entretanto, a sociedade dura pouco e, em dezembro do mesmo ano, o colégio é dissolvido¹⁰⁴, e o Prof. Peixoto segue ministrando sua aula particular de primeiras letras ao público masculino. O Prof. Carlos Alexandre Wichmann, formado em Letras pela Universidade de Berlim (DRG, 10/01/1858), já atuava no ensino particular na cidade do Rio Grande desde meados da década de 1850, ministrando lições particulares de Francês, Alemão, Piano e Canto, bem como “todos os ramos de letras secundarias” (DRG, 23/12/1855). É relevante mencionar que o Prof. Wichmann exercia a profissão de militar¹⁰⁵ em seu país de origem e junto com outros militares alemães, veio para o Brasil no início dos anos de 1850 através da contratação de legionários “brummer” para atuarem no Exército na guerra contra Oribe e Rosas¹⁰⁶ (BENTO, 1976). A grande maioria dos legionários, após o término da batalha, permaneceu no Rio Grande do Sul, como foi o caso do Prof. Wichmann que se radicou em Pelotas (BENTO, 1976, p. 125). É válido mencionar que durante a Guerra do Paraguai, em meados da década de 1860, o professor, já como diretor do *Collegio Pelotense*, fez intensa campanha na região sul para recrutar e organizar um corpo de voluntários alemães e descendentes para atuarem no conflito auxiliando novamente o Exército brasileiro.

Esse professor irá publicar, em 1855, um artigo na primeira página do jornal *Diario do Rio Grande*, intitulado “Algumas palavras sobre a instrução publica” (DRG, 07/12/1855), no qual tece diversas críticas acerca de como estava a situação da oferta de ensino particular na cidade, problematizando o sistema de aulas *versus* o sistema de classes. O sistema de classes, defendido pelo Prof. Wichmann, é o sistema ideal que deve ser aplicado pelas instituições, o qual exige um plano de estudos organizado pelo diretor da instituição. Já no sistema das aulas, que segundo o professor acaba sendo o preferido da sociedade local, o ensino fica resumido ao que os pais ou os

¹⁰⁴ “A associação formada pelos Srs. Carlos Wichmann e E. M. Peixoto, se acha dissolvida, ficando á cargo d’este ultimo a direcção de uma aula primaria que estará aberta no dia 7 de janeiro p.f. E.M. Peixoto” (DRG, 21/12/1857).

¹⁰⁵ O Prof. Carlos Alexandre Wichmann era Tenente reformado de Infantaria do Exército Prussiano, Cavalheiro da Ordem da Águia Vermelha da Prússia, Condecorado com a Cruz de Ferro de Schleswig-Holstein pelas campanhas de 1848-1850, e com a Medalha de Campanha do Uruguai pela campanha de 1851-1852 (BENTO, 1976).

¹⁰⁶ Segundo Bento (1976, p. 105): “A Lei do Orçamento n. 586, de 6 de novembro de 1850, em seu parágrafo 4º do artigo 17, autorizou o Poder Executivo do Brasil a contratar estrangeiros para a 1ª Linha do Exército, com a condição de somente serem empregados nas fronteiras”.

próprios alunos querem aprender, principalmente no que diz respeito aos estudos secundários.

Da' pena, quando por exemplo se ouve um pai dizer, destinando seu filho ao commercio: - Eu quero que o meu filho aprenda o francez e o inglez, mas não quero que aprenda a geographia, a historia, etc. - Mas é absolutamente desgostoso vêr um menino entrar por exemplo na aula de inglez e depois de 8 dias sahir d'ella aborrecido, porque da' muito trabalho, - ou é muito enfadonho - linguagem invariavelmente repetida; depois de entrar na aula de allemão e repetir a mesma imprudencia, e assim pular de uma aula a' outra, até que perde inteiramente o gosto do trabalho e adquire a grande sabedoria de saber dizer - *comment vous porter-vous* - e' por certo um alto degrau de inconstância e não raras vezes uma grande porção de arrogância, isso tudo não acontece no systema de classes (DRG, 07/12/1855).

Para finalizar o artigo, o Prof. Wichmann destaca que a cidade possui hábeis professores, nacionais e estrangeiros, trabalhando no ensino particular local. Contudo, ele afirma que existem profissionais cujos interesses são puramente mercadológicos. O professor ainda defende que todos os diretores e professores de instituições particulares deveriam estar cientes e colocando em prática o que foi lançado pela Reforma Couto Ferraz, no ano de 1854, que estabelece que sejam declarados o plano de estudos e o regulamento interno dos estabelecimentos particulares, bem como provas de capacidade dos docentes. Por um lado, suas colocações também lançam um olhar atento à falta de fiscalização do ensino particular na cidade do Rio Grande.

[...] também se introduzem alguns charlatães, que sem jamais terem feito os estudos necessários, aproveitam e lisongeam a nossa credulidade, considerando o collegio, o viveiro de nossos filhos, só debaixo da vista mercantil, ou antes como a vaca que lhes da' leite para viver. Contra isso ha remedio. **Adoptemos a lei, que hoje ja' se observa geral e rigorosamente no Rio de Janeiro a respeito de todos os professores particulares, um exame rigoroso perante a respectiva autoridade** (DRG, 07/12/1855, grifos nossos).

Os apontamentos feitos pelo professor, principalmente no que diz respeito à legislação educacional da época, podem significar que, sob certos aspectos, existia o conhecimento do que vinha sendo discutido e exigido pelo Governo Imperial e que isso reverberava no município. Todavia, a própria legislação em voga permitia a liberdade de organização dos cursos e programas de ensino das instituições particulares, além de admitir a adoção de qualquer compêndio e métodos que não fossem proibidos (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005). Cabe mencionar que devido ao nível de

instrução do Prof. Carlos Wichmann, era natural que ele questionasse certos comportamentos e vícios presenciados na educação brasileira, afinal:

Até os mais simples soldados *brummer* haviam recebido instrução na Alemanha. E essa instrução era de muito valor numa região como o Rio Grande do Sul, onde era inexpressivo o número de escolas e matrículas (BENTO, 1976, p. 115).

Essas ponderações levantadas pelo artigo do Prof. Wichmann também se inserem na problematização da legislação desse período, sob o olhar dos conceitos de público e privado na educação. Assim sendo, algumas considerações são necessárias. Primeiramente, compreende-se como ensino público aquele mantido pelos recursos governamentais, e como ensino privado, todo ensino mantido por particulares, sejam eles proprietários leigos, a Igreja ou ordens religiosas (BUFFA, 2005). Essa categoria de análise auxilia na compreensão das relações entre a sociedade, da legislação educacional e dos processos de escolarização no período delimitado. Nesse sentido,

[...] trata-se de respeitar as configurações locais, regionais, estaduais, nacionais, pois elas explicitam as mediações de aproximação e de antagonismo entre as dimensões pública e privada da mesma educação escolar. Tal perspectiva permite investigar o processo que explicita o engendramento de concepções educativas e pedagógicas e de práticas que tecem as instituições escolares, expressas, por exemplo, na organização curricular, na elaboração dos conteúdos das disciplinas e na gestão escolar, nas quais as dimensões pública e privada também se manifestam (ARAUJO, 2005, p. 126).

Conforme Saviani (2005), o público e o privado constituem categorias correlatas e indissociáveis entre si. Afinal,

[...] o público só pode ser compreendido por referência ao privado e vice-versa. Assim sendo, mesmo quando tratamos apenas de um desses polos, isto é, quando fazemos a história da esfera pública ou a história da vida privada, quando estudamos a história da educação pública ou a história da educação privada, estaremos sempre supondo o outro polo, independentemente de que isto seja explicitado. Ou seja, quando fazemos a história da educação pública, a história da educação privada faz-se presente, ainda que o seja na forma de interlocutor oculto; e vice-versa (SAVIANI, 2005, p.168).

Portanto, mesmo que este trabalho tenha como enfoque o ensino secundário de caráter privado, a partir de suas particularidades histórico-educativas, as aproximações e os distanciamentos de cada categoria estarão presentes, seja no campo da legislação, seja no campo dos saberes e práticas. A história das instituições educativas transita no âmbito do universo público e

privado, contudo, no ensino secundário brasileiro, a iniciativa privada obteve certa supremacia durante o período imperial (SAVIANI, 2010), o que pode ter favorecido a consolidação de determinadas práticas e condutas específicas deste nível de instrução, como a questão do *systema de aulas* tão criticado pelo Prof. Carlos Wichmann em seu artigo de 1855.

O próprio Dermeval Saviani (2010) faz um alerta sobre o Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na História da Educação brasileira. Segundo o autor, ao longo do recorte temporal delimitado, existiram intervenções do Estado visando equacionar a questão da instrução pública, ao mesmo tempo em que este incentivava a iniciativa privada, evitando assumir plenamente as responsabilidades na esfera educacional, questões que podem ser percebidas através das Reformas aqui tratadas. Para Saviani, a promiscuidade entre o público e o privado se manteve latente na política educacional durante o Império, já que além de beneficiar a ampliação da oferta privada, a legislação acabava garantindo “a presença de agentes privados na educação pública [...] as próprias escolas públicas funcionavam em espaços privados representados pelas casas dos professores” (SAVIANI, 2010, p. 28). Sobre a questão dessa linha tênue que existe entre o público e o privado na História da Educação brasileira, bem como a falta de fiscalização nos espaços escolares, Faria Filho (2011) destaca algumas situações recorrentes no século XIX:

[...] a falta de espaços próprios para as escolas era vista, também, como um problema administrativo à medida que as instituições escolares, isoladas e distantes umas das outras, acabavam não sendo fiscalizadas, não ofereciam indicadores confiáveis ao desenvolvimento do ensino, além do mais, consumiam parte significativa das verbas com pagamento do aluguel da *casa de escola* e do professor. Assim, os professores não eram controlados, os dados estatísticos eram falseados, os professores misturavam suas atividades de ensino a outras atividades profissionais e, enfim, as escolas não funcionavam, em boa parte das vezes, literalmente (FARIA FILHO, 2011, p. 147, grifo do autor).

Efetivamente, na Reforma Couto Ferraz, legislação marcante na década de 1850, é possível identificar em diversos artigos, circunstâncias que sinalizavam para a iniciativa privada certas demandas que o âmbito público não “conseguiria” abarcar ou pela falta de recursos financeiros ou pela falta de interesse dos governantes.

Art. 55º. O Governo designará casas nos centros dos districtos, com as precisas accomodações para as escolas. Onde não houver edificios publicos, os mandará construir, **alugando provisoriamente edificios particulares**. [...] Art. 57º. Não obstante as disposições do Art. 51º¹⁰⁷, quando em huma parochia, por sua pequena população, falta de recursos, ou qualquer circumstancia, não se reunir numero sufficiente de alumnos que justifique a creação de escola ou sua continuação, e houver no lugar **escola particular bem conceituada**, poderá o Inspector geral, ouvido o Delegado do districto, e com aprovação do Governo, contractar com o professor dessa escola a admissão de alumnos pobres, mediante huma **gratificação razoavel** (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 49-50, grifos nossos).

É notável a questão da promiscuidade entre o público e o privado sendo legitimada pela própria legislação educacional. Essa Reforma, ao mesmo tempo em que buscava instaurar uma fiscalização rigorosa nas instituições de ensino secundário, oriundas da iniciativa privada, também estimulava o surgimento e a concorrência dos colégios particulares, fazendo com que estes dominassem o cenário brasileiro ao longo do período imperial (HAIDAR, 2008).

No caso particular do ensino secundário, além do controle cuidadoso das habilitações de professores e diretores, julgadas em exames públicos, estimulou-se de muitas maneiras a elevação do nível do ensino nos estabelecimentos particulares e sua reorganização segundo o modelo oferecido pelo Colégio de Pedro II: os Exames Gerais de preparatórios instituídos na Corte realizar-se-iam tomando por base os compêndios e programas adotados para o ensino oficial; publicar-se-iam relações dos aprovados em tais exames com a indicação dos professores ou dos colégios que os tivessem habilitado (HAIDAR, 2008, p. 115).

Outro aspecto relevante, nesse ângulo de análise, é a autonomia com relação aos métodos pedagógicos e livros didáticos concedidos à iniciativa privada, como consta no Artigo 106º do Decreto: “Os professores e directores de estabelecimentos particulares poderão adoptar quaesquer compêndios e methodos que não forem expressamente prohibidos (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 64). Contudo, é válido esclarecer que na Reforma de 1854 são assinaladas algumas obrigаторiedades para os estabelecimentos de ensino privado, designando regras para o controle das instituições particulares. Como exemplo dessas imposições destacam-se os seguintes artigos:

¹⁰⁷ “Art. 51º. Em cada parochia haverá pelo menos huma escola do primeiro grão para cada um dos sexos” (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 48).

Art. 99º. Ninguém poderá abrir escola ou outro qualquer estabelecimento de instrução primaria e secundaria sem previa autorisação do Inspector Geral.

Art. 102º. O director de hum estabelecimento de instrução deve, além das outras condições do Art. 99º, justificar idade maior de 25 annos e declarar:

1º O programma de estudos e o projecto do regulamento interno de seu estabelecimento.

2º A localidade, commodos e situação da casa onde tem de ser fundado.

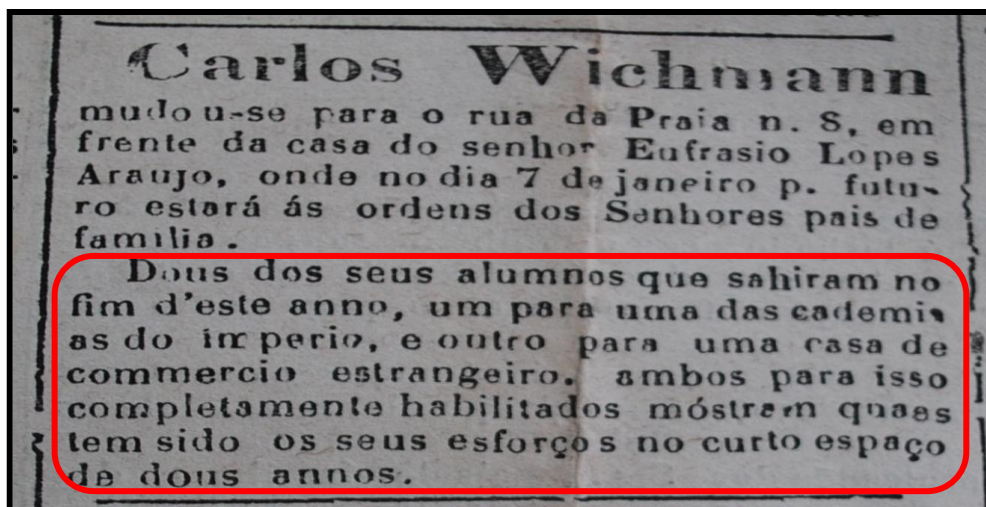
3º Os nomes e habilitações legaes dos professores, que contractou ou vai contractar.

Art. 107º. He vedado aos directores de estabelecimentos particulares: [...] § 2º. Mudar, sem previa declaração e licença, o carater de seu estabelecimento, quer estendendo o programma, quer deixando de observar e de cumprir os empenhos tomados com as famílias nos prospectos ou annuncios (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 62-63-64).

Logicamente, o Prof. Wichmann, ao publicar um artigo de sua autoria na primeira página de um importante jornal local, aproveitava para questionar as metodologias de ensino de seus concorrentes, além de demonstrar toda sua capacidade intelectual como professor estrangeiro, perante os possíveis interessados em estudar no seu estabelecimento. Em 1856 ele irá se associar brevemente a outro professor de origem alemã, Prof. Emílio Francisco Grauert¹⁰⁸. No entanto, o professor Carlos segue ministrando suas aulas particulares na cidade e ainda destaca, conforme figura 14, que dois de seus alunos, depois de concluídos os estudos secundários, encontravam-se habilitados para ingressar no ensino superior e nas casas comerciais locais. Fato que legitima a tese deste estudo, que defende que o ensino secundário na cidade tinham outros objetivos, além da preparação para o ingresso em um curso superior. Cabe acrescentar que é dada a mesma importância às duas finalidades deste ensino, acadêmico e comercial, caso contrário, esse fato não seria mencionado como forma de promover a instituição.

¹⁰⁸ É provável que a instituição seja o *Pedagogio Rio-Grandense*, cujo diretor era Emilio Grauert. Por divulgar a realização dos exames públicos do colégio, acredita-se que esta instituição tenha funcionado até meados de 1857, quando este professor se transfere para Pelotas. “Os exercicios públicos do Pedagogio Rio-Grandense terão logar no dia 28 do mez corrente, na sala da sociedade Instrucção e Recreio principiando ás 9 horas da manham. Roga-se aos Srs. pais queiram ter a bondade de assistir aos ditos exercícios. As férias principiam no dia 1º de dezembro, e duram até 7 de janeiro de 1857. Durante as mesmas terá logar a immatriculação de novos alumnos. E. F. Grauert, director do Pedagogio Rio-Grandense (DRG, 26/11/1856).

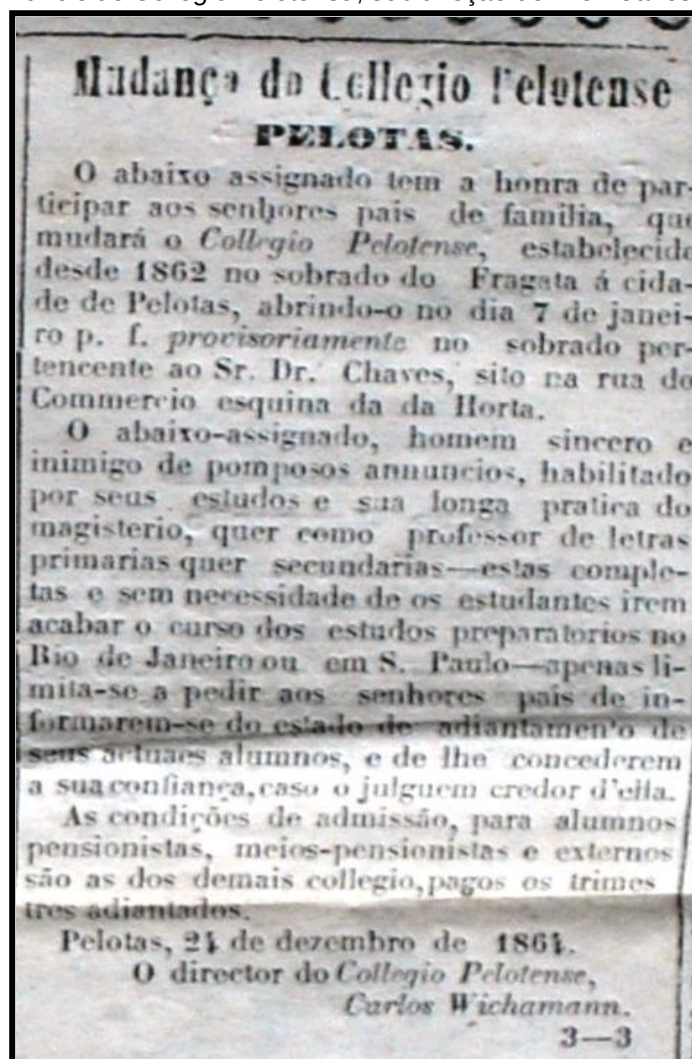
Figura 14: Anúncio da aula particular do Prof. Carlos Wichmann.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 30 de dezembro de 1857.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Em janeiro de 1858, o Prof. Wichmann anuncia que abandonou a carreira de professor de colégio e que irá se dedicar apenas a ministrar lições particulares de “latim, portuguez, francez, inglez e allemão” (DRG, 10/01/1858). Contradizendo-se, o último registro da trajetória deste professor estrangeiro na imprensa rio-grandina ocorrerá em 1864, onde ele informa que está atuando como diretor do *Collegio Pelotense*, na cidade vizinha, e que está mudando de endereço.

Figura 15: Anúncio do *Collegio Pelotense*, sob direção do Prof. Carlos Wichmann



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 05 de janeiro de 1865.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

É importante fazer algumas considerações sobre a trajetória de dois professores estrangeiros que também atuaram na cidade do Rio Grande nesse período. O Prof. Emilio Francisco Grauert, após sua passagem pelo município, transfere-se para Pelotas e assume a direção do *Collegio S. Francisco de Paula* (Figura 16), juntamente com o Prof. Carlos de Koseritz¹⁰⁹ (DRG, 19/11/1857). São notáveis as inúmeras parcerias entre professores ao longo de todo período pesquisado, bem como a criação e o fechamento de colégios e aulas particulares, além do trânsito entre professores de cidades como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

O Prof. Koseritz é um exemplo de como os professores particulares

¹⁰⁹ Para mais informações sobre a trajetória de Carlos Von Koseritz, ver ARRIADA, 2007.

circulavam por entre essas três cidades da Província. Na cidade do Rio Grande ele fazia parte do corpo docente do *Instituto Rio-Grandense* que depois se transformará em *Collegio Minerva* (1855), na cidade de Pelotas, além de ter dirigido o *Collegio S. Francisco de Paula*, também integrava o corpo docente do *Collegio União*, dirigido pelo Prof. Telêmaco Bouliech (ARRIADA, 2007). Na cidade do Rio Grande integrou o corpo docente do *Collegio S. Pedro*, dirigido pelo Prof. José Vicente Thibaut, e também fundou na cidade o colégio Ateneu Rio-Grandense¹¹⁰ (TAMBARA, 1991). Cabe mencionar que semelhante ao Prof. Carlos Wichmann, Koseritz também foi um legionário “brummer” que veio para o Brasil como militar contratado para atuar no Exército (BENTO, 1976).

Em sua carreira docente na cidade do Rio Grande enfrentou um episódio desagradável, sendo demitido do *Collegio S. Pedro* acusado de “actos de immoralidade” (DRG, 20/11/1863) pelo diretor Prof. Thibaut e por sua esposa, Prof^a Paulina Thibaut. Esse acontecimento faz com que o Prof. Koseritz deixasse Rio Grande transferindo-se para a capital¹¹¹.

Frente a tal situação e sofrendo perseguições, transfere-se definitivamente para Porto Alegre. Em 1864, torna-se porta voz dos imigrantes alemães, sendo mais tarde eleito deputado à Assembléia Provincial. Nem por isso deixou de estar vinculado ao ensino, pois como vimos no jornal “A Ordem” oferecia os seus serviços como professor particular (ARRIADA, 2007, p. 112).

¹¹⁰ No Relatório de 1864, do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Pedro, consta uma observação sobre o fechamento desta instituição particular: “Para satisfação á lei foi mandando fechar o collegio Atheneo Rio-Grandense da cidade do Rio Grande, cujo director, accusado por factos que offendem os bons costumes, se acha em processo” (RELATÓRIO, 1864, p. IV).

¹¹¹ Na década de 1870, encontramos uma nota no jornal Diário do Rio Grande sobre a prisão do Prof. Koseritz na capital: “RIO GRANDE: Tantas faz o demo, que um dia menos esperado as paga. O bem conhecido Carlos de Koseritz, que tantas victimas tem feito, caloumniando e injuriando, as reputações mais illibadas da província, acaba de ser processado em Porto Alegre, por abuso de liberdade de imprensa; e tendo sido condemnado a 4 mezes de prisão, lá jaz na cadeia civil quarto n. 8. Era o mais encarniçado lutador do jornal Reforma, apesar mesmo de estrangeiro” (DRG, 13/07/1870).

Figura 16: Anúncio do Collegio de S. Francisco de Paula, dirigido pelos professores Carlos de Koseritz e Emílio Francisco Grauert.

CIDADE DE PELOTAS.
COLLEGIO DE S. FRANCISCO DE PAULA.
 RUA DO COMERCIO JUNTO A PRAÇA DA MATRIZ.
 DIRIGIDO POR
Carlos de Koseritz e E. F. Grauert.

Acha-se interinamente aberto este novo estabelecimento de instrução primaria e secundaria, começando n'esta data os trabalhos d'um curso preparatorio para o anno escolar de 1858. A abertura definitiva do collegio terá lugar no dia 7 de janeiro p. 1.º, e farão parte do ensino as seguintes materias, que serão leccionadas por habéis professores, contratados para este fim pelo director :

Ensino primario.

Leitura; calligraphia, principios de arithmetica até os quebrados, grammatica nacional, doutrina, historia sagrada e geographia do Brasil,

Ensino secundario :

Latim, francez, inglez, allemão e grego; escripturação mercantil em partidas singelas e dobradas, theoria do commercio; arithmetica, geographia e algebra; geographia, historia universal, sciencias naturaes e phylosophia;

Bellas artes e exercicio corporaes.

Desenho, dança, musical e instrumental, esgrima e gymnastica.

Todas estas aulas poderão ser frequentadas pelos alumnos do estabelecimento, devendo ser pago sómente uma gratificação especial pela frequentação das aulas de musica instrumental.

Receber-se-ão alumnos pelos seguintes preços :

INSTRUÇÃO PRIMARIA.		
Pensionistas.	28\$000	mensaes.
Meio pensionistas	16\$000	»
Externos	5\$000	»

INSTRUÇÃO SECUNDARIA.		
Pensionistas.	32\$000	»
Meio pensionistas.	18\$000	»
Externos	10\$000	»
Gratificação por qualquer das aulas de musica instrumental	4\$000	»

Estas pensões e gratificações deverão ser pagas por trimestre adiaados.

O estabelecimento tem excellentes commodos para pensionistas e affiança-se com tratamento; os mesmos deverão trazer uma marqueza com colção, um lavatorio com pertences, uma mesinha com gaveta e um bahú fechado, como também roupas de cama e de corpo sufficientes. Adoptar-se-á um uniforme economico para os dias santos e de gala, que deverá ser usado por todos os alumnos do collegio. A' cargo dos Srs. pais e encarregados ficará a compra de livros, a lavagem de roupa e o pagamento de medico e botica em caso de doença.

O regulamento interno do collegio acha-se á disposição do publico no escriptorio dos directores, que aqui sómente avisam aos pretendentes, que o methodo por elles adoptado é o de ensino directo, visto o pouco adiantamento, que proporciona aos alumnos o ensino mutuo.

Os abaixo assignados, associando-se na direcção do estabelecimento esperam obter a protecção dos Srs. pais de familia e dos homens amantes do progresso, offerecendo-lhes por garantia do adiantamento de seus alumnos suas longa pratica como instructores e os resultados já obtidos nos differentes estabelecimentos á que hão pertencido. Os mesmos esforçar-se-ão para mostrar-se dignos da confiança do publico, e por unica recommendação do seu collegio apresentarão o progresso scientifico e moral de seus discipulos, do qual darão provas em exames annuaes, que serão publico.

Pelotas, 17 de novembro de 1857.

OS DIRECTORES
Carlos de Koseritz.
Emílio Francisco Grauert.

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 30 de dezembro de 1857.
 Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Outro professor que ilustra esse fluxo docente entre as cidades de Pelotas e Rio Grande foi o Prof. Isidoro Paulo de Oliveira. Este atuava na cidade de Pelotas desde o início dos anos de 1850, ministrando aulas particulares ou em sua própria casa:

AVISO LITTERARIO - Isidoro Paulo de Oliveira faz sciente ao respeitável publico d'esta cidade que dá lições de primeiras letras portuguezas e latinas, idiomas italiano e francez, caligraphia e arithmetica; como tambem do curso inteiro de rhetorica; dá lições nas casas que o queiram honrar, assim como na sua, e recebe pensionistas, tomando a si o cargo de os cuidar e tratar decentemente. Quem d'elle precisar dirija-se á rua Alegre, n. 37, em Pelotas (DRG, 10/12/1850).

Em 1855, funda o *Instituto Rio-Grandense* (Figura 17), colégio de ensino primário e secundário com internato. É significativo destacar a quantidade de disciplinas pertencentes à instrução secundária, diferente de todos os currículos já analisados dessa década, estando plenamente de acordo com as exigências da legislação do período e incluindo disciplinas para além do que estava decretado como Arte poética e Mitologia. É significativo frisar que esse currículo, voltado para o ensino de humanidades, também conhecido como ensino clássico, era herdeiro das influências vindas dos estudos secundários europeus e que foram diretamente apropriados pelo Império brasileiro como modelo a ser seguido. Nesse sentido,

As escolas secundárias, assim como as próprias universidades, além de serem bastiões da alta cultura tradicional, funcionavam também como mediadoras para a sociedade que surgia. Tanto os “Lycées” na França, os “Public Schools” na Inglaterra, como os “Gymnasien” na Prússia, Rússia e Império Austro-Húngaro, eram veículos de reprodução dos antigos valores do “Ancien Régime”. Baseados num currículo clássico, onde sobressaía o latim e as demais línguas. Ele era hegemônico tanto nas escolas públicas, particulares ou religiosas. Seus membros, como funcionários administrativos, inspetores, professores e demais agentes eram defensores do ensino clássico (ARRIADA, 2007, p. 26).

Figura 17: Anúncio do Instituto Rio-Grandense, dirigido pelo Prof. Isidoro Paulo de Oliveira.

INSTITUTO RIO-GRANDENSE

DIRIGIDO POR

ISIDORO PAULO DE OLIVEIRA.

RUA DIREITA EM FRENTE A' AULA PUBLICA DE INSTRUÇÃO PRIMARIA

PROGRAMMA.

Instrução primaria.

Letura, escripta, grammatica portugueza, arithmetica elementar (as quatro operações sobre frações decimaes e proporções), historia patria, catecismo e civilidade.

Instrução secundaria.

Italiano.	Escreituração mercantil.	Arithmetica.
Hespanhol.	Mythologia.	Arte poetica.
Francez.	Geographia.	Desenho.
Ingles.	Geometria.	Musica (vocal e piano.)
Latim.	Calligraphia.	Dança.
Allemão.	Rhetorica.	Gymnastica e esgrima.
Historia.	Philosophia.	Historia natural.

PREÇOS.

INSTRUÇÃO PRIMARIA.		INSTRUÇÃO SECUNDARIA.	
Externos	2 a 4\$000	Externos.	5 a 10\$000
Meios pensionistas	12\$000	Meios pensionistas	15\$000
Pensionistas	24\$000	Pensionistas	30\$000

OBSERVAÇÕES.

- 1.º O honorario dos pensionistas e meios pensionistas será pago adiantado.
- 2.º Os pensionistas terão direito ao ensino de todas as materias acima indicadas.
- 3.º As materias secundarias serão leccionadas por classes e pelos respectivos professores nos dias e horas marcadas pelo regulamento interno do Instituto.
- 4.º As lições de dança, gymnastica e esgrima terão lugar nas quintas-feiras e domingos das 1½ ás 4½ da tarde.
- 5.º Estigmatizando os castigos corporaes, cujo uso reprehensivel toroa infecundas as intelligencias, corrompida a moral, serão somente infligidos os castigos moraes, optimos incentivos para estabelecer entre as classes uma nobre emulação.
- 6.º O Instituto tem a honra de ser frequentado pelos Srs. Tymoléo Zalony, Jul'º Temotheo de Araujo, Miller e Carlos de Koscritz, como lentes da instrução secundaria.

Um methodo simples e claro, adequado ás materias, e apropriado á idade e comprehensão dos alumnos, será posto em praxe. A escolha dos professores é a mais lisongeira, e o director, apesar do fragil assento que occupa no augusto recinto das letras, a cada se poupará para fazer attingir aos seus alumnos um grau não vulgar de educação e saber.

N. B. Para os jovens que quizerem, haverá lições de arithmetica, calligraphia, escreituração mercantil, francez e dança nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 9 as 10 horas da noite, a 5\$000 por mez.

3-1

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 27 de janeiro de 1855.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

É interessante problematizar que esse currículo formal apresentado pela instituição não necessariamente era o currículo real cursado pelos estudantes interessados no ensino secundário. Dentro dessa perspectiva, destacamos que

o Instituto também agregava um público interessado em cursar determinadas matérias da instrução secundária com a intenção de ingressar na carreira comercial ou de aprimorar os conhecimentos exigidos pelas atividades mercantis. Sendo assim, a instituição também oferecia aulas deste tipo no turno da noite:

Instituto rio-grandense – Rua Direita, em frente a aula publica de instrucção primaria. Abrir-se-á no dia 8 do corrente. **Para os jovens que se dedicam ao Commercio, haverá licções de calligraphia, Francez, Arithmetica e Escripuração mercantil por partidas dobradas, nas segundas, quartas e sextas feiras das 9h ás 10 horas da noite.** O director, Isidoro Paulo de Oliveira (DRG, 05/01/1855, grifos nossos).

As disciplinas de Caligrafia, Aritmética e Escrituração Mercantil eram fundamentais para os interessados em seguir carreira comercial naquele período. As Línguas estrangeiras também eram necessárias, à medida que os escritórios de importação e exportação executavam transações internacionais através do Porto da cidade do Rio Grande. No caso específico da disciplina de Escrituração Mercantil, esta era fundamental para qualquer empresa com atividades comerciais, sendo uma exigência apresentada no *Codigo Commercial* criado em 1850. Conforme consta na Lei nº 556 de 25 de junho de 1850, todos os comerciantes são obrigados:

Art. 10. 1- a seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e a ter os livros para esse fim necessários; [...]. Art. 11 - Os livros que os comerciantes são obrigados a ter indispensavelmente, na conformidade do artigo antecedente, são o Diário e o Copiador de cartas. [...] Art. 14 - A escrituração dos mesmos livros será feita em forma mercantil, e seguida pela ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalo em branco, nem entrelinhas, bordaduras, raspaduras ou emendas. Art. 15 - Qualquer dos dois mencionados livros, que for achado com algum dos vícios especificado no artigo precedente, não merecerá fé alguma nos lugares viciados a favor do comerciante a quem pertencer, nem no seu todo, quando lhes faltarem as formalidades prescritas no artigo nº 13, ou os seus vícios forem tantos ou de tal natureza que o tornem indigno de merecer fé. Art. 16 - Os mesmos livros, para serem admitidos em juízo, deverão achar-se escritos no idioma do país; se por serem de negociantes estrangeiros estiverem em diversa língua, serão primeiro traduzidos na parte relativa à questão, por intérprete juramentado, que deverá ser nomeado a aprazimento de ambas as partes, não o havendo público; ficando a estas o direito de contestar a tradução de menos exata. [...] (LEI, 556/1850).

No entanto, o *Instituto Rio-Grandense* terá um curto espaço de existência na cidade do Rio Grande, sendo substituído pelo *Collegio Minerva* em fevereiro de 1855 (Figura 18). Através do programa de ensino da instituição percebe-se que se trata da mesma estrutura com modificações apenas na administração do colégio, já que o Prof. Júlio Temotheo de Araujo¹¹², professor de Primeiras Letras, Francês e Inglês (DRG, 23/02/1855), também passa a dirigir a instituição junto com o Prof. Isidoro.

¹¹² O Prof. Júlio Temotheo de Araujo foi nomeado Professor de Inglês efetivo do Liceu D. Afonso em 1851, contudo não assumiu sua vaga sendo substituído pelo Prof. João Miguel Spencer (ARRIADA, 2007). Em 1862, o Prof. Julio divulga a abertura de um curso de Inglês na cidade do Rio Grande: “Julio Tinotheo de Araujo lente de inglez addido á mesa de rendas provinciaes d'esta cidade, abriu um curso do dito idioma na casa de sua residência, das 5 ás 7 horas da tarde; nos dias segunda-feira, quarta e sexta” (DRG, 02/07/1862).

Figura 18: Anúncio do Collegio Minerva, dirigido pelos Professores Isidoro Paulo de Oliveira e Julio Temotheo de Araujo.

Collegio Minerva

DIRIGIDO PELOS SENHORES

ISIDORO PAULO D'OLIVEIRA E JULIO TEMOTHEO DE ARAUJO.

RUADIREITA EMFRENTE A' AULA PUBLICA DE INSTRUCCÃO PRIMARIA.

PROGRAMMA.

Instrucção primaria.

Leitura, escripta, grammatica portuguez, arithmetica elementar (as quatro operações sobre fracções decimais e proporções), historia patria, cathecismo e civilidade.

Instrucção secundaria.

Italiano. Hespanhol. Francez. Ingles. Latino. Allemão. Historia.	Escripção mercantil. Mythologia. Geographia. Geometria. Calligraphia. Rhetorica. Philosophia.	Arithmetica. Arte poetica. Desenho. Musica (vocal e piano.) Dança. Gymnastica e esgrima. Historia natural.

PREÇOS.

INSTRUCCÃO PRIMARIA.		INSTRUCCÃO SECUNDARIA.	
Externos	4\$000	Externos.	5 a 10\$000
Meios pensionistas	12\$000	Meios pensionistas	15\$000
Pensionistas	24\$000	Pensionistas	30\$000

OBSERVAÇÕES.

- 1.º O honorario dos pensionistas e meios pensionistas será pago adiantado.
- 2.º Os pensionistas terão direito ao ensino de todas as materias acima indicadas.
- 3.º As materias secundarias serão leccionadas por classes e pelos respectivos professores nos dias e horas marcadas pelo regulamento interno do Instituto.
- 4.º As lições de dança, gymnastica e esgrima terão lugar nas quintas-feiras e domingos das 4 1/2 ás 6 1/2 da tarde.
- 5.º Estigmatizando os castigos corporaes, cujo uso reprehensivel torna infecundas as intelligencias, corrompida a moral, serão sómente infligidos os castigos moraes, optimos incentivos para estabelecer entre as classes uma nobre emulação.
- 6.º O Instituto tem a honra de ser frequentado pelos Srs. Tymoléon Zalony, Miller e Carlos de Koseritz, como professores da instrucção secundaria.

Um methodo simples e claro, adequado ás materias, e apropriado á idade e comprehensão dos alumnos, será posto em praxe. A escolha dos professores é mais lisongeira, e os directores, apesar do fragil assento que occupam no augusto recinto das lettras, a nada se pouparão para fazer attigir aos seus alumnos um grau não vulgar de educação e saber.

N. B. Para os jovens que quizerem, haverão lições de arithmetica, calligraphia, escripturação mercantil, francez e dança nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 9 as 10 horas da noite, a 4\$000 por mez.

(1)

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 02 de fevereiro de 1855.
 Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Nas observações do Programa de ensino apresentado pelo *Collegio Minerva* também constam informações sobre os meios disciplinares que serão

aplicados na instituição, sendo utilizados apenas os “castigos moraes”, seguindo o que era exigido pela Reforma Couto Ferraz, no Artigo 72¹¹³, lei que aboliu os castigos físicos dos estabelecimentos de ensino, deixando os castigos maiores a serem aplicados pelos pais. Entretanto, em um dos Relatórios feitos pela Câmara Municipal sobre a situação da instrução na cidade no ano de 1875, ainda consta a prática em estabelecimentos particulares e em aulas públicas de castigos físicos aos alunos.

É certo que em alguns estabelecimentos particulares são os alunos castigados com bôlos e que em uma das escolas publicas a comissão da Camara encontrou sobre a mesa em duas escolas, palmatorias; e bem que não tenha por verificar se os que as tem fazem applicação d’ella; acreditando que tal abuso é difficil de ser descoberto (RELATÓRIO, 1875, p. 10).

Este registro presente em um documento oficial nos leva a considerar que essas práticas ainda faziam parte da rotina de algumas instituições escolares da cidade do Rio Grande e que por mais que isso fosse uma exigência posta em Lei, essas mudanças poderiam ficar apenas no papel. Em um dos anúncios do *Collegio União*, colégio particular fundado na década de 1860, identificamos em seu “Plano dos Estudos” a seguinte observação:

Os alunos devem aos professores tanto respeito e obediencia como ao director, e qualquer falta de respeito para com elles será castigado rigorosamente. Tanto externos como internos são sujeitos ás correções moraes; porém é excluído do systema de correcção o castigo corporal, **ou ao menos será praticado só, quando outros se mostrarem inuteis.** Todo o alumno incorrigivel será excluido do collegio, dando-se parte aos pais (DRG, 13/01/1866, grifos nossos).

Não podemos afirmar que a Comissão tratava deste colégio no Relatório de 1875, contudo, podemos notar que nas entrelinhas deste anúncio, a instituição não descartava essa prática disciplinar. Segundo Veiga (2009) as práticas de punições nas escolas sofreram transformações ao longo do século XIX, em decorrência de diversos fatores:

Pela legislação observa-se um esforço na tentativa de difundir novos tratos entre alunos e professores, mas também houve muitas tensões na sua aplicação, uma vez que diferentes fatores concorriam para a predominância de uma pedagogia rude, caracterizada pela violência dos adultos contra as crianças, destacando que muitas das vezes tal relação conflituosa reforçava a negação da escola e do conhecimento

¹¹³ Consta no Artigo 72º da Reforma Couto Ferraz: “Os meios disciplinares para os meninos são os seguintes: Reprehensão; Tarefa de trabalho fóra das horas regulares; Outros castigos que excitam o vexame; Comunicação aos Paes para castigos maiores; Expulsão da escola” (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 54-55).

por parte das crianças. Por sua vez, também gerava indisposição do professor pelo bom cumprimento de seu próprio ofício. Entre esses fatores há de se destacar a presença ao longo do século XIX da predominância de modos de ensino sustentados pela memorização, ausência de materiais pedagógicos, precariedade do mobiliário escolar, professores despreparados ou ainda predominância de conteúdos muito abstratos para os alunos (VEIGA, 2009, p. 72).

Conforme a autora, em Minas Gerais, até o final do século XIX, ainda eram registrados casos de castigos físicos envolvendo professores e alunos:

Apesar de as legislações preverem o fim dos castigos corporais, as fontes documentais indicam-nos para uma tensão permanente entre os professores que insistiam nos castigos físicos e pais que condenavam os abusos. Numa carta ao inspetor escolar um pai de aluno da cidade de Queluz denuncia em 1893 o professor primário Severino Ferreira da Silva que havia batido no seu filho com vara de marmelo além de ter sido ameaçado de morte quando esteve na escola para buscar explicações (Código 726, 1893) (VEIGA, 2009, p. 79).

No caso do *Collegio Minerva* que acrescentava em seus anúncios ser contra a aplicação de castigos corporais, pois a julgava infecunda, podemos afirmar que o colégio reforçava em seu discurso que estava atento às novas exigências do cotidiano escolar, aos caminhos que a legislação propunha, e, sobretudo, interessado em educar de forma mais “civilizada” a mocidade rio-grandina. Porém, mesmo com todos os seus predicados, o colégio não consegue se estabelecer na cidade do Rio Grande, chegando ao fim ainda no primeiro semestre de 1855. No final da década de 1850, o Prof. Isidoro retornará para a cidade de Pelotas, onde irá integrar o corpo docente do *Collegio Pelotense*, dirigido pelo Prof. Emilio Francisco Grauert, ministrando aulas para o ensino secundário (DRG, 19/06/1859) e, simultaneamente, fará parte do *Collegio União*, dirigido pelo Prof. Antonio José Rodrigues Pereira, ministrando as aulas de Comércio, Geografia, Caligrafia e Desenho (DRG, 07/01/1860).

Para finalizar esta década, no ano de 1859, é criado na cidade do Rio Grande, o *Collegio S. Pedro*, instituição de ensino primário e secundário, dirigido pelo professor José Vicente Thibaut. Este professor irá se inserir no cenário educacional do município oferecendo aulas particulares de língua francesa.

Lições de francez – José Thibaut, membro do instituto catholico de Pariz, professor aprovado pela academia de Montpellier (França), e pela Exma. Presidência d’esta província do Rio Grande do Sul,

offerece dar lições particulares do idioma francez. Uma longa pratica n'este ramo de ensino permita a este professor afiançar rápidos progressos aos seus discípulos. Rua da Praia, n. 171 (DRG, 17/03/1858).

O *Collegio S. Pedro* foi um dos colégios mais longevos da cidade do Rio Grande, no século XIX, sendo noticiado na imprensa até a década de 1880. Logo após a obtenção de sua licença para abrir um estabelecimento particular, em abril de 1859, o Prof. Thibaut divulga aos interessados o programa de ensino e os membros do corpo docente, reiterando a seriedade e o comprometimento com a mocidade rio-grandina (Figura 19). Um dos professores citados, Prof. João Augusto de Campos, responsável pelas disciplinas de Primeiras Letras e Aritmética, será demitido logo no segundo semestre e novos professores serão acrescentados ao colégio. Inclusive, o Prof. Thibaut faz questão de esclarecer à comunidade os motivos desta demissão, demonstrando interesse em manter a qualidade da instituição, ao mesmo tempo em que intenta garantir uma posição de prestígio frente à concorrência com os demais colégios particulares.

COLLEGIO S. PEDRO – O abaixo assignado tem a honra de participar aos senhores, pais de famílias que lhe confiaram os seus filhos, que em 27 de agosto despedio do seu collegio o professor João Augusto de Campos, porque este Sr. não cumpria com as suas obrigações, procurando destruir a disciplina sem a qual não se podem sustentar taes estabelecimentos, e por outros motivos especificados na carta de despedida dirigida aquelle senhor. Para substituir o Sr. Campos, o abaixo assignado contratou dous professores de primeiras letras que se acham já leccionando no estabelecimento. Além d'isso, pelo próximo vapor se espera da corte outro professor habilitado para leccionar latim, francez, mathematicas e philosophia. Os professores hoje existentes no collegio são os illustrimos senhores: João Kempe Larbeck (inglez, arithmetica, escripturação, historia e geographia); João Julio Devos (francez, historia, geographia e escripta); Ignacio de Miranda Ribeiro (primeiras letras e arithmetica); Henrique Antunes da Porciuncula (primeiras letras, arithmetica e escripta); Hipolito Rousseau (inspector da disciplina); Faustin (música); José Vicente Thibaut (francez e latim). Rio Grande 10 de outubro de 1859. José Vicente Thibaut. (DRG, 11/10/1859).

Figura 19: Anúncio do *Collegio S. Pedro*, dirigido pelo Prof. José Vicente Thibaut.

ANNUNCIOS

COLLEGIO

DE

S. PEDRO

Dirigido por José Vicente Thibaut, membro do Instituto catholico de Paris.

NO RIO GRANDE.

O abaixo assignado tendo obtido do Exm. governo d'esta provincia a competente licença para abrir um collegio de instrucção primaria e secundaria, na cidade do Rio Grande, e tendo luttado durante sete mezes na côrte para poder contratar professores dignos da apreciação do publico, tem a honra de fazer sciente aos senhores pais de familia que o collegio se abrirá no dia 1º de abril do presente anno.

O curso primario constará das mathe-
rias seguintes: leitura, escrita, gramma-
tica portugueza, orthographia, arithma-
tica, doutrina christã.

O curso secundario constará das ma-
terias seguintes: linguas, latina, portu-
gueza, franceza, ingleza; sciencias mathe-
maticas, historia, geographia, escriptura-
ção mercantil.

Os professores incumbidos das differen-
tes cadeiras no collegio são:

Os Ilms. Srs. Rvm. padre Antonio da
Cunha Lima (latim, portuguez e piano.)
João Augusto de Campos (primeiras
letras, arithmetica.)
João Kempe Larbeck (inglez, mathe-
maticas, escripturação mercantil.)
João Julio Davos (elementos de francez,
historia, geographia, e escripta.)
José Vicente Thibaut (francez, historia,
e geographia.)

Espera o abaixo assignado que a con-
fiança dos senhores pais de familias o in-
demnisará da lutta que soffreu na côrte
para poder-lhes offerecer um estabeleci-
mento digno de apreço.

Acrescentar-se-ha ao estabelecimento
aulas especiaes e separadas para meninas,
logo que o numero de alumnas matricu-
ladas fará bastante importancia a dita au-
la. Para informações e matriculas rua
da Praia n. 86.

Rio Grande, 15 de março de 1859.
José Vicente Thibaut.

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 16 de março de 1859.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense

O Prof. Thibaut, demonstrando estar atento às exigências da legislação do período, mantinha assíduas as publicações na imprensa sobre sua instituição. Sendo assim, conforme o anúncio anterior, o professor, além de apresentar a lista dos membros do corpo docente, também enfatizava a contratação de dois professores renomados para as matérias do ensino secundário, mencionando que “pelo próximo vapor se espera da corte outro professor habilitado para leccionar latim, francez, mathematicas e philosophia” (DRG, 11/10/1859). Como já reportado anteriormente, essa instituição enfrentará uma situação complicada nos anos de 1860 quando o diretor demite e processa o Prof. Koseritz por atos imorais em seu colégio, acontecimento que repercutiu em toda a Província através dos jornais.

No que diz respeito ao currículo do *Collegio S. Pedro*, é significativo problematizar algumas questões, por exemplo, a grande quantidade de disciplinas que alguns dos professores eram encarregados de ministrar como João Kempe Larbeck responsável por Inglês, Aritmética, Escrituração, História e Geografia; e João Julio Devos¹¹⁴ responsável por Francês, História, Geografia e Escrita. Um diferencial desta instituição perante as demais do período seria contar com um professor responsável somente pela inspeção da disciplina, Prof. Hipolito Rousseau. Além disso, cabe problematizar o não oferecimento de disciplinas ligadas à Língua Portuguesa no currículo. A não abordagem da língua vernácula pelas instituições dirigidas por professores estrangeiros era um fato que também ocorria no município da Corte. Em 1851, o deputado Justiniano José da Rocha, responsável por examinar a situação dos estudos secundários públicos e privados na cidade do Rio de Janeiro,

¹¹⁴ O Prof. Devos deixa de fazer parte do corpo docente do *Collegio S. Pedro* e se transfere para Porto Alegre em maio de 1860 (DRG, 26/05/1860), retornando à cidade do Rio Grande em maio de 1877 oferecendo aulas particulares de “idioma francez, grographia, historia e escripturação mercantil” (DRG, 30/05/1877). No mesmo ano, criou um Curso Noturno de três meses para os interessados em aprender Francês e Escrituração mercantil, dividido da seguinte forma: “francez ás segundas, quartas e sextas, e de escripturação ás terças, quintas e sábados” (DRG, 14/06/1877). A oferta das aulas noturnas dessas disciplinas reforça a demanda existente na cidade por uma formação na área do comércio, principalmente, vinculada às casas comerciais que trabalhavam com atividades de exportação e importação. Em 1890 foi nomeado interinamente, pela Diretoria Geral da Instrução Pública, para assumir as aulas feminina e masculina do Povo Novo (OFÍCIO nº 2217, 1890). No mapa enviado ao Secretário da Municipalidade da cidade do Rio Grande em 1895, o Prof. Devos ainda se encontra como professor interino das cadeiras do Povo Novo, contabilizando o total de 93 alunos matriculados nas aulas daquele ano, sendo 83 meninos e 10 meninas (MAPPA, 1895).

redigiu em seu relatório as seguintes considerações sobre esse tópico:

Foi-me doloroso ver – observava Justiniano – que ainda mesmo nos melhores colégios, o estudo das línguas estrangeiras (francesa e inglesa) merecia mais cuidado do que o da língua e da literatura nacional. Em alguns ostenta-se como grande vantagem o falarem francês e inglês os alunos, posposta a língua nacional que, em vez de purificar-se e enriquecer-se, ela, primogênita da latina, vai-se adulterando esquecida, desdenhada (HAIDAR, 2008, p. 159-160).

Todavia, logo no início dos anos de 1860, o *Collegio S. Pedro* irá inserir em seu programa de estudos a disciplina de Português, conforme anúncios que serão analisados posteriormente. Outra proposta precursora perante os demais colégios particulares do município, na década de 1850, era a futura abertura de vagas para o público feminino. O diretor declarava que: “Acrescentar-se-há ao estabelecimento aulas especiais e separadas para meninas [...]” (DRG, 16/03/1859). Fato que chegará a se efetivar propriamente no ano de 1860 com a criação de um colégio feminino dirigido por sua esposa, Prof^a Paulina Thibaut. Ao longo deste capítulo, outros casais de professores que atuavam na iniciativa privada com seus respectivos colégios, serão inseridos na investigação. Durante o levantamento de dados, percebemos que a relação profissional entre esses casais era recorrente. Manter dois colégios particulares, um masculino e um feminino, pode ser considerado uma forma de ampliar a renda familiar na época¹¹⁵, ainda mais ao oferecer a estrutura de internato.

O professor Thibaut é um dos professores particulares da cidade que irá se preocupar em manter uma produção acadêmica nas áreas de conhecimento que transitava. Além de já haver publicado uma Nova Gramática Francesa, no final da década de 1850 lança o *Mappa de pronunciação franceza*, livro voltado aos estudantes e professores do idioma.

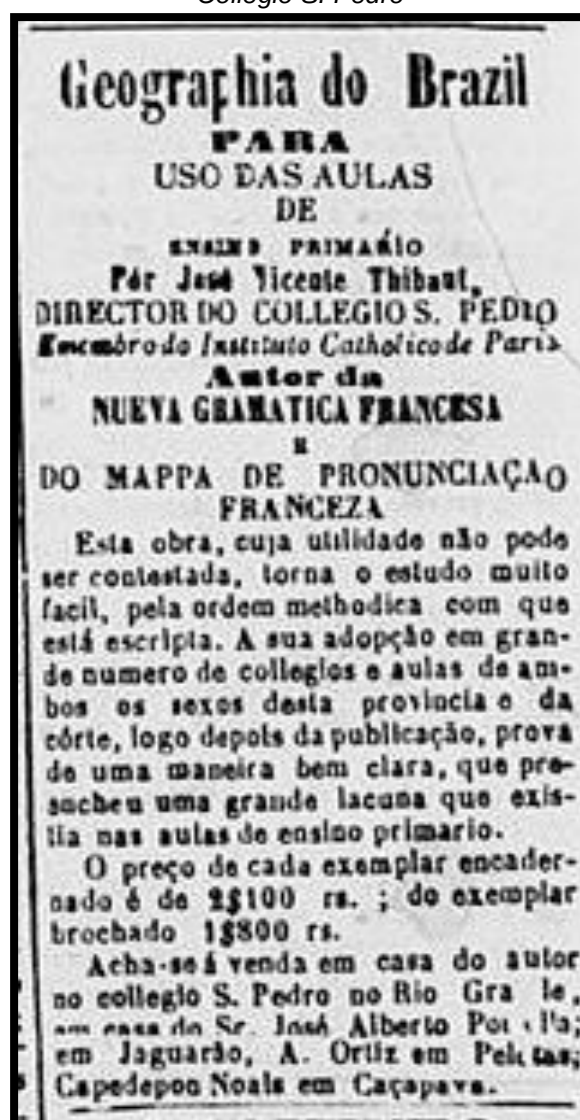
Mappa de pronunciação franceza por José Vicente Thibaut membro do Instituto catholico de Pariz, autor da Nova Grammatica Franceza. Cada exemplar vende-se a 1\$000 reis e comprando por junto faz-se um grande abatimento. Este mappa é de uma grande utilidade para quem estuda a língua franceza, podendo-se com elle, em poucas horas e com a maior facilidade recopilar e gravar na memória as regras relativas á pronunciação d'esta língua. Vende-se na casa do autor, no collegio S. Pedro (DRG, 03/11/1859).

Em 1862, o Prof. Thibaut irá lançar um Compêndio sobre Geografia do

¹¹⁵ Como exemplo dessa situação, no final da década de 1860 o Prof. Thibaut além de manter o colégio particular, oferecia aulas particulares de Francês a domicílio (DRG, 26/10/1868).

Brasil, voltado para o ensino primário (Figura 20). Por razão da repercussão do livro¹¹⁶ e do seu uso pelos colégios particulares e também nas aulas públicas, o professor escreve ao Presidente da Província João Marcellino de Souza Gonzaga, a fim de lhe dedicar a segunda edição do seu livro. Ao mesmo tempo, o Prof. Thibaut pede encarecidamente que seu compêndio “seja contemplado na relação dos livros que devem ser fornecidos às aulas públicas da Província” (CARTA, 30 de março de 1865).

Figura 20: Anúncio da venda do livro produzido pelo Prof. José Vicente Thibaut, diretor do *Collegio S. Pedro*



Fonte: Jornal *Echo do Sul*, Rio Grande, 16 de março de 1866.
 Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira

¹¹⁶ Segundo a carta do Prof. Thibaut: “[...] a 1ª edição de 2000 exemplares está quase esgotada” (CARTA, 30 de março de 1865).

É importante mencionar que os livros didáticos produzidos por professores públicos ou particulares que tinham a intenção de serem adotados pelas escolas públicas deveriam ser aprovados pelo Presidente da Província. Um exemplo disso é o anúncio da venda do *Compêndio de Geografia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, produzido pelo Prof. Eudoro Brasileiro Berlink¹¹⁷, “obra mandada adoptar nas escolas publicas da província pelo Exm. Sr. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel. Conforme a aprovação e parecer do conselho director da instrucção publica. 1\$600 cada exemplar” (DRG, 27/05/1863). Outro professor particular, o Prof. Carlos Hoefer¹¹⁸ produziu uma *Gramática Elementar da Língua Latina*, voltada ao uso nos liceus e colégios da Província. Contudo, por não poder arcar com os gastos da impressão, divulgou na imprensa suas dificuldades financeiras, solicitando contribuições para quem tivesse interesse de adquirir a publicação (Figura 21). Em contrapartida, todos os nomes das pessoas que contribuíssem com a impressão da obra seriam escritos na frente do livro.

¹¹⁷ O Prof. Eudoro Berlink, natural de Porto Alegre (1843), teve atuação marcante na imprensa da cidade: fundou e dirigiu o jornal *O Rio-Grandense* (1866-1867) e foi redator do jornal *O Maçom* (1874-1875). No Rio de Janeiro, foi redator de *O Cruzeiro* (1878-1879) (TAMBARA, 2003). Também foi sócio-fundador do Partenon Literário e diretor de um importante colégio particular da cidade de Porto Alegre – *Collegio Brasileiro* - que em 1862 contava com 81 alunos (ARRIADA, 2007).

¹¹⁸ Segundo Tambara (2003, p. 127), o Prof. Carlos Hoefer “nasceu em Erfurt, Alemanha em 14 de setembro de 1822. Estudou na Escola Latina, Halle, Alemanha; e na Universidade Fredericiana da mesma cidade, onde cursou Filosofia, Filologia e Teologia. Professor na Alemanha. Oficial do Exército. Veio para o Brasil em 1851, como capitão contratado, mantendo-se neste posto até 1855. Fixou residência em Porto Alegre, onde voltou a se dedicar ao magistério e abriu e manteve estabelecimento de ensino”. Conforme Arriada (2007), também foi professor de alemão do Liceu D. Afonso, além de ter publicado uma *Gramática Francesa* e um livro para os estudos de Alemão intitulado “*Crestomatia Brasileira*” junto com o Prof. Francisco de Paula Soares: “Esta obra foi adotada pelo Conselho da Instrução Pública da Província, para uso das classes da leitura e análise” (ARRIADA, 2007, p. 301). Publicou as seguintes obras de cunho escolar: “*Silabário Brasileiro*, em colaboração com F. de Paula Soares, Porto Alegre: Typ. Brasileira-Alemã, 1858. 30p. Há várias edições; *Crestomatia Brasileira*. id., id., 1859, 276p. Há várias edições; *Resumo de Aritmética*. id., id., 1860. 70p; *Gramática elementar da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Tip. de Laemmert, 1861; *Sintaxe da Língua Latina*, id., 1861; *Resumo da Gramática Nacional Adequada ao Ensino Metódico dos Principiantes*. Porto Alegre, 1863; *Por que Alterações e Transformações Passaram as Letras da Língua Latina. Quando dela se Formou a Língua Portuguesa?* Rio de Janeiro, 1869; *Gramática da Língua Francesa (arranjada Segundo o Método Ollendorf)*. Rio de Janeiro, 1882” (TAMBARA, 2003, p. 128).

Figura 21: Anúncio do livro do Prof. Carlos Hoefer no Diário do Rio Grande.

UMA ASSIGNATURA.

Grammatica elemental da lingua latina para uso dos lycéos e collegios elaborada e dedicada á provincia do Rio Grande do Sul

POR

CARLOS HOEFER, PROFESSOR

Desejos de poder mostrar a gratidão que tributa aos habitantes d'esta provincia pela hospitalidade benevola que n'ella ha recebido, o autor da presente obra julga que não o poderá fazer de um modo mais satisfatorio, do que empregando os seus maiores esforços para tornar-se util a seus filhos estudiosos.

Levado por este desejo o autor elaborou a grammatica elemental da lingua latina, que dedica aos habitantes d'esta provincia como prova do apreço e consideração que lhes tributa esperando que benevolos se dignem aceitar o fructo de suas, lucubrações e experiencia de alguns annos, e que além d'isse tem por si o assentimento de pessoas habilitadas, ás quaes o autor consultou antes de animar-se a dar-lhe publicidade.

Faltando porém ao autor os meios necessarios para fazer por si só os não pequenos gastos da impressão, recorre á subscrição para assegurar uma parte d'esses gastos, e ufana-se em poder contar com uma nobre protecção, visto que reconhece a particular attenção que aos habitantes d'esta provincia merece tudo quanto tende ao progresso da instrucção.

Na frente do livro serão transcriptos os nomes dos protectores que generosamente coöperaram para levar a effeito a empresa; as listas ficarão abertas até o fim do mez de agosto.

O preço da subscrição é de 2\$500 pagos na occasião da entrega, e subscrive-se n'esta cidade no escriptorio da typographia do *Diário*.

Nos mais logares do sul da provincia os Srs. agentes do *Diário* terão a bondade de receber assignaturas.

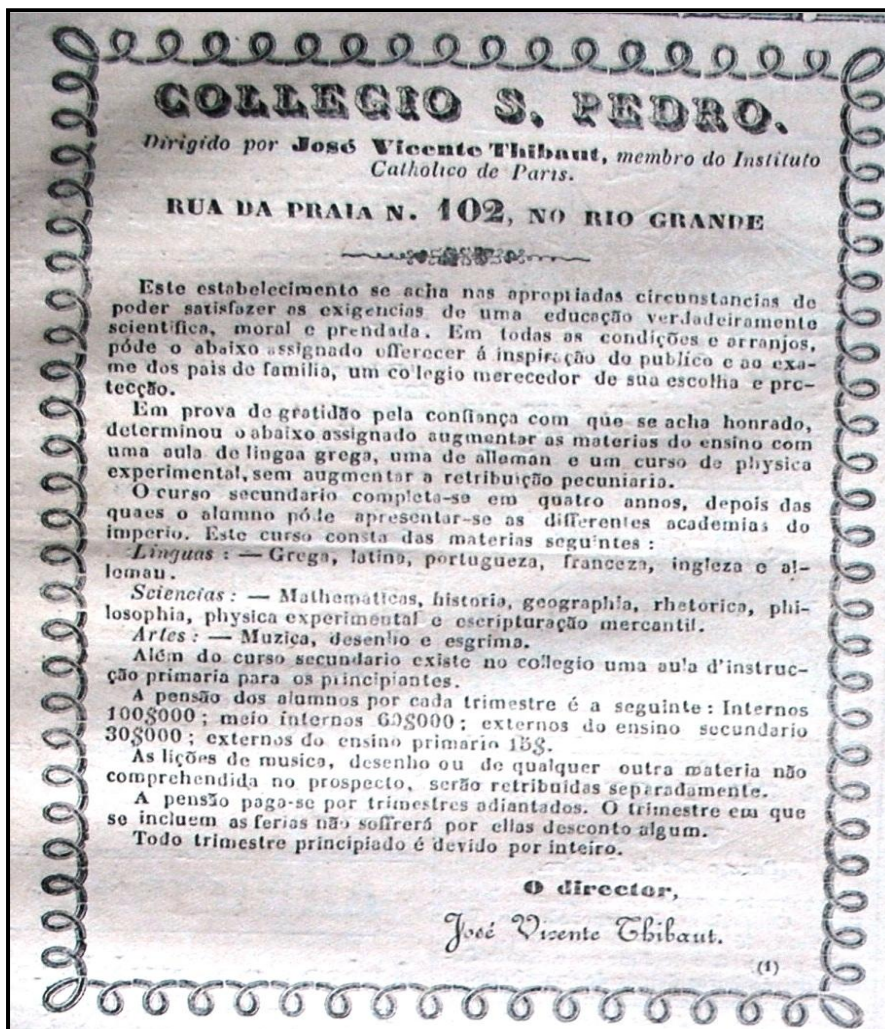
(3)

Fonte: Jornal Diário do Rio Grande, 08 de julho de 1860.

Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

No que se refere ao currículo da instituição, o *Collegio S. Pedro*, buscando se igualar aos grandes liceus e colégios do país, como o Liceu D. Afonso e o Collegio Pedro II, decide reorganizar o curso secundário e ampliar sua duração para quatro anos, deixando claro que depois de concluído o curso, seus alunos estariam prontos para se apresentarem às diferentes Academias do Império.

Figura 22: Anúncio do Collegio S. Pedro, dirigido pelo Prof. José Vicente Thibaut.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 14 de outubro de 1860.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

No discurso da instituição, percebemos sua intenção em angariar mais alunos interessados em ingressar no ensino superior, agregando, inclusive, mais Línguas clássicas e modernas no rol de disciplinas, como Grego e Alemão, reforçando ainda mais o cunho humanístico presente no ensino secundário brasileiro, o qual estava voltado diretamente à formação intelectual dos interessados no título de Bacharel em Letras ou em realizar os exames de preparatórios para ingressar nos cursos superiores. Nesse sentido, essa instituição acabava se voltando para um determinado grupo social que tinha as condições necessárias para oferecer um curso seriado aos seus filhos:

Os Colégios eram instituições criadas com a finalidade de receber os jovens da alta sociedade. **Com duração em média de quatro a seis anos, com custo elevado, somente os filhos de famílias de posse**

poderiam desfrutar de uma vida acadêmica tão longa. Típicas escolas preparatórias, os Colégios tinham uma única preocupação, preparar adequadamente os jovens para o ingresso nas Academias. Não sendo escolas voltadas para uma formação do “saber-fazer”, isto é, não tinham como ideário uma formação para o trabalho. Sendo relativamente onerosas e com um currículo centrado no humanismo, acabavam sendo privilégio de poucos (ARRIADA, 2007, p. 186, grifos nossos).

Contudo, mesmo com todas essas características voltadas para os estudos clássicos, veremos no subcapítulo voltado às trajetórias estudantis, que muitos de seus egressos podem ter optado por carreiras no comércio ao invés de seguir para o ensino superior fora da Província, afinal, muitos deles não tinham interesse ou condições de realizar um curso secundário longo e completo, almejando uma formação intelectual em nível secundário de forma fragmentada e avulsa seguindo outros objetivos profissionais.

Vale frisar que existia um fluxo docente significativo no colégio S. Pedro, que receberá novos integrantes vindos da cidade de Pelotas e Petrópolis/RJ na década de 1860. Em 1861, o novo corpo docente passa a ser composto pelos seguintes professores: “Eduardo Grauert, Ignacio de Miranda Ribeiro, Henrique Antunes da Porciuncula, José Vicente Thibaut, Faustino, José Morena e Ricardo Manchon” (DRG, 06/01/1861). Os dois últimos sendo responsáveis pelas disciplinas de Latim e Inglês, ministradas no curso secundário. O Prof. Thiabaut ainda contrata o Sr. Luiz Augusto de Beauvallon, aluno da Escola Politécnica da França, como professor da instituição (DRG, 02/04/1861), demonstrando que existia um investimento por parte do colégio nos profissionais que seriam os responsáveis pelo êxito do ensino oferecido.

Como diferenciais desta instituição podemos citar a assistência do Dr. Pio Angelo da Silva¹¹⁹, conhecido médico rio-grandino que irá prestar seus serviços ao internato do colégio. Além disso, o *Collegio S. Pedro* possuía um gabinete de leitura “destinado a ornar o espirito e formar o coração de seus alunos para leitura das obras dos melhores autores modernos” (DRG,

¹¹⁹ O Dr. Pio Angelo da Silva nasceu em 03 de maio de 1818 na então Vila do Rio Grande de São Pedro. Cursou Medicina no Rio de Janeiro e na Sorbonne em Paris, retornando para Rio Grande em 1856, instalando seu consultório na Rua do Pito nº 43 (DRG, 06/03/1859). Nesse período auxiliou no combate à epidemia de cólera que assolava a cidade e que ocasionou, por ordem do Presidente da Província, a suspensão de todas as aulas no município (DRG, 10/01/1856). Durante a Guerra do Paraguai ficou encarregado da Enfermaria Militar do Rio Grande (NEVES, 1989).

06/01/1861). É importante ressaltar que a cidade já contava com um Gabinete de Leitura desde o final da década de 1840, cenário que demonstrava que existia um interesse de determinado grupo social em estar atualizado e próximo das publicações que circulavam no Brasil e no exterior. Nesse sentido, o Prof. Thibaut, como intelectual mediador, ao propor esse espaço de sociabilidade na instituição, viria a despertar o gosto pelos livros e pela leitura em seus alunos, diferenciando-se, assim, das outras instituições secundárias existentes.

É interessante reiterar que a figura do intelectual mediador, como pode ser denominado o Prof. José Vicente Thibaut e outros professores da época, atuava de forma a introduzir/apresentar a esse grupo de jovens, algo que eles iriam vivenciar quando adultos ao estarem vinculados a determinados grupos sociais da cidade. É preciso notar, que como figura intelectual, o Prof. Thibaut foi um dos sócios fundadores do *Gremio Litterario Rio-Grandense*, instituição privada de cunho cultural e educativo, criada em 1869 na cidade do Rio Grande, fato que reforça seu interesse pelo universo da literatura. Nesse sentido, compreendemos que:

Entre os mediadores, alguns, em especial, dão a ver **o tipo de conexão** que se encarregam. Em geral, são aqueles que têm ocupações profissionais muito emblemáticas de formas de mediação cultural que, em alguns casos, podem chegar a assumir sentido metonímico. Os tradutores, por exemplo, que encarnam a “passagem” de um código cultural a outro, através da reinvenção de um bem cultural em outra língua. [...] Outros casos muito representativos são os **educadores** [...], que **aproximam seus públicos dos bens culturais, fazendo-os conhecê-los de antemão** (GOMES; HANSEN, 2016, p. 34, grifos nossos).

Cabe destacar que o *Collegio S. Pedro* era um dos colégios que contava com um número significativo de alunos matriculados em meados da década de 1860, fato que pode estar associado ao seu diferencial perante os outros estabelecimentos educativos da cidade. No mapa de colégios remetido à Diretoria Geral da Instrução Pública em 1865, o colégio contava com 130 alunos matriculados, concorrendo em números, por exemplo, com grandes estabelecimentos da capital, como o *Collegio Gomes* que no mesmo período possuía 170 alunos matriculados (ARRIADA, 2007). No Relatório da Inspeção da Instrução Pública no ano de 1873, o *Collegio S. Pedro* e o *Collegio União*, dirigido pelo Prof. José Morena, são reconhecidos pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, em razão do envio das informações exigidas pelo Governo.

Pelos dados, aliás incompletos que existem na secretaria, remetidos por alguns delegados mais exactos no cumprimento dos seus deveres, ou obtidos pelos membros do conselho que forão encarregados da inspecção dos districtos litterarios, ou directa e espontaneamente remetidos por alguns dos **directores dos principaes collegios do Rio Grande, como o Sr. Thibaut e José Morena, aos quaes não posso deixar de neste momento tributar os meus elogios, não só por essa circumstancia, como pela dedicação e zelo com que cuidão da educação da mocidade** (RELATÓRIO, 1873, p. 13, grifos nossos).

No Relatório da comissão responsável por avaliar o estado da instrução pública na cidade do Rio Grande no ano de 1875, os colégios particulares que obtém maior destaque são o *Collegio Minerva*¹²⁰ e o *Collegio S. Pedro* (RELATÓRIO, 1875). Neste mesmo Relatório, a comissão aponta que em decorrência das adequações impostas pelas reformas educacionais imperiais e provinciais, os colégios particulares do município “perderam grande parte de seu prestígio” (RELATÓRIO, 1875, p. 9). Essa afirmação justifica-se, segundo a comissão, pela diminuta frequência dos alunos observada nos mapas remetidos pelas instituições. No entanto, a comissão destaca: “[...] deve a Camara dizer que os collegios “Minerva” e “S. Pedro” são dirigidos por professores provectos e que ambos tem concorrido muito para o progresso da instrucção nesta cidade” (RELATÓRIO, 1875, p. 9). É significativo problematizar que as exigências da legislação educacional do período estavam sendo consideradas como algo negativo para as instituições particulares, justificando inclusive a baixa frequência dos alunos. Logo, podemos interpretar que essa constatação da comissão fiscalizadora tinha como objetivo diminuir as possíveis obrigações que a iniciativa privada precisaria cumprir promovendo, desse modo, a liberdade de ensino e o desenvolvimento dos colégios e aulas particulares no município.

Não podemos deixar de frisar que o *Collegio S. Pedro* foi uma das instituições que mais se destacava no envio de informações trimestrais ao Governo. No *corpus* documental selecionado foram identificados quatro ofícios manuscritos¹²¹ enviados pelo Prof. Thibaut à Câmara Municipal remetendo

¹²⁰ O *Collegio Minerva*, dirigido pela Profª Ignez de Oliveira Soares será devidamente analisado no subcapítulo referente ao ensino secundário feminino na cidade do Rio Grande.

¹²¹ Os ofícios manuscritos datam de 7 de novembro de 1878, 5 de abril de 1879, 30 de junho de 1880 e 30 de junho de 1883. Todos esses documentos pertencem ao acervo do Centro de Documentação (CEDOC/CEIHE) vinculado à Faculdade de Educação da UFPel.

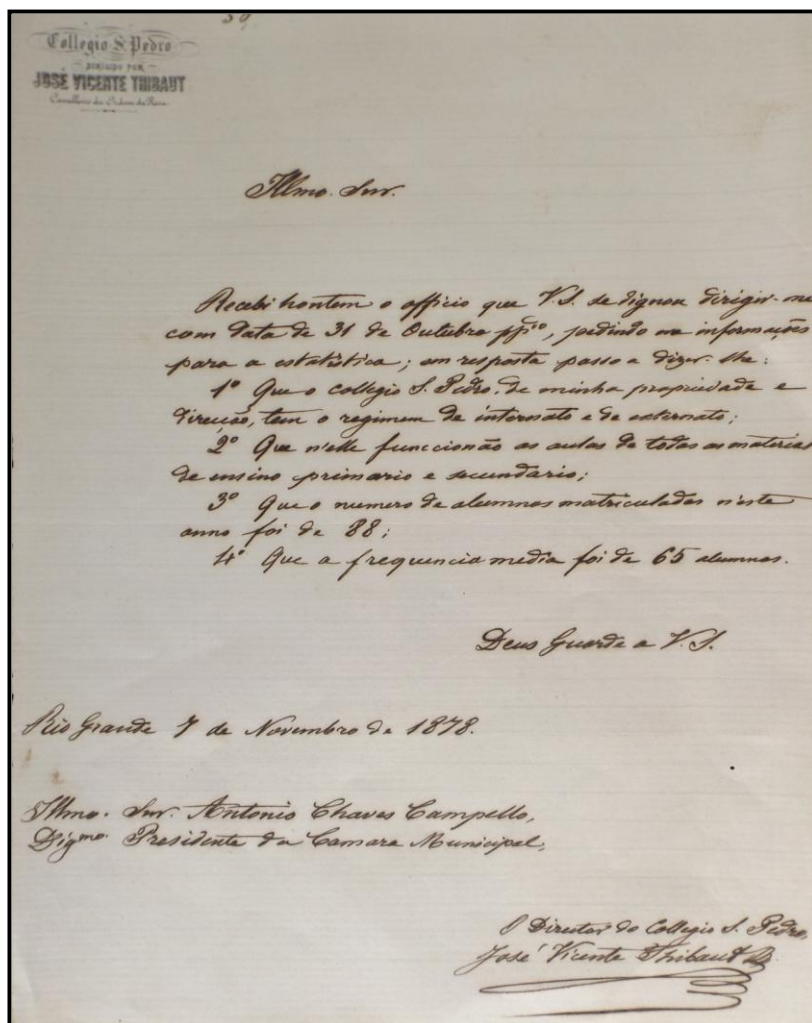
diversos dados sobre o seu colégio, como número de alunos, frequência, corpo docente, livros adotados, entre outros elementos exigidos pela legislação. Por meio dessa documentação foi possível analisar os dados obtidos nos anos de 1878 (Figura 23) e 1879¹²², avaliando algumas mudanças e permanências da instituição.

Em 1878, a instituição contava com 88 alunos matriculados, registrando uma frequência de 65 alunos, sem distinguir o ensino primário do secundário. O Relatório da comissão¹²³ incumbida de inspecionar as aulas públicas e particulares na cidade, apresentado em julho de 1878, ratifica a frequência de alunos no colégio. Segundo esse documento, a instituição contava com “4 professores. He frequentada por 75 alumnos” (RELATÓRIO, 1878, p.3). Podemos perceber que houve uma diminuição considerável de alunos em comparação ao ano de 1865, quando a instituição registrava 130 matriculados.

¹²² Cabe ressaltar que muitos dos mapas dos colégios públicos e particulares do século XIX que foram preservados, não possuem os anexos contendo as informações das instituições, constando apenas a primeira folha do ofício. Contudo, compreendemos que mesmo sem tais informações, é possível analisar outras questões através deste vestígio da cultura escolar, como, por exemplo, a trajetória da instituição, alterações na direção e o comprometimento dos professores em submeter esses dados aos órgãos competentes da época.

¹²³ Esta comissão era formada por Carlos Rheingantz e João da Costa Goulart (RELATÓRIO, 1878).

Figura 23: Ofício do Collegio de S. Pedro (1878)



Fonte: Ofício do Collegio S. Pedro enviado em 20 de junho de 1883.
Acervo: CEDOC/CEIHE.

No ofício submetido em 1879, o Prof. Thibaut apresenta novos dados sobre a situação do ensino em seu colégio. No total contava com 67 alunos no ensino primário e secundário, este em específico estava dividido da seguinte forma: no 1º ano - 12 alunos, no 2º ano - 10 alunos e no 3º ano - 8 alunos, totalizando 30 alunos secundaristas (OFÍCIO, 1879, p. 3). O corpo docente continuava com quatro professores, contando com o diretor que ministrava Latim e Português. Os demais professores do colégio eram:

O bacharel francez Sr. Carlos Dupont lecciona francez, historia universal, geographia, arithmetica, escripturação mercantil, algebra e geometria. O Sr. Aureliano Francisco do Espirito Santo lecciona inglez, portuguez, arithmetica, doutrina christã e primeiras letras. O Sr. Antonio Thomaz de Faria lecciona portuguez, historia do Brasil, historia sagrada, geographia e arithmetica (OFÍCIO, 1879, p. 3-4).

Conforme já observado percebe-se a sobrecarga de disciplinas que cada professor era responsável, fato que pode significar os reflexos da diminuição dos estudantes e que resultava no pequeno corpo docente. Com raras exceções, poucos eram os colégios que mantinham um corpo docente que reunia mais de seis professores nesse período.

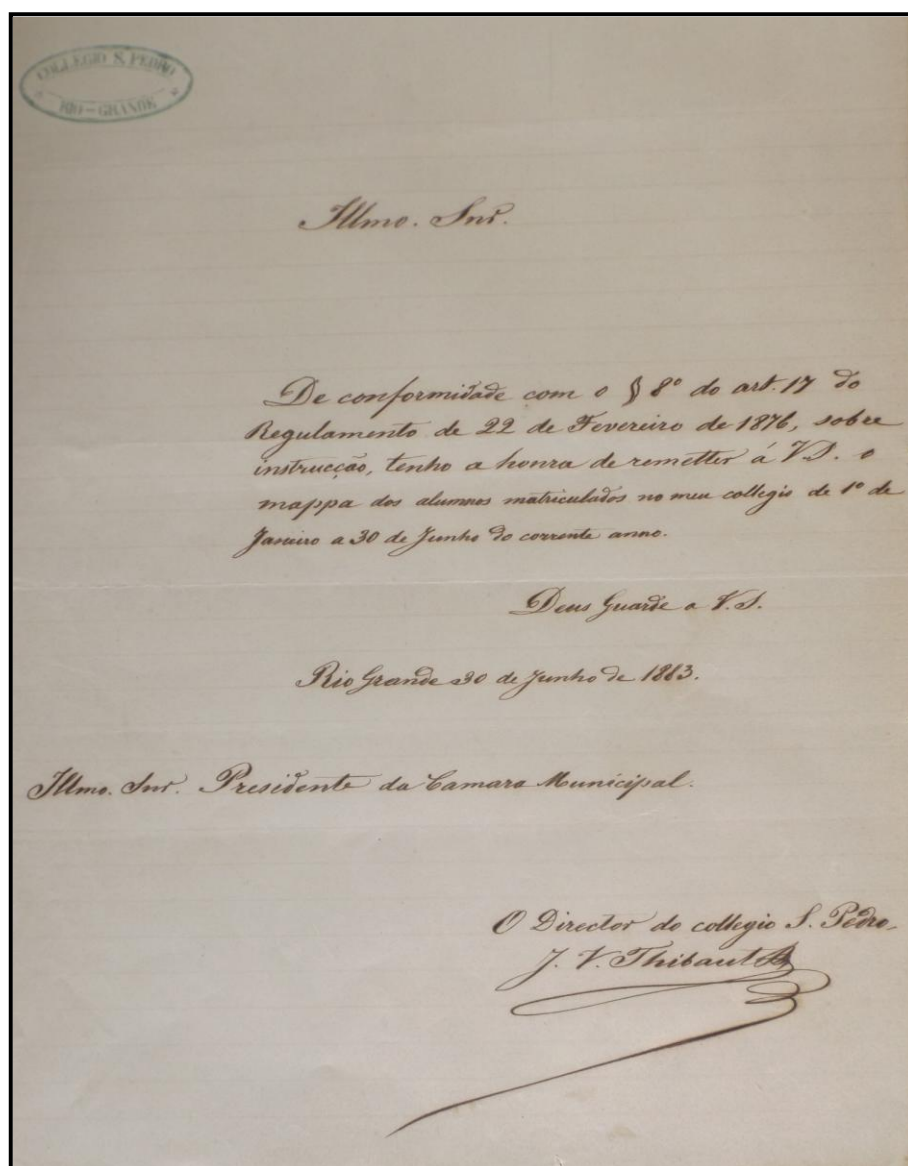
No final da década de 1870, o Prof. Thibaut passa a oferecer aulas gratuitas de instrução primária aos filhos de portugueses residentes no município. Seu papel de intelectual mediador atrelado às suas atitudes filantrópicas o diferenciava de outros profissionais da educação da época e por isso, recebia o devido reconhecimento local: “Não é esta a primeira prova dos generosos sentimentos humanitários que esse prestimoso e inteligente cavalheiro tem dado irrefutavelmente ao publico d’esta cidade” (DRG, 25/06/1877). Não podemos deixar de supor que ao oferecer aulas gratuitas de ensino primário aos filhos desses imigrantes, o Prof. Thibaut acabava por conquistar um público para o ensino secundário oferecido por seu colégio, afinal iremos perceber no decorrer deste estudo que é no século XIX que se constitui um novo paradigma para a educação formal, o qual estabelece uma cultura educativa que naturalizou a realização dos estudos secundários após a conclusão do primário, principalmente como forma de ascensão social. Para Antonio Nóvoa (1991) esse processo está atrelado ao movimento de escolarização e da própria profissão docente:

No momento em que a escola se impõe como instrumento privilegiado da estratificação social, os docentes são investidos de um imenso poder: de agora em diante, eles detêm as chaves da ascensão (e da estagnação) social. Isso os coloca no cruzamento de interesses e aspirações sócio-econômicas frequentemente contraditórias: funcionários do Estado e agentes da reprodução da ordem social dominante, eles personificam também as esperanças de mobilidade social de diferentes camadas da população (NÓVOA, 1991, p. 123).

O *Collegio S. Pedro* adentrará a década de 1880 atuando no ensino particular da cidade do Rio Grande, conforme ofício remetido à Câmara Municipal em 1883 (Figura 24). Este vem a ser o último vestígio da trajetória desta instituição, que pode ser identificado ao longo da pesquisa. Trata-se de umas das instituições mais longevas criada ainda na década de 1850 e que será responsável por instruir uma parcela significativa da juventude rio-

grandina ao longo dos seus trinta anos de atuação. Alguns dos professores, que trabalharam no *Collegio S. Pedro*, fundaram estabelecimentos próprios na cidade, como veremos no próximo subcapítulo. Iremos destacar a trajetória de alguns de seus egressos, no subcapítulo 4.4., a fim de compreender os rumos que esta formação secundária pode ter proporcionado a eles.

Figura 24: Ofício do *Collegio de S. Pedro* (1883)¹²⁴



Fonte: Ofício do *Collegio S. Pedro* enviado em 20 de junho de 1883.
Acervo: CEDOC/CEIHE.

¹²⁴ “Illmo. Snr. De conformidade com o § 8 do art. 17 do Regulamento de 22 de fevereiro de 1876, sobre instrução, tenho a honra de remetter à V. S. o mappa dos alumnos matriculados no meu collegio de 1º de janeiro a 30 de junho do corrente anno. Deus Guarde a V. S. Rio Grande, 30 de junho de 1883. Illmo. Snr. Presidente da Camara Municipal. O Director do collegio S. Pedro, J. V. Thibauth”.

É preciso salientar que nos anos de 1850 também existiam instituições que ofereciam ensino secundário para o público feminino. A oferta era pequena em relação ao ensino masculino, mas não podemos deixar de mencionar sua existência. Como já observado, as matérias que caracterizam o ensino secundário neste período e que foram encontradas nas instituições selecionadas são: Línguas estrangeiras (Francês e Italiano), Geografia, História, Desenho linear e princípios de Ciências Naturais. Além dessas disciplinas, voltadas aos estudos secundários, as aulas e colégios particulares femininos estavam voltados aos saberes escolares que reforçavam, sob certos aspectos, a construção da imagem de uma “mulher ornamento” (CARVALHO, 2008). É importante frisar que compreendemos os gêneros masculino e feminino, no âmbito da História da Educação, como construções sociais e históricas dentro de determinados contextos (LOURO, 1994) e, dessa forma, entendemos que essas construções estão diretamente vinculadas aos fatores históricos e biológicos desses sujeitos:

Se os corpos assumem a organização social, a política, as normas religiosas e culturais, também é através de manifestações físicas e corporais que se expressam as estruturas sociais. O processo de educação de homens e mulheres supõe portanto uma construção social – e corporal – dos sujeitos. Implica na transmissão/aprendizagem de princípios, valores, conhecimentos, habilidades; supõe também a internalização de gestos, posturas, comportamentos, disposições “apropriados” a cada sexo (LOURO, 1994, p. 41).

No que diz respeito aos colégios particulares femininos da cidade do Rio Grande, percebemos que estes priorizavam em seus currículos disciplinas voltadas ao âmbito doméstico, espaço “naturalizado” como sendo de responsabilidade da mulher, onde o “estudo pratico de educação privada e social” deveria ser apreendido por este público específico:

AO PUBLICO. Collegio de meninas. Dirigido pela Sra. Regis-Boto. Ordem das classes: **Trabalhos domésticos: Coser em branco, bordar dito, idem lan, idem retroz, idem ouro, e trabalhos de crochet, etc., etc.** Ensino do collegio: Ler, escrever, grammatica portugueza, línguas franceza e italiana, instrucção de moral, geographia, historia, princípios de sciencia natural, desenho linear, **estudo pratico de educação privada e social**. As pessoas que se dignarem honrar a annunciante confiando-lhe a educação de suas filhas, terão a bondade de dirigir-se á casa de sobrado n. 2 em frente ao arsenal d'esta cidade (DRG, 18/08/1853, grifos nossos).

É significativo ressaltar que esse tipo de trabalho manual, presente nos anúncios das instituições voltadas ao ensino feminino, buscava reforçar o papel da mulher no âmbito doméstico, no universo do lar, já que nesse período “[...] todos os espaços da casa deveriam receber uma atenção especial na sua ornamentação. A maneira mais comum era a confecção de trabalhos manuais. Com eles atestava-se a presença cuidadosa e amorosa da dona de casa” (CARVALHO, 2008, p. 69). Essas especificidades que envolvem a atuação da mulher na vida doméstica e que perpassam inclusive a educação formal, como é o caso da disciplina de *Trabalhos domésticos*, presente em todos os colégios femininos da época, inculcavam padrões de comportamento, ensinando o que era apropriado ou não para as futuras donas de casa.

O ensino de Belas Artes, que também estava presente em alguns colégios masculinos, era oferecido de forma avulsa no município para o público feminino, com destaque para o ensino de piano. Conforme afirma Arriada (2007, p. 329), no século XIX “as elites além de toda formação clássica, ainda tinham uma formação voltada para o estudo das artes, em particular o canto e piano”.

MADAME Kohl, professora de piano, oferece seu préstimo ao respeitável publico d'esta cidade para dar **lições de piano**, pelo methodo dos mestres mais conhecidos e acreditados, e podendo os **Srs. pais de família que se dignarem honra-la com a sua confiança terem a certeza que em pouco tempo terão a satisfação dever os progressos de suas filhas**. Para tratar na rua Direita n. 95 (DRG, 06/02/1858, grifos nossos).

O piano compunha a sala de visitas das residências mais abastadas desta época e sua existência sinalizava uma determinada posição social. Segundo Vânia Carneiro de Carvalho, esse era um espaço marcadamente feminino, onde a mulher exercia “a sua função de ornamento, brilhando nas recepções sociais, nos chás, jantares e almoços” (CARVALHO, 2008, p. 157). Logo, a sala de visitas se consolida como:

Um lugar para a exibição não só da riqueza de suas peças, mas dos trabalhos manuais das mulheres da casa, que utilizam as superfícies para expor suas obras em renda e crochê, que de forma alguma estão desobrigadas de apresentar “muita variedade e perfeição”. A sala de visitas está equipada com a infra-estrutura necessária para que a mulher apresente publicamente as suas habilidades no campo da conversação, da música e da literatura (CARVALHO, 2008, p. 157).

No final da década de 1850, será criado o *Collegio Santa Thereza*, dirigido pela Prof^a Paulina Thibaut, esposa do Prof. José Vicente Thibaut. É interessante sublinhar que este colégio oferecia estrutura de internato, como os colégios masculinos do período, e as matérias voltadas ao ensino secundário eram apenas três: Francês, História, Geografia, que eram ministradas pelo seu esposo. O corpo docente, além do Prof. Thibaut, era composto pelo Prof. Ignacio de Miranda Ribeiro, responsável por Língua Nacional e Aritmética e pelas professoras Deolina Manchon, que ensinava Bordados e também cuidava da inspeção; e Paulina Thibaut, diretora, que ministrava as disciplinas de Doutrina Cristã, Escrita e Bordados (DRG, 02/01/1861).

COLLEGIO PARA MENINAS – Rua da Praia, n. 102. Paulina Thibaut, legalmente autorizada por decisão do conselho director de instrucção publica d'esta provincia, tem a honra de fazer sciente aos Srs. pais de família que no 1º do mez de junho próximo, abrirá um collegio para meninas. A parte litteraria será confiada ao Director e professores do Collegio S. Pedro. Convem declarar que os dous estabelecimentos não terão comunicação nenhuma, tendo a casa bastantes accomodações para poder estabelecer esta separação. Os preços são os seguintes e devem ser pagos por trimestres adiantados. Externas do ensino primário e francez 30\$000; Externas do ensino primário só 15\$000; Contribuição para papel, pennas e tinta até o fim de dezembro, 3\$000. Para pensionistas e meios pensionistas trata-se com a directora. As lições de piano são pagas separadamente (DRG, 25/05/1859).

Essa instituição encerra suas atividades na década de 1870. O último vestígio desse colégio foi identificado em um ofício enviado pela Prof^a. Paulina ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Antônio Chaves Campello, em 07 de novembro de 1878, no qual a diretoria deveria fornecer informações sobre a instituição. Contudo, a professora esclarece que “o *Collegio Sta Thereza* não funcionou n'este anno com numero legal de meninas, por causa dos meus incommodos de saúde; e por isso, nenhuma informação possa dar” (OFÍCIO, 1878). A diretora faleceu em Rio Grande no ano de 1883¹²⁵, mas seu esposo, diretor do *Collegio S. Pedro*, continuará atuando no ensino secundário masculino do município.

É importante ressaltar algumas características que marcaram o ensino secundário da cidade do Rio Grande na década de 1850, por exemplo: a

¹²⁵ Nas páginas do jornal *Diario do Rio Grande* constava a nota de falecimento da professora: “Falleceu domingo e sepultou-se hontem a Sra.D. Paulina Thibaut, que por longo tempo foi directora do *collegio Santa Theresa*. A seu inconsolável esposo, o Sr. Thibaut, distincto director do *Collegio S. Pedro*, enviamos nossas sinceras condolências” (DRG, 03/04/1883).

organização de colégios masculinos com longos currículos que contemplavam uma gama de matérias presentes em grandes instituições como o Collegio Pedro II, visando atrair um público voltado à realização dos exames de preparatórios nas Academias do Império, inclusive rivalizando com os grandes estabelecimentos existentes nas cidades de Pelotas e Porto Alegre; também notamos a oferta de aulas noturnas de Línguas estrangeiras e Escrituração Mercantil como opção para o público interessado em seguir outras carreiras e que não tinham interesse em realizar um curso secundário longo e seriado, mas apenas obter uma formação intelectual capaz de prepará-los para o mercado de trabalho; destacamos, ainda, a presença de instituições particulares voltadas ao ensino secundário feminino, as quais se diferenciavam das masculinas principalmente em seus currículos, que se mantinham atrelados à construção do papel social da mulher no período. Nessa década, é notável a existência de uma estrutura de internato em algumas instituições secundárias, masculinas e femininas, como um diferencial para receber estudantes da cidade e de fora, reforçando o papel do município como um dos polos educacionais na Província. Iremos observar que algumas dessas particularidades serão sustentadas nas décadas seguintes e outras serão incorporadas ao repertório de instituições secundárias da cidade do Rio Grande, como veremos a seguir.

5.2.2. As instituições de estudos secundários na década de 1860: a *mais segura garantia à educação da juventude*¹²⁶

No decorrer das décadas de 1850 e 1860 é possível observar que as instituições particulares, voltadas ao ensino secundário, passaram a se preocupar ainda mais com suas estruturas curriculares, com a capacitação docente e com a organização de espaços mais adequados para receber os alunos em regime de internato. Nessa perspectiva, tais instituições buscavam professores habilitados em outras cidades, inclusive fora da Província, a fim de oferecer o que de melhor houvesse para os alunos secundaristas de Rio

¹²⁶ Trecho de um dos anúncios do *Collegio União*, colégio masculino dirigido pelo Prof. Eduardo Grauert (DRG, 03/07/1861).

Grande e região. A Reforma Couto Ferraz e os Regulamentos da Instrução Pública da Província seguirão norteando, de certa forma, os aspectos legais de avaliação e fiscalização do ensino particular na cidade.

Nesse ínterim, a cidade do Rio Grande irá manter sua economia vinculada às atividades mercantis e ao comércio de importação e exportação. As atividades industriais, propriamente ditas, só terão início na década de 1870, com a instalação da Fábrica Rheingantz no município. Segundo Alves e Torres (2016):

A cidade, na década de 1860, já se consolidara como uma praça econômica essencial para a Província. A presença do porto marítimo fez surgir um significativo comércio de exportação e importação e elites ligadas ao capitalismo comercial com conexões nos portos de Hamburgo, Liverpool, Lisboa, Boston, e etc, buscavam aformoseamentos urbanos em sintonia com os padrões estéticos e de consumo vigentes na Europa. Mesmo que o fluxo de exportação esteja ligado principalmente aos derivados da pecuária, atividade tradicional do Rio Grande do Sul luso-brasileiro, a elite da cidade, através das importações, mantém-se em sintonia com o consumo europeu de bens culturais e mercadorias (ALVES; TORRES, 2016, p. 105).

Em meados dos anos de 1860, no Relatório apresentado pelo Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, a Província de São Pedro contava com 25 estabelecimentos particulares de instrução secundária, sendo 08 voltados ao público feminino (RELATÓRIO, 1864). Todavia, o presidente destaca que os dados do ensino particular eram pouco acessíveis às investigações das autoridades, por isso, poderia haver algumas falhas nos apontamentos. No final da década, a proporção de instituições particulares aumentou, contudo, o acesso a elas continuava restrito a um determinado grupo social com condições de arcar com os custos de uma educação secundária, já que as únicas opções de instrução pública deste tipo eram a aula de Francês na cidade ou o Liceu D. Afonso na capital. O Inspetor da Instrução Pública, José Bernardino da Cunha Bittencourt, no final da década de 1860, reitera o significativo papel exercido pelos colégios particulares:

O ensino particular toma cada dia maior incremento. Collegios existem estabelecidos na Provincia e especialmente nesta cidade aonde, a par de uma instrucção solida, o menino recebe a educação sem a qual seria inutil e mesmo prejudicial á sociedade (RELATÓRIO, 1869, p. 10).

Em Rio Grande, no âmbito dos colégios particulares masculinos, houve dois acréscimos relevantes no inventário das instituições já existentes, o *Collegio União* e o *Collegio Ernst*, ambos fundados por professores estrangeiros. O *Collegio União* foi fundado em 1861 pelo Prof. Eduardo Grauert, Doutor em Filosofia pela Universidade de Rostock na Alemanha¹²⁷, que já possuía uma carreira consolidada no ensino privado na cidade de Pelotas¹²⁸ e Rio Grande¹²⁹. Em julho de 1860, antes de criar seu colégio, o Prof. Grauert possuía um curso noturno de Língua Inglesa, com três lições por semana das 20h às 21h30min (DRG, 06/07/1860). Seu objetivo com as aulas noturnas era atrair alunos que exercessem outras atividades durante os outros períodos, podendo servir para aqueles que trabalhavam no comércio local ou como reforço para os alunos que fariam os exames de preparatórios.

Devido ao seu conhecimento em Língua Inglesa, ele irá elaborar um compêndio voltado para essa área do conhecimento. Semelhante ao Prof. José Vicente Thibaut, com quem trabalhou no *Collegio S. Pedro*, o Prof. Grauert como membro deste grupo de intelectuais mediadores, irá produzir o *Compendio de Grammatica Ingleza* (Figura 25), que será publicado no ano de 1861. Em seu prefácio, o autor justifica a elaboração dessa obra e sua relevância para a mocidade rio-grandense.

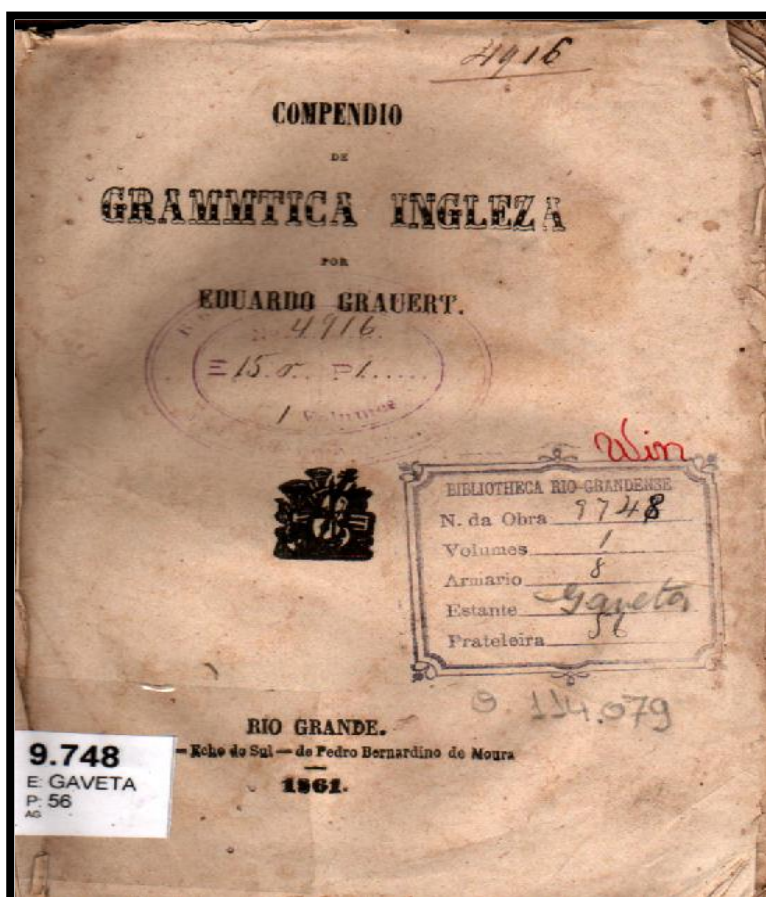
Apresento ao público esta pequena obra, não como cousa original, mas sim como compilação do mais necessario d'uma grammatica portugueza-ingleza, tirada de algumas das melhores e fundada sobre experiencia adquirida pelo estudo e ensino de muitos annos. Empreendi o trabalho annuindo ao desejo de alguns amigos e attendendo a necessidade, pois que as grammaticas que existem, são insufficientes para os PRINCIPIANTES, sendo ellas ou muito extensas e consequentemente para elles diffusos, ou escriptas em inglez mesmo, as quaes ainda menos podem servir. O mesmo se pode dizer do – Spelling-Book – introduzido por toda a parte, o qual sem dúvida é um excellente livro para o uso dos meninos da nação ingleza, mas não da brasileira ou qualquer outra (GRAUERT, 1861, p. I).

¹²⁷ Sua formação encontra-se na contracapa do livro *Industria, Commercio e Bancos*, de sua autoria que foi publicado em 1877. A referência completa da obra é: GRAUERT, Eduardo. **Industria, Commercio e Bancos** desde a sua origem até os nossos dias, seguido de um vocabulário de termos mais usados no commercio em quatro idiomas. Ensaio compilado e offerecido à mocidade brasileira por Eduardo Grauert – Gerente de Banco e Doutor em Philosophia pela Universidade de Rostok. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E & H. Laemmert, 1877.

¹²⁸ Foi professor e vice-diretor do *Collegio Pelotense* no final da década de 1850 (DRG, 19/06/1859).

¹²⁹ Foi professor do *Collegio S. Pedro* cujo diretor era o Prof. José Vicente Thibaut.

Figura 25: Capa do Compendio de Grammatica Ingleza do Prof. Eduardo Grauert (1861)



Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

O currículo voltado para a instrução secundária do *Collegio União* apresentava as seguintes disciplinas: “latim, inglez, allemão, francez, historia, geographia, contabilidade e escripturação mercantil, arithmetica superior, algebra, geometria e trigonometria” (DRG, 03/07/1861). Novamente, se percebe a não inserção da língua vernácula no rol das matérias secundárias, fato marcante em instituições particulares cujos diretores eram de origem estrangeira, como já foi observado nas primeiras estruturas curriculares do *Collegio S. Pedro*.

Figura 26: Anúncio do *Collegio União*, dirigido pelo Prof. Eduardo Grauert

COLLEGIO
UNIÃO

Estabelecido na cidade do
RIO GRANDE
A' rua dos Comores, canto da do Rosario

DIRIGIDO POR
EDUARDO GRAUERT

Este estabelecimento, aberto com prévia licença do conselho director da instrução publicae d'esta provincia, offerece aos chefes de familias a mais segura garantia á educação da juventude.

Seu director, escrupuloso e severo no cumprimento de deveres inherentes a tão nobre magisterio, do qua tem dado sobejas provas durante o tempo que n'esta cidade assim como em Pelotas o tem exercido, hoje mais o que nunca, porque se acha coadjuvado por habilitados e honrados professores em sua tarefa, promete preencher em todos os sentidos os desejos dos pais: a perfeita educação moral e intellectual de seus filhos.

O programma das materias que se leccionam no estabelecimento, é oseguinte:

Instrucção primaria:

Leitura, grammatica nacional, calligraphia, arithmetica, doutrina christã e historia sagrada.

Instrucção secundaria:

Latim, inglez, allemão, francez, historia, geographia, contabilidade e escripturação mercantil, arithmetica superior, algebra, geometria e trigonometria.

Bellas artes:

Muzica, desenho, gymnastica.

Recebem-se pensionistas, meios pensonistas e externos, sob as condições dos outros iguaes estabelecimentos.

O DIRECTOR,
Eduardo Grauert.

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 03 de julho de 1861.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

É importante mencionar que a oferta de aulas e cursos particulares avulsos de Línguas estrangeiras e da disciplina de Escriituração Mercantil, presentes no currículo do ensino secundário do *Collegio União*, eram regulares no município¹³⁰. Fato que reforça a ideia de que essa ampla oferta estava

¹³⁰ Destacamos alguns exemplos encontrados na imprensa: "Eduardo Brown dá lições das línguas ingleza e franceza e de escripturação mercantil por partidas dobradas e singelas; assim como de materia chimica e electro-magnetismo; quem de seu prestimo se quizer utilizar póde procura-lo em casa do Sr. José Antonio Leite, á rua da Praia n. 48" (DRG, 17/12/1862,

diretamente vinculada a uma demanda existente no município. As línguas como Francês e Inglês eram exigidas nos exames de preparatórios, porém, a Escrituração Mercantil não era cobrada para o ingresso nas Academias da época, todavia, se constituía como uma disciplina de extrema relevância para as atividades comerciais desenvolvidas no ramo mercantil local. A profissão de Guarda-Livros era necessária em qualquer casa comercial, pois eram estes os profissionais que deveriam fazer o registro diário da movimentação das operações realizadas pelos estabelecimentos. Nas casas comerciais com grande movimento diário era fundamental contar com o auxílio de um profissional com essa formação:

[...] somente nas casas de pequeno e escasso movimento aos commerciantes é possível fazer a sua escripturação mercantil. Nas de grande movimento é bem difficil, além de poder acontecer, tanto em umas como em outras, que os commerciantes não tenham conhecimentos especiaes de escripturação e de contabilidade, sciencias difficeis e complexas. Dahi o preceito do art. 77 de nosso Codigo, segundo o qual “*os assentos lançados nos livros de qualquer casa de commercio por guarda-livros ou caixeiros encarregados da escripturação e contabilidade produzirão os mesmos efeitos como se fossem escripturados pelos proprios proponentes*” (FERREIRA, 1919, p. 3).

O fato de não existirem Cursos, Institutos ou Escolas de Comércio na Província de São Pedro, nesse período, fez com que o ensino secundário particular também abrangesse essa demanda de instrução. É significativo pontuar as colocações do Ministro do Império, José Liberato Barroso¹³¹, em sua obra *A Instrução Pública no Brasil*, publicada em 1867, sobre a necessidade de investimento no ensino profissional e sua relevância para os ramos da indústria, do comércio e da agricultura brasileira.

grifos nossos).

“Henrique A. Wreden: professor do collegio S. Pedro, participa ao respeitável publico que dá lições particulares de **inglez, alemão, mathematicas e escripturação mercantil**. Póde ser encontrado até ás 3 horas da tarde no dito collegio e d’ahi em diante em sua casa, rua do general Osório n. 13” (DRG, 16/07/1869, grifos nossos).

¹³¹ Tambara (2003, p. 41) apresenta uma breve biografia sobre José Liberato Barroso: “Nascido em Aracaty, na província do Ceará, a 21 de setembro de 1830, faleceu no Rio de Janeiro a 1 de outubro de 1885, doutor em direito pela faculdade do Recife, do conselho do Imperador, advogado nos auditórios da corte, membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, membro e presidente da Associação Brasileira de Aclimação, lente catedrático da faculdade livre de ciências sociais e jurídicas, grã-cruz da ordem Ernestina da casa ducal da Saxônia, etc. Foi lente substituto da faculdade, que lhe confiou o grau, deputado á 20ª legislatura e eleito e escolhido senador do Ceará, não entrando, porém, no senado por haver sido anulada a eleição, e foi ministro do império no gabinete de 31 de agosto de 1864, em cujo cargo celebrou os contratos matrimoniais das princesas dona Izabel e dona Leopoldina”.

Nem todos os moços se podem dedicar aos altos estudos da instrucção superior; mas precisão de uma instrucção mais desenvolvida que a elemental; para as differentes carreiras, que não são as do homem de letras. O desenvolvimento do commercio, da agricultura, e da industria exigem conhecimentos, que se não bebem no ensino clássico, ou no estudo das humanidades (BARROSO, 1867 apud TAMBARA, 2005, p. 178).

Sendo assim, os colégios e aulas particulares tiveram que preencher outra lacuna da instrução pública: o ensino profissional. Como forma de demonstrar a oferta existente, destacamos alguns anúncios de professores particulares, os quais ofereciam as disciplinas de Escrituração Mercantil e Caligrafia, bem como outras matérias que pudessem interessar ao público comprometido em seguir a carreira comercial. Nossos grifos também ressaltam o turno em que era oferecido o ensino dessas matérias:

Curso de escripturação por partidas dobradas – J.Felippe Serversby, professor dos **idiomas inglez, francez e allemão**, avisa aos Srs. que desejarem ainda assistir ao curso de escripturação, que principiará segunda feira 17 do corrente. Outrossim que no mesmo dia abrirá um curso de inglez e outro de francez, **o primeiro nas segundas, quartas e sextas feiras das 8 ás 9 ½ horas da noite**, e o segundo nas terças, quintas e sabbados á mesma hora (DRG, 10/01/1853, grifos nossos).

Um professor habilitado, que ensinou por vários annos em Pariz, estando já a leccionar em algumas casas particulares, offerece-se a mais algumas famílias d'esta cidade, para ensinar **calligraphia**, desenho e pintura. Pelo seu methodo de ensino, obtem-se em pequeno numero de explicações **uma letra de cursivo a mais bonita que se pode ver**; fora d'esta ensino dá **lições de francez e geographia**. Para chamados queiram-se dirigir ao Sr. Daniel de Barros e Silva, rua de Pedro II n. 42 (DRG, 15/09/1868, grifos nossos).

Curso de escripturação mercantil: Das 6 ás 8 horas da noute, professor Florencio Boa Nova, dá lições em sua residência á rua Uruguayana (DRG, 18/06/1871, grifos nossos).

Curso de Calligraphia – Vicente Cravosio: Acaba de abrir n'esta cidade um curso de calligraphia, no collegio primário. Consta o ensino de todos os caracteres de letras, como sejam – ingleza, corsiva, rotunda, gótica, estampatella, **cujo importante ramo presta para todos os empregos**. Tambem acceitam-se lições por casas particulares. Rua Francisco Marques, n. 39 (DRG, 20/08/1871, grifos nossos).

É relevante acrescentar outras considerações acerca da obra do Ministro José Liberato Barroso, de 1867, que analisa a educação brasileira nesse período posterior à Reforma Couto Ferraz e anterior ao Decreto do Ministro Carlos Leôncio de Carvalho em 1879. Essa obra pode ser considerada “o primeiro estudo sistematizado e geral sobre a educação brasileira” (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 10) e, portanto, carece de ser apreciada neste estudo, no

que tange a sua abordagem sobre o ensino secundário brasileiro.

Para o Ministro José Liberato Barroso, defensor da liberdade de ensino¹³² na educação de nível superior, era fundamental compreender a instrução secundária como uma questão vital para a sociedade brasileira, a qual deveria ser repensada e aperfeiçoada em seus diferentes aspectos. Para Barroso, o ensino secundário “preenche uma função muito distinta, porque enriquece o espirito dos conhecimentos, que são indispensáveis às carreiras mais nobres e elevadas da sociedade” (BARROSO, 1867 apud TAMBARA, 2005, p. 99).

No que diz respeito à situação do ensino secundário no Brasil no período analisado, Barroso aborda a realidade da instrução pública perante a instrução privada, além de problematizar a necessidade da liberdade de ensino, fato que será oficializado a partir da Reforma de 1879.

A organização da instrução secundaria também está á cargo das Assembleas Provinciaes pelo Acto Adicional á Constituição Política do Imperio: isto importa o mesmo que dizer, que o ensino medio official está completamente desorganizado. [...] O ensino medio particular é muito mais completo do que o ensino publico. Entretanto, não temos ainda a liberdade de ensino, tão necessária para o desenvolvimento da instrucção secundaria. Se o magisterio particular, ainda escravizado pela lei, prospera mais que o magisterio, é claro que elle tem grande força pela natureza das cousas, e pelas verdadeiras necessidades sociaes (BARROSO, 1867 apud TAMBARA, 2005, p. 108).

O Ministro também lança um olhar questionador sobre o currículo ofertado pelas instituições secundárias, públicas e privadas, afirmando que, de forma geral, em todas as províncias os “gymnasios e lycêos” estão mal administrados e organizados. Barroso defendia a necessidade de uma reforma do ensino secundário, ao mesmo tempo em que tinha plena consciência de que, por depender das Assembleias Provinciais, essa reforma acabaria se mantendo apenas no plano das ideias. Sobre os estabelecimentos de ensino secundário afirma:

¹³² Conforme Relatório apresentado ao Parlamento em 1865, Liberato Barroso defendia que: “A liberdade de ensino é um dogma da religião política e social dos povos modernos. Grande manifestação da liberdade, ella está consagrada como uma das maiores conquistas da civilização moderna. [...] O nosso ensino superior ainda não está ao nivel das necessidades actuaes da civilização nem dos progressos, que elle tem feito nos paizes mais adiantados. Convem alargar a esphera do ensino official, e firmar a liberdade dos cursos publicos” (BARROSO, 1867 apud TAMBARA, 2005, p. 128).

São sómente os estudos clássicos ou das humanidades, que constituem o programma de ensino em quasi todos os estabelecimentos particulares de instrucção secundaria nas Províncias, e em geral também nos seus Lycêos ou estabelecimentos publicos. Está o ensino medio do Imperio muito longe do desenvolvimento, a que tem chegado nos paizes civilizados; e a sua organização é muito defeituosa e differente da que esses paizes tem adoptado para as suas escholas (BARROSO, 1867 apud TAMBARA, 2005, p. 110).

Liberato Barroso está a todo o momento comparando o ensino secundário brasileiro com o que era oferecido em alguns países europeus, como, por exemplo, a Prússia. Por essa razão, o Ministro aproveita para questionar alguns aspectos da instrução secundária pública perante a particular nos países europeus, com relação ao Brasil.

Tratando da instrucção secundaria na Prussia, diz Cousin, que nem um estabelecimento particular poude sustentar a concurrencia com os estabelecimentos públicos: nos paizes mais adiantados em instrucção publica, o ensino official em regra serve de modelo ao ensino particular. Entre nós, porém, acontece o contrario: o ensino publico não tem organização nem desenvolvimento; e o ensino particular, ainda que mais prospero, soffre alem dos embaraços legais o defeito, que lhe imprime a ambição do lucro e especulação, que são quasi geralmente os moveis dos seus directores (BARROSO, 1867 apud TAMBARA, 2005, p. 111).

Mesmo com todas as colocações e justificativas apresentadas pelo Ministro Liberato Barroso, em sua obra sobre a educação do Império, respaldada por uma extensa pesquisa que demonstrava a necessidade de melhorias, reformas e investimentos na instrução pública de nível primário e secundário, a legislação educacional seguiu legitimando a iniciativa privada no âmbito da educação brasileira. Sendo assim, as instituições particulares de ensino secundário continuavam a se propagar em todas as Províncias e, na cidade do Rio Grande, não foi diferente. Na década de 1860, novos colégios, masculinos e femininos, foram sendo criados no município preenchendo uma lacuna proveniente da instrução pública.

É nesse período que o *Collegio União* se consolidará como um dos colégios particulares mais procurados da cidade do Rio Grande. No próximo anúncio (Figura 27), podemos perceber uma reestruturação do seu currículo através do “Plano dos Estudos” do colégio, o qual organiza o ensino secundário em quatro classes, mostrando a intenção de manter certa organicidade nos estudos deste nível, tal como era a intenção do *Collegio Pedro II*, instituição

modelo da época. Contudo, semelhante ao *Collegio S. Pedro* seu concorrente direto, o diretor não especificava a obrigatoriedade de cursar todas as quatro classes, o que mantinha a ideia do ensino secundário livre, onde os alunos poderiam cursar as disciplinas que lhe fossem convenientes. Tal situação era corroborada pela legislação educacional em voga, a qual sustentava que “Art. 84º. Os alumnos poderão matricular-se em qualquer dos annos do curso, com tanto que sejam approvados em exame das materias do anno ou dos annos anteriores” (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 59). Outra questão que legitimava esses estudos parcelados era o fato de que não era exigida comprovação de conclusão do ensino secundário completo para prestar os exames de preparatórios nas Academias do Império, apenas a aprovação nas disciplinas exigidas para o curso escolhido, circunstância que permitia a livre circulação dos alunos por colégios e aulas particulares, conforme seu objetivo.

Figura 27: Anúncio do *Collegio União*, dirigido pelo Prof. Eduardo Grauert

COLLEGIO UNIÃO.
Rio Grande do Sul.
Praça Municipal, sobrado do Illm. Sr. tenente coronel Porfirio
Ferreira Nunes.
DIRECTOR : EDUARDO GRAUERT.
Plano dos estudos

O curso do ensino primario consiste em duas classes, da duas divisões, cada uma com professor proprio, ajudado pelo director do estabelecimento. As materias de ensino são: leitura, calligraphia, grammatica nacional, doutrina christã, e arithmetica (4 operações e quebrados).

O curso do ensino secundario consiste em quatro classes, as materias do ensino são:

Na 4^a classe: Historia sagrada, grammatica e leitura portugueza, calligraphia, arithmetica elemental, francez, geographia physica, e desenho.

Na 3^a classe: Calligraphia, arithmetica commercial, portuguez, francez, inglez, geographia politica, e desenho.

Na 2^a classe: Arithmetica superior, francez, inglez, geographia, mathematica, historia, geographia patria, latim, escripturação mercantil, e desenho.

Na 1^a classe: Algebra, geometria, trigonometria, francez, inglez, latim, allemão, historia universal, mythologia, rhetorica, e philosophia.

OBSERVAÇÕES

As linguas grega e italiana ensina-se aos alumnos da 1^a classe que o desejarem.

As lições de musica pagam-se separadamente.

As pensões e mensalidades serão pagas por trimestre adiantados. Os alumnos que adoeecerem se f rem tratados no collegio, pagando as despesas de medico e botica.

Os resultados dos exames publicos d'este anno e dos annos passados, assim como os sacrificios e cuidados do director devidamente reconhecidos, são garantias para os Srs pais de familias que o quizerem honrar com sua confiança.

Os dormitorios estão no sobrado, que é um dos mais bellos edificios da cidade, e situado na Praça Municipal.

Para mais amplas informações os interessados poderão dirigir-se ao director do estabelecimento

Eduardo Grauert.
(1)

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 09 de dezembro de 1864.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Nessa perspectiva, os colégios particulares da cidade do Rio Grande buscavam educar não apenas os alunos interessados em ingressar no ensino superior fora da Província, mas também procuravam adequar-se às outras necessidades de instrução dos estudantes preocupados em ingressar em

outras carreiras. Essa afirmação, que está inserida na tese defendida por este estudo, pode ser corroborada por meio dos anúncios dessas instituições. No caso dos anúncios do *Collegio União*, percebe-se que as matérias do ensino ali ofertadas “abrangem todos os preparatorios, **tanto para as Academias do Imperio como para a carreira commercial**” (DRG, 18/01/1866, grifos nossos). Logo, identificamos que esta instituição, bem como as demais do município, estava preocupada em seguir o que era oferecido pela instituição modelo do Império – *Collegio Pedro II*, no que diz respeito ao currículo voltado para os estudos clássicos, mesmo que esse não fosse o único foco do seu público potencial. Sobre o tipo de ensino oferecido pelo *Collegio Pedro II* podemos acrescentar:

Fundado com a finalidade de educar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira e concebido para ser o centro difusor das ideias educacionais, relativas ao ensino secundário, foi considerado o “padrão” a ser seguido pelos congêneres em todo o país. A orientação pedagógica do Collegio foi expressa por Vasconcellos, em 1837, em seu discurso proferido na Câmara dos Deputados, qual seja, a de elevar os estudos das Humanidades, especialmente das línguas clássicas, no Brasil. O plano de estudos, na realidade, era enciclopédico, incorporava estudos considerados clássicos, entre os quais a Gramática, a Retórica, a Poética, a Filosofia, Latim e Grego, e os estudos modernos, que incluíam as línguas “vivas”, tais como Francês e Inglês e as Matemáticas, Ciências, História, Geografia, Música e Desenho (VECHIA, 2005, p. 83-84).

É importante refletir acerca da “seleção cultural escolar” problematizada por Forquin (1992), que defende que as disciplinas que integram o currículo de uma determinada instituição são diretamente influenciadas pelo contexto onde o estabelecimento de ensino está inserido. No caso do ensino secundário na cidade do Rio Grande, cabe destacar que existia uma hierarquização dos saberes escolares através das disciplinas apresentadas em seus currículos, que estavam sujeitas tanto às demandas da legislação quanto ao contexto local. Essa hierarquia estava fundamentada nas trajetórias profissionais ambicionadas pelos alunos que buscavam esses colégios particulares.

No interior de um mesmo currículo, certas matérias “contam” verdadeiramente mais que outras, seja por seus horários, seja por seus pesos relativos na avaliação que é feita dos alunos (como se vê, por exemplo, com o jogo dos “coeficientes” nos exames). Mas estas observações permanecem num nível puramente descritivo e deixam intacta a verdadeira questão, que é a de saber por que são precisamente estes tipos de saberes mais que outros que são num momento dado ensinados nos ramos de excelência ou que são afetados por coeficientes mais elevados, e por quais razões as coisas

evoluem (por quais razões e como, por exemplo, a matemática pôde se tornar no ensino secundário de muitos países a disciplina “dominante”, destronando os saberes literários tradicionais) (FORQUIN, 1992, p. 41-42).

O autor ainda destaca, fundamentado pelos estudos de Michael Young e Pierre Bourdieu, que “a estratificação dos saberes escolares reveste-se de uma significação diretamente política, pois que ela coloca em jogo relações de dominação e de poder tanto no interior quanto no exterior das instituições educacionais” (FORQUIN, 1992, p. 42). Isso é perceptível na forma como estavam organizados os currículos oferecidos pelas instituições particulares de ensino secundário. É necessário desmitificar essa seleção, essa estratificação das disciplinas ofertadas por determinado tipo de ensino, da mesma forma que é necessário “desnaturalizar” (FORQUIN, 1992) os conteúdos e programas de ensino e se questionar sobre os conflitos de interesse e as relações de poder existentes em determinado contexto e que podem influenciar na educação.

O próprio de uma reflexão sociológica ou histórica sobre os saberes escolares é o de contribuir para dissolver esta percepção natural das coisas, ao mostrar como os conteúdos e os modos de programação didática dos saberes escolares se inscrevem, de um lado, na configuração de um campo escolar caracterizado pela existência de imperativos funcionais específicos (conflitos de interesses corporativos, disputas de fronteiras entre as disciplinas, lutas pela conquista da autonomia ou da hegemonia no que concerne ao controle do currículo), de outro lado na configuração de um campo social caracterizado pela coexistência de grupos sociais com interesses divergentes e com postulações ideológicas e culturais heterogêneas, para os quais a escolarização constitui um trunfo social, político e simbólico (FORQUIN, 1992, p. 43-44).

Cabe destacar que as disciplinas escolares estão diretamente vinculadas às finalidades educacionais provenientes de uma determinada sociedade, que irá se refletir no interior das instituições educativas. Segundo Chervel (1990):

Pode-se globalmente supor que a sociedade, a família, a religião experimentaram, em determinada época da história, a necessidade de delegar certas tarefas educacionais a uma instituição especializada, que a escola e o colégio devem sua origem a essa demanda, que as grandes finalidades educacionais que emanam da sociedade global não deixaram de evoluir com as épocas e os séculos, e que os comandatários sociais da escola conduzem permanentemente os principais objetivos da instrução e da educação aos quais ela se encontra submetida (CHERVEL, 1990, p. 187).

No caso do ensino secundário rio-grandino, percebemos que as finalidades educacionais estavam atreladas à busca por ascensão social e também à manutenção de uma situação de classe sustentada por suas famílias. Essas finalidades no âmbito das disciplinas escolares se caracterizam como:

Os grandes objetivos da sociedade, podem ser, segundo as épocas, a restauração da antiga ordem, a formação deliberada de uma classe média pelo ensino secundário, o desenvolvimento do espírito patriótico, etc., não deixam de determinar os conteúdos do ensino tanto quanto as grandes orientações estruturais. Finalidades de cada um dos grandes tipos de ensino, primário, primário superior, secundário, etc. (CHERVEL, 1990, p. 187).

Nessa perspectiva, o *Collegio União* irá se consolidar como colégio particular de referência no município, mantendo-se atuante no ramo da educação privada até o final do século XIX. Em sua trajetória destaca-se o número expressivo de alunos que frequentavam a instituição desde sua fundação na década de 1860. Em um arrolamento apresentado pelo Prof. Grauert no jornal *Diário do Rio Grande* de 1863, o colégio listava 125 alunos matriculados, entre primário e secundário, e ainda inseria, ao lado dos nomes de alguns estudantes, um asterisco sinalizando que se tratava de ex-alunos do *Collegio S. Pedro*, como forma de demonstrar a rivalidade existente entre os dois estabelecimentos particulares (DRG, 22/04/1863). O Prof. Grauert reiterava:

Os 15 nomes marcados com * são de alumnos que sahiram do Collegio S. Pedro n'esta cidade, dirigido pelo Illm. Sr. José Vicente Thibaut, para entrar no meu. N'aquelle entraram *dous* dos meus, dos quais um foi expulso e o outro perante professores e alumnos ameaçado da mesma affronta (DRG, 22/04/1863).

No mapa dos colégios da Província no ano de 1865, a instituição contabilizava 130 alunos matriculados, mesmo número apresentado pelo *Collegio S. Pedro* nesse mesmo ano (ARRIADA, 2007). A rivalidade entre as duas instituições irá manter-se no decorrer das décadas, mas, no início da década de 1870, o Prof. Eduardo Grauert¹³³ se despede da Província e se

¹³³ O Prof. Eduardo Grauert publica uma obra voltada ao comércio e à indústria já estando fora do Brasil. O livro se intitula: *Industria, Commercio e Bancos* desde a sua origem até os nossos dias, seguido de um vocabulário de termos mais usados no commercio em quatro idiomas. Ensaio compilado e offerecido à mocidade brasileira por Eduardo Grauert – Gerente de Banco e Doutor em Philosophia pela Universidade de Rostok. Rio de Janeiro: Typographia Universal

transfere para Montevideo¹³⁴, deixando como diretor do colégio o seu antigo colega, Prof. José Morena, que também atuou no *Collegio S. Pedro*.

Na década de 1870, sob a direção do Prof. Alfredo Antônio dos Santos, o *Collegio União* seguiu enviando a documentação trimestral exigida pela Diretoria Geral da Instrução Pública da Província. Em Relatório apresentado pela Comissão de Inspeção sobre as aulas públicas e particulares na cidade do Rio Grande, o *União* continuava figurando entre os colégios mais procurados para a instrução primária e secundária, contando com três professores e sendo frequentado por setenta alunos (RELATÓRIO, 1878). Em novembro de 1878, o Prof. Alfredo, em resposta à Câmara Municipal sobre o funcionamento do colégio, apresenta a lista de disciplinas que eram ministradas e o número de alunos, conforme quadro a seguir:

Quadro 5: Disciplinas oferecidas pelo *Collegio União* em 1878

Disciplina	Curso	Nº de alunos
Latim	Secundário	1
Português	Secundário	22
Português	Primário	46
Francês	Secundário	22
Inglês	Secundário	6
Alemão	Secundário	1
Geografia	Primário	20
Geografia	Secundário	22
História	Secundário	22
Aritmética	Primário	46
Aritmética	Secundário	22
Doutrina Cristã	Primário	21
Geometria	Primário	5
Retórica	Secundário	1
Caligrafia	Primário	62

Fonte: Ofício apresentado pelo Prof. Alfredo Antônio dos Santos à Câmara Municipal do Rio Grande, 18 de novembro de 1878. Acervo: CEDOC/CEIHE.

de E & H. Laemmert, 1877. Este livro se encontra preservado no acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

¹³⁴ Em julho de 1868 publica a seguinte nota: “AVISO: nota de Eduardo Grauert, se possui alguma dívida na província ou fora dela, o credor poderá apresentar suas contas legalizadas ao prazo de um mez, para serem pagas, ao seu cunhado Sr. H. Meyer. RG, 21 de julho de 1868” (DRG, 22/07/1868). Em maio de 1873 é publicada outra nota na imprensa: “Eduardo Grauert retirando-se para Montevideo, pede desculpas as pessoas de sua amizade por não poder, por falta de tempo, despedir-se de todas pessoalmente, o que faz por este meio, oferecendo-lhes seu limitado prestimo no lugar acima mencionado. Rio Grande, 26 de maio de 1873” (DRG, 26/05/1873).

O currículo dos estudos secundários contava com as seguintes disciplinas: Latim, Português, Francês, Inglês, Alemão, Aritmética, Geografia, História e Retórica. Destacamos o número reduzido de apenas um aluno nas disciplinas de Latim e Retórica e o número expressivo de 22 alunos nas disciplinas de Português, Francês, Aritmética, Geografia e História. Cabe ressaltar que a procura por essas disciplinas pode estar vinculada ao fato delas serem cobradas no processo seletivo para ingresso nos cursos de Direito e Medicina existentes no período. Todavia, é importante destacar também que para os cursos de Direito, de São Paulo e Olinda, as disciplinas exigidas nos exames de preparatórios, conforme consta na Lei de criação dessas instituições¹³⁵, eram Latim, Francês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria. A justificativa para a seleção dessas matérias é apontada por Luiz Antônio Cunha da seguinte forma:

O “conhecimento perfeito” do latim e do francês era considerado um instrumento indispensável para o estudo do Direito. Em latim e francês estava escrita a maioria dos livros a serem utilizados pelos estudantes. A retórica era tida como um instrumento profissional de grande valia não só para os advogados no foro, mas também aos que fossem deputados e diplomatas. A Filosofia Racional forneceria ao estudante meios de pensar, aquilatar o acerto e o erro das proposições; a Filosofia Moral seria o primeiro degrau para o estudo do direito natural, a base da jurisprudência. A Aritmética e a Geometria seriam matérias de cultura geral ensinando ao futuro advogado, como a qualquer pessoa, discorrer com método, clareza, precisão e exatidão. Nos primeiros cinco anos de funcionamento dos cursos, permitia-se aos estudantes a matrícula sem o exame preparatório de Aritmética e Geometria, com a condição de que o fizessem até a data da formatura (CUNHA, 2007, p. 113).

Com os novos Estatutos instituídos nos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Império, aprovados em 07 de novembro de 1831, foram inseridas mais seis disciplinas que passaram a ser exigidas nos exames daquelas instituições. Nessa nova resolução, passaram a ser obrigatórias as seguintes matérias: Latim, Francês e Inglês; Retórica e Poética; Lógica, Metafísica e Ética; Aritmética e Geometria; História e Geografia (HAIDAR, 2008).

¹³⁵ A Lei de 11 de agosto de 1827 criou as Academias de São Paulo e Olinda e indicou em seu Artigo 8º as seguintes exigências para a realização dos exames: “Os estudantes que se quiserem matricular nos Cursos Jurídicos devem apresentar as certidões de idade por que mostrem ter a de quinze anos completos, e de aprovação da língua francesa, gramática latina, retórica, filosofia racional e moral, e geometria” (HAIDAR, 2008, p. 45).

As Faculdades de Medicina¹³⁶ do Rio de Janeiro e da Bahia foram criadas com a Lei de 03 de outubro de 1832¹³⁷, a qual reorganizava os antigos cursos médico-cirúrgicos existentes nessas cidades¹³⁸ (ALMEIDA, 2000). Diferente dos Cursos Jurídicos, as Faculdades de Medicina não possuíam cursos preparatórios e dentro dessa nova organização constavam como exigências para o ingresso no curso:

O estudante que se matricular para obter o título de Doutor em Medicina deve: 1º Ter pelo menos dezesseis anos completos, 2º Saber Latim, qualquer das línguas Francesa ou Inglesa, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria. O que se matricular para obter o título de Farmacêutico deve: 1º Ter a mesma idade, 2º Saber qualquer das Línguas Francesa ou Inglesa, Aritmética, Geometria, ao menos plana. A mulher que se matricular para obter o título de Parteira deve: 1º Ter a mesma idade; 2º Saber ler e escrever corretamente, 3º Apresentar um atestado de bons costumes passado pelo Juiz de Paz da freguesia respectiva (HAIDAR, 2008, p. 47).

Com o Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854, novas disciplinas foram exigidas pelas Faculdades de Medicina. Conforme Haidar (2008), os exames passaram a determinar as seguintes matérias:

Para o curso médico: latim, francês, inglês, história e geografia, filosofia racional e moral, aritmética, geometria e álgebra até equações de 1º grau; Para o curso farmacêutico: francês, aritmética e geometria; Para o curso obstétrico: leitura e escrita, as quatro operações da aritmética e francês (HAIDAR, 2008, p. 51).

Outra informação relevante foi a exigência obrigatória da disciplina de Português nos exames, a partir do Decreto nº 4.430, de 30 de outubro de 1869 (HAIDAR, 2008). Além de serem disciplinas estabelecidas para o ingresso nas faculdades, também eram disciplinas exigidas para o ingresso nas Escolas Militares. É significativo tecer algumas considerações sobre o novo olhar que vai se estabelecer sobre a carreira militar, após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Esse conflito militar entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, consolidou-se como um divisor de águas na história do

¹³⁶ Vale destacar que antes da criação das escolas cirúrgicas em 1808 a atividade médica desenvolvida no Brasil Colonial se dava por meio dos “curandeiros “herbalistas”, herdeiros de conhecimentos africanos e indígenas, ou por práticos que tinham suas atividades fiscalizadas, até 1872, pelos “cirurgiões-mores” do Reino” (SCHWARCZ, 1993, p. 251).

¹³⁷ Segundo o Decreto de 1832: “O curso foi estendido para seis anos; na matrícula dos candidatos exigia-se comprovação de conhecimentos em latim, francês, lógica, aritmética e geometria. Os exames passam a ser anuais, e para a obtenção do título o aluno deveria defender tese em português ou latim” (SCHWARCZ, 1993, p. 257).

¹³⁸ A criação das escolas cirúrgicas data da chegada da Família Real ao Brasil e sua reorganização em Academias médico-cirúrgicas data de 1813, a do Rio de Janeiro é instalada neste mesmo ano enquanto a da Bahia é instalada em 1815 (SCHWARCZ, 1993).

Império e do próprio Exército brasileiro. Até a metade do século XIX, os estanceiros gaúchos continuavam sendo a única força de representação da Guarda Nacional na Província, sendo considerados “uma força de caráter privado, sendo sua lealdade indispensável à política de intervenção do Império na região platina” (KÜHN, 2002, p. 106). Todavia, a organização militar do Império possuía deficiências justamente por não ser uma corporação estruturada e organizada, diferente da realidade militar paraguaia que possuía “um exército nacional moderno, disciplinado e coeso em torno de seu chefe” (KÜHN, 2002, p. 107). Um fato que reforça a falta de contingente e de organização do Exército consiste na contratação de militares estrangeiros, como foi o caso dos legionários “brummer” ¹³⁹, no início da década de 1850, para atuarem na Guerra contra Oribe e Rosas (BENTO, 1976). A contratação de militares alemães gerou o recrutamento de cerca de 1.800 homens para o Exército brasileiro e a grande maioria acabou radicando-se no Rio Grande do Sul onde prestaram “durante meio século, vigoroso concurso ao Desenvolvimento e Segurança do Brasil no Sul” (BENTO, 1976, p. 105). A imigração militar dos “brummer” foi influente também na Guerra do Paraguai, já que estes e seus descendentes também auxiliaram o Exército nesse conflito. Mesmo com ajuda de militares estrangeiros, os militares brasileiros não estavam preparados estrategicamente para este episódio:

A investida paraguaia foi fulminante, com a invasão do Mato Grosso (dezembro de 1864) e depois o ataque às cidades gaúchas de São Borja e Itaqui (junho de 1865) e Uruguaiana (agosto de 1865). Esses sucessos militares evidenciaram a vulnerabilidade das fronteiras do Império e o seu despreparo para o tipo de ameaça que então se apresentava. No Rio Grande do Sul, no entanto, o impacto da invasão, tanto concreto como simbólico, era muito mais forte. Em primeiro lugar, a importância da província para o Império era muito maior, além disso, foi a primeira derrota séria das milícias gaúchas (KÜHN, 2002, p. 107).

Essa situação crítica vivenciada pelas forças militares gaúchas reverberou no Império, fazendo com que D. Pedro II viesse para o Rio Grande do Sul com sua comitiva, a fim de impulsionar a adesão de voluntários para

¹³⁹ Muitos dos legionários “brummer” acabaram seguindo a carreira docente tanto nas Escolas Militares do Império como no ensino primário e secundário da Província, como foi o caso dos Professores Carlos Von Koseritz e Carlos Alexandre Wichmann. Segundo Bento (1976, p. 115): “Até os mais simples soldados *brummer* haviam recebido instrução na Alemanha. E essa instrução era de muito valor numa região como o Rio Grande do Sul, onde era inexpressivo o número de escolas e matrículas”.

defender o Brasil, tamanha a desorganização do exército. Na cidade do Rio Grande, houve recrutamentos inclusive entre os trabalhadores do comércio, gerando críticas por parte da imprensa local que questionava o restrito envio de homens de outras Províncias “sugerindo meandros políticos de favorecimento nesta seleção” (ALVES; TORRES, 2016, p. 86). Segundo Celso Castro, foi a partir deste conflito que teve início o que ele denomina de “invenção do Exército” brasileiro (CASTRO, 2000; 2002). Conforme afirma o autor:

Mais do que a "reorganização" de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira (CASTRO, 2000, p. 104).

É importante considerar que durante a Guerra do Paraguai a Escola Militar de Porto Alegre, que havia sido criada em 1851 e instalada oficialmente em 1853, é fechada pelo Decreto nº 3.705 de 22 de setembro de 1866 (MEDEIROS, 1992). Como afirma Moreira (2004, p. 145), durante esse período “as atividades de ensino foram interrompidas com a marcha de alunos e professores para o palco da guerra”. Exemplo disso foi o caso do Prof. Manoel Velloso Paranhos Pederneiras, que lecionava história e francês, que prestou seus serviços de médico durante o conflito (MEDEIROS, 1992).

A Escola só vai retomar suas atividades quatro anos após o término da Guerra, através do Decreto nº 5.550 de 14 de fevereiro de 1874. A publicação do primeiro Anuário Militar para uso das forças em guarnições no Estado do Rio Grande do Sul, em 1891, reitera informações sobre o fechamento e a reabertura da Escola:

Pelo regulamento de 21 de abril de 1860, tomou a denominação de – Escola Militar Auxiliar, retomando a outra denominação pelo regulamento de 1863. Travando-se a guerra entre Brazil e a Republica do Paraguay, foi por essa ocasião suspenso o exercício desta Escola, até que, o decreto nº 5550 de 14 de fevereiro de 1874 o mandou restabelecer addicionando-lhe a aula de hippiatrica, começando então de novo a funcionar em 24 de maio do referido anno sob a denominação de *Escola Militar*. Pelo regulamento de 21 de março de 1874 o curso compunha-se de 2 annos, e não havia o curso preparatório, prestando-se então préviamente para a matricula do 1º anno **exame de portuguez, francez, geographia e arithmetica** (ANNUARIO, 1891, p. 140, grifos nossos).

Notaremos que no final dos anos de 1870 e, principalmente ao longo da década de 1880, a carreira militar adquire uma nova perspectiva para os jovens

da cidade do Rio Grande e o ensino secundário local também terá como propósito prepará-los para o ingresso na Escola Militar. Vale destacar que desde a década de 1850, com a criação de outras Escolas no Rio de Janeiro¹⁴⁰ e no Rio Grande do Sul, o ensino militar passou a exercer outras funções, como aponta Motta:

[...] aos poucos, foi sedimentando a ideia de que o Exército competia, também, cuidar do ensino secundário, ou de “humanidades”. A princípio, o problema era visto sob o ângulo da necessidade de assegurar, aos alunos matriculados na Escola, preparo capaz de lhes permitir enfrentar os estudos superiores, de matemáticas e ciências. Depois, outro aspecto foi se juntando a esse: o dever do Estado de prover a educação secundária dos filhos de militares (MOTTA, 2001, p. 106-107).

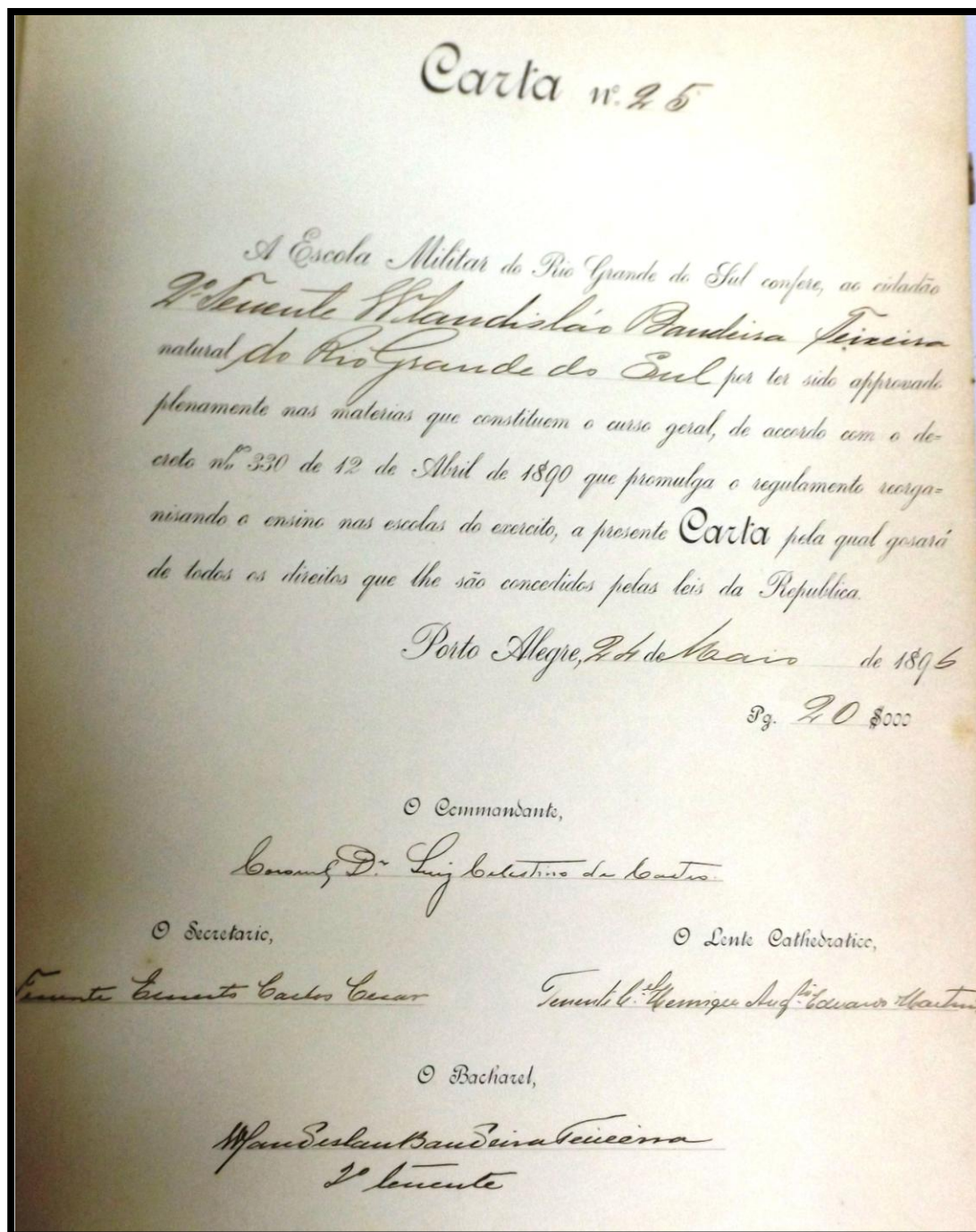
Na década de 1870, os dois anos de aulas da Escola Militar eram divididos em ensino teórico e instrução prática (MOREIRA, 2004). O Regulamento de 1877 vai criar um curso preparatório que abrangia o ensino de aritmética, álgebra, geometria e trigonometria plana, desenho linear e geometria plana (MEDEIROS, 1992). Os alunos aprovados plenamente em todas as disciplinas eram escolhidos pelo Conselho Escolar para “prosseguir seus estudos no Curso de Artilharia da Escola Militar da Corte” (MOREIRA, 2004, p. 146). Na década de 1880, novas reformas irão reorganizar e ampliar os cursos oferecidos pela Escola de Porto Alegre: o Curso Preparatório passa a durar três anos, o Curso Geral quatro anos e o Curso das Três Armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) um ano (ANNUARIO, 1891).

Os alumnos que concluírem o curso preparatório serão matriculados no geral, e os que concluírem este serão matriculados no das três armas. [...] A aprovação plena em todo curso geral dará direito à **carta de bacharel em sciencias**. A aprovação em todo curso geral dará direito ao **título de agrimensor** (ANNUARIO, 1891, p. 142, grifos nossos).

Como é possível verificar no Anuário, a aprovação plena no Curso Geral dava direito ao título de Bacharel (Figura 28) e a aprovação em todo o curso ao título de Agrimensor (Figura 29), o que reiterava o papel de instituição de formação não somente secundária, mas também de formação profissional.

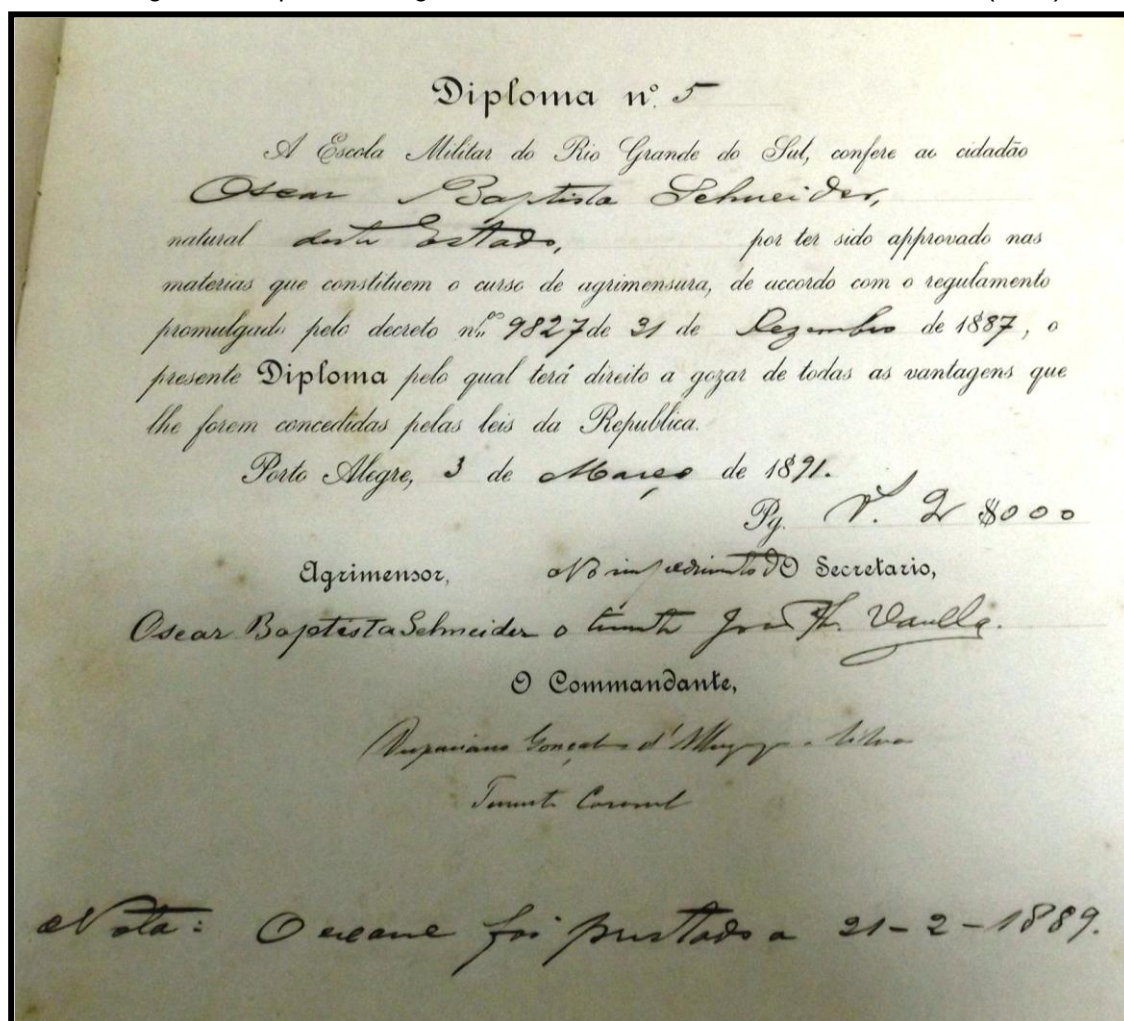
¹⁴⁰ Segundo Motta (2001, p. 106) a Escola Militar da Corte se desdobrou em duas escolas na década de 1850: “a antiga, do Largo de São Francisco, e uma outra, de início, na Fortaleza de São João e, após 1857, na Praia Vermelha”.

Figura 28: Carta de Bacharel - Escola Militar do Rio Grande do Sul (1895)



Fonte: Registro das Cartas de Bacharel (1895-1897) - Pasta 30215/I34P10.
 Acervo: Arquivo Histórico do Exército.

Figura 29: Diploma de Agrimensor - Escola Militar do Rio Grande do Sul (1891)



Fonte: Registro dos Diplomas de Agrimensor - Pasta 30215/134P10.

Acervo: Arquivo Histórico do Exército.

Ainda sobre o ingresso nas Escolas Militares, é importante destacar que essa formação também era considerada uma alternativa viável de carreira profissional para os estudantes que possuíam menos recursos financeiros, incluindo os filhos de militares que não pertenciam à elite mercantil local. Segundo José Murilo de Carvalho:

Nenhuma dessas escolas cobrava anuidade, a Escola de Minas dava bolsas para alunos pobres e a Escola Militar pagava pequeno soldo aos alunos. Alguns dos mais capazes políticos do Império seguiram esse caminho, salientando-se o caso do visconde do Rio Branco, ex-aluno da Academia Militar. Ao final do Império, a Escola Militar transformara-se num centro de oposição intelectual e político ao regime, tanto pelo tipo de estudante que selecionava como pelo conteúdo da educação que transmitia. Seus alunos vinham em geral de famílias militares ou famílias remediadas, quase nunca de famílias ricas; sua educação era técnica e positivista, em oposição à formação jurídica e eclética da elite civil (CARVALHO, 1996, p.65).

Nessa perspectiva, destacamos o documento enviado em maio de 1879, pelo *Collegio União*, à Câmara Municipal contendo informações sobre a instituição, as quais demonstram que determinadas áreas do conhecimento eram mais procuradas do que outras. Nesse documento, o diretor afirma contar com 60 alunos matriculados e destaca a quantidade de estudantes em cada uma das disciplinas oferecidas: **Português – 35 alunos**; Francês – 10 alunos; Inglês – 8 alunos; **Aritmética – 54 alunos**; **Geografia – 35 alunos**; **História – 23 alunos**; Doutrina Cristã – 12 alunos; **Caligrafia – 50 alunos**; Leitura – 25 alunos (OFÍCIO, 20/05/1879). Nossos grifos sinalizam a procura por determinadas cadeiras, que correspondem à perspectiva anteriormente apresentada de interessados em realizar os exames para ingresso tanto nas Academias do Império quanto na Escola Militar. Todavia, a disciplina de Caligrafia se destaca entre as mais frequentadas, fato que pode significar o interesse de alguns alunos pela carreira comercial, principalmente no que diz respeito à profissão de Guarda-Livros, responsável pelo preenchimento manuscrito dos Livros diários de escrituração mercantil dos estabelecimentos comerciais. Esses indícios corroboram com a tese defendida por este estudo, afinal, iremos perceber no decorrer deste capítulo que muitos alunos possuíam sobrenomes tradicionais do comércio local e que a procura deles pelas disciplinas oferecidas pelos colégios particulares poderia ter outra finalidade: a de seguir nos negócios da família, atuando no comércio¹⁴¹.

Mesmo com toda a quantidade de alunos e um currículo com diferentes disciplinas, o corpo docente do colégio era composto apenas por três professores, situação recorrente na docência particular nesse período. O diretor era responsável por ministrar Português, Aritmética, Geografia, História e Caligrafia; o Prof. Alvaro Antonio dos Santos era responsável pelo ensino de Leitura, Doutrina Cristã, Aritmética e Caligrafia; e o Prof. Arno Ernst ministrava Francês, Inglês, Aritmética e História (OFÍCIO, 20/05/1879). Após a realização dos exames semestrais no mês de novembro de 1879, o Prof. Alfredo divulga na imprensa os bons resultados de seus alunos, reiterando a tese proposta neste estudo, de que os que procuravam o *Collegio União* buscavam

¹⁴¹ Cabe destacar que nos últimos registros do *Collegio União* na imprensa local, em meados da década de 1880, percebemos que este continuava atuante na cidade e apresentando um número significativo de estudantes matriculados, contabilizando 66 alunos (DRG, 18/03/1886).

aprovações nos exames de preparatórios realizados na capital da Província e na carreira militar, como é o caso de um aluno que estava cursando a Escola Naval no Rio de Janeiro:

COLLEGIO UNIÃO: Rua Pedro II, n. 155 – director Alfredo Antonio dos Santos. Professores: Charles Dupont, Pompilio Ivahy da Fontoura, Alvaro Antonio dos Santos. O brilhante resultado alcançado pelos alumnos nos exames que se effectuaram em novembro de 1879, na presença de grande número de senhoras e cavalheiros, foi um testemunho solemne dos esforços e da dedicação dos professores d'este estabelecimento na educação da mocidade confiada a seus cuidados. O director, afim de tornar o COLLEGIO UNIÃO cada vez mais digno da protecção do respeitável publico rio-grandense, tem contratado o hábil professor Sr. Charles Dupont para leccionar a língua franceza. O COLLEGIO UNIÃO encarrega-se de preparar os alumnos para as academias; para prova disto basta dizer-se que já alguns alumnos sahidos de suas aulas alcançaram **17 aprovações nos exames que se tem effectuado na Instrucção Publica em Porto Alegre**. Pôde-se dizer além d'isso que **um alumno do COLLEGIO UNIÃO, tendo prestado exame em cinco matérias, nas quaes foi aprovado plenamente e até com distincção, deve matricular-se em fevereiro no 2º anno da ESCOLA NAVAL do Rio de Janeiro**. Bastariam esses resultados satisfactorios para reccomendar o COLLEGIO UNIÃO á consideração aos srs. Chefes de famílias, se sua reputação não estivesse firmada em toda a província. As aulas n'este estabelecimento se deverão abrir a 7 de janeiro do corrente anno. Rio Grande, 3 de janeiro de 1880. O Director, Alfredo Antonio dos Santos (DRG, 06/01/1880, grifos nossos).

No final da década de 1880, o *Collegio União* encerra suas atividades no município e o Prof. Alfredo A. dos Santos passa a trabalhar no colégio teuto-brasileiro dirigido pelo seu ex-colega Prof. Arno Ernst (DRG, 25/11/1887). Sobre a trajetória do Prof. Ernst é preciso tecer algumas considerações. Antes de trabalhar no *Collegio União*, ele já atuava como docente ministrando lições particulares de Língua Inglesa e Desenho:

ATENÇÃO: Arno Ernst offerece-se para dar lições de inglez e desenho, tanto nas escolas como nas casas particulares; pôde ser procurado em casa do Sr. Dr. Ernst, das 9 até ás 3 horas da tarde, á rua das Praças n. 27 (DRG, 02/01/1867).

Na documentação pesquisada encontramos registros do *Collegio Allemão* que funcionou na cidade nos anos de 1867 e 1868, sob direção do Dr. Augusto Ernst, provavelmente parente do Prof. Arno Ernst. O colégio funcionava na Rua das Praças, nº 17 e 18 e aceitava estudantes em regime de internato (DRG, 06/10/1867). Em 1868, encontramos um anúncio que destaca quais eram as disciplinas que constavam no currículo voltado ao ensino

secundário:

COLLEGIO ALLEMÃO: O infrascripto faz publico e com especialidade participa aos pais de seus alumnos, que há contratado um novo professor para leccionar no seu estabelecimento o **latim**, o qual começará seus trabalhos de 1º de julho em diante. Este novo professor incumbe-se a leccionar a materia supra, assim como o **alemão, grego, mathematicas**, etc.; ás pessoas que n'ellas se desejarem instruir, em lições particulares, das 3 horas da tarde em diante, tempo em que finalisa seus trabalhos no seu estabelecimento, onde póde ser procurado. O director, Dr. Augusto Ernst (DRG, 01/07/1868, grifos nossos).

No ano seguinte já identificamos uma mudança administrativa e o Prof. Arno aparece como diretor, juntamente com o Doutor J. Willmes. Dentre as disciplinas que caracterizavam o ensino secundário, o Latim estava sempre em destaque.

COLLEGIO ALLEMÃO: Os abaixo-assignados participam aos srs. pais de família e particularmente aos pais dos seus alumnos que desde o 1º do mez de fevereiro o Collegio Allemão será por elles dirigidos e o estabelecimento, que até agora estava situado na rua das Praças, transferir-se-há para a praça Sete de Setembro próximo a casa do Sr. Lind. O ensino comprehende-se todas as materias da instrucção primaria e secundaria, **inclusivamente o latim e a physica (a desejo especial também o grego)**. Recebe-se pensionistas, meio pensionistas e externos. Os abaixo-assignados julgando-se na possibilidade de garantir os progressos mais rápidos dos seus alumnos, esperam continuar a merecer a confiança e a protecção dos Srs. Pais de família. Arno Ernst; Dr. J. Willmes (DRG, 25/01/1869, grifos nossos).

Na década de 1870, há um rompimento entre os diretores do colégio, e o *Collegio Allemão* passa a ser administrado pelo Dr. Justus Willmes e pelo Prof. Julio Bauch, oferecendo apenas um curso prático na língua alemã e inglesa, no turno da noite (DRG, 22/09/1870). Já o Prof. Arno irá criar o *Collegio Ernst*, seguindo a antiga proposta de instrução primária e secundária, tendo o ensino do alemão como obrigatório. É relevante mencionar que nesse mesmo período outro colégio alemão é apresentado ao público escolar, cujo diretor era o Prof. Henrique Augusto Wreden, ex-professor do *Collegio S. Pedro*.

Collegio Allemão: Henrique Augusto Wreden, com uma pratica de mais de dez annos de magistério, chama respeitosaente a attenção dos Srs. pais de família para o estabelecimento escolástico, que debaixo do nome mencionado acaba de abrir n'esta cidade. O ensino comprehende tanto as materias primarias como secundarias. O estabelecimento recebe alumnos pensionistas, meio pensionistas e externos. Sobre as condições dará o director os esclarecimentos necessários ás pessoas que o queiram honrar com sua confiança, em sua casa, rua Zalony n.22, onde pode sempre ser encontrado (DRG, 02/01/1871).

Contudo, não identificamos outros documentos, sejam anúncios, ofícios submetidos pela instituição ou sua presença nos relatórios da instrução pública, sendo assim, acreditamos que esse colégio, com essa denominação, tenha funcionado durante um curto período no município¹⁴². Na década de 1880, o *Collegio Ernst* se destaca, rivalizando com os demais estabelecimentos particulares da cidade. O número de alunos no ano de 1886 é de 56, segundo *Secção Noticiosa* sobre a educação da cidade, publicada no jornal *Diario do Rio Grande* (DRG, 18/03/1886), dados que reforçam sua importante posição perante os demais colégios particulares do município. Como já mencionado, o ensino da Língua Alemã era obrigatório e seu programa de estudos era organizado **“conforme os programmas dos collegios da Allemanha, e accommodado às circumstancias locais”** (DRG, 25/11/1887, grifos nossos). A presença de imigrantes de diferentes etnias sempre foi um fato significativo na cidade. Nesse sentido, a criação de um colégio voltado para os filhos e filhas de alemães tornou-se essencial para uma cidade cosmopolita como Rio Grande. Segundo Loner,

Quanto às ocupações, em Rio Grande os estrangeiros participavam principalmente, no comércio, indústria e transportes. Notícia comentando o levantamento estatístico sobre indústrias e profissões do ano de 1885 discriminava os portugueses como possuindo 301 estabelecimentos dum total de 646 existentes na cidade, havendo ainda mais 156 pertencentes a outras nacionalidades de imigrantes (CM 2/10/1885). Como maior grupo, os portugueses dedicavam-se, especialmente, ao comércio, mas também eram encontrados em indústrias e oficinas **Os alemães preponderavam no alto comércio e entre os industriais, constituindo-se num grupo de peso na cidade**. Italianos e outras nacionalidades, como poloneses e espanhóis, trabalhavam como operários, nas grandes fábricas e nas oficinas (LONER, 1999, p. 68, grifos nossos).

Cabe mencionar que este colégio também oferecia aulas para o público feminino, contando com o auxílio da irmã do Prof. Ernst, Prof^a Luiza Ernst e mais três professoras de origem estrangeira (OFÍCIO, 28/11/1888). Essa proposta já fazia parte da estrutura apresentada pelo antigo diretor, Dr. Augusto Ernst na década de 1860:

Collegio Allemão: O abaixo assignado, director d'este collegio participa aos Srs. pais de famílias que os seus trabalhos recomencarão

¹⁴² O Prof. Wreden seguirá oferecendo lições particulares de alemão, inglês, francês além do ensino de escrituração mercantil em sua residência, cujo endereço é o mesmo onde deveria funcionar o *Collegio Allemão* – Rua Zalony, nº 22 (DRG, 04/01/1872).

no dia 2 de janeiro de 1868, e que conta com a aquisição do hábil professor Sr. João Manuel Espínola, fácil será a criação de tres aulas, sendo duas destinadas para os meninos e uma exclusivamente para as meninas. Dr. Augusto Ernst (DRG, 25/12/1867).

Além do ensino de alemão, as demais matérias lecionadas ao público feminino eram: leitura, escrita, aritmética, geografia, história, gramática, geometria, português, inglês, francês, noções de ciências naturais, desenho, canto e ginástica (OFÍCIO, 28/11/1888). Conforme já mencionado, o Prof. Alfredo dos Santos com o encerramento das atividades do seu estabelecimento irá ingressar no corpo docente do *Collegio Ernst* e será destaque nos anúncios da instituição, conforme a imagem seguinte:

Figura 30: Anúncio do *Collegio Ernst*, dirigido pelo Prof. Arno Ernst.

15-4

Collegio Ernst

DIRIGIDO POR

ARNO ERNST

O abaixo-assinado participa aos paes de seus alumnos e ao publico em geral que o Sr. **ALFREDO A. DOS SANTOS**, director do *Collegio Unido*, havendo resolvido acabar com o seu estabelecimento, aceitou o cargo de professor effectivo no *Collegio Ernst*, e começará a funcionar como tal no mez de Janeiro p. f. Com esta aquisição, assim como com a recente chegada d'um outro habil professor, expressamente contractado na Allemanha, este collegio está agora mais que nunca habilitado a dar aos seus alumnos uma solida instrucção a par d'uma educação sã.

Accedendo ao pedido de varios paes de familia, o abaixo-assinado participa mais que a partir do começo do anno p. f. a retribuição escolar será reduzida a Rs 10\$000 mensaes para os alumnos de primeiras letras.

O programma dos estudos é organizado conforme os programmas dos collegios da Allemanha, e accomodado ás circumstancias locais. A respeito de quaesquer informações relativas ao mesmo, bem como ao regulamento interno, condições de admissão, etc., os interessados são convidados a virem entender-se com o director, ou pessoalmente ou por escripto.

O collegio, contando no numero do seu pessoal docente a irmã do director, admitte tambem alumnas.

Condições de pagamento :

Externos do curso primario (inclusive gymnastica e rudimentos da lingua allemã)	Rs. 10\$000 por mez
Externos do curso secundario (inclusive gymnastica e desenho)	Rs. 20\$000 » »
Meios pensionistas do curso primario.	Rs. 25\$000 » »
Meios pensionistas do curso secundario.	Rs. 35\$000 » »
Internos.	Rs. 50\$000 » »

Arno Ernst.

(d. s. d.n. até 15 de Jan.)

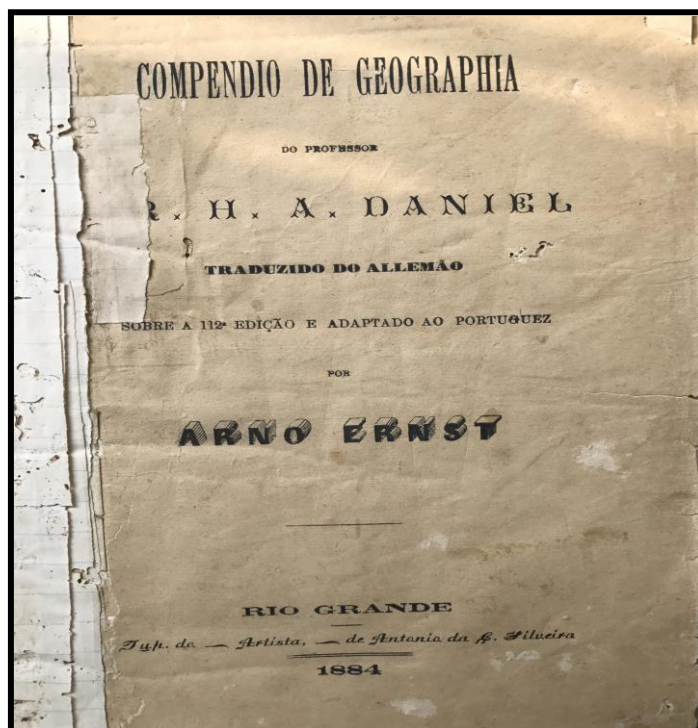
Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 06 de janeiro de 1888.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Semelhantemente aos professores Thibaut e Grauert, o Prof. Arno Ernst também organizou e publicou alguns livros didáticos que circulavam na Província no final do século XIX. Conseguimos identificar duas obras organizadas por este professor: uma obra de Aritmética e um Compêndio de Geografia traduzido por ele. Seu livro de Aritmética estava presente na lista de compêndios adotados pelo *Collegio União* no final da década de 1870 (OFÍCIO, 20/05/1879) e seguia sendo comercializado na década de 1880:

ARITHMETICA PRATICA – Collecção de 1,000 exercicios e problemas escolhidos e methodicamente ordenados por ARNO ERNST – Primeira parte. Esta arithmetica contem 80 páginas e é um auxilio indispensável para desenvolver gradual e facilmente a intelligencia do menino, pelos problemas e exercicios que o mestre sempre tem á mão e que lhe pouparam muitas horas de preparação e der trabalho. Preço 1\$500 na Livraria Evangélica (DRG, 25/01/1884).

Sobre o Compêndio de Geografia, traduzido pelo Prof. Arno, identificamos a edição de 1884 ainda preservada (Figura 31) e as informações sobre sua comercialização na cidade do Rio Grande: “Compendio de Geographia do professor Dr. H. Daniel Traduzido do allemão sobre a 112ª edição e adoptado ao portuguez por Arno Ernst. Acha-se a venda na Livraria Evangélica. Brochado 2\$000, encadernado 2\$500” (DRG, 30/05/1884).

Figura 31: Capa do Compendio de Geographia traduzido pelo Prof. Arno Ernst (1884).



Acervo: CEDOC/CEIHE.

Por fim, cabe ressaltar que esse será um dos poucos estabelecimentos particulares voltado para a etnia alemã¹⁴³ criado na cidade do Rio Grande e que irá perdurar até o período republicano, já que encontramos no Relatório da Intendência Municipal na década de 1920, a presença do Collegio Ernst como colégio misto¹⁴⁴ (RELATÓRIO, 1922).

Precisamos acrescentar que nessa década as ofertas de ensino secundário feminino eram recorrentes. Dentro desse período é importante destacar o surgimento do *Collegio Minerva*, dirigido pela Prof^a Ignez de Oliveira Soares. É significativo ressaltar que o ensino secundário feminino no Império foi confiado inteiramente aos colégios particulares (HAIDAR, 2008) e estava reduzido “aos magros conhecimentos então considerados imprescindíveis a uma dama: leitura e escrita, cálculo, dança, piano, trabalhos de agulha, uma ou duas línguas estrangeiras e as regras de etiqueta” (HAIDAR, 2008, p. 212).

Diferente do ensino secundário oferecido ao público masculino, que acabou se consolidando como uma “ponte de passagem” (GONDRA; SCHUELER, 2008) para o ensino superior e para outras carreiras visando à ascensão social, o ensino secundário feminino tinha como objetivo uma formação intelectual voltada à distinção social, estando diretamente vinculado à construção do papel social da mulher na época, oferecendo uma instrução direcionada ao ensino de trabalhos manuais e domésticos, línguas estrangeiras e Belas Artes.

Essa formação da mulher em nível secundário era oferecida pelos colégios femininos de forma avulsa, assim como nos colégios masculinos.

¹⁴³ Identificamos outro colégio teuto-brasileiro que funcionou na cidade neste período, o qual era dirigido pelo Prof. Frederico Schultz em 1875. Todavia o único registro encontrado é de anúncios apenas neste ano, portanto, não podemos afirmar que este colégio efetivamente chegou a funcionar durante um longo período como foi o caso do *Collegio Ernst*. Seguem os respectivos anúncios: “O abaixo-assinado participa aos respeitáveis pais de família, que abriu no dia 11 do corrente, na rua dos Principes n. 31, uma aula para o ensino da língua allemã. Previne mais, que, encarrega-se de dar lições aos seus discípulos, de desenho, historia, rabeca e piano; para o que achasse habilitado pela longa pratica que tem da arte de leccionar. Frederico Schultz, professor particular” (DRG, 16/01/1875). “No collegio allemão admittem-se alumnos de outra nacionalidade, e assim terão a facilidade de aprenderem as línguas allemã e portugueza ao mesmo tempo. No collegio allemão se dá lição particular na língua allemã, assim como no desenho e musica vocal, (canto) e se ensina a tocar piano e rabeca; também aos surdos-mudos se ensina a fallar, lêr e escrever. Frederico Schultz, Rua 20 de fevereiro n. 12” (DRG, 01/07/1875).

¹⁴⁴ Para maior aprofundamento sobre colégios teuto-brasileiros na região sul do RS, sugerimos a leitura de FONSECA (2007).

Contudo, houve algumas iniciativas de instituições femininas, que nas décadas de 1860 e 1870, buscaram instituir um ensino secundário completo e regular, com um curso de até cinco anos e com um rol de disciplinas diversificadas,¹⁴⁵ muito além do que vinha sendo oferecido por outras instituições privadas. Porém, tais iniciativas não tiveram uma boa receptividade e a antiga proposta dos colégios femininos de oferecer disciplinas isoladas e fragmentadas se manteve até o final do Império, muito impulsionada pela “mentalidade tradicional que considerava os estudos demorados impróprios e nocivos à mulher” (HAIDAR, 2008, p. 221). O domínio da iniciativa privada, no âmbito do ensino secundário nas Províncias, reforçou o caráter de hierarquização e distinção social daqueles que tinham acesso a esse tipo de ensino, principalmente no que diz respeito ao público masculino:

A transformação que esses colégios sofreram no decorrer do século XIX, no sentido de se tornarem meros cursos preparatórios para o ensino superior, foi uma decorrência da pressão exercida pela classe dominante, a fim de acelerar o preparo de seus filhos e assim interligá-los no rol dos homens cultos. A legislação decorrente desse processo culminou com a isenção da obrigatoriedade de frequência, com o que se instituiu a matrícula por disciplina e se eliminou a seriação. Aos poucos, tanto liceus provinciais, quanto colégios particulares foram-se convertendo em meros cursinhos preparatórios para os exames de admissão ao ensino superior existente (ROMANELLI, 1988, p. 40).

Todavia, o ingresso das mulheres no ensino superior só se tornou uma alternativa possível a partir da Reforma Leôncio de Carvalho de 1879, quando o acesso delas aos cursos superiores passou a ser permitido no Brasil (SILVA, 1954). Até esse momento, o ensino secundário feminino oferecia uma gama de saberes escolares que reforçavam, sob certos aspectos, a construção da imagem de uma “mulher-ornamento” (CARVALHO, 2008). Fato que é notável no discurso dos colégios femininos da cidade do Rio Grande na segunda metade do século XIX.

¹⁴⁵ Em 1869 foi organizado no Colégio Santa Rita de Cássia, localizado na capital da Corte, um curso completo para a educação de meninas incluindo um curso complementar de instrução secundária que reunia as seguintes disciplinas: “Francês, Inglês, Italiano, Alemão, Gramática filosófica da língua portuguesa e brasileira, Crítica e História Literária, História Antiga, Média e Moderna, Geografia Geral, História e Geografia do Brasil, Aritmética, Álgebra e Geometria, Retórica e Poética, Ciências Naturais, Antropologia e Higiene, Ética e Direito Natural comparado com a legislação usual do Brasil, primeiros socorros a dar antes da chegada do médico e cuidados a ter com doentes, convalescentes e crianças, Economia doméstica, Etiqueta e Religião” (HAIDAR, 2008, p. 218-219).

O *Collegio Minerva* inicia suas atividades na década de 1860 e se mantém atuante, sob a mesma direção, até o final do período imperial, caracterizando-se como o colégio feminino com a atuação mais longa na cidade no decorrer da segunda metade do século XIX¹⁴⁶. Nos seus primeiros anúncios, oferece às estudantes interessadas apenas o ensino primário, o qual incluía os trabalhos de agulha (Figura 32). Esse tipo de trabalho manual buscava reforçar o papel da mulher no âmbito doméstico, no universo do lar, já que nesse período “[...] todos os espaços da casa deveriam receber uma atenção especial na sua ornamentação. A maneira mais comum era a confecção de trabalhos manuais. Com eles atestava-se a presença cuidadosa e amorosa da dona de casa” (CARVALHO, 2008, p. 69).

Figura 32: Anúncio do *Collegio Minerva*, dirigido pela Prof^a Ignez de Oliveira Soares.

MINERVA.
COLLEGIO PARA MENINAS.
Ignez de Oliveira Soares,

competentemente autorizada pelo conselho director da instrucção primaria d'esta provincia, acaba de estabelecer á rua do Rozario n. 72, um collegio para meninas, conforme as leis regulamentares das aulas de 2º grau.

A directora, além das habilitações necessarias tem uma pratica de mais de dez annos em cujo periodo tem-se dedicado do ensino das filhas de muitas familias distinctas d'esta cidade.

O methodo de ensino é o simultaneo.

MATERIAS.

Leitura em prosa e verso, calligraphia, doutrina christan, arithmetica até proporções e regras dependentes, grammatica nacional (analyse e regencia), geographia e historia do Brazil.

BELLAS ARTES.

Musica e piano.

TRABALHOS DE AGULHA.

Costuras, bordados de toda a especie, pontos de marca, crochet, etc.

PROFESSORAS :

A directora, instrucção litteraria e bellas artes.
D. Joana Lucas Soares, costura e bordados.
D. Perpetua Rosa Soares, pontos de marca, crochet, etc.

O collegio recebe pensionistas e medias pensionistas, para o que tem sufficientes commodos e garante optimo tratamento.

Para mais amplas informações os senhores pais de familias podem dirigir-se aos Illms. Srs. :

Dr. Henrique Bernardino Marques Canarim.
Pedro Dionizio Telemaco Boulicch.
Joaquim Francisco Garcia.
Carlos Antonio da Silva Soares.
Antonio José Soares Viana.
Julio Cezar Augusto.

PREÇOS MENSAES :

Pensionistas	30\$000
Médias pensionistas	16\$000
Externas	6\$000
Musica e piano	8\$000

Rio Grande, 10 de março de 1863.

A DIRECTORA,
Ignez de Oliveira Soares. (4)

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 14 de março de 1863.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

¹⁴⁶ Conforme o levantamento realizado no Jornal Diario do Rio Grande (1848 a 1889), o Collegio Minerva dirigido pela Prof^a Ignez de Oliveira Soares pode ser considerado o colégio feminino com maior atuação no período delimitado.

Essas especificidades que envolvem a atuação da mulher na vida doméstica e que perpassam inclusive a educação formal, como é o caso da disciplina de trabalhos manuais presente nos colégios femininos da época, inculcavam padrões de comportamento, ensinando o que era apropriado ou não para as futuras donas de casa. É significativo destacar a relação do currículo feminino e do currículo masculino dentro da perspectiva de gênero na História da Educação, onde é possível perceber as imbricações sociais e históricas que tangenciam as instituições educativas:

Sabemos todos que há um jeito de ser feminino e um jeito de ser masculino, há comportamentos, falas, gestos, posturas físicas, além de atividades e funções, que são socialmente entendidas como adequadas, “naturais”, apropriadas, etc., para as mulheres ou para os homens. Nossa tendência com referência a muitas dessas características é percebê-las quase como uma extensão da “natureza” de cada sexo. Assim, os gestos largos, a fala forte, os passos amplos, a dedicação a tarefas que exigem força física, o maior desembaraço nas ações públicas, etc., são usualmente atribuídos aos homens, enquanto que, em contrapartida (já que o conceito de gênero é relacional), se espera que as mulheres sejam mais discretas no falar e no andar, tenham gestos mais delicados, sentem-se e movimentem-se com graça e pudor, desempenhem-se com maior desenvoltura no cuidado de crianças e no trato com assuntos domésticos, etc. (LOURO, 1994, p. 37-38).

Outro dado significativo dessa instituição é a preocupação em destacar o método de ensino utilizado. A diretora, que já possuía uma prática de mais de dez anos no magistério, salientava o uso do método simultâneo. Esse método, inspirado nas práticas pedagógicas de Jean-Baptiste de La Salle (1651-1718), é introduzido nas escolas primárias a partir da segunda metade do século XIX, onde o agente de ensino caracteriza-se pela figura do professor (BASTOS, 2005). O ensino simultâneo é organizado da seguinte forma:

[...] o professor instruir e dirigir simultaneamente todos os alunos, que realizam os mesmos trabalhos, ao mesmo tempo. O ensino é coletivo e apresentado ao grupo de alunos reunidos em função da matéria a ser ensinada. Os alunos são divididos de maneira mais ou menos homogênea, de acordo com seu grau de instrução. Para cada grupo ou classe, um professor ensina e adota material igual para todos (BASTOS, 2005, p. 35).

Essa preocupação em evidenciar, por meio de um anúncio o tipo de método escolhido, busca enaltecer um diferencial da instituição diante das demais, pois reflete as intenções da direção em estar atrelada às atualizações presentes no campo da educação, além de se manter de acordo com a legislação vigente do período. O corpo docente era composto por mais duas

professoras e por um professor, Prof. Julio Cezar Augusto, responsável pelas disciplinas de análise, regência, geografia, história do Brasil e aritmética (DRG, 31/12/1863), as disciplinas que envolviam *Instrução Litterária, Bellas Artes e Trabalhos de agulha* ficavam a cargo das professoras. Um fato comum no período era a permissão para professores atuarem em instituições femininas, enquanto nas instituições masculinas as professoras não figuravam no corpo docente.

O professor Julio Augusto também estava presente na lista de senhores conhecidos na sociedade rio-grandina, e que foram indicados para fornecer mais informações sobre o colégio que estava surgindo, como forma de passar credibilidade ao estabelecimento, fato que diferenciava as instituições femininas das masculinas, que nem sequer precisavam de indicações pessoais. Cabe destacar que nos nomes da lista de referências foram incluídos o do Dr. Henrique Bernardino Marques Canarim, que foi Juiz municipal e de órfãos da segunda vara da cidade (DRG, 06/03/1859) e o de Pedro Dionizio Telemaco Bouliech, que foi professor público das disciplinas de Francês e Geografia na cidade de Pelotas (ARRIADA, 2007) e que também atuou como diretor do *Collegio Rio-Grandense*, colégio masculino de ensino primário e secundário que funcionou na década de 1860 na cidade do Rio Grande (O COMMERCIAL, 04/04/1860).

Na década de 1870, novas matérias são inseridas no currículo do ensino secundário da instituição, passando a constar: Repetição da Gramática Nacional, Análise Gramatical e Lógica, Gramática Filosófica, Francês, História Geral, Geografia Geral que compreendia noções de Astronomia e Cosmografia, Aritmética até equações de 1º grau, Geometria, Desenho Linear e Música (canto e piano) (DRG, 29/06/1877). Precisamos considerar que o que era oferecido pelas instituições por meio dos seus anúncios, não necessariamente estava sendo cursado pelas jovens da cidade do Rio Grande. Essa situação era recorrente, afinal o ensino secundário da época não exigia a realização de um curso completo e acabava sendo cursado de forma isolada e avulsa, conforme os interesses do aluno. O *Collegio Minerva* em um dos mapas enviados à Câmara Municipal da cidade declarava que na instituição funcionavam apenas cinco aulas: Primeiras Letras, Gramática, Geografia,

Aritmética e Piano, contando com o número significativo de 38 alunas matriculadas (MAPA, 1879). Segundo a diretora: “A aula de primeiras letras é frequentada por vinte alumnas, as de grammatica, geographia e arithmetica por 14 e a de piano por 4” (MAPA, 1879, p. 1). As aulas de música, principalmente, as de piano e canto, estavam presentes nos currículos dos colégios particulares e também eram oferecidas em domicílio, como o caso dos anúncios seguintes:

AVISO – D. Josefina Amey, discípula do conservatório de Turim, tendo seu diploma de artista de *bel canto*, havendo resolvido estabelecer-se n’esta cidade, offerece-se para leccionar **piano e canto em casas particulares ou em collegios**. Ensina também o idioma italiano. Quem se quizer utilizar d’esses serviços, queira dirigir-se á rua das Flores em frente ao n. 14, ou ao hotel Carron (DRG, 06/10/1865, grifos nossos).

Lições de canto: Mme Candiani, havendo abandonado a arte dramática, propõe-se a dar lições de aperfeiçoamento de canto, para cujo fim póde ser procurada á rua Zalony n. 80 (DRG, 18/02/1872, grifos nossos).

Uma professora chegada há poucos dias da corte, deseja leccionar **piano e canto** por casas particulares ou em algum collegio; quem do seu prestimo precisar dirija-se a rua Bella, n. 39 (DRG, 25/04/1872, grifos nossos).

Quanto ao número de alunas matriculadas nessas instituições femininas, destacamos o Relatório da Comissão de inspeção da instrução pública na cidade do Rio Grande de 1878, no qual o *Collegio Minerva* foi o único colégio particular, voltado ao público feminino, a figurar no documento, contando com 40 alunas matriculadas e com uma frequência de 36 alunas, sendo que sete recebiam ensino de forma gratuita (RELATÓRIO, 1878, p. 3). De certo modo, podemos afirmar que essa instituição possuía um número expressivo de estudantes matriculadas o que demonstra que existia demanda de um público feminino que desejava dar sequência a sua formação intelectual através dos estudos secundários.

Collegio Minerva – Ignez de Oliveira Soares, directora do collegio *Minerva*, participa aos pais de suas alumnas que com o fito de melhorar o seu collegio com as accomodações necessárias e condições hygienicas tendentes a uma estabelecimento de tal ordem, acaba de mudar-se para a rua Pedro II (sobrado) n. 68, e em cujo collegio como até então continuará a leccionar com o maior carinho e desvello as principaes materias de instrucção primaria; escripturação, leitura, etc., assim como também conteúdo com excellentes professores **lecciona-se a musica e os principaes trabalhos de agulha, como crochet, bordar e outros**. A directora apresenta como garantia sufficiente aos créditos de seu estabelecimento **o bom numero de suas alumnas que devido à instrucção que ali**

receberam, são hoje pelo seu saber e não raras virtudes o ornamento da sociedade rio-grandense. Portanto, attendendo quão é necessário a uma filha uma **esmerada educação**, a directora espera, que como até aqui, os illustres pais de suas alumnas e mais pessoas lhe continuem a prodigalisar a sua valiosa protecção. Rio Grande, 12 de outubro de 1874. Ignez de Oliveira Soares (DRG, 12/10/1874, grifos nossos).

Como pode ser observado no anúncio anterior, a instituição sempre se utilizava da imprensa para destacar suas qualidades e diferenciais, enfatizando o espaço escolar e suas condições higiênicas para o recebimento adequado de alunas pensionistas, bem como a sua atuação na educação feminina do município, reforçando em seu discurso, a formação de uma “mulher-ornamento” (CARVALHO, 2008), reiterando seu importante papel na sociedade rio-grandina, afinal daquele estabelecimento “tem sahido já muitas **mães de família que são adorno da cidade [...]**” (DRG, 06/01/1874, grifos nossos).

No final da década de 1880, o Colégio Minerva reunia um total de 35 alunas (DRG, 18/03/1886) e a concepção do ensino feminino se mantinha intacta perante a sociedade local. A instituição manteve-se ativa e com a mesma direção desde 1863, conservando não só suas características originais, como também sua dedicação à educação feminina das futuras “mães de família” do município, fato que recebia destaque na imprensa, como se nota na próxima citação:

COLLEGIO MINERVA – No dia 7 do corrente reabre suas aulas o acreditado collegio Minerva, de que é directora a Exma. Sra. D. Ignez d’Oliveira Soares. O collegio Minerva goza de muitos mercedos créditos, pela seriedade e proficiência com que é dirigido. Na sociedade rio-grandense ha **hoje muitas mães de família que devem a sua educação intellectual á digna directora d’aquelle estabelecimento de ensino**, que felizmente continua a trabalhar pela causa da instrucção (DRG, 05/01/1889, grifo nosso).

O colégio também funcionava como internato e externato o que reforça que Rio Grande possuía características de centro educacional no que diz respeito também às instituições femininas, mantendo certas similaridades com as grandes cidades da Província. Essa particularidade também pode ser observada nos colégios particulares masculinos do município. Também cabe destacar as diferentes finalidades dos públicos que procuravam os colégios particulares nesse período. Um dos objetivos almejados pelo público masculino que realizava o ensino secundário era obter uma formação intelectual para

ingressar no ensino superior ou em outras carreiras, como a comercial. A opção de ingressar na carreira militar passará a ser uma das alternativas após a Guerra do Paraguai, mais especificamente em meados da década de 1870 e com maior procura na década de 1880. É significativo mencionar a criação de um colégio teuto-brasileiro na cidade, o *Collegio Ernst*, que se consolidará como uma renomada instituição educativa tendo uma longa duração na cidade do Rio Grande. Semelhante ao colégio alemão, o *Collegio Minerva* também adentrará a República em pleno funcionamento, transformando-se em colégio misto (RELATÓRIO, 1922). Com finalidades e públicos distintos, os colégios particulares da cidade do Rio Grande constituíam uma rede educacional responsável por preencher as lacunas da instrução pública, cenário que se solidificará ainda mais com o passar dos anos, como poderemos observar nas décadas finais do período monárquico.

5.2.3. As instituições de estudos secundários na década de 1870: a moralidade exemplar, disciplina constante e estudos assíduos¹⁴⁷

Das instituições particulares de ensino secundário criadas na década de 1870, optamos por ressaltar três colégios masculinos, o *Collegio Alvim*, o *Collegio S. João* e o *Collegio Brazil*. É importante enfatizar que esses estabelecimentos, bem como os que continuaram atuando na cidade nesse período, foram influenciados diretamente pelas políticas educacionais, com destaque para a Reforma Couto Ferraz e para as Leis e Regulamentos da Província, que acabavam por apenas reproduzir o discurso proposto pelo Decreto de 1854. No final da década de 1870, foi aprovada a Reforma Leôncio de Carvalho (1879), considerada como “o último dispositivo engendrado pela política educacional do Império brasileiro” (SAVIANI, 2014, p. 26). Todavia, os reflexos dessa lei serão percebidos na década seguinte, com exceção da liberdade de ensino e da livre frequência, que foram oficializadas em 1879, mas que já vinham sendo praticadas pela iniciativa privada.

¹⁴⁷ Trecho de um dos anúncios do *Collegio Alvim*, colégio masculino dirigido pelo Prof. Cândido Alvim (DRG, 14/01/1876).

Vale destacar que na década de 1870 serão extintos os únicos estabelecimentos públicos que ofereciam ensino secundário na Província. Em 1873, suspende-se o Ateneu Rio-Grandense, antigo Liceu D. Afonso e a aula de Francês que funcionava na cidade do Rio Grande (SCHNEIDER, 1993). Tal fato repercute no aumento dos colégios e aulas particulares que ofereciam o ensino secundário. Com o Decreto nº 5429 de 02 de outubro de 1873 os exames de preparatórios passam a ser realizados também na capital, o que resultou na criação de mais colégios, aulas e cursos preparatórios voltados para a realização deste processo seletivo. Conforme Schneider:

A capital e as principais cidades da Província possuíam alguns cursos particulares de estudos preparatórios mais ou menos completos, e muito frequentados, como se comprovava pelo número de alunos que se inscreviam para os exames preparatórios. Entretanto, continuava a Província sem escolas de caráter profissional – agrícola, fabril, industrial, comercial. E a esta falta atribuía-se a tendência da mocidade de procurar as Academias de Medicina e Direito, ou outras, e os empregos públicos, com prejuízo para a agricultura e para as indústrias em embrião (SCHNEIDER, 1993, p. 283).

Neste estudo percebemos que a demanda do ensino profissional na cidade do Rio Grande acabou recaindo, também, sobre a iniciativa privada que com algumas disciplinas pertencentes ao currículo do curso secundário, como Escrituração Mercantil, Línguas Estrangeiras e Caligrafia, preparava e capacitava os indivíduos interessados em ingressar na carreira comercial e, posteriormente, industrial, ou em seguir atuando no ramo com maior domínio nessas áreas. Não podemos deixar de mencionar que é nessa década que será fundada uma das maiores fábricas têxteis do Brasil, que necessitará de funcionários minimamente capacitados para atuarem no setor fabril.

A maior empresa era a Companhia União Fabril, conjunto de três fábricas de tecidos (lã, algodão e aniagem), fundada em 1873 e cujo desenvolvimento se refletia no contínuo crescimento do número de seus operários. Em 1896, contava com cerca de 900 empregados, além de quase 100 costureiras, que trabalhavam em casa. Máquinas modernas, lucros crescentes, espírito pioneiro, além de atividades de assistência a seus empregados completavam o quadro e transformavam seu dono, Carlos Guilherme Rheingantz, no empresário-padrão da região, como se tornou lembrado, mesmo várias décadas depois. Em 1895 começou a funcionar a fábrica de tecidos Ítalo-Brasileira, com capital italiano e operários da mesma nacionalidade. Importando parte de seus empregados, a Fábrica Pooch de charutos tinha 60 marcas e produzia todo tipo de charutos, ocupando, em 1895, 130 pessoas, entre elas algumas provenientes de Cuba, de onde também importava sua matéria prima (LONER, 1999, p. 59).

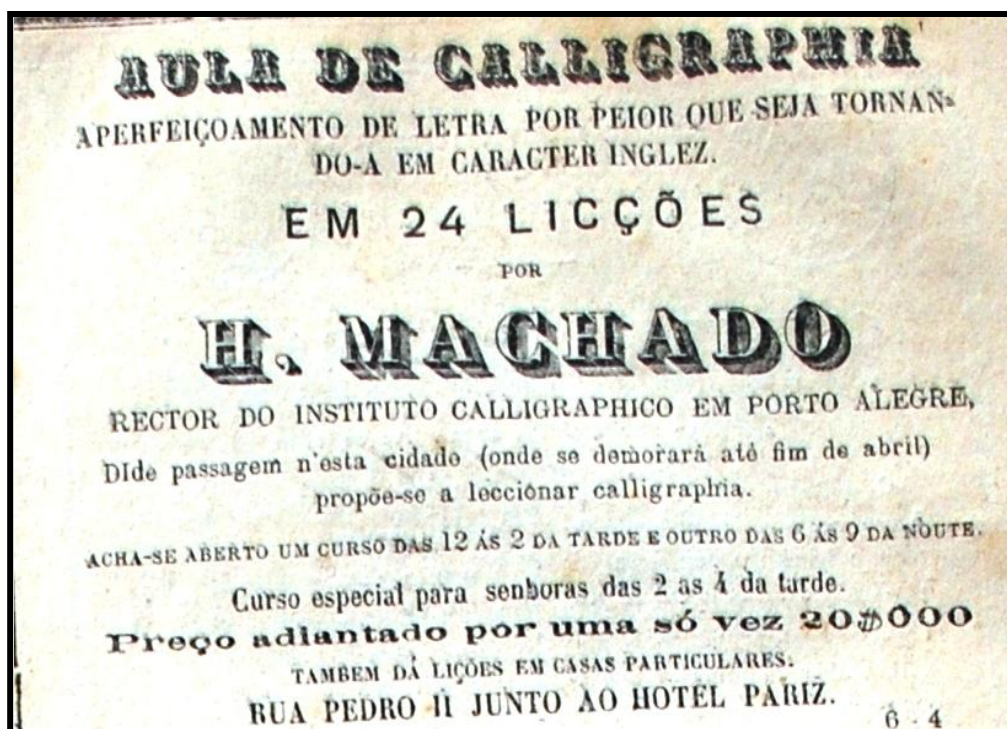
Outra informação relevante é que as primeiras indústrias que se estabeleceram nas cidades de Rio Grande e Pelotas careciam de mão de obra especializada para as demandas oriundas dos novos estabelecimentos (PAULITSCH, 2008). Nesse sentido, a instrução secundária particular, obtida através de matérias específicas oferecidas em aulas, cursos ou colégios, pode ter sido utilizada, em alguns casos, como alternativa para preencher as vagas especializadas quando não fosse possível contratar profissionais com conhecimentos técnicos, oriundos da Europa. Segundo Loner (1999, p. 88, grifos nossos), algumas empresas “possuíam políticas de importação de mão de obra para seus estabelecimentos. Com o tempo, isso vai restringindo-se ao trabalho mais especializado, de mestres e contra-mestres, **preenchendo o elemento nacional os cargos menores**”.

Sobre o ensino de Caligrafia é importante mencionar que, no final da década de 1870, por causa da demanda significativa pela formação para a área comercial, Rio Grande recebe, durante certo período, aulas de Caligrafia ministradas pelo diretor do Instituto Caligráfico de Porto Alegre, Prof. H. Machado (Figura 33). Essa instituição, além das aulas de Caligrafia para o público masculino e feminino, oferecia outras matérias de ensino primário e secundário:

Lições particulares H. Machado, **director do instituto calligraphico em Porto Alegre**, desejando fixar sua residência n'esta cidade, propõe-se a leccionar particularmente e em sua residência, as seguintes matérias: portuguez, ensino primário e secundário; Francez, escripturação mercantil, calligraphia; Tachigraphia. Pretendo brevemente abrir uma aula nocturna para as mesmas matérias. O annunciante póde ser procurado na casa de sua residência á rua Pedro II, junto ao Hotel de Pariz (DRG, 15/04/1878).

Instituto calligraphico H. Machado: Director do instituto calligraphico n'esta cidade, lecciona particularmente e em sua residência as seguintes matérias: Portuguez, ensino primário e secundário; Francez, escripturação mercantil, calligraphia e desenho; AULA nocturna para as mesmas materias. Rua Pedro II N. 147, junto á Igreja de S. Francisco (DRG, 22/04/1878).

Figura 33: Anúncio da Aula de Caligrafia do Prof. H. Machado.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 21 de março de 1878.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

A fim de divulgar e ratificar a importância desse curso para os interessados em seguir a carreira comercial na cidade do Rio Grande, o Prof. Machado publica no jornal *Diario do Rio Grande* algumas das impressões da imprensa porto-alegrense sobre o sistema de ensino e sobre a relevância deste curso na capital. Destacamos um trecho publicado pelo jornal *Reforma* de 07 de dezembro de 1877:

O systema adoptado pelo habil professor, que com tão excellente prova é natural que em breve possa contar numero crescido de concurrentes, pois **a boa letra manuscrita é de grande utilidade em muitos misteres, especialmente para aquelles que se consagram á vida commercial.** Além d'isso o Sr. Machado é um estimado cavalheiro, por sua educação e qualidades (DRG, 14/03/1878, grifos nossos).

Essa demanda por formação profissional também estava presente nos currículos dos estabelecimentos particulares de ensino secundário, criados nas décadas de 1850 e 1860, e que continuaram atuando no município: o *Collegio S. Pedro*, o *Collegio União* e o *Collegio Ernst*. Na década de 1870, serão criadas mais três instituições de prestígio na cidade: o *Collegio Alvim*, o *Collegio S. João* e o *Collegio Brasil*. Além delas, serão criadas outras três

instituições voltadas à formação secundária do público feminino: o *Collegio Esperança*, o *Collegio Italiano-Brasileiro* e o *Collegio Rio-Grandense*.

O *Collegio Alvim* e o *Collegio Esperança* se assemelham à realidade dos colégios *S. Pedro* e *Santa Thereza*, que eram dirigidos pelo casal Thibaut, pois também eram instituições particulares administradas por um casal de professores. O Prof. Cândido José Ferreira Alvim Junior, diretor do *Collegio Alvim*, primeiramente irá oferecer aulas particulares de instrução primária para o público masculino no início da década de 1870. Um dado interessante é que ele irá atuar junto com esposa, Prof^a. Adelaide Gonzaga Alvim, diretora do *Collegio Esperança*, antes de criar o seu próprio estabelecimento (Figura 34). Em seus anúncios sobre as aulas particulares, os interessados deveriam procurá-lo na instituição feminina:

Lições particulares: O abaixo-assinado presta-se a leccionar as materias do ensino primário em casas particulares; as pessoas que quizerem honra-lo com sua confiança, dirijam-se ao Collegio Esperança, rua Paysandú n. 82. Rio Grande, 15 de abril de 1873. Candido Alvim Junior (DRG, 16/04/1873).

Figura 34: Anúncio do *Collegio Esperança* e da *Aula de Alvim Junior*.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 06 de janeiro de 1875.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

É significativo mencionar que o *Collegio Esperança* também oferecia ensino secundário, e seu currículo reunia apenas o ensino de três línguas estrangeiras: Francês, Inglês e Alemão. Além disso, as alunas interessadas poderiam cursar as disciplinas de Artes (música, desenho e dança), que

deveriam ser pagas separadamente (Figura 35). Percebemos novamente a existência de uma “seleção cultural escolar” (FORQUIN, 1992) neste currículo, e no caso da oferta de Línguas estrangeiras como sendo as únicas disciplinas do ensino secundário desta instituição, podemos questionar quais eram as formas de sociabilidade que a mulher desta época, precisava aprender para poder se comunicar e se comportar “adequadamente” em eventos sociais dentro e fora de sua residência.

Quando bem preparadas para a vida social, as mulheres de famílias abastadas representavam o chefe da casa participando de eventos beneficentes, circulando pelas ruas e lojas elegantes da cidade [...] freqüentando com conhecidos os cafés, restaurantes e bailes da cidade, mantendo e expandindo o círculo de relações familiares por meio de visitas freqüentes, festas, jantares, chás e saraus. A “mulher de sala” ou a “mulher-ornamento” não era um simples acessório dos encontros formais; sua obrigação era agradar (CARVALHO, 2008, p. 106).

Figura 35: Anúncio do *Collegio Esperança*, dirigido pela Prof^a Adelaide Gonzaga Alvim.

Collegio Esperança.

20 Rua Pedro II 20.

DIRECTORA

ADELAIDE GONZAGA ALVIM.

Ensino primário :

Leitura impressa e manuscrito, grammatica, calligraphia, arithmetica, historia, geographia, doutrina christã, costuras, bordados e todos os trabalhos de agulhas.

Ensino secundario :

Francês, inglês e allemão.

Artes :

Musica, desenho e dança.

Regulamento :

A alumna matriculada pagará 15\$000 por trimestre ao ensino primario; 30\$000 ao secundario e 3\$000 no acto da matricula para lhe ser fornecido papel, pennas, tinta, etc., durante o anno lectivo; as artes são pagas separadamente. O tempo de férias não soffre desconto algum. A directora recebe tambem alumnas internas e meias internas, percibendo por aquellas 100\$000 e por estas 60\$ sempre por trimestre adiantado.

As aulas reabrem-se a 7 de janeiro futuro de 1876.

Rio Grande do Sul, 24 de dezembro de 1875.

A directora,
ADELAIDE GONZAGA ALVIM.
(1)

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 24/12/1875.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

É necessário compreender que essa seleção das disciplinas ofertadas está diretamente vinculada à cultura escolar das instituições de ensino, afinal, os saberes e práticas inculcadas pela educação formal são elementos que compõem essa cultura específica e que estão diretamente atrelados a um determinado contexto sócio-histórico (LOURO, 1994; JULIA, 2001). Nesse sentido, destacamos um episódio promovido pelo colégio Esperança em 1874, onde a imprensa local publica um artigo na primeira página intitulado “*Noute de Rosas*”, em que é enaltecida uma noite de apresentações de piano, canto e dança promovida pelas alunas e professoras nos salões do colégio. A seguir, destacamos algumas passagens deste artigo que descreve o *saráo*, que acaba funcionando como forma de promover os ensinamentos, no âmbito das Artes, oferecidos pela instituição.

[...] a professora Miss Adela Colemann sentou-se ao piano em companhia d'uma gentil menina filha do Ilm. Sr. Dr. Landell, e deram começo á introdução da opera NORMA, mostrando a interessante executante muito gosto e estudo na musica. [...] **D. Ésther Alvim, n'uma aria da FAUST encantou os seus ouvintes. D. Ésther, além de ser uma jovem em extreme sympathica, mesmo bella, possui talento, e por isso não podemos deixar de dizer-lhe: AVANTE!** (DRG, 13/07/1874, grifos nossos).

No trecho anterior, cabe questionar novamente o papel social da mulher nesse período, exemplificado pelo caso de Esther Alvim, filha dos professores Adelaide e Cândido Alvim, que mesmo sendo bela possuía talento, algo que não era “natural”, afinal a beleza não deveria estar associada às habilidades intelectuais de uma jovem. É conveniente refletir sobre o papel desse evento tanto para a instituição de ensino, como para a sociedade local, afinal ao ser promovido pelo colégio, de certa forma ele apresentava essas moças devidamente “educadas” para a comunidade rio-grandina, demonstrando que estava cumprindo o seu papel na instrução feminina.

O Prof. Alvim, esposo da Prof^a. Adelaide, cria uma Aula Particular de instrução primária e secundária voltada ao público masculino nesse período. Na lista dos alunos que realizaram os exames em dezembro de 1875, é possível identificar como estava organizado o currículo desta instituição: Leitura manuscrita (prosa e verso), Doutrina Cristã, Contabilidade, Aritmética (teórica e prática), História Pátria, Geografia e Geometria (DRG, 12/12/1875). Cabe mencionar que entre os alunos examinados consta o nome de Miguel Tito de

Sá¹⁴⁸, filho do comerciante Miguel Tito de Sá, membro da elite mercantil e intelectual da cidade do Rio Grande.

Como de costume, após a realização dos exames os professores/diretores dos colégios sempre faziam um discurso de encerramento do ano letivo. O Prof. Alvim, em 1875, tece algumas palavras acerca dos estudantes que já não integram o corpo discente da sua instituição, evidenciando que alguns dos seus alunos não conseguiam seguir os estudos secundários em função das profissões exercidas, principalmente no comércio local:

Em nossos bancos escolares sentimos falta de alguns alumnos, **uns para que sejam empregados**, e tornem-se uteis a sociedade; outros por nada terem aprendido (porque não sei fazer milagres de ensinar aquelles que não querem nem tem desejos de aprender) e ainda outros infelizmente para nós que Deus chamou á si! **Aos primeiros um desejo ardente de os vêr progredir na carreira incetada** [...] (DRG, 12/12/1875, grifos nossos).

¹⁴⁸ No inventário *post-mortem* do Sr. Miguel Tito de Sá, localizado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) constam informações sobre os seus herdeiros, incluindo a viúva D. Maria Delphina de Miranda e Sá, bem como os oito filhos do casal: Maria Francisca de Sá Rheingantz, casada com Carlos Rheingantz, Josepha Maria de Sá, casada com James Darcy, Sophia Clemencia de Sá com 16 anos, Noemia Geraldina de Sá de 14 anos, Miguel Tito de Sá de 11 anos, Lucília Eduardina de Sá de 9 anos, Eduardo Tito de Sá com 5 anos e Herminia Gloria de Sá com dez meses (Miguel Tito de Sá, inventário, julho de 1875, 1º Cartório de Orphãos e Providoria da cidade do Rio Grande, autos nº 989, mç. nº 46, Archivo Publico do Rio Grande do Sul).

Figura 36: Anúncio do *Collegio Alvim*, dirigido pelo Prof. Cândido Alvim Junior.

Collegio Alvim.
Rua Pedro II n. 20.

O abaixo-assinado, animado pela confiança que tem merecido dos Srs. pais e familia d'esta cidade, resolveu ampliar seu estabelecimento, fazendo aquisição os habéis professores Srs. Fritz Uld, Archaujo Leão de Abrantes e John Fisher, para o estudo secundario, nada poupando para que o seu collegio quando não exceda aos de primeira ordem, ao menos os iguale.

Ensino primario :

Leitura impressa e manuscripto, prosa e verso, calligraphia, grammatica, arithmetica theorica e pratica, historia patria, geographia, geometria e doutrina christiana.

Secundario :

Francez, ingiez, allemão e latim ; historia antiga, media e moderna ; arithmetica algebra, geometria e trigonometria ; geographia e escripturação mercantil ; artes. A contribuição será paga separadamente.

Regulamento :

Os alumnos externos matriculados pagarão pelo ensino primario 15\$000 e 30\$ pelo secundario. Internos 100\$000 e meios internos 60\$000, sempre por trimestre adiantado.

No acto da matricula cada alumno pagará 3\$000 para lhe ser fornecido papel, pennas e tinta durante o anno lectivo.

Os pais dos internos deverão ter correspondentes n'esta praça, afim de que o director com elles se entenda para o que fôr necessario.

O tempo de férias não soffre desconto algum.

As aulas reabrem-se a 7 do futuro mez de janeiro de 1876.

Rio Grande, 24 de dezembro de 1875.

O director,
CANDIDO ALVIM JUNIOR.
(1)

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 24 de dezembro de 1875.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

No ano de 1876, conforme o anúncio anterior é criado oficialmente o *Collegio Alvim*, que passa a integrar a relação dos colégios particulares masculinos da cidade do Rio Grande. A fim de esclarecer as mudanças e as intenções desse novo estabelecimento, o diretor destacava:

O Collegio Alvim ainda que, o mais moderno d'esta cidade, vai, comtudo, apresentar melhoramentos que attingirá o grau de primeira ordem, porque n'elle se encontrará a moralidade exemplar, disciplina constante e estudos assíduos; tendo o director certeza que o collocarão em primeiro lugar entre os collegios da Provincia. [...] Os Srs. pais de familia têm por isso n'esta cidade **um collegio nas precisas condições de apromptar alumnos para as academias do Imperio, sem ser necessário appartarem-se de seus filhos para longe** (DRG, 26/12/1875, grifos nossos).

Salientamos no trecho anterior uma observação feita pelo diretor da instituição referente a não necessidade dos estudantes de realizarem seus

estudos preparatórios em outras cidades, já que o objetivo da instituição era preparar os alunos para os exames das Academias. As próprias faculdades ou escolas de ensino superior mantinham aulas preparatórias específicas vinculadas aos cursos que ofereciam. Entretanto, os alunos interessados não eram obrigados a cursá-las, afinal, elas ficavam concentradas em diferentes províncias, e eles poderiam, a partir das matérias exigidas para cada curso, estudar nas instituições de ensino secundário instaladas nos próprios municípios, como era o caso do *Collegio União*, que oferecia currículo e estrutura para este tipo de formação.

Todavia, como não existia a obrigatoriedade de realização do ensino secundário de forma orgânica, no período imperial, para poder prestar os exames, eram exigidos apenas os conhecimentos das matérias necessárias para o ingresso nos cursos existentes nas Academias (HAIDAR, 2008). Essa realidade é esclarecida por Lorenz da seguinte forma:

Os alunos procuravam as matérias que consideravam as mais importantes e desconsideravam as demais; é óbvio que as que julgavam mais importantes eram aquelas que preparavam os exames preparatórios para as faculdades de Medicina e Direito e, mais tarde, para a escola de Engenharia. Depois de completar seus estudos em Latim, Francês, Inglês, História e Geografia, Filosofia Racional e Moral, Aritmética, Álgebra e Retórica e Poética, os alunos prestavam os exames requeridos nas instituições de ensino superior e, uma vez aprovados, deixavam o Colégio para matricular-se nas instituições superiores (LORENZ, 2003, p. 58).

As discussões sobre atestados de conclusão do curso secundário só irão acontecer no período republicano, com destaque para a Reforma Carlos Maximiliano, de 1915, que além de instigar a criação de uma universidade no Brasil, introduzia “a obrigatoriedade do certificado do ensino secundário (aprovação em todas as matérias, cursadas ou não, de maneira regular)” (VEIGA, 2007, p. 250). A oficialização do ensino secundário, como curso regular e seriado, só vai acontecer no período republicano, como aponta Veiga:

[...] no Brasil, até 1931, a frequência ao ensino secundário não era obrigatória, havia a possibilidade de prestar exames, obter o título de bacharel e ingressar no ensino superior, independentemente de ter havido a realização de um curso regular. Por exemplo, a legislação de 1890 previa que os exames finais e o de madureza poderiam ser prestados por alunos de outras instituições ou por aqueles que tivessem recebido ensino doméstico (VEIGA, 2007, p. 249-250).

As matérias que faziam parte do currículo dos estudos secundários do *Collegio Alvim* estavam sob a responsabilidade de dois professores estrangeiros: Prof. Fritz Uhl e o Prof. John Fisher, já que o Prof. Alvim se encarregava do ensino primário. O diretor apresenta os professores como pessoas ilustradas além de indicar a quantidade significativa de disciplinas que seriam ministradas por eles:

O **Sr. F. Uhl**, abalisado professor, que por algum tempo dirigiu um collegio na Allemanha, hoje n'esta cidade residindo em casa do respeitável commerciante Sr. N. Kohler, reccomendando-se por sua illustração e vastos conhecimentos scientificos, leccionará: **francez, allemão, latim, geographia, historia, philosophia, mathematicas e também o grego aos que desejarem**. O **Sr. Fisher**, ha muito residente n'esta praça e bem conhecido como scientifico e illustrado, leccionará: **inglez, allemão, francez, geographia, mathematicas e escripturação mercantil**. [...] este collegio é o único n'esta cidade que tem professores que leccionam todas as materias do seu programma (DRG, 26/12/1875, grifos nossos).

Em fevereiro de 1876, o diretor continua investindo no corpo docente da instituição e contrata novos professores para ministrarem as disciplinas voltadas às Belas Artes, como Desenho, Pintura e Música. O diretor justificava, no periódico da cidade, a importância desses estudos para a mocidade rio-grandina:

Também fazem parte do professorado de nosso estabelecimento os Srs. Guilherme Littran e Faustino Fernandes Lima, este como professor de musica e aquelle como de desenho e pintura; **estudos estes, como é sabido por todos, tornam-se uteis e agradáveis, e n'elles, além da sciencia, encontram uma distracção para o espírito** (DRG, 18/02/1876, grifos nossos).

A oferta dessas disciplinas, pertencentes aos estudos secundários, estavam de acordo com a formação clássica e humanística almejada pelas elites do século XIX, as quais possuíam “um projeto de cultura voltado para o estudo das artes, destacando-se a música. Estudar piano, canto, violino, fazia parte dessa formação. Era comum na época o oferecimento dos serviços por parte dos professores” (ARRIADA, 2007, p. 114). Desde a década de 1850 encontramos diversos anúncios de aulas particulares de música para o público masculino, como veremos na sequência. Contudo, na década de 1870, poucos anúncios de aulas avulsas de música, desenho e pintura foram identificados, cenário que pode ter acentuado a necessidade de inserir essa disciplina de forma mais efetiva nos programas de ensino dos colégios masculinos da

cidade a fim de contemplar uma possível demanda local.

25 de março de 1857 – **Aulas de Piano, canto e rabeca** – José Uguccioni Junior, ministra aulas em sua casa ou em casas particulares – Rua da Praia, n. 159 (DRG, 25/03/1857, grifos nossos).

Lição de música – Prof. Lorenzo Benna (DRG, 26/03/1857, grifos nossos).

ATENÇÃO – O professor João Cerroni tendo resolvido residir n'esta cidade e **ensinar o novo methodo de canto italiano, rabeca, piano, violão, violoncello, e todos os instrumentos de metal próprios de bandas de musica**, offerece seus préstimos ás pessoas que o queiram honrar. Póde ser procurado em sua residência, rua do Pito n. 60, em frente a Instrucção e Recreio (DRG, 05/11/1862, grifos nossos).

Aula de desenho: O abaixo-assinado, tendo se resolvido a abrir uma aula de desenho em sua oficina à praça 7 de setembro n. 22, chama a atenção do respeitável publico, e especialmente dos senhores pais de família. Constituindo a arte do desenho, não só **o complemento para uma perfeita educação**, como enfim **indispensável como base para o exercício de todas as artes technicas e mecânicas**. Espera, portanto, o annunciante, que tão útil instrucção não deixará de ser aproveitada, mórmente garantindo a maior perfeição e esmero no ensino, tanto theorico como pratico. Para mais informações queiram dirigir-se á citada aula, onde a qualquer hora é encontrado. João Sprik de Verney (DRG, 17/07/1871, grifos nossos).

Professor de desenho: O artista Caetano José Ribeiro, attendendo aos pedidos de algumas pessoas que desejam mandar instruir seus filhos na arte do desenho, resolveu leccionar por casas particulares. O annunciante póde ser procurado em sua residência. Rua Paysandú n. 33 (DRG, 15/07/1872, grifos nossos).

J.C. Miller propõem-se a dar **lições de piano**, para o que desde já se acha a disposição dos Srs. Pais de família que o queiram honrar com sua confiança e protecção (DRG, 08/02/1878, grifos nossos).

Devido à procura ou ao cenário educacional do município, o *Collegio Alvim* busca ampliar o seu espaço escolar e o Prof. Alvim, comunica na imprensa local, a necessidade de alugar uma casa “com as proporções para funcionar seu collegio e accomodações necessárias aos alumnos internos” (DRG, 15/05/1876). No mês seguinte, o diretor anuncia a contratação de um novo professor, mas, dessa vez, não para ensinar as matérias exigidas nos exames das Academias do Império, conforme poderemos observar:

Collegio Alvim: O director participa aos Srs. Paes de família que fez aquisição de um hábil professor para **leccionar arithmetica, algebra e geometria**; lembra por isso, aos jovens d'esta cidade que pretendão matricular-se nas **Escolas militar d'esta Provincia e central da corte, estudarem n'este collegio essas matérias preparatórias**. Rio Grande, 5 de junho de 1876. Candido Alvim J (DRG, 05/06/1876).

Assim, encontramos mais um indício que reitera a tese deste estudo, demonstrando que o ensino secundário na cidade do Rio Grande acabou tendo

uma função diferente daquela de preparar os estudantes para o ingresso no ensino superior, mostrando-se também interessado em oferecer disciplinas específicas para aqueles que buscavam outras formações, como as carreiras militares e comerciais. Esse novo olhar sobre a carreira militar, como visto no capítulo anterior, está diretamente vinculado à Guerra do Paraguai e à organização do Exército brasileiro.

Outro elemento que auxilia nessa assertiva pode ser constatado nos anúncios seguintes (Figura 37), onde podemos perceber o interesse da instituição em incorporar alunos de origem alemã em seu corpo discente, ao apresentar o mesmo anúncio em português e alemão. A cidade já contava com um colégio teuto-brasileiro (*Collegio Ernst*), o que reforça a hipótese de existir uma demanda específica para a formação de membros dessa etnia na cidade. O diretor reforça aos “Ilustres Senhores Alemães” que já existem alunos da mesma origem matriculados no ensino secundário do colégio “**onde podem estudar todos os preparatorios para o commercio e academias do Imperio**” (DRG, 04/08/1876, grifos nossos), um cenário que poderia vir a agradar os membros dessa elite mercantil interessada na instrução de seus filhos, futuros herdeiros dos seus negócios.

Figura 37: Anúncios do *Collegio Alvim* em português e alemão.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 04 de agosto de 1876.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

O interesse por esse determinado público estava vinculado à grande presença de empresários alemães na cidade nesse período. As empresas de comércio de importação e exportação, pertencentes a alemães, destacavam-se no cenário local e, segundo Copstein (1975, p. 24), no ano de 1874 estavam funcionando dezoito firmas desse tipo no município. As atividades de comércio exterior desenvolvidas por esse grupo eram diversas:

Produtos derivados da atividade pastoril constituíam o grosso das exportações. As importações eram bastante variadas, destacavam-se principalmente secos e molhados, fazendas, ferragens, cimento, sal, etc., entre as firmas que se dedicavam ao comercio atacadista. A especialização destas casas as localizavam na área central da cidade que se avizinhava ao ancoradouro. Entre as firmas que prolongaram sua existência pelo século atual se distinguirá Fraeb Cia., Thomsen Cia e C. Albrecht Cia. A primeira, citada anteriormente, apesar de diversas modificações em sua razão social, durante cerca de 100 anos dedicou-se à exportação de produtos da terra, à importação variada, além de atender no ramo de seguros e representar bancos alemães. Foi, em certa época, a maior casa atacadista do Rio Grande do Sul. Manteve filiais em Porto Alegre e Santa Maria. Thomsen Cia. com negócios semelhantes, mas com papel relevante na distribuição

de sal às charqueadas, apresentou originalidade no quadro comercial rio-grandino. Fundada em 1845, por alemães, três lustros depois transferiu a sua sede de Rio Grande para Nova Iorque. C. Albrecht Cia. era direcionada na importação de tecidos europeus e americanos. Surgiu no fim do século passado (1896) como sucessora de H. Kettenburg firma existente na cidade desde 1859 (COPSTEIN, 1975, p. 25).

É importante reiterar que a trajetória do *Collegio Alvim* só pode ser mapeada e, posteriormente, analisada neste estudo, devido aos anúncios e às notícias publicadas na imprensa local, a saber, o jornal *Diario do Rio Grande*. Nos documentos oficiais, vinculados à situação da Instrução Pública na cidade ou na Província, não foram identificadas informações sobre a existência desta instituição particular, o que reitera a falta de fiscalização das aulas e/ou o não comprometimento de alguns estabelecimentos em enviar as devidas informações trimestrais ao Governo. Até abril de 1877, a inspeção das aulas públicas e privadas estava a cargo dos inspetores das comarcas e delegacias paroquiais, no entanto, esses cargos não eram remunerados e “a maioria mostrava-se indiferente em relação ao seu trabalho” (SCHNEIDER, 1993, p. 285). Mesmo assim, percebemos que no ano de 1876 o inspetor da comarca de Rio Grande, Carlos Augusto Flôres, fará uma chamada específica para os professores e diretores de estabelecimentos particulares do município, tamanho era o descaso dessas instituições com as exigências propostas pela legislação educacional.

O Dr. C. A. Flôres, inspetor de instrucção publica n'esta comarca. Faz saber que os professores ou directores de escolas ou estabelecimentos particulares de instrucção primaria ou secundaria, ou aquelles que, simultaneamente, fornecem essas duas classes de ensino n'esta comarca, devem remetter a esta inspectoría os mappas trimestraes e cumprir as obrigações a que se referem ao arts. 103 á 105 do respectivo Regulamento e mais disposições em vigor. São considerados estabelecimentos particulares aquelles em que reunirem-se um certo numero de pessoas para receber instrucção mediante retribuição pecuniária, quer taes estabelecimentos se annunciem pela imprensa quer por algum distinctivo em seu frontespicio ou independente d'isso, pela sciencia que d'elles tenha esta inspectoría. A falta de comprimento d'aquellas obrigações permittirá a imposição da multa de 50\$ a 200\$000. Rio Grande, 6 de abril de 1876. Carlos Augusto Flôres (DRG, 09/04/1876).

A Lei nº 1108, de 08 de maio de 1877 estabelece que a fiscalização da instrução passe a ser de responsabilidade das Câmaras Municipais e o resultado acabou sendo ainda mais preocupante. Segundo Schneider, essa

mudança piorou o estado da inspeção escolar na Província:

A experiência foi evidenciando que as administrações locais mostravam-se indiferentes com o progresso da instrução pública, pois não participavam da manutenção das escolas. A inspeção escolar era nula, porque exercida por elementos sem competência para esta função e, muitas vezes, a sede dos municípios e a residência do juiz de Paz estavam a seis, oito ou mais léguas de distância das escolas (SCHNEIDER, 1993, p. 285).

Tal situação sofre uma melhora a partir do ano de 1878, quando são realizadas viagens de inspeção pelo próprio Diretor Geral da Instrução Pública aos municípios da Província (SCHNEIDER, 1993). Apesar disso, o *Collegio Alvim* seguiria no esquecimento, caso não tivéssemos mapeado alguns de seus vestígios na imprensa, já que nos acervos consultados não identificamos o envio de mapas ou ofícios dessa instituição aos responsáveis pela fiscalização do ensino na cidade.

No âmbito das relações público/privadas na educação, cabe mencionar a proposta feita pelo Prof. Alvim, em março de 1877, junto à Assembleia Provincial, sobre a criação de uma aula noturna para adultos na cidade do Rio Grande, que necessitaria do auxílio anual de 7.200 réis para poder efetivamente ser mantida. A atitude do professor particular integra um movimento na cidade e na Província, de criação de aulas noturnas para aqueles que não poderiam realizar sua formação nos turnos diurnos, incluindo a população mais carente. Não podemos esquecer que desde a década de 1850 encontramos a oferta de aulas noturnas particulares no município, todavia, no memorial apresentado pelo Prof. Alvim percebemos que se trata de uma aula pública voltada para os grupos sociais sem condições financeiras para arcar com educação formal¹⁴⁹:

É uma necessidade palpitante, a que a assembléia sem dúvida procurará attender, embora o estado lamentável dos cofres provinciaes traga tão preocupados os dignos legisladores sobre a reducção da despeza ao estrictamente necessário. Entendemos, porém, que com certas cousas não se deve regatear, especialmente com as que **concernem á diffusão de luzes pelas camadas sociaes menos favorecidas da sorte**. Com um pequeno sacrificio temos a certeza de auferir enormes vantagens, elevando o nível moral da população rio-grandense, **arrancando á ignorância cidadãos que podem ser amanha cooperadores efficazes do progresso de nossa terra** (DRG, 21/03/1877, grifos nossos).

¹⁴⁹ Não encontramos indícios da criação dessa aula noturna na cidade do Rio Grande nesse período.

Esse movimento de criação de aulas noturnas públicas, muitas vinculadas às entidades e associações privadas, como a Biblioteca Rio-Grandense e a Biblioteca Pública de Pelotas¹⁵⁰, vigorou nas últimas décadas do século XIX, adentrando, inclusive, o século XX, como única alternativa para a população menos favorecida e carente de instrução:

A educação não era apenas arma de disciplinamento do trabalhador pela elite, mas era vista pelos operários como arma para sua libertação social, pois somente através do estudo poderiam vislumbrar a mudança de sua situação, seja individualmente, pela ascensão social, seja coletivamente, pela conscientização e organização para a luta, pois um dos maiores inimigos da classe era identificado como a ignorância, tanto de seus direitos quanto da exploração sofrida. Como as aulas públicas existentes eram muito poucas, e os trabalhadores dificilmente poderiam frequentar cursos diurnos, várias entidades e associações mantiveram aulas públicas noturnas gratuitas, para atender operários e seus filhos. A mais antiga e que se manteve por mais tempo foi da Biblioteca Pública, atuando desde 1877, com um curso noturno, em que muitos trabalhadores se alfabetizaram, inclusive ex-escravos (LONER, 1999, p. 82).

Nessa perspectiva, a Fábrica Rheingantz será uma das empresas da cidade do Rio Grande que passa a oferecer aulas públicas para os seus funcionários nos finais de semana. O professor público Joaquim Ribeiro Louzada Junior¹⁵¹ era o responsável pelas aulas criadas durante a gestão do empresário Carlos Rheingantz em 1878. Segundo ofício enviado pelo Prof. Louzada ao Diretor Geral da Instrução Pública em junho de 1879, a aula funcionava apenas aos domingos e as matérias de ensino eram: escrita, leitura, aritmética e sistema métrico (OFÍCIO, 1879). Essa aula foi inspecionada no ano de 1878 e está presente no Relatório apresentado pela Comissão responsável pela fiscalização das aulas públicas e particulares da cidade do Rio Grande:

¹⁵⁰ Para maior aprofundamento sobre os cursos noturnos masculinos oferecidos pela Biblioteca Pública Pelotense ver PERES, 2002.

¹⁵¹ O Prof. Joaquim Louzada também irá trabalhar como professor particular na cidade do Rio Grande a partir do final dos anos de 1870 e durante a década de 1880. Ele ministrava lições particulares de português, francês, história, geografia, aritmética, escrituração mercantil e sistema métrico-decimal em sua residência, localizada na Rua Uruguayana (DRG, 29/05/1879). Em abril de 1880 passa a oferecer de forma gratuita, aos seus alunos, aulas de francês, inglês e escrituração mercantil por partidas dobradas na cidade. Segundo anúncio da época "Este procedimento digno de louvores, demonstra o quanto aquelle funcionário se interessa pelo honroso magistério que exerce, e o adiantamento dos alumnos confiados a sua dedicação" (DRG, 21/04/1880).

Esta Comissão assitiu no dia 7 de julho ao exame dos alumnos da aula que funcciona aos domingos na Fabrica de Tecidos desta cidade. He frequentada por 30 alumnos e não obstante só funccionar uma vez por semana, vae colhendo bons resultados (RELATÓRIO, 1878, p. 4).

Pela influência exercida no município, o próprio Carlos Guilherme Rheingantz integrava a comissão fiscalizadora da instrução pública e, portanto, cabe relativizar a avaliação da comissão. Porém, nos anos seguintes a aula seguiu demonstrando registros significativos de alunos matriculados: em 1881 contava com 24 alunos; 1884 com 31 alunos, 1885 com 40 alunos; 1886 com 42 alunos e em 1887 com 50 alunos (SILVA; SILVA, 2016). Segundo consta nos Relatórios da empresa:

A escola funciona no edifício da Sociedade de Socorros Mútuos, construído no terreno da fábrica de lã, com o saldo da caixa da mesma associação e o resto que foi aplicado, para esse fim, dos dinheiros da Caixa Econômica. Considero ser conveniente que a empresa chame a si esse edifício, já que serve de sala principal para a escola, proporcionando desse modo aos operários o uso gratuito do prédio (RHEINGANTZ, C. G., RELATÓRIO, 1886 apud SILVA; SILVA 2016, p. 192).

Em 1886, a aula oferecida pela Fábrica Rheingantz integrará a lista de estabelecimentos de ensino no jornal *Diário do Rio Grande*. Nesse ano, o professor responsável pela aula era José Francisco da Silva Bezerra (DRG, 18/03/1886). No Relatório de 1891, analisado por Paulitsch (2008), a aula mantida pela empresa possuía 83 alunos matriculados.

No final do século XIX, além dos funcionários menores de idade, podiam frequentar as aulas os filhos de funcionários com idade inferior a 13 anos. Também aconteciam, à noite, aulas para os funcionários maiores de idade que desejassem “um pouco mais de instrução”. (SILVA; SILVA 2016, p. 192-193).

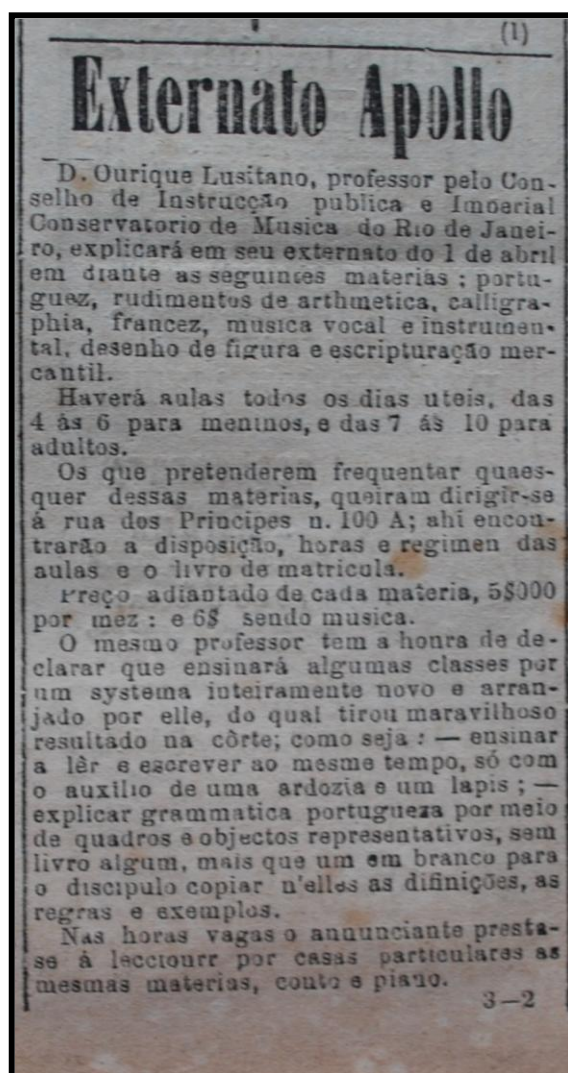
Por fim, já no início do século XX, será inaugurado um prédio exclusivo para o uso dessas aulas denominado de Escola Companhia União Fabril, a qual posteriormente passa a se chamar Colégio Comendador Carlos Guilherme Rheingantz, em homenagem ao fundador da empresa (SILVA; SILVA, 2016).

É significativo mencionar a existência de outra instituição que irá oferecer aulas noturnas, o *Externato Apollo* (Figura 38), instituição com curta trajetória na cidade do Rio Grande, de acordo com o levantamento realizado nesta investigação. Semelhante às aulas noturnas propostas por algumas instituições educativas da época, o *Externato Apollo* oferecia aulas noturnas

particulares para adultos. Contudo, o que também nos chamou atenção foi o “novo método de ensino” proposto pelo diretor, Prof. Ourique Lusitano, que “tirou maravilhoso resultado na Corte”:

[...] ensinar a lêr e escrever ao mesmo tempo, só com o auxilio de uma ardozia e um lapis; - explicar grammatica portugueza por meio de quadros e objectos representativos, sem livro algum, mais que um em branco para o discípulo copiar n'elles as definições, as regras e exemplos (DRG, 22/03/1877).

Figura 38: Anúncio do *Externato Apollo*, dirigido por D. Ourique Lusitano.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 22 de março de 1877.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Essa nova proposta metodológica apresentada por esse professor, vindo do Rio de Janeiro, tratava-se do método intuitivo também conhecido por “lições de coisas”. O método utilizava essa denominação justamente por defender a

importância da intuição e da observação “enquanto momento primeiro e insubstituível da aprendizagem humana” (FARIA FILHO, 2011, p. 143). Ele se tornou conhecido através da divulgação das experiências do educador suíço Jean-Henri Pestalozzi, que destacava a relevância “da observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar” (FARIA FILHO, 2011, p. 143). A educação por meio dos sentidos estava organizada da seguinte forma:

Essa etapa da observação minuciosa e organizada é condição para a progressiva passagem, pelos alunos, de um conhecimento sensível para uma elaboração mental superior, reflexiva, dos conhecimentos. Tal etapa inicia-se pelas “lições de coisas”, momento em que o professor deve criar as condições para que os alunos possam ver, sentir, observar os objetos. Podia-se realizar tal procedimento utilizando-se dos objetos utilizando-se dos objetos escolares ou dos objetos levados para a escola (caneta, carteira, mesa, pedras, madeiras, tecidos...) ou realizando visitas e excursões à circunvizinhança da escola, ou, ainda, possibilitando aos alunos o acesso a gravuras diversas, que tanto poderiam estar nos próprios livros, de “lições de coisas” ou de outros conteúdos, ou em cartazes especialmente produzidos para o trabalho com o método (FARIA FILHO, 2011, p. 143).

É válido lembrar que a legislação da época indicava o uso do método simultâneo¹⁵² nas instituições de ensino, todavia, para os estabelecimentos particulares, existia a liberdade de uso de métodos e livros didáticos que não fossem expressamente proibidos, segundo o Artigo 106º da Reforma Couto Ferraz (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 64).

Em janeiro de 1879, outro curso noturno particular é criado na cidade, sendo dirigido por conhecidos professores da Província, Prof. Hilário Ribeiro¹⁵³

¹⁵² O método simultâneo tem origem no final do século XVII, inspirado nas práticas pedagógicas de Jean-Baptiste de La Salle (1651-1718), sendo introduzido nas escolas primárias a partir da segunda metade do século XIX (BASTOS, 2005). No método simultâneo cabe ao professor “instruir e dirigir simultaneamente todos os alunos, que realizam os mesmos trabalhos, ao mesmo tempo. O ensino é coletivo e apresentado ao grupo de alunos reunidos em função da matéria a ser ensinada. Os alunos são divididos de maneira mais ou menos homogênea, de acordo com seu grau de instrução. Para cada grupo ou classe, um professor ensina e adota material igual para todos” (BASTOS, 2005, p. 35).

¹⁵³ Hilário Ribeiro foi “Poeta, dramaturgo, escritor, jornalista, pedagogo, pintor e desenhista. Nasceu em Porto Alegre a 1º de janeiro de 1847. Um dos fundadores do Partenon Literário. Patrono da cadeira nº 25 da Academia Rio-Grandense de Letras. Colaborou na revista do “Partenon”, no “O Mosquito”, no “Álbum de Domingo”, no “Diário do Rio Grande”, e na “A Escola” (FERREIRA FILHO, 1977, p. 94). Segundo Eduardo Arriada (2007), fundou o Instituto Brasileiro junto com Apolinário Porto Alegre, na capital, no final do século XIX.

e Prof. Damasceno Vieira¹⁵⁴. O curso era dividido em duas classes onde eram lecionadas as seguintes disciplinas:

1ª Classe: Grammatica portugueza, arithmetica, desenho linear e geographia; 2ª Classe: Algebra, historia universal e do Brasil, escripturação mercantil e francez; Os alunos da 1ª classe pagarão 10\$ e os da 2ª 12\$000, mensaes, adiantadamente. Os interessados poderão dirigir-se aos abaixo-assignados. Hilario Ribeiro, Damasceno Vieira (DRG, 05/01/1879).

O curso noturno funcionava no *Collegio Minerva*, importante instituição particular de ensino feminino da cidade, que era dirigida pela Profª Ignez de Oliveira Soares. Todavia, não identificamos novos registros sobre esse curso noturno, o que nos faz crer que ele possa não ter continuado. É interessante ressaltar que em 1872 foi criado um curso noturno semelhante, na capital da Província, pela *Sociedade Partenon Literário*. O curso era frequentado por 53 alunos e nele se ensinava: “Francês, Inglês, Filosofia, Retórica, História, Geografia, Aritmética, Álgebra e Geometria” (SCHNEIDER, 1993, p. 308). Vale destacar que os professores Hilário Ribeiro e Apolinário Porto Alegre¹⁵⁵ fundaram o *Instituto Brasileiro* no final da década de 1870 na cidade de Porto Alegre (ARRIADA, 2007), fato que pode ter levado o Prof. Hilário Ribeiro a retornar para a capital.

Outros cursos e aulas noturnas foram sendo estabelecidas na cidade do Rio Grande nas décadas de 1870¹⁵⁶ e 1880, como veremos a seguir. O *Collegio S. João* é uma das instituições particulares que passará a oferecer um curso noturno para adultos:

¹⁵⁴ Foi representante do Governo participando das comissões responsáveis pela fiscalização da instrução pública nos municípios da Província (ARRIADA, 2007). Também foi sócio fundador da *Sociedade Partenon Literário*, estabelecida em “18.06.1868, e que atuou até 1879, a partir dessa data sua atuação é pequena. O desaparecimento definitivo ocorre em 1885. Criada por um grupo de intelectuais onde se salientaram entre outros, Apolinário Porto Alegre, Aquiles Porto Alegre, Alberto Coelho da Cunha, Caldre Fião, **Damasceno Viera**, Karl von Koseritz, etc.” (ARRIADA, 2007, p. 60, grifos nossos).

¹⁵⁵ Apolinário Porto Alegre (1844-1904) foi professor do Ateneu Rio-Grandense e segundo Arriada (2007, p. 105-106) foi “educador, poeta, historiador, crítico, contista, em 1867 funda o “Colégio Porto Alegre”. Em 1870, junto com seu irmão Apeles Porto Alegre e Vasco de Araújo e Silva, abrem o “Colégio Rio-Grandense”. Posteriormente, funda o educandário “Instituto Brasileiro” em parceria com Hilário Ribeiro. Membro do Partenon Literário escreveu assiduamente na imprensa da época. Deixou publicados diversos trabalhos, nos mais variados assuntos”.

¹⁵⁶ O Prof. Julio Devos, que já havia atuado no *Collegio S. Pedro*, irá criar um curso noturno particular na cidade: “CURSO NOCTURNO: de francez e de escripturação mercantil ensinado em 3 mezes. O infrascripto podendo dispor de algumas horas se propõe a abrir um curso nocturno de francez ás segundas, quartas e sextas , e de escripturação ás terças, quintas e sábados. Julio Devos” (DRG, 14/06/1877).

Collegio S. João: O director d'este collegio resolveu abrir no dia 1º de abril uma aula nocturna para adultos, a qual funcçionará das 7 ás 9 horas da noute. Materias de ensino: Leitura, escripta, arithmetica, grammatica e systema métrico. Admissão: O alumno no acto da matricula pagará 18\$000 por trimestre adiantado. **O abaixo-assignado julga prestar um real serviço áquelles que por seus afazeres não podem freqüentar as aulas durante o dia.** Assim, espera merecer a confiança das pessoas que quizerem utilizar-se de seu préstimo. Rodrigo da Costa Almeida Lobo, director (DRG, 25/03/1877, grifos nossos).

O Prof. Rodrigo já atuava como professor particular na cidade desde o final da década de 1860¹⁵⁷ e na década de 1870 cria o *Collegio S. João*, oferecendo ensino primário e secundário. O currículo do ensino secundário contava com as seguintes disciplinas: Francês, Inglês, Geografia, Geometria, Álgebra e Sistema Métrico.

Aula particular – Rua 20 de fevereiro, n. 47, dirigida por R.C. Almeida Lobo. O director participa aos srs. Pais de seus alumnos, que os trabalhos terão começo no dia 7 do corrente. A matricula acha-se desde já á disposição dos srs. Pais de família que lhe queiram confiar seus filhos. Ensino primário: Leitura, escripta, arithmetica, doutrina christan, grammatica, geographia, historia pátria e systema métrico. Ensino secundário: Francez, inglez, geographia geral, geometria, algebra e systema metrico. Professores: R.C. Almeida Lobo; Ignacio de Miranda Ribeiro; Ernesto Courtrois. Admissão: os pais ou encarregados pagarão no acto de matricular o alumno 15\$000 pelo ensino primário e 30\$000 pelo ensino secundário, por trimestre, pagamento adiantado. Rio Grande, 3 de janeiro de 1876. Director, Rodrigo da Costa Almeida Lobo. (DRG, 06/01/1876).

Vale ressaltar que, no ensino primário, a presença da disciplina Doutrina Cristã só deixará de ser uma exigência por parte da legislação vigente, a partir da Reforma Leôncio de Carvalho (1879) que introduz uma nova proposta sobre a oferta de ensino religioso nas escolas primárias.

¹⁵⁷ “Aula Particular: O abaixo-assignado, competentemente autorizado pelo conselho de instrução publica, e com uma pratica de tres annos, nos quaes tem dado provas, de zelo e dedicação no desempenho de seus deveres; espera continuar a merecer a confiança dos Srs. pais de famílias. Certo que empregará todos os esforços a bem do adiantamento de seus alumnos, e assim continuar a merecer a protecção que até hoje lhe tem sido concedida. Rua das Flores n. 27, Rodrigo da Costa Almeida Lobo” (DRG, 22/10/1868).

Figura 39: Anúncio do *Collegio S. João*, dirigido pelo Prof. Rodrigo da Costa Almeida Lobo.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 24 de março de 1877.
 Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

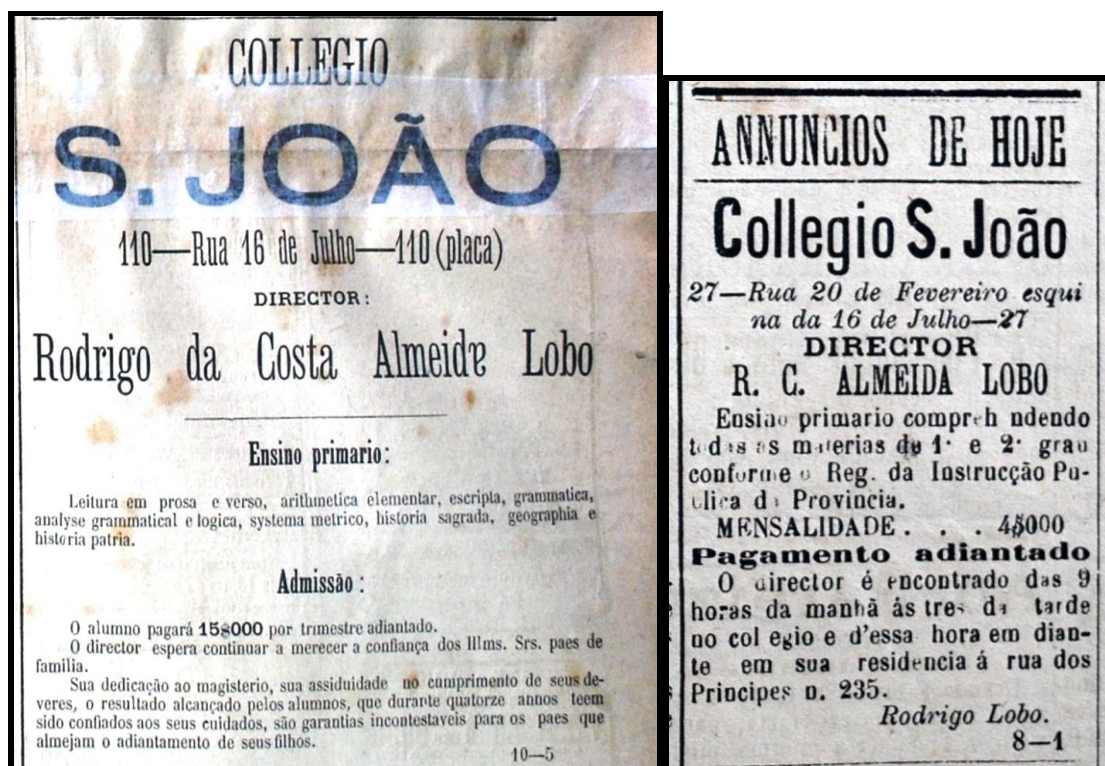
O colégio S. João passará um período fechado em razão do regresso do Prof. Rodrigo ao Rio de Janeiro, onde seguiu atuando no magistério trabalhando na *Escola Municipal* e no *Lyceu Litterario Portuguez* (DRG, 21/03/1878). Ao retornar ao município, o professor decide reabrir seu estabelecimento de ensino particular, porém, sem oferecer o ensino secundário, passando a dedicar-se apenas ao primário. Segundo ofício remetido ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Antônio Chaves Campello, em 07 novembro de 1878, o Prof. Rodrigo destaca:

Cumpreme informar a V^a S^a que o Collegio S. João, sob minha direcção reaberto em 1º de Abril do corrente anno é externato de ensino primário do 1º grau, sob cujo regimem se acha estabelecido. Tenho matriculado quarenta alumnos, sendo sua frequência termo medio de trinta (OFÍCIO, 1878).

O currículo do ensino primário permanecia o mesmo: “Leitura em prosa e verso, arithmetica elementar, escripta, doutrina christã, grammatica, analyse grammatical, systema métrico, geographia e historia pátria” (DRG, 26/07/1879). Nesse ano contava com 41 alunos, todos menores de 15 anos (MAPA, 1879).

Ao longo da década de 1880, o *Collegio S. João* permanecerá apenas com a oferta deste grau de ensino, suprimindo do currículo a disciplina de Doutrina Cristã e acrescentando História Sagrada, conforme anúncio na sequência:

Figura 40: Anúncios do *Collegio S. João*



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 26 de janeiro de 1881 e 01 de setembro de 1888.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Mesmo não estando mais inserido no cenário das instituições particulares de ensino secundário, é importante destacar a atuação do Prof. Almeida Lobo no que tange à oferta de aulas noturnas no município. A *Sociedade Propagadora da Instrução*, que será criada no início da década de 1880, passa a oferecer aulas noturnas em seu espaço, tendo como professor responsável o Sr. Rodrigo Almeida Lobo. Em janeiro de 1884, em documento enviado ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Custódio Vieira de Castro, o professor Almeida Lobo frisa o relevante papel que a aula noturna exercia no município, muito semelhante à proposta defendida pelo Prof. Alvim na década anterior, e destacava um dos seus alunos como merecedores de distinção conferida pela municipalidade. Tratava-se do aluno André Luis dos Santos, com 28 anos, ex-escravo e que exercia a profissão de pedreiro na cidade.

Este alumno, que até bem pouco tinha a desventura de ser escravo, conseguiu á força de trabalho incessante e rigorosa economia, conquistar a sua liberdade, da qual aproveitou-se imediatamente para instruir o seu espírito e tornar-se um cidadão útil a sim mesmo e á sua pátria. Matriculou-se, pois, nesta escola a 20 de dezembro de 1882, fez-se desde logo notável pela sua applicação, assiduidade e correcção de comportamento, dando as mais irrecusáveis provas de aproveitamento nos exames de que foi submettido no fim do ano passado [...] (OFÍCIO, 1884, p.1-2).

É significativo mencionar que na Reforma Couto Ferraz (1854) consta em seu Artigo 114º:

O Governo mandará publicar os nomes dos alumnos premiados e approvados, com declaração do collegio ou aula em que aprenderão. Poderá também conferir ate tres premios annualmente aos tres estabelecimentos que maior numero de discípulos premiados ou approvados apresentarem (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 66).

Assim sendo, a indicação do aluno André Luis pela municipalidade para a Corte poderia beneficiar e divulgar ainda mais a escola noturna e, conseqüentemente, o nome do Prof. Almeida Lobo como professor particular responsável por essa instituição. Dentro da Reforma Leôncio de Carvalho, aprovada em 19 de abril de 1879, constava a seguinte premissa:

O decreto possibilitava ao governo alterar a distribuição das escolas; subvencionar escolas particulares renomadas que atendessem meninos pobres; contratar professores particulares para ensinar rudimentos do ensino primário; **criar ou auxiliar cursos para adultos analfabetos**; criar escolas normais nas províncias; reconhecer o título conferido por escolas particulares que preenchessem as exigências determinadas, entre outras (MACHADO, 2011, p. 172, grifos nossos).

Nesse sentido, o movimento de criação de cursos noturnos para adultos encontrava-se amparado pela legislação da época e é possível que esses estabelecimentos recebessem algum tipo de auxílio do governo para seguirem oferecendo tal tipo de ensino. Podemos observar novamente a linha tênue existente entre o público e o privado na História da Educação, já que encontraremos nesta Lei a criação de uma “caixa escolar” nos distritos do município da Corte, a qual reuniria uma espécie de auxílio financeiro, por meio de doações particulares, que seriam aplicadas à instrução pública.

Art. 6º. Haverá em cada districto do mesmo município, para deposito de donativos ou quaesquer outras sommas com applicação á instrucção, uma **caixa escolar**, que será administrada por um conselho composto do Inspector do districto, como Presidente, de dous Professores nomeados pelo Governo, e de dous cidadãos eleitos pela municipalidade (BRASIL, 1879 apud TAMBARA;

ARRIADA, 2005, p. 78-79, grifo nosso).

Não temos indícios dessa “caixa escolar” na cidade do Rio Grande, contudo, encontramos vestígios desse relacionamento promíscuo com a iniciativa privada, sinalizando ser mais conveniente ao governo pagar às escolas particulares uma determinada quantia do que criar estabelecimentos de instrução pública à população de baixa renda, como era o caso dessa escola noturna. Essa resolução se encontra no Artigo 8º, dessa Reforma, em que o Governo poderia:

Subvencionar nas localidades afastadas das escolas publicas, ou em que o numero destas for insufficiente, tanto na Côrte como nas províncias, **as escolas particulares que inspirem a necessaria confiança e mediante condições razoáveis** se prestem a receber e ensinar gratuitamente os meninos pobres da freguezia (BRASIL, 1879 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 79, grifo nosso).

O curso da *Sociedade Propagadora da Instrução*, por exemplo, consolidou-se ao longo da década de 1880, mantendo um número expressivo de alunos matriculados, contabilizando no ano de 1884, 749 alunos (DRG, 08/11/1884), o que nos faz crer que essa era uma instituição com uma demanda significativa na comunidade local. Entretanto, no mesmo ano era debatida na imprensa a importância do papel exercido por essa entidade e por seu curso gratuito, que poderia estar prestes a encerrar suas atividades:

A Sociedade Rio-Grandense Propagadora da Instrução, fundada n'esta cidade pelo prestante cidadão Sr. Henrique José Pereira Junior, e que tão bons serviços tem prestado á alguns operários que, nas horas vagas vão instruir-se no curso nocturno por ella estabelecido, sob a direcção do conhecido e reputado professor Sr. Rodrigo C. Almeida Lobo, segundo nos informam, vai ser dissolvida. É de lamentar que semelhante boato venha a converter-se em realidade. O curso nocturno da sociedade *Propagadora da Instrução*, desde que se fundou, tem sido frequentada por crescido numero de alumnos, cujo adiantamento nas matérias ali leccionadas, tem sido satisfactoriamente demonstrado nos exames a que se tem precedido. Conclue-se, pois d'esse facto, que **a referida aula é uma necessidade, quasi imprescindível; pois que a instrução diffundida por entre as classes obscuras e paupérrimas, representa, como que o progresso e a civilisação devassando trévas que entorpecem o engrandecimento social.** O director d'aquella aula, Sr. Almeida Lobo, que pelo longo tirocínio de magistério e reconhecida pratica; dirige aquella aula com zelo e intelligencia, tem-se esforçado no desempenho do árduo e melindroso cargo que lhe está affecto. Acreditamos, porém, que o facto que noticiamos não se realisarà, pois que de certo, o digno fundador da *Propagadora*, empregando um pouco de boa vontade, não admittirá que desapareça aquelle tão esperançoso quão necessário templo de luz (DRG, 02/09/1884, grifos nossos).

No entanto, em ofício enviado à municipalidade no dia 28 de março de 1885, o Prof. Almeida Lobo esclarece que mesmo com as dificuldades financeiras que a Sociedade estava enfrentando, já que nessa época ela contava com apenas 40 sócios, ele seguiria com a “Escola Nocturna Propagadora da Instrução, gratuita” (OFÍCIO, 1885). A importância desse estabelecimento era tanta, que o número de alunos e a frequência nas aulas só aumentavam, demonstrando a grande procura por esse tipo de instrução no município. Em setembro de 1886, a Sociedade divulga a frequência nas aulas e o número expressivo de alunos, conforme tabela a seguir:

Tabela 2: Frequência de alunos na *Escola Noturna Propagadora de Instrução* de 01 a 30 de setembro de 1886, dirigida pelo Prof. Rodrigo da Costa Almeida Lobo.

Dia	Alunos
1	21
2	24
3	24
9	15
10	23
13	24
14	25
15	25
21	16
22	20
23	26
24	21
27	24
28	25
29	22
30	17
Total	352

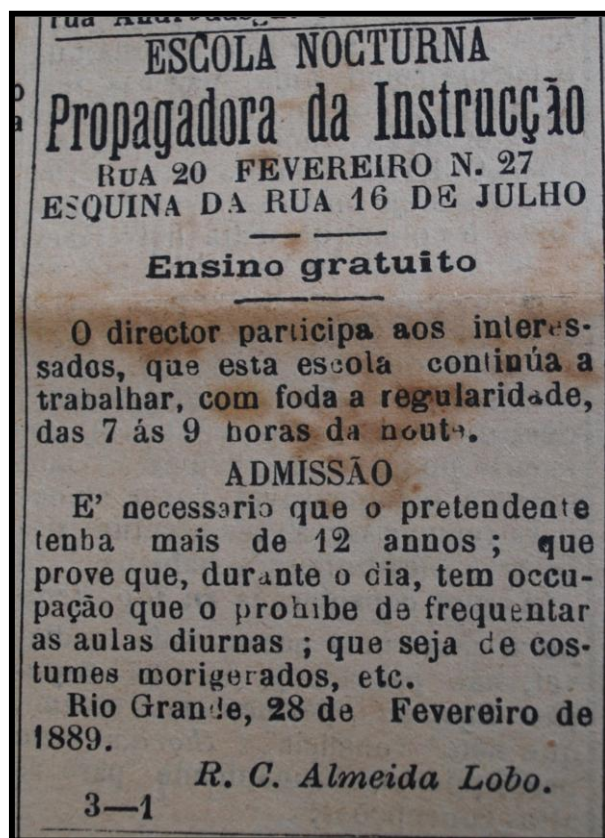
Fonte: Jornal Diário do Rio Grande, 12 de outubro de 1886.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Em novembro de 1886 a frequência dos alunos segue aumentando e durante o mês de outubro são registrados 407 alunos (DRG, 12/11/1886). Para ser admitido na escola era necessário ter mais de 12 anos, ser livre¹⁵⁸ e provar ter alguma ocupação durante o dia (DRG, 08/01/1887). No final do período

¹⁵⁸ O Artigo 69º da Reforma Couto Ferraz trazia a seguinte resolução: “Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas: §1º Os meninos que padecerem de moléstias contagiosas; §2º Os que não tiverem sido vacinados; §3º Os escravos” (BRASIL, 1854 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 54).

monárquico, ainda encontramos anúncios da *Escola Nocturna*, reiterando seu significativo papel na sociedade rio-grandina:

Figura 41: Anúncio da *Escola Noturna da Sociedade Propagadora da Instrução*



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 01 de março de 1889.
 Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

No âmbito da instrução privada, é fundamental analisar a trajetória do *Collegio Brasil*, instituição de ensino primário e secundário com estrutura de internato, fundado no final da década de 1870, que também oferecerá aulas noturnas. Esse estabelecimento inicia suas atividades em janeiro de 1879, sendo dirigido pelo professor estrangeiro, W. Reugé d'Orloff. Uma singularidade desse docente foi o fato dele não ter atuado como professor particular de aulas avulsas ou ter se associado ao corpo docente de instituições particulares, partindo direto para a criação do seu colégio. Esse processo de consolidação no ensino local era recorrente tanto na cidade do Rio Grande quanto em Pelotas (NEVES, 2007). Essa situação pode ter influenciado a curta existência dessa instituição no município, afinal, este novo professor ainda precisaria construir/solidificar sua carreira perante a comunidade rio-grandina.

Mesmo com curta duração no município, a instituição investiu significativamente na construção de uma imagem de colégio particular singular. Os anúncios da instituição destacavam que “os alumnos confiados á direcção deste collegio, poderão delle sahir promptos á se matricular em qualquer das academias do Imperio” (DRG, 03/03/1879). Desse modo, podemos notar que o currículo do ensino secundário estava diretamente vinculado à realização dos exames de preparatórios. No entanto, o diretor ainda oferecia aos interessados o ensino dos idiomas Alemão, Italiano e Russo, conforme o anúncio a seguir.

Figura 42: Anúncio do *Collegio Brasil*

Collegio Brasil
Dirigido por W. Reuge d'Orloff
 RIO GRANDE
 Rua Zallony esquina da do General Victorino n. 107

Novo methodo de ensino

O Collegio Brasil será aberto concurrencia dos á alumnos no dia 7 de janeiro proximo, e o seu director espera merecer a confiança dos Illms. Srs. pais de família; visto que, pelo seu novo methodo já tem obtido nesta cidade resultados á satisfazer-se e aos seus discipulos.

Os alumnos confiados á direcção deste collegio, poderão delle sahir promptos á matricular em qualquer das academias do Imperio.

Materias de ensino primario

Leitura, calligraphia, historia sagrada, grammatica portugueza, geographia do Brasil e arithmetica.

Secundario

Portuguez, Latim, Francez, Ingles, analyse grammatical e logica, algebra, geometria, mathematicas, historia, geographia universal, escripturação mercantil e desenho.

Dispondo mais o director deste collegio dos idiomas allemão, italiano e russo.

A matricula acha-se desde já aberta para os Srs. alumnos que se quizerem inscrever; admitindo-se alumnos internos, meios internos e externos.

O director esforçar-se-ha para bem corresponder á confiança dos Illms. Srs. de seus alumnos, e tem certeza na boa aceitação de seu collegio, por vôr que a cidade precisa de um estabelecimento de tal ordem.

Curso nocturno

Portuguez, francez, inglez, latim, italiano e allemão.

Os moços que tenham occupação durante o dia, podem receber lições das 7 á 10 horas da noite.

Para mais informações dirijam-se ao director no seu estabelecimento.

O director,
 W. REUGE d'ORLOFF.
 (1)

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 30 de dezembro de 1878.
 Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

O Curso Noturno oferecido pelo colégio também era particular e estava voltado aos “moços que tenham ocupação durante o dia” e que receberiam as lições das 19h às 22h. Esse atendimento especial, semelhante ao que era oferecido pelo *Collegio S. João*, seguia voltado para um grupo social que tinha condições financeiras de arcar com esse investimento e aprimorar seus conhecimentos nas disciplinas de: Português, Francês, Inglês, Latim, Italiano e Alemão. É significativo refletir acerca da demanda pelo ensino de Línguas estrangeiras no município, que extrapolava a questão dos exames de preparatórios, estando voltado também para uma possível inserção na carreira comercial, afinal, Rio Grande concentrava muitas casas comerciais voltadas ao comércio de importação e exportação, cujos empresários eram estrangeiros.

Além dos imigrantes alemães, já mencionados, os imigrantes ingleses e italianos contribuíram para a formação de empresas comerciais na cidade. Segundo Martins (2006), a imigração inglesa foi majoritariamente urbana e concentrou suas atividades no comércio e nos serviços. O autor destaca algumas das firmas importadoras fundadas por imigrantes ingleses em 1870: “Atkins Cia.; Berg Cia.; Bradley, Hallawell Cia.; James Cia.; John Proudfoot Cia.; Sinclair Robinson; J.C. Wigg; W.T. Wigg e Irving, e Thomas Whitney” (MARTINS, 2006, p. 85). Copstein aponta a trajetória de algumas das principais empresas inglesas da cidade do Rio Grande criadas no século XIX:

Hughes Irmãos e W. F. Wigg surgem no mesmo ano, 1842. A primeira teve continuidade por mais de três quartos de século. Trocou sua razão social primeiro para Lawson Huxham e, posteriormente para Lawson Irmão. Exportadora de frutos da terra, dedicou-se também à importação, representação de companhias de navegação, seguros, bancos e cimento. Foram agentes da Royal Mail Steam Packet Cº. Os seguros da Alliance Insurance Cº Lt. eram feitos por seu intermédio o mesmo se verificando com os negócios dos estabelecimentos de crédito: London & River Plate Banck Lt. e The British Banck of South America Lt. Os sócios da firma fizeram parte da diretoria das indústrias Pooock e Rheingantz. Desapareceu esta casa no início da terceira década do século atual em consequência de prejuízos decorrentes da Primeira Guerra Mundial. Wigg Cia ultrapassou o centenário em atividade. Além do comércio atacadista representou companhias de navegação, seguros, acessórios para automóveis. Manteve um dos primeiros varejos de eletrodomésticos da cidade. Alguns anos antes de transferir suas atividades, incorporou, na vila da Quinta, uma indústria de conservas. Sinclair Robinson juntamente com a importação de ferragens, carvão, mantinha agência de seguros e de navegação. Possuía um armazém de cabos e varejo de ferragem. A firma desapareceu em 1930. **Hallawell Cº era responsável pela Drogaria Inglesa. Além de sua importância como casa comercial foi, segundo registra Mulhall,**

ponto de reunião preferido pelos estrangeiros (COPSTEIN, 1975, p. 32, grifos nossos).

Os anúncios da *Drogaria Hallawell e C.*¹⁵⁹, de propriedade de Thomaz Hallawell, eram constantes na imprensa local, sendo uma das drogarias mais reconhecidas na cidade, conforme podemos observar nas imagens a seguir:

Figura 43: Anúncio da Drogaria inglesa de Hallawell e C. (1875)



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 20 de dezembro de 1875.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Figura 44: Anúncio da Drogaria inglesa de Hallawell e C. (1877)

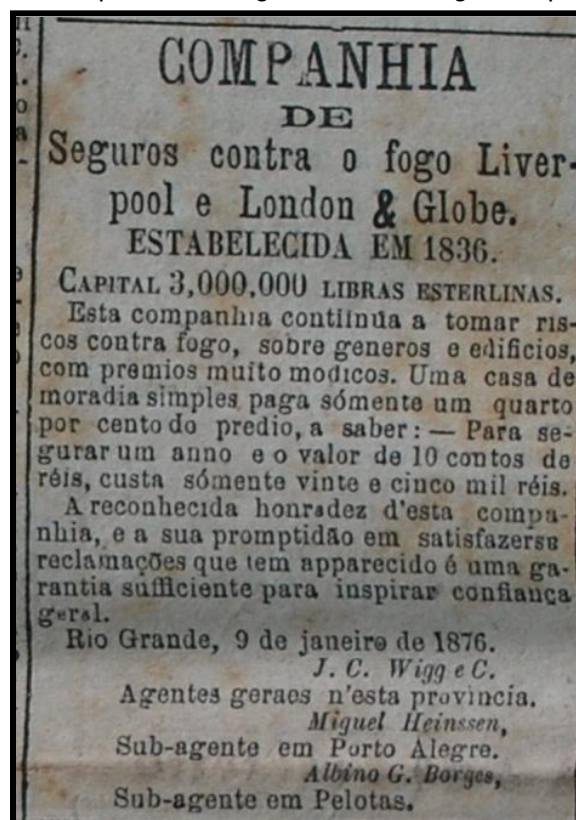


Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 24 de outubro de 1877.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

¹⁵⁹ Além de atuar no ramo da venda de remédios, essa empresa também vendia instrumentos cirúrgicos e de óptica (DRG, 08/01/1887).

A família Wigg era responsável pela Companhia de Seguros contra o fogo, *Liverpool e London & Globe*, que atuava em Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, conforme anúncio a seguir:

Figura 45: Anúncio da Companhia de Seguros contra o fogo *Liverpool e London & Globe*



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 27 de janeiro de 1877.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Um dos mais importantes estabelecimentos de crédito era o *London & Brazilian Bank, Limited.*, que passa a denominar-se *The New London & Brazilian Bank, Limited*, na década de 1870, era dirigido pelos ingleses James Darcy¹⁶⁰ e W. E. Harvey, conforme anúncio:

¹⁶⁰ É significativo mencionar que James Darcy era casado com uma das filhas do Sr. Miguel Tito de Sá, Josepha Maria de Sá.

Figura 46: Anúncio do *The New London & Brazilian Bank, Limited*.

The New London & Brazilian Bank, Limited.
 ANTERIORMENTE
The London & Brazilian Bank, Limited.
 INCORPORADO PELOS DECRETOS DO GOVERNO
 IMPERIAL DE 2 DE OUTUBRO DE 1862 E 1º
 DE AGOSTO DE 1872.
 Capital em 50,000 ações de
 20 lb. st. cada uma lb. st. 1,000,000
 » subscrito 900,000
 » realizado 450,000
 Fundo de reserva contra
 depreciação de capital 40,000
CAIXA FILIAL.
25 Rua Riachuelo 25
 As operações do banco consistem em des-
 contos, empréstimos sobre caução idônea
 recebimento de dinheiro á premio, compra
 venda de letras de cambio e especies me-
 tas, emissão de cartas de credito sobre
 as praças do Imperio e estrangeiras, e ou-
 tras quaesquer transacções bancarias.
 Sacca sobre Londres, sobre Glyn & Mill.
 Currie & C.
 Sacca sobre Londres, sobre New London
 & Brazilian Bank Limited.
 Sacca sobre Pariz, sobre Mallet Frères
 & C.
 Sacca sobre Hamburgo, sobre I. H. Schrot-
 ter & C.
 Como também sobre as praças de Porto
 Alegre, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambu-
 co, Pará, Porto e Lisboa, sobre as caixas fi-
 liaes d'este banco n'essas cidades.
 For The.
 New London & Brazilian Bank Limited,
 Rio Grande do Sul.
 James Darcy,
 Manager.
 W. E. Harvey,
 Acting Accountant.

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 27 de janeiro de 1877.
 Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Os ingleses também tiveram expressivas contribuições no ramo dos meios de transportes e comunicações. Um exemplo é a empresa de transportes *Southern Brazilian Rio Grande do Sul*, que fazia viagens de trem das cidades de Rio Grande e Pelotas até Cerro Chato no Uruguai (Figura 47).

Nos transportes a contribuição britânica se fez sentir seja na *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway C.*, seja fornecendo homens experimentados em lides marítimas que se tornaram comandantes e maquinistas de navios nacionais. Vários sediaram suas famílias em Rio Grande (COPSTEIN, 1975, p. 32).

Figura 47: Anúncio da empresa Southern Brazilian Rio Grande do Sul

Estrada de Ferro
Southern Brazilian Rio Grande do Sul

Trem de excursão directo
DO RIO GRANDE E PELOTAS E CERRO CHATO
Domingo, 12 de Dezembro

PREÇO DAS PASSAGENS :
Rio Grande a Cerro Chato, ida e volta no mesmo trem, Rs. 58000.
Pelotas a Cerro Chato, ida e volta no mesmo trem, Rs. 48000.
Ida

Partida do Rio Grande 6,00 h. m.
» de Pelotas..... 7,42 » »
Cheg. ao Cerro Chato.. 11,00 » »

Volta
Part. de Cerro Chato. 2,30 h. t.
» de Pelotas... .. 5,56 » »
Cheg. ao Rio Grande. 7,30 » »

Os bilhetes para este trem estarão à venda nas estações do Rio Grande e Pelotas nos dias 8, 9 e 10 somente.

(Vão ha clasaca)
Augusto Duprat,
Director geral.

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 12 dezembro de 1886.
Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Outro grupo de imigrantes com significativa contribuição na economia local foram os italianos, que também atuaram no comércio e na indústria do município. Conforme Copstein:

A contribuição peninsular foi, em todos os setores, extremamente valiosa, mas sua opulência se fez sentir, em particular, na indústria e no comércio atacadista. A indústria de caráter não artesanal apresentou duas faces, a primeira compreendendo uma aplicação de capitais italianos e fixando dirigentes e operárias da mesma origem na cidade e a outra ligada a iniciativas individuais ou coletivas cujos capitais provieram de poupança obtida principalmente através de comércio exercido no Rio Grande (COPSTEIN, 1975, p. 28).

Como exemplo de atividades comerciais desenvolvidas por imigrantes italianos, destacamos o anúncio da loja italiana de Manuel Corvetto e Stefano Vinelli, que funcionava na cidade do Rio Grande e importava tecidos da Itália (Figuras 48).

Figura 48: Anúncio da loja italiana de Corvetto & Vinelli

LOJA ITALIANA.
 Grande deposito de bordados e
 rendas de
CORVETTO & VINELLI.
 139 RUA 20 DE FEVEREIRO 139
 EM FRENTE Á MATRIZ.

N'este estabelecimento encontra o público sempre um grande e variado sortimento de bordados das melhores e mais famadas fabricas de Italia.

Recomendamos a attenção do publico para o seguinte:

- Mudas de cama de cambraia de linho.
- Ditas ditas de linho.
- Ditas de algodão proprias para casamento.
- (A cada muda d'estas, acompanha quatro fronhas.)
- Savas de linho, feitas e por fazer.
- Ditas de algodão, idem idem.
- Batas lindissimas.
- Camizas para senhora.
- Ditas para criança.
- Calças para senhora.
- Ditas para criança.
- Sacas com avental, de diversos preços.
- Lenços bordados, de todas as qualidades e preços.
- Vestidinhos com toalha para baptizado.
- Ricos vestidos para criança.
- Lindos aventaes para criança.
- Babadores bordados e de fusão.
- Toucas de criança.
- Tiras bordadas.
- Sedas de todas as cores.
- Gorgurões.
- Nobrezas.
- Gaze de seda.
- Bonitos padrões de folar.
- Tarlatanas de cor.
- Escorsia fina para vestidos.
- Chapéos de sol modernissimos para senhora.
- Ricos cabeções modernos.
- Ligas lindissimas.
- Cordões de pura seda para casaco.
- Alamares de seda.
- Rendas de linho, de algodão e valenciana.
- Ditas de guipur pretas e de todas as cores.
- Setins de todas as cores.
- Vãos de guipur e de filó.
- Guardanapos de crochet e um variado sortimento de leques modernissimos, que tudo se vende

A dinheiro
NA LOJA ITALIANA
 DE
Corvetto & Vinelli.
 139 RUA 20 DE FEVEREIRO 139
 (Em frente á Matriz.)

30-12

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 18 de fevereiro de 1876.
 Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Como reflexo da presença desta etnia na cidade será criado, nesse período, o *Collegio Brasileiro Italiano* sob a direção das professoras Camilla Ambauer Calcagno e Amalia Schutel Ambauer. Esse colégio feminino, criado na década de 1870 funcionará até o final do Império, oferecendo ensino primário e secundário sendo seu programa de estudos organizado conforme “o systema dos collegios europeus” (ECHO DO SUL, 01/01/1888). Em 1886

contava com um número considerável de 26 alunas matriculadas na instituição (DRG, 18/03/1886).

Collegio particular para meninas dirigido por Camilla Ambauer Calcagno coadjuvada por Amalia Schutel Ambauer. Este já acreditado estabelecimento mudou-se para a mesma rua D. Pedro II n. 161 sobrado. A directora avisa aos srs. pais de suas alunas, que estando hoje o collegio funcionando n'um local mais apropriado, tendo todas as condições necessárias, acceita igualmente meias pensionistas. Encarrega-se também de contractar professores para qualquer materia não especificada no seu programma, que a alumna deseja aprender (DRG, 01/01/1874).

Figura 49: Anúncio do *Collegio Brasileiro Italiano*

Collegio particular
 DIRIGIDO POR
CAMILLA CALCAGNO
 E AMELIA SCHUTEL

As directoras do collegio particular estabelecido á rua Pedro II n. 115 participam aos Srs. paes de suas alunas e ao publico que no novo anno escolastico serão reduzidas a 5\$000 as mensalidades correspondentes ao curso de primeiras letras.

O programma dos estudos é organizado pelo systema dos collegios europeus.

Dispoudo de algumas horas vagas as directoras offerecem-se para leccionar as materias dos cursos primario e secundario, bem como musica e piano.

CONDIÇÕES

Alumnas externas, curso primario.	5\$000
Idem idem, curso secundario.	10\$000
Muzica e piano	10\$000

Admittem-se meninos não maiores de 10 annos, pelas condições que se ajustar.

Para outras informações podem os interessados dirigir-se ás annunciantes.

(3 v. por s. até 15 Janeiro)

Fonte: Jornal Echo do Sul, 01 de janeiro de 1888.
 Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Outro colégio feminino criado no final da década de 1870 é o *Collegio Rio-Grandense* dirigido pela Prof^a Miquelina de Mesquita Gonçalves. O ensino secundário da instituição também estava voltado ao ensino das línguas estrangeiras como: Francês, Inglês, Alemão e Italiano, além das disciplinas características da formação secundária, como Geografia e História. No final da década de 1880, a instituição contava com 22 alunas matriculadas (DRG, 18/03/1886) e será uma das poucas instituições particulares que se consolidará no cenário local adentrando o século XX, e que, semelhante ao *Collegio Minerva*, passará a funcionar como colégio misto (RELATÓRIO, 1922).

COLLEGIO RIO GRANDENSE: No dia 15 do corrente abrir-se-ha este estabelecimento de instrução primaria e secundaria, situado provisoriamente á rua 16 de julho n. 77, em frente ao **club allemão**. O curso primário comprehende as seguintes disciplinas: Leitura, Calligraphia, arithmetica, comprehendendo as proporções e o systema métrico decimal; geographia do Brazil, corographia da província, historia pátria, grammatica, analyse etymologica e lógica, elementos d'história natural. **O curso secundário comprehende: Francez, Inglez, allemão, italiano, geographia e historia.** Curso facultativo: Desenho, canto e piano. Condições de admissão: Pensão: As pensões serão feitas por trimestres adiantados. Pensionistas primarias: 100\$000; Pensionistas secundarias: 120\$000; Meio pensionista primário: 40\$000; Meio pensionista secundário: 60\$000; Externa primaria: 15\$000; Externa secundaria: 32\$000. Observação: São admittidos também meninos até a idade de 8 annos no externato. Para mais esclarecimentos, podem ser procurados os estatutos em qualquer typographia ou no collegio. Rio Grande, 4 de fevereiro de 1879. Miquelina de Mesquita Gonçalves (DRG, 03/02/1879, grifos nossos).

A fim de se consolidar no cenário educacional da cidade, a Prof^a Miquelina indicou o Prof. Hilário Ribeiro, professor renomado e conhecido na Província, como referência para fornecer esclarecimentos sobre o colégio feminino. Essa situação serve também como exemplo do uso da figura masculina para dar certa credibilidade à instituição que havia sido recentemente criada no município.

O COLLEGIO RIO GRANDENSE, hoje sito á rua Conde de Porto Alegre n. 123, reabre suas aulas no dia 15 do corrente, conforme a declaração em outro lugar publicada. Os interessados poderão dirigir-se ao nosso amigo **Sr. Hilário Ribeiro**, habilitado a fornecer os esclarecimentos necessários. Aquelle estabelecimento dirigido pela nossa intelligente patrícia Srs. D. Miquelina G. Mesquita, tendo sido installado há pouco mais de um anno conta já crescido numero de alumnos (DRG, 13/01/1880, grifos nossos).

Conforme já mencionado, a oferta de línguas estrangeiras como alemão e italiano eram recorrentes, tanto nos colégios particulares femininos quanto

nos colégios masculinos, como o *Collegio Alvim* e o *Collegio Brasil*, que ainda oferecia o ensino de Russo aos que tivessem interesse. O *Collegio Brasil*, poucos meses após a sua fundação, é transferido para o edifício da Biblioteca Rio-Grandense reunindo em seu corpo docente três professores, além do diretor Sr. d'Orloff. Eram eles: Prof. Francisco Rodrigo de Souza¹⁶¹, Cypriano Jesuino de Oliveira Porto Alegre e Julio Joaquim da Rocha (DRG, 03/03/1879). Os dois primeiros professores fundaram colégios masculinos particulares na cidade do Rio Grande na década de 1880, o *Athenêo Luso-Brasileiro* e o *Amôr ao Estudo*, que serão abordados no próximo subcapítulo. O Prof. Cypriano deixa de atuar na instituição logo após o início do ano letivo alegando “não estar mais disposto a leccionar gratuitamente” (DRG, 17/03/1879), afirmação que levanta suspeita acerca da idoneidade do diretor do colégio. O Prof. Francisco de Souza passa a ser o responsável pelas disciplinas de Português, Geografia e Aritmética, além do ensino primário (DRG, 10/04/1879), o que nos faz crer que as demais disciplinas do ensino secundário eram ministradas pelo diretor e pelo Prof. Julio Joaquim da Rocha. Essa suposição está baseada no Artigo 5º dos Estatutos da instituição que mencionava: “Cada classe estará a cargo de um professor” (ESTATUTOS, 1879, p. 3).

É significativo ressaltar que o Prof. Julio Joaquim da Rocha foi aluno do *Collegio S. Pedro* na década de 1860, sendo aprovado nos exames finais de História, Inglês, Francês e Português, que foram realizados na instituição de 23 de novembro a 06 de dezembro de 1870 (DISCURSO, 1870). Não identificamos sua trajetória além do *Collegio S. Pedro*, nem se ele deu seguimento aos estudos na Escola Militar da capital ou se chegou a ingressar em alguma Academia do Império, contudo, o que podemos afirmar, a partir deste indício, é que a carreira de professor particular no município pode ter sido uma das opções para aqueles que concluía os estudos secundários na cidade, como foi o caso do Prof. Julio.

Aula particular: o abaixo-assinado, propõe-se a abrir no dia 2 de novembro, uma aula de primeiras letras, no subúrbio da cidade, casa n. 191 no fim da rua D. Pedro II, que sahe para a praça da Caridade Nova. Recebe alumnos por preços diminutos, **para se fazer conhecido**, bem como aceita em sua casa alguns filhos de pais

¹⁶¹ O Prof. Francisco também lecionava particularmente, fora do colégio, as disciplinas de Português, Geografia e Aritmética (DRG, 02/03/1879).

moradores fóra da cidade. Julio Joaquim da Rocha (DRG, 02/11/1877, grifos nossos).

Cabe destacar algumas informações presentes nos Estatutos¹⁶² dessa instituição que datam de 15 de junho de 1879, que ainda se encontram preservados no acervo da Biblioteca Rio-Grandense e serão analisados neste estudo. Diferente do que vinha sendo anunciado pelo diretor, que ressaltava o uso de “um novo methodo de ensino”, não consta, nos estatutos do colégio, o que seria esse novo método. Todavia, os Estatutos possuem um capítulo exclusivo sobre as formas de manter a boa conduta e a disciplina no colégio. O Artigo 24º aborda os castigos aplicados aos alunos da instituição: “Privação de recreio, com trabalho; Privação do passeio, para os internos; Detenção, durante as pequenas férias; Suspensão de passeios por tempo indeterminado; **Estação no banco negro durante as aulas**; Expulsão” (ESTATUTOS, 1879, p. 6, grifos nossos). Desde a Reforma Couto Ferraz, em 1854, os castigos físicos já haviam sido abolidos das escolas, contudo, nem todas as implicações impostas pela lei eram aplicadas pelas instituições. Logo, não encontramos registros sobre a prática do “banco negro” nas escolas do Sul do país, todavia, suspeitamos que a prática possa estar relacionada a um castigo físico e moral, obrigando o aluno a ficar de pé ou de joelhos no banco durante a aula, devido ao comportamento julgado inadequado.

Semelhante ao que vinha sendo proposto pelo *Collegio S. Pedro*, que na década de 1860 cria um Gabinete de Leitura em seu estabelecimento, os Estatutos do *Collegio Brasil* indicam que nele existia uma biblioteca, voltada especificamente para as matérias de ensino, caracterizando-se como uma biblioteca escolar. Segundo o Artigo 13º: “O estabelecimento possuirá uma bibliotheca relativa às materias do ensino para consulta dos professores, alumnos, ou das pessoas que se quizerem orientar dos auctores adoptados” (ESTATUTOS, 1879, p. 4). Cabe lembrar que na Reforma Leôncio de Carvalho (1879), a criação de pequenas bibliotecas e museus escolares passa a ser uma das demandas do Governo. No caso do *Collegio Brasil*, a efetiva criação de

¹⁶² É preciso destacar a relevância dessa documentação para a História da Educação no período imperial. A preservação da cultura escolar desse período em sua materialidade pode ser considerada como raridade para os pesquisadores do campo, por tal motivo julgou-se importante anexar o documento completo ao final desta tese (Anexo A).

uma biblioteca só seria possível se os livros fossem adquiridos pelos pais, tutores ou correspondentes, ou seja, a biblioteca só se tornaria viável se essas pessoas se mobilizassem “para evitar ao director a distracção de seus affazeres” (ESTATUTOS, 1879, p. 4).

No que diz respeito ao corpo docente do colégio, consta no Capítulo V: “Art. 34º. Todo o professor terá uma caderneta para assentar diariamente as notas de licções e faltas dos alumnos as quaes ficarão no poder do director, no fim das aulas para tomar conhecimento de suas alterações” (ESTATUTOS, 1879, p. 7). Nesse artigo podemos destacar a intencionalidade da administração da instituição em estar sempre atenta ao cotidiano das aulas de cada disciplina, avaliando a frequência e as notas constantemente. Porém, mesmo que essa prática fosse realizada pela instituição, não conseguimos identificar nenhum registro do *Collegio Brasil* na documentação remetida à Diretoria Geral da Instrução Pública na época do seu funcionamento. Como já mencionado, o envio de mapas e ofícios exigidos pela fiscalização escolar não era encarada por todos os colégios particulares como uma obrigação, o que nos impossibilita de tecer mais informações sobre número de alunos, frequência, corpo docente, disciplinas e exames realizados pelo colégio, dados de extrema relevância quando trabalhamos com a História da Educação. É a partir do entrecruzamento de diversos documentos, como tentamos realizar ao longo de todo esse estudo, que se torna possível compreender a história dessas instituições educativas e conhecer um pouco de suas trajetórias no âmbito do ensino secundário.

[...] a história das instituições educativas desenvolve-se por aproximação e distanciamento do objeto, num criterioso ciclo epistêmico que culmina com uma síntese crítica, cujas fundamentações, no nível da hermenêutica e da heurística, tomam por referência as memórias, o arquivo, a historiografia, visando a uma narrativa coerente que confira uma identidade histórica articulando materialidade, representação, apropriação (MAGALHÃES, 2004, p. 71).

O *Collegio Brasil*, similar ao *Collegio Alvim*, preservou sua história nos indícios da imprensa local, já que a documentação produzida pela instituição ou submetida ao Governo foi mínima ou nula, em relação a outras instituições particulares analisadas neste estudo. Ressaltamos o importante papel de salvaguarda dos jornais da época, os quais pertencem ao acervo da Biblioteca

Rio-Grandense. Sem eles, poucos vestígios seriam identificados sobre a história dessas instituições. Inclusive, muitas delas só foram encontradas nessa documentação impressa, o que nos permitiu tecer um panorama sobre a situação do ensino secundário no município dentro do recorte temporal delimitado. E é justamente na perspectiva do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg que conseguimos realizar essa investigação que buscou nas “zonas privilegiadas – sinais, indícios” (GINZBURG, 2012, p. 177) para interpretar e compreender essa realidade educacional, sempre retornando ao *corpus* documental rastreando outros resquícios. Nesse sentido, compreendemos que “[...] toda a investigação historiográfica é metanarrativa, pelo que o processo investigativo é simultaneamente progressivo e regressivo, ou seja, o momento da narrativa é, ele mesmo, de investigação e de retroação” (MAGALHÃES, 2004, p.98).

Sobre o *Collegio Brasil* é necessário pontuar que, na década de 1880, não foram encontrados mais sinais da existência dessa instituição na cidade do Rio Grande, diferente de outras que se manterão ativas adentrando o século XX, o que pode ter significado o seu fechamento em um curto prazo de existência. Entretanto, dois professores que integraram o corpo docente do *Collegio Brasil* seguiram suas trajetórias na educação de Rio Grande, criando colégios e atuando como professores particulares, como veremos na década seguinte. Ressaltamos que a criação de novos estabelecimentos femininos nesse período aponta para uma demanda local de formação intelectual nos estudos secundários, voltados principalmente às línguas estrangeiras e ao ensino de Belas Artes, reflexos da construção do papel social da mulher na época. A fundação de uma escola ítalo-brasileira também representa as necessidades de inserção na educação formal deste grupo étnico, bem como os teuto-brasileiros, que já eram atendidos por outras instituições particulares. O aumento de aulas e cursos noturnos, decorrente de novas demandas locais, oriundas inclusive de outros grupos sociais, também se destaca nessa década. Por fim, é no final desse período que transparece um novo interesse dos alunos que buscavam os colégios masculinos, o ingresso na carreira militar, que vai se intensificar na década de 1880.

5.2.4. As instituições de estudos secundários na década de 1880: *instruí-los e prepará-los para os grandes certamens do futuro*¹⁶³

Da década de 1880, destacaremos cinco instituições masculinas e duas instituições femininas de ensino secundário que funcionavam na cidade do Rio Grande. Nesse período, já estava oficializado o ensino livre no Império, a partir da Reforma Leôncio de Carvalho, juntamente com a não obrigatoriedade de frequência nos cursos superiores. Essa lei, além de reformar o ensino primário e secundário, também reorganizava o ensino superior e os regulamentos dos exames de preparatórios nas províncias, circunstância que influenciou diretamente o ensino secundário brasileiro. Para as Faculdades de Direito, tal decreto reformulou seus currículos e subdividiu o curso em: Ciências jurídicas e Ciências sociais.

A partir dessa data, ao programa de “sciencias juridicas” corresponderiam os cursos de direito natural, romano, constitucional, civil, criminal, comercial, legal, teoria e prática do processo. Já o curso de “sciencias sociais” seria composto pelas cadeiras de direito natural, público, universal, constitucional, eclesiástico, das gentes, administrativo, e diplomacia, história dos tratados, ciência da administração, higiene pública, economia, política (SCHWARCZ, 1993, p. 193).

A oficialização do “ensino livre”, sob certos aspectos, continuou beneficiando a iniciativa privada e possibilitando mais investimentos na criação de instituições de ensino superior. Nos Artigos 21º e 22º fica registrado que:

Art. 21º. É permitido a associação de particulares para a fundação de cursos onde se ensinem as materias que constituem o programma de qualquer curso official de ensino superior. O Governo não intervirá na organização das associações. [...] Art. 22º. Nos edificios onde funcionarem as Escolas ou Faculdades do Estado poderão as respectivas Congregações conceder salas para cursos livres das materias ensinadas nos mesmos estabelecimentos (BRASIL, 1879 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 92-94).

Em contrapartida, o setor privado não demonstrava interesse pontual no ensino superior, mantendo-se hegemônico no ensino secundário. Conforme os estudos desenvolvidos por Luiz Antônio Cunha sobre o ensino superior no

¹⁶³ Trecho de um comunicado na imprensa local sobre o papel do Prof. Francisco Rodrigo de Souza na função de diretor do *Collegio S. José*, colégio de ensino primário e secundário da cidade do Rio Grande criado na década de 1880 (DRG, 11/12/1880).

Brasil¹⁶⁴, nesse período existia certa resistência quanto à participação da iniciativa privada no ensino superior. Para Cunha, existiam duas maneiras de analisar essa questão proposta pela Reforma de 1879:

Uns defendiam ser essa medida inócua. A liberdade de ensino superior existia desde a fundação do império e não foi aproveitada pela iniciativa particular, prova de seu desinteresse. Já outros diziam ser a diminuição do controle do Estado um incentivo à degradação da qualidade de ensino (CUNHA, 2007, p. 85).

No que diz respeito ao ensino secundário, a Reforma propõe algumas concessões aos estabelecimentos particulares se eles se enquadrassem nas características exigidas de tempo de atuação e número mínimo de alunos aprovados em todas as matérias exigidas pelos exames de preparatórios, recebendo os mesmos direitos que os alunos que cursassem os estudos secundários no colégio modelo da época, o *Collegio Pedro II*. Destacamos as seguintes propostas:

7º. Auxiliar os estabelecimentos em que se ensinarem todas as matérias exigidas como preparatórios para matrículas nos cursos superiores do Imperio, concedendo áquelles que houverem funcçionado regularmente por mais de 5 annos, e apresentarem pelo menos 60 alumnos approvados em todas essas matérias, a prerrogativa de serem validos para a referida matricula os exames nelles prestados.

8º. Conceder as prerrogativas de que goza o Imperial Collegio de Pedro II, aos estabelecimentos de instrucção secundaria que seguirem o mesmo programma de estudos, e, havendo funcçionado regularmente por mais de 7 annos, apresentarem pelo menos 60 alumnos graduados com o bacharelado em letras (BRASIL, 1879 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 80).

Tratava-se de mais um incentivo para os colégios particulares do município manterem seus currículos afinados com o que era proposto no município da Corte. Todavia, a concessão do diploma de Bacharel em Letras para os alunos que realizassem o curso completo estava muito distante da realidade local e regional, onde os alunos buscavam apenas as matérias necessárias para sua formação intelectual de forma avulsa.

¹⁶⁴ Luiz Antônio Cunha é uma referência em História da Educação no que tange aos estudos sobre ensino superior no Brasil. Dentre suas diversas publicações sobre o ensino superior destacamos: **A universidade temporã – o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª edição 1980; 3ª edição São Paulo: Editora da UNESP, 2007; **A universidade reformada – o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1ª edição 1988; 2ª edição São Paulo: Editora da UNESP, 2007; **A Universidade Crítica - o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1ª edição 1983; 3ª edição São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

Cabe destacar que de acordo com os censos realizados ao longo do século XIX, as reformas educacionais do Império pouco alteraram a realidade da educação brasileira. Segundo Tambara e Arriada (2005, p. 18) nas pesquisas realizadas em 1872 “de uma população total de 9.930.478 habitantes, inclusos nesse número os 1.510.802 escravos, apenas 1.564.481 indivíduos sabiam ler e escrever”. Conforme os autores, esse cenário não se modificou nos anos seguintes. A população que buscava ter acesso à educação pública, na maioria dos casos, acabava ficando à mercê dos estabelecimentos particulares de ensino, que tinham o aval do Governo para oferecerem seus serviços à sociedade. Contudo, a iniciativa privada restringia cada vez mais sua oferta a determinados grupos sociais, reforçando sua hegemonia e selecionando o público que estaria apto a obter instrução no Brasil.

Sendo científica a escola primaria, a secundaria ou não existe, ou existe limitada ao ensino clássico, servindo unicamente para quem sahe do curso de primeiras letras e deseja penetrar no dominio do estudo puramente litterario. Nada tendo de scientifico o ensino primario, o que sabe quem percorre o seu estadio é apenas ler, escrever e contar mediocramente. Ora estes conhecimentos para que habilitam o homem? Para os officios mais vulgares. Aquelle que deseja ser mais alguma cousa recorre ao ensino secundario. Mas este ensino por ser quasi todo clássico, também não habilita para nenhuma profissão (FALLA, 1880, p. 5).

Dessa Reforma podemos destacar as recomendações sobre a “liberdade de ensino” nas instituições do Império. Sobre essa questão, cabe ressaltar:

Quando políticos e intelectuais falavam em liberdade de ensino, referiam-se, antes de mais nada, à “liberdade de ensinar” concedida pela Constituição Imperial a qualquer cidadão capaz e idôneo. Defendiam, sob essa bandeira, a liberação da iniciativa privada no âmbito do ensino superior e a supressão dos entraves que ela encontrava na esfera em que já se havia consagrado - a do ensino secundário. As escolas particulares, secundárias e superiores, eram de fato cerceadas pela submissão compulsória aos modelos curriculares oficiais. Como vimos, eles eram impostas indiretamente pelo monopólio do poder central sobre a concessão de diplomas e títulos acadêmicos e a consequente introdução dos exames preparatórios e de equivalência ou habilitação. Essas escolas eram ainda limitadas pelas restrições quanto à veiculação de opiniões e crenças. A religião católica, pela Constituição Imperial, era a religião do Estado. Isso obrigava os professores públicos a prestar juramento à fé católica e proibia às escolas privadas defender princípios contrários a essa religião. Os professores das escolas particulares, diferentemente dos professores do ensino oficial, não eram submetidos a concurso público, mas autorizados com base nos “bons

antecedentes e idoneidade moral”. Assim sendo, o controle confessional do ensino privado se fazia basicamente pela inspeção e pelos exames de habilitação (XAVIER *et al*, 1994, p. 90).

Na cidade do Rio Grande, o cenário educacional manteve-se atrelado à iniciativa privada, principalmente no que diz respeito ao ensino secundário. Era através dos colégios particulares que os estudantes conseguiam se capacitar para seguir uma carreira profissional dentro e fora da cidade. Poucos foram os colégios masculinos criados nas décadas anteriores que ainda estavam atuantes na década de 1880, como foi o caso do *Collegio União*, *Collegio S. Pedro* e *Collegio S. João*. Podemos afirmar que nos últimos anos do período imperial houve um aumento considerável de instituições de ensino secundário na cidade do Rio Grande. O *Collegio S. José* foi um dos novos estabelecimentos que surgiram nesse período, tendo como diretor o conhecido Prof. Francisco Rodrigo de Souza, que já possuía longa carreira no magistério local, atuando no corpo docente do *Collegio Brasil* e na Aula noturna de Primeiras Letras da Biblioteca Rio-Grandense. Cabe destacar que o professor, antes de se estabelecer em Rio Grande, fundou um colégio de instrução secundária com a mesma nomenclatura na cidade de Pelotas na década de 1870 (NEVES, 2012).

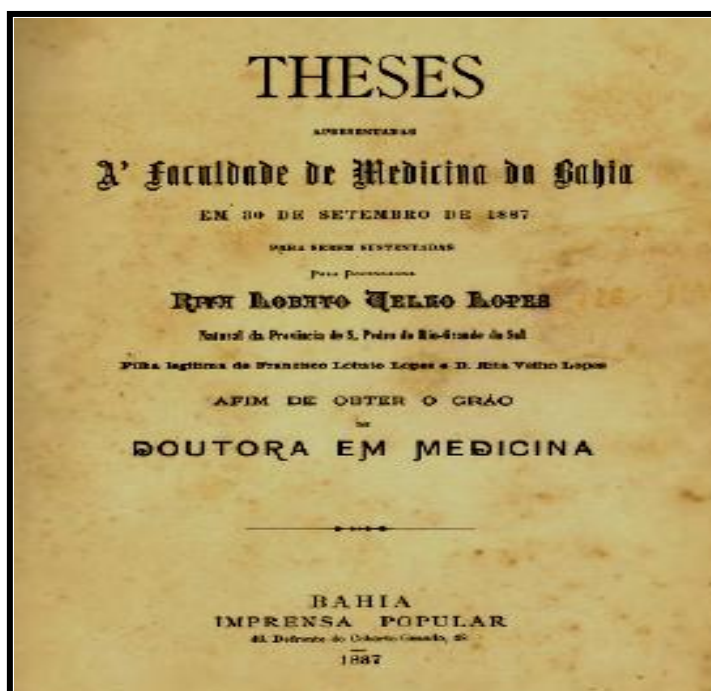
Como diferencial, o *Collegio S. José* recebia alunos e alunas, fato observado nos exames realizados em dezembro de 1880. Os estudantes foram examinados nas matérias de “portuguez, grammatica, arithmetica e geographia” (DRG, 07/12/1880), incluindo a jovem Izolina Mendes, filha do Capitão de Mar e Guerra Sr. Ignacio José Mendes. Izolina prestou todos os exames, com exceção de Aritmética, sendo aprovada plenamente e tendo sua atuação exaltada na imprensa local com certo teor de crítica sobre a educação oferecida ao sexo feminino na época, ainda restrita às famílias que tinham condições financeiras de arcar com os estudos de suas filhas.

Quando se considera quanto é superficial e descuidada, em nosso paiz, a educação que se dá quasi em geral ao sexo feminino, é de louvar não só o interesse dos pais que tão séria e sensatamente curam do futuro de seus filhos, como também da criança que, na época em que os demais se preocupam com os brincos infantis, cuida de cultivar o seu espírito e correponder assim ás esperanças d’aquelles que lhe deram o ser (DRG, 11/12/1880).

O fato desta jovem rio-grandina optar por realizar sua formação no

Collegio S. José é algo singular, pois nesse período existiam colégios femininos que ofereciam ensino secundário, como o caso do *Collegio Minerva*. Contudo, o interesse dessa aluna por exames de matérias específicas, como Português, Gramática e Geografia, pode estar vinculado ao seu interesse em ingressar no ensino superior fora da Província. Essa alternativa só foi possível a partir da Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, quando passou a ser permitido o acesso das mulheres aos cursos superiores no Brasil (SILVA, 1954). Apenas em 1881 os cursos de Medicina propiciaram a entrada do sexo feminino em suas turmas (HAIDAR, 2008). É significativo salientar que a primeira médica formada no Brasil, Rita Lobato Velho Lopes é natural da cidade do Rio Grande, e ingressou na Faculdade do Rio de Janeiro em 1884¹⁶⁵, formando-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1887 (Figura 50). Rita Lobato cursou o ensino primário e secundário na cidade de Pelotas, realizando os exames de preparatórios em Porto Alegre (SILVA, 1954).

Figura 50: Cópia da capa da Tese de Rita Lobato Velho Lopes apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1887.



Fonte: Acervo do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM).

¹⁶⁵ Segundo Silva (1954, p. 53), “Estudou realmente em 1884 a primeira série médica no Rio de Janeiro. Nesse ano porém, porque os acadêmicos entrassem em luta com um Professor, achando-se entre eles o seu irmão Francisco, resolveu a jovem Rita Lobato acatar o conselho paterno, pedindo sua transferência para a Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formaria em 1887”.

Rita recebeu certo destaque em sua trajetória educacional por fazer parte do seletor grupo de meninas que possuía condições financeiras e apoio familiar para poder frequentar o ensino primário e secundário nas instituições privadas do seu município e, após concluí-los, teve a possibilidade de realizar os exames de preparatórios na capital e optar por cursar o ensino superior fora da Província, logicamente, dentro dos padrões da época, sempre acompanhada do irmão e do pai. Na sua cidade natal, Rio Grande, outras meninas, cujas famílias possuíam condições financeiras, também puderam cursar o ensino primário e secundário nos colégios particulares, como foi o caso de Izolina no *Collegio S. José*. Todavia, é significativo reiterar que as instituições femininas seguiam priorizando determinados saberes escolares já inculcados pelo sistema de ensino da época, que “estabelecia diferenças no processo de formação do menino e da menina em decorrência a idéia que se tinha de suas diferentes funções sociais na estrutura organizacional da sociedade no futuro” (TAMBARA, 1998, p. 38). Entretanto, em julho de 1881, Izolina presta novos exames e continua a se destacar perante as outras colegas:

COLLEGIO S. JOSÉ: Perante numerosa concorrência de Sras. e cavalheiros, realizaram-se nos dias 8 e 9 do corrente, os exercícios semestraes d'este acreditado estabelecimento de instrucção. Os alumnos foram submettidos à prova nas seguintes matérias: **portuguez, francez, arithmetica, geographia, cosmographia e geometria**; sendo examinadores os Srs. Arthur Rocha, Ignacio de Miranda Ribeiro e Affonso Henriques de Souza Gomes. Como havia promettido, o director apresentou 4 de suas discipulas particulares, as jovens Izolina Mendes, Virginia Elste, Victorina Elste e Otylia Elste. [...] **Destacaremos entre estas a intelligente joven Izolina Mendes. Em grammatica responde com precisão sobre etymologia e sintaxe; em arithmetica fallou sobre razão e proporção e suas propriedades fundamentais com muito acerto; em geographia sobre raças, religiões, fórmulas de governo, línguas e finalmente sobre a descrição política de diversos paizes da Europa.** [...] Serviu-se então um profuso *copo de água* a convidados e alumnos, onde foram trocados diversos brindes, e assim terminou a festa dos exames correspondentes ao 1º semestre do corrente anno [...] (DRG, 17/07/1881, grifos nossos).

Nos anos seguintes são criados outros estabelecimentos voltados ao público feminino na cidade do Rio Grande, agregando em seus currículos novas perspectivas no âmbito dos estudos secundários. O *Collegio Instrução e Moralidade*, criado em 1882, era administrado pela professora Ernestina da

Silva Alves, egressa da Escola Normal da Província de São Pedro¹⁶⁶. Diferente de outros colégios da cidade, essa instituição não adota o regime de internato, além de declarar aceitar meninos até 10 anos de idade, seguindo a legislação educacional vigente no período¹⁶⁷.

Assim como o *Collegio Minerva* destacava o método de ensino adotado, o colégio *Instrução e Moralidade* seguia o “método intuitivo” também conhecido por “lições de coisas” (Figura 51). Para Ernestina, o uso desse método de ensino auxiliava a “exercer os sentidos e a desenvolver as faculdades intellectuais das crianças” (DRG, 08/01/1887).

¹⁶⁶ A Escola Normal localizada em Porto Alegre foi criada no final da década de 1860 e sofre diversas reformas até o final do período imperial, consolidando-se como o espaço específico para a formação dos professores primários da Província de São Pedro (SCHNEIDER, 1993; TAMBARA, 1998).

¹⁶⁷ Segundo a Reforma Leôncio de Carvalho, no capítulo voltado ao ensino particular primário e secundário, consta no Art. 109º: “Nas casas de educação de meninas não se admitirão alumnos, nem poderão morar pessoas do sexo masculino maiores de 10 annos, excepto o marido da directora” (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 65).

Figura 51: Anúncio do *Collegio Instrucção e Moralidade*, dirigido pela Prof^a Ernestina da Silva Alves

COLLEGIO
Instrucção e Moralidade

117 – Rua Paysandú – 117

DIRECTORA

Ernestina da Silva Alves

A abaixo-assignada, alumna da ESCOLA NORMAL, tendo estabelecido à rua Paysandú n. 117, um curso particular de ensino primário e secundário, continúa a merecer a confiança dos Srs. pais de família, assegurando-lhes que empenhará todos os esforços, para não desmerecer dessa mesma confiança daqueles que quizerem entregar a instrução de seus filhos e filhas à sua educação moral.

As matérias leccionadas no curso, que se denomina — *Instrucção e Moralidade* — são as seguintes :

PRIMEIRA PARTE

LEITURA, segundo o methodo da João de Deus : — Explicação das palavras, das vogaes e consoantes, suas combinações.

GRAMMATICA : — Analyse, syntaxe, composição.

CALLIGRAPHIA : — Pontuação, orthographia.

ARITHMETICA : — Adição, subtracção, multiplicação e divisão, calculos applicados, calculos de memoria, fracções, systema decimal, contas de juros, etc.

GEOGRAPHIA : — Da provincia e do imperio, por meio de mappas.

HISTORIA DO BRAZIL : — Desde a descoberta até a guerra do Paraguay.

HISTORIA DA PROVINCIA : — Desde a descoberta até o presente, resumo, ensino oral destas disciplinas.

Lições das cousas, destinadas a exercer os sentidos e a desenvolver as faculdades intellectuelles das crianças.

GYMNASTICA DA VOZ : — Exercícios vocaes.

Economia domestica, gymnastica domestica, segundo Scherber.

Princípios de moral e civilidade.

Declamação, recitação em prosa e verso.

Noções elementares de geometria.

Diversos trabalhos de agulhas, flores artificiaes, bordados a ouro, contas e de relevo.

SEGUNDA PARTE

LINGUA FRANCEZA : — Leitura e traducção (prosa e verso).

HISTORIA GERAL : — Antiga, da idade média e moderna.

GEOGRAPHIA GERAL : — Physica e politica.

NOÇÕES DE PHILOSOPHIA POSITIVA : — Elementos de astronomia, physica, chimica, botanica, geologia, mineralogia, zoologia.

Neste collegio se encontram habéis professores para ensino das linguas allemã, ingleza e italiana. Estas materias, serão pagas em separado aos respectivos professores.

Condições :

Pelo ensino das materias constantes da primeira parte — 20\$000 por trimestre.

Pelo das materias constantes da 2ª parte 30\$000 por trimestre.

PAGAMENTO ADIANTADO

Todo o alumno pagará no acto da matrícula 5\$000 para o fornecimento do papel, penna e tinta, durante o anno lectivo.

Só serão admitidas alumnas maiores de 5 annos e alumnos menores de 10.

N. B. — Não se fará desconto algum por fériás ou falta de alumnos às classes.

As aulas reabrem-se a 10 de Janeiro corrente.

Ernestina da Silva Alves.
25—1

No que se refere ao currículo oferecido pela instituição, a diretora subdividia as matérias do curso, denominadas de primeira e segunda parte. Na primeira parte, encontramos as disciplinas que contemplavam os saberes ditos femininos e que estavam atrelados ao papel social da mulher:

Gymnastica da Voz: exercícios vocaes; Economia domestica, Gymnastica domestica, segundo Scherber; Principios de moral e civilidade; Declamação, recitação em prosa e verso; Noções elementares de Geometria; Diversos trabalhos de agulha, flores artificiaes, bordados a ouro, contas e de relevo (DRG, 08/01/1887).

Ainda sobre o currículo, destacamos outro diferencial dessa instituição. Na segunda parte do curso, a matéria *Noções de Philosophia Positiva*, contemplava a seguinte formação: “Elementos de astronomia, physica, chimica, botanica, geologia, mineralogia, zoologia” (DRG, 08/01/1887), tal matéria pode estar diretamente vinculada à emergência do Positivismo no Rio Grande do Sul¹⁶⁸. Esse conjunto de disciplinas contemplava um dos ideais positivistas de educação, que defendia a implementação de um ensino de caráter mais técnico em contraposição ao ensino puramente humanístico (TAMBARA, 1991). No caso específico do público feminino, o Positivismo reforçava que o papel da mulher estava atrelado à educação, devido ao “seu caráter de promoção da civilização, da moralidade e da humanidade” (TAMBARA, 1998, p. 36).

O positivismo consagrava a mulher como o “sexo afetivo”, reserva moral da sociedade, freio dos maus instintos e suavizadora de conflitos. Sua permanência no lar, dedicada à educação dos filhos e a fornecer bons exemplos, era uma garantia de manutenção da ordem social. Portanto, a defesa positivista da posição da mulher como elemento central da família era um fator de controle dos conflitos sociais, que poderiam ser contornados e mesmo impedidos através da ação moralizadora da personagem feminina (PESAVENTO, 1992, p. 72-73).

Essas influências e transformações do período foram responsáveis por modificar a estrutura do magistério, resultando em um processo de “feminização” e de sua consequente “feminilização”, fazendo com que o magistério primário se tornasse “coisa de mulher” (TAMBARA, 1998, p. 36). Sobre essa questão, Tambara destaca:

¹⁶⁸ Fato esse que se consolida com a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense na década de 1880 e que depois se solidificará com o estabelecimento do Castilhismo como regime político no RS no período republicano (TAMBARA, 1991).

Em 1888, o presidente da província, numa clara assunção a um ensino com características positivistas, propunha uma reforma curricular na Escola Normal com uma estrutura onde ficava patente o distanciamento de um currículo baseado nas letras clássicas, onde predominava o chamado "estudo das humanidades". **É possível depreender, nesta reforma, a tentativa dos reformadores no sentido de legitimar a atuação do/a normalista com um processo de formação que se aproximava dos ministrados nas escolas técnicas, de agrimensura e mesmo de engenharia. Em outros termos, visava-se contaminar o processo pedagógico com os conteúdos socialmente reconhecidos como "masculinos".** Entretanto, este processo retrata uma contradição típica da cosmovisão positivista em relação à mulher. O fato de tecnificar a formação, sob a ótica deste paradigma, afastava a mulher de sua função precípua: a de civilizadora, de moralizadora e de difusora do altruísmo (TAMBARA, 1998, p. 45, grifos nossos).

Como exemplo desse movimento de feminilização do magistério primário, destacamos um anúncio do colégio *Athêneo Luzo-Brazileiro* (Figura 52), dirigido pelo Prof. Francisco Rodrigo de Souza, instituição criada em meados da década de 1880, após o fechamento do *Collegio S. José*, seu antigo estabelecimento¹⁶⁹. No anúncio que segue podemos notar que o diretor faz questão de ressaltar, após apresentar todo o corpo docente da instituição e o programa de ensino, que no curso primário “é o director desveladamente coadjuvado por sua Exma. esposa” (DRG, 08/01/1887), a Prof^a Conceição Soares de Souza (MAPA, 20/11/1885).

¹⁶⁹ A última menção encontrada sobre o *Collegio S. José* no jornal *Diário do Rio Grande* foi em 1882, reportando que um novo estabelecimento seria criado na cidade: “RIO GRANDE – NOVO COLLEGIO: Os Srs. Drs. Amancio Pereira Caldas e Henrique Reis acabam de associar-se ao Sr. Francisco Rodrigo de Souza, director do *Collegio S. José*, com o fim de fundarem n’este cidade um bem montado estabelecimento de instrucção primaria e secundaria. Há muito tempo que entre nós se faz sentir a auzencia de uma casa de instrucção, reunindo todas as condições precisas a estabelecimentos de semelhante natureza. Os que actualmente existem n’esta cidade, por muito bem dirigidos que elles sejam e a despeito de terem á sua frente directores tão intelligentes quanto conscienciosos, não dispõem, comtudo de um corpo docente sufficientemente numero para attender a todas as exigências do ensino [...]” (DRG, 22/03/1882).

Figura 52: Anúncio do *Athenêo Luzo-Brazileiro*

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 8 de janeiro de 1887.
 Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Cabe ressaltar que no mesmo período o estabelecimento feminino da Prof^a Ernestina já contava com 31 alunas (DRG, 18/03/1886), todavia, mesmo com um número significativo de estudantes matriculadas, a professora continuava oferecendo aulas particulares¹⁷⁰, além de exercer suas atividades administrativas e docentes no colégio. Duas circunstâncias para que ela continuasse oferecendo seus serviços é a baixa remuneração da profissão docente e a concorrência entre as instituições particulares voltadas ao público feminino que existiam na cidade neste período, conforme podemos perceber na citação a seguir:

SECÇÃO NOTICIOSA: Estabelecimentos de instrução – Existem actualmente nesta cidade os seguintes estabelecimentos particulares de instrução - Collegios: **Instrução e Moralidade, professora D. Ernestina da Silva Alves, com 31 alumnas**; Athenêo Luso-Brasileiro, professor Francisco Rodrigo de Souza, com 19; S. João, professor Rodrigo da Costa Almeida Lobo, com 66; **Rio Grandense,**

¹⁷⁰ “Lições particulares Ernestina da Silva Alves – PROFESSORA NORMALISTA Propõe-se a dar lições em casas particulares. Para tratar na rua 16 de julho, esquina da Rua Paysandu, antiga residência do Dr. Pio Angelo da Silva” (DRG, 23/12/1887).

professora D. Miquelina dos Santos Paiva, com 22; Amôr ao Estudo, professor Cypriano Porto Alegre, com 43; **Nossa Senhora da Conceição, professora D. Fausta Josephina de Miranda, com 45;** Minerva, directoras **DD. Ignez de Oliveira Soares e Joanna Lucas Soares, com 35;** Brasileiro-Italiano, professoras **DD. Camilla Ambauer Calcagno e Amalia Schutel Ambauer, com 26;** União, director Alfredo Antonio dos Santos, com 66; Arno Ernst, professor o mesmo, com 56; Fábrica de Tecidos de Lã, professor José Francisco da Silva Bezerra, com 40 (DRG, 18/03/1886, grifos nossos).

Mesmo disputando espaço e público com outros colégios particulares, o *Collegio Instrução e Moralidade* continuou atuante no município, até o final do período Imperial, e seguiu salientando, na imprensa local, o seu papel diferenciado na educação das jovens rio-grandinas.

COLLEGIO INSTRUÇÃO E MORALIDADE – [...] D. Ernestina da Silva Alves sabe manter no espirito de suas discípulas todas as doutrinas uteis e **essenciaes á futuras donas de casa**, não se servindo para isso senão de methodos claros, efficases, e ainda do carinho com que sabe tratar as crianças. [...] No correr do anno as crianças executam trabalhos, aliás importantes, em bordados e de agulha, e para **incutir-lhes um certo gosto litterario a distincta educadora fal-as ensaiar e representar duas vezes durante o anno lectivo, pequenos dramas de assumptos Moraes, apropriados á intelligência das meninas**. Do que fica exposto vê-se que o collegio Instrução e Moralidade merece o mais decidido acolhimento dos paes que presam a instrução de suas filhas e que sua directora presa por tal forma os mais relevantes serviços ao intellecto dos nossos conterrâneos. O que convém é que os esforços de D. Ernestina sejam dignamente correspondidos (DRG, 27/12/1889, grifos nossos).

No ano de 1883, outro estabelecimento voltado ao público feminino é criado na cidade do Rio Grande. Trata-se do Curso Particular de ensino primário e secundário dirigido pela Professora Rosa de Bittencourt Fontana, também “habilitada com o diploma da Escola Normal da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul” (DRG, 01/04/1883). O currículo do curso secundário abrangia as seguintes matérias: “Portuguez (continuação), recapitulação da 1ª parte da arithmetica e sua conclusão até logarithmos, álgebra, geometria plana e no espaço, noções de sciencias naturaes, francez e desenho” (MAPA, 1883). Contudo, a diretora advertia:

Os alumnos matriculados pagarão trimestre adiantado, e aquelles que não desejarem aprender o francez e o desenho, pagarão só pelo ensino secundário – 10\$000. No ensino transmittido será empregado todo o esforço e dedicação, e garantimos aos srs. Pais de famílias que o alumno deste estabelecimento terá as noções precisas de qualquer das matérias do curso da Escola Normal. As aulas estarão abertas do principio do mez de Abril em diante, e os Srs. Pais de

família dirigir-se-hão á rua Paysandú n. 90. Recebe-se os meninos até os 8 annos de idade. A directora, Rosa de Bittencourt Fontana; Professora de Francez, Mlle. Rose Derrepas; Professor de Desenho, Carlos Julio Fontana (DRG, 01/04/1883).

Novamente percebemos que essas novas instituições femininas, cujas diretoras eram professoras normalistas, que traziam consigo os reflexos da formação na Escola Normal de Porto Alegre e inseriam no currículo dos seus estabelecimentos outras matérias que até o presente momento não eram contempladas pelos colégios femininos, como o caso das Ciências Naturais. Cabe mencionar que a Prof^a Rosa nasceu na cidade do Rio Grande a 12 de março de 1866, vindo a falecer em Porto Alegre em 1934, foi autora da obra “*O Poder da Vontade – Livro de leitura dedicada às aulas públicas do RS*”, publicada em 1897 pela editora Gundlach & Schmidt (TAMBARA, 2003).

É significativo reiterar que a finalidade do ensino secundário masculino e feminino era diferente e esses objetivos foram sendo inculcados na sociedade de forma que os saberes e práticas ensinados pelas instituições se tornassem “naturais” na cultura da época. Todavia, como afirma Tambara “[...] parece nítido que havia uma ideologia que encorajava mais o menino para a instrução formal, entendendo que à menina bastava uma boa formação em prendas domésticas, o que poderia ser adquirido no recinto do lar” (TAMBARA, 1998, p. 37). No que diz respeito ao ensino secundário propriamente dito, outras finalidades são apresentadas, mas sem descolar-se da construção social do papel do homem, vinculado ao ambiente público, e do papel da mulher, vinculado ao ambiente privado. Enquanto os homens buscavam a ascensão social através dos estudos, as mulheres buscavam adquirir distinção social por meio de uma formação intelectual para além do ensino primário.

Uma das instituições masculinas de relevo, que também foi criada nessa década, é o *Collegio Amôr ao Estudo*, dirigido pelo Prof. Cypriano Porto Alegre. Em seu currículo, o programa de estudos voltado para o ensino secundário destacava os saberes essenciais para os alunos interessados em ingressar nas diferentes carreiras profissionais que exigiam a realização de exames, como o ensino superior e a carreira militar:

COLLEGIO AMOR AO ESTUDO: Cypriano Jesuino de Oliveira Porto Alegre, ex-professor publico n'esta cidade, participa aos Illms. Srs. Pais de família que, no dia 7 do vigente mez, abrirá com a

denominação acima, no prédio n. 27 da rua dos Andradas, o seu estabelecimento collegial, aonde serão leccionadas não só todas as matérias comprehendidas no ensino primário como **também francez, geographia geral e elementos de geometria, pretendendo amplificar com outras matérias o ensino secundário, logo que para isso tiver numero sufficiente de alumnos**. O director esperando, pois, merecer a confiança dos Illms. Srs. Pais de família, garante-lhes os mais assíduos cuidados em relação á moralidade e disciplina do collegio, aonde só admittirá externos. A matricula achase aberta e o alumno matriculado contribuirá por trimestre adiantado, conforme a tabella seguinte: Primeiras lettras: 15\$000; Primeiras e segundas lettras: 24\$000; Segundas lettras: 24\$000; O director fornecerá aos seus alumnos, durante o anno lectivo, (sem imposição) os objectos necessários para o trabalho calligraphico pela quantia de 3\$000 reis, que será entregue ao mesmo no acto da matricula. Rio Grande, 1º de janeiro de 1881. O director, Cypriano J. O. Porto Alegre (DRG, 06/01/1881, grifos nossos).

O Prof. Cypriano nasceu em Rio Grande a 12 de outubro de 1857, filho do casal rio-grandino Apolinário Jesuino Porto Alegre e Laurinda de Almeida Porto Alegre. Era primo dos renomados professores Apolinário, Aquiles e Apeles Porto Alegre, os quais desenvolveram sua carreira docente na capital da Província (NEVES, 1987). Depois de concluído seus estudos primários e secundários com o Prof. Bernardo Taveira Junior¹⁷¹, Cypriano foi para São Paulo a fim de ingressar na Faculdade de Direito em meados dos anos de 1870. Todavia, com o falecimento do seu pai, ele precisou abandonar os estudos e retornar para sua cidade natal sem concluir o curso jurídico. No seu retorno, ele passa a dedicar-se ao magistério no município.

Antes de fundar o colégio *Amôr ao Estudo*, o Prof. Cypriano já havia trabalhado em outras instituições, tendo atuado como professor adjunto da 1ª aula pública do sexo masculino da cidade que era de responsabilidade do Prof. Graciano Teixeira de Andrade (OFÍCIO, 1879). Como professor particular oferecia aulas avulsas das seguintes matérias:

Ensino particular: O abaixo-assignado, professor n'esta cidade, lecciona **portuguez, arithmetica e geographia** particularmente. As pessoas que desejarem instruir-se nas matérias acima expressadas e quizerem honra-lo com sua confiança, podem procura-lo na casa de sua residência, á rua dos Andradas n. 122. Rio Grande, 19 de abril de 1880. Cypriano Jesuino d'Oliveira Porto Alegre (DRG, 20/04/1880,

¹⁷¹ O Prof. Bernardo Taveira Junior teve significativa atuação como professor particular na cidade de Pelotas lecionando nas seguintes instituições: Collegio Mme. Jeanneret (Collegio de meninas), Collegio Franco Rio-Grandense, Collegio Pelotense, Collegio Perseverança, Collegio Sul-Americano, Curso completo de Música, Atheneu Pelotense, Lyceu Municipa, além de ter fundado o Curso de Estudos Preparatórios junto com o Prof. Alfredo Ferreira Rodrigues em 1887 (NEVES, 2007; 2012).

grifos nossos).

Além das aulas particulares, o Prof. Cypriano teve uma breve atuação no corpo docente do *Collegio Brasil* no final da década de 1870 e logo em seguida cria o *Collegio Amôr ao Estudo*, que em meados da década de 1880 já contava com 43 alunos matriculados (DRG, 18/03/1886). Segundo Décio Vignoli das Neves:

O estabelecimento, dentro de pouco tempo, viria a tornar-se notável Educandário, passando Cipriano, no devido tempo, a fornecer atestados de conclusão de 2º grau a elevado número de jovens estudantes. Destacaram-se alguns alunos, como Tacredo do Amaral Braga, Octavio Pitrez e Luis de França Pinto, que ingressaram mais tarde e foram bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais quando da 1ª turma de formandos da nova Faculdade de Direito de Pelotas, em 1915 (NEVES, 1987, p. 98).

É importante mencionar que na longa trajetória dedicada à docência na cidade do Rio Grande, o Prof. Cypriano também atuará como professor de Português no *Congresso Portuquez D. Luiz I*, sociedade recreativa luso-brasileira no final dos anos de 1880 e também como professor de Primeiras Letras na aula noturna da Biblioteca Rio-Grandense na década de 1890, instituições educativas já abordadas neste estudo. Durante um curto período o Prof. Cypriano se estabelece na cidade de Santa Vitória do Palmar fundando o Instituto Vitoriense (DRG, 08/12/1888), mas logo retorna à cidade do Rio Grande e funda o Instituto Rio-Grandense (Figura 53), enfatizando que um dos seus objetivos era preparar os alunos para a realização dos exames perante a Delegacia Especial da Instrução, processo seletivo voltado ao ingresso nas instituições de ensino superior do Império.

Figura 53: Anúncio do *Instituto Rio-Grandense*, dirigido pelo Prof. Cypriano Porto Alegre.

roda.

INSTITUTO RIOGRANDENSE
177—Rua Principes—177

DIRECTOR
CYPRIANO PORTO ALEGRE

Ex-professor e examinador de diversos collegios da provincia de S. Paulo e com habilitações reconhecidas para o magisterio pela Instrucção Publica desta provincia, aonde dirigiu (nesta cidade) o collegio — Amór ao Estudo — e, ultimamente, em Santa Victoria, o — Instituto Victoriense —.

O director deste estabelecimento, que abrir-se-ha no dia 7 de Janeiro p. f., possuindo, como se vê, bastante pratica do magisterio e tendo deixado nesta localidade exuberantes provas de sua dedicação, espera continuar a ser merecedor da confiança dos Illmos. Srs. pais de familia, garantido-lhes toda a solicitude e interesse no desempenho de sua missão.

O ensino, que ficará não só a cargo de director, como também de distinctos e habilitados professores, far-se-ha de accordo com os melhores e mais modernos methodos adoptados, preparando-se alumnos para os exames perante a Delegacia Especial da Instrucção.

Sobre a admissão dos alumnos e o respectivo pagamento, que será effectuado adiantadamente, os interessados entender-se-hão com o director que os attenderá, desde já, no seu estabelecimento, das 9 horas da manhã ás 3 da tarde.

NB. — O director, dispondo de tempo, lecciona também nos domicilios materias primarias e secundarias.

Rio Grande, 6 de Dezembro de 1888.

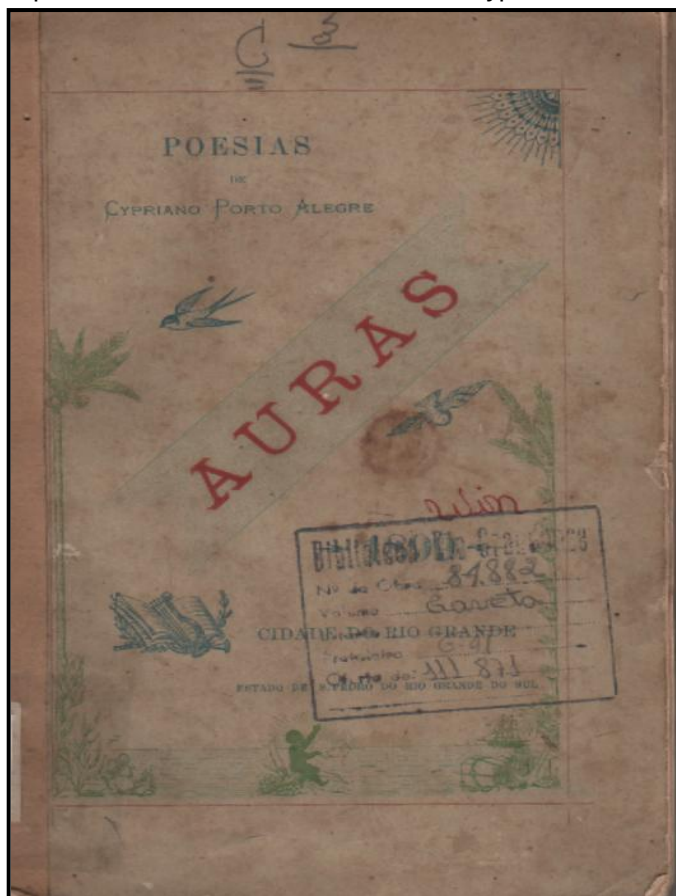
Cypriano Porto Alegre.
 6—2

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 08 de dezembro de 1888.
 Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Os percursos docentes do professor Cypriano ultrapassam o recorte deste estudo e julgamos ser importante destacar, também, que ele continuou atuando em diversas instituições da cidade, como no Grupo Escolar Rheigantz pertencente à Companhia União Fabril e também no Ginásio Municipal Lemos Júnior, ministrando a cadeira de Português “por espaço de cerca de doze anos” (NEVES, 1987, p. 100). Ao longo de sua carreira ele também elaborou algumas

obras de cunho literário e didático. A única obra que ele conseguiu publicar foi o livro “*Auras*”, pela Tipografia da Livraria Rio-Grandense em 1899 (Figura 54), o qual “teve uma edição reduzida, o que veio a tornar o livro uma verdadeira **raridade bibliográfica**” (NEVES, 1987, p. 101, grifos nossos).

Figura 54: Capa do livro *Auras* de autoria do Prof. Cypriano Porto Alegre (1899).



Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Segundo Neves (1987), o Prof. Cypriano também deixou prontos mais dois livros didáticos que abordavam os métodos de ensino utilizados por ele: “*Compêndio de Filosofia*” e “*Gramática Complementar da Língua Portuguesa*”. Porém, eles não chegaram a ser publicados devido às dificuldades financeiras enfrentadas pelo professor naquele momento.

As instituições secundárias criadas pelo Prof. Cypriano demonstravam que sua finalidade era preparar os alunos ao ingresso no ensino superior por meio dos exames de preparatórios realizados na capital. Todavia, concomitantemente outras carreiras estavam em voga e para preencher essa

lacuna, através da formação secundária, outros estabelecimentos são criados na cidade. É o caso do *Curso Commercial Nocturno* administrado pelo Prof. Bernardo de Souza Ramalho, o primeiro dessa nomenclatura na cidade. O Prof. Ramalho, além de possuir esse curso noturno, também possuía um curso primário e secundário desde 1882 localizado na Rua Conde de Porto Alegre nº 98 (DRG, 17/05/1882), mas deixava claro que os estudos secundários estavam voltados aos interessados em ingressar na carreira comercial, oferecendo, inclusive, um curso teórico e prático voltado apenas ao ensino de Escrituração Mercantil:

Figura 55: Anúncio do Curso primário e secundário do Prof. Ramalho.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 05 de agosto de 1887.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

O Curso Comercial Noturno, outra opção para os interessados em ingressar ou aprimorar-se na carreira comercial, funcionava diariamente das 18h às 22h, nele eram ministradas as seguintes matérias: Aritmética, Sistema Métrico e Escrituração Mercantil por partidas simples, mistas e dobradas (DRG, 17/01/1886). Segundo dados fornecidos para a imprensa local, o estabelecimento do Prof. Ramalho contava com 30 alunos matriculados em março de 1886 (DRG, 18/03/1886), demonstrando uma procura significativa. Precisamos reforçar que a formação em Escrituração Mercantil era

fundamental para trabalhar nas atividades mercantis já que o profissional incumbia-se de:

[...] escripturar em diversos livros, com precisão, clareza e exactidão, todos os negócios ou operações commerciaes de um negociante, fabricante ou sociedade anonyma, devendo apresentar diariamente o estado exacto do activo e do passivo (MARTINS, 1894, p. 431).

Os diferentes modos de escripturar os livros deveriam ser dominados pelo Guarda Livros ou Contador do estabelecimento comercial, sendo o sistema de Partidas Dobradas o mais indicado na época:

O systema de *Partidas Dobradas*, além de offerecer melhor perspectiva, é o que expõe com mais clareza e exactidão as operações commerciaes, e por isso é o geralmente adoptado pelo commercio de todos os paizes civilisados. De suas regras fizemos adiante applicação aos tres principaes livros: *Borrador*, *Diario* e *Razão*, simulando para esse fim a constituição de uma sociedade commercial, em nome colectivo, e respectivas transacções. Outrosim, para as sociedades anonymas e as em commandita por acções, exemplificamos os mais livros que ellas devem ter, e são os seguintes: *Registro de Accionistas*, *Transferencia de Acções* e *Dividendos* (MARTINS, 1894, p. 444, grifos do autor).

É válido ressaltar que, nesse período, a instituição particular criada pelo Prof. Ramalho será a única que estará voltada à formação comercial dos estudantes rio-grandinos. As demais se mostrarão direcionadas ao ensino secundário clássico e humanístico, mas em alguns casos acabavam inserindo em seu currículo algumas disciplinas específicas para esse tipo de formação.

Ainda na esteira das aulas noturnas, encontra-se o Curso Noturno de Francês oferecido pelo já conhecido Prof. Charles Dupont, Bacharel em Letras (DRG, 05/02/1886). Esse professor estrangeiro cria em 1887 o *Collegio Dupont*, no qual demonstra estar voltado unicamente aos estudos secundários com destaque para as disciplinas de Latim, Francês, História e Geografia (Figura 56).

Figura 56: Anúncio do *Collegio Dupont*, dirigido pelo Prof. Charles Dupont.

COLLEGIO DUPONT

No dia 7 de Janeiro, abre-se na casa da minha residencia, á rua Imperatriz, n. 53, um estabelecimento de instrucção cujo programma é o seguinte :

Francez pratico e obrigatorio.
 Portuguez,—sendo a lingua vernacula será objecto de especial attenção por parte do director.
 Geographia geral e especialmente do Brazil.
 Historia Universal e em particular do Brazil.
 Arithmetica, com numerosos problemas sobre assumptos commerciaes.
 Latin, lingua que o director estudou por espaço de 11 annos.

N. B.—Nas relações entre professores e alumnos e vice-versa a lingua franceza é obrigatoria.

O numero de alumnos não será superior a 20.
 A mensalidade será de 10\$000, paga trimestalmente e adiantado, não soffrendo desconto o mez das férias.
 A longa pratica do magisterio que o director tem far-lhe-ha empregar o mais possivel o ensino intuitivo.
 O collegio funcionará das 10 horas do manhã até ás 3 da tarde.
 O director nas horas vagas, continúa a leccionar particularmente.

Ch. Dupont,
 Bacharel em letras.

3 v. s. até 15 de Janeiro.

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 19 de dezembro de 1889.

Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Na trajetória profissional desse docente, vale referir sua atuação como professor de outros colégios rio-grandinos: *Collegio S. Pedro*, *Collegio União*, *Collegio Instrução e Moralidade*, dirigido pela Prof^a Ernestina Alves e *Collegio Evaristo*. No início do século XX, ele irá transferir o *Collegio Dupont* para a cidade de Pelotas (NEVES, 2007; 2012), mas antes disso, cabe frisar que o Prof. Dupont foi convidado a assumir a direção do *Gymnasio Pelotense*¹⁷² no ano de 1902, ano de sua fundação (AMARAL, 2005), fato que demonstra a sua relevância no magistério sul-rio-grandense.

Como já mencionado, o Prof. Dupont lecionou Francês no *Collegio Evaristo*, instituição criada no final da década de 1880, e que tinha como principais objetivos instruir a mocidade rio-grandina interessada em realizar os

¹⁷² Para maior aprofundamento sobre a história do Gymnasio Pelotense, ver: (AMARAL, 2003; 2005).

exames de preparatórios para o ingresso no ensino superior.

COLLEGIO EVARISTO – Chamamos a atenção do publico para o annuncio que hoje publicamos do *Collegio Evaristo*. A propósito diremos que este collegio é presentemente, **dos que preparam alumnos para exames de preparatórios, um dos mais acreditados desta cidade**. A prova d'isso é a grande frequência que está tendo, incluindo de meninos de outros pontos da província, e os progressos que fazem os alumnos nas diversas matérias de ensino. O seu director é um cavalheiro de reconhecida illustração e desempenha a sua árdua mas nobre missão de educador o mais seriamente possível. Os seus auxiliares não são menos competentes, principalmente o Sr. Dupont, que é um dos nossos melhores professores. O *Collegio Evaristo* recommenda-se, além d'isso, pela ordem e moralidade que reinam em suas aulas, predicado que é muito para apreciar pelos Paes de família (DRG, 29/12/1888, grifos nossos).

É importante salientar que o Prof. Evaristo realizou sua formação docente no Instituto Colegial Freese de Nova Friburgo/RJ, cujo diretor era o Prof. John Henry Freese (DRG, 25/11/1887). Essa instituição de ensino secundário foi criada na década de 1840 e no seu currículo constavam as seguintes matérias: Português, Grego, Latim, Inglês, Francês, Alemão, Religião, Aritmética, Álgebra, Filosofia, Retórica, Geografia, História geral, História natural, Física, Astronomia geral, Desenho, Contabilidade, Cálculo e Música (BOTELHO, 2010). Mesmo que o Prof. Evaristo não tivesse realizado o curso completo oferecido por este Instituto, ele aplicou no currículo do *Collegio Evaristo* grande parte dos ensinamentos daquela instituição. Nessa perspectiva, o ensino secundário do *Collegio Evaristo* contemplava: Geografia, Cosmografia, História, Retórica e Filosofia, Aritmética, Álgebra e Geometria, Português, Francês, Inglês, Alemão e Latim (DRG, 25/11/1887). Nos anos seguintes à criação do colégio, o diretor já recebia elogios na imprensa devido à aprovação dos seus alunos nos exames realizados na capital: “APPROVAÇÃO – Em Porto Alegre foi hontem approved plenamente no exame de francez, o joven Abeillard Almeida Pires, filho do Sr. Dr. Almeida Pires e alumno do illustrado Sr. Evaristo Ferreira Nunes” (DRG, 09/11/1889).

É significativo refletir que assim como o Instituto Colegial capacitou o Prof. Evaristo para atuar como docente, os colégios particulares da cidade do Rio Grande também poderiam abarcar essa demanda. A Escola Normal de Porto Alegre, semelhante ao Instituto Colegial, era a instituição específica para a formação docente na Província, com ênfase na formação para atuar no

ensino primário, mas que também reunia em seu currículo disciplinas do ensino secundário. Como indícios dessa possibilidade, iremos destacar no próximo subcapítulo dois exemplos de egressos que atuaram como docentes na iniciativa privada após terem realizado o ensino secundário na cidade do Rio Grande.

O *Collegio Evaristo*, além de se dedicar ao ensino propedêutico voltado às Academias do Império, acabou, intencionalmente ou não, por abranger a demanda de estudantes rio-grandinos interessados em ingressar nas carreiras militares, como foi o caso do aluno Oscar Campello, filho do Sr. Antônio Chaves Campello, importante político da cidade do Rio Grande que exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal nas décadas de 1870 e 1880 (RELATÓRIO, 1922).

Estudante rio-grandense – O joven Oscar Campello, filho do illustre cavalheiro Sr. Coronel Antonio Chaves Campello, acaba de ser **aprovado com distincção nos exames preparatórios a que foi submettido para entrar na escola de marinha do Rio de Janeiro**. O joven Oscar foi alumno do acreditado **Collegio Evaristo**, d'esta cidade. Felicitando seu digno progenitor, felicitamos igualmente o seu illustrado professor. Ambos devem estar de parabéns pelo triumpho alcançado pelo intelligente e estudioso joven (DRG, 13/02/1889, grifos nossos).

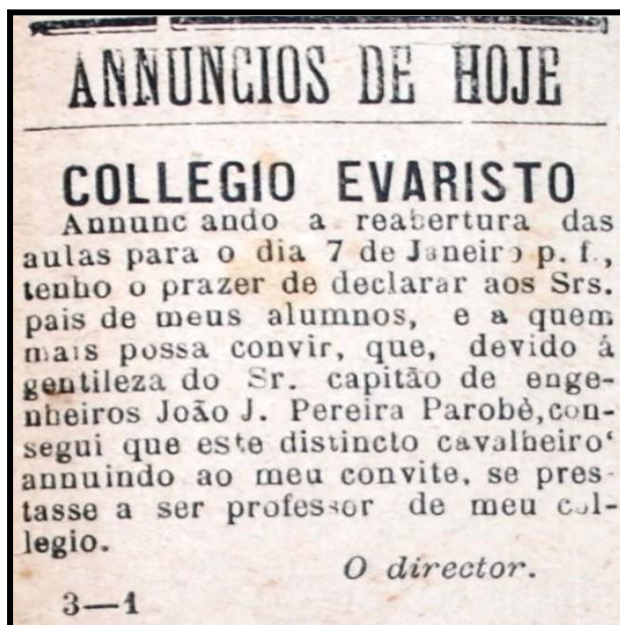
É interessante observar que mesmo se tratando de uma instituição particular, ela tinha consciência de que não dialogava apenas com uma elite local cujos herdeiros poderiam concluir seus estudos superiores fora da Província, como é o caso das carreiras militares que também tinham como finalidade a ascensão social. Na Província de São Pedro, a Escola Militar era uma das alternativas para as famílias menos abastadas que não podiam arcar com os estudos realizados fora da Província ou até mesmo no exterior. Em anúncio de dezembro de 1888 é possível notar essa preocupação por parte do diretor:

Aproveito a ocasião para fazer sentir aos interessados, que, se **estabeleceu o pagamento por mez e não por trimestre como o geral dos outros collegios, foi unicamente para facilitar-os aos Srs. paes menos abastados**; mas não sendo de justiça que por isso fique menos favorecido que os demais [...] (DRG, 28/12/1888, grifos nossos).

É provável que por se preocupar com os novos objetivos dos estudantes rio-grandinos, que buscavam o ensino secundário como “ponte de passagem”

também para outras carreiras, como a militar, o Prof. Evaristo tenha contratado o Engenheiro e Professor da Escola Militar de Porto Alegre, João José Pereira Parobé em 1889 para compor o corpo docente do seu colégio particular.

Figura 57: Anúncio do *Collegio Evaristo*.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 15 de dezembro de 1889.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

É necessário tecer algumas considerações acerca da trajetória deste sujeito histórico e sua atuação na educação. João José Pereira Parobé, egresso da Escola Militar de Porto Alegre, tornou-se professor desta instituição em 1882 permanecendo até o ano de 1887 (MEDEIROS, 1992). Cabe enfatizar a influência da Escola Militar e de seus professores na criação da Escola de Engenharia de Porto Alegre inaugurada em 1897, tendo Parobé como um dos seus primeiros diretores.

É significativo reiterar que tanto a Escola Militar como a Escola de Engenharia foram influenciadas pelos ideais positivistas da época, engendrados pelo governo de Júlio de Castilhos. Segundo Tambara (1991), o regime castilhista será o responsável por adaptar os ideais positivistas na estrutura político-administrativa do Rio Grande do Sul. Conforme aponta Tambara (2005), a ideologia positivista estava presente nos estabelecimentos não confessionais, como as academias militares e as escolas livres. Nesse sentido, Pesavento (1992) salienta que a Escola de Engenharia funcionou como o “núcleo central” da proposta positivista de educação das elites

gaúchas. De certo modo, cabe refletir sobre a vinda desse professor já renomado na capital, para atuar em um colégio secundário na cidade do Rio Grande. As motivações poderiam ser diversas, mas é possível que esse movimento de estudantes rio-grandinos interessados em ingressar na Escola Militar de Porto Alegre pudesse ter influenciado o aceite do Prof. Parobé para lecionar no *Collegio Evaristo*. Devido ao nosso recorte temporal e a documentação pesquisada, não encontramos novos vestígios da trajetória desse colégio e da efetiva atuação do Prof. Parobé na instituição. Contudo, sua presença foi marcante no município e por isso merece ser comentada neste estudo, instigando novas possibilidades de pesquisa a partir dessa primeira aproximação com a história desta instituição educativa.

Outro colégio de destaque nessa década, que surge no mesmo ano de fundação do colégio do Prof. Evaristo, foi o *Gymnasio Brasileiro*, dirigido pelo renomado Prof. Bibiano Francisco de Almeida. Essa instituição, como veremos no próximo subcapítulo, também será responsável por instruir a juventude interessada na carreira militar e nas carreiras liberais. É válido destacar que as taxas de analfabetismo na cidade do Rio Grande ainda eram consideráveis nesse período, fato que demonstra que apenas um seleto grupo tinha “acesso” aos estudos secundários, ainda mais se tratando de uma instrução particular. Em 1888, a população rio-grandina contava com 20.277 habitantes, destes somente 8.937 eram alfabetizados, contabilizando cerca de 40% dos habitantes (LONER, 1999, p. 69).

Nos grupos sociais que buscavam os estudos secundários, muitos deles tinham o *Gymnasio Brasileiro* como referência, principalmente devido à trajetória docente do seu diretor. O Prof. Bibiano de Almeida antes de fundar seu estabelecimento na cidade do Rio Grande, já havia trabalhado em instituições particulares nas cidades de Porto Alegre e Pelotas. No início dos anos de 1870 foi contratado interinamente como professor de Latim do Liceu D. Afonso (ARRIADA, 2007). No que diz respeito ao seu itinerário de formação e profissionalização no magistério rio-grandense, Eduardo Arriada destaca:

[...] nasceu em Porto Alegre, no dia 19 de setembro de 1838, e faleceu em Rio Grande, em 5 de maio de 1892. Foi membro do Partenon Literário. Coursou o primário em Rio Grande, onde de acordo com Aquiles Porto Alegre (1917, p.56), foi aluno do Padre Chagas, “tido na conta de um bom gramático e afamado latinista”. Frequentou

o Seminário Episcopal de Porto Alegre. Quando exercia o cargo de professor público, em Belém Velho, 3º distrito da capital, foi acusado de escrever artigos ferinos e desabonadores na imprensa contra o Presidente da Província, sendo então demitido do cargo. Segundo Aquiles Porto Alegre (1917, p.58), essas acusações seriam falsas. Retira-se para Pelotas, onde em 1881, com João Afonso Correa de Almeida e Benjamin Manoel Amarante, abre um educandário “o esplêndido Colégio Sul-Americano” (OSÓRIO, 1922, p.181). Posteriormente, dirige o seu próprio estabelecimento, conhecido como “Colégio Bibiano de Almeida”. Desse Colégio, foi aluno João Simões Lopes [...] (ARRIADA, 2007, p. 171-172).

É interessante problematizar os percursos traçados pelo Prof. Bibiano de Almeida nessas três importantes cidades da Província de São Pedro. Na cidade de Porto Alegre ele foi professor do *Collegio Gomes*, importante instituição particular de ensino secundário, dirigida pelo Prof. Fernando Gomes. No mesmo período, o Prof. Bibiano foi nomeado como examinador do processo seletivo das cadeiras vagas de instrução primária na Província (OFÍCIO, 03/10/1873), demonstrando seu reconhecimento no cenário educacional da época. Apenas na década de 1880 é que o Prof. Bibiano vai se estabelecer na cidade de Pelotas fundando o *Collegio Amarante e Bibiano*, e, logo após, será diretor do *Collegio Sul-Americano* (NEVES, 2007; 2012). Cabe mencionar que um dos motivos que pode ter levado o professor a transferir-se para a cidade do Rio Grande seja o processo criminal que ele precisou enfrentar junto ao Prof. Hilário Ribeiro no ano de 1881. Esse processo se encontra preservado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)¹⁷³ e através de sua leitura podemos compreender as razões para os desentendimentos entre esses dois professores rio-grandenses.

A origem do processo é um artigo escrito pelo Prof. Hilário no *Jornal do Commercio* da cidade pelotense no dia 17 de julho de 1881. Esse artigo, publicado na primeira página do jornal, estava repleto de críticas sobre o trabalho, a idoneidade e a capacidade intelectual do Prof. Bibiano. Segundo Neves (2007, p. 190), nesse mesmo jornal “do dia 2 de agosto ao dia 5, foi publicado uma briga entre o Prof. Bibiano de Almeida e o Sr. Hilário Ribeiro”, tamanha a repercussão dos fatos na imprensa local. Um dos principais questionamentos feitos pelo Prof. Hilário era sobre as críticas que o Prof.

¹⁷³ Processo crime número 1164 – Vítima Bibiano Francisco de Almeida e Réu Hilário Ribeiro de Andrade e Silva, Comarca de Pelotas, 1881. Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Documentos do Judiciário.

Bibiano havia realizado sobre um de seus livros didáticos, o que pode ser considerado o estopim para tal discórdia. Do artigo, anexado ao processo crime, destacamos o seguinte trecho:

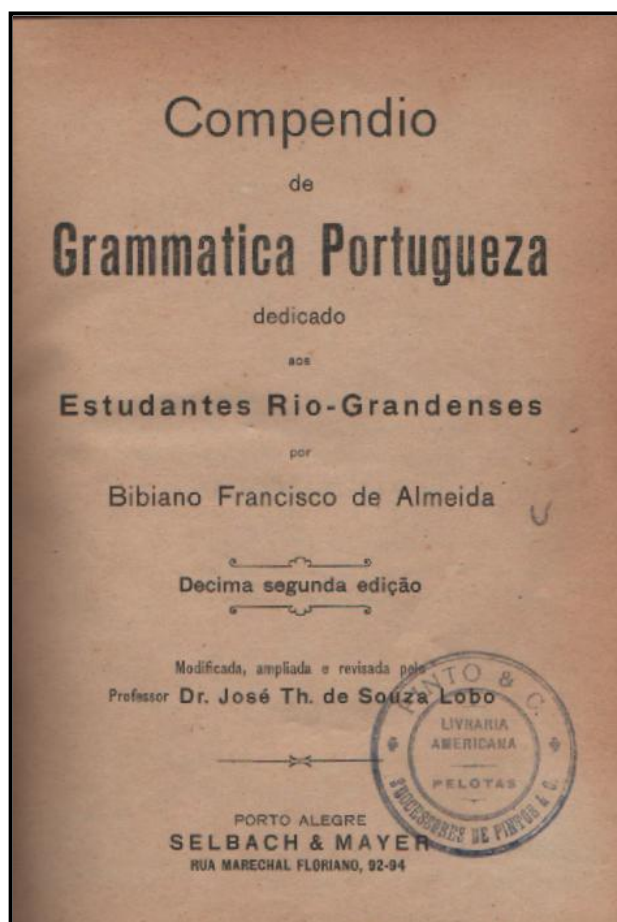
[...] Quando o Sr. Bibiano, do alto do seu charlatanismo, afirmou que meu livrinho era uma *verdadeira calamidade* nas escolas, esqueceu-se que eu podia fazer-lhe a seguinte pergunta: E que tem sido o Sr. Bibiano – o registro da libertinagem – senão a maior das calamidades como preceptor da infância? O Sr. Bibiano dirigindo o que a família e a sociedade têm de mais santo e puro! Só n'este paiz! HILÁRIO RIBEIRO. Pelotas, Julho de 1881 (PROCESSO CRIME, 1881, p. 5).

Além de existir concorrência entre os estabelecimentos particulares existentes, podemos notar que também existia concorrência no âmbito das publicações didáticas, principalmente quando eram aprovadas pelo Conselho Diretor da Instrução Pública, vindo a ser indicadas como obra obrigatória em todas as escolas, caso semelhante, já discutido neste estudo nos subcapítulos anteriores, quando tratamos do Compêndio de Geografia publicado pelo Prof. José Vicente Thibaut na década de 1860. Não podemos deixar de mencionar que para um intelectual, como era o caso desses professores gaúchos, ter uma obra publicada e circulando entre os alunos e escolas públicas e particulares da Província refletia certo prestígio bem como um ganho financeiro. Assim como o Prof. Hilário Ribeiro¹⁷⁴, o Prof. Bibiano de Almeida havia publicado recentemente um Compêndio de Gramática Portuguesa (Figura 58), o qual foi aprovado em parecer pelo Prof. Fernando Gomes:

PARECER [...] A aceitação que auguro para o novo Compendio de **Grammatica Portugueza**, tando no ensino official como no particular, confirmará os credits de seu auctor, de quem, com subida estima e muita consideração, subscrevo-me. Fernando Ferreira Gomes. S.C., 8 de Julho de 1880 (COMPENDIO, 1888, p. V, grifos do autor).

¹⁷⁴ O Prof. Hilário Ribeiro produziu vários livros didáticos ao longo da segunda metade do século XIX: **"Primeiro Livro de Leitura"**. Rio Grande: Livraria Americana, 1878 (várias edições); (123ª edição em 1943 pela editora Francisco Alves); **Cenário Infantil: segundo livro de leitura**. *ibid.*, 1879 (reeditado, Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, com um total de 165 edições até 1940); **Gramática portuguesa**. Pelotas: Livraria Americana, 1880; **Lições do lar** (1º, 2º, 3º. Livros de Leitura). *ibid.*, 1880; **Geografia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Liv. Americana, 1881 (3ª Ed., 1883); **Gramática elementar e lições progressivas de composição**. *ibid.*, 1882 (mais de 7 edições); **Na terra, no mar e no espaço: terceiro livro de leitura**. Rio de Janeiro: Alves & C., 1883; **Cartilha nacional para ensino simultâneo de leitura e caligrafia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1884 (245 edições até 1957); **Pátria e dever: quarto livro de Leitura**. Porto Alegre: Liv. Americana, 1887; **Elementos de Moral e Cívica**. Rio de Janeiro, 1895 (4ª Ed., Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1907)" (TAMBARA, 2003, p. 232).

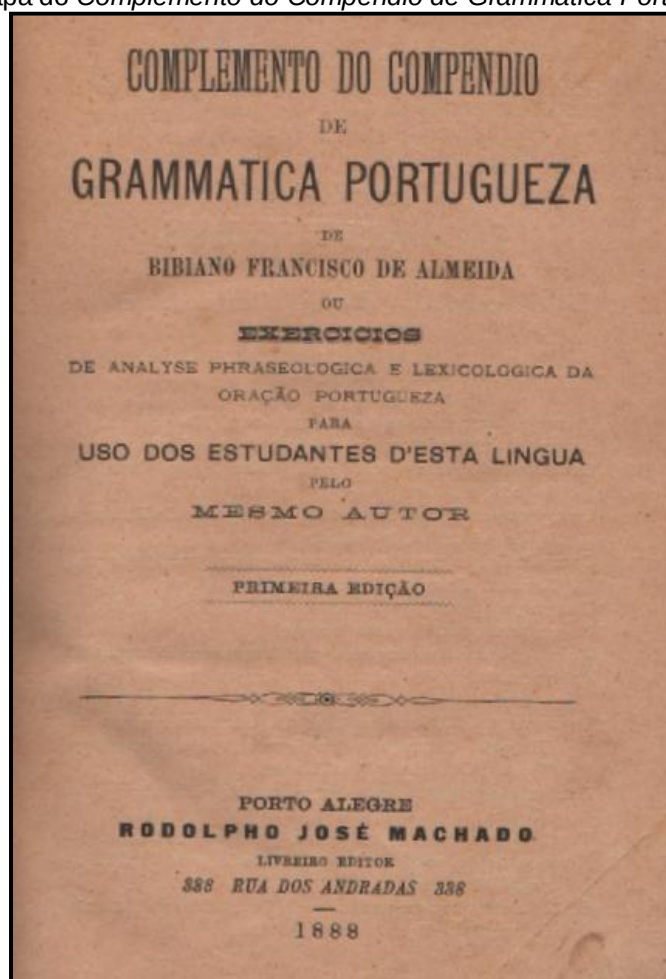
Figura 58: Capa do *Compendio de Grammatica Portugueza* (1887).



Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Esse desentendimento entre mestres não teve prosseguimento, sendo finalizado o processo crime com o não comparecimento do Prof. Hilário Ribeiro nas audiências realizadas na cidade de Pelotas, fazendo com que o Juiz Municipal encerrasse o processo. O Compendio do Prof. Bibiano de Almeida tornou-se referência não apenas nas instituições públicas de ensino, mas também na Escola Militar e em alguns colégios particulares. Em 1888, já atuando no ensino secundário rio-grandino com o *Gymnasio Brasileiro*, ele publica o *Complemento do Compêndio de Gramática Portuguesa* (Figura 59):

Figura 59: Capa do *Complemento do Compendio de Grammatica Portugueza* (1888).



Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

A proposta curricular do ensino secundário do *Gymnasio Brasileiro* esclarecia ao público que naquele curso seriam contempladas apenas “as materias exigidas para a admissão nas escolas superiores do Império, a saber: Portuguez, Latim, Francez, Inglez, Arithmetica, Algebra, Geometria, Geographia e Cosmographia, Historia, Geografia, Rhetorica e Philosophia” (DRG, 12/12/1886). Conjuntamente, o colégio oferecia em seu currículo matérias do ensino primário, que eram ministradas pelo diretor sendo coadjuvado por D. Ernestina Tulla de Almeida, situação cada vez mais recorrente, reforçando o movimento de feminilização do magistério primário nesse período (TAMBARA, 1998).

Em seu primeiro ano de funcionamento, o colégio de Bibiano de Almeida divulga na imprensa local a lista de alunos aprovados nos exames realizados na Delegacia Especial da Instrução Pública (Figura 60), evidenciando seu

papel de curso voltado aos exames de preparatórios, exigidos tanto pelas faculdades como pelas Escolas Militares.

Figura 60: Alunos do *Gymnasio Brasileiro* aprovados nos exames de preparatórios em 1887.

GYMNASIO BRASILEIRO
Collegio de instrução primaria e secundaria, fundada
na cidade de Rio Grande

Em 10 de Janeiro de 1887

Resultado dos exames do curso preparatorio perante a delegacia especial
da instrução publica da cõite.

PORTUGUEZ
Plenamente: (Ordem alphabetica)
1 Francisco de Paula da Fontoura Galvão.
2 Frederico José da Silva Póvoas Filho.
3 Gustavo Dias Gonçalves.

FRANCEZ
Plenamente:
4 Virgilio da Costa Bezerra.
Approvados:
5 Frederico José da Silva Povoas Filho.
6 Gustavo Dias Gonçalves.

INGLEZ
Plenamente:
7 Antonio Carlos Lopes.
Approvados:
8 Francisco de Paula da Fontoura Galvão.
9 Frederico José da Silva Povoas, Filho.
10 Lucio Jardim.

LATIM
Plenamente:
11 Lucio Jardim.
12 Antonio Carlos Lopes.

HISTORIA
Plenamente:
13 Virgilio da Costa Bezerra.

Além d'estas approvações conta o *Gymnasio* mais duas obtidas pelo estudante João Pedro de Albuquerque — distincção em portuguez e plenamente em francez. Doutrinado pelo director e professo, não exhibiu attestado do mesmo por haver sido obrigado a retirar-se para a capital um mez antes dos exames.

O que a alguém poderá ter causado admiração, é o facto de em tão curto espaço apresentar o *Gymnasio* duas approvações em latim, lingua cujo mecanismo é de difficil conhecimento; porém essa admiração se desvanecerá, attendendo-se a que os jovens, approvados são de trui clara intelligencia, tiveram constante applicação, lições duplicadas e muitas vezes triplicadas.

O resultado obtido é evidente prova de que n'este estabelecimento se trabalha com real proveito, e parece garantir, no anno proximo, a concurrencia necessaria para sua sustentação.

Como todos sabem, o *Gymnasio Brasileiro* foi fundado com um curso primario e um curso completo de estudos preparatorios para admissão a qualquer das escolas superiores do Imperio. Assim continuará, observando o mesmo programma com que foi instituido.

No proximo anno de 1888 as aulas serão abertas no dia 9 de Janeiro.

Rio Grande, 29 de Novembro de 1887. O director,
Bibiano Francisco de Almeida.

Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 01 de dezembro de 1887.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

No subcapítulo seguinte, alguns dos egressos do *Gymnasio Brasileiro* terão suas trajetórias profissionais consideradas como forma de corroborar a tese deste estudo, evidenciando que o ensino secundário rio-grandino, além de preparar os estudantes para os exames de ingresso no ensino superior

também tinha outras finalidades, como preparar seus alunos para o ingresso na Escola Militar de Porto Alegre e nas carreiras comerciais existentes no município. Dentro dessa proposta, destacamos o caso do aluno Virginio da Costa Bezerra que, após cursar o ensino secundário no *Gymnasio*, realizou os exames de preparatórios a fim de ingressar na Escola Militar da Província:

EXAMES – O inteligente rio-grandense Virginio da Costa Bezerra, acaba de ser aprovado plenamente, na escola militar de Porto Alegre, em arithmetica, álgebra, geometria e trogonometria, tirando o grau 9. O jovem Virginio é filho do Sr. Manoel da Costa Bezerra e entrou para a escola militar em Janeiro deste anno (DRG, 16/11/1888).

Assim como Virginio, outros jovens realizaram seus estudos secundários na cidade com diferentes finalidades, as quais serão abordadas no item seguinte. Entretanto, com o fim do período monárquico em 1889, o advento da República será responsável por nortear as novas perspectivas para a educação brasileira, muito influenciada pelos ideais positivistas principalmente no Rio Grande do Sul. Na última década do Império algumas particularidades na educação secundária puderam ser observadas na cidade do Rio Grande. É notável a demanda existente por novos colégios particulares de caráter propedêutico agregando a preparação para outras carreiras profissionais, além do ensino superior fora da Província voltado para as classes mais abastadas. A cidade passou a contar com um Curso Comercial dirigido pelo Prof. Ramalho, demonstrando que a educação secundária de cunho profissionalizante era uma necessidade para o público escolar do município. Percebemos a diminuição das ofertas de colégios com regime de internato, fato também observado nos novos colégios femininos que são criados por professoras normalistas, evidenciando também a consolidação do papel da mulher como docente voltada principalmente para o ensino primário, fato reiterado pelos colégios masculinos. A circulação de professores entre Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande nesse período permite refletir acerca da consolidação de três importantes polos educacionais na época, sinalizando a existência de uma rede de docentes que se articulava e replicava suas estruturas e dinâmicas colegiais nesses três municípios voltados para os grupos sociais interessados em “adquirir” esse bem cultural, neste caso, a instrução secundária no período.

5.3 Entre indícios, vestígios e sinais: fragmentos da trajetória do corpo discente do ensino secundário da cidade do Rio Grande

Por fim, coube a esta investigação traçar alguns itinerários dos egressos do ensino secundário da cidade do Rio Grande buscando provar, por meio de indícios, que através dessa formação foi possível a eles ingressarem não apenas no ensino superior, mas também em outras carreiras como a militar, a comercial, a docência e o jornalismo. Novamente, o paradigma indiciário (GINZBURG, 2012) nos respalda e permite tecer algumas considerações acerca dos vestígios e sinais deixados por esses sujeitos históricos na História da Educação do município.

Dentro dessa perspectiva, foi possível identificar e conhecer a trajetória de alguns dos alunos que realizaram seus estudos secundários na cidade do Rio Grande, dentro do recorte temporal desta pesquisa. Logo, foi a partir da história das instituições educativas apresentadas, juntamente com os percursos dos egressos, que a tese proposta por este estudo se legitima, afinal, com base na documentação analisada é possível afirmar que o ensino secundário particular se desenvolveu em razão de outras demandas locais de capacitação profissional, sobretudo para aqueles que não tinham condições financeiras para realizar os estudos em nível superior fora da Província. Poucos são os indícios de estudantes que procuravam o ensino secundário para o ingresso nas Academias do Império, mas, como veremos posteriormente, existiram alunos que, após realizarem sua formação nos colégios particulares da cidade, ingressaram no ensino superior, como foi o caso do estudante rio-grandino Antônio Carlos Lopes que ingressou na Escola de Farmácia de Ouro Preto no final do século XIX.

Esse levantamento do corpo discente se deu por meio das listas de alunos matriculados e aprovados nos exames finais das instituições secundárias, publicadas principalmente na imprensa, e em boletins produzidos pelos colégios, como é o caso dos Discursos proferidos pelo Prof. José Vicente Thibaut, diretor do *Collegio S. Pedro*, por ocasião do encerramento dos exames no ano de 1870. A partir de tais listas, foi possível dar início à investigação específica voltada às suas trajetórias profissionais, após a conclusão do ensino

secundário, buscando compreender a ligação entre a formação educacional e suas carreiras.

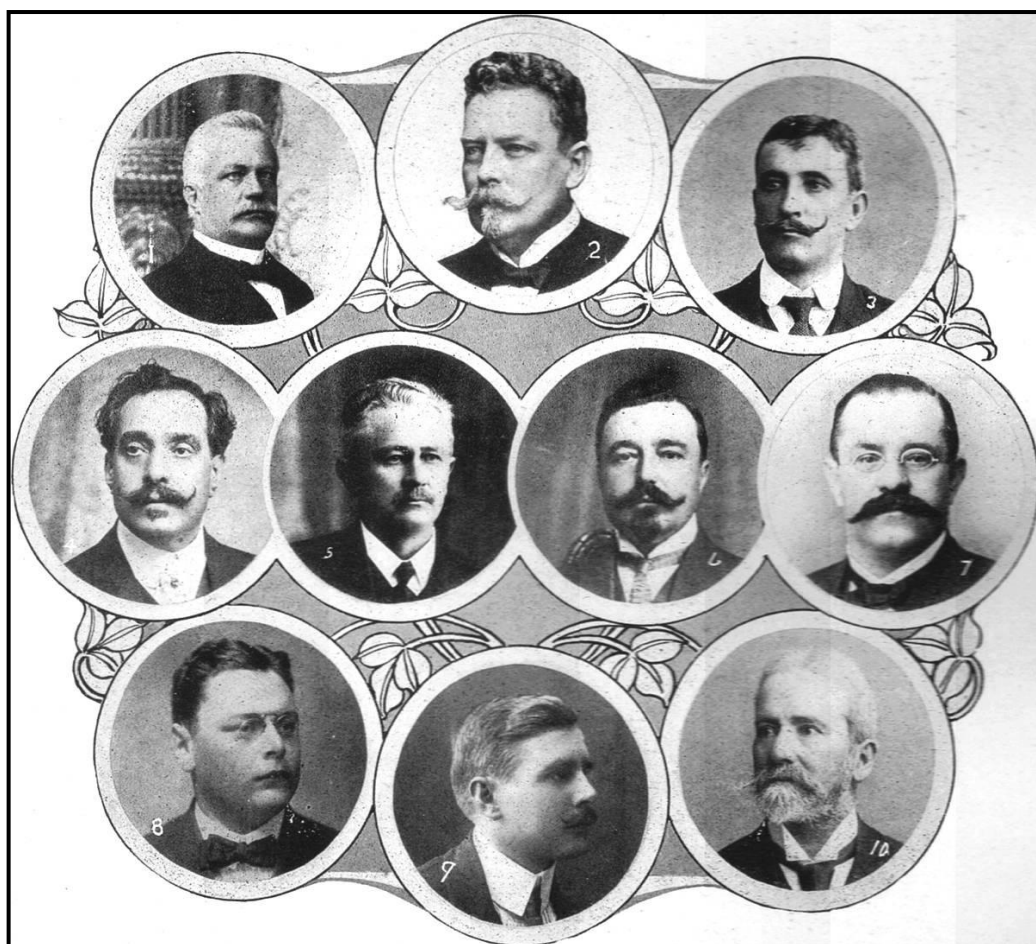
Na década de 1860, encontramos na lista de alunos matriculados no *Collegio União*, que na referida época era dirigido pelo Prof. Eduardo Grauert, o expressivo número de 125 alunos realizando ensino primário e secundário na instituição. Cotejando os nomes e sobrenomes dos alunos listados, é possível traçar algumas possibilidades de ambição profissional almejada por aqueles que realizavam os estudos secundários no colégio. Um dado significativo observado na lista de alunos tanto nessa instituição como nas demais que foram analisadas, é a questão de existir uma tradição familiar preocupada com a educação. No levantamento de dados e entrecruzamento de documentos, identificamos, principalmente em função dos sobrenomes, que se tratava de irmãos ou parentes próximos que juntos estavam realizando sua formação intelectual nos colégios particulares da cidade.

No caso do *Collegio União*, relevante instituição criada nesse período no município, encontramos os alunos, provavelmente irmãos e que possuíam vínculos com a elite mercantil da cidade, *Marcellino Martins Garcia* e *Joaquim Martins Garcia*, os quais já haviam estudado no *Collegio São Pedro*. No caso do aluno Joaquim foi possível constatar sua trajetória na carreira comercial após a finalização dos estudos secundários em Rio Grande. Joaquim Martins Garcia irá fundar uma firma importadora em 1879, sucessora da empresa criada por seu pai em 1852 (PIMENTEL, 1944, p. 393) e, após realizar os estudos primários e secundários no município, estabelece-se na Alemanha, onde atua no comércio durante sete anos (PIMENTEL, 1944). Segundo Fortunato Pimentel:

Voltando ao Rio Grande, em 1899, [...] trabalhou como corretor, pelo espaço de 3 anos. Começou a depois importar carvão; e hoje é um dos principais importadores, no Estado, deste combustível. Teve também importante casa de câmbio, negócio êsse que abandonou em 1909 para dedicar toda a sua atividade e atenção ao presente negócio. Importa também a casa de artigos navais, ferragens, carvão, etc. O Sr. Joaquim Martins Garcia exerce as funções de cônsul da Holanda, na parte sul do Estado do Rio Grande do Sul, desde 1885. É devotado amador do esporte e membro dos principais clubes locais (PIMENTEL, 1944, p. 453).

Na publicação *Impressões do Brasil no Século Vinte: sua história, seu povo, comércio, indústria e recursos*, editada em 1913 e impressa na Inglaterra por *Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd.*, identificamos Joaquim Martins Garcia no rol dos dez principais comerciantes da cidade do Rio Grande naquele período, conforme imagem a seguir (Figura 61). Na ilustração estão em destaque os seguintes comerciantes, devidamente numerados: 1) Carl Albrecht; 2) Charles Fraeb; 3) Campos Assumpção; 4) A. J. Silva Guimarães; 5) Christian Nygaard; 6) Hermann Meissner; 7) Georg Wachtel; 8) Gustav C. Federsen; 9) Ricardo L. Nieckele; 10) Joaquim Martins Garcia.

Figura 61: Comerciantes da cidade do Rio Grande no início do século XX (1913)



Fonte: LLOYD, 1913, p. 859.
Acervo particular Eduardo Arriada.

Um caso semelhante, atrelado à questão de dar continuidade aos negócios da família no comércio local pode ter acontecido com os alunos do *Collegio União* e provavelmente irmãos, *Carlos Westendorff* e *José Westendorff* possíveis herdeiros do comerciante estrangeiro Julius Westendorff (Figura 62), com casa comercial na cidade desde a década de 1850. Seu interesse pelos estudos pode estar vinculado em buscar uma formação específica para atuar nas transações mercantis desempenhadas pelo pai.

Figura 62: Anúncio da casa comercial de J. Westendorff.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 07 de janeiro de 1860.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Outro aluno cuja trajetória profissional pode estar vinculada ao comércio local é o estudante *Olympio Gomes Magriço*. Seu familiar, provavelmente seu pai, Manoel José Gomes Magriço, possuía uma importante loja de ferragens e metais que também comercializava louças e vidros na cidade. Essa casa comercial obteve destaque no levantamento feito pela Alfândega do município sobre as pessoas do comércio local (DRG, 08/01/1887). Outro aluno que se encontra nesse levantamento é *José Marques Vaz de Carvalho* que será proprietário de um estabelecimento voltado para o comércio de metais e ferragens na cidade no final da década de 1880 (DRG, 08/01/1887).

Adolpho de Souza Gomes foi aluno do *Collegio União* e também se dedicou ao comércio. Cabe destacar que Adolpho realizou seus estudos secundários também no *Collegio S. Pedro*, sendo aprovado com distinção nos exames de Aritmética, Geografia, História e Português em dezembro de 1870 (DISCURSO, 1870). Segundo o Registro de Profissões da cidade, ele exercia a profissão de Guarda Livros no início do século XX, ofício relevante para o comércio local e que exigia uma formação específica, que o ensino secundário

acabava abrangendo. Além disso, segundo o Livro de Lançamento das Industrias e Profissões de 1913, ele também era proprietário de um Oficina de Tambo na Rua Aquidaban nº 48 (LANÇAMENTO, 1913, p. 18).

Na lista de alunos examinados no *Collegio S. Pedro* em dezembro de 1870, destacamos alguns que, mediante seus sobrenomes, poderiam buscar o ensino secundário como formação profissional na área do comércio, dando sequência aos negócios familiares. O aluno *Augusto Hormain*, por exemplo, aprovado nas classes de Aritmética, Geografia e Português (DISCURSO, 1870), pode ter parentesco com o comerciante Francisco Hormain, que possuía um estabelecimento voltado para o vestuário, importando tecidos da Europa e comercializando “Fazendas, modas, objetos de armarinho e roupa feita” (DRG, 08/01/1887), conforme anúncios na imprensa local:

Figura 63: Anúncios da loja de Francisco Hormain

Objectos para luto.
 Recebem-se todos estes artigos na loja de
Francisco Hormain:
 Adereços pretos de borracha.
 Pulceiras de diferentes gostos.
 Medalhas pretas.
 Fitas de fumo de todas as larguras.
 Escumilhas de seda pretas.
 Flores pretas de seda e de fumo.
 Luvas de retroz, com e sem dedos.
 (9)

Olhem todos !
A loja de Francisco Hormain
recebeu :
 Botões de madreperola grandes e pequenos.
 Gualdas riquissimas para noiva.
 Véos de noiva bordados com seda frouxa.
 Mantas de lan, ponto de malha, a 1\$
 Panno estrella superior.
 Rendas valenciennas largas.
 Setins de todas as cores.
 Flores pretas para luto.
 Pelucias brancas muito finas.
 Filós de seda e de algodão, com e sem salpicos.
 Vendo-se todos estes artigos a resto de barato.
119 Rua dos Principes 119
 (10)

Ainda tem
 um resto de casacos de gorgurão a 12\$000.
Soutaches de seda
 brancas, pretas e de cores.
Bonecas
 de louça e de borracha.
Camisas bordadas
 para crianças recém-nascidas.
Blecos
 de mamadeira de borracha.
Fitas
 de chamalote e de gorgurão para fachas.
Alpacas
 muito finas, cores escuras, a 500 réis o covado.
TUDO ISTO A RESTO DE BARATO.
Na nova loja de F. Hormain.
 (11)

LUVAS PRETAS
 DE
PELICA
 muito frescas
 Recebeu por este
 vapor, a loja de
FRANCISCO HORMAIN.
119 Rua dos Principes.
 (12)

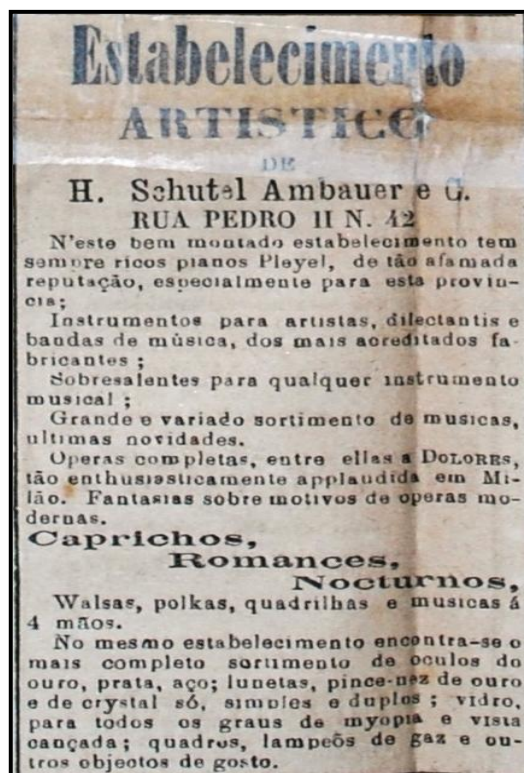
Fonte: Jornal *Diario do Rio Grande*, 02/08/1875; 18/02/1876; 11/11/1878.

Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Outros estudantes com possíveis vínculos com o comércio são os irmãos *Ricardo Ambauer Calcagno* e *Emilio Ambauer Calcagno*. Ambos foram alunos do *Collegio S. Pedro*, Ricardo foi aprovado nos exames de Português,

História e Geografia, enquanto Emilio realizou os exames de Aritmética, Leitura impressa e manuscrita e Doutrina Cristã. Pelas disciplinas, podemos perceber que Ricardo havia realizado o ensino secundário, enquanto seu irmão Emilio estava concluindo o primário. Na mesma época, a cidade do Rio Grande contava com uma casa comercial voltada para a venda de instrumentos musicais, a H. Schutel Ambauer & C (Figura 64):

Figura 64: Anúncio da loja de H. Schutel Ambauer & C.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 04 de agosto de 1876.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

É significativo mencionar que esses estudantes poderiam também ser parentes da Prof^a Camilla Ambauer Calcagno, professora particular na cidade do Rio Grande (Figura 65) e que na década de 1880 irá fundar o *Collegio Brasileiro Italiano* junto com a Prof^a Amalia Schutel Ambauer.

Figura 65: Anúncio do *Collegio particular de meninas* da Prof^a Camilla Ambauer Calcagno



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 06 de janeiro de 1875.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Os estudantes *João Rodrigues Vianna* e *José dos Santos Lontra* também podem ser associados com importantes comerciantes locais. Esses dois alunos foram aprovados nos exames de Aritmética, Geografia, História, Latim, Português, Francês e Inglês do *Collegio S. Pedro* (DISCURSO, 1870), estando aptos para a realização de qualquer exame de preparatório nas Academias do Império. Todavia, não encontramos elementos que possibilitem vislumbrar essa alternativa, porém, cabe levantar a possibilidade da herança nos negócios familiares. No caso de João Rodrigues Vianna, identificamos a empresa de José Manoel Rodrigues Vianna que trabalhava com “maçames, tintas e aprestos navaes” (DRG, 08/01/1887). Situação semelhante ao aluno José Lontra, já que nesse período identificamos uma loja de armarinho e comercialização de vestuário conhecida como “Loja do Lontra”, podendo ser sua ou de algum familiar.

Figura 66: Anúncio da Loja do Lontra.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 06 de janeiro de 1875.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Leopoldino Flandim, aluno do *Collegio S. Pedro*, aprovado nos exames de Aritmética, Inglês e Francês (DISCURSO, 1870) também pode ter seguido a carreira comercial na cidade do Rio Grande. Um conhecido comerciante do ramo de calçados na cidade, João Flandim (Figura 67), pode possuir uma ligação familiar com este aluno. O fato de o aluno realizar os exames nessas matérias acaba sinalizando um provável interesse nas exigências das carreiras comerciais, já que ter o domínio de línguas estrangeiras e dos saberes matemáticos era fundamental para trabalhar no comércio rio-grandino nesse período.

Figura 67: Anúncio da Fábrica de calçados de João Flandim.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 05 de janeiro de 1877.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Os filhos do comerciante português Antônio da Silva Ferreira Tigre também realizaram o ensino secundário no *Collegio S. Pedro*. Antônio da Silva Ferreira Tigre foi aprovado nas disciplinas de Escrituração Mercantil, Aritmética, História, Inglês e Francês, já seu irmão, Antônio da Silva Ferreira Tigre, foi aprovado em Inglês, Francês e Latim (DISCURSO, 1870). Seu pai era membro da elite mercantil local, sendo membro da Diretoria da Companhia de Seguros Esperança, na década de 1860, junto com João Barbosa Coelho e Eufrásio Lopes de Araújo (DRG, 27/11/1860). Segundo Décio Vignoli das Neves:

O Comendador, que era português de nascimento, foi um notável rio-grandino de coração. Gostava imenso do Rio Grande, como se fosse a sua terra natal [...] Aqui aumentou grandemente a sua fortuna e

passou a ser um dos mais fortes e acatado comerciante atacadista da praça (NEVES, 1987, p. 92).

Os filhos de Antônio Tigre seguiram a carreira comercial que o pai já vinha construindo desde que se estabelecera na cidade. Alfredo e Antônio fundaram a empresa Tigre & Irmão (Figura 68) na década de 1870 dando continuidade aos negócios da família.

Figura 68: Anúncio da casa comercial de Tigre & Irmão.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 14 de março de 1878.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

A trajetória do aluno *Julio Joaquim de Godoy* também está vinculada ao interesse em seguir uma carreira comercial. Seu pai, José Joaquim de Godoy, era membro da elite mercantil da cidade, envolvido, inclusive, com as questões políticas do município exercendo a função de Vereador da Câmara Municipal no final da década de 1870 (OFÍCIO, 11/08/1879), participando das comissões da criação da Escola Silveira Martins (RELATÓRIO, 1880). Além de sua atuação política, Godoy era proprietário de uma importante Drogaria do município, *Pharmacia de Godoy & Filho*, comercializando remédios e também instrumentos cirúrgicos e óticos (DRG, 08/01/1887). É bem provável que Julio Joaquim tenha se dedicado ao comércio junto com seu pai (Figura 69), todavia, a formação intelectual obtida por meio dos estudos secundários pode ter despertado nele o interesse em fazer parte de uma das sociedades literárias da cidade, a *União Litterária*, criada na década de 1870, que contava com a presença significativa de jovens estudantes rio-grandinos, como é o caso do também aluno do *Collegio União*, Tito Job:

A PEDIDO: Continuação da lista dos sócios da sociedade União Litteraria. Alfredo Nunes de Almeida, ausente; Cosme José da Silva, alferes; João Gualberto Silvino Vidal; Joaquim Nicolau de Almeida; José Antonio Moura Soeiro, ausente; Julio Joaquim de Godoy, ausente; Luiz Alves L. Oliveira Salgado, capitão, ausente; Tito Job. Rio Grande, 30 de junho de 1876. Pedro Celestino Boa Nova, 1º secretário (DRG, 16/07/1876).

Figura 69: Anúncios da Pharmacia de Godoy & Filho.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 22 de maio de 1881.
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

A partir desses indícios identificamos um número significativo de egressos do ensino secundário local que possivelmente seguiram nos negócios da família, caracterizados como a segunda geração de imigrantes na cidade do Rio Grande. Contudo, é importante destacar que não desconhecemos a existência de estudos que identificaram que a primeira geração de imigrantes, no caso judeus em Pelotas (GILL, 1999), buscou manter uma determinada situação de classe, enquanto que a segunda geração, estimulada pela ascensão social, compreendida como o “objetivo de todo imigrante” (GILL, 1999, p. 6), almejava as profissões liberais através da formação nos estudos superiores. Todavia, por se tratar de outro recorte temporal e espacial, a presente investigação identificou que a segunda geração de imigrantes de diferentes origens, como portugueses, italianos e alemães, mantinha o desejo de ascensão e prestígio social vinculado à situação de classe, consolidada pelas primeiras gerações, interessada em dar continuidade aos negócios da família. É bem provável que as próximas gerações tenham se dedicado às

profissões liberais, motivadas, inclusive, pela proximidade de instituições de ensino superior que serão criadas no RS no final do século XIX.

Outro jovem estudante que irá se envolver com o universo literário da cidade foi o também aluno do *Collegio União*, *Crescentino Baptista de Carvalho* que participava ativamente das sessões da *Juvenil Litteraria* na década de 1870, conforme retratado na imprensa local:

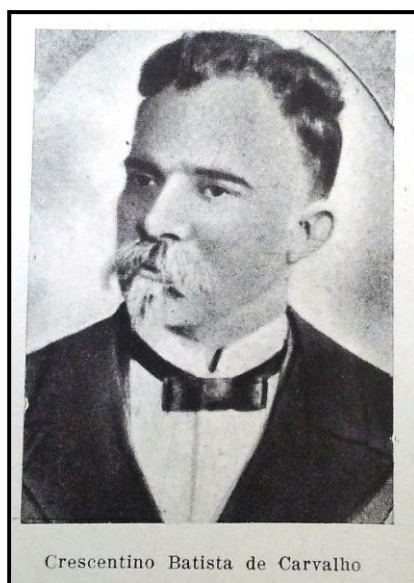
Juvenil Litteraria: Extracto da acta da sessão ordinária que teve lugar a 23 de janeiro de 1876. Presidencia do Sr. Ildefonso Cardoso; Membro: Almeida Lobo. Ordem do dia: O Sr. Alfredo dos Santos apresentou o parecer sobre a these: *O fuzilamento de Maximiliano no México foi ou não um acto de inaudita barbaridade?* Orou em favor do parecer o Sr. Rocha Gallo e contra o **Sr. Crescentino de Carvalho**. O Sr. Barém Júnior requereu o encerramento da these; posta a votos o requerimento se devia ou não ser encerrada, prevaleceu que sim. É apresentado pelo Sr. Louzada um requerimento, pedindo para que fossem imprimidos vinte exemplares dos estatutos da sociedade para serem distribuídos pelos sócios correspondentes (DRG, 24/01/1876, grifos nossos).

Crescentino realizou o ensino primário e secundário na cidade do Rio Grande e teve uma carreira profissional bem diversificada em relação aos seus outros colegas conterrâneos. Concluído os estudos secundários no município, veio a trabalhar como jornalista e professor na capital, conforme Azevedo:

Sabia muito bem a língua portuguesa, falava e escrevia corretamente o francês, conhecia bastante o inglês, e não era menos versado em matemática e geografia, bem como na filosofia daquela época. [...] Moço ainda, foi jornalista na capital de seu Estado, onde exerceu o magistério, tornando-se Professor do Colégio de Apolinário Pôrto Alegre. Foi designado, diversas vezes, pelo Govêrno do Rio Grande do Sul para examinador das provas gerais de preparatórios do *Ateneu Rio-Grandense* e para fazer parte das bancas examinadoras de concursos, inclusive os de Praticante da Administração-Geral dos Correios (AZEVEDO, [195?], p. 122).

Crescentino finaliza sua trajetória profissional no funcionalismo público, sendo o 26º Inspetor da Alfândega do Rio Grande (Figura 70), cargo que ocupou por mais de uma década (NEVES, 1989). Aposentou-se como Conferente da Alfândega do Rio de Janeiro, em 1916, atuando no Ministério da Fazenda durante 46 anos (AZEVEDO, [195?]).

Figura 70: Imagem do Sr. Crescentino Batista de Carvalho.



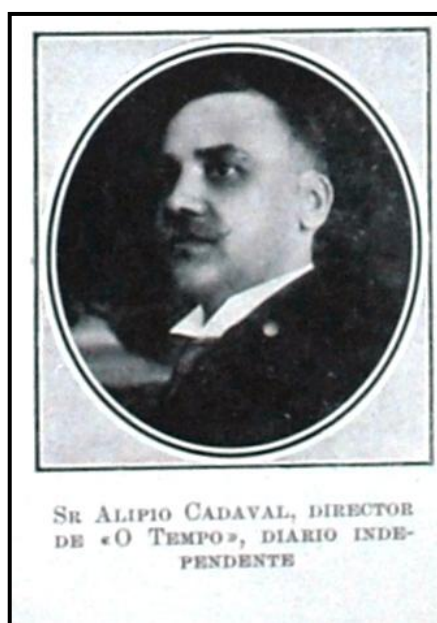
Fonte: AZEVEDO, [195?].

Semelhante ao caso do aluno Crescentino, que com sua formação no ensino secundário pode atuar como professor particular, o estudante *Julio Joaquim da Rocha* também seguiu a profissão docente com base nos estudos secundários realizados no *Collegio S. Pedro*. Julio Joaquim foi aprovado nos exames de Inglês, História, Francês e Português realizados no colégio do Prof. Thibaut de 23 de novembro a 06 de dezembro de 1870 (DISCURSO, 1870) e, alguns anos depois, passa a oferecer aulas particulares de Primeiras Letras em sua residência (DRG, 02/11/1877). No ano de 1879 passa a integrar o corpo docente do *Collegio Brasil*, colégio particular voltado ao público masculino, dirigido pelo Prof. W. Reugé d'Orloff. Não sabemos afirmar por quanto tempo Julio Joaquim se dedicou à docência, todavia, tanto Crescentino de Carvalho como Julio Joaquim da Rocha evidenciam que a realização dos estudos secundários na cidade do Rio Grande, de certa forma, acabava preparando os alunos para seguirem a carreira no magistério, sendo uma alternativa para as classes menos abastadas que não conseguiam arcar com a realização dos estudos superiores de seus filhos, que se dava fora da Província.

Na lista de examinados do *Collegio S. José*, dirigido pelo Prof. Francisco Rodrigo de Souza, em dezembro de 1880, encontramos alguns alunos cuja trajetória profissional merece ser abordada. Esse colégio, que havia sido criado recentemente, realizou no encerramento do ano letivo os exames das classes

de Português, Francês, Aritmética e Geografia. O aluno *Alipio Cadaval*, aprovado com distinção em Português, foi um dos alunos premiados nos exames (DRG, 11/12/1880). Após cursar o ensino secundário, Alipio (Figura 71) seguirá a carreira jornalística no município, tornando-se o Diretor e Proprietário do jornal “O Tempo” (PIMENTEL, 1944).

Figura 71: Imagem do Sr. Alipio Cadaval.

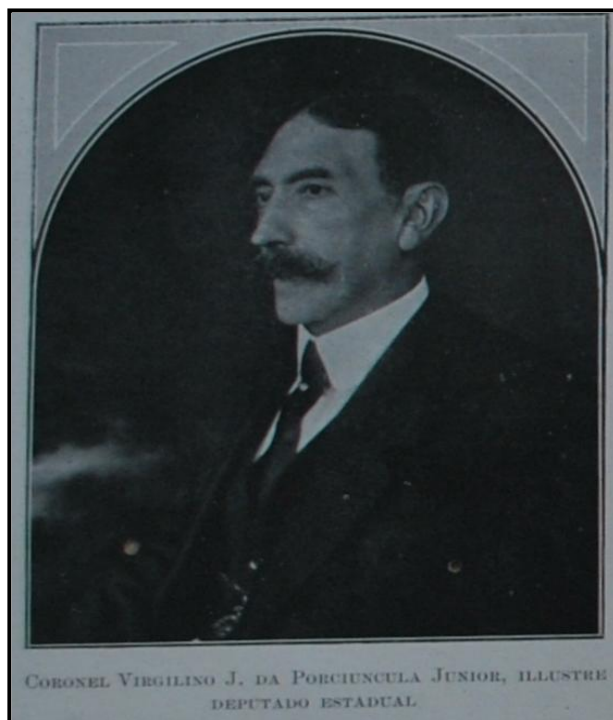


Fonte: DOMEQ, 1916, p. 315.

O aluno *Virgilino José da Porciuncula Junior*, aluno do *Collegio União* e que também havia sido aluno do *Collegio S. Pedro*, tornou-se uma figura política importante na cidade. Seu pai, Virgilino José da Porciuncula, aparece como um dos diretores da Companhia de Seguros Marítimos Fidelidade, vice-cônsul da Áustria no município (DRG, 06/03/1859). Em 1869, exerceu o cargo de Presidente da Associação Comercial da cidade, também conhecida como Praça do Comércio (PIMENTEL, 1944, p. 113). Filho de um membro da elite mercantil de Rio Grande, Virgilino (Figura 72) possuía a patente de Coronel, contudo, não conseguimos identificar no acervo da Escola Militar de Porto Alegre documentação que comprovasse sua presença na instituição, o que pode significar que ele tenha recebido um título honorário pela sua representação política no município. Sua atuação profissional se deteve no

âmbito político, onde atuou como Conselheiro Municipal e posteriormente como Deputado Estadual.

Figura 72: Imagem do Sr. Virgilino José da Porciuncula Junior



Fonte: DOMEQ, 1916, p. 314.

No que diz respeito às redes de sociabilidade que ele mantinha na cidade, cabe destacar sua presença como sócio da Biblioteca Rio-Grandense atuando, inclusive, como membro da Comissão de Contas no final da década de 1880 (RELATÓRIO, 1886). No Relatório da Intendência Municipal, referente ao ano de 1921, produzido pelo Intendente Dr. Alfredo Soares do Nascimento, encontramos alguns aspectos históricos da trajetória profissional deste “illustre filho do Rio Grande”:

Foi eleito para o primeiro Conselho Municipal que se organizou após o advento da República, em 1892, e serviu até 1896. Foi escolhido, pelos seus pares, para o cargo de secretario, tendo tomado parte na elaboração da primeira Lei Orgânica do Município. Em 1904 foi novamente eleito conselheiro municipal, e em 1908 reeleito, servindo até 1912, tendo ocupado, ininterruptamente, durante esse período de oito annos o logar de presidente. Em 1912 foi eleito deputado á Assembléa dos Representantes do Estado, na vaga pelo fallecimento do Dr. Trajano Augusto Lopes, sendo-lhe pelo eleitorado republicano renovado o mandato para as legislaturas seguintes, em 1913, 1917 e 1921, tendo, sem interrupção, feito sempre parte da commissão de orçamento (RELATÓRIO, 1922).

Vale mencionar que Virgilino foi um dos fundadores da Associação dos Empregados no Comércio do Rio Grande, criada em 12 de outubro de 1901, sendo escolhido como um dos membros da primeira Diretoria (ESTATUTOS, 1902). Fortunato Pimentel destaca o papel significativo da Associação para o município:

A Associação dos Empregados no Comércio desde a sua fundação tem sempre defendido os interesses da cidade do Rio Grande em telegramas passados a diversos ministérios e Presidentes da República, sobre a abertura da Barra do Rio Grande, Leis de Sêlo, Recenseamento de Práticos e Mestres de Pequena Cabotagem, Leis de Empregados no Comércio, tendo sempre merecido a máxima consideração todas as suas razões apresentadas em defesa dos interesses do Rio Grande (PIMENTEL, 1944, p. 118).

Em 12 de outubro de 1934, o Cel. Virgilino vem a falecer na cidade do Rio Grande, deixando para seus sobrinhos, únicos herdeiros, uma fortuna considerável, incluindo diversas ações da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Rio-Grandense, da Companhia de Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), da Companhia União Fabril e títulos em sociedades recreativas da cidade, como, por exemplo, a Sociedade Sportiva Hipódromo Independência¹⁷⁵. De certa forma, podemos afirmar que esse egresso dos colégios particulares da cidade do Rio Grande pertencia à elite rio-grandina.

Poucos eram os rio-grandinos que nessa época realizavam o ensino secundário na cidade para ingressar nas Academias do Império. Um exemplo é o Bacharel Henrique Bernardino Marques Canarim, que por ser de uma família abastada, pôde realizar os estudos secundários no *Collegio Pedro II* formando-se Bacharel em Letras, seguindo para a Faculdade de Direito do Recife, graduando-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1850 (NEVES, 1989). Cabe destacar que:

[...] a profissão e a figura do bacharel tornavam-se estimuladas no Brasil. O prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão *stricto sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito. [...] Sinônimo de prestígio social, marca de poder político, o bacharel se transformava em uma figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política. [...] Convertia-se o bacharel no grande intelectual da sociedade local, chamando atenção o ecletismo das ideias e o pragmatismo em sua definição (SCHWARCZ, 1993, p. 186).

¹⁷⁵ Inventário Virgilino José da Porciuncula Junior, 01 de outubro de 1931, inventariante Plínio Thomas da Porciuncula. Acervo do Judiciário, Processo nº 1310. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Ao retornar para a cidade do Rio Grande o Bacharel Henrique Bernardino abre um escritório de advocacia ao mesmo tempo em que se dedica ao jornalismo local, sendo o diretor da redação do jornal *Diario do Rio Grande* nos anos de 1860 (Figura 73).

Figura 73: Cabeçalho do Jornal *Diario do Rio Grande*



Fonte: Jornal *Diario do Rio Grande*, 21 de janeiro de 1866.

Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Sua carreira profissional na cidade foi expressiva, trabalhando como Juiz de Paz da segunda vara do município (DRG, 06/03/1859) e, posteriormente, inserindo-se no âmbito político:

[...] exerceu por diversas vezes o cargo de Delegado de Polícia e de Vereador Municipal, tendo, outrossim, sido Juiz de Paz e Juiz Municipal. Depois, Chefe do Partido Conservador, numa época de enorme efervescência, a palavra e pena do ilustrado papareia caíam, nos momentos oportunos, como catapultas nos arraiais adversários. [...] Eleito e reeleito Deputado Provincial por diversas vezes [...] (NEVES, 1987, p. 83).

Seus filhos Leonel e Julio Canarim, diferentemente de seu pai, realizam os estudos secundários na cidade do Rio Grande. Leonel estudou no *Collegio S. Pedro* (DISCURSO, 1870) e Julio, após finalizar o ensino secundário, presta os exames para ingressar na Escola Militar de Porto Alegre:

Julio Canarim – Nos exames da escola militar de Porto Alegre acaba de ser aprovado o esperançoso joven Julio Canarim, com distincção em geographia, tirando o grau 10, e plenamente em portuguez, francez e arithmetica, tirando o grau 9. O joven estudante é filho do provecto advogado deste fôro Sr. Henrique B. Marques Canarim, a quem felicitamos pelas provas de intelligencia e applicação que acaba de exhibir seu brioso filho (DRG, 16/11/1888).

É necessário problematizar que na época em que Henrique Canarim realizou sua formação em Direito, os exames de preparatórios ainda eram realizados nas faculdades ou na capital da Corte. Todavia, por meio do Decreto 5.429, de 02 de outubro de 1873, foram criadas as Delegacias Especiais da

Instrução da Corte e, a partir dessa Lei, os exames de preparatórios passaram a ser realizados nas capitais das Províncias (ARRIADA, 2007). Uma das justificativas que legitima esse Decreto era a dificuldade de deslocamento dos candidatos e os gastos significativos daqueles que vinham de outras províncias e que, mesmo inscritos, poderiam não ser chamados imediatamente para a realização dos exames (HAIDAR, 2008). A partir desse Decreto, que estabeleceu as chamadas mesas gerais de exames de preparatórios nas províncias, a realização do processo seletivo adquiriu novos contornos e os exames suscitaram uma série de discussões quanto à formação secundária dos alunos e quanto à idoneidade do processo.

Passando por alto as questões de fraude, patronato, despreparo dos alunos, desorganização das bancas, complacência dos examinadores e descompasso dos dispositivos legais chega-se ao âmago do problema, ou seja, o conteúdo em si, totalmente inadequado ao que seria desejável na formação de um candidato ao ensino superior (TRINDADE, 2003, p. 81).

É necessário salientar que antes da oficialização da realização dos exames nas províncias na década de 1870, os questionamentos sobre o rigor das seleções já eram recorrentes. Em 1856, o Inspetor Geral da instrução primária e secundária do município da Corte, Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara, introduz uma medida visando “facilitar” os exames tanto para os examinadores quanto para os alunos. Em livros denominados “pontos” encontravam-se, resumidamente, as respostas às possíveis questões de diferentes matérias ensinadas no Colégio Pedro II. Essas publicações visavam acabar com a incerteza dos estudantes sobre as questões e estabelecer certa uniformidade entre o ensino oferecido pelo Colégio Pedro II e os demais estabelecimentos particulares da época (ALMEIDA, 2000). Entretanto, essa proposta gerou severas críticas:

Este sistema criou repetidores e até empresas que se encarregavam de preparar os rapazes para os exames. Enfiavam-lhes na cabeça, em rações bem dosadas, as questões e respostas que sua memória fosse capaz de reter. Não se lhes deixava jamais perder de vista o resultado a conseguir, precavendo-os de não nutrirem qualquer curiosidade inútil, aprendendo exatamente o que tinham necessidade de saber. Qualquer reforma deve modificar o sistema de exames: tornar impossível a preparação precoce e artificial, fazer com que a prática conscienciosa dos exercícios clássico torne-se uma preparação, a única preparação possível para o exame (ALMEIDA, 2000, p. 109).

O “patronato” nos exames foi também abordado pelo Ministro do Império, Doutor José Liberato Barroso, em sua obra sobre a instrução pública brasileira em 1867. Ele se dizia “testemunha ocular” do sistema corrupto dos exames na Faculdade de Direito de Recife e acrescentava:

Muitos candidatos á matrícula nas aulas superiores da Faculdade têm feito exames e sido approvados em preparatórios, que nunca estudarão; e outros se preparão com antecedencia apenas de oito ou quinze dias. Modernamente se fez a magnífica invenção da *bola*. Sendo grande o numero de concorrentes aos exames, os pontos se repetem muitas vezes, e por isto os estudantes levão de casa as provas escriptas em pedaços de papel enrolados, que transmittem aos examinandos, os quaes só têm a difficuldade de copia-las. Os exames se fazem em uma pequena sala do edificio do andar térreo, em que funcção as aulas, e que era antigamente destinada para aposento dos creados dos proprietários: a vigilancia é difficillima, ou quase impossivel. Com o auxilio da bola, um pouco de desembaraço ou petulância no exame oral, e alguma carta de empenho, consegue um ignorantissimo candidato a approvação em qualquer dos preparatórios (BARROSO, 1867 apud TAMBARA, 2005, p. 109).

O mesmo processo era exigido para o ingresso nas Academias Militares, dessa forma, os alunos que almejavam essa carreira também deveriam prestar os exames. No caso da cidade do Rio Grande, os alunos acabavam optando pela Escola Militar de Porto Alegre. Segundo o Anuário da Província, publicado em 1889, as disciplinas exigidas como preparatórios eram: “Portuguez, Francez, Trigonometria rectilinea, Geographia e Cosmographia, Historia Geral, Historia e Chorographia do Brasil, Physica e Chimica, Historia Natural, Rhetorica e Philosophia” (ANNUARIO, 1889, p. 209). Essa formação específica só poderia ser adquirida através do ensino secundário que era oferecido no município de Rio Grande unicamente pelos colégios particulares. É significativo ressaltar que, mesmo o ensino sendo parcelado e podendo ser realizado de forma avulsa, a inscrição para os exames na capital exigia do estudante um documento emitido por seu professor secundário atestando sua habilitação para prestar o exame na matéria desejada.

Estes exames são effectuados por bancas compostas de um presidente e dous examinadores, nomeados pelo presidente da provincia, sob proposta do Delegado Especial. Funcionam as bancas das 9 ás 4 horas da tarde a começar do dia 3 de novembro até esgotar-se a lista de inscripções. Em 20 de outubro de cada anno abre-se a inscripção, **sendo esta feita por meio de um requerimento dirigido ao Delegado Especial, no qual o professor do examinando attesta estar elle habilitado para fazer exame da materia de que se trata, e que a lettra e assignatura do requerimento são do próprio punho do requerente. A assignatura**

do attestador deve ser reconhecida por tabellião (ANNUARIO, 1889, p. 209-210, grifos nossos).

Entretanto, apesar de todas as exigências propostas pela Delegacia Especial, a fim de manter a credibilidade dos exames, muitos eram os casos de corrupção que circundavam esse processo seletivo. Sobre a existência de uma “máfia” dos exames de preparatórios, o Relatório de *Dunshee de Abranches*¹⁷⁶ de 1904 (TAMBARA, 1999) é um documento de grande relevância para a História da Educação, pois possibilita compreender, com base em fontes contemporâneas, a realidade educacional em um dado período. Esse documento caracteriza, em determinados momentos, “ambientes e rotinas extremamente viciadas e de certa forma escandalosas que propiciavam a existência de um efetivo “mercado da habilitação”” (TAMBARA, 1999, p. 168). Mesmo abordando questões da educação nas primeiras décadas do período republicano, ele apresenta uma retrospectiva histórica significativa para a sua compreensão no período imperial.

Sob qualquer ponto de vista o trabalho de Dunshee de Abranches é um documento de manuseio indispensável para o historiador da educação interessado em compreender os meandros deste sistema de ensino que vigiou por tanto tempo e que tanto influiu na vida educacional nacional (TAMBARA, 1999, p. 169).

Nesse documento, o então comissário do Governo declara que na década de 1860 iniciou-se uma nova fase de escândalos nos exames gerais de preparatórios que eram realizados na capital da Corte. O alto número de aprovados nos exames, em relação ao que fora registrado na década anterior, não refletia a realidade do ensino secundário brasileiro e gerava controvérsias.

Assim era que, em 1864, inscreviam-se e eram examinados, nas épocas marcadas em lei, 1.045 alunos, dos quais somente 237 eram reprovados! em 1865 mantinha-se a mesma estatística de benignidades: de 1.279 examinandos, 955 recebiam certificados de aprovações. Estas ascendiam em 1866, a 1.558 sobre inscrições. Finalmente, em 1867 os resultados finais das provas davam ainda 1.120 preparatórios aprovados em 1.679 matriculados! (ABRANCHES, 1904 apud TAMBARA, 1999, p. 182).

¹⁷⁶ João Dunshee de Abranches Moura (1868-1941) natural de São Luis (MA) foi professor, jornalista e deputado estadual e federal. Foi nomeado comissário do Governo junto aos institutos equiparados de ensino secundário e superior durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906). Nesse período produziu três relatórios ao Ministro do Interior. Em 1910 foi eleito presidente da Associação Brasileira de Imprensa (LOPES, 2015).

Segundo Abranches, essa situação foi contornada através das instruções feitas pelo Ministro Paulino de Souza, em 1868, com o objetivo de restaurar o rigor e a imparcialidade das mesas de exames. Entre os pontos principais dessa nova orientação, o autor do Relatório destaca:

1. A composição das mesas, formadas por um presidente, membro do Conselho Superior da Instrução Pública e por dois examinadores da confiança imediata do inspetor geral, e fiscalizadas por um comissário especial do Governo. Esses comissários deveriam ser tantos quantas fossem as mesas organizadas.
2. A separação das provas escritas das orais, sendo aquelas feitas a portas fechadas e sob as vistas do inspetor geral.
3. A garantia da imparcialidade dos julgamentos, especialmente das provas escritas. Para isso cada examinando correspondia a do requerimento de matrícula, marcaria com um mesmo número as folhas recebidas, em duplicata, apresentando apenas às mesas as que contivessem as exposições dos examinandos. E, para assegurar mais a retidão dos julgamentos, seriam estes proferidos nos mesmos dias em que se realizassem os trabalhos escritos (ABRANCHES, 1904 apud TAMBARA, 1999, p. 182).

Como reflexo da nova proposta do Governo, foram registrados os seguintes resultados dos exames: “na primeira época, aprovados 962 alunos; reprovados 988. Na segunda, aprovados 337; reprovados 175” (ABRANCHES, 1904, apud TAMBARA, 1999, p. 184). Assim, percebe-se um equilíbrio entre aprovações e reprovações, conforme o quadro do ensino secundário da época. Vale destacar que muitos jovens da Província de São Pedro ingressavam nas Academias do Império, sinalizando a existência de determinados grupos sociais que priorizavam uma formação em nível superior para seus filhos, como foi o caso da família de Henrique Canarim. Destacamos uma nota na imprensa sobre o número de alunos matriculados na Faculdade de Direito de São Paulo no final da década de 1860:

Matricularam-se este anno 306 estudantes na faculdade de direito de São Paulo: sendo 82 do RJ, 66 de SP, 64 de Minas, 37 da côrte, **32 do RS**, 10 do Paraná, 8 da Bahia, 4 de Pernambuco, 3 de Goyaz, 2 do Maranhão, 1 de Santa Catharina, 1 de Mato-Grosso, 1 do Ceará e 1 das Alagoas (DRG, 12/06/1867, grifos nossos).

Contudo, na década de 1870 novas instruções para os exames de preparatórios fazem com que sejam retomadas as discrepâncias entre candidatos inscritos, aprovados e reprovados no processo seletivo. O autor evidencia algumas das resoluções do período:

Alterava-se assim em 1872 o processo de serem distribuídas duas folhas de papel a cada examinando para elaborarem as suas provas, reservada uma delas para guardar a sua assinatura, dispondo-se que

escrevesse na última linha da única linha de única folha, que lhe era reservada, o seu nome, e rasgando o Inspetor Geral o pedaço, em que fosse lançado, para substituí-lo por um algarismo convencional. Isso não impediu que se praticassem os maiores escândalos nos exames desse ano, sendo aprovados em ciências 722 alunos, quando apenas foram reprovados 369, e em línguas 1.510 candidatos dentre 1.873 inscritos, ficando inabilitados unicamente 263 e não comparecendo os restantes (ABRANCHES, 1904 apud TAMBARA, 1999, p. 185).

Abranches destaca o ano de 1873 como sendo um dos mais férteis para a distribuição de certificados de aprovação ofertados sem qualquer tipo de constrangimento. Cabe destacar que, nesse ano, a partir do Decreto nº 5.429, as mesas gerais dos exames passaram a acontecer também nas capitais das Províncias, mesmo que essas não tivessem instituições de ensino superior. Esse fato pode, em certa medida, ter contribuído para o retorno da aprovação em demasia dos candidatos. O autor enfatiza que, após o Decreto, algumas províncias se destacavam no que ele denominou de “mercado dos exames”:

E de fato, o decreto de 2 de Outubro de 1873, permitindo a abertura de mesas de preparatórios em todas as províncias, tomara algumas delas, como o Piauí, Sergipe, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, os grandes mercados em que se compravam, às escancaras, certificados de aprovações, atraindo de todos os lados uma verdadeira imigração de estudantes, que assim conquistavam, em poucos meses todos os documentos exigidos para a matrículas nas Faculdades (ABRANCHES, 1904 apud TAMBARA, 1999, p. 188-189).

Segundo o Relatório de 1886, do Ministro Ambrósio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré, os exames nas províncias de Sergipe e Rio Grande do Norte foram suspensos em função das irregularidades e fraudes detectadas (ABRANCHES, 1904 apud TAMBARA, 1999). Abranches apontava algumas situações recorrentes e que exigiram do Governo atitudes para, ao menos, diminuir o abuso do “mercado dos exames”:

Expediram-se avisos, recomendando enérgicas providencias contra os alunos que prestavam exames por outros, trocando o nome. Sabia-se que determinados indivíduos exploravam esse torpe comércio, incumbido-se, por ajuste prévio, de conquistar certificados. Alguns até tinham o desplante de se apresentar duas e mais vezes perante a mesma comissão julgadora na mesma época de exames (ABRANCHES, 1904 apud TAMBARA, 1999, p. 185).

Com base nesses “vícios” presentes nos exames, foi necessária uma nova reorganização do processo, resultando na elaboração do Regulamento de 1874, o qual definiu novos procedimentos e condutas tanto para os examinadores como para os examinados. Entre as diretrizes do novo

regulamento merecem destaque: os exames passaram a ser permanentes de Abril a Novembro e os candidatos reprovados teriam um prazo de três meses para a realização de nova seleção; o tempo de arguição dos examinadores foi ampliado e passou-se a exigir que eles não exercessem o magistério particular; além da nova organização dos programas exigidos a fim de possibilitar que todas as matérias fossem englobadas evitando assim a antiga abordagem dos pontos (ABRANCHES, 1904 apud TAMBARA, 1999).

Entretanto, a chamada “indústria dos preparatórios” não tardou em burlar essas exigências. A exigência de uma mudança efetiva nos exames de preparatórios, também conhecidos como exames parcelados, era uma necessidade para a melhoria da educação secundária e de nível superior no Brasil. Os escândalos registrados nos processos seletivos não partiam apenas dos candidatos, mas, também, dos próprios examinadores.

[...] o governo imperial, depois de constantes denúncias, chegou a certificar-se de que não só havia examinadores oficiais que torpemente **mercadejavam os certificados de habilitações**, como também que **constituía indústria de alguns indivíduos** tomarem nomes supostos para prestar as provas perante as comissões julgadoras, fazendo-se passar pelos verdadeiros candidatos (ABRANCHES, 1904 apud TAMBARA, 1999, p. 176, grifos nossos).

Na década de 1880 dois projetos previam regenerar o ensino preparatório, priorizando a qualidade do ensino secundário e do ensino superior. Em 1882, Rui Barbosa apresenta seu projeto de reforma da instrução pública, no qual previa a extinção dos exames de preparatórios e a obrigatoriedade da conclusão do curso de bacharelado nas instituições públicas secundárias como condição para ingresso nos cursos superiores. Em 1886, o então Ministro Leitão da Cunha, também propôs um projeto semelhante, acrescentando a equiparação dos estabelecimentos particulares de ensino secundário, os quais teriam também o direito de conferir o grau de bacharel (HAIDAR, 2008). O Ministro Mamoré destacava que ao concluírem o bacharelado os alunos deveriam prestar o *exame de madureza*. Segundo o Ministro, sua inspiração estava nos exames implementados em alguns países europeus:

Instituído na Prússia, em 1788, e adotado nos demais países alemães, na Austro-Hungria e nos vários cantões da Suíça, o *maturitatis prüfung*, que só produzia seus benéficos efeitos quando confiado aos ginásios, constituía-se de “uma prova única, complexa

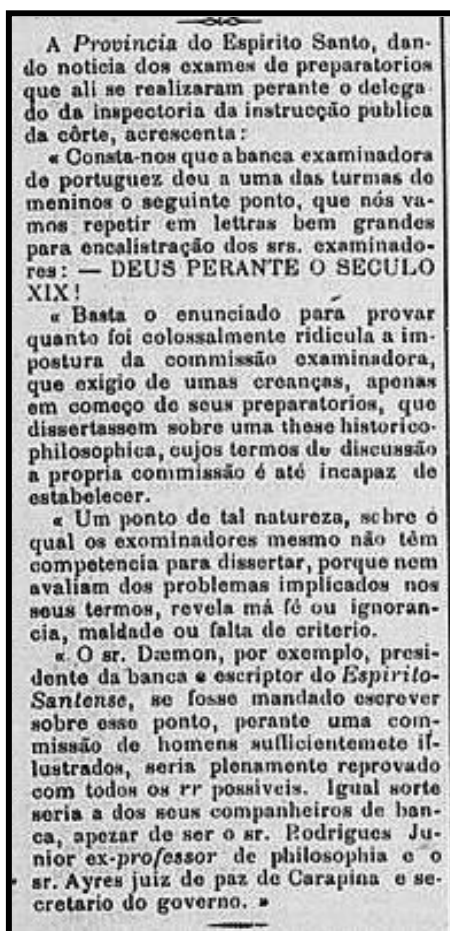
nas suas partes, abrangendo num exame individual todas as disciplinas”, destinava-se a avaliar o grau de desenvolvimento mental do candidato, sua maturidade para os cursos superiores, e não a quantidade de conhecimentos que sua memória conseguira armazenar (HAIDAR, 2008, p. 73).

No primeiro semestre de 1886 houve uma nova reforma nos exames gerais de preparatórios visando garantir a idoneidade do processo. Com a reforma, os exames passam a ter início no primeiro dia útil do mês de novembro e terminam ao esgotar a lista dos inscritos. No Artigo 1º são expostas as regras que devem ser observadas pelos membros das mesas no momento da realização das provas:

1º. Os membros da comissão julgadora darão juízo sobre a prova escripta, declarando cada um d’elles se a considera optima, boa, soffrivel ou má, e rubricarão o parecer; 2º. O examinando cuja prova escripta fôr considerada má, não será admittido á prova oral; 3º. No corpo da prova escripta cada membro da comissão lançará, firmando com a assignatura, o seu parecer acerca da prova oral do examinando, conforme a considerar optima, boa, soffrivel ou má; 4º. Não se considerará habilitado o estudante que não obtiver a maioria dos votos favoráveis (A FEDERAÇÃO, 16 de outubro de 1886).

Mesmo com a intenção de oferecer uma seleção mais justa aos candidatos, tentando evitar as fraudes, o processo ainda se mantinha subjetivo no quesito de avaliações da banca julgadora, que em diversos momentos também se enquadrou na famigerada “máfia dos preparatórios”, sofrendo, inclusive, diferentes críticas na imprensa. Em dezembro de 1886, o *Jornal A Federação*, periódico editado na cidade de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, reproduz uma notícia sobre os exames realizados na Província do Espírito Santo:

Figura 74: Notícia sobre os exames de preparatórios na Província do Espírito Santo



Fonte: Jornal A Federação, 09 de dezembro de 1886.
Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Conforme o Relatório de Dunshee de Abranches, de 1904, o Espírito Santo era uma das províncias que mais possuía casos de vendas de certificados de aprovação de preparatórios, constituindo-se como um dos grandes mercados dos exames, mesmo com todas as reformas e regulamentos aprovados e exigidos pelo Governo Central durante o período imperial (ABRANCHES, 1904 apud TAMBARA, 1999).

É válido apontar que nas novas demandas impostas pelo Conselho de Instrução pública da Corte na Reforma de 1886 constava a relação de interdependência das disciplinas cursadas nas instituições de ensino secundário, as quais seriam exigidas no momento da realização dos exames. Essa relação de dependência que se estabelece obriga, de certa forma, que os estudantes interessados em ingressar no ensino superior tivessem que obter uma formação básica, porém de fundamento em cada uma das disciplinas.

Sem as aprovações necessárias, o candidato não poderia seguir realizando as demais provas exigidas para o curso de seu interesse. O jornal *A Federação* (1884-1937), periódico do Partido Republicano Rio-Grandense publicado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul¹⁷⁷, apresenta na coluna do *Expediente da Instrução Publica* a seguinte informação:

Nenhum estudante poderá fazer quaes quer outros exames sem o de portuguez; o estudante que não tiver sido habilitado no de arithmetica, não será admittido a prestar o de algebra e o de geometria; d'este ultimo fica dependente o de geographia e cosmographia, bem assim convém determinar a ordem de successão do serviço pelo modo seguinte: lingoas – portuguez, latim, francez e inglez; sciencias – mathematicas elementares, geographia e cosmographia; historia, rethorica e philosophia. O exame de philosophia fica dependente da aprovação dos de historia e mathematicas, e não póde fazer-se, assim como o de rethorica, senão mediante a aprovação do de lingoas (A FEDERAÇÃO, 22 de outubro de 1886).

Após essa resolução, um incidente nos exames de preparatórios que aconteceram no dia 4 de novembro de 1886 na capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul merece destaque. Antes de dar início aos exames, o Delegado especial da Inspetoria da Instrução Pública da Corte, Dr. Trajano Viriato de Medeiros, informou aos candidatos que, por falta da presença dos examinadores, as provas seriam transferidas para a semana seguinte. Todavia, a reação dos estudantes perante essa informação resultou em depredação do prédio onde aconteceriam os exames, o que fez com que a polícia fosse requisitada pelo Delegado especial. Os relatos na imprensa mencionam a revolta dos estudantes, o descompromisso dos examinadores e a exaltação da ação policial para conter o grupo de jovens.

O joven Aداuto Dias dos Aydos teve um braço quebrado e o joven Mendes Rocha recebeu um ferimento no ventre. Na ocasião chegou o dr. Alfredo Clemente Pinto, lente da Escola Normal, o qual havia sido chamado para conter alguns dos seus alumnos, e foi brutalmente

¹⁷⁷ Segundo Leite (2016, s/n), a origem do jornal *A Federação* está vinculada ao “1º Congresso Republicano de 1883, no qual o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), sob a égide da filosofia positivista, aprovou a criação de um jornal, cuja finalidade era divulgar e defender os ideais republicanos. O PRR era formado por jovens acadêmicos oriundos do curso de Direito de São Paulo ou Recife. Estes iniciaram, na Província de São Pedro (RS), intensa campanha política nas páginas de “A Federação”, cujo nome foi sugestão de Joaquim de Assis Brasil (1857-1938). Na militância partidária, por meio do jornal, destacaram-se: Júlio de Castilhos (1860-1903), Ramiro Barcellos (1851-1916), Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), Venâncio Ayres (1841-1885), José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), Demétrio Ribeiro (1853-1933), entre outros nomes importantes do nosso cenário político”.

recebido pelos soldados, que o feriram no braço esquerdo com um pontaço de sabre (A FEDERAÇÃO, 4 de novembro de 1886).

O resultado deste episódio foi a suspensão dos exames naquele ano na Província e, segundo ofício enviado pelo Delegado Trajano, o não comparecimento dos examinadores foi consequência de um rumor que pairava entre os estudantes da capital e que chegou até os membros da banca avaliadora, o qual estaria diretamente vinculado à reforma dos exames. Conforme o Dr. Trajano descreve no ofício enviado ao Vice-Presidente da Província, Marechal Manoel Deodoro da Fonseca:

Há muitos dias que esses moços inconsiderados, irritados com a última reforma sobre exames de preparatórios, que baixou com o decreto nº 9.617 de 2 de outubro do corrente anno, propalaram que, quer os examinadores, quer o delegado especial, seriam pateados estrepitosamente para, por este meio, obrigar o governo a adiar a execução immediata do citado decreto e aviso circular de 14 do mês findo. Esses boatos tomaram força com a reunião que elles fizeram nos dias 1 e 2 do corrente no Club Academico, sito á rua do Riachuelo. Devido a isso os homens serios e habilitados se recusaram a servir de examinadores, de modo que hontem e hoje, a despeito de todo meu esforço e boa vontade, não pude conseguir que ninguém se prestasse a servir de examinador (A FEDERAÇÃO, 6 de novembro de 1886).

Esse episódio suscitou o cancelamento dos exames naquele ano, fato que prejudicou todos os alunos que estavam inscritos e que tentariam o ingresso nas instituições de ensino superior naquele momento. Os novos exames foram retomados no dia 10 de janeiro de 1887¹⁷⁸. Os exames de preparatórios continuaram acontecendo até o final do período imperial.

Apenas no final do século XIX, já no período republicano, com o Regulamento Benjamim Constant de 1896, foram instaurados os exames de madureza. Entretanto, mesmo com esse novo preceito legal, os exames de preparatórios continuaram sendo aplicados, já que a aplicação do exame de madureza foi considerada “inexequível pelos membros do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária da Capital” (ABRANCHES, 1904 apud TAMBARA, 1999, p. 192). Um trecho do relatório do Inspetor Geral do ensino primário e secundário, Doutor Ramiz Galvão, ao Ministro Benjamim Constant no primeiro ano da República reproduz a realidade lamentável dos exames.

¹⁷⁸ De acordo com o Jornal *A Federação* de 27 de dezembro de 1886: “A 10 de janeiro próximo futuro devem ter começo os exames de preparatórios na delegacia da instrucção publica, conforme se acha annuciado”.

Em suma, Sr. Ministro, os exames de preparatórios, tais quais se fazem, constituem uma vergonha para o Brasil e enchem de pesar o coração dos patriotas ao ver que se destinam às carreiras superiores homens tão insuficientemente preparados. Não quero entrar na indagação dos culpados deste descalabro intelectual: fique a história a tarefa ingrata de semelhante autópsia! (ABRANCHES, 1904 apud TAMBARA, 1999, p. 193).

Os exames de preparatórios serão substituídos pelos *exames de admissão* através do Decreto nº 8.659 de 05 de abril de 1911, conhecido como Reforma Rivadávia Corrêa. Os exames deveriam “constar de uma prova escrita sobre os conhecimentos que se queria verificar e uma prova oral sobre línguas e ciências” (CUNHA, 2011, p. 160). Quatro anos após esse decreto é promulgada a Reforma Carlos Maximiliano (Decreto nº 11.530), em 18 de março de 1915, que alterava o nome dos exames de admissão para *exames vestibulares* como denominação do processo seletivo dos candidatos ao ensino superior, título que perdurará ao longo de todo século XX. Uma modificação significativa, apresentada pela Reforma Carlos Maximiliano, foi a retomada da equiparação das instituições secundárias públicas, no caso, os ginásios estaduais, no que tange aos certificados de conclusão do ensino secundário. O mesmo decreto passou a exigir das instituições privadas a realização de exames de nível secundário nos estabelecimentos públicos, para que eles tivessem validade perante o exame vestibular.

Agora já não bastava a aprovação no exame vestibular para que um candidato fosse admitido em um curso superior. Ele precisava apresentar, também, o certificado de aprovação das matérias do curso ginasial, realizado no Colégio Pedro II ou nos estabelecimentos estaduais a ele equiparados e fiscalizados pelo Conselho Superior de Ensino. Os alunos de ginásios privados deveriam prestar exames nesses estabelecimentos de ensino. Se aprovados, receberiam um certificado equivalente. A exigência do certificado do ensino secundário era um meio de estabelecer controle adicional sobre o acesso às escolas superiores (CUNHA, 2011, p. 160-161).

Essas novas propostas de exames tinham como principal objetivo modificar a concepção herdada pelo ensino secundário oitocentista, que tinha como finalidade preparar os alunos, através de disciplinas específicas, para os exames de preparatórios. A formação incompleta dos estudantes secundaristas, a má qualidade do ensino e os inúmeros escândalos que marcaram a trajetória da realização dos exames durante o período Imperial,

seguiram sendo questionados e criticados no regime republicano, o que, de certa forma, favoreceu a aprovação dos decretos já mencionados.

A reação contra esse quadro procurava mostrar o “desvio” do ensino secundário de sua “função própria”, isto é, formativa, só por acréscimo ou por exceção propedêutica. Seria necessário corrigir esse “desvio” impedindo que os estudantes, impulsionados pelo bacharelismo, deixassem de se submeter ao ensino secundário propriamente formativo e acabassem por se tornar advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos, dentistas e outros profissionais diplomados mas não habilitados científica, literária e tecnicamente (CUNHA, 2007, p. 161).

Conforme Almeida, na década de 1860 já se tinha consciência de que o ensino secundário brasileiro “no lugar de ser um fim em si mesmo, desceu paulatinamente de sua dignidade e acabou por se tornar apenas uma preparação para os exames: o que devia ser um fim é apenas um meio” (ALMEIDA, 2000, p. 108). A imagem negativa atribuída aos exames de preparatórios e, por conseguinte, ao ensino secundário imperial foi se transformando em uma realidade não só na capital da Corte, mas também nas Províncias, principalmente após a aprovação do Decreto nº 5.429 em 1873. Contudo, este estudo buscou provar que na cidade do Rio Grande a realização dos exames de preparatórios não era a única finalidade daqueles que buscavam o ensino secundário nos colégios particulares do município. A carreira comercial e a carreira militar destacam-se como outras alternativas que se apresentavam para os estudantes naquele momento. No entanto, em raros momentos foi possível identificar, através da imprensa local, a existência de jovens rio-grandinos que estavam realizando o ensino superior fora da Província:

DOUTOR EM MEDICINA – Por telegramma sabe-se que completou seus estudos na faculdade de medicina da Bahia o rio-grandense Alipio S. Correia, filho do respeitável capitalista Sr. João Uladislao Correia, a quem por tão auspicioso facto, damos cordiaes parabéns. O jovem doutorando deu de sua applicação e intelligencia as mais significativas provas, gozando na faculdade da Bahia, de alevantados creditos por seu privilegiado character e contractação ao trabalho, cujo premio acaba de conquistar (DRG, 22/11/1888).

Dentro da perspectiva desta investigação, buscamos identificar quais foram os rio-grandinos que cursaram o ensino secundário nas instituições da cidade e que, após essa etapa, seguiram para as Academias da época. Nesse sentido, destacamos os alunos *Lucio Jardim* e *Frederico José da Silva Póvoas*

Filho, ambos discentes do *Collegio S. José*, que realizaram exames de Português, Francês, Aritmética e Geografia em dezembro de 1880 (DRG, 11/12/1880) e em 1887 concluíram o secundário no *Gymnasio Brasileiro*, sendo aprovados nas matérias de Inglês e Latim (Lucio Jardim) e Português, Inglês e Francês (Frederico) (DRG, 01/12/1887), estando aptos para realizarem os exames de preparatórios na capital. O diretor do *Gymnasio Brasileiro* era o conhecido professor rio-grandense Bibiano Francisco de Almeida, docente com larga experiência no magistério. Seu colégio particular oferecia ensino primário e secundário, esclarecendo que a formação secundária se dava através de “um curso completo de estudos preparatórios para admissão em qualquer das escolas superiores do Império” (DRG, 01/12/1887). Esses estudantes por pertencerem a famílias abastadas da cidade do Rio Grande, tinham suas aprovações divulgadas na imprensa local com felicitações aos familiares:

Notícias telegraphicas – APPROVADO: foi hontem aprovado plenamente em historia, perante a delegacia especial da Instrucção Publica, em Porto Alegre, o nosso joven conterrâneo **Lucio Jardim**, filho do nosso amigo Sr. Capitão Jardim, a quem felicitamos por mais esse triumpho de seu filho (DRG, 05/12/1888, grifos nossos).

APPROVADO: Por telegramma sabe-se ter sido hontem, em Porto Alegre, aprovado com distincção em rhetorica o intelligente joven **Lucio Jardim** (DRG, 06/12/1888, grifos nossos).

APPROVADO: Por telegramma sabemos ter sido hontem plenamente aprovado em philosophia, em Porto Alegre, o esperançoso joven **Lucio Jardim**, que terminou assim o seu exame de preparatórios, dando as melhores provas da sua applicação e intelligencia. Felicitamos a sua família (DRG, 12/12/1888, grifos nossos).

Estudante rio-grandense: O joven **Frederico Povoas**, filho do Sr. Capitão Frederico José da Silva Povoas, foi submetido a exame perante a delegacia especial da instrucção publica da capital do império, e aprovado com distincção em **arithmetica, geometria, phylosophia e rhetorica; e plenamente em historia, chorographia, latim, allemão e álgebra**. Enviamos nossas felicitações ao Sr capitão Povoas pelas provas de intelligencia e applicação que acaba de dar seu digno filho (DRG, 25/01/1889, grifos nossos).

Não sabemos ao certo os rumos profissionais desses dois jovens rio-grandinos, mas, é provável que tenham escolhido realizar seus estudos superiores fora da Província. Outro aluno do *Gymnasio Brasileiro*, que optou pelo ensino superior, foi *Antônio Carlos Lopes*. Após concluir seus estudos

secundários foi aprovado nos exames de preparatórios na Delegacia Especial e encaminhou-se para a Escola de Farmácia de Ouro Preto¹⁷⁹.

ESTUDANTE DE PHARMACIA – Por tellegrama de Ouro Preto sabemos ter sido aprovado com distincção nas matérias do 1º anno da escola de pharmacia daquellla cidade, o talentoso joven rio-grandense Antonio Carlos Lopes, digno filho do nosso honrado amigo Sr. Coronel Francisco Antonio Lopes. O estudioso e intelligente moço deve estar de parabéns por ver os seus esforços e a sua applicação dignamente recompensados pela approvação com que acaba de ser distinguido. A elle as nossas felicitações, bem como a seu respeitável progenitor (DRG, 20/09/1889).

A trajetória do aluno Antônio Carlos Lopes requer uma abordagem específica, já que ele terá um papel significativo na história da cidade do Rio Grande. É importante destacar que Antônio vinha de uma família abastada e tanto ele quanto seus irmãos Alfredo e Francisco Antônio Lopes, após realizarem o ensino secundário no município, foram realizar o ensino superior em Minas Gerais (PIMENTEL, 1944). No caso de Antônio, após concluir seus estudos na Escola de Farmácia em Ouro Preto, retorna a sua cidade natal para exercer a profissão de Farmacêutico abrindo a Drogaria Franco Brasileira¹⁸⁰, localizada no centro da cidade na Rua Marechal Floriano nº 245 (LANÇAMENTO, 1913, p. 11). Sobre esse estabelecimento, Pimentel (1944) destacava:

Importa em larga escala tôda a sorte de drogas, não só para a manufatura dos seus produtos, como também para a venda a retalho em sua farmácia onde tem também um grande stock de utensílios e acessórios cirúrgicos importados da Europa. O Sr. Lopes tem no mercado vários preparados farmacêuticos de sua manufatura; e também fabrica tintas para escrever e outras. A firma negocia para os principais centros do país onde mantém correspondentes (PIMENTEL, 1944, p. 452).

¹⁷⁹ A Escola de Farmácia de Ouro Preto foi fundada em abril de 1839 e os Farmacêuticos formados lá só puderam exercer sua profissão fora da Província de Minas Gerais após o Decreto 09 de junho de 1883, o qual concedeu os mesmos direitos dos Cursos de Farmácia anexos às Faculdades de Medicina da Corte e da Bahia (DRG, 20/10/1889). Segundo Cunha (2007) em 1884 as Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia foram submetidas a um novo regulamento, no qual o Curso de Farmácia passou a ser de 3 anos com a seguinte organização curricular: “1º ano: Física, Química Mineral e Mineralogia; 2º ano: Química Orgânica, Botânica e Zoologia; 3º ano: Matéria Médica, Toxicologia, Farmacologia e Farmácia Prática” (CUNHA, 2007, p. 93).

¹⁸⁰ É significativo mencionar que Alfredo Ferreira Rodrigues era sócio de Antônio Carlos Lopes na Drogaria Franco Brasileira. Ele foi um escritor muito conhecido no Estado, sendo responsável pela publicação do *Almanaque* sobre o Estado do Rio Grande do Sul editado entre 1888 e 1916 (ARRIADA, 2007). Segundo Pimentel (1944, p. 452) “O Sr. Rodrigues foi professor de Matemáticas. Durante algum tempo, foi gerente da firma editora Pintos & Cia., também estabelecida com livraria. O Sr. Rodrigues nascido e educado no Rio Grande do Sul, faz parte de várias emprêsas literárias e editoras do Estado”.

Entretanto, uma de suas maiores contribuições para a cidade foi a criação da *Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro* no dia 07 de setembro de 1902. Segundo Genivaldo Gonçalves Pinto:

Tratava-se de uma associação civil para a prática do tiro ao alvo, com uma linha de tiro para adestramento e prática de tiros com emprego de revólveres e espingardas. Este entretenimento, que já gozava de alguma popularidade, a partir dessa sociedade multiplicou-se às centenas em muitas localidades do Brasil. [...] Essa sociedade objetivava realçar a importância do tiro ao alvo como atividade de promoção da defesa militar do país e acreditava ser esta, portanto, abundante em benefícios patrióticos (PINTO, 2015, p. 118-119).

Conforme pesquisa de Genivaldo Pinto¹⁸¹ (2015), Antônio Carlos inspirou-se no modelo suíço de sociedades de tiro para criar a sociedade rio-grandina, modelo com o qual teve contato quando cursou uma especialização farmacêutica na Suíça. A criação do primeiro Tiro Brasileiro irá influenciar a criação de vários outros pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil, motivando a criação de uma *Confederação do Tiro Brasileiro* pelo Exército “reunindo significativa parcela das sociedades desportivas de tiro” (PINTO, 2015, p. 126). O autor ainda aponta o pioneirismo da instituição criada por Antônio Carlos Lopes em nível nacional:

A primeira sociedade de tiro incorporada à Confederação foi a de Rio Grande, em 28 de julho de 1907, com 560 sócios. Essa sociedade passou por algumas designações, como Tiro Brasileiro do Rio Grande, Sociedade Nº 1 da Confederação do Tiro Brasileiro, Tiro Brasileiro do Rio Grande-Nº 1, até receber a denominação de Tiro de Guerra-Nº 1 (TG Nº1) ou, simplesmente, Tiro Nº 1. Assim acontecendo, tornou-se o primeiro tiro de guerra do Brasil (PINTO, 2015, p. 126).

Como forma de reconhecimento por sua trajetória junto ao Tiro Brasileiro, Antônio Carlos Lopes recebeu o título de Coronel honorário do Exército (NEVES, 1987; PINTO, 2015). Veio a falecer em outubro de 1931 na cidade do Rio Grande e deixou como legado diversas publicações: *Tiro Brasileiro* (1905); *O problema das reservas do Exército e a Confederação do Tiro Brasileiro* (1906); *Relatório da Confederação do Tiro Brasileiro* (1909); *Memória propugnando pela manutenção da Confederação do Tiro Brasileiro* (1917); *Estudo sobre a criação do Cimento-Portland no Estado do Rio Grande do Sul* (1919); *Memória de propaganda pela criação de Escolas oficiais de*

¹⁸¹ Para maior aprofundamento sobre as Sociedades de Tiro Brasileiro, ver PINTO (2015).

educação física e militar de frequência obrigatória na Diretoria Geral do Tiro de Guerra (1919) (PIMENTEL, 1944, p. 504).

Figura 75: Imagem do Sr. Antônio Carlos Lopes (1918)



Acervo: Museu da Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica.

É válido acrescentar que a finalidade dessa sociedade de Tiro, idealizada por Antônio Carlos, tinha como um dos seus principais objetivos estabelecer uma instrução militar à sociedade civil a fim de prepará-la para a defesa nacional, já que o país ainda não contava com “um exército profissional na real significação do termo” (PINTO, 2015, p. 110). Nas palavras do Diretor de Tiro e fundador da Sociedade de Propaganda de Tiro Brasileiro:

Uma vez que não podemos ter um grande exército em pé de guerra, só nos resta procurar ter sempre meios para armar um exército tão poderoso e forte quanto seja necessário. O mais simples, o mais fácil, o mais econômico e o mais seguro, é cada cidadão ser um soldado, ou antes, ter o preparo para isso. Se se conseguir aliar à bravura natural dos nossos patrícios uma suficiente educação militar, tudo mudará de figura e as nossas condições de defesa serão tais que, como um escudo protetor, nos abrigarão de quaisquer tentativas empreendedoras de conquista. O fim de toda instrução militar é o tiro e ele é de uma aprendizagem ao alcance de qualquer pessoa, uma vez que o seu ensino seja organizado convenientemente e oferecido ao elemento civil, isto é, às futuras reservas do exército. Construa-se em cada cidade uma linha de tiro, onde aos domingos se faça

instrução de tiro e, em seguida, organizem-se torneios com prêmios honoríficos e materiais e em pouco tempo, sem vexames, sem grandes dificuldades, suavemente, o preparo militar do brasileiro estará feito (LOPES, 1903 apud PIMENTEL, 1944, p. 144).

A preocupação de Antônio Carlos Lopes em formar uma instituição com fins militares demonstra sua preocupação com a falta de contingente do Exército da época. Lembrando que foi a partir da Guerra do Paraguai (1864-1870) que teve início a preocupação com uma organização oficial do Exército brasileiro (CASTRO, 2000). Essa questão também circundou a reorganização das Escolas Militares existentes durante o Império, como foi o caso da Escola Militar de Porto Alegre que foi reaberta após esse período de conflito, com a intenção de oferecer uma instrução militar adequada frente aos nossos desafios bélicos.

No caso da carreira militar, podemos destacar um número significativo de jovens rio-grandinos que optaram por ingressar nas Escolas Militares a partir da década de 1880. Esse novo olhar sobre o Exército brasileiro e, conseqüentemente, sobre a formação militar, deu-se a partir de uma necessidade de organizar estrategicamente as Forças Armadas Imperiais. No *Almanak Litterario e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul* para o ano de 1889 consta a seguinte explicação sobre a estrutura da Escola Militar da capital:

A *Escola Militar* de Porto Alegre é o estabelecimento de ensino superior mais antigo e mais importante do estado. Compreende três cursos: o preparatório de três annos; o geral de quatro; e o das três armas, de um. Completo o curso geral, a Escola confere o titulo de bacharel em sciencias. O curso completa-se na Escola Militar do Rio, sendo facultativo seguir os cursos technicos de artilharia, estado-maior ou engenharia (RODRIGUES, 1889, p. 234).

No âmbito das carreiras militares, alguns jovens rio-grandinos com condições financeiras para estudar fora da Província se dirigiam para a capital da Corte a fim de realizar sua formação. Em 1880, dois ex-alunos do *Collegio União*, Delphim Lorena e Arnaldo Sampaio ingressaram na Escola Naval do Império (DRG, 08/12/1880). Um caso noticiado pela imprensa envolvendo o *Collegio União*, na época sob a direção do Prof. Alfredo dos Santos, e a “máfia dos preparatórios” merece ser problematizado. Em dezembro de 1882, dois alunos da instituição, José Francisco da Conceição e José de Barros e Silva, “tendo de matricular-se na escola naval” (DRG, 05/12/1882) precisaram realizar

com “urgência” seus exames na cidade do Rio Grande ao invés de serem prestados na capital como acontecia desde 1874. O Conselho de Instrução Pública permitiu proceder à realização do processo seletivo e a mesa dos examinadores, indicados pelo Presidente da Província, foi composta pelos seguintes cidadãos rio-grandinos: Dr. Pio Angelo da Silva (foi médico do *Collegio S. Pedro*), Francisco Rodrigo de Souza (diretor do *Collegio S. José*), Joaquim Ribeiro Louzada Junior (professor público e particular) e Antonio Joaquim Gonçalves (DRG, 05/12/1882). Nesse exame, feito às pressas, os alunos foram avaliados e aprovados com distinção nas seguintes matérias: Português, Aritmética, Francês, Inglês, Álgebra, História antiga e do Brasil, Geografia física e política e noções de cosmografia. É conveniente notar a grande quantidade de exames realizados em um curto período unicamente para estes dois estudantes que “precisavam” matricular-se na Escola Naval naquele momento específico, situação que reforça as assertivas de Abranches sobre a existência de um verdadeiro “mercado da habilitação” (TAMBARA, 1999) no âmbito dos exames de preparatórios.

No *Anuario da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* para o ano de 1889, encontramos uma tabela sobre o movimento dos exames efetuados na capital em novembro de 1887, a qual nos faz questionar a credibilidade dos exames. Conforme o documento, naquele ano foram 539 inscritos para realizar exames em 16 matérias diferentes, sendo que do total de inscritos apenas 27 foram reprovados, contabilizando 427 aprovações (ANNUARIO, 1888, p. 210). Não podemos deixar de compreender que esse elevado número de aprovações possa estar atrelado a uma “máfia” dos exames de preparatórios que se naturalizou durante todo o período imperial. Outro exemplo dessa realidade pode ser percebido no Discurso do Sr. Dr. João Nogueira Penido, deputado pela Província de Minas Gerais e que foi reproduzido na primeira página do jornal *Diario do Rio Grande* em julho de 1888 com o título – *A instrução*:

[...] Nas províncias é uma lastima a instrução primaria, e, além disso, ainda entra ahi o patronato: não se escolhem os mais habilitados, mas os que têm maior número de padrinhos. [...] A instrução secundaria não está em melhores condições. Outr’ora não se exigiam muitos preparatórios, é verdade, mas exigia-se que o moço soubesse [...] Antigamente o estudante aprendia o francez e, si o não sabia, seria reprovado; em latim do mesmo modo; assim em geometria e

arithmetica e philosophia. Quizera que o governo fizesse uma reforma não exigindo tantos preparatórios, que são demais (*Apoiados*). Os estudantes eram obrigados a prestar exames de francez, inglez e agora exige-se allemão e italiano para a Escola de Medicina. E por que não exige também o russo, chim, hebraico e sanscripto? Fallo perante um auditório dos mais competentes; creio que ninguém me contestará, que os moços, quando deixam as academias, têm esquecido, com raras excepções, o inglez, só conservando o francez que lhes basta para seus estudos. Eu tenho cinco filhos que fizeram exame de inglez e foram aprovados, mas hoje posso asseverar à Camara que sabem quase tanto inglez como eu, que nunca aprendi (*Risadas*). [...] De maneira que os estudantes não ficam sabendo sinão o francez, ordinariamente. [...] O programma de pontos para exames é excellente meio de se approvarem estudantes que nada sabem. Aos moços, mesmo de talento, que tem prestado exames pelos taes pontos, peça-se-lhes uma definição, de qualquer proposição, que não saberão, e si responderem, o farão como o papagaio, sem entenderem (*Risadas*) (DRG, 12/07/1888).

Nesse mesmo ano, dois estudantes rio-grandinos, depois de terem concluído os estudos secundários no município realizam os exames para ingressar na Escola Militar da capital, e recebem um destaque especial na imprensa local:

EXAMES - O inteligente rio-grandense **Virginio da Costa Bezerra**, acaba de ser aprovado plenamente, na escola militar de Porto Alegre, em arithmetica, álgebra, geometria e trigonometria, tirando o grau 9. O jovem Virginio é filho do Sr. Manoel da Costa Bezerra e entrou para a escola militar em Janeiro deste anno (DRG, 16/11/1888, grifos nossos).

Estudante rio-grandense – Nos exames da escola militar de Porto Alegre foi aprovado plenamente em portuguez, arithmetica e historia o estudioso jovem rio-grandense **Joaquim Torres Gonçalves**, filho da Exma. Sra. D. Leopoldina Torres Gonçalves, a quem por este facto dirigimos nossas felicitações (DRG, 16/11/1888, grifos nossos).

O aluno *Virginio da Costa Bezerra* estudou no *Gymnasio Brasileiro* no primeiro ano de funcionamento desse colégio particular e, logo depois de finalizados os estudos secundários em Rio Grande, ingressou no Curso Preparatório da Escola Militar de Porto Alegre. Diferentemente de outros estudantes que buscavam a Escola Militar apenas com a intenção de obter o título de Bacharel, Virginio optou pela carreira militar no Exército chegando a patente de Capitão. Segundo sua Fé de ofício¹⁸², que se encontra preservada no Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro, quando estava concluindo o Curso Superior na capital da Província, ele foi convocado a participar do Batalhão do Comando do 6º Distrito Militar em 1891. Concluiu o Curso de

¹⁸² Fé de Ofício do Capitão Virginio da Costa Bezerra, Pasta IV-18-72, Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Artilharia em 1893 e em fevereiro do mesmo ano é enviado ao Comando da Guarnição da cidade do Rio Grande. Nesse mesmo ano é promovido a Segundo Tenente e, por portaria do Ministério de Guerra foi classificado no 5º Regimento de Artilharia de Campanha. Após concluir o terceiro ano do Curso Superior na capital segue para finalizar sua formação militar na Escola Superior de Guerra, onde serviu no Comando do 6º Distrito Militar até iniciarem as aulas. Em 1896 finaliza sua formação e obtém o grau de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais (FÉ DE OFÍCIO, 10/01/1901).

Dando continuidade a sua carreira militar, em 1897 é enviado ao acampamento de Monte Santo, no interior do Estado da Bahia, onde assumiu o Comando da Brigada de Artilharia de Campanha nas operações realizadas na Campanha de Canudos. Conforme afirma Neves (1989), no mês de junho daquele ano Virgínio:

[...] tomaria parte nos comandos de 27 e 28 e nos bombardeios de 29 a 30 do mesmo mês e ano, bem como, a seguir, nos combates de 25 de setembro de 1º de outubro, ocasião em que foi promovido, por atos de bravura, ao posto de Capitão. Terminada a Campanha de Canudos, com o extermínio dos fanáticos de Antônio Conselheiro, tratou de retornar a sua terra natal, pedindo para vir servir, no que foi atendido, na guarnição do Rio Grande (NEVES, 1989, p. 98).

Esse ilustre militar, assim definido por Fortunato Pimentel (1944), finaliza sua carreira na cidade de Rio Grande, vindo a falecer prematuramente no dia 04 de maio de 1902 (PIMENTEL, 1944, p. 523). Cabe destacar o registro em sua fé de ofício da sua atuação e dedicação junto ao 1º Batalhão de Artilharia do Rio de Janeiro:

[...] sempre revelou grande competência, lealdade e zelo pelo serviço o que já era de se esperar de um oficial que em tão verdes annos já conta em sua fé de officio serviços inestimáveis a nossa Patria, tendo adquirido legitimamente uma promoção por actos de bravura na sanguinolenta e difficil luta de Canudos (FÉ DE OFÍCIO, 10/01/1901).

Os alunos apresentados nesse capítulo, que integraram o corpo discente dos colégios particulares da cidade do Rio Grande, na segunda metade do século XIX, permitem-nos refletir sobre o papel exercido pelo ensino secundário nesse período. Ao longo desta investigação foi possível conhecer alguns aspectos da trajetória profissional desses estudantes rio-grandinos e, por meio dos indícios encontrados, conseguimos, de certo modo, compreender que a realização dos estudos secundários no município não estava voltada

apenas a preparar os alunos para o ingresso nas Academias do Império, mas também acabava abarcando outras demandas e interesses profissionais, como a carreira comercial, a carreira militar, a carreira política entre outras profissões, como a docência, o jornalismo e o funcionalismo público. Logo, identificamos que o ensino secundário além de estar vinculado a um movimento que visava conservar determinada *situação de classe* já estabelecida pela família, também estava atrelado a um movimento de ascensão social almejado por outros grupos sociais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação secundária estruturou-se como o nível intermediário de formação intelectual da sociedade brasileira ao longo do século XIX. Todavia, esse modelo importado da Europa precisou ser adaptado à realidade nacional, tendo sua organização e acesso lapidado principalmente pela legislação educacional do período, sendo ela a responsável por nortear os novos padrões desse ensino. O Ato Adicional de 1834, a criação do *Collegio Pedro II* e as Reformas Couto Ferraz (1854) e Leôncio de Carvalho (1879) acabaram por impor como o ensino secundário brasileiro deveria ser. Porém, com a consequente falta de investimentos públicos na instrução secundária por parte das Províncias, tanto no provimento e na manutenção de instituições como na parca fiscalização realizada, a iniciativa privada acaba por preencher essa lacuna e suas atividades passam a ser cada vez mais legitimadas pelas políticas educacionais do Império, demonstrando a promiscuidade existente entre os interesses públicos e os interesses privados na educação.

Na cidade do Rio Grande não foi diferente e o investimento na instrução secundária por parte da Província esteve presente até o início da década de 1870, de forma avulsa, sem qualquer organicidade. Com o desenvolvimento dos colégios e aulas particulares no município, que conseguiam se aproximar do modelo de ensino secundário existente no *Collegio Pedro II* e no Liceu da capital, a instrução pública acabou sucumbindo e a iniciativa privada tornou-se hegemônica em toda a Província de São Pedro.

Por ser uma cidade portuária, Rio Grande desenvolveu-se econômica e culturalmente em função da proximidade com o mar, por meio das atividades mercantis de exportação e importação e, principalmente, através dos imigrantes que formaram grande parte da sua população ao longo do século XIX. Essa influência no município de comerciantes/empresários estrangeiros, compreendidos como membros de uma elite mercantil e intelectual, resultou na criação de espaços educativo-culturais que, de certa forma, mantinham relações estreitas com a educação formal do município. Através dessas “ações societárias” (WEBER, 1982) e das redes de sociabilidade estabelecidas por determinados grupos sociais, identificamos que houve o interesse pela melhoria da instrução na sociedade rio-grandina. Esse comprometimento, em

um primeiro momento, proporcionou aos sócios e a seus filhos cursos e aulas particulares voltadas para a instrução secundária, incluindo as Belas Artes e, em um segundo momento, identificamos como reflexo de um movimento mais amplo que vinha acontecendo no Império, a criação de aulas noturnas gratuitas voltadas prioritariamente para o ensino de Primeiras Letras de jovens e adultos. As redes que se formaram entre os homens de negócio e os professores e diretores de instituições de ensino demonstram que existia um movimento de intelectualidade acontecendo na cidade, que era sustentado pela iniciativa privada por meio das entidades civis que se organizavam e buscavam aprimorar os aspectos culturais e educativos no município. Através de sociedades e agremiações literárias essas relações se mantinham vivas na sociedade local. Todavia, ainda existem muitas lacunas sobre a história dessas instituições que merecem maior aprofundamento por parte dos pesquisadores no âmbito da História da Educação.

O papel dos sujeitos destacados neste estudo demonstra que nem todos os membros da elite mercantil se envolviam nas questões educativo-culturais da cidade, mas os que aqui foram mencionados podem ser considerados membros também de uma elite intelectual, pois, através da sua atuação e investimento nesses espaços, demonstravam interesse em consolidar saberes e práticas em que a educação e a cultura estariam presentes. Cabe destacar a presença de determinados professores particulares que também atuaram nesses espaços de sociabilidade e na iniciativa privada, como: Francisco Rodrigo de Souza, Cypriano Porto Alegre, Joaquim Louzada Junior e Rodrigo da Costa Almeida Lobo.

Diante dessa realidade, o presente estudo, partindo das análises desenvolvidas a partir do *corpus* documental selecionado, juntamente com o respaldo do referencial teórico e metodológico escolhido, buscou compreender os motivos da expressiva oferta de instituições educativas de caráter secundário na cidade do Rio Grande, a partir da segunda metade do século XIX. Dentro das hipóteses propostas foi possível comprovar a tese de que o ensino secundário rio-grandino, ao se desenvolver, estabeleceu um novo paradigma para a educação formal, consolidando-se como uma alternativa viável para a formação intelectual de diferentes grupos sociais, os quais

almejavam diferentes carreiras profissionais e não somente o ingresso no ensino superior. Nesse sentido, percebemos que o ensino secundário voltado ao público masculino diferenciou-se justamente por redimensionar a sua finalidade, dentro do que era proposto no período imperial, possibilitando que outros públicos ascendessem socialmente por meio da instrução secundária.

A partir desse novo paradigma da educação formal, introduzido pelos estudos secundários, percebemos a construção e a “naturalização” de um processo contínuo de educação, ou seja, instituiu-se, nesse período, que após a realização do ensino primário era necessário cursar o ensino secundário, independentemente de almejar ou não o ingresso no ensino superior, sobretudo como forma de ascensão e distinção social, tanto para o público masculino como para o público feminino. Desse modo, o ensino secundário foi se desenvolvendo não apenas como preparatório para a realização dos exames das Academias do Império, mas, sobretudo, como um ensino profissionalizante capaz de preparar os alunos para o ingresso em outras carreiras, como a comercial, a militar, a política e a docente.

Diante do exposto buscamos caracterizar o ensino secundário da cidade do Rio Grande da segunda metade do século XIX, a partir das seguintes considerações: identificamos que esse tipo de ensino se consolidou como um ensino laico que compreendia tanto o público masculino quanto o feminino. Observamos também que houve uma polarização de instituições de ensino secundário com regime de internato, semelhante ao que acontecia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, o que significa que Rio Grande pertencia ao que denominamos de polo educacional, que consequentemente estava vinculado ao polo econômico da época. É significativo mencionar que em um primeiro momento (1850 a 1870), notamos uma oferta expressiva de colégios particulares que ofereciam tal estrutura, contudo, em um segundo momento, a partir do final dos anos de 1870 e durante a década de 1880, essa oferta irá diminuir consideravelmente. Acreditamos que essa diminuição possa estar atrelada ao desenvolvimento desse tipo de ensino em outros municípios do interior da Província, que acabaram abrangendo essa demanda de alunos que vinham de outras localidades para estudar nas cidades maiores e que ofereciam essa estrutura educativa.

Outra característica semelhante a outras cidades da época é a conjunção de casais atuando na educação secundária, como é o caso das instituições: *Collegio S. Pedro* e *Collegio Santa Thereza*; *Collegio Alvim* e *Collegio Esperança*. Nesse sentido, entendemos que já havia um mecanismo que, sob certos aspectos, não via com maus olhos a formação intelectual da mulher. Também entendemos que a baixa remuneração da profissão docente acabava impondo, de certa forma, a necessidade de complementação salarial para as famílias de professores.

Como particularidades do ensino secundário rio-grandino identificamos que já na década de 1850 havia uma intenção organizacional nos currículos dos colégios particulares, sobretudo masculinos, que contemplavam todas as matérias exigidas pela legislação do período, e que demonstravam estar aptos a receber o público voltado à realização dos exames de preparatórios em quaisquer das Academias do Império, rivalizando com os grandes estabelecimentos existentes nas cidades de Pelotas e Porto Alegre. Contudo, também notamos, nessa mesma época, o crescimento da oferta de cursos e aulas diurnas e noturnas de Línguas estrangeiras, Caligrafia e Escrituração Mercantil como opção para o público interessado em seguir outras carreiras e que não tinham interesse em realizar um curso secundário longo e seriado, mas apenas obter uma formação intelectual capaz de prepará-los para o mercado de trabalho.

Esse movimento das aulas e cursos noturnos com essa ênfase irá se consolidar nas próximas décadas, incluindo a diminuição das disciplinas nos currículos oficiais das instituições particulares, demonstrando que o ensino secundário rio-grandino foi se adaptando à realidade local. Desse modo, a formação secundária se consolidou como um ensino propedêutico e profissionalizante, capaz de agregar diferentes demandas de escolarização oriundas da sociedade. Essa constatação pode ser percebida principalmente nos exames finais realizados pelas instituições, nos quais identificamos um número significativo de alunos sendo avaliados em matérias como Caligrafia, Escrituração Mercantil e Línguas estrangeiras, em contraposição à quantidade de alunos que eram avaliados em outras disciplinas como Latim, Filosofia e Geografia. Precisamos destacar que o próprio ensino do Latim, disciplina

característica do ensino secundário francês e que será incorporada ao ensino secundário brasileiro, figurava eventualmente nos exames finais realizados pelos colégios particulares da cidade do Rio Grande.

É necessário destacar, ainda, a presença de instituições particulares voltadas ao ensino secundário feminino desde a década de 1850, as quais se diferenciavam das masculinas principalmente em seus currículos, que se mantinham atrelados à construção do papel social da mulher no período. É válido mencionar como particularidade dos colégios femininos o destaque em seus anúncios para o método de ensino utilizado, considerando uma informação relevante para a instrução feminina voltada ao âmbito privado e à distinção social. Enquanto os colégios masculinos frisavam o expressivo currículo e a finalidade da instituição, que era preparar seus alunos para diferentes carreiras profissionais, voltadas ao âmbito público, como forma de ascensão social ou manutenção de uma determinada situação de classe.

Nessa década também notamos a existência de colégios com curta duração, sinalizando que a cidade ainda estava se adaptando à presença desse tipo de formação intelectual. A partir do final da década de 1850, notaremos a solidificação dos colégios particulares e a consequente compreensão do papel dessas instituições para a sociedade local. Nesse movimento, identificamos a presença de professores estrangeiros no município, situação que pode significar o reconhecimento do potencial econômico e educacional da cidade, que ainda possuía uma lacuna no âmbito dos estudos secundários. Destacamos os professores Carlos Wichmann, Carlos Von Koseritz e Emilio Francisco Grauert, como exemplos de professores estrangeiros que fundaram colégios particulares na cidade do Rio Grande nesse período.

Nessa perspectiva, outra característica observada foram as diversas parcerias/associações entre professores ao longo de todo período pesquisado, bem como a criação e o fechamento abrupto de colégios e aulas particulares, resultante da transição constante entre professores de cidades como Porto Alegre e Pelotas. Esse fluxo de professores renomados como Bibiano de Almeida, Charles Dupont e Hilário Ribeiro, por essas três cidades reforça a ideia de que na segunda metade do século XIX, essas localidades, além de

formarem um polo econômico, também constituíam um polo educacional na Província de São Pedro e, por isso, os docentes optavam por se colocar profissionalmente nessas cidades justamente por elas apresentarem potencialidades semelhantes para o investimento de instituições educativas particulares.

Cabe destacar que alguns dos professores que se estabeleceram na cidade, além de manter suas instituições particulares produziram e organizaram livros didáticos com base nas áreas do conhecimento que transitavam, como os professores Eduardo Grauert, José Vicente Thibaut, Arno Ernst e Cypriano Porto Alegre. Com exceção do Prof. Cypriano, todos os demais tiveram suas obras publicadas, demonstrando que havia um interesse em investir, nessa perspectiva, no campo da educação como forma também de corroborar o prestígio social na comunidade acadêmica da época. Seria interessante investigar se essas obras chegaram a ser utilizadas por outras instituições particulares fora da cidade do Rio Grande, a fim de compreender a amplitude da influência desses intelectuais mediadores no âmbito da educação regional.

Ainda sobre os professores estrangeiros, não podemos deixar de mencionar a presença de colégios étnicos na cidade, como foi o *Collegio Ernst* e o *Collegio Italiano Brasileiro*, sinalizando o interesse desses grupos sociais na educação que abrangesse também seus aspectos culturais. Compreendemos que esses colégios étnicos também merecem um maior aprofundamento, uma análise mais pontual sobre sua história institucional.

Outra questão significativa sobre o redimensionamento da instrução secundária em Rio Grande é o fato de não existirem Cursos, Institutos ou Escolas de Comércio na Província de São Pedro, nesse período, fazendo com que o ensino secundário particular também abrangesse essa demanda, principalmente através das disciplinas de Escrituração Mercantil e Caligrafia. Percebemos que o ensino secundário além de oferecer um currículo que priorizava os estudos clássicos e humanísticos, também se preocupava em amparar os jovens interessados em um ensino técnico, com ênfase na carreira comercial. Nessa perspectiva, os colégios particulares buscavam educar não apenas os alunos interessados em ingressar no ensino superior fora da

Província, mas também procuravam adequar-se às necessidades de instrução para os interessados em outras carreiras profissionais. Identificamos apenas na década de 1880 a criação de um *Curso Commercial*, dirigido pelo Prof. Bernardo de Souza Ramalho, voltado unicamente para o ensino de Escrituração Mercantil, tamanha era a importância dessa formação específica para a carreira comercial. Nos demais períodos a única alternativa para obter esta instrução acabava sendo os colégios particulares.

A partir dos indícios analisados neste estudo, identificamos um número significativo de egressos do ensino secundário local que possivelmente seguiram nos negócios da família no comércio, caracterizados como a segunda geração de imigrantes na cidade do Rio Grande. Contudo, reiteramos o conhecimento da existência de estudos que identificaram que a primeira geração de imigrantes, no caso judeus na cidade de Pelotas nas primeiras décadas do século XX (GILL, 1999), buscava manter uma determinada situação de classe, enquanto que a segunda geração, estimulada pela ascensão social compreendida como o “objetivo de todo imigrante” (GILL, 1999, p. 6), que almejava as profissões liberais através da formação nos estudos superiores. Todavia, por se tratar de outro recorte temporal e espacial, a presente investigação identificou que a segunda geração de imigrantes de diferentes origens, como portugueses, italianos e alemães, manteve a situação de classe consolidada pelas primeiras gerações, interessados em dar continuidade aos negócios da família. É bem provável que as próximas gerações tenham se dedicado às profissões liberais, motivadas principalmente pela proximidade de instituições de ensino superior que serão criadas no RS no final do século XIX. Compreendemos que este é um estudo que merece ter maior aprofundamento no âmbito da História da Educação.

Também foi possível identificar, através da trajetória de alguns egressos do ensino secundário rio-grandino, que a carreira docente poderia ser uma alternativa profissional naquele momento. Tal fato pode ser observado, por exemplo, pela carreira do Prof. Evaristo, diretor do *Collegio Evaristo*, criado no ano de 1887 na cidade do Rio Grande. Esse professor, após realizar seus estudos secundários no *Instituto Colegial Freeze* em Nova Friburgo/RJ, optou por seguir a carreira docente. Cabe mencionar que a Escola Normal de Porto

Alegre, semelhante ao Instituto Colegial, era a instituição específica para a formação docente na Província, todavia tinha como ênfase a formação de professores para atuarem no ensino primário. No entanto, a carreira docente não necessariamente poderia ser a primeira opção desses egressos, mas após a realização dos estudos secundários na cidade do Rio Grande, transformou-se em uma alternativa para as classes menos abastadas que não conseguiam arcar com a realização dos estudos superiores de seus filhos, fora da Província.

Outra escolha profissional identificada neste estudo foi a carreira militar, principalmente após a Guerra do Paraguai, quando há um movimento de organização do Exército brasileiro e a reabertura da Escola Militar de Porto Alegre. Nesse sentido, identificamos o movimento de estudantes rio-grandinos para essas instituições, dentro e fora da Província, com destaque para um dos egressos do ensino secundário local que seguiu a profissão militar. Outros ex-alunos, como Alipio Cadaval, Crescentino de Carvalho e Virgilino da Porciuncula seguiram diferentes carreiras após a realização dos estudos secundários na cidade do Rio Grande, sem a realização de uma formação no ensino superior. A exceção identificada no presente estudo foi a trajetória do egresso Antônio Carlos Lopes que após concluir os estudos no *Gymnasio Brasileiro*, ingressa na Escola de Farmácia de Ouro Preto.

É importante perceber que a cidade do Rio Grande não possuía estabelecimentos voltados à formação eclesiástica e que ela não foi identificada, na documentação analisada, como sendo uma alternativa profissional almejada pela mocidade rio-grandina da época.

Nesse sentido, a tese defendida por este estudo buscou demonstrar que o ensino secundário na cidade do Rio Grande estabeleceu um novo paradigma para a educação do município, ou seja, através desta investigação percebemos que na segunda metade do século XIX constitui-se o que podemos denominar de uma cultura educacional que legitimou a realização dos estudos secundários como uma necessidade após a conclusão do primário, principalmente para aqueles que buscavam ascender socialmente ou manter certa situação de classe já estabelecida pelas gerações anteriores. Com finalidades e públicos distintos, os colégios particulares da cidade do Rio

Grande constituíam uma rede educacional responsável por preencher as lacunas da instrução pública.

Cabe destacar que haverá um movimento de extinção do ensino secundário de caráter laico, consolidado no Império, a partir da Proclamação da República. Esse movimento, que irá se refletir na educação das Províncias, formará uma nova estrutura na educação brasileira onde a Igreja irá ocupar o espaço até então preenchido unicamente pela iniciativa privada, estabelecendo um novo modelo educacional de cunho confessional (TAMBARA, 1991; CUNHA, 2007; AMARAL, 2003; NEVES, 2012).

Por fim, acreditamos que este estudo pode contribuir para a área da História da Educação de diferentes formas, tanto com a realização de um inventário extenso a partir das histórias e trajetórias das instituições educativas particulares, quanto com a análise sobre como se deu o desenvolvimento do ensino secundário e qual era a sua finalidade na cidade do Rio Grande, demonstrando semelhanças e diferenças com outras cidades importantes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Esta investigação, por ter como objeto de estudo o ensino secundário de cunho particular do século XIX, tinha como principais obstáculos a difícil tarefa de encontrar documentos da cidade neste período. Nesse sentido, a imprensa foi a primeira alternativa viável para iniciar o inventário que mais tarde foi agregado com novos documentos impressos e manuscritos que se encontram preservados em diferentes acervos. A dificuldade de encontrar documentação produzida pelas instituições foi sendo compreendida no decorrer da pesquisa, em que fica perceptível a falta de fiscalização, por parte do Governo, e o conseqüente descaso com o envio dos mapas e ofícios sobre a situação das aulas e colégios particulares na cidade do Rio Grande. Destacamos os colégios *S. Pedro*, *S. João*, *S. José*, *União* e *Minerva* como aqueles que com maior comprometimento enviavam seus dados à instrução pública, sendo possível obter mais informações sobre essas instituições de ensino secundário. A promiscuidade do público e do privado também se dava dessa forma, sem a fiscalização necessária, a iniciativa privada ficava totalmente livre para assumir as demandas não apenas do ensino secundário, mas também do ensino profissional e o governo acabava por se “isentar” de assumir essa demanda educacional.

Nossa intenção com a realização deste estudo não é esgotar o tema, nem considerar como verdade absoluta a forma como analisamos a história do ensino secundário em Rio Grande no século XIX. Pelo contrário, nosso interesse é abrir novos caminhos, possibilitar outros olhares acerca desta temática e também ampliar os estudos sobre a História da Educação da cidade do Rio Grande, que ainda carece de investigações. Ambicionamos que este trabalho de Doutorado desperte em outros pesquisadores o intuito de investigar os diferentes aspectos histórico-educativos do município, os quais, de alguma forma, este estudo procurou contemplar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). **Cultura letrada no Brasil:** objetos e práticas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, vol.2, p. 12-93.

ALMEIDA, Ana Maria F.; NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). **A Escolarização das elites:** um panorama internacional da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: EDUC, 2000.

ALVES, Francisco das Neves. Fontes para o estudo do porto e da Barra do Rio Grande: o jornal Diário do Rio Grande. In: **Imprensa e caricatura no Rio Grande do Sul:** estudos históricos. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2010, p. 57-70.

_____. **Biblioteca Rio-Grandense:** textos para o estudo de uma instituição a serviço da cultura. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

_____. 1848: a cidade do Rio Grande e o surgimento do Diário do Rio Grande. In: **A cidade do Rio Grande:** estudos históricos. Rio Grande: Universidade do Rio Grande; Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995, p. 72-90.

_____. **Porto e Barra do Rio Grande:** uma secular aspiração que se tornou realidade (uma introdução ao tema). Porto Alegre: CORAG, 2007.

_____. **Porto e Barra do Rio Grande:** história, memória e cultura portuária. Porto Alegre: CORAG, 2008, vol. I.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos pelados x galinhas gordas:** desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960). 2003. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3641/000390854.pdf?sequence=1>> Acesso em 15 de agosto de 2017.

_____. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria:** uma face da História da Educação em Pelotas. Pelotas: Seiva Publicações/Ed. Universitária, 1999.

ANNUARIO MILITAR para uso das forças em guarnições no Estado do Rio Grande do Sul para 1891. Organizado e publicado pelos tenentes José

Feliciano Lôbo Vianna, Manoel Francisco Moreira Sobrinho e Cypriano da Costa Ferreira. Primeiro anno. Porto Alegre: Estabelecimento Typographico de Gundlach & C. 1891.

ANACLETO, Regina. **O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**. São Paulo: Dezembro Editorial, 2004.

ARAUJO, José Carlos Souza. O público e o privado na história da educação brasileira: da ambivalência ao intercâmbio. In: **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas/SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005, p. 125-143.

ARRIADA, Eduardo. A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público. Porto Alegre, 2007. 372f. **Tese** (Doutorado) – Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. PUCRS, 2007.

_____; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; VAHL, Mônica Maciel. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. In: **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 37-54, maio/ago. 2012, p. 37-54.

AZAMBUJA, Graciano A. de. **Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul para o anno de 1889 publicado sob a Direcção de Graciano A. de Azambuja**. Porto Alegre: Editores Gundlach & Cia Livreiros, 1888. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>

AZEVEDO, José Luiz Bragança de. **Alfândega da cidade do Rio Grande (do Sul): contribuição à história de sua criação, instalação e administração; dados biográficos dos juizes e dos inspetores que nela serviram (1804 a 1940)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, [1950?].

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, p. 23-79, 2010.

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)**. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol II: século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 34-51.

BENITO, Augustín Escolano. Patrimônio material de la escuela e historia cultural. In: **Revista Linhas**. Florianópolis, vol.11, nº 2, p.13-28, jul/dez.2010.

BENTO, Cláudio Moreira. **Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul – 1635 a 1870**. Porto Alegre: Ed. A Nação S.A., 1976.

BERUTE, Gabriel Santos. Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850). Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2011, 309f. Disponível em: <
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39411/000824159.pdf?sequence=1>> Acesso em 15 de agosto de 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, p. 9-38, 2003.

BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade**: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional – Panorama da história de Rio Grande. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999.

BOTELHO, Janaina. Instituto Colegial Freese: a formação da elite política do Império. In: **História e Memória de Nova Friburgo**. Disponível em: <http://historiadefriburgo.blogspot.com.br/2010/05/o-colegio-freese-formacao-da-elite.html>
Acesso em 04 de outubro de 2017.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG, 2002, p. 25-38.

_____. O público e o privado como categoria de análise da educação. In: **O público e o privado na história da educação brasileira**: concepções e práticas educativas. Campinas/SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005, p. 41-58.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro dos velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 1 (28), jan-abr. 2012, p. 45-70.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; **Teatro de Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CASTANHO, Sérgio. **Teoria da história e história da educação**: por uma história cultural não culturalista. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. In: **Estudos Históricos**, 2000, vol. 25, p. 103-117.

_____. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CATÁLOGO da Bibliotheca Rio Grandense de 1906. Rio Grande: Livraria Comercial – Pelotas e Rio Grande, 1907.

CATALOGO dos livros do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande de São Pedro do Sul. Rio Grande: Typ. do Artista de Antonio da Cunha Silveira, Rua dos Príncipes nº 44, 1877.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). Trad. Maria Helena Camara Bastos. In: **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003. Acessado em 12 de abril de 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30225>>

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.

CHERVEL, André. Quando surgiu o ensino secundário? In: **Revista da Faculdade de Educação**, USP, São Paulo, v. 18, n.1, p. 99-112, jan/jun. 1992.

_____. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre, nº 2, p.177-229, 1990.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COLLECÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÕES PROVINCIAES DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL – 2º volume. 1ª sessão da 2ª legislatura. 1846. Porto Alegre: Typographia de Claudio Dubreuil, Praça d'Alfandega n. 17, 1846.

COPSTEIN, Raphael. O trabalho estrangeiro no município de Rio Grande. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n.4, p. 1- 46. Porto Alegre, 1975.

CORSETTI, Berenice; LUCHESE, Terciane Ângela. Educação e instrução na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: **Educação e instrução nas províncias da corte imperial (Brasil, 1822-1889)**. Vitória: EDUFES, 2011, p. 453-485.

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da Museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

COSTA E SILVA, Alberto da. População e sociedade. In: **Crise colonial e Independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, Vol. 1, p. 35-73.

CREMA, Mirella. A psicopedagogia institucional na escola: algumas considerações teóricas e práticas. In: **Pensando as instituições: teorias e práticas em educação**. Porto Alegre: ArtMed, 1998, p. 137-156.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. Ensino superior e universidade no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 151-204.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

DISCURSO proferido por José Vicente Thibaut director do Collegio S. Pedro por ocasião de encerrar-se o acto dos exames d'aquelle collegio. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1866. Acervo CEDOC/CEIHE.

DISCURSO proferido por José Vicente Thibaut director do Collegio S. Pedro por ocasião de encerrar-se o acto dos exames d'aquelle collegio. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1866. Acervo CEDOC/CEIHE.

DISCURSO proferido por José Vicente Thibaut, cavalleiro da Imperial Ordem da Rosa e director do Collegio S. Pedro por ocasião de encerrar-se o acto dos exames no mesmo collegio em 6 de dezembro de 1870. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1870. Acervo CEDOC/CEIHE.

DOMECQ, Monte. **O Estado do Rio Grande do Sul**. Monte Domecq & Cia. Barcelona [Espanha]: Est. Graph. Thomas, 1916.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, na segunda sessão da 14a legislatura. Porto-Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1872. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

FALLA com que o Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da provincia. Abrio a 1 sessão da 15 Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial No dia 1 de março de 1873. Porto Alegre: Typ. do Constitucional,

1873. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em primeira sessão da 16ª Legislatura. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1875. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, Dr. José Antonio de Azevedo Castro, na segunda sessão da 16ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do "Rio Grandense", 1876. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

FALLA com que o Exm. Sr. Dr. Henrique D'Ávila, Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul abriu a 2ª sessão da 18ª Legislatura da Assembléa Provincial no dia 1º de maio de 1880. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

FALCON, F. J. Calazans. **História Cultural**. Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 135-150.

_____. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p. 133-150.

_____; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FELGUEIRAS, Maria Louro. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia e da conservação/comunicação da herança educativa. In: **Pro-Posições**/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação. Campinas, SP, v.16, n.1 (46), jan/abr, 2005, p. 87-102.

FERREIRA, Waldemar. **Manual do Comerciante**. São Paulo: Typ. Olegario Ribeiro, Lobato & C. LTDA., 1919.

FLORES, Moacyr. Educação e ensino no período farroupilha. In: **RS: Educação e sua história**. Porto Alegre: EDIPLAT, 1998.

FONSECA, Maria Angela Peter da. Estratégias para a preservação do germanismo (deutschum): gênese e trajetória de um collegio teuto-brasileiro urbano em Pelotas (1898- 1942). Pelotas: UFPel, 2007. 158f. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação.

FONTOURA, Edgar. **A Bibliotheca Riograndense**. Conferência realizada na Bibliotheca Riograndense, em sessão comemorativa do 87º aniversário de sua fundação. 1933. Oficinas do Rio Grande, Rio Grande.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. In: **Teoria & Educação**, 1992, vol. 5, p. 28-49.

_____. **Escola e Cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Ed. Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG, 2002, p. 3-24.

GILL, Lorena Almeida. "Clienteltchiks": os judeus da prestação em Pelotas (RS) 1920-1945. In: História em Revista. Dossiê Etnias. Universidade Federal de Pelotas, vol. 5, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12081/7628>> Acesso em 10 de outubro de 2017.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GIOLO, Jaime. **Lança & Grafite** (a instrução no Rio Grande do Sul: da primeira escola ao final do Império). Passo Fundo: Gráfica e Editora UPF, 1994.

_____. A instrução. In: **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, vol 2, p. 449-489.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Ed. da USP, 2008.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2009.

JORNAL DIARIO DO RIO GRANDE, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1862, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890. In: Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense, Rio Grande/RS.

JORNAL ECHO DO SUL, 1866. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados. Nº 1. jan/jun de 2001. Disponível em: www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281> Acesso em: 25 de abril de 2017.

KALBERG, Stephen. **Max Weber**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KROB, Bruna Emerim. Libertos sob cláusulas de prestação de serviços: os contratos de trabalho estabelecidos a partir das cartas de alforria registradas nos cartórios de Porto Alegre em 1884. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Licenciatura em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, 67p. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36946/000818633.pdf?...1>> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

KÜHN, Fábio. Breve história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LANÇAMENTO DE INDUSTRIAS E PROFISSÕES. Registro de profissões. Arquivo Histórico da cidade do Rio Grande. 1913.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 525-541.

LEMOS, Marcelo Rodrigues. Estratificação social na teoria de Max Weber: considerações em torno do tema. In: **Revista Iluminart.** Ano IV, nº 9 – Nov. 2012, p. 112-127. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/939564/mod_resource/content/1/weber1.pdf> Acesso em 17 de março de 2017.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Espaços mistos: o público e o privado na instrução do século XIX. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 3 (27), p. 99-129, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/289>> Acesso em: 23 de setembro de 2015.

LIVROS DE REGISTRO das Correspondências da Directoria da Geral da Instrução Pública para o presidente da Província. Fundo documental: Instrução Pública. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

LLOYD, Reginald (dir.). **Impressões do Brasil no Século Vinte.** Sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltda, 1913.

LOMBARDI, José Claudinei. História e Historiografia da educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas: Autores Associados, p. 141-176, 2004.

LOPES, Raimundo Helio. ABRANCHES, Dunshee de. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ABRANCHES,%20Dunshee%20de.pdf>> Acesso em 07 de junho de 2017.

LORENZ, Karl M. O ensino de Ciências e o Imperial Collegio Pedro II: 1838-1889. In: **A escola secundária: modelos e planos** (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 49-61.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero. In: **Projeto História**, São Paulo (11) nov, 1994, p. 31-46.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Estado e políticas da educação no Império brasileiro. In: **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2011, p. 153-186.

MAGALHÃES, Justino. **Da cadeira ao banco**: escola e modernização (séculos XVIII-XX). Lisboa: Educa (Ciências da Educação: 9), 2010.

_____. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. In: **Revista Educação Unisinos**. Maio/Agosto, 2007, p. 69-74.

_____. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 91-103.

_____. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: **História da educação**: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, p. 67-72, 1999.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

MARTINS, Ana Luíza. Os gabinetes de leitura no Império: casas esquecidas da censura? In: **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 395-410.

MARTINS, João Candido. Parte décima da Escripturação Mercantil. In: **Consultor do Commercio**. São Paulo, 14 de julho de 1894.

MAPPA das aulas publicas providas e por prover interina ou definitivamente existentes no Município do Rio Grande, 01 de agosto de 1858, Dr. Luis Candido d'Assis Araújo. Fundo documental: Instrução Pública. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

MAPPA demonstrativo dos collegios e aulas particulares primarias e secundarias existentes nesta cidade durante o tempo decorrido de 01 de janeiro de 1857 a 30 de junho de 1858. Fundo documental: Instrução Pública. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

MAPA do Collegio S. João remetido ao Presidente da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, Sr. Antonio Chaves Campello, em 16 de abril de 1879 pelo diretor Prof. Rodrigo da Costa Almeida Lobo. Acervo CEDOC/CEIHE.

MAPPA nominal dos alunos que frequentam a aula pública do sexo masculino de Povo Novo, professor interino Julio Devos. Povo Novo, 22 de abril de 1895. Acervo CEDOC/CEIHE.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. In: **Revista de História**, 115 (Nova Série), p.103-117, 1983.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF: Iphan, 2012, p. 25-39. Disponível em: <
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf> Acesso em 25 de abril de 2017.

Sá, Miguel Tito de. **Inventário**, 20 de julho de 1875, p. 76, 1º Cartório de Orphãos e Providoria da cidade do Rio Grande, autos nº 989, mç. nº 46, Archivo Publico do Rio Grande do Sul.

MEDEIROS, Ludelino T. **Escola Militar de Porto Alegre (1853/1911)**: significado cultural. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as Províncias (1934-1889)**. 3º volume. Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Inquéritos disciplinares e fés-de-ofício: fontes documentais para a análise do comportamento estudantil da mocidade militar no final do império (Escola Militar/RS). In: *Revista MÉTIS: história & cultura* – v. 3, n. 5, p. 143-172, jan./jun. 2004. Disponível em: <
<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1149/788>>
 Acesso em 25 de março de 2017.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBRADI, José Claudinei. Apresentação - História das instituições escolares. In: **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP; UNISO; Ponta Grossa, PR; UEPG, 2007, p. VII-XIV (Coleção memória da educação).

NEVES, Helena de Araújo. A “Alma do Negócio”: aspectos da educação em Pelotas-RS na propaganda institucional (1875-1910). **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Pelotas: UFPel, 2007, 260 f.

_____. O ensino privado em Pelotas-RS na propaganda impressa: séculos XIX, XX, XXI. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Pelotas: UFPel, 2012, 410f.

NOGUEIRA, Maria Alice. Estratégias de escolarização em famílias de empresários. In: **A Escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 49-65.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica Ed. Ltda., 1991, nº 4, p. 109-139.

_____. Para uma análise das instituições escolares. In: **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Instituto de Inovação educacional, p. 13-43, 1995.

_____. Apresentação. In: **A escola secundária: modelos e planos** (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 1-4.

OFÍCIO nº 2217 da Diretoria Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 08 de dezembro de 1890. Acervo CEDOC/CEIHE.

OFÍCIO do Collegio S. Pedro remetido ao Presidente da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, Sr. Antonio Chaves Campello, em 07 de novembro de 1878. Acervo CEDOC/CEIHE.

OFÍCIO Collegio Santa Thereza remetido ao Presidente da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, Sr. Antonio Chaves Campello, em 07 de novembro de 1878. Acervo CEDOC/CEIHE.

OFÍCIO do Collegio S. Pedro remetido ao Presidente da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, Sr. Antonio Chaves Campello, em 05 de abril de 1879. Acervo CEDOC/CEIHE.

OFÍCIO do Collegio União remetido ao Presidente da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, Sr. Antonio Chaves Campello, em 18 de novembro de 1878. Acervo CEDOC/CEIHE.

OFÍCIO do Collegio União remetido ao Secretário da Municipalidade da cidade do Rio Grande, Sr. Porphyrio Alves da Silva, em 20 de maio de 1879. Acervo CEDOC/CEIHE.

OFÍCIO do Colégio particular de Arno Ernst. Rio Grande, 28 de novembro de 1885. Acervo CEDOC/CEIHE.

OFÍCIO do Collegio S. João remetido ao Presidente da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, Sr. Antonio Chaves Campello, em 07 de novembro de 1878 pelo diretor Prof. Rodrigo da Costa Almeida Lobo. Acervo CEDOC/CEIHE.

OFÍCIO das aulas que funcionavam na Fábrica Nacional de Tecidos – Fábrica Rheingantz & C., enviado pelo Prof. Joaquim Ribeiro Louzada Junior em 30 de junho de 1879. Acervo CEDOC/CEIHE.

OLIVEIRA, Luiz Antonio de. A contribuição de Primitivo Moacyr na história da educação pública: as ações imperiais e republicanas. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maringá: UEM, 2009, 169 f.

OLIVEIRA, Nora de Cássia Gomes de. Elites políticas no Império: Bahia, 1828-1834. In: **Anais do XVII Encontro Estadual de História**, ANPUH-PB, Vol. 17, nº. 1, 2016, p. 1032-1045. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/xviieeh/xviieeh/paper/viewFile/3376/2645>>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864). **Tese** (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

OSORIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 115-134, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100005 Acesso em 22 de abril de 2017.

PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, vol 2, p. 39-70.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz**: uma vila operária em Rio Grande. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

PERES, Eliane Teresinha. **Templo de luz**: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. **O cotidiano da república**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais do município de Rio Grande**. Of. Gráfica da Imprensa Nacional. Porto Alegre, 1944. Vol. 1.

PINTO, Genivaldo Gonçalves. Manifestações da cultura militar no espaço educacional brasileiro na primeira república: o contexto de Pelotas-RS. Pelotas, 2015. 330 f. **Tese** (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

PORCIUNCULA JUNIOR, Virgilino José da. **Inventário**. 01 de outubro de 1931, inventariante Plínio Thomas da Porciuncula. Acervo do Judiciário, Processo nº 1310. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

RELATORIO com que abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, no 1º de março de 1846, o Exmº Sr. Conde de Caxias, Presidente da mesma Província. Porto Alegre: Typ. de I.J. Lopes, 1846. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

RELATORIO do Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Capistrano de Miranda Castro na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 4 de março de 1848. Porto Alegre: Typographia do Porto-Alegrense, 1848. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

RELATORIO do Estado da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul apresentado ao Exmº Sr. Conde de Caxias pelo chefe de divisão Pedro Ferreira de Oliveira ao lhe entregar a Presidência da mesma Província. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1851. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

RELATORIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Moniz da Silva Ferraz apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 8ª Legislatura. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1858. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

RELATORIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

RELATORIO com que o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu entregou a Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Dr. Luis Alves Leite Bello no dia 30 de junho de 1855. Porto Alegre:

Typographia do Mercantil, 1855. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

RELATORIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Jeronymo Francisco Coelho na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

RELATORIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Jeronymo Francisco Coelho na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

RELATORIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª sessão da 8ª legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1859. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1864.

RELATORIO com que o Excellentissimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva Presidente d'esta Provincia passou a administração da mesma ao Exmº. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcellos, no dia 20 de maio de 1869. Porto Alegre: Typographia do Rio-Grandense, 1869. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

RELATÓRIO da Instrucção Publica apresentado pela Directoria da Instrucção Publica em Porto Alegre, 31 de janeiro de 1883. In: Anexos da Falla dirigida a Assembléa Legislativa pelo presidente, conselheiro José Antonio de Souza Lima, na 1ª sessão da 21ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do Jornal do Commercio, 1883. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>

RELATÓRIO da Câmara Municipal do Rio Grande apresentado pelo seu Presidente Ten. Cel. Antônio Chaves Campello ao dar posse à nova Câmara eleita para o quadriennio de 1881 a 1884. Rio Grande: Typ. Do Artista de Antonio da Cunha Silveira, 1880. Acervo: biblioteca Rio-Grandense.

RELATÓRIO E BALANÇO da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Rio-Grandense. Relatório e Balanço do anno de 1890 a apresentar á assembleia geral dos accionistas convocada para 27 de fevereiro de 1891. Rio Grande: Typ. Do Artista, de Franklin da Fonseca Torres, 1891.

RELATÓRIO da Companhia Industrial e Mercantil Rio-Grandense. Relatório para ser apresentado pela Directoria em Assembleia Geral de 21 de fevereiro

de 1894. Cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. Do Artista, de Franklin da Fonseca Torres, 1894.

REGULAMENTO Interno da Bibliotheca Rio-Grandense da cidade do Rio Grande de São Pedro do Sul. Rio Grande: Typographia do artista - Antonio da Cunha Silveira, 1881.

RELATÓRIO da Bibliotheca Rio-Grandense apresentado pela Directoria à Assembleia Geral em 22 de janeiro de 1888. Rio Grande: Typographia do Artista – de Franklin da Fonseca Torres, 1888.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral pela Directoria de 1892. Rio Grande: Officinas da Livraria Americada, 1893.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral pela Directoria de 1895. Rio Grande: Typographia do Diário do Rio Grande – de Manoel José de Andrade, 1896.

RELATÓRIO da Camara Municipal da cidade do Rio Grande sobre o estado da instrução publica neste município. Rio Grande, 1875. Acervo CEDOC/CEIHE.

RELATÓRIO elaborado pela comissão incumbida de inspeccionar as aulas publicas e particulares nesta cidade. Rio Grande, 20 de julho de 1878. Acervo CEDOC/CEIHE.

RELATÓRIO da Intendência Municipal do Rio Grande, organizado pelo Cap. Dr. Alfredo Soares do Nascimento, Intendente do município, apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 02 de setembro de 1922 e correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1921. Rio Grande, 1922.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira (org.). **Almanak Litterario e Estatistico da Província do Rio Grande do Sul para 1889**. Primeiro Anno, 2ª edição, Editores Carlos Pinto & Comp. Successores, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. Pelotas: Typographia da Livraria Americana.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 578p. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP; UNISO; Ponta Grossa, PR; UEPG, 2007, p. 75- XX (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP; UNISO; Ponta Grossa, PR; UEPG, 2007, p. 3-27 (Coleção memória da educação).

_____. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013, p. 11-18.

_____. Instituições escolares no Brasil: a questão da reconstrução histórica. In: **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013, p. 45-60.

_____. Intelectuais, memória e política. In: **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013, p. 215-230.

_____. O público e o privado na história da educação brasileira. In: **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas/SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005, p. 167-176.

_____. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. In: **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 15-44.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cultura letrada: objetos e práticas. Uma introdução. In: **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005. P. 9-10.

SHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. In: **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005, p. 229-243.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Cultura. In: **Crise colonial e Independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, Vol. 1, p. 205-247.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Alberto. **A primeira médica do Brasil**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1954.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Classe social. In: **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 63-67.

SILVA, Rogério Piva da; SILVA, Márcia Alonso Piva da. Notas introdutórias sobre a história da educação no município do Rio Grande e a escola da Fábrica Rheingantz. In: **Revista Momento**, v. 25, n. 2, p. 159-198, jul./dez. 2016, p. 159-198.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-279.

_____. Os intelectuais. In: **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SOUZA, Rosa Fátima de. A organização pedagógica da escola primária no Brasil: do modo individual, mútuo, simultâneo e misto à escola graduada (1827-1893). In: **Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (séculos XIX e XX)**. Vitória, ES: EDUFES, 2011, p. 337-367.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol II: século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: **A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, p. 55-67.

SUPLEMENTO ao Catálogo da Bibliotheca Rio-Grandense, 1912. Rio Grande: Livraria Americana, 1913.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo (orgs.). **Coletânea de leis sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro: Lei de 1827; Reforma Couto Ferraz-1854; Reforma Leôncio de Carvalho-1879**. Pelotas: Seiva, 2005.

_____. **A instrução publica no Brasil pelo Conselheiro Doutor José Liberato Barroso - 1867.** Pelotas: Seiva, 2005 (Série Filosofia e História da Educação).

_____. Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: **Coleção Documentos da Educação Brasileira.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

_____. Charla sobre o entrevero de ideias pedagógicas no Rio Grande do Sul – século XIX. In: **Anais do 22º Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE).** Bagé: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2017, p. 461-478.

TAMBARA, Elomar. **A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo.** Porto Alegre: UFRGS, 1991. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação.

_____. **Introdução à história da educação do Rio Grande do Sul.** Pelotas: Ed. Universitária/Seiva Publicações, 2000.

_____. **Bosquejo de um ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil.** Pelotas: Seiva Publicações, 2003.

_____. Profissionalização, escola normal, e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. In: **História da Educação.** ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas (3): 35-57, abril de 1998.

_____. O Relatório de Dunshee de Abranches sobre os exames preparatórios - 1904. In: **História da Educação.** ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas (5): 167-236, abril de 1999.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961). **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, RS, 2013, 235f.

THUMS, Jorge. **Acesso à realidade:** técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. Canoas: ULBRA, 2003.

TRINDADE, Etelvina M. de Castro. Uma instituição de ensino secundário no Brasil Imperial: o Liceu de Curitiba. In: **A escola secundária: modelos e planos** (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 77-92.

VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (orgs.). **A escola secundária: modelos e planos** (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol II: século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 78-90.

_____. Imperial Collegio de Pedro II no século XIX: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. In: **A escola secundária: modelos e planos** (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 25-34.

VEIGA, Cynthia Greive. Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos (1827-1927). In: **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 21, p. 61-92, set./dez. 2009. Disponível em: < <http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/62/70>> Acesso em 06 de setembro de 2017.

VIANNA, Lourival. **Imprensa gaúcha (1827-1852)**. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária** (Brasil e França, final do século XIX). Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. Memoria, Patrimonio e Educación. In: **Revista História da Educação**. Vol.15, nº 33, p. 31-62, jan/abr. 2011.

_____. La escuela y la escolaridad como objetos históricos: facetas y problemas de la historia de la educación. In: **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 9-54, Maio/Ago 2008.

_____. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: **História da Educação, arquitetura e espaço cultural**. São Paulo: Cortez, p. 15-47, 2005.

_____. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. São Paulo: **Revista Brasileira de Educação**. Anped. Set/Dez, 1995.

XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 464-485.

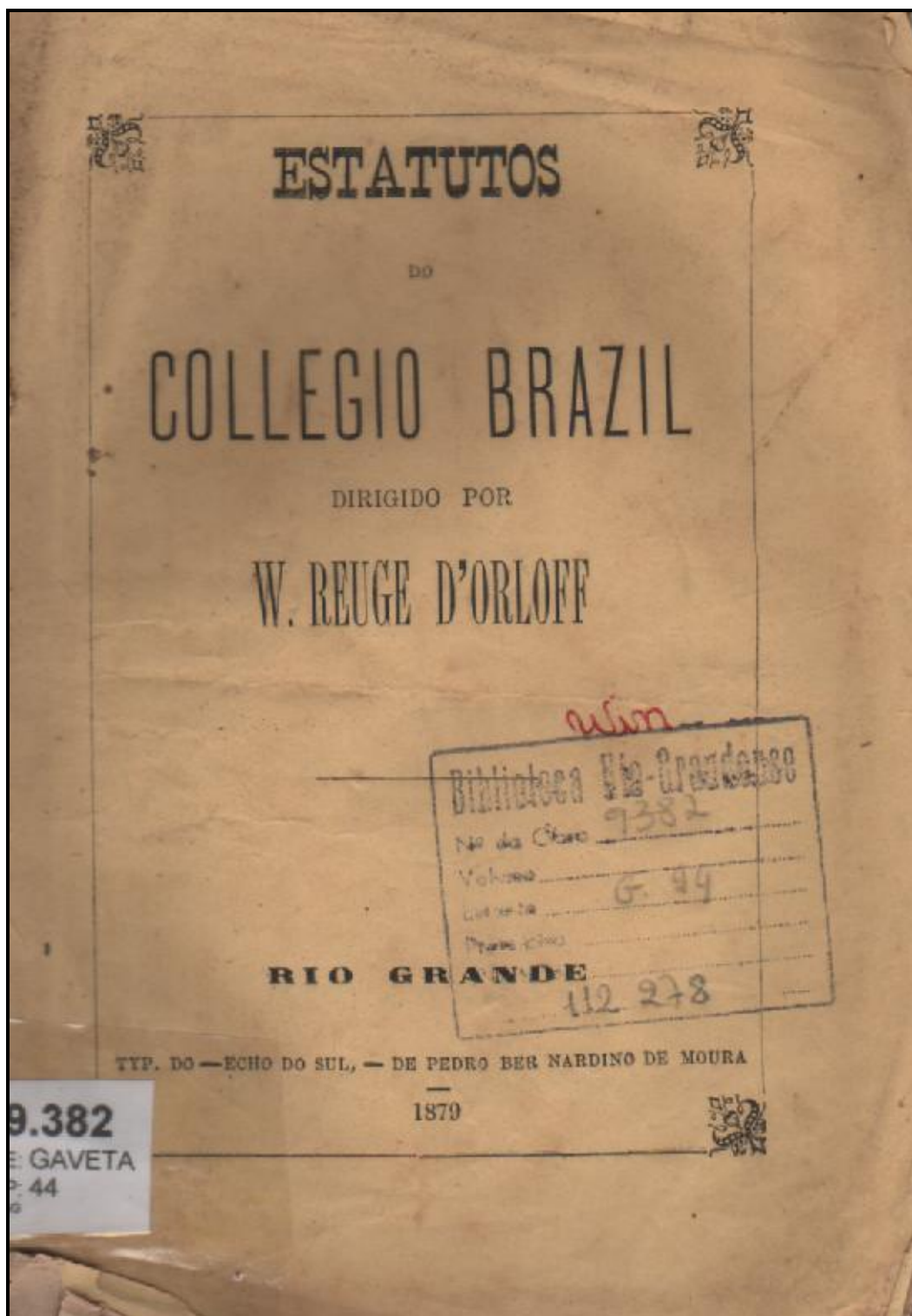
XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1997 (Coleção Aprender & Ensinar).

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: GERTH, Hans e MILLS, Wright (Org.). **Max Weber - Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982, p. 211-228.

_____. **Textos selecionados.** Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

ANEXOS

Anexo A – Estatutos do *Collegio Brazil* dirigido por W. Reugé D'Orloff (1879).
Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.



ESTATUTOS

DO

COLLEGIO BRAZIL

CAPITULO I

Art. 1º O COLLEGIO BRAZIL, estabelecido na cidade do Rio Grande, S. Pedro do Sul, tem por fim instruir e educar a mocidade, tornando-a apta a transpôr os umbraes da sociedade com moralidade, character e conhecimentos reaes, e entrada nas academias do Imperio.

Art. 2º Suas aulas estarão abertas de 7 de Janeiro a 18 de Dezembro.

Art. 3º Este collegio recebe alumnos internos, semi-internos e externos.

Art. 4º Terá o estabelecimento numero sufficiente de empregados para velar pelos alumnos.

Art. 5º Cada classe estará á cargo de um professor.

Art. 6º Além dos domingos e dias santificados serão feriados durante o anno lectivo os dias, 7 de Setembro, 2 de Dezembro, os da semana santa e os 3 dias de carnaval.

Art. 7º Se na semana houver dia santificado, a quarta-feira que é considerada feriada do meio dia em diante para os alumnos que não aprendem desenho, tornar-se-ha dia ntil.

§ Unico. O desenho é ensinado gratuitamente nas quar-

- 4 -

tas-feiras, de 1 hora da tarde às 2, e nos domingos das 10 às 11.

Art. 8º Todos os mezos será remetido ao pai, tutor ou correspondente de cada alumno um atestado que o scientificará do progresso, applicação, procelimento, faltas, penas disciplinares que tenha soffrido. Devendo este atestado ser outra vez remetido ao director do collegio depois de assignado pelo respectivo destinatario.

Art. 9º Logo que o alumno falte ao collegio deve trazer no dia que se apresentar, um bilhete de seu pai, tutor ou correspondente que explique o motivo justificativo da falta.

Art. 10º O alumno expulso da outra casa de educação por actos de reconhecida immoralidade, não poderá ser admittido n'este estabelecimento.

Art. 11º O estabelecimento terá um regulamento interno que regulará os trabalhos administrativos e instructivos.

Art. 12º Ao director compete resolver os pontos omissos n'estes estatutos tendo sempre em vista a justiça e ordem.

Art. 13º O estabelecimento possuirá uma bibliotheca relativa ás materias do ensino para consulta dos professores, alumnos, e das pessoas que se quizerem orientar dos auctores adoptados.

Art. 14º Os livros devem ser comprados pelos Srs. pais, tutores ou correspondentes, para evitar ao director a distracção de seus affazeres.

CAPITULO II

Art. 15º O ensino do COLLEGIO BRAZIL será dividido em CURSO PRIMARIO, e SECUNDARIO.

§ 1º MATERIAS DO ENSINO PRIMARIO :

Leitura, calligraphia, historia sagrada, grammatica portugueza, geographia e historia do Brazil, e arithmetica.

§ MATERIAS DO ENSINO SECUNDARIO :

Portuguez, latim, francez, inglez, allemão, analyse

- 5 -

grammatical e logica, algebra, geometria, historia e geographia universal, escripturação mercantil.

§ 3º Os alumnos poderão apresentar-se no collegio todos os dias das 5 horas da tarde ás 7, para preparar suas lições, excepto nos sabados.

Art. 16º Os alumnos pagarão, adiantado, a seguinte contribuição, por trimestre :

Internos.	100\$000
Semi-internos	60\$000

EXTERNOS :

Do ensino secundario.	30\$000
« « primario.	15\$000

§ 1º Além d'esta contribuição o alumno, pagará mais 3\$000 réis para lha ser fornecido, pennas, papel e tinta, durante o anno lectivo.

§ 2º Os internos pagarão 15\$000 por trimestre para lavagem e emgommado.

Art. 17º Todo o alumno deverá portar-se com obediencia, respeito, e attenção para com os professores ; com disciplina, modestia e moderação para com seus collegas e empregados do estabelecimento.

Art. 18º Os alumnos devem-se apresentar trajados com decencia e acção.

Art. 19º Os externos devem achar-se no estabelecimento até 9 horas da manhã até o fim das aulas 3 horas da tarde, e os semi-internos até ás 9 da noite ; quando não forem procurados serão enviados com um empregado do estabelecimento.

Art. 20º E' prohibido, no estabelecimento o uso de bengallas, rebenques, canivetes ou outras quaesquer armas, sendo confiscadas, as que forem encontradas, para mais tarde serem enviadas aos chefes de familia.

Art. 21º Todo o alumno de fóra da cidade, deve ter um correspondente idóneo que representará seu pai, ou tutor em

- 6 -

todos os pontos relativos ao estabelecimento, podendo o director ser tambem correspondente d'aquelles que o quizerem honrar com essa confiança.

Art. 22º O alumno só poderá ser visitado no collegio por seus pais, tutor, correspondente ou pessoa por elles autorizada.

Art. 23º O alumno interno não poderá escrever carta alguma sem consentimento do director, assim como não poderá possuir dentro do estabelecimento, dinheiro, joias ou objectos de valor sem seu conhecimento.

CAPITULO III

Art. 24º Os castigos impostos aos alumnos serão os seguintes :

Privação de recreio, com trabalho.
Privação de passeio, para os internos.
Detenção, durante as pequenas feras.
Suspensão de passeios por tempo indeterminado.
Estação no banco negro durante as aulas.
Expulsão.

Art. 25º O alumno que por sua conducta, e adiantamento se distinguir terá um premio. Ao director compete a classificação.

Inscrição do nome no quadro de honra.
Menção honrosa.
Distinção de merito.

CAPITULO IV

Art. 26º Os internos poderão sahír a passeio todos os domingos, tendo dado boas contas de suas lições durante a semana.

Art. 27º Os internos só poderão sahír do estabelecimento em companhia de seus pais, tutores, correspondentes, ou acompanhados por um professor.

Art. 28º Devem os internos, achar-se no estabelecimen-

- 7 -

to ás 8 horas da noite, depois de seus passeios, e não sendo possível achar-se no dia marcado, no collegio, o tutor, pai ou correspondente d'isso participará ao director por escripto.

Art. 29º O enxoval do alumno interno ficará ao arbitrio de seu encarregado.

CAPITULO V

Art. 30º Os professores devem achar-se no estabelecimento um quarto de hora antes de principiar a classe.

Art. 31º Os professores devem ser zelozos no cumprimento de seus deveres, tratando os alumnos com maneiras doces e delicadas sob pena de immediata despedida.

Art. 32º Quando por motivo plausivel não poder comparecer, communicará ao director com antecedencia para ser substituido.

Art. 33º. No fim de cada mez os professores darão sciencia ao director do estado de seu curso, indicando qualquer medida justa ao progresso dos alumnos.

Art. 34º Todo o professor terá uma caderneta para assentar diariamente as notas de lições e faltas dos alumnos as quaes ficarão no poder do director, no fim das aulas para tomar conhecimento de suas alterações.

Art. 35º O professor deve communicar immediatamente ao director qualquer occorrença que vá do encontro á ordem e disciplina d'este estabelecimento.

Rio Grande, 15 de Junho de 1879.

O DIRECTOR,

W. Reugé d'Orloff.